

O REYNO DAS LETRAS

**A CULTURA LITERÁRIA NA PERIFERIA:
ALGARVE, 1759-1910**

Patrícia Fátima Martins de Jesus Palma

**Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses:
especialidade de História do Livro e Crítica Textual**

VOL. I

Dezembro de 2015

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Estudos Portugueses – especialidade de História do Livro e Crítica Textual, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Luís Lisboa e co-orientação do Professor Doutor Artur Anselmo.

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia, participado pelo Programa Operacional Potencial Humano do QREN Portugal 2007-2013 e por verbas do Orçamento de Estado do MCTES.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, 21 de Dezembro de 2015

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, 21 de Dezembro de 2015

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O co-orientador,

Lisboa, 21 de Dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

O trabalho de investigação é necessariamente um trabalho individual que exige retiro e determinação, mas é, em igual medida, gerado por uma força colectiva, que integra apoio material, intelectual e afectivo, sem os quais não seria exequível. A todos quantos contribuíram para a concretização deste projecto, desejo manifestar a minha gratidão.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia agradeço a confiança depositada no projecto inicial, concedendo-me a bolsa de doutoramento, que permitiu a sua realização entre 2011 e 2014. De igual modo, agradeço ao CHAM – Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar a bolsa que me foi atribuída entre Julho e Dezembro de 2015, permitindo terminar a redacção da tese.

Aos dois centros de investigação que acolheram este projecto – CHC – Centro de História da Cultura e CHAM – Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar –, expresso o meu agradecimento nas pessoas dos seus directores, Professor Doutor João Luís Lisboa e Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa, respectivamente, pelo ambiente exigente e estimulante que me proporcionaram, fomentando e apoiando diversas actividades científicas e de divulgação, que tive oportunidade de realizar.

Ao meu grupo de trabalho, «Leitura e formas de escrita», coordenado pelo Professor Artur Anselmo, desejo expressar o meu agradecimento por oferecer um espaço privilegiado de trabalho, caracterizado pelo diálogo, pela partilha e pelo entusiasmo intelectuais, que se revelaram um incentivo constante e parte integrante da minha formação.

Aos meus orientadores, sei bem que só poderei saldar a dívida de gratidão, a que as suas lições científicas me deixam penhorada, com trabalho. Mas não deixarei de lhes manifestar o meu profundo reconhecimento pela orientação, que aceitaram prestar-me, e que constituiu para mim um privilégio, uma responsabilidade e uma alegria.

Ao Professor Doutor João Luís Lisboa, agradeço a grande disponibilidade e empenho em proporcionar-me as mais favoráveis condições de trabalho; a confiança que, desde a primeira hora, depositou em mim e neste estudo; os desafios e interpelações que me lançou; o afecto com que sempre me recebeu e que fizeram deste percurso uma experiência irrepetível.

Ao Senhor Professor Doutor Artur Anselmo, que acompanha o meu percurso académico desde 2005, tendo-o influenciado decisivamente, expresso o meu agradecimento pelo seu apoio, pelo estímulo, pelas palavras sempre tranquilizadoras e pela generosidade na partilha do conhecimento.

À memória do Senhor Professor Doutor António Rosa Mendes (1954-2013) que-ro prestar a minha sincera homenagem, lembrando que esta tese é também resultado de um profícuo diálogo que com ele vinha mantendo e sei que a aguardava com entusiasmo. Lembro, com gratidão e saudade, a amizade que me dispensou, a opinião franca e os momentos únicos de concórdia em que, não raro, discordámos. Aí aprendi que qual-quer investigação é sempre um ponto de partida, nunca um tribunal. Esta tese prolonga o nosso diálogo.

Durante este período beneficieei de muitos outros auxílios, quer no que diz respeito à facilitação de fontes e bibliografia, esclarecimentos diversos, críticas, participação directa (devidamente assinalada no corpo do texto), que muito significam para mim. A: Ana Jesus, António Caetano, António Paulo Oliveira, Artur Barracosa Mendonça, Aurélio Cabrita, Daniela Pereira, Débora Dias, Fernanda Campos, Hélder Ferreira, Helena Vinagre, Humberto Antunes, José Augusto dos Santos Alves, José do Carmo Correia Martins, Luís Guerreiro, Luísa Pereira, Manuel Brito-Semedo, Marco Sousa Santos, Maria Luísa Cabral, Marta Guerreiro, Nuno Medeiros, Pedro Pinto, Pedro Urbano, Rodrigo Camargo Godoi, Salomé Horta, Sónia Florinda, Sónia Tomé, Susana Calado Martins, Vanda Germano, uma especial palavra de agradecimento.

Aos amigos e a todos os que me dirigiram palavras de encorajamento, gestos de apoio, um olhar ou um sorriso solidários, àqueles que quiseram saber, o meu sentido e grato abraço.

A família teve um papel insubstituível. Aos meus pais, sogros e cunhada, agradeço o incansável apoio e disponibilidade.

Agradeço, finalmente, ao Idalécio, companheiro, cúmplice de todos os sonhos e projectos, o apoio incondicional e generoso. E, ao Gaspar, que, em cada ausência, me esperou, compreensivo, com «uma coisa especial bem guardada no coração», toda a minha gratidão. Esta será também a tua história.

O Reyno das Letras.

A cultura literária na periferia: Algarve, 1759-1910

RESUMO

Nesta tese, estuda-se a expansão geográfica e social da cultura literária impressa, entre meados do século XVIII e o início do século XX. A análise, discutindo o conceito de periferia, visa contribuir para o conhecimento do meio cultural contemporâneo e para a reflexão em torno do conceito de espaço cultural que a circulação do impresso oferece.

Investigam-se, por um lado, as instituições e os agentes que localmente legitimaram e disponibilizaram a cultura tipográfica, avaliando as suas motivações e recursos intelectuais e, por outro lado, partindo dos objectos impressos em circulação, estudam-se os contextos históricos e as práticas concretas de acesso à leitura e à escrita, caracterizando-se comunidades – reais e imaginárias – de leitores, que, em conjunto, mas por diferentes vias, desenharam o padrão da cultura literária oitocentista.

Palavras-chave: Algarve – Portugal; Apropriação cultural; Elites e sociabilidades intelectuais; História da Cultura; História do Livro e da Leitura; Impresso; Periferia; Práticas de leitura e de escrita; Séculos XVIII-XX.

The Kingdom of Letters.

Literary culture in peripheral area: Algarve, 1759-1910

ABSTRACT

This thesis studies the geographical and social expansion of the literary printed culture between the middle of the 18th century and the early 20th century. The analysis, discussing the concept of the periphery, aims to help increase knowledge about the contemporary cultural environment and encourage reflection about the concept of the cultural sphere created by the circulation of printed material.

On the one hand, the local institutions and agents that enabled and made the printed culture available are researched, evaluating the motivations and intellectual resources behind them. On the other hand, based on the printed items in circulation, a study is carried out of the historical contexts and the specific practices of access to reading and writing, characterising the communities – real and imaginary – of readers who, together, but in different ways, designed the pattern of the nineteenth-century literary culture.

Keywords: Algarve-Portugal; Cultural appropriation; Elites and intellectual sociabilities; History of Culture; History of books and reading; Print; Periphery; Reading and writing habits; 18th-20th centuries.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ADF	– Arquivo Distrital de Faro
AH-BNP	– Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional de Portugal
AHDA	– Arquivo Histórico da Diocese do Algarve
AHM	– Arquivo Histórico Militar
AHMARM	– Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes (Vila Real de Santo António)
AHMF	– Arquivo Histórico Municipal de Faro
AHVC	– Arquivo Histórico de Viana do Castelo
AML	– Arquivo Municipal de Lagos
AMLLE	– Arquivo Municipal de Loulé
ANTT	– Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BARM-UALG	– Biblioteca António Rosa Mendes da Universidade do Algarve
BA	– Biblioteca da Ajuda
BE	– Biblioteca do Exército
BMFARR	– Biblioteca Municipal de Faro António Ramos Rosa
BNP	– Biblioteca Nacional de Portugal
BMSC	– Biblioteca Mário Sottomayor Cardia
CADLEC	– Comissão Administrativa dos Depósitos de Livrarias dos Extintos Conventos
Cf.	– Conferir
Cod.	– Códice
Coord.	– Coordenação
Dactil.	– Dactilografado
Dir.	– Direcção
DLEC	– Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos
Ed.	– Edição
F.	– Frente
FCSH-UNL	– Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
FCHS	– Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve
Fl.	– Folha

FLUC	– Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUL	– Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FLUP	– Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Fig.	– Figura
Id.	– <i>Idem</i>
IGP	– Instituto Geográfico Português
Mç.	– Maço
Ms.	– Manuscrito
N.i.	– Não identificado
Obs.	– Observação
Org.	– Organização
Orient.	– Orientação
P.	– Página
Res.	– Reservados
S.l.	– <i>Sine loco</i>
S.n.	– <i>Sine nomine</i>
Sep.	– Separata
SGLLE	– Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé
Subls.	– Sublinhados
UAL	– Universidade Autónoma de Lisboa
UALG	– Universidade do Algarve
UP	– Universidade do Porto
v	– Verso
V.	– <i>Vide</i>
Vol.	– Volume

NORMAS UTILIZADAS

Ortografia

Na redacção da presente tese não se adoptou o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, uma vez que iniciámos a investigação em 2010 e o Novo Acordo foi introduzido no sistema educativo no ano lectivo de 2011/2012.

Citações e transcrições

As citações e referências bibliográficas seguem a Norma Portuguesa 405 (405-1, 405-2, 405-3, 405-4), harmonizada com a norma internacional ISO 690, publicada pelo Instituto Português de Qualidade em 1995, acessível em: <http://www.ipq.pt/>.

No que diz respeito a transcrições de documentos manuscritos ou impressos, optou-se por seguir um registo conservador, mantendo a ortografia, a sintaxe e a pontuação do texto original. As dificuldades de decifração e as emendas autógrafas são assinaladas através da seguinte bateria de símbolos¹:

- (†) – palavra ilegível;
- /*/ – leitura conjecturada;
- (...) – leitura impossível por dano do suporte;
- () – rasura ou mancha;
- <†> – segmento riscado e ilegível;
- <>[↑] – substituição por riscado e acréscimo na entrelinha superior
- [↑] – acréscimo na entrelinha superior
- [↓] – acréscimo na entrelinha inferior
- [→] – acréscimo na margem direita
- [←] – acréscimo na margem esquerda
- [] – acréscimo nosso;
- [?] – identificação provável ou problemática.
- * – *nota nossa*

Outras situações são assinaladas no local devido.

¹ Adaptadas de CASTRO, Ivo – «Metodologia do aparato genético». In SIMÕES, Manuel G, CASTRO, Ivo e CORREIA, João David Pinto, org. – *Memória dos afectos: homenagem da Cultura Portuguesa a Giuseppe Tavani*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 78.

Extra-textos

Os extra-textos (figuras, gráficos e quadros) encontram-se intercalados com o corpo textual, onde são mencionados por número e título. Encontram-se numerados de forma consecutiva e a sua localização é feita através da identificação do número de páginas ocupadas, entre parêntesis rectos, seguida pelo número de página anterior e posterior.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
i. Objecto de Estudo.....	1
ii. Enquadramento teórico-metodológico	1
iii. O caso do Algarve	7
iv. As fontes e a organização do estudo.....	14
PARTE I A FORMAÇÃO DE LEITORES	19
CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO, ECONÓMICO E SOCIAL	21
CAPÍTULO II A REDE PÚBLICA DE ENSINO	25
II.1 A rede escolar pública no Algarve: da lei à letra	28
II.1.a A reforma dos Estudos Menores (1759).....	30
II.1.b O estabelecimento do ensino público (1772)	36
II.1.c A escassez de candidatos a «mestre régio».....	43
II.1.d Os mestres régios: perfil socio-literário	46
II.1.e Alternativas: as escolas particulares e as escolas militares	51
II.2 Matérias e materiais didácticos: o lugar do impresso nas reformas do ensino	56
II.2.a Escolarização da Língua Portuguesa nos Estudos Menores: da doutrina à lei	56
II.2.b A língua e o gosto literário	61
II.2.c Os manuais impressos: controlo do mercado	63
II.2.d O impresso nas escolas de <i>Ler, escrever e contar</i>	65
II.2.e O impresso nas escolas algarvias	70
II.3 O livro e a leitura enquanto «bens públicos»: as estruturas de ensino liberais	74
II.3.a A Escola Normal Primária e de Ensino Mútuo (1837-1846).....	75
II.3.b O ensino primário.....	78
II.3.b.1 A biblioteca da escola	86
II.3.b.2 A biblioteca do aluno: utilizadores, autores e obras em uso.....	87
II.3.c O ensino secundário e a biblioteca liceal	90
II.3.c.1 A biblioteca liceal.....	93
II.3.d A biblioteca pública distrital	94
CAPÍTULO III A ESPECIALIZAÇÃO DA LEITURA: GRUPOS DE LEITORES	101
III.1 O Clero Regular	101
III.1.a A rede de bibliotecas religiosas no Algarve	106
III.1.b De bibliotecas a catálogos	110
III.1.c Catálogos «informes e ininteligíveis [...] feitos quasi todos por pessoas imperitas».....	114
III.1.d A biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos, em Faro ...	116
III.1.e A biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços, em Faro.....	118

III.2	O Clero Secular.....	126
III.2.a	A acção reformadora de D. José Maria de Melo	128
III.2.b	A «restauração» cultural do Algarve	135
III.2.c	Ao encontro da biblioteca fundada por D. José Maria de Melo.....	138
III.2.d	Fragmentos de uma colecção.....	142
III.2.e	O Seminário de São José	146
	III.2.e.1 Os Estatutos.....	152
III.3	O Exército	157
III.3.a	A expansão das academias e das bibliotecas militares.....	161
III.3.b	O caso do Algarve	164
III.3.c	O Curso de Estudos Militares em Tavira	168
III.3.d	Aula de Anatomia e Cirurgia em Tavira	175
III.3.e	A biblioteca do cirurgião-mor do hospital militar de Lagos.....	177
III.3.f	A biblioteca do Regimento de Infantaria de Lagos.....	180
CAPÍTULO IV O ALARGAMENTO DO MERCADO LITERÁRIO.....		183
IV.1	A popularização do impresso: editar para a periferia	183
IV.1.a	Viver a fé através do impresso	185
IV.1.b	O impresso na difusão dos conhecimentos úteis	191
IV.2	Sociabilidade e leitura pública.....	194
IV.2.a	Entre a formação e a acção: a emergência das sociedades civis	198
	IV.2.a.1 Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé (29.12.1835- 20.2.1848?): génese e expansão de uma tipologia institucional de leitura pública.....	205
IV.2.b	Desenvolvimento das sociedades culturais (1822-1910).....	233
	IV.2.b.1 As sociedades teatrais	234
IV.3	As bibliotecas populares	248
IV.3.a	Biblioteca Popular de Monchique.....	249
IV.3.b	Biblioteca Popular de Lagos	251
	IV.3.b.1 A identidade literária: uma biblioteca de formação.....	253
	IV.3.b.2 O público-leitor.....	257
IV.3.c	Biblioteca Popular de Vila Real de Santo António	259
PARTE II DE LEITORES A ESCRITORES.....		263
CAPÍTULO V A EDIÇÃO: COMÉRCIO E INDÚSTRIA.....		265
V.1	O comércio do impresso	265
V.1.a	Os correspondentes	271
V.1.b	A venda e o aluguer por anúncio.....	276
V.1.c	As casas de vendas de livros	278
V.2	A consolidação nacional da indústria tipográfica	280
V.3	A indústria tipográfica no 3.º quartel de Oitocentos.....	285
V.4	Configurações locais da edição.....	291
V.4.a	A edição na periferia	292

V.4.a.1 O Algarve no movimento editorial da Restauração	294
V.4.a.2 D. José María Guerrero: um impressor, a independência de duas nações	297
V.4.b Evolução da capacidade editorial regional	308
CAPÍTULO VI O ALGARVE LITERÁRIO	315
VI.1 Periodismo provincial	315
VI.1.a A expansão da imprensa periódica.....	315
VI.1.b Periodismo e práticas de escrita	318
VI.2 Autoria no circuito da cultura erudita: a trajectória de José Joaquim Nunes. 324	
VI.2.a Em torno do género epistolar	325
VI.2.b José Joaquim Nunes e José Leite de Vasconcelos: o <i>corpus</i> epistolar... 328	
VI.2.c O posicionamento dos agentes no campo intelectual	330
VI.2.d O pacto pedagógico	332
VI.2.e Circulação do Saber e actualização científica	337
VI.2.f Autores, bibliotecas e mercado editorial	340
VI.2.g Autores em correspondência: coesão e mobilidade.....	349
CONCLUSÕES.....	353
FONTES E BIBLIOGRAFIA	357
I. Fontes Manuscritas	359
I.1 Arquivo Distrital de Faro.....	359
I.2 Arquivo Histórico de Viana do Castelo.....	360
I.3 Arquivo Histórico da Academia de Ciências de Lisboa.....	360
I.4 Arquivo Histórico da Diocese do Algarve	360
I.5 Arquivo Histórico Militar	360
I.6 Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes, Vila Real de Santo António, Portugal	363
I.7 Arquivo Municipal de Lagos.....	363
I.8 Arquivo Municipal de Loulé	363
I.9 Arquivo Nacional da Torre do Tombo	364
I.10 Arquivo do Seminário de São José de Faro, Faro, Portugal.....	365
I.11 Biblioteca António Rosa Mendes da Universidade do Algarve.....	365
I.12 Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.....	366
I.13 Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia.....	366
I.14 Biblioteca Nacional de Portugal	366
I.15 Instituto Geográfico Português.....	368
II. Fontes Impressas	368
II.1 Monografias	368
II.2 Publicações periódicas	380
II.3 Legislação	384

III. Bibliografia.....	384
III.1 Estudos.....	384
III.2 Bases de dados	415
LISTA DE FIGURAS.....	417
LISTA DE GRÁFICOS	420
LISTA DE QUADROS.....	421
LISTA DE ANEXOS – VOLUME II.....	428

INTRODUÇÃO

i. Objecto de Estudo

A presente tese resulta de um percurso de investigação centrado no estudo das condições histórico-sociológicas que favoreceram a expansão e a apropriação da cultura impressa, tomando como referente da análise o Algarve, no período compreendido entre 1759 e 1910.

Pretende-se dialogar com um conjunto de trabalhos que tem evidenciado a pluralidade de formas pelas quais a escrita impressa penetrou, paulatinamente, os modos de formação literária, de comunicação e de sociabilidade em Portugal ao longo dos séculos XVIII e XIX, nos quais a periferia algarvia surge em posição lacunar. Esta situação decorre, em parte, da dispersão de fontes por repositórios de natureza e geografia distintas e pelas dificuldades de acesso a fontes arquivísticas locais², originando o desconhecimento sobre as disponibilidades culturais existentes na região e o impressionismo das conjecturas.

A localização, selecção e interpretação de dados empíricos permitem apreciar os ritmos e os ritos da aculturação pela escrita impressa no Portugal Contemporâneo, a partir de uma perspectiva que considera o espaço periférico enquanto entidade provida de estatuto «identitário, relacional e histórico»³, constituinte da globalidade nacional. O objectivo é o de estabelecer indicadores precisos e fiáveis, a partir dos quais possamos reforçar a plausibilidade dos juízos históricos sobre o meio cultural, em particular, sobre a cultura literária na periferia. O programa exige a clarificação das problemáticas conceptuais, das opções e das orientações teórico-metodológicas, que delimitam o horizonte epistemológico. Precisamo-lo a partir dos conceitos enunciados no título do trabalho.

ii. Enquadramento teórico-metodológico

O emprego do sintagma *cultura literária* recupera a acepção etimológica do adjectivo que intervém no sintagma. O termo provém do substantivo latino *littera, ae*, que designa, no singular, *letra*, no plural *carta* e, num sentido mais amplo, *todo o documento escrito*. O adjectivo *litterarius, a*, um alude ao *relativo à leitura e à escrita*, empregado para designar o conhecimento em geral transmitido pela escrita. *Cultura literária* é,

² Na presente data estão por organizar os arquivos municipais de Aljezur, Monchique, São Brás de Alportel, Castro Marim e Alcoutim.

³ AUGÉ, Marc – *Não-Lugares: introdução a uma Antropologia da sobremodernidade*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2012 [1992], p. 69.

neste contexto, utilizada como equivalente de *cultura letrada* ou *cultura escrita*. Metodologicamente, circunscreve-se o estudo à «cultura do objecto impresso»⁴, em espaço infranacional e num período que, a par da circulação, também a produção de textos impressos atingiu a escala periférica, através da sedentarização da actividade tipográfica nas várias províncias portuguesas.

O valor estético dos textos produzidos não está, assim, em apreço. Trata-se de uma abordagem ao património de textos impressos e ao contexto histórico, social e cultural que possibilitou a sua produção, circulação, recepção e uso, interessando, de acordo com Roger Chartier e Daniel Roche: «colocar, à face da história, num campo homogéneo sem hierarquização nem exclusivo, todos os discursos que num dado momento se tornam livros»⁵.

Este ponto de vista não é incompatível com o dos estudos literários, como explicou Artur Anselmo em «Da história literária à história do livro»⁶, apenas não restringe o seu âmbito aos «grandes» da literatura. Vitor Manuel Aguiar e Silva realçou igualmente a vantagem de convocar para a teoria literária aqueles a quem denomina por «novos *partners*» – o impressor, o editor e o livreiro – dada a sua intervenção na criação, transmissão e recepção das obras literárias⁷, reconhecendo o muito que pode ser feito a partir

⁴ In CHARTIER, Roger, coord. – *As utilizações do objecto impresso (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Difel, 1998 [1984], p. 9-21.

⁵ CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel – «O livro uma mudança de perspectiva». In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, dir. – *Fazer História, 3, novos objectos*. Lisboa: Bertrand, 1987 [1974] p. 127-128. A concretização do projecto intelectual que reviu dicotomias tais como a que opõe a literatura erudita à literatura popular foi empreendida por Roger Chartier, através da análise ao *corpus* da *Bibliothèque bleue*, a partir do qual o autor problematizou os contrastes, percorrendo a genealogia dos textos. Cf. CHARTIER, Roger – «Textos e edições: a “literatura de cordel”». In *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988, p. 165-187. V. também do mesmo autor: *Lectures et lecteurs d’Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987. Para o caso português, v. CURTO, Diogo Ramada – «Literaturas populares de grande circulação». In *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 281-316.

⁶ ANSELMO, Artur - «Da História Literária à História do Livro». In *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997, p. 21-25.

⁷ O autor afirma: «Se o texto literário manuscrito instituía já um processo de comunicação disjuntiva e diferida, não ultrapassava, porém, senão rara e dificilmente, o âmbito de uma comunicação pluri-individual circunscrita a um reduzido número de receptores. O texto literário impresso, pelo contrário, possibilitou circuitos de comunicação que progressivamente adquiriram as características da comunicação de difusão, isto é, um tipo de comunicação em que o emissor detém a possibilidade, graças a canais técnicos apropriados, de veicular a sua mensagem para um número extremamente elevado de receptores. A literatura, *arte alográfica* por excelência, encontrou no texto impresso o vector que potenciou com relativa segurança e fidedignidade a sua capacidade comunicativa, quer no tempo, quer no espaço.

Por outro lado, a “galáxia de Gutenberg” introduziu no circuito da comunicação literária novos *partners* que se interpõem entre o emissor e o receptor e que têm desempenhado, do século XV até à actualidade, uma importante função ainda precariamente estudada: o impressor, o editor e o livreiro. Introduzidos no circuito da comunicação literária por motivos de ordem tecnológica, financeira e social, estes *partners* – muitas vezes fundidos no mesmo indivíduo ou na mesma entidade comercial – ganharam crescente influência, sobretudo o editor, desde que, no século XVIII, como

desta perspectiva. E Robert Darnton dedicou muitas páginas do seu livro *O Beijo de Lamourette*⁸ à defesa da articulação entre a história do livro e os estudos literários, lembrando que a «literatura livresca faz parte de um sistema que produz e distribui livros», pelo que o olhar analítico não deverá excluir todos os intervenientes no sistema, que, na sua terminologia, configuram «os intermediários esquecidos da literatura»⁹, ou seja, os «trapeiros, fabricantes de papel, tipógrafos, carroceiros, livreiros e até leitores»¹⁰.

Com efeito, a história do livro e da leitura, área de estudo em que se filia esta investigação, tende, pela natureza interdisciplinar do objecto, para a diluição de fronteiras disciplinares¹¹. Ao situar, como centro de interesse, a «acção cultural e a influência do livro durante os primeiros trezentos anos da sua existência»¹², o estudo pioneiro de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin alargou os prismas de análise que têm vindo a ser desenvolvidos em torno do livro enquanto objecto e força cultural e diversificou as abordagens disciplinares.

Outros confinamentos têm sido questionados, a partir do estudo do espaço de circulação dos objectos, tais como as dos binómicos conceptuais erudito/popular, criação/consumo, dominante/dominado. Roger Chartier, com base nos conceitos de representação, prática e apropriação¹³, procurou interrogar os sentidos que os textos, em cada

em magistral análise demonstrou Jürgen Habermas, se formou na Europa uma “opinião pública” e uma “esfera pública”. Esta influência adquiriu novas dimensões e outro significado na época contemporânea, com as gigantescas empresas editoriais e de difusão livreira – quer privadas, quer estatais – que podem condicionar e controlar, graças aos seus vultuosos recursos financeiros, à sua evoluída tecnologia de produção e às suas sofisticadas técnicas de publicidade e comercialização, as mensagens consumidas por um público de muitos milhões de leitores. Sob a pressão da “indústria cultural” e da “comunicação de massas” manipulada pelo poder monopolista do Estado ou pelos oligopólios económico-financeiros, o próprio conceito de “opinião pública” tende a dissolver-se sociopsicologicamente e a converter-se, cada vez mais, numa ficção do direito público.» (os itálicos são do autor, os negritos são meus). In SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e – *Teoria da Literatura*. 8.ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2000, p. 290-291.

⁸ DARNTON, Robert – *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁹ *Id.*, p. 78-86.

¹⁰ *Id.*, p. 78.

¹¹ V. a propósito ANSELMO, Artur – «Fronteiras da História do Livro». In *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997, p. 15-19. LISBOA, João Luís – «Sobre a investigação actual em história do livro e da leitura». *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, n.º 1, 1997, p. 105-112, e BAPTISTA, Abel Barros – «‘Vem de longe a marca do suporte material’: Uma entrevista com João Luís Lisboa». *MATLIT: Revista do Programa de Doutoramento em Materialidades da Literatura*. [Em linha]. Centro de Literatura Portuguesa, Vol. 2, n.º 1, 2014, p. 159-164. Disponível em http://dx.doi.org/10.14195/2182-8830_2-1_8.

¹² In FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean – *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000 [1958], p. 7.

¹³ Cf. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

momento e em cada lugar, instauram e obtêm, articulando continuamente textos, livros e leitores¹⁴.

O estudo da produção, da circulação dos livros (e outros objectos de leitura) e o exame às diferentes modalidades de recepção e uso dos textos, nos seus respectivos contextos históricos, permitem problematizar as visões a-históricas sobre a produção e a difusão tipográficas, assim como a sua relação com os leitores¹⁵, dando corpo a uma história da leitura que deve focar-se, segundo aquele autor, em «apreender nas suas diferenças as comunidades de leitores e os seus modos de ler»¹⁶.

Esta perspectiva não anulou a importância da materialidade dos textos; pelo contrário, propõe uma abordagem ancorada no valor semântico das formas materiais que organizam os textos e orientam a leitura, como defendeu D. F. Mckenzie¹⁷. No prefácio que assinou a esta obra e atendo-se ao texto impresso, Roger Chartier, subscreveu:

[...] le format du livre, les dispositions de la mise en page, les modes de découpage du texte, les conventions typographiques, sont investis d'une «fonction expressive» et portent la construction de la signification. Organisés par une intention, celle de l'auteur ou de l'éditeur, ces dispositifs formels visent à contraindre la réception, à contrôler l'interprétation, à qualifier le texte. Structurant l'inconscient de la lecture (ou de l'écoute), ils sont les supports du travail de l'interprétation. L'imposition comme l'appropriation du sens d'un texte sont donc dépendantes de formes matérielles dont les modalités et les agencements, longtemps tenus pour insignifiants, délimitent les compréhensions voulues ou possibles.¹⁸

Este enquadramento epistemológico permite pensar o universo tipográfico como um todo (produção, circulação e consumo), alertando para a necessidade de exercer-se a contínua vigilância sobre o que em cada tempo, geografia e sociedade se entende por tal conceito, quais os agentes que nele participam, em que condições e com que recursos intelectuais e materiais.

¹⁴ Em especial: CHARTIER, Roger – *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Éditions du Seuil, 1987 [1982]; *Id.*, coord. – *As utilizações do objecto impresso (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Difel, 1998 [1984]; *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega, 1997 [1992]; CAVALLO Guglielmo e CHARTIER, Roger – *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2011 [1997].

¹⁵ O autor afirma em «As revoluções da leitura no Ocidente»: «Por muito tempo os historiadores ocidentais consideraram a relação entre impressão, publicação e leitura somente pelos padrões da invenção de Gutenberg, como se ela fosse uma condição necessária para a criação de um grande conjunto de leitores e para o desenvolvimento de uma atividade de publicação intensa.» In ABREU, Márcia, org. – *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 19.

V. também a este propósito JOHNS, Adrian – *Nature of the Book: Print and Knowledge in the Making*. [em linha] University of Chicago Press, p. 29-30. [Consult. 17.2.2015]

Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10292358?ppg=24>.

¹⁶ CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega, 1997, p. 7.

¹⁷ MCKENZIE, D. F. – *La bibliographie et la sociologie des textes*. (S.l.): Éditions du Cercle de la Librairie, 1991.

¹⁸ CHARTIER, Roger – «Préface». In MCKENZIE – *Op.cit.*, p. 6-7.

Na presença do objecto impresso, podemos, pois, traçar uma área de trabalho que nos conduza às condições políticas, económicas, sociais, tecnológicas e culturais que viabilizaram ou inviabilizaram a disseminação da cultura tipográfica e que definiram as formas de relacionamento entre cada comunidade de leitores e a cultura escrita. No caso português, a tendência dos estudos evidencia um alinhamento em torno de eixos temáticos de investigação, sem que tal se traduza em delimitações internas, como explicou João Luís Lisboa¹⁹. No nosso caso, pretende-se uma abordagem integradora, de modo a captar os modos diferenciados através dos quais a cultura impressa foi legitimada, introduzida e utilizada na periferia algarvia, num recorte temporal que se situa entre 1759 e 1910.

As coordenadas espaço-temporais invocam explicitamente a reflexão em torno da natureza das relações entre centro e periferia. Não raro, a natureza do objecto de estudo subverte os conceitos de limites ou fronteiras geográficas, políticas ou linguísticas, como explica Benedict Anderson²⁰. Facilmente, encontramos um livro escrito em Évora, impresso em Paris, encadernado em Lisboa e lido em Faro. Por outro lado, não é seguro que um livro escrito em Lagos, por exemplo, se destine a um público-leitor regional. Que unidade espacial é, então, possível traçar? Como podemos tornar operativa a articulação entre a volubilidade intrínseca do objecto e a delimitação enunciada? O uso da preposição *na* é significativa, pois visa exprimir a consciência relativa ao espaço cultural que o objecto impresso desenha. Com efeito, o que estará a ser perscrutado neste estudo não será a cultura literária *da* região, encerrada sobre a sua essência regional, mas, primeiramente, as modalidades através das quais se desenvolve a cultura literária em espaço periférico, o que significa colocar este espaço em relação. Em relação com o centro, face ao qual se pensa como periferia, mas também em relação com outras periferias. A pergunta mobilizadora é, portanto, a do «como?».

Suspendem-se, assim, as representações que, *a priori* e sem validade científica, associam o conceito de periferia às noções de atraso, de inércia ou de passividade e a metáforas que exprimem a ausência. De modo a controlar o uso terminológico de *periferia*, diremos que o utilizamos no sentido de exprimir tão-só um afastamento do centro, considerado este, de acordo com Edward Shils, como a zona que concentra as institui-

¹⁹ «Sobre a investigação actual em história do livro e da leitura». *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, n.º 1, 1997, p. 106.

²⁰ *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Estudo introdutório de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70, 2012 [1983].

ções, funções, pessoas, símbolos, valores e crenças que conduzem a sociedade e que são encarados pelos seus membros como essenciais, independentemente do grau de adesão e de participação em cada uma destas esferas, que tanto pode ser de consenso como de conflito²¹. O uso dos termos em causa não tem qualquer conotação valorativa. No mesmo sentido, emprega-se, em variação, o termo provincial e não provinciana/o, por nos parecer o primeiro mais neutro. Este ponto de vista permite colocar a hipótese de as relações entre a periferia e o centro poderem ser questionadas em termos de interacção e de apropriação²², como também propôs Carlo Ginzburg, ao reflectir sobre o tema:

Se o centro é por definição o lugar da criação artística e periferia significa simplesmente afastamento do centro, não resta senão considerar a periferia como sinónimo de atraso artístico, e o jogo está feito. Trata-se, bem vistas as coisas, de um esquema subtilmente tautológico que elimina as dificuldades em vez de tentar resolvê-las. **Experimentemos antes aceitar os termos “centro” e “periferia” (e as respectivas relações) na sua complexidade: geográfica, política, económica, religiosa – e artística. [...] Não se trata de difusão, mas de conflito.** Um conflito detectável mesmo nas situações em que a periferia parece limitar-se a seguir humildemente as indicações do centro.²³

Deste modo, coloca-se em causa o modelo binário que opõe centro e periferia, aquele considerado como espaço-lugar de civilização, domínio e progresso e esta como espaço selvagem e de atraso, um «não-lugar», no sentido descrito por Marc Augé²⁴, que aguarda passivamente o efeito civilizador do centro²⁵.

²¹ SHILS, Edward – *Centro e Periferia*. Tradução de José Hartuig de Freitas. Lisboa: Difel, 1992 [1974], p. 53-54.

²² No sentido proposto por Roger Chartier: «A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.» In CHARTIER – *A História Cultural: entre práticas e representações*. 1988, p. 26-27.

²³ Subls. meus. In GINZBURG, Carlo – *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Lisboa: Difel, 1991, p. 6-7.

²⁴ AUGÉ, Marc – *Op. cit.*, p. 69.

²⁵ A este propósito, afirma Roger Chartier: «A força dos modelos culturais dominantes não anula o espaço próprio da sua recepção. Existe sempre uma distância entre a norma e o vivido, o dogma e a crença, os mandamentos e os comportamentos. É nessa distância que se insinuam reformulações e desvios, apropriações e resistências. [...] O objectivo fundamental de uma história que visa reconhecer a maneira pela qual os actores sociais dão sentido às suas práticas e aos seus enunciados situa-se, portanto, na tensão entre, de um lado, as capacidades inventivas e as convenções que limitam – com mais ou menos força segundo as posições que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer. A constatação vale para as obras eruditas e as criações estéticas, sempre inscritas nas heranças e nas referências que as tornam concebíveis, comunicáveis e compreensíveis. Vale, igualmente, para todas as práticas vulgares, disseminadas, silenciosas, que inventam o quotidiano.» «A ‘Nova’ História Cultural Existe?». *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura / Universidade Nova de Lisboa, 2004 p. 18-19.

Parece-nos que esta abordagem pode ser vantajosa, como já demonstrou o trabalho de Daniel Roche a propósito do caso francês²⁶ e, mais recentemente, os resultados obtidos no âmbito do projecto internacional, dedicado ao estudo da circulação transatlântica de pessoas, impressos e ideias entre 1789 e 1914, envolvendo Inglaterra, França, Portugal e Brasil, sob coordenação de Márcia Abreu e Jean-Yves Mollier²⁷.

A ideia é reforçada pela coincidência temporal com a organização do Estado-Nação, cuja legitimidade passou pelo estreitamento das relações entre centro e periferia, já por conta da politização da população, já da burocratização, já da expansão do sistema de ensino, já dos melhoramentos dos meios de transporte e dos meios de comunicação, que permitiram um relativo alargamento e a diversificação do público atingido e, no geral, possibilitaram uma maior participação nos sistemas que governam a sociedade.

Não significa, no entanto, que estejamos a propor uma igual distribuição de forças, o que implicaria considerar não o diálogo entre centro e periferia, mas entre centros. O que não se nega é a natureza da periferia enquanto lugar histórico, isto é, enquanto espaço dotado de identidade (em relação), de historicidade e de autonomia. Propõe-se, deste modo, um entendimento de partida que concebe o espaço periférico enquanto singularidade relacional²⁸, sem nexos apriorísticos e obrigatórios de causalidade e de dependência.

iii. O caso do Algarve

O interesse por esta área geográfica, donde sou oriunda, resulta da necessidade de prosseguir o caminho iniciado no mestrado e de obter respostas a questões que ficaram aí por responder (ou por formular), no âmbito da circulação e da apropriação da escrita impressa²⁹. As balizas temporais adoptadas têm, sobretudo, um carácter simbólico. Inicialmente, previra como datas representativas o período da Monarquia Constitucional, mas, à medida que avancei na pesquisa, o ano de 1759 revelou-se mais significa-

²⁶ ROCHE, Daniel - «Les sciences dans les académies provinciales». In *Les Républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIII^e siècle*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1988, p. 205-216.

²⁷ A apresentação do projecto e respectivos resultados são apresentados em: <http://www.circulacaodosimpessos.iel.unicamp.br/index.php?cd=1&lang=pt>

²⁸ V. a este propósito: AUGÉ – *Op. cit.*, p. 41-66 e DE CERTEAU, Michel – «Récits d'espace». In *L'invention du quotidien 1. arts de faire*. Paris: Éditions Gallimard, 1990 [1980], p. 170-191.

²⁹ Dedicámo-nos nessa fase ao levantamento da actividade literária impressa no Algarve e à evolução da tipografia na época contemporânea, traçando a sua história. V. PALMA, Patrícia de Jesus – *A produção literária impressa no Algarve durante os séculos XIX e XX*. 2008. Dissertação de mestrado apresentada à FCSH-UNL. O desafio presente é o de conjugar a história da imprensa com o papel da imprensa na história.

tivo. Esta data coincide com o início do estabelecimento da rede nacional de ensino público e permite integrar a fase denominada por «Restauração do Reino do Algarve», durante a qual as relações entre o centro e a periferia se intensificaram.

O Algarve oferece-se como um campo de ensaio privilegiado. Estabelece no contexto nacional e do ponto de vista das representações uma separação mais acentuada, quer no que respeita ao centro, quer no que concerne às restantes províncias continentais. Em meados do século XIX, o engenheiro Charles Bonnett (1816-1867) deu testemunho da imagem que grande parte do país retinha da região: «Na maior parte de Portugal considera-se o Algarve como uma região selvagem, retratando os seus habitantes como Beduínos»³⁰. Esta afirmação contradiz a quantidade razoável de informação produzida desde o século XII. Com efeito, o Algarve não é um território inculto. A literatura, sobretudo a de viagens³¹, as descrições corográficas³² e a cartografia³³, as memó-

³⁰ BONNET, Charles – *Memória sobre o reino do Algarve: descrição geográfica e geológica*. Introdução de José Carlos Vilhena Mesquita e tradução, actualização e notas de Maria Armanda T. Ramalho Viegas. Faro: Secretaria de Estado da Cultura, 1990 [1850], p. 128. Estando dedicado aos estudos geológicos no Algarve e percorrendo toda a região refutou a ideia: «É um profundo disparate. Os algarvios têm um bom carácter, afável, submisso e hospitaleiro, embora muito ciosos da sua liberdade. São sóbrios, laboriosos, corajosos e não vingativos. [...] Até ao presente não se tem dado muita atenção aos recursos que, de todos os géneros, se poderia aproveitar neste belo reino do Algarve, cuja posição geográfica e o seu clima lhe permitiriam ocupar o primeiro lugar entre as restantes províncias de Portugal.» *Ibidem*.

³¹ Leia-se, por exemplo, a antologia coordenada por António Ventura que reúne três dezenas de autores que escreveram sobre a região entre os séculos XII e XIX: VENTURA, António, coord. – *O Algarve visto pelos estrangeiros: séculos XII a XIX*. Lisboa: Lex Editora, 2005. A este título, veja-se também CARVALHO, João Carlos – «Imagens do Algarve nas narrativas de viagem» e RAMOS, Ana Catarina «Como nos viram... O Algarve setecentista nos relatos de viajantes», ambos in CARVALHO, João Carlos e OLIVEIRA, Catarina, coord. – *Viajantes, Escritores e Poetas: Retratos do Algarve*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Estudos Linguísticos e Literários – Universidade do Algarve, 2009, p. 45-65 e 163-76, respectivamente.

³² Selectivamente, indicamos para o **século XVI**: *Duas descrições do Algarve do século XVI [Corografia do reino do Algarve (1577) / Frei João de S. José e História do Algarve (circa 1600) / Henrique Fernandes Serrão]*. Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Sá da Costa, 1983. **Para o século XVII**: GUEDES, Lívio da Costa – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massai (1621)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar. 1988. 2 Vols. **Para o século XVIII**: VASCONCELOS, José de Sande – *Configuração geográfica do reyno do Algarve dividido em comarcas e subdividido por termos*. [Ms.] 1787?. Acessível na BNP, C. PAR. 37. **Para o século XIX**: BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris: Rey et Gravier, Libraires, 1822. 2 vols. LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve*. Prefácio de Isabel Nobre Vargues. Reprodução fac-similada da edição de 1841. Faro: Algarve em Foco Editora, [S.d.] imp. 1988 [1841]. 2 vol.; BONNET, Charles – *Memória sobre o reino do Algarve: descrição geográfica e geológica*. Introdução de José Carlos Vilhena Mesquita e tradução, actualização e notas de Maria Armanda T. Ramalho Viegas. Faro: Secretaria de Estado da Cultura, 1990 [1850]. E ainda as várias monografias locais publicadas por Francisco Xavier de Ataíde Oliveira.

³³ Em suporte cartográfico foi produzido grande massa informativa a partir da década de 1770 pelo engenheiro militar José de Sande Vasconcelos e a sua equipa, que esteve ao serviço na região entre 1772 e 1808. Francisco António Dias Brabo localizou e identificou oito dezenas de trabalhos que revelam em pormenor aspectos do Algarve nos finais do Antigo Regime (v. BRABO, Francisco António Dias – «José de Sande Vasconcelos – engenheiro militar e cartógrafo no Algarve nos finais do século XVIII», *Stilus: revista de cultura algarvia*. Faro: AJEA Edições, 2004, p. 145-176. Artigo actualizado em: AA.VV. –

rias³⁴, a arqueologia³⁵, a historiografia³⁶ ou os estudos literários³⁷ têm produzido ampla gama de conhecimentos sobre a região.

Com qualidade variável, os estudos panorâmicos ou as pesquisas parcelares, tanto da autoria de amadores e de eruditos locais quanto de investigadores especializados, são importantes ferramentas para compreendermos a diversidade de olhares que têm abordado o Algarve, representando-no-lo³⁸. Combinando o saber científico, os registos impressionistas, a literatura e a acção propriamente política, o Algarve, “reino” até à implantação da República, mas sem qualquer autonomia administrativa, tornou-se um espaço individualizado no conjunto nacional³⁹ e os fundamentos são de ordem vária.

Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749): cartografia, cultura e urbanismo. Porto: GEDES, 2006.). De entre eles destacamos, pela sistematização de informação, o VASCONCELOS, José Sande de – *Mappa geral de diferentes objectos, e noticias do Reyno do Algarve: feito no tempo do conde de Val de Reys, Governador e Capitão-General do dito Reyno.* [em linha] [Ms.]. 1788. Acessível na BNP, F. 8036. Disponível em: <http://purl.pt/23924>.

³⁴ *Memórias relativas ao Reino do Algarve: notas diversas e originais do século XVIII* (Acessível na BNP, Cod. 244); SALGADO, Frei Vicente – *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve.* Lisboa: Regia Officina Typographica, 1786; LOPES, João Baptista da Silva – *Memorias ecclesiasticas para a Historia do Bispado do Algarve.* Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1848; LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memória sobre a Agricultura do Algarve e melhoramento que pode ter». *Anais do Município de Faro.* Faro, Município de Faro, n.º 24, 1994 [1812].

³⁵ Contam-se, neste campo, os trabalhos pioneiros de Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga, de que resultaram os quatro volumes das *Antiguidades monumentaes do Algarve: tempos prehistoricos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886-1891. Trata-se de um campo amplamente trabalhado como se pode confirmar em GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela – *Levantamento arqueológico-bibliográfico do Algarve.* Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

³⁶ De entre um rol extenso, sublinham-se os trabalhos pioneiros de MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve Económico 1600-1773.* Lisboa: Editorial Estampa, 1993 e de CORREIA, José Eduardo Horta – *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina.* Porto: FAUP Publicações, 1997. Destacam-se ainda os de VIDIGAL, Luís – *Poder e Sociedade em Vila Nova de Portimão.* Portimão: Câmara Municipal, 1993; LAMEIRA, Francisco Ildefonso – *A Talha no Algarve durante o Antigo Regime.* Faro: Câmara Municipal, 2000; PAULA, Glória de Santana – *Lagos (1745-1792): Dinâmicas económicas e elites do poder.* Lisboa: Estar, 2001 e MENDES, António Rosa – *Cultura e Política no Algarve Setecentista: Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789).* Olhão: Gente Singular Editora, Lda., 2007.

³⁷ Destaco, a título de exemplo, JÚDICE, Nuno, selecção e pref. – *Poesia futurista portuguesa.* Faro: 1916-1917. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

³⁸ Desde 1980, realizam-se os *Congressos do Algarve*, que incluem uma vasta panóplia de temas, tais como a biologia, o ambiente, o património, as pescas, a economia, a história ou o turismo, assumindo-se como momentos privilegiados de partilha de conhecimentos e de reflexão. Contam-se treze edições, cujas conferências estão publicadas.

³⁹ As imbricadas relações entre a história, a memória e a literatura e a forma como disputam o passado são evocadas por Roger Chartier nestes termos: «A epistemologia da verdade que rege a operação historiográfica e o regime da crença que governa a fidelidade da memória são irredutíveis, e nenhuma prioridade, nem superioridade, pode ser dada a uma à custa da outra.

Sem dúvida, entre história e memória as relações são claras. O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimónias de rememoração e a institucionalização dos lugares de memória deram origem repetidas vezes a pesquisas históricas originais. Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser colectivo. A segunda se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, “científico”, no sentido de Michel de Certe-

Territorialmente a mais pequena das províncias, o «reino do Algarve» viu-se ostentado no título dos reis portugueses desde a conquista até à República, como forma de reconhecimento. De acordo com Luís Filipe Oliveira esta distinção teve consequências ao nível identitário: «da própria consciência de viver num reino unido ao de Portugal, mas distinto dele, acabaria por resultar, também o sentimento de pertencer a um mundo efectivamente diferente»⁴⁰. Marcas dessa distinção chegam aos nossos dias, por exemplo, nas indicações de direcção, em que o critério de apontar a orientação pela designação da capital de distrito não se aplica e a designação da capital é sistematicamente substituída pela da região⁴¹.

Por outro lado, devido à fisionomia geográfica, a região não sofreu mutações significativas no que diz respeito aos limites administrativos. A serra, que o separa das grandes planícies alentejanas, constituiu até ao final do século XIX uma barreira natural, dificultando a circulação terrestre, sublinho terrestre, de pessoas e de bens. Outro dos

au.» Mais adiante, o autor reflecte sobre as contaminações entre história e literatura: «A noção de “energia”, que tem um papel essencial na perspectiva analítica do *New Historicism*, pode ajudar a compreender como algumas obras literárias moldaram, mais poderosamente que os escritos dos historiadores, as representações coletivas do passado [...]. [...] Quando as obras estão habitadas por uma força em particular, adquirem a capacidade de “produzir, moldar e organizar a experiência colectiva, mental e física (Greenblatt, 1988, p. 6) – e entre essas experiências se computa o encontro com o passado. [...] Uma segunda razão que faz vacilar a distinção entre história e ficção reside no facto de que a literatura se apodera não só do passado, mas também dos documentos e das técnicas encarregados de manifestar a condição de conhecimento da disciplina histórica. [...] Contudo, esse “ter-estado-aí», esse “real concreto”, que é o fiador da verdade da história, deve ser introduzido no próprio discurso para certificá-lo como conhecimento autêntico. Esse é o papel, como observava de Certeau, das citações, das referências, dos documentos que convocam o passado na escritura do historiador, demonstrando também sua autoridade.» In CHARTIER, Roger – *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2.ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 [2007], p. 24-28.

Estas imbricações mostram-nos que, no caso do Algarve, a construção de algumas representações elaboradas principalmente pelo discurso impressionista ou literário não teve a acompanhá-la, por contraste, o trabalho historiográfico. A título de exemplo, cite-se o *Guia de Portugal* de Raul Proença (1927) que levantou celeuma pública entre o escritor e alguma intelectualidade algarvia que não compreendeu, à excepção de Francisco Fernandes Lopes também envolvido, que não podia tomar por científico o que era do domínio da subjectividade. Os textos da polémica estão reunidos em PROENÇA, Raul – *Polémicas*. Organização, prefácio e cronologia de Daniel Pires. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 673-721. Analisando este tópico, Luís Filipe Oliveira concluiu: «Ainda que muitas destas opiniões retratam mais quem as exprimiu, na estreiteza dos seus preconceitos pessoais ou da mentalidade da época, do que aqueles que procuravam retratar, acabavam por traduzir também, pela negativa, o isolamento a que o Algarve até ao princípio do século XX esteve efectivamente votado.» In MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte – *Portugal: o sabor da terra, um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010 [1998], p. 648.

⁴⁰ OLIVEIRA, Luís Filipe – «Algarve». In MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte – *Portugal: o sabor da terra, um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010 [1998], p. 644.

⁴¹ Acercando-se do tema, Orlando Ribeiro deu este e outros exemplos, considerando que estas irregularidades eram sintoma da deficiente integração da província: «[...] fica patente o sentimento de individualidade do Algarve, considerado, em relação ao resto do país, antes como um apêndice do que como parte integrante dele.» In RIBEIRO, Orlando – «Portugal e o Algarve: singularidade de um nome de província». *Boletim de Filologia*. Lisboa, n.º 2-3, 1953, p. 336.

aspectos que parece ter contribuído igualmente para a idealização da região enquanto unidade, consistiu na jurisdição de âmbito regional e com efeitos permanentes que criou a figura de Governador e Capitão-General do Algarve (1581⁴²-1836), o qual acumulou competências de âmbito militar e civil⁴³, ao contrário de outras províncias em que esta função se aplicou exclusivamente ao exercício militar. Com residência fixa em Lagos e, depois do terramoto de 1755, em Tavira, o Governador estava obrigado a percorrer todo o território para ter dele o mais pormenorizado conhecimento. Em causa estava a rapidez de obtenção dos recursos e a preparação necessária para a defesa dos constantes ataques inimigos, assim como a operacionalidade enquanto principal base de apoio aos lugares de África. Daqui resultou o conhecimento concreto do território, das suas singularidades e contrastes⁴⁴. Apesar da representação contínua de instituições da coroa ao longo do território, a integração política e económica da província não foi completamente corporizada até ao terceiro quartel de Setecentos, quando era «como um membro tolhido, e baldo no corpo da Monarchia Portuguesa», segundo as palavras de José Viegas de Andrade⁴⁵.

As repercussões económicas desta falta de domínio foram objecto da atenção de Sebastião José de Carvalho e Mello. A partir de 1772, o marquês concebeu e pôs em marcha o projecto de revitalização e de integração político-económica, apelidando-o «Restauração do Reino do Algarve». Partindo de uma intensa actividade legislativa que

⁴² Segundo LOPES – *Corografia ou memória económica...* Vol. I, p. 71, a primeira vez que o título surgiu documentado foi em 1581 nos livros da Misericórdia de Lagos, razão pela qual adoptámos esta data. Outros autores indicam 1573. A 20 de Maio de 1595 terá sido dado regimento a Martim Correa da Silva e, em 1624, foi actualizado, destinando-se a João de Mendonça Furtado. O documento foi editado por LOPES – *Corografia ou memória económica...* Vol. II: documentos ilustrativos n.º 17, do qual se extrai: «de maneira que se cumprão os meus Regimentos inteiramente, e para isto visitareis tudo pessoalmente as mais vezes que for necessario, e fareis todas as diligencias que cumprirem á defensão do dito Reino, e se a offenderem os inimigos, e corsarios que quizerem demandar as costas delle, e assim para qualquer necessidade que sobrevier aos logares de Africa, porque estas são as principaes causas para que vos mando ao dito Reino, e fareis exercitar as gentes das companhias, sabendo as armas que tem e as que são necessarias para em todo o tempo se prover conforme meu serviço, e quando em alguma occasião, ou necessidade urgente cumprir ajuntar-se com a gente do Reino, e destas comarcas de Beja e campo de Ourique, assim de pé como de cavallo, todas ou parte ordenareis se juntem nos logares que vos parecer, escrevendo sobre isto aos capitães mores ou corregedores das ditas comarcas, aos quaes enviareis o treslado da parte deste Capitulo que disto tracta, assignado por vós, aos quaes mando que inteiramente cumprão o que lhes mandares dizer da minha parte sobre este cazo.»

⁴³ Cf. LOPES – *Corografia ou memória económica...* Vol. II: documentos ilustrativos n.º 17.

⁴⁴ Joaquim Romero Magalhães não hesitou em advertir contra um certo determinismo geográfico: «O Algarve, o reino do Algarve, resulta das distintas sub-regiões, em complexa e variável conjugação. Por causa disto mesmo, é uma verdadeira «região histórica» (RIBEIRO, Orlando, 1976, *Regiões históricas*, sep. de *Scritti geografici in onore di Riccardo Riccardi*, Roma) e não uma região natural. A política, a administração, a organização, levaram a esta construção humana.» In MAGALHÃES – *O Algarve económico...* 1993, p. 159.

⁴⁵ *Apud* VIDIGAL – *Câmara, Nobreza e Povo...* 1993, p. 94.

visou a harmonia, o «Bem commum dos Meus Vassalos, e com a igualdade, com que para todos elles devem descer do Throno as Graças, e os beneficios, com que procuro promover entre elles a abundancia e a felicidade» (Carta de Lei de 4 de Fevereiro de 1773), Sebastião José de Carvalho e Mello fez cessar a «odiosa differença» fiscal que distinguia a circulação dos produtos algarvios dentro de Portugal, sobrecarregando-o com taxas diversas, como se de comércio estrangeiro se tratasse. A introdução deste diploma é testemunho do modo como diferenciadamente evoluiu a percepção sobre o «Reino do Algarve»:

Ao mesmo tempo tive igual informação, de que conservando justamente os Senhores Reis Meus Gloriosos Predecessores ao Algarve os Privilegios de Reino, em memoria dos assinalados serviços, que os Habitantes della fizeram á Minha Coroa; **foi tal o abuso, que se fez desta distincção honorifica, que, devendo lembrar sómente para tudo o que fosse favoravel aos seus Moradores, se foi convertendo tanto em odio delles, que os chegaram a excluir como estranhos de todos os beneficios**, de que sempre gozaram, e estão ainda gozando todas as outras Provincias de Portugal no Commercio de Terra, e de Mar, que entre si fazem por carretos de Terra, e por Fozes, e Barras.⁴⁶

A título de compensação pelos agravos, o marquês terminou o diploma reiterando a manutenção do uso do título honorífico e repôs a igualdade de tratamento que assegurasse a livre circulação de mercadorias, fundamental ao desenvolvimento do comércio e da produção agrícola nacionais:

«Mando, que tal differença se não torne daqui em diante a fazer: E que muito pelo contrario, **conservando o mesmo Algarve as prerogativas de Reino para tudo o que he honorifico, seja inteiramente regulado pelas Provincias de Portugal**, assim para o **pagamento dos direitos** de sahida do Algarve, entrada em Lisboa, e Portos deste Reino, **como para tudo o mais, que lhe for util, e favoravel.**» (subls. meus).

O auge desta política culminou com a edificação de raiz de Vila Real de Santo António no ano de 1774, erguida como a «Cidade-Símbolo», a «Cidade-Poder» do domínio pombalino, segundo as palavras de José Eduardo Horta Correia⁴⁷.

A morte de D. José I, em 1777, e o conseqüente afastamento do marquês de Pombal, subindo ao poder D. Maria I (1777-1792), teve conseqüências nas políticas pombalinas, com ressonância nos próprios interesses historiográficos. Apesar de cada vez mais estudos virem a lume comprovar a existência da «continuidade» reformista

⁴⁶ Subls. meus. Carta de Lei de 4 de Fevereiro de 1773.

⁴⁷ «Tal como foi delineada e executada, Vila Real de S.^{to} António manifesta-se como Cidade-Poder. Poder do Estado que restaura uma região – o Algarve – e pretende fazer uma Cidade-Símbolo e prova exemplar dessa restauração. Poder do Estado que se define, enquanto visível afirmação de ordem, como poder-contra. Contra o caos, o obscurantismo, a ilegalidade. Mas também contra a Espanha.» In CORREIA, José Eduardo Horta – *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: FAUP Publicações, 1997, p. 230.

entre os dois reinados⁴⁸, os estudos sobre o Algarve, respeitantes ao período subsequente, esmoreceram, exceptuando-se os períodos bélicos ou os de mudança de regime político, que o espírito de rememoração tem instigado.

A entrada em Oitocentos foi caracterizada por Joaquim Romero Magalhães, em *O Algarve: da Antiguidade aos nossos dias* nos seguintes termos:

[...] desaparecem os mercadores portugueses nos anos Trinta do século XVII, vindo a ser substituídos por mercadores ingleses. Estes ir-se-ão por sua vez em fins do século XVIII, quando se recompõe um grupo de comerciantes portugueses. Mudanças de fundo que acompanham a ruralização de uma terra que pelo comércio marítimo se destacara na economia portuguesa durante o século XVI. Mas que, **em fins do século XVIII, mais não era do que uma periferia de uma periferia.**⁴⁹

Pensamos que esta observação, produzida segundo um referente económico, não pode ser generalizada ou transferida para outros campos do conhecimento, segundo uma lógica de causalidade. No entanto, não é invulgar encontrá-la aplicada ao período Contemporâneo, utilizada como argumento para sublinhar a contínua marginalização do Algarve, para que concorrem investigações que revelaram, de facto, no plano cultural, indícios dessa clivagem⁵⁰.

Em 2010, António Rosa Mendes traçou o seguinte retrato:

Com efeito, marginal, periférico e padecendo de um isolamento multissecular em relação ao restante país – um isolamento que a chamada “Restauração do Reino do Algarve”, promovida pelo marquês de Pombal no primeiro lustro da década de setenta do século XVIII, intentara debalde quebrar –, o Algarve mantinha, no dealbar do século XX, uma estrutura económica arcaizante em que predominava uma agricultura rotineira e de subsistência, e em que a indústria mal aflorava. [...] **A este atraso material acrescia um não menos significativo atraso cultural. Basta atentar em que a percentagem de analfabetos no distrito de Faro superava os 82%, superior à média nacional.**⁵¹

Parece-me importante reequacionar esta asserção a partir de dois aspectos. Em primeiro lugar, considerar os efeitos da referida «Restauração do Reino do Algarve» no

⁴⁸ É o que concluem em domínios diferentes NÓVOA, António – *Les temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e-XX^e siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 180-186. Vol. I. E SILVA, Ana Cristina Nogueira da – *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 39.

⁴⁹ Subls. meus. MAGALHÃES, Joaquim Romero – «O Algarve económico nos séculos XVII e XVIII: a pressão das economias-mundo holandesa e inglesa». In MARQUES, Maria da Graça Maia, coord. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 281.

⁵⁰ V. a este respeito, MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: [s.n.] [Coimbra Editora, Lda.], 1963; CAEIRO, Francisco da Gama – *Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX*. Separata do *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*. Vol. 35, 1980, p. 139-168; BARATA, Paulo J. S. – *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

⁵¹ Subls. meus. MENDES, António Rosa – *Faro: Roteiros Republicanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010, p. 10-11.

campo cultural, pois o estudo do seu impacto tem sido circunscrito aos sectores político e económico. Em segundo lugar, problematizar o conceito de «atraso cultural», como acima expusemos, principalmente quando alicerçado no argumento das elevadas taxas de analfabetismo, que, na realidade, foram caracterizadoras da globalidade nacional e não uma particularidade regional.

Assim, considero ser epistemologicamente mais vantajoso começar por deslocar o foco analítico dos 82% de analfabetos para os 18% de alfabetizados.

Não pretendo, bem entendido, iludir a dimensão modesta que os números denunciam, mas não pretendo igualmente iludir a utilidade e, correndo o risco de infracção deontológica, o entusiasmo perante o valor e os efeitos de gestos «civilizadores», ousades, tais como a fundação de uma biblioteca destinada a um público alargado de leitores, a organização de uma academia de estudos especializados, ou a produção de textos impressos para divulgação local de «conhecimentos úteis», num ambiente intelectual que se caracteriza pela fragilidade. São, efectivamente, escalas diferentes, que exigem lentes apropriadas.

iv. As fontes e a organização do estudo

A escala periférica exige ajustes. Paul Ricoeur lembra que em cada escala vêem-se coisas diferentes e que cada escala tem a sua própria regra⁵². A mudança de escala tem consequências sobre a natureza e a acessibilidade das fontes e implicações no que diz respeito ao objecto de estudo. Enquanto os repositórios, onde estão depositadas as fontes documentais, relativas aos principais centros de produção circulação e consumo, são geograficamente coincidentes, pois coincidem geralmente com os centros de administração política, económica e cultural, os repositórios relativos à periferia estão geograficamente dispersos e em estádios de organização e acessibilidade muito distintos, com óbvias consequências na quantidade e qualidade das fontes disponíveis.

Ao mudar de escala podem mudar também as características materiais do objecto. Pensemos no objecto impresso, produzido na periferia. As suas características formais são distintas daquelas que resultam da actividade de uma grande casa impressora da capital. Face ao livro canónico, recorrente nos catálogos dessas casas, há que colocar

⁵² Cf. RICOEUR, Paul – «Variaciones de escala». In *La Memoria, la Historia, el Olvido*. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2010 [2003], p. 276-300.

os «impressos menores»⁵³, de natureza e de valor efémeros, como os almanaques, os jornais, os rótulos, os sermões, as orações, os avisos, as circulares, os editais, as gravuras, etc., produzidos por pequenas oficinas tipográficas, muitas das quais sem recursos físicos e humanos qualificados, com uma produção destinada ao consumo imediato e, portanto, sem as características tendentes à preservação e ao inventário. É estar ao nível do quotidiano, ou, como melhor disse Michel Foucault, é estar no centro desse «rumor lateral, dessa escrita quotidiana e tão rapidamente apagada que nunca adquire o estatuto de obra ou dele se vê imediatamente despromovida»⁵⁴.

O desafio pode, por isso, ser mais aliciante e os resultados proporcionalmente compensadores. Como observou Víctor Infantes: «Resulta más difícil de localizar un *calendario* que un incunable desconocido, pues del segundo es más que probable que aparezca su cita en el inventario de alguna biblioteca [...]»⁵⁵.

Este ajuste não inviabiliza as possibilidades de questionamento que o reelaborar da problemática autoriza: qual a composição e o papel que a elite letrada desempenhou face às dificuldades referidas? Como se posicionou e relacionou com o centro e os modelos culturais preponderantes? Integrou-os, resistiu-lhes? Foi facilitadora da sua divulgação ou obstruente? Qual o seu poder de influência sobre a restante sociedade? Que iniciativas promoveu e em que sentido as desenvolveu? Que papel coube ao objecto impresso enquanto força cultural?

As respostas para este conjunto de perguntas procurar-se-ão a partir da análise às representações, objectos e práticas específicas, cujo guia é o objecto impresso, entendido em sentido amplo e sem hierarquia. A diversidade de fontes e perspectivas de análise que um programa em torno da formação, legitimação e consolidação da cultura literária tipográfica em espaço periférico mobiliza é uma dificuldade. Constitui, porém, um risco conscientemente assumido por julgar que, apenas contemplando a variedade de vias e de modalidades pelas quais a cultura impressa se introduziu, progrediu, diversificou-se e, paulatinamente, se consolidou numa sociedade reconhecida pelo peso da comunicação oral e do analfabetismo, poderia resultar num quadro cultural panorâmico que, desde o início deste projecto, estabeleci como objectivo.

⁵³ INFANTES, Víctor – «Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas». *Bulletin Hispanique*. [em linha] T. 99, n.º 1, 1997, pp. 281-292. Disponível em: <http://goo.gl/0s1uYj>.

⁵⁴ In FOUCAULT, Michel – *A arqueologia do saber*. Introdução de António Fernando Cascais. Lisboa: Edições 70, 2014 [1969], p. 185.

⁵⁵ INFANTES – *Op. cit.*, p. 290-291.

Para contrariar a dispersão a que também o fôlego cronológico, atravessado pela mudança de sistema político, poderia conduzir, optei por abordagens sincrónicas e significativas para cada um dos eixos de análise. Assim, foi possível estabelecer uma organização temática do trabalho, privilegiando os contextos que originaram o aparecimento ou a extinção das instituições, dos agentes e das práticas associadas à produção, circulação e consumo do impresso na periferia.

Além dos textos impressos em circulação, as fontes utilizadas foram de natureza heterogénea, mas procurei estabelecer continuamente o cotejo entre fontes de natureza oficial e institucional, tais como legislação, estatutos, actas, relatórios, concursos, regulamentos, etc., e fontes de natureza formal ou informal tais como catálogos, correspondência, imprensa periódica, anúncios, que proporcionassem uma visão dialógica entre as representações e as práticas ligadas à cultura tipográfica.

Feito este enquadramento preambular, passo a apresentar a estrutura do trabalho, composta por duas partes e seis capítulos. A primeira parte está organizada em torno da constituição do mercado do impresso e da valorização do processo comunicativo através da imprensa. Conjuga-se o quadro das instituições e dos agentes que compõem a geografia literária com a sua significância local ou regional, de modo a tentar captar as formas pelas quais o objecto impresso foi introduzido e legitimado, a par de outras formas de comunicação oral e escrita. Estando consciente da distância que, por vezes, se insinua entre a acção político-doutrinária e os seus efeitos práticos, optei por conduzir a análise numa perspectiva integrada e relacional, atenta às transformações que a introdução do objecto impresso possa ter operado nas relações e práticas sociais, religiosas, de aprendizagem ou de informação.

O protagonista desta primeira parte é o leitor, procurando-se respostas para as perguntas: «Quem lia?», «Onde?», «O quê?», «Para quê?», «Como se lia?». Introduzila um breve enquadramento demográfico, económico e social que dá corpo ao primeiro capítulo. No segundo capítulo, partimos da análise ao discurso oficial, tendo por base a legislação sobre as normas, as capacidades de leitura e o lugar conferido ao impresso na aprendizagem formal e confrontamo-lo com a evolução da rede escolar pública e as práticas culturais detectadas no Algarve, de modo a compreender, com a maior clareza possível, o papel que a escola pública desempenhou na aculturação pela escrita e em que medida a rede escolar constituiu uma rede do impresso.

O terceiro e quarto capítulos traçam uma cartografia socioinstitucional da leitura, que visa identificar quais os agentes que se relacionavam com a cultura letrada, quais os seus recursos intelectuais, as suas motivações e interesses. Para tal, estudam-se, no capítulo III, o perfil das colecções bibliográficas, a sua dimensão, os centros de produção representados, as línguas de leitura, a actualidade ou anacronismo dos espólios, os usos determinados ou os que implicitamente aí se inscreveram. O objectivo é o de definir as condições concretas de acesso e consumo deste bem cultural, tornando mais nítidos os contornos culturais da época.

No capítulo IV, atende-se ao movimento orientado para a vulgarização do objecto impresso e para a criação da necessidade social da leitura. Aborda-se a aclimação de actividades civilizadoras, o desenvolvimento da produção e comércio do impresso, nomeadamente, no campo da imprensa periódica com repercussões nas formas de organização social, sociabilidades e disponibilidades culturais. Pretendemos traçar o pano de fundo, a partir do qual as possibilidades de consumo, a expansão e a adesão à cultura impressa são pensadas, o que contextualiza a capacidade de produção local e de intervenção no espaço público através da escrita. É esse o tema que alimenta a segunda parte da tese, transitando-se dos mundos da leitura para o registo que a escrita esculpe enquanto leitura do mundo.

Ao adoptar o ponto de vista da produção e do comércio, dedicamos o capítulo V a uma contextualização nacional da actividade editorial e comercial, convocada pelo facto de o sistema de produção do impresso alcançar uma abrangência global neste período, expandindo-se à vasta periferia portuguesa. Por esta via, desejamos diminuir as possibilidades de entender como original ou extraordinário o que é, na verdade, uma tendência comumente partilhada. Ao recuperar a memória da implantação da actividade editorial, da itinerância ao sedentarismo, recuperamos os diferentes ritmos pelos quais a sociedade portuguesa se apropriou da cultura escrita impressa, ilustrando-o com as particularidades de que se reveste o contexto regional.

Finalmente, no capítulo VI, releva-se a interacção entre o desenvolvimento da cultura tipográfica e a emergência do «escritor público», a partir de dois contextos discursivos distintos: o da imprensa periódica e o da edição erudita. No conjunto, visa-se, por um lado, pôr à prova as possibilidades e os limites do meio intelectual previamente caracterizado e, por outro lado, discutir a natureza periférica da cultura literária oitocentista.

PARTE I A FORMAÇÃO DE LEITORES

Mas nem todas as comunicações de espírito a espírito, de alma a alma, exigem necessariamente uma proximidade física. [...] Coisa estranha, os homens que se arrastam assim, que mutuamente se sugestionam ou, antes, que transmitem uns aos outros uma impressão vinda de um nível superior, não se acotovelam, não se vêem, nem sequer se ouvem: permanecem sentados, cada qual em sua casa, lendo o mesmo jornal e dispersos por um vasto território. Qual, é, então, o laço que os une? É, juntamente com a simultaneidade da sua convicção ou da sua paixão, a consciência que cada um possui de que uma ideia ou uma vontade é partilhada no mesmo momento por um grande número de outros homens.

*Gabriel Tarde*⁵⁶

⁵⁶ In *A opinião e a multidão*. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda., 1991 [1901], p. 11-12.

CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO, ECONÓMICO E SOCIAL

A mais pequena das regiões continentais apresentava, no último quartel do século XVIII, uma economia artesanal, ruralizada, mas não necessariamente «rural», como demonstrou Joaquim Romero Magalhães⁵⁷, e uma actividade comercial sustentada pela exportação de frutos secos e de pescado, que exploravam sobretudo os ingleses. No campo demográfico, e em estreita correlação com o processo de ruralização, verificou-se um crescimento populacional mais intenso no interior do que no litoral, o que provocou um maior equilíbrio na distribuição da população e impossibilitou que qualquer núcleo urbano se impusesse com base na concentração populacional. Sobre esta matéria Joaquim Romero Magalhães esclarece:

Em 1776 [...] vê-se que a serra cresceu bastante, num povoamento sempre escasso, mantendo uma homogeneização que vai da Luz de Lagos ao Azinhal. A serra, a ocidente, não acompanhou o crescimento geral. Também o restante Algarve está mais ocupado, destacando-se o espaço compreendido entre Alvor e Moncarapacho, entre o mar e a beira-serra. A elevação de Lagoa a vila – em 1773 – consagra este notável progresso. [...] **Não são mais as cidades que marcam, mas a região das frutas cuja marcha para a homogeneização, em termos da densidade, ficou bem patente.**⁵⁸

Ainda assim, a maior concentração verifica-se no litoral, onde, em 1776, se situam 7765 fogos, seguido da serra, com 4672, e do barrocal, com 2044 fogos⁵⁹. No ponto de vista urbano, o que caracteriza o Algarve é uma distribuição equilibrada entre quatro principais núcleos, onde predomina a vida comercial: Tavira (1), Faro e Loulé (1), Silves e Lagoa (1), Portimão e Lagos (1). O *Quadro I.1: População do Algarve por concelhos, por ordem decrescente em 1772 (fogos) e 1787 (população absoluta)* concretiza este equilíbrio da distribuição populacional, embora o concelho de Faro apresente a maior concentração de habitantes.

A organização dos poderes político, militar e religioso convergiu para esta organização policêntrica, impedindo o surgimento de um único centro de atracção. O representante do rei na região, o Governador e Capitão-General do reino do Algarve, fez de Lagos a sua residência até ao terramoto de 1755, transferindo-se nesta data, na sequência da destruição infligida àquela cidade, para Tavira, que assumiu o papel de capital político-militar da região. Faro era então sede episcopal, depois de esta ter estado em

⁵⁷ MAGALHÃES – *O Algarve económico: 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1993, p. 239-279.

⁵⁸ Subls. meus. *Id.*, p. 118-119.

⁵⁹ *Id.*, quadro III.

Silves até 1577, mas não tinha o estatuto de capital político-administrativa, que só o Liberalismo lhe atribuiu⁶⁰.

É, portanto, um espaço com uma configuração horizontal e policêntrica, avessa à concentração. Através de roteiros de veredas, caminhos e estradas, poucas é certo, foi sendo assegurada a interacção – mesmo que mediada pelos almocreves – entre as gentes da serra e do litoral, entre o mundo rural e o urbano, que salpica quase toda a costa algarvia. Um anfiteatro natural aberto, sobretudo, às comunicações marítimas. Actividades como o transporte de pessoas e de bens, pesca, comércio, contrabando, explicam a profusão e a variedade dos meios marítimos afectos aos vários portos de rio e de mar, assegurando a diversidade das ocupações e a mobilidade dos seus habitantes (v. *Quadro I.2: Embarcações e população mareante existentes no Algarve em 1787, por ordem alfabética das localidades portuárias*).

Já depois da chegada do caminho-de-ferro ainda as gentes preferiam o meio marítimo, mais seguro e mais rápido, tanto para o transporte de pessoas como de mercadorias⁶¹. A mobilidade, mesmo antes da era do vapor, não foi um verdadeiro problema para os algarvios endinheirados, numa região em que as principais cidades eram quase todas portuárias. As embarcações pequenas, mas seguras, aperfeiçoadas pelos marítimos locais, entre as quais se notabilizou o caíque que levou ao Brasil a notícia da expulsão dos Franceses⁶², garantiam a facilidade de contratar a viagem segundo as necessidades, a rapidez e a segurança do transporte. Para Joaquim Romero Magalhães, que sublinhou a importância dos almocreves de terra e dos almocreves de mar: «o que interessa é o barco de pouco fundo, rápido, de pequena equipagem, barato. Não estamos aqui no trá-

⁶⁰ Esse estatuto só lhe adveio pelos decretos de 28 de Junho de 1833 e de 18 de Julho de 1835, o qual, introduzindo algumas alterações, instituiu o Algarve como distrito administrativo, dirigido pelo Governador Civil, com sede em Faro. Durante o período das ocupações francesas, a cidade foi temporariamente sede dos diversos poderes, uma vez que o bispo D. Francisco Gomes do Avelar acumulou as funções de Governador Interino, entre 1808 e 1816.

⁶¹ Em 1893, José Joaquim Nunes escreveu uma carta a José Leite de Vasconcelos, a acompanhar o envio de uma pedra com caracteres ibéricos que localizara em Bensafrim, afirmando: «O melhor meio de condução parece-me por mar em navio de vela do que em vapor, pois n'aquella está sujeita a menor numero de trambulhões. Pelo caminho-de-ferro haveria muitas baldeações; por mar entra aqui e descarrega-se em Lisboa». In NUNES, José Joaquim – *[Carta] 15.7.1893, Lagos [a] José Leite de Vasconcelos*. [Ms.]. 1893. Acessível na BMNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos. N.º 16364.

⁶² V. IRIA, Alberto – *Do Algarve ao Brasil no caíque de pesca «Bom Sucesso» em 1808: um episódio à margem da guerra peninsular*. [S.l.: s.n.] 1936 (Lisboa: Escola Tipográfica das Oficinas de S. José). O tema encontra-se desenvolvido em IRIA, Alberto – *A invasão de Junot no Algarve: subsídios para a história da guerra peninsular – 1808-1814*. Reprodução fac-similada da edição de 1941. Amadora: Livro Aberto, Editores Livreiros Lda, 2004 [1941], 476 [6] p.

fico internacional, nas grandes distâncias. Não quer isto dizer que pequeno barco não possa ir, e não vá a Lisboa, a Cádiz, a Sevilha, a Gibraltar»⁶³, ou ao Brasil.

A vitalidade das embarcações à vela no Algarve, nos primeiros tempos da concorrência do vapor, foi comprovada pelos dados que Luís Santos reuniu e que recuperamos no *Quadro I.3: Movimento de cabotagem em 1855*. Ao contrário das movimentações entre Lisboa e Porto, que utilizaram principalmente o vapor, a vela continuou a assegurar os transportes do Sul, atestando a sua eficácia, num contexto em que as cargas são semelhantes.

O relevo dado a estas actividades é significativo, porque a estrutura socioprofissional lhe é conforme, destacando-se as profissões ligadas ao mar e, sobretudo, à terra. A estatística realizada por José de Sande Vasconcelos (1730?-1808) que pode compul-sar-se no *Mappa geral de diferentes objectos, e noticias do Reyno do Algarve*, referente ao ano de 1787, proporciona-nos uma imagem firme da estrutura socioprofissional algarvia com uma base ruralizada e marítima, como se referiu. Os dados reunidos no *Quadro I.4: Pormenorização dos estatutos socioprofissionais existentes no Algarve em 1787* são o resultado do cruzamento das informações veiculadas nos diferentes mapas sobre actividades profissionais, que integram o *Mappa geral* perfazendo 26% da população, que enumeramos: «1.º Mappa de resumo de toda a tropa que há no Reyno do Algarve», «2.º Mappa de Menistros, Escrivaens e mais Officiaes de Justiça e Fasenda deste Reyno do Algarve e seos competentes Ordenados», «3.º Mappa de todas as Embarcaçoens e Mariantes que há nos portos deste Reyno do Algarve», «5.º Mappa de todas as diferentes Dignidades, Ocupaçoens e Officios que ha em cada uma das terras do Reyno do Algarve», «12.º Mappa de todos os Frades, Freiras, Recolhidas e mais individuos que há nos Conventos deste Reyno e Hospitaes delle», «15.º Mappa de todos os Profesores tanto Regios como particulares de diferentes faculdades que ensinão neste Reyno» e «18.º Mappa do numero de Parochos que há em cada huma das Vigairarias, seos Districtos do Reyno do Algarve».

Atentemos nos resultados obtidos. O grupo das profissões ligadas à agricultura (lavrador, hortelão e trabalhador) é o mais numeroso, perfazendo 50,70% da população em actividade. Segue-se-lhe o funcionalismo público com 17,11% e, logo depois, o número de indivíduos com actividade marítima (pilotos de barra e mareantes), que atinge os 16,33% da amostra. Apesar de a agricultura ser a actividade predominante, existe

⁶³ MAGALHÃES – *O Algarve económico...* 1993, p. 269.

uma considerável diversidade profissional no campo produtivo, que aponta para a complementaridade das actividades e para alguma vitalidade do artesanato e do pequeno comércio (8,54%), como se pode observar no *Gráfico I.1: Estrutura socioprofissional no Algarve, em 1788*. Neste grupo encontram-se, cumpre salientar, dois livreiros instalados em Tavira e em Faro, testemunhando, no mínimo, a existência de uma actividade comercial livreira de cunho regional, já pautada, provavelmente, por suficiente estabilidade⁶⁴. A média ou grande actividade comercial descobre-se confinada a um número diminuto da população, possivelmente de origem estrangeira, o que justifica a presença diplomática (0,02%). A conjugação destes factores deve ser levada em linha de conta, para compreendermos a dimensão da economia regional, que segundo Romero Magalhães, não se desenvolveu industrialmente:

A forte presença inglesa pode dar uma ajuda para explicar por que não houve cabimento para tentativas industrializadoras de monta. Mas isso talvez não chegue. A verdade é que não há capitalismo sem capitalistas, e estes não dão sinal de aparecimento no Algarve. As transformações de produtos quedam-se pela pequena oficina, pelo pequeno artesanato. Não há, a sério, empreendimentos ambiciosos de manufacturas que se destaquem, que vinguem.⁶⁵

Os grupos de poder e de mediação, ainda que com menor representação populacional, detêm em contrapartida a maior capacidade de organização, intervenção e influência social: o clero, os funcionários do Estado, fossem civis ou militares, os homens de letras, constituíram o escol intelectual da região, e deles dependeu a manutenção ou a renovação da ordem estabelecida. Desempenhando funções de nomeação, resultou daqui uma maior mobilidade sociogeográfica e capacidade de actualização, cujos efeitos na sociedade local não pode descurar-se. Mobilidade e actualização são conceitos estreitamente relacionados com a formação intelectual, cujas condições de desenvolvimento abordamos seguidamente.

⁶⁴ Não nos foi possível ainda obter dados biográficos ou comerciais sobre estas duas casas.

⁶⁵ Subls. meus. MAGALHÃES, Joaquim Romero – «O Algarve económico nos séculos XVII e XVIII: a pressão das economias-mundo holandesa e inglesa». In MARQUES, Maria da Graça Maia, coord. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 261.

CAPÍTULO II A REDE PÚBLICA DE ENSINO

A escola pública, conceito em formação a partir de 1759, não foi a única via de acesso à cultura letrada. A investigação histórica tem demonstrado que o processo de alfabetização nem sempre teve como espaço privilegiado a escola pública, ou sequer a escola. António Candeias defende que a escolarização massiva da população portuguesa só se concretizou após a década de 40 do século XX, afirmando que até aí «não existe uma maneira estandardizada de acesso às letras por parte da população portuguesa», e que «a entrada no mundo letrado “via escola” é apenas uma das muitas possíveis»⁶⁶.

Nesta «via» há ainda a considerar diferentes modalidades em coexistência, tais como o ensino particular praticado por seculares e regulares ou as escolas paroquiais, como revelaram os trabalhos de António Alberto Banha de Andrade⁶⁷, António Nóvoa⁶⁸, Justino Magalhães⁶⁹ e Áurea Adão⁷⁰.

Noutra perspectiva, o relevo dado às taxas de analfabetismo para avaliar o elo de uma sociedade com os valores da cultura da escrita tem sido também objecto de revisão. Rui Ramos propôs que se pensasse em termos de «culturas de alfabetização» e de «culturas de analfabetismo», chamando a atenção para a importância de ponderar o que atrai ou determina a alfabetização: «opôr taxas mais elevadas e taxas menos elevadas não tem, em si, qualquer sentido, a menos que tenhamos reconstruído as “culturas” que produziram esses números»⁷¹, defende o autor. António Candeias, por seu lado, postergou o

⁶⁶ CANDEIAS, António, dir. e coord., PAZ, Ana Luísa e ROCHA, Fátima Santana – *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 43. O conceito de alfabetização é complexo e historicamente variável. Em CANDEIAS, António – «Ritmos e formas de acesso à cultura escrita das populações portuguesas nos séculos XIX e XX: dados e dúvidas». In DELGADO-MARTINS, Maria Raquel, RAMALHO Glória e COSTA, Armanda, org. – *Literacia e Sociedade: contribuições pluridisciplinares*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000, p. 216-217, pode ler-se uma rigorosa conceptualização produzida em torno das noções de alfabetização, escolarização e literacia.

⁶⁷ V. ANDRADE, António Alberto Banha de – *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981-1984. 2 Vol. Ainda do mesmo autor, dando particular destaque ao papel pedagógico da Congregação do Oratório, veja-se *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

⁶⁸ V. NÓVOA, António – *Les temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e-XX^e siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. 2 Vol.

⁶⁹ V. MAGALHÃES, Justino Pereira de – *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho-Instituto de Educação, 1994.

⁷⁰ ADÃO, Áurea – *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

⁷¹ RAMOS, Rui – «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal Contemporâneo». *Análise Social* [em linha]. Vol. XXIV (103-104). Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras,

discurso da negatividade, defendendo que «mais importante do que nos cansarmos com especulações sobre as causas do atraso português na implementação de uma cultura escrita, será percebermos como esta foi sendo construída»⁷².

Se ponderarmos outros fenómenos culturais, nomeadamente o da formação das opiniões, percebemos as razões por que o peso do analfabetismo deve ser matizado. Manteve-se longamente o que pode designar-se por alfabetização auditiva e visual, na qual a oralidade conservou-se como o suporte privilegiado na transmissão das mensagens, sem impedir a partilha de valores que circulavam em registo escrito⁷³. José Augusto dos Santos Alves destaca-o, a propósito da formação da opinião pública em Portugal:

[...] a estrutura da oralidade, nos seus fluxos e refluxos, em interacção com a materialidade da escrita, traduz de modo singular o “campo de cultura” necessário ao emergir do espaço público liberal. [...] Ossatura da difusão das ideias, a expressão oral não dispensa a sua carnação, que é a escrituralidade, manuscrita ou impressa.⁷⁴

E o mesmo autor salienta:

[...] herança da voz de uma civilização, ao mesmo tempo mundana e sagrada, curiosa e letrada, sábia e divertida, é, na emergente civilização do impresso, a eficaz “marca” do reino cultural da oralidade que, progressivamente, se vai tornando áfona.⁷⁵

A aquisição de competências normalizadas de leitura e de escrita foi (é) um processo complexo, demorado, que melhor será compreendido num quadro em que seja possível articulá-lo com factores de ordem económica, demográfica, social, profissional, em que essas competências se tornam necessárias e ganham sentido, não alheando deste feixe heterogéneo de condicionantes as práticas culturais que permitem considerar a inclusão dos iletrados no mundo da escrita, tais como as leituras em voz alta ou os espectáculos teatrais, por exemplo⁷⁶.

1988, p. 1079. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>.

⁷² CANDEIAS, António – «Ritmos e formas de acesso à cultura escrita...». 2000, p. 258.

⁷³ O fenómeno não é exclusivo da realidade portuguesa, como descreve Reinhard Wittmann, que o designa por «alfabetismo di gruppo» e faz corresponder a «una competencia de escucha bien formada, que indirectamente equivaldría a una alfabetización», desenvolvendo-se «mediante esa forma jerarquizada de comunicación que era la lectura en voz alta: en el círculo familiar eran casi siempre los padres de familia o los niños quienes declamaban textos religiosos, y en el ámbito de las tabernas, o también en los mercados, os letrados, y también los profesores o clérigos, exponían las novedades políticas o de outro signo.» In CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger, dir. – *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2011, p. 360-361.

⁷⁴ ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. 2.ª ed. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Editora, 2000, p. 59.

⁷⁵ *Id.*, p. 155.

⁷⁶ Neste sentido segue a linha de investigação traçada por Jean-François Botrel no campo da história da cultura impressa (século XIX) da Espanha, que problematiza a ideia de uma «Espanha analfabeta» e propõe «una historia social de la cultura escrita sin fronteras o sea, articulada com la cultura oral y espectacu-

No entanto, não é possível ignorar a pressão verificada na segunda metade de Setecentos para fazer emergir uma sociedade mais apta a ler e a escrever, quando o Estado chamou a si funções educativas, que resultaram na estatização do ensino. Produto de um racionalismo crescente, forma de centralismo e secularização do poder exercido, a forte consciência pedagógica setecentista está presente, desde logo, em teorizadores, tais como Luís António Verney (1713-1792)⁷⁷ ou António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782)⁷⁸, cujas orientações iluministas moldaram as reformas josefinas desde as primeiras letras até à Universidade, ainda que as suas propostas pedagógicas não tenham sido completamente coincidentes⁷⁹. De facto, o que coincidiu foi a valorização da instrução, enquanto mecanismo de mudança e de progresso, que, por isso, deveria ser assegurada pelo Estado para felicidade comum⁸⁰. No fundo, ao encarar a educação como um meio de representação do Estado, da ordem social e moral, as reformas pedagógicas, do Antigo e do Novo Regime, foram, simultaneamente, reformas políticas e um

lar, contemplada desde el punto de vista de los usuarios [...]» In BOTREL, Jean-François – *La construcción de una nueva cultura del libro y del impreso en el siglo XIX* [em linha]. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel Cervantes, 2007, p. 8. [Consult. 17.2.2014]. Disponível em: <http://zip.net/bjr5tp>.

Tomando em linha de conta os paralelismos existentes com a realidade portuguesa, foram muito úteis este e outros estudos do autor, nomeadamente BOTREL, Jean-François – *Libros, prensa y lectura en la España del siglo XIX*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993 e BOTREL – «Entre imprimé et oralité: l'essor de la culture de masse en Espagne (1833-1936)». In MOLLIER, Jean-Yves, SIRINELLI, Jean-François e VALLOTON, François, dir. – *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques 1860-1940*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009, p. 143-156.

⁷⁷ [VERNEY, Luís António] – *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal...* Nápoles: Genaro e Vincenzo Muzio, 1746. 2 ts.

⁷⁸ [SANCHES, António Nunes Ribeiro] – *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Colonia [Paris]: S.n., 1760.

⁷⁹ António Nunes Ribeiro Sanches afasta-se da visão pedagógica de Luís António Verney, por exemplo, ao considerar prejudicial um modelo escolar que incluía todas as classes sociais, argumentando que se abriria enorme lacuna nos ofícios mecânicos e em outros não qualificados, como se pode ler: «Que filho de Pastor querará ter aquelle officio de seu pay, se á idade de doze annos soubesse ler e escrever? Que filhos de Jornaleyro, de Pescador, de Tambor, e outros officios vis e mui penozos, sem os quaes não pode subsistir a Republica, quereraõ ficar no officio de seos pais, se souberem ganhar a vida em outro mais honrado e menos trabalhoso? O Rapas de doze ou quinze annos, que chegou a saber escrever hũa carta, não querará ganhar a sua vida a trazer hũa ovelha cançada ás costas, a roçar depella manhaã até noyte, nem a cavar.» In SANCHES, A. N. Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade*. Nova edição revista e prefaciada por Maximiano Lemos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 111.

⁸⁰ António Pedro Barbas Homem sublinha a importância de considerar-se esta transformação numa perspectiva de longa duração, como um processo que remonta ao século XVI com D. Manuel I. Chegados ao século XVIII a viragem é, segundo este autor, de ordem ideológica: «Antes explicada pelo conceito de necessidade, a **conservação da comunidade política dá lugar aos conceitos de conveniência ou utilidade do Estado. Considera-se justificada a actuação do Estado desde que útil ou conveniente para a sua conservação**. As necessidades da acção política justificam os meios de actuação do príncipe, de acordo com a máxima *salus publica suprema lex est* (a conservação [da salvação, saúde, utilidade] do povo é a lei suprema).» Subls. meus. In HOMEM, António Pedro Barbas – *O espírito das instituições: um estudo de História do Estado*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2006, p. 44. A educação, passando a ser entendida como condição necessária à conservação e utilidade do Reino, passou, deste modo, a integrar a estrutura do Estado.

pilar da modernização do país, a qual, como escreveu Justino Magalhães, se transformou numa «tecnologia do social»⁸¹.

Pela nossa parte, a oficialização do ensino público interessar-nos-á enquanto um impulso para a formação de novos leitores, para compreendermos que relação é possível estabelecer entre este processo histórico e o avanço da cultura impressa, explorando para isso três vias: (i) a função do impresso no processo de normalização do ensino da leitura e da escrita; (ii) a penetração geográfica e social do impresso; (iii) o contributo estatal para a dotação de estruturas promotoras do livro e da leitura enquanto «bens públicos». Em primeiro lugar, abordamos o impacto que esta medida legal teve no Algarve, traçando a geografia da sua implantação e as condições em que a rede escolar se consolidou. Em segundo lugar, analisamos o papel atribuído ao impresso na instituição do ensino público, mediante a análise ao discurso político, especificamente através aos textos legais, procurando sinalizar os indícios da sua presença e relevância no contexto escolar. E, em terceiro lugar, averiguamos o contributo efectivo do Estado para a criação e disponibilização de estruturas específicas para a promoção bibliáca, atentando, em concreto, no processo de dotação das bibliotecas de iniciativa estatal.

Terá representado a escola⁸², agora pública, um agente da cultura impressa? Não há dúvida de que, reciprocamente, «o desenvolvimento de uma pedagogia e de uma cultura escolar ficou ligado ao movimento editorial»⁸³, particularmente, no campo dos manuais escolares, mas, poder-se-á sobrepor à rede escolar uma rede do livro? Foram, efectivamente, os mestres régios mediadores privilegiados da cultura secular das letras?

II.1 A rede escolar pública no Algarve: da lei à letra

O afastamento dos Jesuítas da direcção dos estudos em Portugal foi uma das consequências imediatas da reforma dos Estudos Menores iniciada em 1759⁸⁴. Ao fazer tábuas rasas do método de ensino inaciano⁸⁵ de que teriam resultado «tão perniciosos, e

⁸¹ MAGALHÃES, Justino – *Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa-Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010, p. 483.

⁸² Utiliza-se o termo em sentido lato de modo a abranger as diversas modalidades de ensino, de aprendizagem e de espaços a que nos referiremos ao longo do texto.

⁸³ MAGALHÃES – *Da cadeira ao banco...*, 2010, p. 107. Sobre o mesmo assunto v. ADÃO – *Estado absoluto e ensino das primeiras letras...*, 1997, p. 218-260.

⁸⁴ Sobre esta matéria, foram-nos especialmente úteis as leituras de ANDRADE – *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771) ...*, 1981; FERNANDES, Rogério – *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Porto: Porto Editora, Lda., 1994; e NÓVOA – *Les temps des professeurs...* 1987.

⁸⁵ Pode ler-se no alvará que afastou a Companhia de Jesus da direcção dos estudos: «[...] **abolindo até a memória** das mesmas Classes, e Escolas, **como se nunca houvessem existido** nos Meus Reinos, e Do-

funestos efeitos»⁸⁶, a reforma é, por vezes, interpretada como se tivesse surgido *ex nihilo*. António Nóvoa, pelo contrário, considerou fundamental para a actuação pombalina a história educativa antecedente:

[...] aujourd'hui, nous ne pouvons plus ignorer l'action éducative menée du XVI^e au XVIII^e siècle [...]. Au moment des Réformes Pombalines le modèle scolaire présente déjà une certaine stabilité, aussi bien en ce qui concerne les rôles de maître et d'élève, que par rapport au contenu de l'enseignement et à la stratégie de transmission des connaissances.⁸⁷

O próprio diploma de 28 de Junho de 1759 propôs a reestruturação com base na experiência pretérita: «Ordeno, que no ensino das Classes, e no estudo das Letras Humanas haja huma geral reforma, **mediante a qual se restitua o Methodo antigo**» (subls. meus). O método, usado em Portugal antes do domínio jesuíta, que «fez os Portuguezes tão conhecidos na Republica das Letras», assentava na reintrodução dos «termos simples, claros, e de maior facilidade», como propunha, em versão modernizada, Luís António Verney no polémico *Verdadeiro Método de Estudar*⁸⁸. As medidas pedagógicas desencadeadas não visaram, portanto, criar de novo. Essa expressão foi, no entanto, utilizada algumas vezes. Pretendeu-se reformar, oficializar e normalizar o ensino.

Outra precisão, de cariz semântico, diz respeito ao conceito de secularização. A leitura dos preâmbulos dos vários diplomas sobre os Estudos Menores, publicados entre 1759 e 1777, demonstram uma reforma realizada sob o pretexto da defesa e reforço do poder da Igreja Católica e do Estado⁸⁹, que oficializou, de resto, a instrução católica como objecto privilegiado das escolas públicas de *Ler, escrever e contar*⁹⁰. Mediante

minios [...]». Subls. meus. Alvará de 28 de Junho de 1759. In SILVA, António Delgado da – *Collecção da legislação Portuguesa...* 1830, p. 674. Vol. 2.

⁸⁶ *Id. Ibidem.*

⁸⁷ In NÓVOA – *Les temps des professeurs...* 1987, p. 96.

⁸⁸ V. a este a propósito ANDRADE, António Alberto Banha de – *Verney e a cultura do seu Tempo*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1966; *Verney e a projecção da sua obra*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980; e DIAS, José Sebastião da Silva – *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Campo das Letras, 2006 [1952], p. 231-304.

⁸⁹ Rómulo de Carvalho lembra a este título: «Quando se fala na secularização do ensino decretada por Pombal relativamente às Escolas Menores, e se aplaude o ministro de D. José por ter retirado o ensino das mãos da Igreja, confunde-se a Igreja com a Companhia de Jesus. Pombal retirou o ensino das mãos da Companhia de Jesus mas a Igreja continuou a dominar superiormente o ensino. [...] Lá dizem os Estatutos da reforma da Universidade, no volume II, página 233: «há dois Poderes pelos quais se rege e governa o Mundo. Convém a saber: a Autoridade Sagrada da Igreja e o Poder Real: Que ambos procedem imediatamente de Deus.»

A certeza impressa nestas palavras não deixa margem para veleidades de qualquer espécie. São duas forças esmagadoras, a Igreja e o Estado, que presidem à «transformação social» do povo português.» In CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 3.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 467.

⁹⁰ Pelo alvará de 30 de Setembro de 1770, ficou destinado: «E Mando, que em lugar dos ditos processos, e sentenças, se ensine aos meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, **especialmente pelo Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert**, mandado traduzir pelo

exame, o Estado abriu o campo educativo ao exercício da profissão a regulares e a seculares, tendo passado a jurisdição a ser da sua exclusiva competência, sem subordinação à religião⁹¹. O conceito de secularização restringe-se, portanto, à tutela, que passou a domínio do Estado, através do cargo de director-geral dos Estudos para esse efeito criado⁹². Feitas estas considerações, atentemos no modo como decorreu a implantação da rede pública de ensino no Algarve.

II.1.a A reforma dos Estudos Menores (1759)

O encerramento dos dois colégios que ministravam os estudos eclesiásticos e os de primeiras letras⁹³ – o colégio de São Francisco Xavier em Portimão (fundado em 1660) e o de Santiago Maior em Faro [fundado em 1605, v. *Figura II.1: MARDEL, José Carlos – 2º Plano do edeficio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro. [em linha] [S.d.] [177?], onde pode ver-se o espaço dedicado às salas (letra A) e biblioteca (letra D)*] – abalou a actividade educativa na região, principalmente, porque ambos asseguravam o ensino gratuito aos mais desfavorecidos. A gratuitidade dos estudos, aplicável igualmente à Aula de Gramática Latina que desde 10 de Junho de 1573 era regida em Tavira, por provisão de D. Sebastião e sustentada pelos bens do concelho com uma

Arcebispo de Evora para instrução dos seus Diocesanos, para que por elle vão tambem **aprendendo os Principios da Religião, em que os Mestres os devem instituir com especial cuidado, e preferencia a outro qualquer estudo.**» Subls. meus. In SILVA – *Collecção da legislação Portuguesa...* 1829, p. 498, vol. 2, o que na prática, significou instituir o *Catecismo* como manual escolar.

⁹¹ A análise de António Nóvoa à amostra constituída com professores examinados entre 1759-1760 demonstra-o. Os resultados apontam 72% de candidatos eclesiásticos e 28 % laicos, incluindo a admissão de ex-jesuítas, como refere na nota 56. In NÓVOA – *Les temps des professeurs...* 1987, p. 154-156.

⁹² Alvará de 28 de Junho de 1759: «Haverá hum Director dos Estudos, o qual será a Pessoa, que Eu for Servido nomear: Pertencendo-lhe fazer observar tudo o que se contém neste Alvará: E sendo-lhe todos os Professores subordinados na maneira abaixo declarada.», In SILVA – *Collecção da legislação Portuguesa...* 1830, p. 675. Vol. 1

A nomeação recairia, pouco tempo depois, sobre D. Tomás de Almeida, oriundo da estrutura eclesiástica, por Carta régia de 6 de Julho de 1759: «Tendo consideração aos merecimentos, letras e mais qualidades que concorrem na pessoa de Dom Thomás de Almeida, do meu Conselho, Principal da Santa Igreja de Lisboa, e meu Sumilher da Cortina, hey por bem fazer-lhe mercê do lugar de Director Geral dos Estudos destes Reinos e seus Dominios, que fui servido crear de novo, em beneficio commum dos meus vassallos, por Alvará de vinte e oito de Junho proximo precedente, para exercitar o sobredito emprego por tempo de tres annos, que terão principio no dia em que tomar juramento, por virtude da Carta que lhe mando expedir pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, na conformidade do referido Alvará de creação. E lhe concedo, para este effeito, jurisdição privativa, exclusiva de toda e qualquer outra jurisdição e immediata á minha real pessoa, consultando-me o que lhe parecer que necessita da providencia minha, nos casos occorrentes.» In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*... 1981, p. 95. Vol. 2.

⁹³ Luís Vidigal comprovou, para o caso de Portimão, a dupla função: «O colégio de S. Francisco Xavier, fundado na segunda metade do século XVII, dispunha de um Mestre de Primeiras Letras, um de Latim e outro de Moral.» O autor fornece também informações sobre a situação pós-expulsão, como se lê: «Expulsa a Companhia de Jesus em 1759, foram os Padres de S. Camilo de Lelis que beneficiaram das instalações do colégio, mas não continuaram a leccionação das três cadeiras.» In VIDIGAL, Luís – *Câmara, Nobreza e Povo: Poder e Sociedade em Vila Nova de Portimão (1755-1834)*. Portimão: Câmara Municipal, 1993, p. 227.

quantia anual de seis mil réis, era afiançada pelos diversos legados deixados aos colégios por particulares. Francisco Xavier Pelicão, comissário subdelegado do reino do Algarve, informou a este respeito:

O Senhor Bispo Dom Fernando Martins Mascarenhas, fundador do Collegio desta cidade, fez a este doaçam, em 20 de Janeiro de 1613, de uma quinta no sitio de S. Christovam e varias terras e cazas, com obrigaçam de se fundar o dito Collegio, que athé este tempo era caza professa, e de ensinarem Grammatica à mocidade desta capital e Bispado. E para o mesmo fim lhe doou depois disso, Manoel de Figueiredo Ferreyra, a metade de hum moinho, e 13750 réis em foros [...]. O Collegio de Villa Nova tambem tem varios rendimentos applicados para o mesmo fim [...].⁹⁴

A reforma de 1759, regulando os Estudos Menores (Gramática Latina, Língua Grega e Retórica), não garantiu o pagamento à totalidade dos professores régios, determinando que se aplicaria ao «pagamento delles o que já se lhes acha destinado por Provisões Reaes, ou disposições particulares». Os abrangidos eram os professores régios existentes apenas em Lisboa, Évora, na Universidade de Coimbra, no Porto, em Pernambuco e no Pará, como referiu D. Tomás de Almeida⁹⁵. No restante território, os professores exerciam de forma particular e eram, na maioria dos casos, remunerados pelas famílias. Assim, os jovens que frequentavam gratuitamente os colégios foram, deste modo, excluídos do renovado sistema de ensino. No Algarve, calcula-se que cerca de uma centena de jovens interrompesse nesta data os estudos⁹⁶.

Até que ponto o alvará de 28 de Junho de 1759 traduziu a realidade vivida no Algarve e em que medida instaurou uma nova ordem literária?

Entre a data do alvará que regulou os Estudos Menores e os dias dos exames que habilitaram os professores de Gramática Latina para o Algarve decorreu cerca de um ano⁹⁷. A 31 de Março de 1760, foi nomeado pelo director-geral dos Estudos o responsável pela reforma no bispado do Algarve. A nomeação para comissário subdelegado do Algarve recaiu sobre o cónego prebendado da Sé de Faro, Francisco Xavier Pelicão, com a duração de três anos, ao qual competia:

[...] assistir, e prezidir aos refferidos exames [cadeiras de Gramatica, Rethorica, Grego, e Hebreo, que se ham de prover, assim na cidade de Faro como nas mais Villas que comprehende todo o Reyno do Algarve e seo Bispado], uzando de toda a authoridade,

⁹⁴ In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*... 1981, vol. 2, p. 261.

Carta datada de Faro, 11.7.1760, propondo ao director-geral dos Estudos Menores os professores de Gramática e Latinidade examinados, na sequência do alvará de 28 de Junho de 1759.

⁹⁵ In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*... 1981, vol. 2, p. 451.

⁹⁶ V. *Quadro II.2: Frequência escolar das Aulas de Gramática Latina existentes no Algarve em 1760 e Quadro II.9 Cadeiras em exercício e respectiva frequência, em 1788.*

⁹⁷ Nesta secção, utilizamos, como fontes primárias, a documentação editada por António Alberto Banha de Andrade, em trabalho de referência sobre esta matéria, já antes citado: *A Reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*... vol. 2, 1981.

como se eu a elles presente fosse, os quaes exames e concurso mandará fazer por dous Professores Regios, quando os houver, e nam os havendo, nomeará duas pessoas qualificadas em sciencia e virtudes, que lhes sirvam de examinadores, prezidindo em os exames o mesmo Commissario, e remetendo-me os autos do concurso, para os fazer presentes a Sua Mag.e, na forma do Alvará, e Instrucções, com que este lugar foy criado; e para todos os mais actos que forem precizos para o estabelecimento dos Estudos e progresso dos mesmos, vigilancia e cuidado sobre o procedimento dos Professores, assim da Rethorica, como da Grammatica Latina, Grego e Hebreo, assistencia e applicaçam dos Estudantes, observancia exacta e indispensavel do Alvará de Sua Mag.^e, e suas Instrucçoens, e das mais Leys que para o refferido fim, S. Mag.e for servido estabelecer, estatutos que eu houver de dar, ou qualquer outra ordem que me parecer passar para a boa administraçam dos Estudos que me estam emcarregados, ou para fazer Edictaes, chamando por elle os opozitores para o concurso do provimento de alguma das cadeiras ou para anunciar e publicar em todo o Reyno do Algarve qualquer Alvará ou ordem de S. Mag.e ou minha, para o mesmo fim da Directoria Geral dos Estudos.⁹⁸

Francisco Xavier Pelicão foi diligente e três meses depois da nomeação apresentou a D. Tomás de Almeida os autos de exame e o parecer sobre os candidatos examinados. Estávamos a 11 de Julho de 1760⁹⁹. Dessa avaliação resultaram informações preciosas para a compreensão da realidade educativa do Algarve Setecentista, que passamos a sintetizar.

Comprova-se que, à data, não existia qualquer professor régio no Algarve, pelo que assistiram aos exames, em substituição, os «excellentes Latinos e nam menos Grammaticos» Teodoro Pestana da Silva e José da Paz Furtado. O primeiro era advogado nos auditórios eclesiástico e secular e o segundo era médico do Partido da cidade e do Hospital Real Militar de Faro. A ausência de professores régios não significou, contudo, a inexistência de docentes de Gramática Latina, Filosofia e Moral, para além dos que haviam exercido o magistério nos colégios da Companhia de Jesus. Aos exames promovidos por Francisco Xavier Pelicão candidataram-se oito indivíduos, todos professores no Algarve, com dilatada experiência de ensino. Dois foram excluídos, sendo um deles o Padre José Gomes Carlos da Conceição, por «falta grande no juizo». Eis, no *Quadro II.1: Perfil profissional dos candidatos a professores credenciados no Algarve em 1760, na sequência do alvará de 28.6.1759*, o perfil dos candidatos opositores às cadeiras de Gramática Latina, sendo, apenas proposta por iniciativa régia, a da cidade de Faro. As restantes localidades ficaram dependentes da existência de professores particulares. As informações colhidas esclarecem-nos do seguinte:

⁹⁸ In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*... 1981, vol. 2, p. 257. Carta de nomeação para comissário subdelegado do Reino do Algarve a Francisco Xavier Pelicão, datada de Lisboa, 31.3.1760.

⁹⁹ «Autos de concurso, e exames feitos nesta cidade de Faro, desde o dia des e seys de Junho thé o dia des e sete do anno de mil sete centos e secenta» e «Proposta», datada de 11.7.1760, in *id.* p. 258-262.

- 1) Com base na profissão anterior, duração e local do exercício da actividade desenvolvida pelos candidatos, podemos concluir, com rigor, que os Jesuítas não detinham à época do afastamento o monopólio do ensino, pelo menos nesta parte do país;
- 2) A reforma fez-se, por isso, com recursos humanos já existentes no território e com larga e reconhecida experiência no campo do ensino;
- 3) A reestruturação não substituiu os agentes Jesuítas nem instituiu novas cadeiras de Gramática Latina, limitando-se a licenciar a rede de professores particulares em exercício nos vários centros urbanos do Algarve.

A administração pombalina, na primeira fase da reforma pedagógica, pretendeu garantir à população em idade escolar aulas gratuitas, tais como os colégios de São Francisco Xavier e o de Santiago Maior as haviam oferecido durante quase dois séculos. De acordo com as informações prestadas por Francisco Xavier Pelicão, a frequência escolar não era um problema a considerar, nem a distância geográfica uma causa dissuasora (v. *Quadro II.2: Frequência escolar das Aulas de Gramática Latina existentes no Algarve em 1760*).

O olhar do subdelegado Francisco Xavier Pelicão sobre a paisagem formativa coeva revela a existência anterior, com longa duração, de pólos de formação intelectual no Algarve, com professores de mérito e em número e dispersão adequados às necessidades e interesses sociodemográficos da região, que estiveram para além da oferta jesuítica. Na verdade, a distribuição geográfica dos professores corresponde às áreas urbanas por nós identificadas no capítulo I. No ponto de vista de Francisco Pelicão, esta constituiria uma organização escolar muito satisfatória, como se depreende das suas palavras:

Estas sam as cinco principais povoaçoens deste Algarve **aonde sempre houveram classes de Grammatica**, e hé muito conveniente que todas ellas se estabeleçam, por comprehederem a todo este Reino, digo, a todo este Bispado, e **estarem em tam proporcionada distancia humas das outras que, sem incommodo, podem hir estudar ás suas classes os estudantes das mais terras do mesmo Algarve**. Por esta razam julgo por superfluo estabelecerem se Professores nas villas de Alcoutim, Cacela, Castro Marim, Albufeira, Villa Nova, Aljezur, e Villa do Bispo, porque alem de terem mui poucos estudantes, e algumas dellas, nenhum, estam em tal distancia das sobreditas cidades de Tavira, Faro, Sylves e Lagos e da Villa de Loulé, **que podem comodamente mandar a ellas os seos estudantes**.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Subls. meus. In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...*, 1981, p. 260. Vol. 2.

Para que as alterações da reforma pombalina não perigassem o aproveitamento dos estudantes nesse ano de 1760, o subdelegado decidiu agir imediatamente, atribuindo de forma provisória a licença aos professores examinados, até que fossem emitidas as licenças definitivas pelo director-geral. Atendendo ao menor número de alunos registado na aula de Lagos e à maior disponibilidade pessoal do professor («dos três o que se acha mais desembaraçado»), foi entregue a Domingos Ribeiro de Almeida Bonina a cadeira de Faro, ficando aqueloutra vaga. Os restantes professores foram confirmados nas aulas que dirigiam com autorização do poder regional. Fica, assim, provado que o encerramento dos colégios não correspondeu à extinção da actividade escolar na região, sequer à interrupção do normal funcionamento das aulas dispersas pela região (à excepção de Lagos), embora tenha tido um efeito segregador para as crianças pertencentes a famílias economicamente desfavorecidas.

Conclui-se que, no curto prazo, a reforma tomou duas figurações: i) o encerramento dos colégios da Companhia de Jesus, que extinguiu o acesso gratuito ao ensino; ii) a confirmação estatal das aulas particulares existentes, cujo papel na formação literária da mocidade foi reconhecida pelas autoridades, conforme se observa pela distribuição geográfica definitiva (v. *Figura II.2 Distribuição geográfica das aulas de Gramática Latina em admissível funcionamento antes do alvará de 28.6.1759* e *Figura II.3 Distribuição geográfica das aulas de Gramática Latina licenciadas em 1760, conforme alvará de 28.6.1759*).

Terá a acção pombalina conseguido manter ou melhorar a eficácia desta rede, especificamente respondendo ao apelo da gratuidade dos estudos?

A estatização do ensino, na sua primeira fase (1759-1772), provocou no Algarve uma verdadeira recessão, contrariando os efeitos alcançados em Lisboa, Évora, Coimbra e Porto, onde, de facto, houve professores régios¹⁰¹. No início de 1772, apenas uma Aula, das seis que foram aprovadas, estava em funcionamento. Por um lado, o falecimento de quatro professores e o afastamento de um por motivos de dependência alcoólica conduziu à suspensão das aulas, sem que a tutela tivesse diligenciado provê-las, apesar do pedido de Francisco Pelicão. Por outro lado, a falta de professores que ensinassem gratuitamente indispôs as populações, obrigando a reformular as expectativas socio-

¹⁰¹ V. 7.^a e 10.^a contas prestadas pelo director-geral dos Estudos, datadas respectivamente de 25.8.1766 e de 31.8.1769. In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, vol. 2, p. 538-540; 588-589.

literárias dos mais novos. O director-geral dos Estudos não se dispensou de acusar a situação e, por mais de uma vez, a denunciou ao rei, requerendo providências:

[...] de todo o Reyno e Conquistas sou informado que huma grandissima porçã de vassallos de V. Mag.e não estuda, por falta de estudos gratuitos, porque não tem com que paguem aos Mestres. E, como só nesta Corte, na Universidade de Coimbra, na cidade de Evora e na do Porto e em Pernambuco e Pará há Professores Regios com ordenado e obrigação de ensinarem sem levar estipendios aos estudantes, em toda a outra parte só quem tem com que pague, estuda; e, como a mayor parte o não tem, ficão sem se applicarem e perde o Reyno muitos homens que serião utilissimos à Patria pelas letras; e, o que hé mais sensível para eles, hé que, tendo os denominados da Companhia de Jezus, muytas fazendas que forão deixadas para o ensino gratuito dos moradores de algumas povoações, como em Pernes, em Gouvea, Villa Nova de Portimão e outras onde eles tinhão cadeiras, hoje se achão estes sem essa utilidade e privados daquele commodo.¹⁰²

A 25 de Agosto de 1766, D. Tomás de Almeida, ao realizar o balanço de mais um ano de coordenação de reforma dos Estudos Menores, assumiu as vicissitudes e reiterou a necessidade de suprir a falta de aulas, particularmente em locais onde os bens que outrora sustentavam as aulas gratuitamente estavam sequestrados pelo Estado:

«[...] me tem custado muito trabalho a conseguir que haja Mestres que se sujeitem a ensinar só com a utilidade dos pagamentos que lhes fazem os pays dos estudantes, porque estes, em muitas partes, são poucos e não bastão para darem o que hé preciso para se sustentarem os Mestres, e alguns não pagão o que prometem, de forma que, não podendo subsistir, deixão o emprego e ficão sem meyos os vassallos de V. Mag.e, para se instruhirem e o Reyno perde muitos homens que o servirião com utilidade e prestimo. Hé muito mais sensível esta falta, onde havia Jezuitas que ensinavão de graça, ainda que mal, e muito mais, onde estes tinhão deixados só para o fim do ensino, como Pernes, Villa Nova de Portimão, Gouveia e outras terras, cujos bens estão em sequestro e os povos suspirando por Professores que os ensinem, sem lhes levarem algum emolumento.» (subls. meus)¹⁰³

As dificuldades manifestaram-se igualmente na fiscalização dos indivíduos que ensinavam particularmente. De Lagos e Loulé, o comissário subdelegado teve notícia de que dois indivíduos ensinavam Gramática Latina sem se submeterem aos exames. À ilegalidade da actividade acrescia o uso dos livros proibidos pelo alvará de 28 de Junho de 1759. A fiscalização do subdelegado ficou, entretanto, suspensa: a mudança da tutela, que passou a ser desempenhada pela Real Mesa Censória (alvará de 4.6.1771), originou incertezas quanto à continuidade da representação regional. Esta deixou de actuar¹⁰⁴ e a protecção que os grupos de influência local concediam a estes indivíduos desarmou a vigilância. Confirma-se, assim, que a reorganização de 1759 não favoreceu o «progresso» das letras na periferia. A oficialização não passou disso mesmo, de uma mono-

¹⁰² Subls. meus. «Conta do progresso dos estudos, do ano de 1761-1762». In *Id.*, p. 451.

¹⁰³ «Conta do progresso dos estudos, do ano de 1765-1766». In *Id.*, p. 538.

¹⁰⁴ A substituição da Direcção-Geral dos Estudos pela Real Mesa Censória foi um passo determinante para o efeito centralizador da administração, ao extinguir o cargo dos comissários subdelegados.

polização estatal das responsabilidades educativas, carecendo, porém, de suporte financeiro, material e humano, que reduziu, no decurso de treze anos, a rede anteriormente estabelecida na região a uma única Aula (v. *Figura II.4 Distribuição geográfica das aulas de Gramática Latina licenciadas e em funcionamento em Fev. 1772*)¹⁰⁵.

II.1.b O estabelecimento do ensino público (1772)

Foi sobre este estado anémico que a Lei de 6 de Novembro de 1772 se publicou, aprovando a criação de «todas as Escolas públicas, e todos os Mestres dellas», com financiamento garantido através do Subsídio Literário¹⁰⁶, conforme representação e plano da Real Mesa Censória. Que princípios a orientaram e que efeitos se produziram?

O documento legal reiterou a necessidade de corrigir as consequências de dois séculos de ensino orientado pela Companhia de Jesus, a quem toda a decadência literária e moral foi imputada:

[...] os funestos Estragos, com que pelo periodo de dous Seculos se virão as Letras arruinadas nos mesmos Reinos e Dominios, se comprehendêrão as Escolas Menores, em que se formão os primeiros elementos de todas as Artes, e Sciencias; achando-se destruidas por efeitos das maquinações, e dos abusos, com que os temerarios Mestres, que por todo aquelle dilatado periodo se arrogárão as sobreditas Escolas, e as direcções dellas, em vez de ensinarem, e promoverem o ensino dos seus Alumnos, procurárão distrahillos, e impossibilitar-lhes os progressos desde os seus primeiros tyrocinios.¹⁰⁷

No que concerne ao Reino do Algarve, bem poderia aplicar-se o texto à situação que se vivera nos últimos doze anos de reinado josefino. Não obstante, há no plano ideológico e institucional um conjunto de medidas régias que neste período convergiram para o ressurgimento das letras e das ciências ou, como no alvará de 11 de Janeiro de 1760 se lê, para a «restauração dos Estudos das Letras humanas», em consonância com

¹⁰⁵ «ALGARVE. Comissário do Bispado. PELICÃO, Francisco Pereira – Processo do Concurso de Professor de Gramática Latina para o Bispado do Algarve e retrospectiva do ensino até esse momento (23.3.1772)». In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, vol. 2, p. 608-610.

Estes resultados regionais contrariam a apreciação positiva que tem sido feita à fase inicial da regulação dos Estudos Menores. Em estudo dedicado à profissionalização dos professores, conclui António Nóvoa: «Le bilan de la première Réforme Pombaline de l'Enseignement est, sans aucun doute, positif. De 1759 à 1771, le Directeur des Études et ses collaborateurs réussissent à mettre sur pied un réseau de classes royales qui comble le vide laissé par l'expulsion des jésuites: pendant ces douze années il est aussi possible d'organiser et de réglementer l'exercice privé de l'activité enseignante. Les *enseignants royaux*, le première groupe d'enseignants nommés par l'Etat, constituent un des appuis les plus solides de l'action des réformateurs pombalins.» In NÓVOA – *Les temps des Professeurs...* 1987, vol. 1, p. 163.

¹⁰⁶ Imposto sobre vinhos e aguardentes, estabelecido pela Lei de 10 de Novembro de 1772, com especificações pelos alvarás da mesma data que regularam a forma de arrecadação do subsídio e estabeleceram a junta para a respectiva administração. Sobre a forma de financiamento do ensino, veja-se ADÃO – *Estado absoluto e ensino das primeiras letras...* 1997, p. 128-145.

¹⁰⁷ Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772. In SILVA – *Collecção da legislação Portuguesa...* 1829, t. II, p. 612-613.

o ideário das Luzes¹⁰⁸. Refira-se a aprovação de cursos técnicos como a Aula de Comércio (19.4.1759) e a Aula Real de Náutica do Porto (1762), a fundação do Real Colégio dos Nobres destinado à fidalguia (7.3.1761), a regulação dos Estudos Menores (Gramática Latina, Grego, Hebraico e Retórica, 28.6.1759), a reforma da Universidade (1772), a criação do ensino primário público (6.11.1772) e a respectiva fonte de financiamento, assim como a criação do subsídio literário (10.11.1772). Paralelamente, e em estreita articulação com as reformas educativas, relevem-se a fundação da Imprensa Régia (24.12.1768) e a aprovação da *Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte* (17.7.1771), ambas tidas, pela letra da lei, como instituições literárias. A Régia Oficina Tipográfica, fundada com o propósito de «animar as Letras, e levantar huma Impressão util ao público pelas suas producções», veio responder à necessidade de proteger a actividade impressora, de controlar a produção e os custos dos livros autorizados, nomeadamente no campo pedagógico¹⁰⁹. A *Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte*, por seu lado, é oficialmente apoiada como um estabelecimento de instrução pública, nos termos seguintes:

¹⁰⁸ Sobre a configuração que o conceito assumiu em Portugal, veja-se o indispensável verbete da autoria de António Coimbra Martins, intitulado «Luzes», publicado em SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984, p. 86-106. Vol. IV.

¹⁰⁹ O alvará de 17 de Agosto de 1759 é elucidativo quanto ao controlo sobre o mercado livreiro: «Eu El-Rey, faço saber aos que este Alvará virem que, attendendo ao que me foi representado por Dom Thomás de Almeida, do meu Conselho, Principal Primario da Santa Igreja de Lisboa e Director Geral dos Estudos destes Reinos e seus Dominios, e ao muito que importa animar os mesmos estudos, pela applicação de todos os meyos que podem conduzir para os promover; e tendo mandado imprimir em beneficio delles e das suas necessarias despezas, todos os livros clasicos e dictionarios que forão enunciados nas *Instrucções* que mandei promulgar, em 28 de Junho deste presente anno, para os Professores de Gramatica Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica, sou servido conceder à sobredita Direcção Geral, privilegio exclusivo da impressão de todos os ditos livros e dos mais que houver por bem mandar estampar, para o uso das clases das referidas lingoas, e arte de Rhetorica, para que, emquanto eu não mandar o contrario, nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, possa imprimir, fazer entrar de fora do Reino, ou vender, algum ou alguns dos sobreditos livros, debaixo das penas: pela primeira, do perdimento dos exemplares que lhe forem achados, com o dobro do valor a que se costumarem vender os permitidos; e do tresdobro, pela segunda vez, crescendo esta pena nos mais lapsos, à mesma proporção. Para que se não possam equivocar os livros de contrabando, com os que forem impressos a beneficio dos referidos Estudos, sou servido, outrosim, que o Director Geral, assim nesta Corte como nas mais cidades do Reino, nomee Commissarios, que assignem de letra de mão o seu nome, na primeira folha e que se acharem estampados os titulos de cada hum dos sobreditos livros; e que, todos aquelles que forem achados sem os referidos signaes, sejam havidos por contrabando e as pessoas em cuja mão se acharem, logo prezas, até declararem a quem os comprarão, para se lhe imporem as penas acima estabelecidas. Determino que os donos das logens nas quaes se acharem alguns dos referidos livros, ao tempo da publicação deste, sejam obrigados a declarar os exemplares, que tiverem, aos Commissarios, que o mesmo Director Geral nomear, para tomarem razão delles, debaixo das referidas penas. Para o consumo delles lhes concedo o tempo de quatro mezes, depois dos quaes, lhes premito que possam reesportar aquelles exemplares que declararem existentes; bem visto, que não os declarando, e embarcando depois de ser findo o referido termo, aquelles que lhes forem achados serão tambem havidos por contrabando, para terem lugar as penas acima declaradas. Desta geral prohibição exceptuo as duas Gramaticas a que, pelo meu Alvará de vinte de Junho proximo precedente, tenho concedido privilegio exclusivo, emquanto eu não for servido ordenar o contrario. [...]». Subls. meus. In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*..., 1981, vol. 2, p. 109.

Escola, onde os Póvos aprendem as maximas sãs da Politica, da Moral, do Amor da Patria, do Valor, do Zelo, e da Fidelidade, com que devem servir aos seus soberanos: civilizando-se, e desterrando insensivelmente alguns restos de barbaridade, que nelles deixarão os seculos infelices da ignorancia.¹¹⁰

A oficialização da prática da leitura e da escrita foi, assim, acompanhada pelo apoio concedido a outras instituições e canais de transmissão, que produziram um efeito social amplificador¹¹¹.

Todavia, a racionalidade do plano que criou as escolas de *Ler, escrever e contar* para «beneficio della ao maior número de Póvos, e de Habitantes delles, que a possibilidade podesse permitir», não universalizou a escola, sendo claras as restrições que a lei impôs, a fim de conservar a ordem social. A escola revela-se aí um meio de acomodação de cada membro ao lugar que lhe é destinado pelo contexto sociofamiliar de origem. Através da metáfora organicista do «Corpo Politico», o texto produziu um efeito paradoxal, revelando-se concomitantemente integrador e segregador. Ao limitar os níveis de instrução, o diploma garantiu para cada indivíduo um lugar na sociedade, de que fez depender o equilíbrio e o bem-estar de todos. Deste modo, ficaram de fora: (i) aqueles que deviam sacrificar-se em nome do «Bem Commum e Universal», mantendo-se anal-fabetos, porque a racionalidade da reforma apenas permitia criar escolas nos aglomerados populacionais; (ii) aqueles que, pela distribuição hierárquica apresentada, «os empregados nos serviços rusticos, e nas Artes Fabris, que ministrão o sustento aos Póvos, e constituem os braços, e mãos do Corpo Politico», apenas bastaria «as Instrucções dos Parocos», ou seja, uma muito rudimentar alfabetização, ou como já dissemos, uma alfabetização auditiva e visual, suportada na oralidade. Dos restantes, por fim, acederiam conforme os «diversos destinos» e «desigualdade nas suas respectivas applicações» às aulas de *Ler, escrever e contar* (escolarização) e às aulas de Latim e Filosofia (letrados). A Filosofia ficava reservada ao «menor número dos outros Mancebos, que aspirão às applicações daquellas Faculdades Academicas, que fazem figurar os Homens nos Estados».

Criando as bases do sistema educativo português, o diploma reforçou a estratificação da organização socioprofissional, mantendo a escola, agora régia - formalizada

¹¹⁰ Alvará de 17 de Julho de 1771. In SILVA – *Colecção da legislação Portugueza...* 1829, t. II, p. 542.

¹¹¹ No reinado de D. Maria I mantém-se a protecção a instituições dedicadas ao ensino e ao desenvolvimento literário e científico de que são exemplo a fundação da Academia das Ciências de Lisboa (1779) e a Real Biblioteca Pública da Corte (1796). O elo entre estas duas instituições pode ler-se em CABRAL, Maria Luísa – *A Real Biblioteca e os seus criadores em Lisboa: 1755-1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, p. 78-87.

nos seus métodos, matérias, inspecção, financiamento e acesso – como um equipamento cultural para uma minoria urbana. Assim não se frustrassem os planos.

No cômputo geral das 817 cadeiras criadas em Portugal, Ilhas e domínios Ultramarinos pela Lei de 6 de Novembro de 1772, coube ao Algarve a aprovação de 10 cadeiras de *Ler, Escrever e Contar*, distribuídas por Alvor (1), Castro Marim (2), Faro (1), Lagos (1), Loulé (1), Silves (1), Tavira (2) e Vila Nova de Portimão (1). Quanto aos Estudos Menores, foram instituídas 4 cadeiras de Gramática Latina em Faro (1), Lagos (1), Tavira (1), Vila Nova de Portimão (1); 2 de Grego em Faro e Lagos; 2 de Retórica nas mesmas cidades e 1 de Filosofia em Faro¹¹².

Esta atribuição não foi aleatória. O estudo estatístico desenvolvido por «Corografos peritos» garantiu a racionalidade, a proporcionalidade e a utilidade pública da medida, denotando o conhecimento objectivo do território. Tratou-se de uma acção cultural integradora, pensada a partir da ordem do território¹¹³.

Ainda que informada, a medida não foi plenamente satisfatória e a ela reagiram as forças locais, municípios e particulares, requerendo o aumento do número de cadeiras. A adequação entre as necessidades locais e o poder central foi realizada de forma célere, daí resultando, no ano imediato, o alvará de 11 de Novembro, que criou 88 novas cadeiras: 38 cadeiras de Gramática Latina, 2 de Retórica, 1 de Filosofia e 47 de *Ler*,

¹¹² O «Mappa dos Professores, e Mestres das Escolas Menores; e das Terras, em que se Acham Estabelecidas as suas Aulas, e Escolas neste Reino de Portugal, e seus Dominios», não se encontra na colecção de legislação de António Delgado da Silva, que aqui se utiliza. Consultámos MACHADO, J. T. Montalvão – «Mappa dos professores, e mestres das escolas menores; e das terras em que se acham estabelecidas as suas aulas, e escolas neste Reino de Portugal, e seus Dominios [extratexto]». In *No II Centenário da Instrução Primária: 1772-1972*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1972.

¹¹³ O texto preambular do diploma explicita a metodologia que serviu de base ao estudo para a criação das cadeiras de ensino público, isto é a cartografia, estatística e pareceres institucionais: «Sendo sobre a consideração de tudo o referido formado debaixo das Minhas Reaes Ordens **pelos Corografos peritos**, que para este effeito nomeei, **hum Plano, e Cálculo Geral, e Particular de todas, e cada huma das Comarcas dos Meus Reinos, e do número dos Habitantes dellas**, que por hum regular, e prudente arbitrio podem gozar do beneficio das Escolas Menores com os sobreditos respeitos: E sendo pelo sobredito Plano regulados; o número dos Mestres necessarios em cada huma das Artes pertencentes às Escolas Menores; a distribuição delles em cada huma das Comarcas, e das Cidades, e Villas dellas, que podem constituir huns Centros, nos quaes os Meninos, e Estudantes das Povoações circumvizinhas possuem ir com facilidade instruir-se: [...]. **Porque depois de ouvir ainda sobre todas as referidas Considerações, e Combinações, além do referido Tribunal da Real Meza Censoria, outro grande número de Ministros do Meu Conselho, e do de Estado; muito doutos, e muito zelosos do serviço de Deos, e Meu, e da utilidade pública dos Meus Vassallos**; foi por todos assentado de uniforme acordo: Que nem a necessidade da Minha Real Providencia podia ser mais instante; nem o número, e qualidade dos Mestres encarregados das Escolas Menores; nem a distribuição delles pelas Cidades, e Villas principaes, e Villas principaes, que devem constituir os Centros proporcionados para os Meninos, e Estudantes das Povoações circumvizinhas hirem com facilidade buscar as suas instrucções; podião ser outros, que não fossem os que se contém na sobredita Consulta, e Mappa, que com ella subio.» Subls. meus. Lei de 7 de Novembro de 1772. In SILVA – *Collecção de Legislação Portuguesa...* 1829, t. II, p. 613-4.

escrever e contar. Destas, couberam ao Algarve três cadeiras de Primeiras Letras em Albufeira, Aljezur e Monchique e mais 1 cadeira de Retórica em Vila Nova de Portimão. O panorama escolar resultante dos diplomas de 1772 e 1773 sistematiza-se no *Quadro II.3 Cadeiras atribuídas ao Algarve em 1772 e 1773* e *Figura II.5 Distribuição geográfica oficial da rede escolar no Algarve em 1773*.

É evidente que o plano pombalino obedeceu a critérios de centralidade urbana e populacional (v. *Quadro II.4 Relação do número de cadeiras por número de fogos em 1772*), mas também à lógica político-administrativa e militar, que, no caso algarvio, distinguiu Castro Marim (antiga, importante e estratégica praça militar), Tavira (residência oficial do Governador e Capitão-General), Lagos (cabeça de comarca) e Vila Nova de Portimão¹¹⁴, o que explica a atribuição de três cadeiras a Vila Nova (e mais uma em Alvor), quando esta apenas possuía 1101 fogos. O Alvará de 11 de Novembro de 1773, mais próximo das sensibilidades locais, estendeu a rede de instrução pública até zonas rurais, como Monchique e Aljezur.

Desta atribuição não pode deduzir-se o imediato funcionamento das cadeiras. Seguiu-se a abertura de concursos para colocação dos respectivos mestres e professores¹¹⁵, o que constituiu, nas palavras de Bento José de Sousa Farinha um dos primeiros desafios à rede de ensino público: «Acudiram de todo o Reino e Conquistas muitos pretendentes a estes exames e acharam-se bons e maus; e bons e maus foram providos, e espalhados por todas as Cidades, Vilas, e Aldeias do Reino»¹¹⁶. Rogério Fernandes sublinhou que, entre 1772 e 1773, a nível nacional, apenas 33% das cadeiras criadas esta-

¹¹⁴ O favorecimento de Vila Nova de Portimão remete-nos para o plano pombalino, que consistiu na divisão do bispado do Algarve em dois, passando a dispor de duas capitais, uma em Faro e outra em Portimão. Apesar de o projecto não se ter concretizado, o bispo do Algarve, Frei Lourenço de Santa Maria, renunciou ao cargo em ruptura com a Coroa. A este respeito, v. VIDIGAL – *Câmara, Nobreza e Povo...* 1993, p. 90-98.

¹¹⁵ Distingue-se mestres de professores, respeitando a terminologia da época. A categoria «mestre régio» designava os que ensinavam a ler, escrever e contar e a de professor todos os que leccionavam as restantes disciplinas. Ambas as designações corresponderam a um esforço de dignificação da profissão, até aí vista como mecânica, como explica D. António da Costa – *Historia da instrução popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871, p. 144. Pelo alvará de 28.6.1759 foi concedido o privilégio de nobreza a estes profissionais: «Todos os ditos Professores gozarão dos Privilegios de Nobres, incorporados em Direito commum, e especialmente no Código, Titulo *De Professoribus, et Medicis*.». In SILVA – *Collecção da legislação Portugueza...* 1830, p. 677. T. I e o decreto de 14.7.1775 reiterou: o «Professor Régio goza dos privilegios, que por Direito pertencem aos Professores publicos, entre os quaes se comprehende o da Nobreza.» In SILVA – *Collecção da legislação Portugueza...* 1828, p. 50. T. III.

¹¹⁶ FARINHA, Bento José de Sousa – «Prantos da Mocidade Portuguesa». *Revista de Educação e Ensino Publicação Mensal Illustrada*. Alexandre José Sarsfield, dir. Leça da Palmeira: Bibliotheca de Obras Uteis e Illustradas, 1893, p. 25.

vam preenchidas¹¹⁷, sendo a taxa de provimentos na região do Algarve de apenas 15%, ou seja, somente 2 escolas¹¹⁸. António Nóvoa, por outro lado, tendo localizado no Arquivo Nacional Torre do Tombo os 61 volumes do «Assentamento dos Professores das Instruções Primária e Secundária feito por Comarcas e Provedorias», relativos ao período compreendido entre 1772 e 1794, e confrontando-os com os «Livros de Assentamento dos Ordenados [...] pagos pelo Cofre do Subsídio Literário, 1773-1794», provou que o ensino público continuou a expandir-se no reinado mariano, rectificando a tradição historiográfica que atribuía a D. Maria I uma ruptura na esfera das reformas pedagógicas encetadas durante a administração pombalina (v. *Quadro II.5: Número de mestres de Ler, escrever e contar em exercício entre 1772 e 1794 a nível nacional*)¹¹⁹.

A resolução régia de 16 de Agosto de 1779 com a «Lista das terras, conventos, e pessoas destinadas para Professores de Philosophia Racional, Rhetorica, Lingua Grega, Grammatica Latina, Desenho, Mestres de Ler, Escrever, e Contar como tambem dos aposentados nas suas respectivas cadeiras»¹²⁰ foi a determinação de maior efeito no patrocínio real às escolas públicas, ainda que deixasse por preencher 105 cadeiras (10,27%). Segundo o mesmo documento, as 26 cadeiras régias existentes no Algarve estavam providas. Para este efeito, recorreu a rainha D. Maria I às ordens regulares espalhadas por todo o território português, como demonstra o *Quadro II.6: Distribuição de aulas públicas por entidades, segundo resolução régia de 16.8.1779*.

A atribuição não evidencia qualquer opção privilegiada no que toca às comunidades regulares. O que sobressai é a ampla diversidade de instituições dispersas pelo território que agiram no domínio educativo no último quartel de Setecentos¹²¹. No Al-

¹¹⁷ FERNANDES – *Os Caminhos do ABC...*, 1994, p. 76.

¹¹⁸ *Id.*, p. 608.

¹¹⁹ O autor considera que o que distinguiu a acção desenvolvida nos reinados em apreço foi uma diferente concepção doutrinária sobre as finalidades da educação pública, determinando diferentes estratégias de acção: «les réformateurs pombalins soulignent l'aspect technique, c'est-à-dire l'acquisition d'un certain nombre d'instruments culturels (autrement dit, l'apprentissage d'une série de savoirs et de savoir-faire); l'entourage de Maria I^{re} renforce l'aspect moral, c'est-à-dire la transmission des normes religieuses et des règles de conduite en vigueur.», p. 229.

¹²⁰ In *Portugal. Collecção das leys, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado delrey fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor*. [em linha] (Jan.1750-Dez.1815), t. 5, Abr. 1777-Dez. 1788, fls. 92-99. Disponível em: <http://zip.net/blr4V0>.

¹²¹ A saber: Província Reformada da Piedade, Ordem de Cristo, Eremitas de São Paulo, Trinos Descalços, Monges de S. Bernardo, Monges de S. Bento, Província da Ordem Terceira dos Regulares de S. Francisco, Província da Arrábida, Observantes da Província dos Algarves, Agostinhos Descalços, Província Reformada de Santo António, Província dos Carmelitas Calçados, Cónegos Seculares de S. João Evangelista, Província dos Eremitas de Sto. Agostinho, Monges de S. Jerónimo, Província dos Observantes de Portugal, Província dos Carmelitas Descalços, Província Reformada da Conceição, Província Reformada da Selodade e Congregação do Oratório de S. Felipe de Neri. V. FERNANDES – *Os Caminhos do ABC...*, 1994, p. 608-612.

garve, a importância pedagógica dos regulares é maior do que na média nacional, estando responsáveis por 10 das 24 cadeiras em funcionamento (42%), como demonstra o *Quadro II.7 Cadeiras e respectivos Professores destinados ao Algarve*. Em consequência, não será avisado reflectir sobre a formação literária sem levarmos em conta a colaboração destas instituições religiosas, que, até 1834, apoiaram a sustentação da rede pública de ensino.

Entre 1773 e 1779, a rede pública de instrução no Algarve não sofreu substanciais alterações, considerando o número total de cadeiras, pois existiam 22 em 1773 e 24 em 1779. Verificam-se, sim, alterações, mas no domínio da qualidade das cadeiras, identificando-se uma diminuição no grupo das que constituíam os estudos secundários, para utilizar a terminologia actual, e um crescimento das escolas de Primeiras Letras, que se expandiram até aos concelhos do interior, menos habitados, como ilustram o *Quadro II.8 Número de cadeiras atribuídas ao Algarve em 1773 e 1779 e em funcionamento em 1788* e as *Figura II.6 Distribuição geográfica da rede escolar pública no Algarve em 1779* e *Figura II.7 Distribuição geográfica da rede escolar pública em funcionamento no Algarve em 1788*¹²².

Em 1788, mantinham-se todos os mestres dos Estudos Menores (Filosofia, Retórica e Gramática Latina) indicados na resolução de 1779 e o mestre de *Ler, escrever e contar* de Faro. Todos os restantes mestres seculares foram substituídos e as cadeiras de Paderne e Albufeira vagaram, conservando-se em exercício as aulas das ordens religiosas, como atesta a lista nominal a que tivemos acesso¹²³. A configuração escolar e a respectiva frequência lectiva, atinente ao ano de 1788, revelam dados interessantes sobre a adesão à escola pública (v. *Quadro II.9 Cadeiras em exercício e respectiva frequência, em 1788*).

¹²² Para António Nóvoa, esta foi um das marcas mais interessantes da administração mariana. Em análise aos dados nacionais, o autor concluiu: «La politique éducationnelle de Pombal privilégie les régions les plus développées, car c'est dans les centres urbains, dans les zones industrialisées et dans les localités du littoral que se trouvent les couches bourgeoises qui constituent la base sociale de son gouvernement. La Réforme des Etudes cherche la base sociale de son gouvernement. La Réforme des Etudes cherche à assurer la formations des cadres (fonctionnaires, comptables, écrivains, etc.) nécessaires au succès du mouvement de renouveau socioéconomique qui, dirigé par la bourgeoisie, traverse le Portugal à l'époque de José I^{er}. De ce fait, il n'est pas étonnant que «l'illumineisme portugais» ait contribué à l'accentuation des dissymétries régionales et du fossé qui sépare les régions développées des régions les plus pauvres.

Par contre, la politique “rétrograde” suivie pendant le règne de Maria I^{re} va mettre en cause cette opinion et, revenant sur les valeurs traditionnelles, elle favorisera l'ouverture de classes royales dans les régions rurales de l'intérieur et du Nord du Pays. Le nombre de maîtres royaux de lecture et d'écriture placés dans quelques-unes des comarcas les plus pauvres du Portugal a soudain augmenté entre les années 1779 et 1781 [...]». In NÓVOA – *Les temps des professeurs...* 1987, p. 227-9.

¹²³ VASCONCELOS – *Mappa geral...* 1788, fl. 11.

Entre 1772 e 1788, houve, com efeito, uma consolidação da rede escolar atestada pela estabilização do número das cadeiras criadas e pelo seu exercício efectivo. Não obstante, o dado perturbador desta trajectória é a quebra acentuada do número de estudantes. Em 1760, Francisco Xavier Pelicão dera conta de que 215 estudantes frequentavam as 6 aulas de Gramática Latina existentes no Algarve. Em 1788, 134 estudantes distribuíam-se pelo total das 7 aulas existentes, o que corresponde a uma descida de 36 para 17 alunos por aula (47,22%)¹²⁴.

O resultado é paradoxal: à expansão da rede de ensino contrapôs-se um retraimento na afluência à escola. Que razões poderão explicá-lo? Não temos uma resposta definitiva e muito provavelmente não terá sido um único factor a explicar este efeito perverso. Contudo, a descontinuidade das aulas, as habilitações literárias dos mestres aprovados e a ineficácia da fiscalização poderão esclarecer, até certo ponto, o afastamento entre as populações e a instituição escolar estatal, a qual, avaliando estes resultados (1759-1788), falhou claramente os seus propósitos de estender «o beneficio della ao maior número de Póvos»¹²⁵.

II.1.c A escassez de candidatos a «mestre régio»

Dispor de candidatos a mestres régios para as cadeiras estabelecidas no Algarve foi a maior dificuldade que se colocou à jurisdição: um entrave prolongado para além dos reinados josefino-mariano, estando documentado até à segunda metade de Oitocentos.

A escola de São Brás, no concelho de Faro, depois do falecimento do seu mestre em 1798, esperou quinze anos por um novo candidato. Sagres, por exemplo, ficando vaga em 1846, esteve sete anos a aguardar um candidato.

As razões para o absentismo foram identificadas, em 1803, pelo provedor das comarcas do Algarve, Joaquim Rodrigues Botelho, o qual, tendo a seu cargo o processo de provimento das cadeiras de Cacela, São Brás e Sagres, abertas a concurso por provisão de 13 de Fevereiro de 1802, apenas teve um candidato para a cadeira de Sagres. O provedor atribuiu a dificuldade à geral «ignorância do país» e ao «insignificante orde-

¹²⁴ Como explica ADÃO – *Estado absoluto e ensino das primeiras letras...*, 1997, p. 11, a designação *estudante* era aplicada exclusivamente aos alunos que frequentavam as aulas dos Estudos Menores. Os das escolas de *Ler, escrever e contar* respondiam pela designação «meninos». A exclusão deste grupo do seio das estatísticas aqui seguidas poderá apontar para a dificuldade de apurar o número exacto e constante de alunos a frequentar estas aulas.

¹²⁵ Alvará de 6 de Novembro de 1772.

nado, que mais serve de tença do que prémio do trabalho», não havendo assim «homem que se sujeite por semelhante bagatela a ensinar [...]»¹²⁶.

O argumento da baixa remuneração e os vários encargos imputados aos mestres, tais como a casa da escola e os materiais para o ensino, foi sendo denunciado e discutido ao longo do século XIX, mas sem melhoramentos satisfatórios¹²⁷. Por essa razão, os mestres recorreram a actividades complementares que lhes permitiu sobreviver. A 15 de Janeiro de 1854, Carlos Augusto Pinto, de 36 anos, professor de instrução primária na vila de Monchique, requereu licença para exercer em regime de complementaridade as funções de escrivão da fazenda, argumentando que «tendo cinco pessoas de família, lhe é custoso mantê-la somente com o ordenado de Professor»¹²⁸. O que o conselheiro governador civil confirmou em parecer, comprovando tratar-se de uma questão de sobrevivência. Mas nem sempre a situação correu dentro dos trâmites legais. Em 1807, a população de Moncarapacho reclamou da inabilidade do professor. Denunciou-o por entregar as aulas aos seus irmãos, precisamente porque exercia em simultâneo as funções

¹²⁶ ALGARVE. Provedoria das Comarcas. [Ofício]. N.º 185, 14.6.1803, Faro. [Ms.] 1803. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mc. 4344.

No Antigo Regime, as figuras do provedor e do corregedor eram os intermediários do poder real ao nível local, superintendendo, no caso dos corregedores, a actividade das câmaras, justiça, eleições de juizes e vereadores. Os provedores estariam mais vocacionados para a fiscalização da cobrança de impostos, mas exerciam outras funções, nomeadamente, como aqui se verificou, no domínio educativo. Nuno Gonçalo Monteiro especifica a alçada deste magistrado: «A área privilegiada das competências dos provedores reportava-se à fiscalização da cobrança da maior parte dos impostos devidos à coroa e das finanças municipais. Mas estendia-se igualmente a outras matérias e instituições, como os hospitais e misericórdias.» A representação do reino: a debilidade dos corpos intermédios e o inexistente regional. In OLIVEIRA, César, dir. – *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 88.

¹²⁷ Cf. «Posição da Junta da Directoria em relação ao aumento de ordenados decretado em 1801». In FERNANDES – *Os caminhos do ABC...* 1994, p. 618-619. O decreto de 7 de Setembro de 1835, assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães, regulou os vencimentos dos professores, diferenciando, como era uso, os professores que ensinassem em Lisboa, Porto, capitais de distrito, cabeças de comarca e demais, o que não terá tido um efeito encorajador. Diz o texto da Lei, no título IV, artigo 1.º: «Os Professores de Instrução primaria de Lisboa vencerão annualmente 400\$ réis; os da Cidade do Porto 300\$ réis; os das Captaes dos Districtos Administrativos 250\$ réis; os das outras terras da Provincia 200\$ réis, além de casas para habitar, que serão, quando seja possível, dentro do edificio da Escóla, ou contiguas.»

Não obstante, os professores de instrução primária colocados no Algarve entre 1856 e 1859 auferiam anualmente a módica quantia de 90\$000 réis ilíquidos. Os 200\$000 réis citados no diploma eram atribuídos aos professores de instrução secundária que leccionavam fora do Liceu, sendo os do Liceu Nacional remunerados com a quantia de 350\$000 réis anuais ilíquidos, como se observou nos *Livros de registo de vencimentos de professores (1856-1859)* (ADF, fundo Governo Civil, 172). 90\$000 réis correspondia ao valor que em 1772 recebiam os mestres régios da Corte, como pode ver-se em FERNANDES – *Os caminhos do ABC...* 1994, p. 151. Para que tenhamos termo local de comparação, pode indicar-se que o compromisso marítimo de Vila Real de Santo António remunerava o médico-cirurgião do concelho com 300\$ réis anuais.

¹²⁸ PINTO, Carlos Augusto – [Carta]. 15.1.1854, Monchique [a] Conselho Superior de Instrução Pública. [Ms.] 1854. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mc. 4347.

de escrivão da freguesia e de procurador de causa da cidade de Faro¹²⁹. De São Brás de Alportel, freguesia do concelho de Faro, em 1844, chegavam queixas da falta de zelo e assiduidade do mestre, acusado de entregar ao filho a responsabilidade das lições, para dedicar-se a outras tarefas¹³⁰. Tratar-se-ia de um fenómeno localizado? O relatório de Santos Marrocos¹³¹ sobre o funcionamento das escolas na cidade de Lisboa mostra que não:

Contam-se nesta Corte 18 pobres e desgraçados mestres com 90\$000 rs. de ordenado¹³²; e que, excluída a décima, apenas se contará do resto para aluguer de uma loja onde se ensine com o nome de escola régia. À vista do que não me persuado que um homem sensato, tendo assaz capacidade, passe pelo sofrimento e sujeição, como pede e manda o ensino das primeiras letras, e com ele a ciência de formar na flor da idade bons e virtuosos costumes, percebendo tão limitado estipêndio; por isso vejo serem ocupadas estas cadeiras por homens estúpidos, e pouco dignos ou decentes, exceptos um ou outro, tolhendo a mocidade para nada ser, e em sua vida merecer; bem como passarem os mestres pelas tristes amarguras de suas necessidades com muitas indecências na prática de maus exemplos, de que a mocidade não devera ter conhecimento algum [...]¹³³

A inexistência de condições humanas, materiais e institucionais para formação e consequente notoriedade da profissão criou o contexto para que qualquer indivíduo, minimamente habilitado nas matérias acima referidas, tornasse-se um hipotético candidato e fosse admitido¹³⁴, como testemunhou o provedor João Anastácio de Carvalho Henriques a propósito da cadeira da cidade de Silves: «não tem a maior aptidão, mas será difícil achar outro indivíduo que queira sujeitar-se a viver em Silves, pelo ordenado

¹²⁹ [Carta] 1807, *Moncarapacho [a] Junta da Directoria-Geral dos Estudos e Escolas*. [Ms.] 1807. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4347.

¹³⁰ [Carta] 1844, *São Brás de Alportel [a] Junta da Directoria-Geral dos Estudos*. [Ms.] 1844. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4348.

¹³¹ MARROCOS, Santos – «Memória sobre o actual estado dos estudos menores em o Reino de Portugal, principalmente na cidade de Lisboa». *Revista de Educação e Ensino: publicação mensal ilustrada*. Dir. Alexandre José Sarsfield. Leça da Palmeira: Bibliotheca de Obras Uteis e Ilustradas. Vol. VIII, 1892 [1799], p. 433.

¹³² Fora de Lisboa, os mestres régios auferiam 60\$ rs. V. ALBUQUERQUE, Luís – *Notas para a História do Ensino em Portugal*. Coimbra: [S.n.], 1960, p. 41.

¹³³ *Apud* ALBUQUERQUE – *Notas para a História do Ensino em Portugal*. 1960, p. 45-46.

¹³⁴ Não existindo uma estrutura oficial de formação de professores, o seu aperfeiçoamento decorria da experiência lectiva e do autodidactismo, como expôs a Junta da Directoria-Geral dos Estudos e Escolas: «Se nos Concursos, a que a Junta sempre costuma proceder para o Provimento de quaesquer Cadeiras, não apparece Concorrente algum, que dê provas de merecimento pleno, e decisivo, qual he necessario que tenham os Proprietarios, a mesma Junta encarrega da Cadeira, que não deve conservar-se vaga, o que julgou mais sufficiente, dando-lhe o Titulo de Substituto por hum, dous ou tres annos, á proporção do adiantamento em que elle se acha, para que se habilite com mais Estudos nesses annos, e depois volte a Exame, por onde conste se melhorou de merecimento, e por isso tem direito a melhorar de Titulo. Recebendo estes Substitutos Ordenado menor que o dos Proprietarios, não somente se economiza, como he justo, a proporcional applicação do Subsídio Litterario, mas tambem se crião estimulos para elles buscarem anciosamente adquirir hum merecimento absoluto, e decisivo, por meio do qual obtenhão com melhor Titulo maior ordenado. E porque dêsse modo haverá de crescer o zêlo, e applicação dos ditos Subditos, e o aproveitamento da Mocidade: [...], «Posição da Junta da Directoria em relação ao aumento de ordenados decretado em 1801.» In FERNANDES – *Os caminhos do ABC...* 1994, p. 618-9.

estabelecido para aquela cadeira.»¹³⁵. Ainda assim, a transigência não foi suficiente para atrair e manter mestres para o total das cadeiras instituídas, frequente ou continuamente vagas.

II.1.d Os mestres régios: perfil socio-literário

A introdução oficial de metodologias e de materiais de estudo não garante, por si, a formação de leitores ou a continuidade das práticas de leitura, para além dessa primeira abordagem escolar. Assim, pareceu-nos pertinente aliar a esses factores a reflexão em torno do perfil dos agentes e dos materiais efectivamente disponibilizados. Não dispomos de testemunhos documentais sistemáticos sobre o quotidiano escolar e os leitores formados, mas temos informações que permitem entrever o perfil do leitor- professor. Com base nos «processos de provimento dos professores de instrução primária (séculos XVIII-XIX)», depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹³⁶, é possível tecer considerações sobre a ligação destes profissionais à cultura das letras, testando através das competências evidenciadas se estavam, ou não, aptos a ensinar no âmbito do ensino elementar.

O corpo documental mencionado é constituído pelo processo de convocatória e exame dos mestres, incluindo avaliações e documentos biográficos, nomeadamente, habilitação de folha corrida, atestação de vida e de costumes. Embora a série mencione o século XVIII, não lográmos encontrar, nos vários maços tratados, processos setecentistas, estando limitados ao corte cronológico de 1801 a 1861. O termo inicial baseia-se nas indicações que nesta data foram impressas incluindo o formulário a ser aplicado a todos os candidatos a mestre de primeiras letras¹³⁷ e o termo final à Carta de Lei de 7 de Junho de 1859, que criou o Conselho Geral de Instrução Pública. Esta colecção de fontes primárias – formulários preenchidos pelo punho dos próprios candidatos e as avaliações apenas dos examinadores – têm a vantagem de testemunharem o mérito dos candidatos, quer através das apreciações directas dos examinadores, quer pela verificação

¹³⁵ ALGARVE. Provedoria das Comarcas. *[Ofício] 1820, Faro [a] Junta da Directoria-Geral dos Estudos e Escolas*. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4348.

¹³⁶ *Processos de provimento dos professores de instrução primária (séculos XVIII-XIX)*. [Ms.]. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4344-4350.

¹³⁷ *Instruções para a forma dos exames dos mestres de primeiras letras*, Coimbra, 1801. Até então estava em vigor a Lei de 6 de Novembro de 1772, que não previa registos escritos do examinando. Era aos examinadores que se exigia «os seus votos por Escrito, que o mesmo Deputado assistente entregará com a sua informação no Tribunal». In Item II. Carta de Lei de 6.11.1772.

do grau de agilidade e correcção ortográfica que apresentam no preenchimento das seis competências em análise. A saber:

- (i) Método prático de ensinar (a ler, a escrever e a contar);
- (ii) Leitura (de prosa, de verso, de letra de mão, de letras antigas);
- (iii) Regência e análise gramatical;
- (iv) Escrita (forma da letra, ortografia prática e regras gerais);
- (v) Aritmética (prática das operações, razão e uso delas);
- (vi) Doutrina cristã.

Atendendo a que o decreto de 15 de Novembro de 1836 introduziu novos objectos de estudo no *curriculum* do ensino primário, circunscrevemos a observação ao conjunto de processos compreendidos entre 1801 e 1836, de modo a obtermos uma amostra homogénea do ponto de vista dos critérios de acesso e avaliação dos candidatos¹³⁸. Por conseguinte, estarão em análise os processos elencados no *Quadro II.10: Processos de provimentos dos mestres régios para o Algarve (1801-1836)*.

Com idades compreendidas entre os 18 e os 63 anos, os candidatos provinham, principalmente, de duas experiências profissionais: o ensino particular e o exército. No entanto, a presença de outras ocupações, tais como lavradores, escreventes, barbeiros ou tesoureiros, aponta para a diversidade profissional de agentes, que, concorrendo com a experiência estatal, assegurou o ensino das primeiras letras na sociedade oitocentista (v. *Quadro II.11 Última profissão dos candidatos a mestres régios: Algarve, 1801-1836*).

Nos pareceres redigidos pelos vários provedores, que acompanham as avaliações, o traço-de-união é a referência à geral inaptidão literária e pedagógica dos candidatos, ainda que os exames fossem muito superficiais¹³⁹. O método prático de ensinar (i), a leitura (ii), a regência e análise gramatical (iii) eram competências avaliadas oralmente, ficando apenas a avaliação final registada por escrito.

O que pode verificar-se objectivamente limita-se à competência escrita apreciada com base no desenho do alfabeto em forma maiúscula e minúscula, à aritmética, avalia-

¹³⁸ É de 15 de Novembro de 1836 o decreto visando a «reforma geral dos Estudos», assinado por Passos Manuel, que teve a precedê-lo o decreto de 7 de Setembro de 1835 de Rodrigo da Fonseca Magalhães, ambos com o objectivo de reestruturar o sistema de ensino primário português.

¹³⁹ São cinco os provedores que se manifestam sobre o assunto; a saber: Joaquim Rodrigues Botelho (14.6.1803, ANTT, Ministério do Reino, mç. 4344); João Anastácio de Carvalho Henriques (1820, ANTT, Ministério do Reino, mç. 4347); José Eduardo César (16.4.1830, ANTT, Ministério do Reino, mç. 4346; 1.5.1831, ANTT, Ministério do Reino, mç. 4344); José António de Almeida (29.4.1831, ANTT, Ministério do Reino, mç. 4347) e Manuel José Bívar da Costa (30.5.1837, ANTT, Ministério do Reino, mç. 4344).

da pela elaboração das quatro operações tradicionais, e à doutrina cristã, consubstanciada na redacção de uma das fórmulas do catecismo.

Independentemente dos pareceres dos provedores, o que os resultados das avaliações em apreço evidenciam [v. *Quadro II.12 Qualificações médias dos candidatos a mestres régios (1801-1836)*], no todo, é um sistema de aprendizagem claramente vocacionado para a transmissão da competência leitoral, mais desenvolvida e expandida do que para a competência escrita. De diferente ordem podem ser as causas para estes resultados que sintetizamos na Quadro abaixo. Sabemos que a aprendizagem das três competências – leitura, escrita e aritmética – não era síncrona, mas sim consecutiva, e que a maioria dos alunos abandonaria as aulas antes de completar todo o ciclo de aprendizagens¹⁴⁰. Por outro lado, a circunstância de a escrita não ser um exercício exigido na prática quotidiana poderia conduzir a resultados deficientes. Nas quatro matérias em análise, os critérios relacionados com a escrita não chegam a atingir qualificação positiva, em termos médios. Os resultados dos exames demonstram uma preparação literária baseada na leitura e no domínio do catecismo ou, pelo menos, de uma das suas fórmulas, matérias em que atingem as mais elevadas classificações, seguidas pela aritmética e pela análise gramatical em que evidenciam menor aptidão.

Não obstante as transformações institucionais, as qualificações dos mestres régios do primeiro quartel de Oitocentos levam-nos a concluir que, na prática quotidiana, a maioria apenas estaria apta à transmissão de ferramentas intelectuais do domínio da leitura, da doutrina e da aritmética e não o conjunto das competências estabelecido para uma completa alfabetização (leitura, escrita e aritmética). A escrita, aprendizagem que devia suceder à leitura, seria um investimento apenas para os estudantes que prosseguiriam os estudos.

Esta lacuna identificou-se no nível de ensino subsequente, em algumas aulas de Gramática e Língua Latina, que mereceram o reparo dos inspectores. A redacção insufficientemente desenvolvida impedia que a instrução fosse efectivamente o instrumento burocrático e um factor de modernização para que fora pensada, obstando à entrada dos estudantes nas estruturas da administração local. A 8 de Fevereiro de 1830, o comissário José Eduardo César escreveu:

Igualmente devo levar ao conhecimento de V. Majestade a **necessidade que há de obrigarem os Mestres de Latim a executarem a ordem que já têm, relativa aos**

¹⁴⁰ V. ADÃO – *Estado absoluto e ensino das primeiras letras...* 1997, p. 221-275.

exercícios por escrito, tanto do Latim para o Português, como do Português para o Latim, dois ao menos por semana e um deles feito na aula, os Mestres não sei o motivo, têm repugnância a semelhante trabalho, **de sorte que se encontram homens, aliás hábeis, que se não atrevem a um exame pelo temor da composição**, falta de que todos se me queixam, especialmente o Bispo desta Diocese, tratando comigo sobre esse objecto.¹⁴¹

Apesar da incapacidade no domínio da prática de escrita e, por conseguinte, na de a transmitir, todos os opositores foram providos nas respectivas cadeiras. É certo que os valores médios ocultam os candidatos bem preparados, como Joaquim de Santana Fonseca, de 21 anos, escrevente do hospital militar de Tavira, que concorreu à cadeira de Monchique e que se destacou com uma classificação final de «muito bom»¹⁴². Mas, identicamente encobrem situações evidentes de incompetência, tal como a de António Joaquim Silvério oponente à cadeira de Lagoa em 1835. Este, soldado da guarda nacional e mestre particular, obteve de um dos examinadores a avaliação «nada» em todos os critérios, sendo os dois restantes mais condescendentes, registando ora «nada», ora «quase nada» e, até em doutrina cristã, não foi além da classificação «mediocre». À falta de opositores e na expectativa de uma melhoria alcançada com a experiência e o autodidactismo, o candidato foi provido provisoriamente e manteve-se em funções por longos anos¹⁴³. A maioria revela-se suficiente, como podemos observar pelos resultados individualmente obtidos, disponibilizados no *Anexo n.º 1: Qualificações dos candidatos a mestres régios, 1801-1836*.

No que concerne à cadeira de instrução destinada ao sexo feminino, é oportuno lembrar que a estatização do ensino feminino foi determinada pela resolução régia de 3 de Maio de 1790. O documento criou dezoito cadeiras públicas de Primeiras Letras, mas a execução datou de 13 de Fevereiro de 1815, momento em que foi aberto concurso para o provimento das 18 escolas¹⁴⁴. A 18 de Abril de 1821, foram aprovadas mais seis escolas na cidade do Porto e, a 28 de Julho de 1823, uma resolução régia instituiu a escola de Primeiras Letras na cidade de Lagos, a que se seguiu a de Faro, estabelecida por de-

¹⁴¹ Subls. meus. ALGARVE. Comissário dos Estudos José Eduardo César. [Ofício] 8.2.1830, Faro [a] Junta da Directoria-Geral dos Estudos e Escolas. [Ms.]. 1830. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4346.

¹⁴² Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4347. V. Anexo 1: Qualificações dos candidatos a mestres régios, 1801-1836.

¹⁴³ António Joaquim Silvério manteve-se em funções, com exames regulares, até 1861, data em que solicitou a aposentação, a qual lhe foi negada por ter exercido a profissão com estatuto de provisório (ANTT, Ministério do Reino, mç. 4346).

O estudo sobre a evolução das categorias docentes e respectivos estatutos foi realizado por ADÃO – *Estado absoluto e ensino das primeiras letras...* 1997, p. 280-292.

¹⁴⁴ O nome das 18 mestras e das freguesias em que foram colocadas pode ler-se no *Jornal de Coimbra*, vol. IX, 1816, n.º XLVII, Parte II, p. 364.

creto de 15 de Novembro de 1836. Circunscrevendo-nos à cadeira de Lagos, podemos afirmar que a falta de candidatas e o perfil literário da primeira que se apresentou a exame foram análogos ao verificado nos exames para o ensino do sexo masculino. Apenas no decorrer do terceiro concurso, apresentou-se Madalena das Dores (Faro, 29.7.1785-Lagos, 1834), sendo avaliada por três examinadores, que avaliaram as competências literárias, e por duas examinadoras responsáveis pela apreciação do mérito da candidata no domínio dos trabalhos. Os resultados foram os que se apresentam no *Quadro II.13 Qualificações médias da candidata a mestra régia para a cadeira de ensino feminino criada em Lagos*. Como podemos atentar, os resultados alcançados pela candidata denotam a falta de conhecimento na maioria das matérias, inclusive de trabalhos, apenas revelando alguma proficiência na leitura, na doutrina cristã, em fiar à roca, fazer meia, em coser e em cortar. Madalena das Dores foi admitida à profissão, passando a proprietária da cadeira por exame realizado a 30.1.1829, no qual evidenciou melhorias significativas nos resultados alcançados. O seu exemplo é ilustrativo da baixa expectativa em torno da actividade docente no regime estatal, manifestamente insuficiente enquanto tecnologia ao serviço do progresso e modernização nacionais.

Estes resultados levam-nos a acreditar que a prática da escrita manteve-se por largo período, ao contrário da leitura, reservada a outros profissionais, tais como os amanuenses e os escrivães, não constituindo uma aprendizagem geralmente concretizada, ainda que oficialmente escolarizada¹⁴⁵. Já a aquisição de competências de leitura é inequívoca, relevando-se a leitura de prosa. A leitura de letra impressa não foi avaliada, apesar de a sua introdução estar prevista na lei, o que impede, nesta fase, ilações acerca da competência e relação dos mestres com o texto impresso. O valor destoante é o da aritmética, em que os candidatos ao ensino do sexo masculino demonstram habilidade. Sendo esta a última das competências adquiridas no processo de aprendizagem, o seu maior domínio poderá indiciar uma maior utilização quotidiana. Possivelmente, estes

¹⁴⁵ Confirma-se localmente o que CANDEIAS – «Ritmos e formas de acesso à cultura escrita...», 2000, p. 216-217, define por «alfabetização» na «pré-modernidade», isto é, um conjunto vário de competências, que pode alcançar diferentes intensidades dependente da autonomia e das necessidades das populações: «No decorrer dos processos pré-modernos de alfabetização, os resultados poderão ir do balbuciar em voz alta de alguns textos religiosos à mais completa erudição, com toda uma gama de estádios intermédios. Os resultados da escolarização esperam-se mais precisos e rígidos, o mínimo sendo o domínio correcto da língua dominante, falada e escrita, das quatro operações da aritmética e de um sentimento de pátria e de nação que a História e os Compêndios de Civilidade instilam.

A alfabetização transforma as populações ao ritmo que elas julgam necessário e a escola transforma a sociedade através do controlo sobre estas mesmas populações; a escolarização pressupõe a uniformidade independente do contexto, a alfabetização molda-se aos ritmos e costumes dos povos pré-modernos.»

opositores, ainda que totalmente alfabetizados, poderiam ter mais ou menos capacidades consoante as necessidades socioprofissionais que enfrentaram até ao momento em que foram avaliados. É algo que fica por confirmar.

Com base neste retrato, pode concluir-se que o responsável pela transmissão dos instrumentos intelectuais de base da cultura escrita ao serviço da escola pública, nos inícios de Oitocentos, terá sido, essencialmente, um mediador da formação de leitores e do raciocínio aritmético, e raramente terá conduzido os seus alunos ao estágio de escritores.

II.1.e Alternativas: as escolas particulares e as escolas militares

A falta de bons mestres régios foi suprida pelas famílias que recorriam aos mestres particulares, como sucedera, como vimos, no período da reforma de 1759. Vão nesse sentido os testemunhos dos comissários dos Estudos, que dão conta do exercício particular, ora como alternativa ao ensino régio, ora como a única solução em localidades onde as aulas régias não chegaram. No geral, reconhece-se-lhes competência e mérito.

A 17 de Novembro de 1829, o comissário dos Estudos, José Eduardo César, descrevia desta forma o estado do ensino elementar na cidade de Faro:

[...] nesta Cidade, que é em extremo populosa, de sorte que à única que agora há, concorrem tantos que não cabem na aula, como tive ocasião de presenciar, pois a casa não é pequena e diz-me o professor que se tivesse aceitado todos que lhe têm falado, seria o trespobro, mas que lhe era isso impossível; **têm suprido esta falta mais três Mestres particulares, onde concorria muitos**, porém como ensinavam sem licença, o Provedor das Comarcas os tinha mandado suspender [...]. **Há um outro** que já teve licença por três anos de V. Majestade, mas está há muito finda, **goza de bom crédito**, a este permiti o continuar no ensino público até ao próximo Natal [...]¹⁴⁶.

Pouco tempo depois, José Eduardo César referia-se nos seguintes termos ao mestre particular existente na cidade:

Em Faro, sigo ainda o parecer de serem necessárias as duas que havia e por isso vão inclusas nas dezoito; agora mesmo que **há uma particular aprovada por V. Majestade e com um excelente Mestre, assim fossem todos os Régios, vejo eu a falta que há de quem ensine**.¹⁴⁷

Entre as instituições alternativas que promoveram a alfabetização, deve ponderar-se o papel que o exército desempenhou ao instituir aulas de primeiras letras. Por

¹⁴⁶ ALGARVE. Comissário dos Estudos José Eduardo César – [Ofício] 17 de Novembro de 1829, Faro [a] Junta da Directoria-Geral dos Estudos. [Ms.]. 1829. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4346.

¹⁴⁷ ALGARVE. Comissário dos Estudos José Eduardo César – [Ofício] 16 de Abril de 1830, Faro [a] Junta da Directoria-Geral dos Estudos. [Ms.]. 1830. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4346.

portaria de 10 de Outubro de 1815, foram estabelecidas em todos os regimentos das Forças Armadas portuguesas (Infantaria, Caçadores, Artilharia, Cavalaria e Guarda Real de Polícia) aulas de *Ler, escrever e contar*, que funcionaram entre 1817 e 1823¹⁴⁸.

Com o objectivo de providenciar uma formação básica aos soldados, as aulas foram abertas à sociedade civil, podendo frequentá-las os militares, os seus filhos e as crianças das localidades onde estavam aquartelados os regimentos. Para além do impacto social, este modelo pedagógico teve repercussões na formação de professores, estimulada pela criação da pioneira Escola Geral, em Belém (1816), assim como na uniformização e supervisão do ensino.

No Algarve, as aulas distribuíram-se pelos três regimentos existentes, isto é, Faro (Artilharia), Lagos (Infantaria) e Tavira (Infantaria), como se sintetiza no *Quadro II.14 Escolas regimentais de primeiras letras no Algarve e respectivos mestres*.

As aulas iniciaram-se ao longo do ano de 1817, com grupos a rondar as três dezenas de alunos. Tavira foi a primeira a entrar em funcionamento, em Março, com 32 alunos¹⁴⁹; Lagos secundou-a em Agosto, com 37 discípulos¹⁵⁰; e Faro, que teve em Janeiro sala atribuída para o efeito¹⁵¹, apenas iniciou as actividades lectivas em Outubro de 1817¹⁵², com 22 alunos.

Com dados estatísticos regulares a partir de Novembro de 1817, é possível acompanhar o funcionamento das escolas até 31 de Janeiro de 1822, data limite das fontes localizadas, comprovando-se o benefício à população civil [cf. *Quadro II.15 Frequência média das aulas regimentais no Algarve: militares e civis (Nov./1817-Jan./1822)*].

Salienta-se a adesão do número de civis, claramente maioritário, como se depreende do total médio entre a coluna do número de civis e a do número de civis filhos de

¹⁴⁸ Estas aulas não devem confundir-se com as Aulas de Matemática, criadas nos regimentos de artilharia pelo Conde Shaumbourg-Lippe, em 1763. A estas dedicamos o capítulo III.3.

¹⁴⁹ MELLO, João Chrysostomo – *Número de alunos das escolas militares Março e Abril de 1817 pelo Director*. [Ms.]. 1817. Acessível em AHM, PT/AHM/DIV/3/05/05/27/18.

¹⁵⁰ *Mapa demonstrativo do credito das Escolas Particulares do Exército, pela afluência d'Alunos Paisanos des do 1.º Agosto de 1817, até 31 d'Agosto de 1818*. [Ms.]. 1818. Acessível em AHM, PT/AHM/DIV/3/05/05/27/20.

¹⁵¹ FRAGOSO, Caetano Ignacio – *Entrega de sala para estabelecimento duma aula de primeiras letras do Regimento de artilharia n.º 2 no edificio denominado Hospital Velho*. [Ms.]. 31.1.1817. Acessível em AHM, PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/17.

¹⁵² *Mapa demonstrativo do credito das Escolas Particulares do Exército, pela afluência d'Alunos Paisanos des do 1.º Agosto de 1817, até 31 d'Agosto de 1818*. [Ms.]. 1818. Acessível em AHM, PT/AHM/DIV/3/05/05/27/20, quadro III.

paisanos, assumindo-se enquanto alternativa credível perante a oferta e a insuficiência literária das escolas régias¹⁵³. As idades dos estudantes civis situavam-se entre 5 e os 15 anos e as dos alunos militares a partir dos 17 anos de idade¹⁵⁴. Como podemos observar no *Gráfico II.1 Evolução das escolas militares a nível nacional, em n.os absolutos (Nov./1817 a Jan./1822)*, a tendência algarvia seguiu a evolução das escolas a nível nacional.

As razões para o progressivo decréscimo da frequência dos militares prendem-se com o cumprimento do próprio serviço militar e às mudanças de quartel. No caso do Algarve, verificou-se a mesma tendência de redução da frequência militar. A partir de 1820, no regimento de Infantaria de Lagos, nenhum militar frequentou a aula. Ainda assim, cresceu o número total de estudantes deste regimento e do de Faro. A aula do regimento de Tavira chegou a ser frequentada por quase uma centena de alunos, tendo atingido o número de 98 alunos, em Julho de 1818. Nos últimos três anos documentados, a aula do regimento de artilharia, em Faro, acompanhou esta tendência, como pode comprovar-se pelo *Gráfico II.2 Número total de alunos das escolas militares do Algarve*, chegando a ser a mais frequentada a nível nacional.

Através dos *Gráfico II.3 Média da frequência às aulas da Arma de Infantaria, onde se inclui Lagos e Tavira* e *Gráfico II.4 Média de frequência às aulas da Arma de Artilharia, onde se inclui a de Faro*, é possível observar as médias de frequências à escala nacional, permitindo contextualizar adequadamente a actividade registada no Algarve. A cobertura das aulas foi abrangente do ponto de vista geográfico, verificando-se que apenas os distritos de Coimbra, Leiria e Beja não estiveram envolvidos. Os restantes apresentaram uma média de três escolas regimentais de primeiras letras por distrito.

As matérias ministradas nas aulas de *Ler, escrever e contar* do Exército foram definidas com rigor. Aos professores exigia-se que soubessem ler letra impressa e manuscrita, soubessem escrever letra bastarda, bastardinha e cursiva, e soubessem fazer as

¹⁵³ José Silvestre Ribeiro, que foi aluno civil de uma escola regimental, testemunhou o facto de alguns alunos abandonarem a escola régia para frequentar a militar: «Quando, na cidade de Castelo Branco, se abriu a escola regimental de cavalaria n.º 11, em virtude da providência governativa que registámos, alguns dos filhos dos paisanos passaram imediatamente da aula régia civil para a militar, como felizmente era permitido. Desse número foi o que ora traça estas linhas; e com toda a razão se efectuou essa passagem.» In RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873, p. 225-226. T. III.

¹⁵⁴ PT/AHM/DIV/3/05/05/28/65 e PT/AHM/DIV/3/05/05/28/63. Acessível em AHM.

quatro operações aritméticas, em números inteiros e quebrados, devendo demonstrar boa conduta cívica e moral (Cf. *Portugal...*, portaria de 10 de Outubro de 1815).

Estas competências eram transmitidas aos alunos em seis classes de leitura: alfabeto, silabário, vocabulário, frases e períodos, etimologia e sintaxe, ortografia e pontuação; em três classes de escrita: classe de escrita em areia, em pedra e em papel; e, por fim, em cinco classes de aritmética: princípios gerais, composição e decomposição de números inteiros, composição e decomposição de números quebrados, composição e decomposição de números complexos, razões, proporções e regra de três.

Ao nível dos recursos de ensino, as classes de leitura seguiam o *Novo Método de Ensinar, e aprender a Pronúnciação e Leitura da Língua Portuguesa* e o *Epítome da Gramática Portuguesa* (*Portugal*, instruções de 29 de Outubro de 1816), que serviam a formação dos mestres na Escola Geral. Na escrita, foi adoptada a *Nova Arte de Ensinar e Aprender a Escrever*. O método de ensino praticado foi o método Lencaster, conhecido como o «método de ensino mútuo», adoptado oficialmente pelo ensino público, em 1836¹⁵⁵.

Ainda que se verifique um número elevado de alunos a frequentar de forma assídua as aulas militares (v. *Quadro II.16 Distribuição numérica de alunos por matérias nas escolas regimentais (1817-1822)*), o resultado efectivo no que diz respeito à certificação escolar foi semelhante ao verificado nas escolas régias. Na generalidade, não é manifesto que os alunos tenham obtido o grau escolar, mas sim que adquiriram uma aprendizagem mínima da leitura, da escrita e aritmética, o que poderá justificar a inexistência de alunos nas classes de Gramática e Ortografia no regimento de Lagos, assim como a raridade de alunos na classe de ortografia no regimento de Faro. O desinvestimento nas competências matemáticas é também evidente, não indo além do ensinamento dos princípios gerais e composição e decomposição de números inteiros. Apenas no Regimento de Artilharia se assistiu à passagem de alguns estudantes para os níveis seguintes (composição e decomposição de números quebrados, composição e decomposição de números complexos, razões, proporções e regra de três). Na escrita, a tendência é diferente. No ano de 1820, os regimentos de Lagos e de Faro foram distinguidos com a

¹⁵⁵ Sobre o desenvolvimento desta metodologia no Algarve, veja-se o capítulo II.3 neste trabalho.

atribuição da 2.^a Ordem de Merecimento, pelo progresso obtido nesta competência escolar¹⁵⁶.

Apesar da curta duração da iniciativa, que certamente pesou no facto de os alunos não terem tido acesso a todas as classes disciplinares previstas, este modelo foi precursor e o seu contributo para a alfabetização nacional assinalável. Note-se o facto de ter sido posto em prática conforme o previsto na letra da lei, complementando eficazmente a, por vezes, débil rede de escolas públicas existentes no país. A sua conceptualização, primeira que formalmente se dirigiu à educação básica de adultos, definiu objectivamente as condições de acesso aos mestres e a sua preparação pedagógica, criando para o efeito uma escola normal; desenvolveu vários modelos de estatística literária uniformizada, permitindo acompanhar com rigor a evolução do conjunto de escolas e o progresso dos alunos. Por fim, o facto do método pedagógico utilizado ter sido apropriado pelo sistema de ensino público revela o êxito e o impacto destas aulas na sociedade portuguesa.

A solidez da iniciativa e o número de alunos beneficiados fizeram das escolas regimentais uma referência e contribuíram para a espessura institucional das escolas de primeiras letras, como pode observar-se no *Quadro II.17 Evolução da rede pública de ensino entre 1759 e 1831*, onde sintetizamos, face às fontes disponíveis, os ritmos da evolução da rede pública de ensino. São visíveis nesta trajectória os efeitos culturais negativos registados no reinado de D. Miguel (1828-1834), durante o qual foram suspensas sete aulas do ensino elementar em 1831 e outras foram sendo abandonadas, devido ao contexto revolucionário vivido, situação que se repetiu por ocasião da revolta de 1846¹⁵⁷. Até essa data, pode observar-se uma curva ascendente desde a instituição do ensino público, que representa um crescimento de 85% (1779-1829), não sendo lícito reputar a adesão da população à escola como insignificante, como no *Quadro II.18: Rede escolar pública e respectiva frequência em 1830* se exhibe.

Para terminar esta incursão, podemos concluir que, pesem, embora, dificuldades estruturais, tais como a falta de mestres ou a sua deficiente formação literária, a rede de

¹⁵⁶ MELO, João Crisóstomo do Couto e – *Relatório dos progressos das Escolas Militares de primeiras letras no decurso do anno de 1820 (o quarto do seo estabelecimento) feito pelo Diretor das mesmas Escolas, o Capitão do Real Corpo d’Ingenheiros João Crisóstomo do Couto e Melo, na sessão pública celebrada em 15 d’Outubro de 1821*. Acessível em AHM, PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/48.

¹⁵⁷ ANTT, Ministério do Reino, mç. 4346 e 4347. V. *anexo n.º 2: Reorganização da rede de cadeiras régias, 1830 e anexo n.º 3: Comportamento dos professores de ensino primário e secundário do distrito de Faro, durante a revolta de Outubro de 1846*.

acesso à instrução pública expandiu-se a todos os concelhos do Algarve e estava firmada nas vésperas da guerra civil (1828-1834), como pode observar-se na *Figura II.8 Distribuição geográfica da rede escolar pública no Algarve em 1829*. Por outro lado, os dados obtidos acerca da frequência lectiva, ainda que esparsos, confirmam uma crescente adesão da população à escola, apontando para o reconhecimento social conferido à formação literária.

II.2 Matérias e materiais didácticos: o lugar do impresso nas reformas do ensino

A frase proverbial de Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), «sem livros não há instrução»¹⁵⁸, acomoda-se perfeitamente a este intróito. Datada de 1800, sintetiza uma trajectória ideológica, traçada pelos doutrinadores das Luzes em Portugal, que elaborou, de forma indelével, ao longo de todo o século XVIII, a relação de reciprocidade entre instrução, língua portuguesa e livro impresso.

II.2.a Escolarização da Língua Portuguesa nos Estudos Menores: da doutrina à lei

A contemplação desta relação triangular foi abordada de forma sistemática e crítica por Luís António Verney (1713-1792). Figura doutrinária central na reforma pombalina dos estudos, pode considerar-se um dos arautos da língua portuguesa, dada a argumentação exposta na carta que abre o *Verdadeiro Método de Estudar*, em torno da defesa da escolarização da língua vernácula¹⁵⁹, retomando um tema antigo, como testemunha o «Dialogo em Louvor da nossa Linguagem» de João de Barros¹⁶⁰.

O método, apresentado como alternativo ao então em uso, propôs como sustentáculo do *curriculum* escolar a primazia do estudo da língua nacional, sobre a aprendizagem da língua latina («Na verdade, o primeiro principio de todos os estudos deve ser, a Gramatica da propria lingua»), o que facilitaria a aprendizagem das demais.

¹⁵⁸ VELOSO, frei José Mariano da Conceição – *O Fazendeiro do Brasil...* Lisboa: Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1800, parte II, p. IV. T. II.

¹⁵⁹ [VERNEY] – *Verdadeiro Metodo de Estudar...* 1746, pp. 1-58.

¹⁶⁰ BARROS, João de – *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiũ, Typographum, 1540, fls. 57-58. O diálogo aí encenado entre pai e filho coloca esta questão, defendendo o pai a precedência do estudo da gramática portuguesa à latina: «E nã te pareça trabálho sobeio entender tanto na própria linguágem, por que se fores bem doutrinádo nella, levemente ô serás em as alheas. Este é o módo que tiverã todolos gregos e latinos, tomárã por fundamento saber primeiro o seu que o alheo.» (fl. 57f.) e, mais adiante, confirma a fala do filho: «e o que for esperementádo ô póde julgar: cá senam soubera da grammática portuguesa, o que me vóssa merçe insinou, parece me que ~e quátro annos soubera da latina pouco, e della muito menos: mas cõ saber a portuguesa fiquey alumiádo em ambas [...]» (fl. 58v.).

Apresentando um entendimento da língua como um fenómeno social e cultural, Luís António Verney apresentou o exemplo dos clássicos para demonstrar que fora graças ao cultivo das respectivas línguas que Gregos e Romanos se eternizaram. Criticou, contudo, o conservadorismo dos Gregos «porque, para conservar a sua língua pura, nam queriam aprender lingua alguma estrangeira.» O exemplo romano¹⁶¹ coadunava-se melhor com o pensamento de Verney. Usou-o para defender a adopção de estrangeirismos como um procedimento linguístico legítimo e necessário ao enriquecimento lexical e à transferência de novos conceitos, necessários à dilatação dos horizontes culturais da língua de origem: «muitas palavras estrangeiras, que explicam melhor o que se quer dizer; principalmente quando se trata de Artes e Ciencias» (p. 40). Assim fizeram os Romanos, como realça: «Os Romanos não tinham palavras para tudo: e assim foi necessario tomalas prestadas: principalmente em materias de Ciencias, e Artes: as quais adotaram como Latinas. Este é o privilegio das linguas vivas.» (p. 46). Em tudo, porém, recomendou parcimónia¹⁶². Seguindo este raciocínio, Verney contestou o peso da tradição, defendendo, em contrapartida, a autoridade que os falantes de uma língua viva deveriam exercer para a adaptar à realidade¹⁶³, conforme a prática generalizada em outros países: «Este mesmo uso, de purgar as linguas, melhorando na boa pronuncia, e enriquecelas com palavras novas, quando á necessidade; está geralmente introduzido.» (p. 46).

Para o autor, a introdução do estudo da língua portuguesa na escola deveria ser auxiliada por uma actividade editorial que se coadunasse com esta nova visão pedagógica. Um movimento de «livros bons» deveria estimular-se – bons por oposição aos preconizados pelos Jesuítas, entenda-se –, adaptados no conteúdo e no suporte a uma nova atitude declaradamente utilitária e facilitadora da aprendizagem¹⁶⁴. O principal seria

¹⁶¹ «Foram os Romanos os primeiros, que aprenderam voluntariamente lingua estrangeira, o que nam consta, que Povo algum, antes deles, tivese feito. E nisto mesmo, me parecem mais racionaveis: porque conhecendo a necessidade dela, para o estudo da Filozofia, Matematica, e belas Letras, nam se envergonharam de receber lisoens, daqueles mesmos a quem tinham vencido, e davam leis.», p. 9.

¹⁶² Mais adiante, adverte o autor: «O que encomendo muito é, que com este pretexto, nam nos encham a lingua de Latinismos, Francezismos, e Italianismos, como entre outros fez Inacio Garcez, nas Notas ao Camoens.», p. 41.

¹⁶³ Afirma Luís António Verney na página 45: «Sei que alguns, dam em razam do que escrevem, acharem-no assim escrito, nos antigos Portuguezes. Mas esta razam, é de caboquadra. Porque tratando-se de linguas vivas, que nam estavam purgadas pelo pasado, mas que nosa idade, se vam reduzindo à perfeisam; e desta, da qual no nosso tempo, apparece o primeiro Vocabulario; nam devemos estar, polo que disseram os Velhos: mas examinar, se á razam, para se dizer assim. [...] Seria uma ignorancia manifesta, e afetasam indesculpavel, falar oje com muitas palavras, de que uzaram os antigos Portuguezes.»

¹⁶⁴ Encontram-se no texto, a miúdo, os termos «facilitar», «fácil», «abreviar» «natural», «suave», «bela». É completamente repudiada a violência como método de ensino: «E nam se devem intimidar os rapazes, com mau modo, ou pancadas, como todos os dias sucede: mas, com grande paciencia, explicar-lhe as

uma «Gramatica da sua lingua, curta e clara», a que se seguiria «um livro vulgar» ou uma «carta bem escrita, e facil», aconselhando-se as do Padre António Vieira, tendo o cuidado de escolher, porém, «as mais facis [sic]: ou alguma istoria pequena» (p. 9).

Para consolidar esta nova ordem doutrinária, Verney mostra-se bem consciente da relevância dos dispositivos formais a adoptar. O autor cita o exemplo do *Vocabulario Portuguez e Latino* [...] do P.^e Rafael Bluteau (1638-1734)¹⁶⁵, reflectindo sobre a premissa de uma reedição do *Diccionario* em formato menor e abreviado, de modo a enco- rajar o estudo, tornando-o agradável:

[...] para facilitar este estudo à Mocidade, seria necessario, que algum omem douto, **abreviáse o Diccionario do P. Bluteau e o reduzise à grandeza, de um tomo em fo- lha, ou dois em 4.^o** Ninguem pode olhar para a obra do P. Bluteau, sem ficar esmureci- do, pola quantidade de volumes.» (subsl meus, p. 55)

Seguir-se-ia o embaratecimento da edição: «E assim, todo aquele grande Voca- bulario, se pode reduzir nas segundas impresoens, a trez ou quatro volumes, se lhe tira- rem o que tem de superfluo: e seria tambem mais barato, e mais util à Republica.» (p. 57)¹⁶⁶.

Quando confrontamos o discurso Verneyano com os diplomas que introduziram as reformas pedagógicas na segunda metade de Setecentos, colhe-se de imediato a sua doutrina como substrato teórico. Na bibliografia recomendada para a cadeira de Gramá- tica Latina, o autor encontra-se no núcleo de autores recomendados: «e além disto dar- lhes as melhores regras da Ortografia: Servindo-se os Discipulos da que compoz o nos- so Luiz Antonio Vernei, breve, e exacta»¹⁶⁷.

A questão da língua nacional está presente desde os primeiros diplomas, nos quais se distingue uma política linguística. Meio de coesão e de domínio «pois é certo

regras [...]», p. 9. No tomo II, carta XVI, reitera: «E isto, mais com boa maneira, que com rigorozos cas- tigos: o que certamente nam intendem muitos Pais, e Mestres.», p. 253.

¹⁶⁵ BLUTEAU, padre D. Raphael – *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero...* autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 10 vol.

¹⁶⁶ A segunda edição do *Vocabulario*, levada em 1789, pelos irmãos Borel, põe em prática esta orientação editorial e dando igualmente testemunho sobre o mercado editorial português anterior à fundação da Im- prensa Régia, afirmando: «era preciso a hum portuguez ser rico para aprender com perfeição a lingua materna na sua patria», in *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)* [em linha]. Lisboa: na Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789, p. IV. Disponível em: <http://zip.net/bfr5r1>.

¹⁶⁷ «Instrucção para os Professores de Grammatica Latina», §XI, 6.7.1759.

que mais pôde durar hum bom costume e vocábulo, que hũ padrã¹⁶⁸, é nesta fase que, por exemplo, no Pará e Maranhão se proibiu o uso do idioma local e a língua portuguesa foi imposta como o idioma comum, produzindo-se, para o efeito uma «Breve instrucçam para ensinar a Doutrina Christãa, ler e escrever aos meninos e, ao mesmo tempo, os princípios da Lingoa Portugueza e sua Orthographia»¹⁶⁹.

O alvará de 28 de Junho de 1759 não abordou de modo directo a introdução do estudo da língua portuguesa, mas determinou que a aprendizagem do Latim se fizesse em vernáculo, ao contrário do que era a prática corrente no método jesuítico, considerando que: «naõ há maior absurdo, que intentar aprender huma Lingua no mesmo idioma, que se ignora» e que, para aprendizagem da Gramática Latina, por uma questão de «facilidade» se introduzissem princípios da Gramática Portuguesa: «he útil que os Professores lhes vão dando huma noção da Portugueza; advertindo-lhes tudo aquillo, em que tem alguma analogia com a Latina»¹⁷⁰.

Quando nos referimos ao ensino da língua portuguesa, referimo-nos especificamente ao estudo da gramática, pois o processo de alfabetização decorria necessariamente em língua portuguesa. Porém, a esta aprendizagem sucedia o estudo da Gramática

¹⁶⁸ BARROS, João de – «Dialogo em louvor da nossa linguagem». In BARROS, João de – *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiũ Typographum, 1540, fl. 58.

¹⁶⁹ V. ANDRADE, António Alberto Banha de – *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Saraiva-Livresiros Editores, 1978, p. 4-20. A «Breve Instrucçam» foi editada nesta obra entre páginas 119-153. A doutrina pedagógica que enforma a «Instrucçam» está perfeitamente alinhada com os textos oficiais que imediatamente se lhe seguiram. Sobre a prioridade da Língua Portuguesa e respectivo método de ensino, pode ler-se: «Os primeyros principios da Lingoa são as declinações dos nomes e as conjugações dos verbos, e **hé couza bem lamentavel que, para aprendermos a lingoa latina, a lingoa franceza ou italiana, que são hoje as mais vulgares, principiemos declinando nomes e conjugando verbos, e que os nam saybão os mais dos homens fazer na portugueza**, sendo a materia que devemos estudar com todo o disvello, para a podermos fallar com perfeçãõ.»

António Alberto Banha de Andrade admite que o autor-tradutor do texto fosse Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, Governador e Capitão-general do Grão-Pará e Maranhão, tratando-se de um prolongamento do *Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios do Pará e Maranhão*, escrito em 1757. Sendo o documento da sua responsabilidade fica, porém, a dúvida quanto à originalidade, pois o Ouvidor Geral de Pernambuco, em carta de 20 de Março de 1759, informava Sebastião José de Carvalho e Melo que se tratava de uma tradução: «[...] o dito Governador, que he quem tem dirigido a regularidade que devem guardar estas novas villas, para as quais tem feito hu, directorio que mandou traduzir da lingoa francesa no nosso idioma e asim huma cartilha, para por ella os instroirem os Mestres e director, que elle nomeou». In ANDRADE – *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. 1978, p. 8.

¹⁷⁰ «Instrucção para os Professores de Grammatica Latina», §VI, 6.7.1759.

À época, distinguíam-se os Oratorianos deste procedimento, privilegiando como língua de ensino a língua nacional, em clara dissensão com os Jesuítas. Isto mesmo ficou patente no conjunto de compêndios redigidos em português, que a partir de meados do século XVIII deram à estampa. V. ANDRADE – *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*. 1982, p. 409-433 e SANTOS, Eugénio Francisco dos – «Oratorianos». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 331-332.

Latina, com prejuízo para o domínio do Português, sem estatuto padronizado de língua culta. É, portanto, da escolarização da Gramática da Língua Portuguesa que tratamos.

Nesta mesma linha de orientação, inscrevem-se os Estatutos do Real Colégio dos Nobres proibindo as conversações em língua latina:

As conversações familiares serão sempre, ou na Língua Portuguesa, ou na Franceza, Italiana, ou Ingleza, como os Collegiaes acharem que he mais conforme aos diferentes genios, e applicações, que cada hum delles fizer a estas Línguas vivas. Não poderão porém nunca conversar em Latim, por ser o uso familiar desta lingua morta mais propria para os ensinar a barbarisar, do que para lhes facilitar o conhecimento da mesma lingua.¹⁷¹

E introduziram no plano curricular a aprendizagem das línguas vivas: «pelo menos as Línguas Franceza, e Italiana; ainda que **será muito mais util** aos que forem mais capazes, e estudiosos **possuir tambem a Língua Ingleza**»¹⁷². Estava, assim, oficialmente aberto o caminho para a progressiva perda de hegemonia cultural que a língua latina exercia entre nós, ainda que longamente se mantivesse na estrutura da formação escolar portuguesa¹⁷³.

A oficialização da Língua Portuguesa no quadro dos Estudos Menores verificou-se em 1770, pelo alvará de 30 de Setembro de 1770. Nele foi escolarizado o ensino da Gramática Portuguesa, fazendo-a preceder ao ensino do Latim. Diz a lei:

«e desejando, quanto em Mim he, adiantar a cultura da lingua Portuguesa nestes Meus Reinos, e Dominios, para que nelles possa haver Vasallos uteis ao Estado: Sou Servido ordenar que os Mestres da Língua Latina, quando receberem nas suas Classes os Discipulos para lha ensinarem, os instrução previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrução dos Alumnos, na Grammatica Portuguesa, composta por Antonio José dos Reis Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita.»¹⁷⁴

Trata-se do marco fundador da história do ensino oficial da Língua Portuguesa, que extinguiu uma querela com dois séculos de existência, pelo menos. Os argumentos

¹⁷¹ Subls meus. Carta de Lei de 7.3.1761, item 10.

¹⁷² Subls. meus. In SILVA – *Collecção da legislação Portuguesa...* 1830, t. I, p. 781-782.

¹⁷³ Esta tendência foi comprovada por João Luís Lisboa, em análise dedicada aos anúncios a gramáticas e dicionários publicados entre 1780 a 1820. O autor afirma: «O grego e o latim, embora não tenham um lugar desprezível, nomeadamente pela forma como são considerados no processo de educação, têm já um papel mais modesto do que levariam a supor as estantes repletas de estudos escritos nessas línguas» Concluindo, mais adiante: «Editam-se e procura-se as línguas nacionais que passam, em muitos casos, a ocupar o lugar das línguas clássicas como linguagem internacional, mesmo a nível científico, como veremos adiante. Também neste sentido vão as conclusões das pesquisas realizadas noutros países. E, entre as línguas nacionais, o francês tem um papel particular, em Portugal como já vinha sucedendo no resto da Europa.» In LISBOA, João Luís – *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura, 1992, p. 68-69.

¹⁷⁴ Subls. meus. Alvará de 30 de Setembro de 1770. In SILVA – *Colecção da legislação Portuguesa...* 1829, t. II, p. 497. O manual referido é a *Arte da Grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

para esta nova política linguística são de diferentes ordens. Da ordem da representação do poder, da ordem do aperfeiçoamento civilizacional, da ordem funcional e, por fim, mas não menos importante, da ordem do gosto. Leia-se o texto:

[...] em Consulta da Real Meza Censoria Me foi presente, que sendo a **correção das linguas Nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos Póvos civilizados**, por **dependerem della a clareza, a energia, e a magestade**, com que **devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religião, e fazer uteis, e agradaveis os Escritos**: Sendo pelo contrario a **barbaridade das linguas a que manifesta a ignorancia das Nações**; e não havendo meio, que mais possa contribuir para polir, e aperfeiçoar qualquer Idioma, e desterrar delle esta rudez, do que a applicação da Mocidade ao estudo da Grammatica da sua propria lingua; porque sabendo-a por principios, e não por mero instincto, e habito, se costuma a fallar, e escrever com pureza, evitando aquelles erros, que tanto desfigurão a nobreza dos pensamentos, e vem a adquirir-se com maior facilidade, e sem perda de tempo a perfeita intelligencia de outras diferentes linguas; (subls. meus).

O legislador não excluiu sequer o campo religioso em que o latim era dominante, considerando a língua materna como a mais adequada a «persuadir a verdade da Religião». As línguas clássicas são, de facto, referidas no diploma, mas em termos comparativos, tal como fizera o autor do *Verdadeiro Método de Estudar*:

[...] de sorte que o referido methodo, e espirito de educação foi capaz de elevar as linguas Grega, e Romana ao grão de gosto, e perfeição, em que se virão nos formosos Seculos de Athenas, e Roma, o que bem testemunhão as excellentes, e inimitaveis Obras, que delles ainda nos restão.

Destaque-se que ao considerar a língua vernácula como um meio operante ao nível do fortalecimento do Estado e da Religião, o diploma considerou os efeitos da escrita sobre o receptor, para quem esta devia tornar-se *útil e agradável*. O leitor, o ouvinte, o estudante são, nos textos em apreço, protagonistas.

II.2.b A língua e o gosto literário

À severidade e complexidade do ensino jesuítico contrapôs-se a amenidade e a facilidade do ensino: «E **nam se-devem intimidar os rapazes, com mau modo, ou pancadas**, como todos os dias sucede: mas, **com grande paciencia**, explicar-lhe as regras»¹⁷⁵, lê-se no texto de Verney. Nas *Instrucções para os Professores* o apelo é semelhante: «devem os Professores applicallos a algum **Author facil, claro, e agradável**, no qual **com vagar, e brandura** lhes vaõ mostrando executados os preceitos»¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Subls. meus. In [VERNEY] – *Verdadeiro método de estudar...* 1746, t. I, p. 9.

¹⁷⁶ Subls meus. *Instrucções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, Ordenadas, e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor, Para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*. Lisboa: Na Offic. De Miguel Rodrigues, 1759, § VII. In BUESCU, Maria Leonor – *Um documento da reforma pombalina do ensino*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, 1979, p. 234. Separata de *Euphrosyne*, nova série, 9.

A repulsa do estudante à escola deveria evitar-se, tornando a aprendizagem um processo aprazível e estimulante:

[...] e, por hum modo, que **sirva de excitar em os que aprendem hum vivo desejo de passarem ás Sciencias maiores.**»¹⁷⁷ [...] «Assentaõ os Homens mais eruditos, que no principio se devem quasi absolutamente tirar os Themas, que só servem de mortificar aos Principiantes, e inspirar-lhes hum **aborrecimento ao estudo; cousa, que sobre tudo se deve acautelar**»¹⁷⁸.

De forma especial, o professor deveria atender à formação do gosto:

Sendo sempre os Assumptos algumas Historias breves, ou Maximas uteis aos bons costumes: **Algumas agradaveis** pinturas das virtudes, e acçoens nobres: E outros deste genero, **em que haja gosto, e proveito.**»¹⁷⁹ [...] «para cultivar a memoria dos Estudantes, alguns lugares em Prosa, ou em Verso, **nos quaes haja alguma cousa util, e deleitavel**, que possa ao mesmo tempo servir-lhes de exercicio, e de instrucção.»¹⁸⁰; «Depois que o Professor tiver bem aperfeçoado o Discipulo em ler clara, e distinctamente o Grego, assim como está escrito: Passará a fazello escrever correctamente, e a fazer-lhe distinguir as figuras diversas tanto das letras, como das syllabas, e das abreviaturas; por que **com este exercicio se facilita o estudo, e se aprende com gosto.**»¹⁸¹ [...] «Quando os Discipulos estiverem mais adiantados, **e quizerem aperfeçoarse** mais no Estudo desta utilissima Lingua, **lhes fará o Professor ler Homero**, onde lhes fará ver não só tudo, **o que a Antiguidade Profana tem de mais polido, e agradavel**; mas tambem o **melhor modelo de hum grande Poeta**»¹⁸², Id., VIII; «Fará **observar, e advertir aos Estudantes**, naõ só toda a economia dos lugares, que lem; mas **tudo, o que puder conduzir para formar solido gosto**»¹⁸³.

Estamos perante a inauguração oficial da escolarização da língua portuguesa que abriu, simultaneamente, espaço à cultura do gosto. Neste novo paradigma da relação com as letras revelam-se dois sentidos confluentes: o do ensinar deleitando e o do aprender deleitando-se. A mediar o prazer, descobre-se o livro impresso, escolhido segundo as «melhores ediçoens»¹⁸⁴ para instruir e formar o gosto literário, em que se incluem as edições em português, envolvendo-se a formação do cânone oficial, como pode ler-se: «dos Autores Portuguezes, são precizos os melhores, para com elles se fazer paralelo com os antigos, como Sua Magestade ordena; principalmente são necessarios todos os escriptos do grande Fr. Luiz de Souza, Camõens, Antonio Ferreira, Diogo Bernardes, etc., as obras de Duarte Ribeiro de Macedo»¹⁸⁵.

¹⁷⁷ *Id.*, Gramatica Latina § II.

¹⁷⁸ *Subls. meus. Id.*, § XIV.

¹⁷⁹ *Subls. meus. Id.* § XV.

¹⁸⁰ *Subls. meus. Id.*, § XVII.

¹⁸¹ *Subls. meus. Id.*, *Grego e Hebraico*, § III.

¹⁸² *Subls. meus. Id.*, § VIII.

¹⁸³ *Subls. meus. Id.*, *Rhetorica*, § V.

¹⁸⁴ *Instrucçoens...*, *Gram. Lat.*, § X.

¹⁸⁵ «Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método». In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, vol. 2, p. 97.

A dimensão de uma cultura nacional em germinação detecta-se, por exemplo, na *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de António José dos Reis Lobato (Lisboa, Regia Officina Typografica, 1770). O autor, que naturalmente valorizou o ensino da língua vernácula desde a iniciação escolar, defendeu a introdução de uma nova matéria configuradora de uma visão nacionalista: a história pátria. Eis o

Perfeição tipográfica e perfeição literária fundem-se, assim, na constituição do modelo escolar de erudição linguística, literária e estética em língua portuguesa.

II.2.c Os manuais impressos: controlo do mercado

A aprovação dos novos compêndios originou o incentivo à produção e à comercialização, cujo controlo foi imediatamente assegurado pelo Estado, de modo a evitar a especulação comercial sobre um género escasso. Na «Memoria dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método» lê-se a planificação para prover o mercado recentemente constituído:

Hé necessario fazer imprimir aqui a *Minerva* de Francisco Sanches e as *Instituições* de Quintiliano. Destes livros há poucos e se vendem carissimos.

Deve também imprimir-se a *Ortografia* do Vernei, e o *Fundamenta Stili Cultioris* do Heinecio, que todos são raros e recomendados como necessarios, nas Instruções.

As *Orações Selectas* de Cicero para o uso dos que frequentão a Rhetorica, deve imprimir-se.

Também os primeiros Livros de Tito Livio.

De tudo hé necessario saber o numero que se há de imprimir, e aonde.¹⁸⁶

Concederam-se privilégios aos autores das gramáticas aprovadas (21.7.1759)¹⁸⁷ e, logo depois, foi atribuída à Direcção-Geral dos Estudos o privilégio de impressão de todos os livros «persizos para o estabelesimento e reforma dos Estudos», garantindo «impreções pureficadas» de defeitos que «a ambição dos que quizessem empreender estas impreções, sem mais zelo que dos seus entereses, introduziria nestes Reinos e seus Dominios, os livros que neles imprimisem, sem escolha nem correcção ou os que man-

texto: «[...] pois em lugar destes [processos dos litígios] **lhes seria mais proveitoso lerem hum Autor da historia Portugueza de frase pura, e facil**, em que com reflexão ajudados da explicação dos Mestres vissem praticadas as regras, que tivessem aprendido, e desta lição sem dúvida conseguirão tambem os meninos o ficarem **juntamente instruidos na Historia Portugueza necessaria a toda a qualidade de pessoa**; por quanto **a primeira, e indispensavel obrigação, que cada hum tem, depois da perfeita noticia da Religião, he o saber bem a lingua, que aprendeo desde o berço, e juntamente a historia do Paiz que nasceo.**» (subls. meus, p. XV-XVI). O diploma que aprovou a *Arte da Grammatica* não foi tão longe e somente em 1835, por Decreto de 7 de Setembro a história foi introduzida como objecto de estudo do ensino primário. Da parte da Congregação do Oratório nota-se igual preocupação, visível na *Instrucção de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras* (1751), que na secção seguinte abordaremos. Parece-me, pois, acertado afirmar que distingue-se nestes textos a génese ideológica do nacionalismo cultural, que afirmar-se-á no século seguinte, embora, estejamos ainda longe do repto Garretiano de 1843: «Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a tirar de nós, a copiar de nossa natureza, e deixemos em paz “Gregos, romãos e toda a outra gente”...» GARRETT, Almeida – «Introdução». In *Romanceiro*. Organização, fixação de textos, prefácio e notas de Maria Helena da Costa Dias *et al.* Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1983 [1843], vol. II, p. 36.

¹⁸⁶ ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, p. 97. Vol. 2.

¹⁸⁷ «Alvará de privilégio concedido a António Félix Mendes, para a sua Gramática Latina e para a do P.^e António Pereira (de 21.7.1759)». In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, p. 97-98. Vol. 2.

dasem vir de fora do Reino com os mesmos defeitos»¹⁸⁸. Implementaram-se igualmente medidas rigorosas de controlo em todo o território, por intermédio dos comissários sub-delegados, prevendo penas para os prevaricadores¹⁸⁹.

Nas instruções remetidas aos comissários, a 6 de Janeiro de 1760, o director-geral reiterou os avisos sobre o controlo dos preços dos livros prescritos, dando conta das condições praticadas na Corte, pelas quais os comissários deveriam reger-se:

Hé necessario ter toda a vigilancia, **para que a ambiçam não grave e prejudique aos pobres pays dos estudantes, fazendo-lhes comprar os livros por mais do seu justo preço.** E assim, julgo indispensavel à minha obrigaçam, communicar a V. M.cê a **noticia que os compendios se vendem nesta Corte, encadernados em pasta, a duzentos reis e, em papel, a cento e secenta.** E o 1.º e o 6.º tomo da *Sellecta latini sermonis*, de Chompré que hé o que, por hora está impreço, se vende em pasta, a cruzado, nesta Corte e, em papel, a trezentos reis: o que suposto, fazendo-se a conta a que cada hum destes livros, fará a **despeza de conduçam e comissam de quem as vender, athé oitenta reis, parece que só se deve permitir se vendam ahi pelo preço de Chompré encadernado em pasta, de quatrocentos e oitenta e os compendios tambem encadernados em**

¹⁸⁸ Edital do director-geral dos Estudos sobre o Alvará de 13.8.1759. In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, p. 108. Vol. 2.

¹⁸⁹ Transcreve-se integralmente o alvará de 13.8.1759, concedendo à Direcção-Geral dos Estudos o privilégio de impressão de todos os livros clássicos e dicionários: «Eu El-Rey, faço saber aos que este Alvará virem que, attendendo ao que me foi representado por Dom Thomás de Almeida, do meu Conselho, Principal Primario da Santa Igreja de Lisboa e Director Geral dos Estudos destes Reinos e seus Dominios, e ao muito que importa animar os mesmos estudos, pela applicação de todos os meyoys que podem conduzir para os promover; e tendo mandado imprimir em beneficio delles e das suas necessarias despezas, todos os livros classicos e dictionarios que forão enunciados nas *Instrucções* que mandei promulgar, em 28 deste prezente anno, para os Professores de Gramatica Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica, sou servido conceder à **sobredita Direcção Geral, privilegio excluzivo da impressão de todos os ditos livros e dos mais que houver por bem mandar estampar, para o uso das clases das referidas lingoas, e arte de Rhetorica, para que, emquanto eu não mandar o contrario, nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, possa imprimir, fazer entrar de fora do Reino, ou vender, algum ou alguns dos sobreditos livros**, debaixo das penas: pela primeira vez, do perdimento dos exemplares que lhe forem achados, com o dobro do valor a que se costumarem vender os permitidos; e do tresdobro, pela segunda vez, crecendo esta pena aos mais lapsos, à mesma proporção. **Para que se não possam equivocar os livros de contrabando**, com os que forem impressos a beneficio dos referidos Estudos, sou servido, outrosim, **que o Director Geral**, assim nesta Corte como nas mais cidades do reino, **nomee Comissarios, que assignem de letra de mão o seu nome, na primeira folha em que se acharem estampados os titulos de cada hum dos sobreditos livros**; e que, todos aquelles que forem achados sem os referidos signaes, sejam havidos por contrabando e as pessoas em cuja mão se acharem, logo prezas, até declararem a quem os comprarão, para se lhe imporem as penas acima estabelecidas. Determino que os **donos das logens** nas quaes se acharem alguns dos referidos livros, ao tempo da publicação deste, **sejão obrigados a declarar os exemplares, que tiverem, aos Comissarios**, que o mesmo Director Geral nomear, para tomarem razão delles, debaixo das referidas penas. Para o consumo delles lhes concedo o tempo de quatro mezes, depois dos quaes, lhes premito que possam reesportar aquelles exemplares que declararem existentes; bem visto, que não os declarando, e embarcando depois de ser findo o referido termo, aquelles que lhes forem achados serão tambem havidos por contrabando, para terem lugar as penas acima declaradas. Desta geral prohibição sceptuo as duas Gramaticas a que, pelo meu Alvará de vinte de Junho proximo precedente, tenho concedido privilegio excluzivo, emquanto eu não for servido ordenar o contrario.

Este se cumprirá como nelle se contém e valerá como Carta, posto que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das ordenações em contrario, estampando-se com os sobreditos livros, para que chegue á noticia de todos e não possam os transgressores delle alegar ignorancia. Dado no Palacio de Nosa Senhora da Ajuda a 13 de Agosto de 1759. Conde de Oeyras». Subls. meus. In ANDRADE– *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, vol. 2, p. 109.

pasta, a duzentos e oitenta e, em papel ou pergaminho, à proporção, e todos sem mais diferença que a de vintem mais ou vintem menos, o que V. M.cê fará executar indefectivelmente, nam consentindo se leve mais, porque não hé justo se gravem os estudantes com mayor despeza.¹⁹⁰

A fundação da Imprensa Régia (1768) veio facilitar amplamente todos estes procedimentos, quer na esfera da produção quer da difusão dos livros¹⁹¹. Inicialmente raro e caro, produzido nas oficinas de Lisboa, o livro impresso não tardou a ampliar a sua influência cultural às escolas de *Ler, escrever e contar*, tornando-se analogamente um instrumento conformador da prática pedagógica.

II.2.d O impresso nas escolas de *Ler, escrever e contar*

Defensores da facilitação do ensino, os condiscípulos de Luís António Verney produziram, na prossecução do *Verdadeiro Método de Estudar*, um conjunto significativo de compêndios destinados ao ensino elementar e aos Estudos Menores¹⁹². Em nome da simplificação da aprendizagem, estes manuais registam, porventura pela primeira vez, a defesa explícita do uso do impresso como método de aprendizagem preferencial, em detrimento da utilização de manuscritos. Referimo-nos, em concreto, à *Instrucção de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras para o uso das Escolas da Congregação do Oratorio*.

A obra, cuja primeira edição data de 1751¹⁹³, inclui uma «Advertência» entre páginas [III] a XXXI, na qual explica as vantagens do «novo methodo», «tão diverso do que commumente se pratica em todo o Reino de Portugal»¹⁹⁴, em alusão clara ao método jesuítico¹⁹⁵. Pode ler-se aqui a opção por esta tecnologia:

¹⁹⁰ Subls. meus. «Carta de Officio, que se remeteo aos Commissarios, para instruçam do que devem fazer nos Bispados do Reyno», de 6.1.1760. In ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, vol. 2, p. 214-215.

¹⁹¹ V. a este propósito CANAVARRO, Pedro [et al.] – *Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora. Vol. I. 1768-1800*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975. Vol. I.

¹⁹² V. ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, vol. 2, p. 415-418. Sobre manuais impressos e manuscritos produzidos para as aulas de Ler, escrever e contar, independentemente da filiação dos autores, consulte-se ADÃO – «Estado absoluto e ensino das primeiras letras...» 1997, p. 217-75.

¹⁹³ ANDRADE – *A Reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, vol. 2, p. 416. Não conseguimos localizar esta 1.^a edição referida por ANDRADE, pelo que utilizamos a edição de 1780: *Instrucção de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras para o uso das escolas da Congregação do Oratorio na Casa de N. Senhora das Necessidades. Ordenado pela mesma Congregação*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1780. Disponível em: <http://purl.pt/6418>.

¹⁹⁴ *Instrucção de principiantes...*, p. [III].

¹⁹⁵ É geralmente conhecida a acção e o prestígio pedagógico alcançado em Portugal pela Congregação do Oratório, evidenciada pela produção intelectual, organização de bibliotecas e estudos ministrados, impulsionados ainda mais pela determinação de D. João V de facultar aos estudantes que frequentassem as aulas dos Oratorianos o acesso directo à Universidade, privilégio até então exclusivo dos Jesuítas.

A primeira casta de letras, que pomos diante dos olhos aos principiantes, he a da estampa, ou impressão; e isto por duas principais razões. Primeira, porque em qualquer arte, ou faculdade **se deve começar pelo mais facil:** e he fóra de controversia que **esta casta de letra he mais facil de aprender;** porque toda **he uniforme,** sem a variedade de caracteres, que se encontram nas letras de diversas mãos.

Segunda, porque a **lição da letra redonda põe expeditos** os principiantes **para lerem muitos livros, pelos quaes se adquire erudição;** e com esta, **mais facilidade para conhecer depois pelo contexto as letras, e palavras, que encontrarem mais embaraçadas na letra de mão;** que he o modo ordinario, de que nos valem para conhecer os caracteres mais embaraçados.¹⁹⁶

O excerto coloca o impresso no centro da aprendizagem inicial e evidencia o pioneirismo oratoriano na utilização da língua portuguesa no ensino e na adopção do impresso como meio para a normalização da aprendizagem da leitura («porque toda he uniforme, sem a variedade de caracteres, que se encontram nas letras de diversas mãos»). O impresso é considerado facilitador e potenciador da actividade leitoral, conduzindo o leitor a diferentes estádios literários («a lição da letra redonda põe expeditos os principiantes para lerem muitos livros, pelos quaes se adquire erudição.»). A identidade da aprendizagem passou, assim, a ser uma identidade tipográfica.

A *Instrucção* foi organizada em cinco «cartas» adequadas àqueles propósitos. Na primeira, é apresentado o abecedário em «pequeno redondo, pequeno cursivo, versal redondo, versal cursivo», dando a conhecer ao aluno «toda a variedade de letra redonda ordinaria, e usual». Na segunda carta são mostradas as sílabas, a terceira compõe-se dos nomes, especificamente «dos nomes de Dignidades, de Cortes, e outros semelhantes, para que os meninos com a sua licção não só aprendão a ler, mas comecem a adquirir alguma erudição» (p. V); a quarta apresenta frases, usando para o efeito as orações mais conhecidas (Padre nosso, Ave Maria, Salve Rainha e Credo) e a quinta carta trata da

A Congregação entrou em Portugal pela mão do padre Bartolomeu de Quental (1627-1698), tendo obtido o reconhecimento político em 1668. Constituiu-se como uma família de padres seculares, cuja união era sustentada na obediência aos estatutos e ao sentimento de fraternidade que ligava os seus membros, tendo cada uma das casas fundadas completa autonomia, como esclarece Eugénio Francisco dos Santos: «formavam apenas uma comunidade secular, não uma ordem. O que nisso avulta é, predominantemente, o apelo (e o apego) à liberdade individual e colectiva.» In SANTOS – «Oratorianos». 2001, vol. J-P, p. 330.

A proximidade e a envolvimento com o século distinguiram os congregados, que desenvolveram «obras de solidariedade social, o contacto permanente com as camadas sociais mais carentes, a abertura da igreja à participação diária dos fiéis, a pregação, o ensino, a assistência religiosa constantes.» (*Id.*, p. 329), sendo, contudo, no âmbito pedagógico que a actividade desenvolvida mais tem sido notada como inovadora e relevante. O ensino das ciências, para o que possuíram um gabinete de Física, a adopção metodológica do experimentalismo, ou o uso da língua vernácula para ministério das aulas e redacção das suas obras foram factores que impuseram os Congregados na evolução cultural portuguesa registada ao longo do século XVIII. Entre os seus discípulos contam-se personalidades de reconhecido mérito intelectual, tais como Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), Diogo Barbosa Machado (1682-1772), José Anastácio da Cunha (1744-1787), Luís António Verney (1713-1792), D. Manuel do Cenáculo de Vilas-Boas Anes de Carvalho (1724 -1814), P.^e Teodoro de Almeida (1722-1804), D. José Maria de Melo (1756-1818) ou D. Francisco Gomes do Avelar (1739-1816).

¹⁹⁶ Subls meus. *Instrucção de principiantes...*, p. [III]-IV.

geografia de Portugal e das biografias régias incutindo nos discípulos a curiosidade sobre os assuntos pátrios, como afirma o autor:

[...] para que nesta fação mais largo exercicio de ler, e o appetite de saber as cousas pertencentes á sua Patria os excite a frequentar a dita lição; e para que ao depois, quando estudarem Latim, tenham nestas mesmas vidas materia para as suas composições [...]¹⁹⁷

A letra manuscrita, segundo este método, só seria apresentada ao aluno quando, dominando a leitura, o mestre o achasse preparado para o introduzir na aprendizagem da escrita, seguindo as indicações: «e para isto usará de traslados de letra aberta em chapa, de feitio de letra de mão; e estes traslados serão as primeiras cartas, que lerão manuscritas»¹⁹⁸. A variedade de letras manuscritas ficariam reservadas para depois do domínio da escrita: «quando já escreverem com bastante desembaraço, lhes mandarão ler as letras de mãos diversas, e mais embaraçadas; e a experiencia mostra que então as entendem com muita facilidade»¹⁹⁹.

Destinado ao ensino religioso, o autor referiu a preparação de «um livrinho impresso com o título: *Exercicios da lingua Latina, e Portuguesa, Part. I*», que serviria não só para que os principiantes praticassem a leitura, como também para que se habituassem à língua latina, antes de aprenderem a gramática desta língua, como era então corrente:

[...] por ser um Catecismo da Doutrina Christã, e por essa causa deve andar continuamente nas mãos, pareceo acertado ajuntar-lhe a versão Latina mais clara, e desembaraçada, para que ou a continuação de ver a versão Latina defronte da Portugueza, ou a curiosidade, ou a emulação provoque os principiantes a ler, e entender, e tambem a fallar os periodos Latinos antes de saber algumas regras de Grammatica Latina; assim como aprendem a ler, e pronunciar a lingua Portugueza antes de saberem alguma Grammatica Portugueza; e mais facil lhes será depois aprender as regras da Grammatica Latina; no que terão hum grande avanço os que depois a quizerem aprender, e os outros nada perderão.²⁰⁰

A aritmética surgia como a última etapa das aprendizagens elementares para a qual aconselhou-se a impressão de «hum Directorio breve, e claro»²⁰¹.

A inovação que esta proposta representou no panorama educativo português foi, porém, restrita, uma vez que destinava-se aos discípulos da própria Congregação. Ainda assim, embora tenha um carácter circunscrito e experimental, foi expresso o desejo de que o êxito do método alcançasse maior latitude, como se lê no remate: «esperando que a praxe mostrará a utilidade do methodo, e o bem, que d'elle resulta ao público com a

¹⁹⁷ *Instrucção de principiantes...*, p. VI.

¹⁹⁸ *Id.*, p. VII.

¹⁹⁹ *Id.*, p. VIII.

²⁰⁰ *Id.*, pp. VIII-IX.

²⁰¹ *Id.*, p. X.

ajuda de Deos, para cuja honra tudo isto ultimamente se dirige.»²⁰². De qualquer modo, a *Instrução* constituiu uma alternativa e mais uma orientação oferecida à ponderação das entidades oficiais, que, quando pelo alvará de 30 de Setembro de 1770, introduziram o impresso nas escolas de *Ler, escrever e contar*, não o fizeram irreflectidamente, existindo em algumas escolas do reino longa tradição deste uso. O texto régio não impediu, todavia, a utilização do manuscrito, a não ser os de teor judicial «que sómente servem de consumir o tempo e de costumar a Mocidade ao orgulho, e enleios do Fóro»²⁰³. Lê-se no diploma:

E por quanto Me constou, que nas Escolas de ler, e escrever se praticava até agora a lição de processos litigiosos, e sentenças, que sómente servem de consumir o tempo, e de costumar a Mocidade ao orgulho, e enleios do Foro: Hei por bem abolir para sempre hum abuso tão prejudicial: E **Mando, que** em lugar dos ditos processos, e sentenças, **se ensine aos meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, especialmente, pelo Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert**, mandado traduzir pelo Arcebispo de Evora para instrução dos seus Diocesanos, **para que por elle vão tambem aprendendo os Principios da Religião, em que os Mestres os devem instituir com especial cuidado, e preferencia a qualquer estudo.**²⁰⁴

O texto concedeu foros ao impresso para mediar a aprendizagem da leitura com base na matéria considerada como a «preferencia a qualquer estudo», isto é, matéria religiosa. O Estado, que já havia chamado a si a coordenação da instrução pública, levou mais longe a submissão da Igreja, ao assumir responsabilidade pelo ensino religioso, escolarizando uma prática que até então era exclusiva dos agentes clericais. No centro da alfabetização foi colocado como objecto de aprendizagem o *Catecismo pequeno* do Bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert, enlaçando, assim, os conceitos de civilização e religião, caros ao contexto do Iluminismo Católico.

A Lei de 6 de Novembro de 1772 coadunou as várias mutações. Introduziu os rudimentos da gramática da língua portuguesa no ensino elementar e confirmou como objecto de leitura fundamental o género didáctico-religioso:

Ordeno: Que os Mestres de lêr, escrever, e contar, sejam obrigados a ensinar não sómente a boa fôrma dos caracteres; mas tambem as **Regras geraes da Orthografia Portugueza**: e o que necessario for da **Syntaxe della**; para que os seus respectivos Discipulos possão escrever correcta, e ordenadamente: Ensinando-lhes pelo menos as **quatro especies de Arithmetica** simples; o **Catecismo, e Regras da Civilidade em hum breve Compendio**: Porque sendo tão indispensaveis para a felicidade dos Estados, e dos Individuos delles são muito faceis de instillar nos primeiros annos aos Meninos tenros,

²⁰² *Id.*, p. X.

²⁰³ Alvará de 30.9.1770. In SILVA – *Colecção da legislação Portugueza...* 1829, t. II, p. 498.

²⁰⁴ Subls. meus. Alvará de 30.9.1770. In SILVA – *Colecção da legislação Portugueza...* 1829, t. II, p. 497-8.

doceis, e susceptíveis das boas impressões daquelles Mestres, que dignamente se applicão a instruillos.²⁰⁵

Recuperou-se, no fundo, a máxima da pedagogia cristã medieval *litteris et bonis moribus*²⁰⁶ e introduziram-se novas metodologias didáticas, fomentando a vulgarização do impresso ao criar um novo canal para a sua penetração social: a escola pública. Mais uma vez, o Estado valeu-se de uma prática de instrução corrente, estabilizada desde o século XVI por via da acção da igreja, institucionalizando-a. O «catecismo», cuja origem etimológica remonta ao grego *Katēkhismós*, do verbo *Katēkhéō*, *ô*, com o significado de «fazer reter nos ouvidos, donde instruir de viva voz»²⁰⁷, depressa se acomodou à letra impressa²⁰⁸. Podemos dizer que, ao nível das matérias e materiais concernentes à alfabetização, a legislação pombalina não representou originalidade, limitando-se a oficializar práticas, métodos, textos e suportes amplamente divulgados e de eficácia comprovada, desde o século XVI. O seu maior contributo adveio da valorização da instrução, enquanto valor fundamental para o Reino, possibilitando-a ao maior número. Simultaneamente, institucionalizou uma rede oficial para a difusão do impresso em língua portuguesa, tornando o *Catecismo* o primeiro manual impresso de ensino-aprendizagem. Considerando a complexidade do processo de institucionalização, podemos concluir que, no plano político-legal, à popularização da instrução correspondeu, de facto, a po-

²⁰⁵ Subls. meus. Lei de 6.11.1772. In *Id.*, p. 614-5.

²⁰⁶ Uma síntese da história do ensino religioso nas suas diferentes modalidades pode ler-se com muito proveito em FONSECA, Fernando Taveira – «Ensino». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 110-129. Vol. C-I.

²⁰⁷ In HOUAISS, António e VILLAR, Mauro de Salles – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2005, p. 1868. Vol. 5.

²⁰⁸ Para o caso Português, Artur Anselmo admite a possibilidade de as «cartinhas» ou «catecismos» terem sido impressos ainda durante o século XV. Afirma o autor ao tratar a «Cartinha» de D. Diogo Ortiz de Villegas: «[...] embora não haja provas materiais da execução tipográfica desses livrinhos de iniciação à leitura e à doutrina redigidos por D. Diogo, admite-se que eles pudessem ter sido impressos ainda no século XV.» In ANSELMO, Artur – *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, p. 76. A este respeito, veja-se também CEPEDA, Isabel Vilarés – «Uma “Cartinha” em língua portuguesa desconhecida dos bibliógrafos.» In *Colóquio sobre o Livro Antigo, 1988, V Centenário do Livro Impresso em Portugal 1487-1987: actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, p. 79-92. Certo é que, da oficina de Valentim Fernandes e João Pedro de Cremona saiu, em 1504, o *Cathecismo pequeno da doutrina e instruiçam que os x-paãs ham de creer e obrar pera conseguir a benaumentança eterna*, da autoria de D. Diogo Ortiz (1459?-1519) (sobre as especificidades deste texto, leia-se CRISTÓVÃO, Francisco da Silva – «“O Cathecismo Pequeno” de D. Diogo Ortiz Villegas». HVMANITAS. [Em linha]. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos; Universidade de Coimbra, Vol. L, p. 687-700. Disponível em: www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/.../38.2_Cristovao.pdf.) e, em 1539 e 1540, João de Barros fazia imprimir nos prelos de Luís Rodrigues, em Lisboa, a *Grammatica da lingua portuguesa*, na realidade constituída por quatro partes: *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja* (20.12.1539), *Grammatica da lingua portugueza*, *Dialogo em louvor da nossa linguágem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, estes editados conjuntamente em 1540. A articulação entre este género de impresso e a instrução em língua portuguesa é clara e é abordada no plano editorial de João de Barros: «[...] ante que se trâte da grammatica poerey os primeiros elementos das leteras em módo de arte memoratiua, por mais facilmete aprenderê a ler: e desi os preceitos da ley e os mãdamêtos da igreia, cõ hum tratado de ouuir a missa. E no fim da grammática uam dous diálogos, hum em louuor da lingua portuguea, e outro da sobeia uergonha: mataeria conveniente á idade em cuiu proueito esta uossa obra se cõpos.»

pularização do impresso, com vantagem para a uniformização da aprendizagem da língua portuguesa.

Mas, poder-se-á comprovar, *in loco*, a circulação e o uso efectivo destes objectos? Poder-se-á atestar a passagem deste manual das mãos dos educadores para as mãos dos educandos?

II.2.e O impresso nas escolas algarvias

Creio que só uma geografia do uso efectivo dos manuais poder-nos-á dar, com segurança, esta resposta. Para o caso do Algarve, apenas conseguimos esse mapeamento geral na segunda metade do século XIX, recorrendo aos resultados das inspecções às escolas primárias²⁰⁹. No entanto, é possível acompanhar, desde Quinhentos, a marcha de impressos didáctico-pedagógicos que foram colocados a circular na região, no quadro das resoluções tridentinas²¹⁰.

D. João de Melo e Castro (1549-1564) preparou, em língua portuguesa, a *Doctrina de princípios e fundamētos de christãndade*, destinada ao bispado. A edição, cujo único exemplar conhecido não dispõe de pé de imprensa²¹¹, julga-se que terá sido impressa por Germão Galharde, numa data situada entre 1549 e 1553, pois nas *Constituições do bispado do Algarve*²¹² preparadas pelo bispo em 1554, resultantes do Sínodo desse ano, pode ler-se a alusão àquela obra:

Ordenamos e mandamos que todos aquellos que se ouuerem de ordenar e promouer aa primeira clerical tonsura e aas quatro ordeēs menores saibam o pater noster e a

²⁰⁹ CUNHA, Abílio da (relator) – *Inspecção às escolas primárias*. [Ms.] 1863. Acessível em ANTT, Lisboa Portugal. Fundo Ministério do Reino, mç. 4091; *Mapas escolares de 1866*. [Ms.]. 1866. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4103. V. neste trabalho o capítulo II.3.b O ensino primário.

²¹⁰ Na sessão XXIV, de 11 de Novembro de 1563, ficou estabelecido: «A fim de que o povo fiel se aproxime dos sacramentos com o maior respeito e devoção, o santo concílio ordena a todos os bispos que, ao administrarem os sacramentos, não só os expliquem e façam compreender àqueles que os recebem, mas procurem também que os párocos façam o mesmo e, **se for necessário, na língua vernácula**, segundo a forma prescrita pelo concílio para a exposição de cada sacramento no catecismo: **de forma que os bispos procurarão que seja traduzido na língua vulgar e o farão explicar ao povo pelos curas.**» Subls meus. In RAMOS, António Manuel Monteiro – *Os catecismos portugueses: notas de história: os catecismos mais utilizados na catequese portuguesa de 1561 a 1953 e um estudo crítico dos catecismos da infância e adolescência de 1953 a 1993*. Águeda (l.i.): Paulinas, 1998, p. 28.

²¹¹ O exemplar existente encontra-se depositado na secção de reservados da BNP e está catalogado com a cota Res 692 P. Apresenta 57 fólios e é um in-4º (20 cm). Disponível em: <http://purl.pt/23137>.

²¹² ALGARVE. Diocese, CASTRO, D. João de Melo e – *Constituições do bispado do Algarve*. [em linha] Lixboa: Em casa de Germão galhar [sic], 1554. Acessível na BNP, Res 119 A e disponível em linha: <http://purl.pt/14796>.

Auemaria, e Credo, e Salve regina, e o mais que se contê na doutrina christã ~q mandamos imprimir [...]²¹³

Este catecismo foi destinado aos educadores e, por isso, tratou-se de uma versão aprofundada das matérias e não contemplou a secção dedicada à aprendizagem do alfabeto. As razões da sua edição e destinatários são apresentados no primeiro fólio do exemplar depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, fólio Aij:

Nos Dom João de mello b~po do Algarve ec. Fazemos saber, ~q **cõsiderãdo neste nosso bispado ha grande ignorancia e descuido do que todo r~pam deve saber**, e ha pouca lembrãça que os **pays tem de insinarem seus filhos, e hos meestres seus discipulos, e hos curas seus freigueses** ho que convem pera sua salvaçam como sam obrigados. **Determinamos dar a yssso remedio, e mandamos imprimir esta breve doutrina** de principios e fundamêtos de r~pandade **por ser facil**, e se poder **reeter na memoria segundo ho estilo que leva**. (subls. meus)

Com efeito, o autor utilizou uma linguagem coloquial, recorrendo ao registo expositivo e ao diálogo. À parte especificamente dedicada à doutrina, o bispo acrescentou o que, nos dias de hoje, poderíamos designar um manual de ética socioprofissional, orientado pelos preceitos cristãos. Introdu-lo assim:

Depois que na doutrina ~q precedeo se declarou ha maneira ~q os pais devẽ teer em insinar seus filhos, e hos mestres seus discipulos, e hos curas seus freigueses. Restava que brevemête declarassemos **ho modo que deviam guardar has pessoas em seus estados, pera viverẽ nelles cõforme a serviço de nosso señor, e segurãça de suas cõciências**. Pello qual amoestamos, e ãcomêdamos á todas has ditas pessoas, ~q façã aprêder este breve sũmario á seus discipulos, filhos, e freigueses, pera ~q vindo a ydade em que tomam estado e modo de viver, vivam nelle a proveito de suas almas.²¹⁴

Nesses estados, D. João de Melo incluiu: os governadores, os clérigos, os confessores, os juízes e demais pessoas que administram a justiça, testemunhas judiciais, procuradores de causas, notários, médicos, boticários, mercadores, mestres que ensinam, moços e pessoas que aprendem, lavradores, estalajadeiros, militares, casados, ricos, pobres, pessoas que tem em suas casas criados e família, mulheres, trabalhadores e pessoas religiosas, indicando para cada um o conjunto de normas para dirigirem as suas vidas e ofícios. Encerra o texto com a «Regra em comuñ que devem guardar todos hos fieẽs cpãos que se desejam salvar»²¹⁵.

Presume-se que a *Doctrina d' principios* (v. *Figura II.9 CASTRO, D. João de Melo e – Doctrina d' principios e fundamêtos d' christãdade*) alimentou longamente a formação religiosa de eclesiásticos e a formação moral dos fiéis. Em conformidade com

²¹³ In «Título VI. Do Sacramento das Ordeẽs, capítulo I». O Sínodo realizou-se na cidade de Silves a 14 de Janeiro de 1554 e as *Constituicoens* têm data de impressão a 27 de Agosto de 1554, Lisboa, por Germão Galharde.

²¹⁴ Subls. meus. Fólio não numerado.

²¹⁵ Não sendo, por agora, oportuno desenvolver a análise a esta obra, pretendemos numa fase posterior regressar a ela.

a lei de 30 de Setembro de 1770, foi introduzido no Algarve o catecismo do Bispo de Montpellier. A folha de rosto foi adaptada à diocese («para o uso do bispado de Faro», v. *Figura II.10 Frontispício das Instruções geraes em forma de catecismo...*), mas o conteúdo, incluindo o prólogo, é idêntico ao que circulou, por exemplo, no bispado de Coimbra. A publicação foi destinada aos mestres, como se conclui da sua organização e complexidade de assuntos. Para os alunos foram preparados os *dous catecimos abbreviados para o exercício dos meninos*, que circulavam como anexo às *Instruções*, mas que não localizámos, em qualquer das edições consultadas.

O catecismo impresso, na dupla função de alfabetizar e civilizar, constituiu para muitos, certamente, o primeiro contacto com a leitura e, porventura, o único objecto impresso possuído, se assumirmos que de objecto e método de ensino dos mestres passou a objecto de leitura do aluno. Ao do bispo de Montpellier, seguiram-se outros, seleccionados conforme os diferentes bispados e tendências doutrinárias. No bispado do Algarve, vulgarizou-se o *Catecismo* da Congregação do Oratório, introduzido por D. Francisco Gomes do Avelar, bispo da diocese entre 1789 e 1816.

Francisco Gomes (1739-1816), além de professor de Filosofia na Real Casa das Necessidades foi autor de compêndios destinados ao ensino dos meninos daquele colégio. Embrenhado na reforma do ensino de índole humanística e científica que a Congregação levou cabo, quando bispo, D. Francisco Gomes do Avelar moveu quanto pôde os recursos à sua disposição em benefício da instrução dos fiéis do bispado. Para isso, distribuiu gratuitamente manuais impressos, que requereu à sua Congregação logo que chegou ao Algarve, designadamente, o ABC, o catecismo, pautas, ortografia, sintaxe, etc.²¹⁶ No trânsito de livros entre Lisboa e o Algarve, localizaram-se duas licenças de transporte, datadas respectivamente de 10 de Dezembro de 1795 e de 8 de Abril de 1796, onde, entre outros, incluem-se o envio dos «Catecismos p.^a os meninos das primeiras idades» enviados por S. João de Andrade da Congregação ao bispo do Algarve (v. *Figura II.11 Frontispício do Catecismo...*)²¹⁷. Debaxo da iniciativa bispal, assegurou-se, portanto, que os meninos possuíram o seu primeiro livro de leitura impresso, que constituíu, como vimos, para os Oratorianos o método preferencial de

²¹⁶ AVELAR, D. Francisco Gomes do – *[Carta] 16.10.1789, Faro [a] P.e João Andrade*. [Ms]. 1789. Acessível em BNA, 54-XI-35, n.º 32.

²¹⁷ ANDRADE, D. João de – *Requerimentos para obtenção de licença de saída de livros*. [Ms.]. 5.4.1796. Acessível em ANTT, Real Mesa Censória, cx 152.

aprendizagem da leitura e um objecto que «deve andar continuamente nas mãos», como se lê na já citada *Instrucção de principiantes*.

Não obstante o esforço do prelado na valorização e patrocínio material das escolas, o contexto da sala de aula continuou a desnudar o fosso entre o país oficial e as práticas do quotidiano. Os testemunhos directos são escassos, mas esclarecedores. Em 17 de Novembro de 1820, João José Fragoso, professor proprietário da cadeira de Vila Nova de Monchique, escreveu à Junta da Directoria Geral dos Estudos para dar informações sobre o progresso da sua aula. Mostrou-se convicto de que todos os seus alunos se tornariam «bons Lentos, p.^a o futuro»²¹⁸. Contudo, para que a previsão se concretizasse, era necessário que os alunos tivessem acesso aos livros aprovados, o que, como evidenciam os pedidos escritos pelos próprios alunos, não sucedia geralmente. Transcrevemos o corpo das petições:

Aula Regia de Monxique 7 de Obro 1820

Faz hoje quatro mezes q venho a Escola dezejo mediga o seu parecer, se sabere escrever bem, e tambem dezejaria ter livros para ler, porque tenho muita vontade do saber. [...]

Seu Dicipulo Joaquim Duarte

Jozé Bento Theodozio Jozé M.el Ign.co Ant.to Rodrigues Joaq.m Oliveira. e Jozé Cardozo me pedem para q eu como seu Segundo lhe pesa a V.m para rogar a S. M. pella Junta da Derectoria geral dos Estudos e Escollas do Reino. Assim dever se pode Obter alguns Livros para applicação euzo dos mesmos, que pella Sua pobreza os não podem Comprar, eu espero q V.M. que tanto dezeja o dientamento delles a sim O faça. [...]

Joze Maria da Conceição

V.M Como nosso M.e deverá Rogar a S. M. pela Real Junta da Derectoria Geral dos Estudos; p.^a q seja servido mandarnos os Catecismos de Montpellier, p.^a nosso uso, e para aprendermos tudo que V.M. nos dezeja ensinar, tanto Espiritual, como Moral; pois como nos tem ditto que os d.os Livros são tão utis esperamos q. V.M. assim ofaza, eu arogo dos mais Seus Discipulos assim lhe peso. [...]

Manoel Cunha.²¹⁹

Como pode concluir-se pela redacção de José Maria da Conceição, a escola era frequentada por crianças provenientes de diferentes contextos sociofamiliares,

²¹⁸ FRAGOSO, João José – [Carta] 17.11.1820, Monchique [a] Junta da Directoria Geral dos Estudos. [Ms.]. 1820. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4347.

²¹⁹ AA.VV. – [Petições]. [Nov./1820], Monchique [a] Junta da Directoria-Geral dos Estudos. [Ms.]. 1820. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, mç. 4347.

mantendo-se o problema da gratuitidade do ensino como a principal fragilidade do sistema público. Não temos dados que permitam generalizar esta situação a todas as escolas existentes no Algarve, mas é fora de dúvida que a desvantagem no acesso aos materiais de ensino existiu por falta de intervenção atempada da tutela educativa (Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, de 21.6.1787-17.12.1794; Junta da Directoria-Geral dos Estudos e Escolas destes Reinos, de 17.12.1794-7.9.1835). Não bastou criar e dotar as escolas com mestres, era igualmente necessário que o Estado proporcionasse, de facto, os materiais didáticos aprovados. Em contrapartida, parece-nos evidente que a escola pública criara, também na periferia, a necessidade do impresso como central à prática do ensino-aprendizagem das primeiras letras e a sua utilização passara a ser partilhada por mestres e discípulos. Para este resultado, é fundamental ter presente a convergência de esforços com origem na iniciativa pública e particular, nomeadamente, a actuação bispal que, com recursos, presença e influência no seio das populações, proporcionou condições essenciais às mudanças legalmente promulgadas²²⁰.

II.3 O livro e a leitura enquanto «bens públicos»: as estruturas de ensino liberais

A concepção do livro e da leitura como um objecto e uma actividade de interesse público, a ser disponibilizado e gerido sob a tutela Estatal, é própria do contexto cultural de finais do século XVIII, impondo-se ao longo de Oitocentos, com particular ênfase no quadro das reformas liberais, que criou várias bibliotecas públicas no país²²¹. No domínio do sistema escolar, a legislação Setembrista desenvolveu uma visão tendencialmente

²²⁰ D. António da Costa destaca neste sentido a acção coeva de quatro bispos, nomeadamente: Fr. Caetano Brandão (Braga), D. Manuel de Aguiar (Leiria), Fr. Manuel do Cenáculo (Beja e Évora) e, por fim, «talvez o mais original de todos, D. Fr. Francisco Gomes de Avellar». In COSTA, D. António da – *Historia da instrução popular desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871, p. 184-187.

Mais recentemente, Justino Magalhães utilizou os exemplos de Fr. Caetano Brandão e Fr. Manuel do Cenáculo, salientando a sua relevância na concretização do processo de escolarização português. V. MAGALHÃES – *Da cadeira ao banco...* 2010, p. 105-113.

²²¹ Data do final do século XVIII, 1796, a fundação da Real Biblioteca Pública da Corte. No contexto liberal foram oficialmente criadas: a Real Biblioteca Pública do Porto (9.3.1833); a Biblioteca do Arsenal Real da Marinha (7.1.1835); a Biblioteca das Cortes (22.10.1836); a Biblioteca de Vila Real (1839); a Biblioteca de Braga (estabelecimento ordenado por decreto de 17.11.1836); a Biblioteca Pública de Ponta Delgada (1841); a Biblioteca Pública de Angra (10.11.1860). As datas têm por base os dados apresentados por MELO, Daniel – «As bibliotecas públicas distritais». In *A leitura pública no Portugal Contemporâneo: 1926-1987*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, p. 125, e por TOMÁS, Paula Cristina Carvalho – *A imagem política dos arquivos e das bibliotecas nos debates parlamentares e na legislação (1820-1974)*. Lisboa, 2006, p. 63-85. Dissertação de mestrado em Ciências Documentais, apresentada ao Departamento de Ciências Documentais da UAL. Acessível na BNP.

mais alargada e especializada, como se conclui da crítica exposta no decreto de 17 de Novembro de 1836:

[...] por quanto o systema actual consta na maior parte de alguns ramos de erudição esteril, quasi inutil para a cultura das sciencias, e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das Artes, e os progressos da civilização material do Paiz²²².

Através da nova reforma do sistema de ensino público, abarcando o nível elementar²²³ e o secundário²²⁴ para sintonizá-los com o espírito e as necessidades do século, institucionalizou-se uma concepção utilitária do conhecimento para «vantagem pública», cujos mecanismos de acção consistiram no reforço dado à rede de ensino público, na criação de bibliotecas liceais²²⁵ e de bibliotecas públicas distritais²²⁶ e na criação de associações industriais com uma importante componente de formação popular e divulgação de conhecimentos, por meio de conferências, publicações impressas e constituição de bibliotecas temáticas²²⁷. A secção seguinte acompanha os resultados deste processo de provimento local de instituições literárias de cariz estatal liberal, procurando reconstituir-se a relação entre os espaços públicos de formação de leitores e a cultura tipográfica.

II.3.a A Escola Normal Primária e de Ensino Mútuo (1837-1846)

Das consequências territoriais produzidas pela reforma literária levada a cabo pela portaria-circular de 25 de Agosto de 1835 (bibliotecas públicas), decreto de 15 de Novembro de 1836 (instrução primária) e 17 de Novembro de 1836 (ensino secundário),

²²² In decreto de 17.11.1836, pelo qual foi aprovado o plano de criação dos Liceus Nacionais distritais. [em linha]. A valorização do conhecimento técnico e experimental reconhece-se de forma explícita no art.º 68.º: Haverá em cada um dos Lyceos um Jardim experimental destinado ás applicações de Botanica, um Laboratorio Chimico, e um Gabinete que terá tres divisões correspondentes ás applicações da Fysica e da Mechanica, da Zoologia, e da Mineralogia.» [Consult. 24.1.2012]. Disponível em <http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo>.

²²³ Decreto de 7.9.1835 e 15.11.1836. [Em linha] Consult. 24.1.2012. Disponível em <http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo>.

²²⁴ Decreto de 17.11.1836. [Em linha]. [Consult. 24.1.2012]. Disponível em <http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo>.

²²⁵ «Haverá em cada um dos Lyceos uma Biblioteca, que servirá tambem para uso dos Professores, e Alumnos. Um dos Professores nomeado pelo Conselho será o Bibliotecário, e terá um Official ás suas Ordens. O Bibliotecario terá de gratificação 50\$000 réis, e o Official 100\$000 réis de Ordenado.» In Decreto de 17.1.1836, art.º 67.º.

²²⁶ Portaria-circular de 25 de Agosto de 1836 expedida a todos os Governadores Civis, à excepção dos de Lisboa e Porto. [Em linha] [Consult. 15.7.2015]. Disponível em: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/legislacao/seculo-xix/1836-1840/>.

²²⁷ Portaria de 23 de Setembro de 1836, ordenando que os administradores-gerais dos distritos constituíssem, pelo menos nas capitais de distrito «associações agrícolas, comerciais, e fabris, as quais, ao mesmo tempo que com seus meios dessem impulso a estes mananciais de riqueza pública, com suas luzes coadjuvassem o Governo».

Código Administrativo de 1836, publicado em 1837; e Código Administrativo de 1842. Estas associações materializaram-se na década de 1850, como veremos adiante em detalhe.

a primeira a concretizar-se foi a criação da Escola Normal Primária de Ensino Mútuo²²⁸ na capital do distrito. De acordo com o diploma de 15 de Novembro de 1836, funcionaria simultaneamente como Escola Normal, isto é, como escola de formação de professores (art.º 3.º), tentando assim colmatar o problema das deficientes habilitações literárias dos mestres régios.

A Escola Normal Primária e de Ensino Mútuo do distrito de Faro teve dois professores entre 1837 e 1846, mas sem que a vertente de ensino mútuo, também designado de Lancaster²²⁹, efectivasse-se devido à falta dos recursos necessários, tais como mobiliário adequado e Quadros parietais de conteúdos. Por essa razão, o primeiro professor nomeado, João Ferreira Jervis Júnior (nomeado a 21.4.1837 e tomada de posse a 23.4.1838), apresentou a sua desistência da cadeira a 7 de Agosto de 1838, alegando:

[...] em consequência de se me não terem prontificado até agora os meios de que carecia para entrar no mesmo ensino, pelo Método Simultâneo ou Mútuo: e atendendo ao atraso em se acham os professores públicos e a não haver quaisquer recursos de que se possam servir para obterem os tão necessários meios de que precisam para a própria subsistência [...].²³⁰

A cadeira foi provida novamente por despacho de 22 de Janeiro de 1841 em Domingos António Pacheco, que iniciou o exercício a 23 de Julho numa casa do Edifício do Seminário de São José. As dificuldades, porém, mantiveram-se devido à incapacidade financeira estatal para garantir o cumprimento da legislação, como mostra a exposição do governador civil:

Em cumprimento das determinações de V. Majestade e da Lei foi provida a Cadeira da Escola Normal Primária e de Ensino Mutuo, achando-se o Professor dela em efectivo exercício desde Julho do ano próximo passado na Capital deste Distrito Administrativo, como tive a honra de expor a V. Majestade pelo Conselho Geral Director em diferentes datas: havendo decorrido porém um tão grande espaço de tempo **sem que tenha sido possível organizar a Escola e estabelecer o método de Ensino segundo o Sistema de Lancaster por falta de utensílios e acomodações que ele demanda**; que quanto a casa pertencente ao Seminário Episcopal onde o Professor Ensina carece de obras para o dito fim indispensáveis, em conformidade do respectivo Directório, principalmente achando-se elevado o número dos discípulos a 73; e nascendo este defeito ou irregularidade da carência absoluta de meios pecuniários com que devo ser habilitado, e já solicitei do Ministério em Ofício de 22 de Outubro de 1841, sem resultado até hoje: julgo de meu dever expor novamente a V. Majestade o estado irregular da mencionada Escola, rogando a V. Majestade haja por bem mandar expedir as providências necessárias para cessar

²²⁸ Sobre a introdução do método de ensino mútuo em Portugal, leia-se o desenvolvido estudo de Joaquim Ferreira Gomes – «Escolas normais para habilitação de professores primários». In *Estudos para a história da educação no século XIX*. 2.ª ed. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996, p. 11-59.

²²⁹ A principal característica deste método de ensino consistia «na reciprocidade do ensino entre alunos, servindo o mais capaz de professor àquele que o é menos». In HAMEL, Joseph – *L'enseignement mutuel*. Paris, 1818. *Apud* GOMES – *Op. cit.*, p. 12.

²³⁰ *Mapa das Escolas Normais Primárias e d'Ensino Mutuo providas pelo Conselho Geral Director do Ensino Primário e Secundário*. [Ms.] 1838-1842. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, D.G.I. Pública Ensino Mútuo, mç 3707.

o indicado inconveniente que não pode continuar por mais tempo sem grande prejuízo do serviço público.²³¹

A falta dos recursos materiais implicava, para além da impossibilidade de adotar o novo método de ensino, a limitação do ensino de matérias e do exercício de competências escolares, tais como a escrita e o desenho. No relatório anual da cadeira, o professor Domingos António Pacheco, descreveu o ambiente da sua sala de aula:

Tenho a honra de levar às mãos de V. E. o Mapa anual dos meninos, admitidos na Escola Normal Primária, do método de ensino mútuo deste Distrito, organizado conforme as instruções das Escolas de ensino simultâneo.

A Escola Normal que tenho a honra de dirigir, ainda lhe faltam muitos móveis para seguir o método adoptado no Directório mandado observar por Decreto de 31 de Outubro de 1835, ainda que, nela se tem seguido os processos de leitura, Aritmética, Gramática, História e Geografia, como me está incumbido e somente a escrita e Desenho nos bancos se não tem posto em prática com grave detrimento da instrução da infância, pela falta dita dos móveis: a diligência do Governador Civil não tem sido bastante, a morosidade das providências dependentes do Governo, têm dado causa ao não estabelecimento desta Escola, mas segundo me parecer deverá estar estabelecida no começo do próximo ano lectivo.

Digne-se portanto V. Ex. Indicar-me qual o Catecismo Moral, Civil, Religioso e Político, Compêndio Geográfico e Histórico que devo adoptar e bem assim para o Desenho linear conforme os Cap. 6.º e 7.º do Directório.

Aproveito a ocasião para dizer a V. E. que vão afluindo à matrícula muitos meninos para o novo ano, e por um cálculo, talvez exceda a 200.²³²

O funcionamento da Escola Normal foi novamente interrompido em Outubro de 1846 na sequência da revolta da Patuleia, da qual o professor Domingos Pacheco tomou parte na qualidade de Tenente Quartel Mestre de um Batalhão Popular, que seguiu para Setúbal. Face ao abandono da cadeira e participação revoltosa, o professor foi formalmente suspenso em Julho de 1847²³³ e demitido em Fevereiro de 1850²³⁴. A reactivação da escola aconteceu, mas convertida em escola regida pelo ensino simultâneo, segundo informação datada de 1853²³⁵.

A introdução oficial do ensino mútuo, enquanto método célere de aprendizagem e de formação pedagógica, sucumbiu assim às limitações do Tesouro nacional, o que não implicou a sua exclusão definitiva dos métodos de ensino utilizados. No caso do distrito de Faro, após a conversão da cadeira em ensino simultâneo, deixou também de aludir-se à cadeira enquanto instituição de formação didáctica de professores.

²³¹ Subls. meus. In ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva – *[Ofício]* 26.3.1842, Faro. [Ms.] 1842. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, D.G.I. Pública Ensino Mútuo, mç 3707.

²³² PACHECO, Domingos António – *[Carta]* 10.8.1842, Faro *[a]* Reitor da Universidade de Coimbra. [Ms.] 1842. Acessível em ANTT, Ministério do Reino, D.G.I. Pública Ensino Mútuo, mç 3707.

²³³ *Correspondência confidencial. Revolta de Outubro de 1846, distrito administrativo de Faro.* [Ms.] [1846-1847]. Acessível em ANTT, Ministério do reino, mç 4347.

²³⁴ ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – *[Ofício]* 19.2.1850, Faro *[a]* 1.ª Repartição do Reino. [Ms.] 1850. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, Lv. 175, fl. 62v.

²³⁵ ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – *[Ofício]* 8.11.1853, Faro. [Ms.] 1853. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 373, fl. 163-164.

II.3.b O ensino primário

Os efeitos da implementação da reforma da instrução primária, aprovada no decreto de 15 de Novembro de 1836, são oficialmente reportados a partir de 1845. A portaria de 6 de Agosto desse ano, emitida pelo Ministério do Reino, requereu aos governos civis a elaboração do relatório anual relativo à administração literária do distrito, visando o apuramento das «circunstâncias materiais, literárias e moraes dos respectivos estabelecimentos e merito scientifico dos Professores»²³⁶. Destes relatórios, que incluem informação sobre o ensino público primário e secundário e sobre o ensino particular, localizámos um total de 13 relatórios (1845-1861) nos livros copiadores de correspondência do Governo Civil de Faro²³⁷. A quantidade e a qualidade da informação prestada é heterogénea, mas a existência de outros testemunhos que acompanham a vida escolar até à criação do 1.º Ministério da Instrução Pública permitem explorar diversas modalidades da cultura escolar no período que decorre entre 1836 e 1870. Para a elaboração desta secção apoiamo-nos, além dos relatórios mencionados, nos processos de provimento de professores referentes ao período de 1836-1861²³⁸, no relatório alusivo à «inspecção extraordinária das escolas de ensino primário públicas e privadas», ordenada pelas portarias de 23 e 30 de Julho de 1863²³⁹, nos questionários escolares relativos a 1866, que têm a vantagem de serem preenchidos pelo próprio professor de cada escola²⁴⁰ e no «Mapa das cadeiras públicas e particulares de instrução primária e secundária» referente a 1867-1868. A documentação é muito rica do ponto de vista informativo, mas examiná-la-emos no sentido de permitir uma interpretação que releve quatro aspectos de particular interesse para este estudo: **i)** a expansão da rede escolar; **ii)** o perfil socio-literário dos professores; **iii)** o perfil socio-literário dos alunos; e **iv)** a relação do

²³⁶ ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – *[Ofício] n.º 180, 26.9.1848, Faro [a] Ministério do Reino*. [Ms.] 1848. [Relatório sobre o estado moral e literário das escolas de instrução pública do distrito]. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 465.

²³⁷ Acessível em ADF, Fundo Governo Civil: Livro da Correspondência com o Ministério do Reino, lv. 465; Livro de Correspondência com a 1.ª Repartição do Reino, lv. 175; Livro da Correspondência Avulsa, lv. 496; Livro de Correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores, lv. 127; Livro de Correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores, lv. 201A. Os relatórios são relativos a: 1845; 1847/1848; 1848/1849; 1849/1850; 1850/1851; 1851/1852; 1852/1853; 1855/1856; 1856/1857; 1857/1858; 1858/1859; 1859/1860; 1860/1861.

No geral, os relatórios deveriam assinalar: a localidade, o nível de instrução (primária e secundária) e a natureza (pública e privada) da escola; o tipo de provimento do professor (temporário ou proprietário); o modo de ensino (mútuo, simultâneo, ou misto); a propriedade, estado material e estado literário da casa de escola; o nome, a aptidão literária e o comportamento do professor e o número de alunos frequentadores da escola. No entanto, nem todos satisfazem a totalidade das informações.

²³⁸ Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mçs. 4344-350.

²³⁹ Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4091.

²⁴⁰ Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4103.

ambiente escolar com o livro, avaliada segundo os eixos da escola, do professor e do aluno.

Na perspectiva da **oferta territorial de escolas (i)**, podemos verificar que a oferta mais do que duplicou entre 1848 e 1868, sendo o maior número de escolas estabelecido na década de 1860 (v. *Quadro II.19 Evolução da rede pública de ensino entre 1831 e 1910*). O cotejo entre o número de escolas criadas e o número efectivamente em funcionamento permite verificar que a sintonização ocorre no final da década de 1850, em que o número de escolas criadas é equivalente ao número de escolas providas, observando-se uma evolução ascendente do número de escolas em funcionamento no período em apreço.

Paralelamente ao crescimento da rede de escolas públicas, que alcançou as freguesias rurais e mais interiores, desenvolveu-se o número da oferta de escolas particulares, que, em determinadas fases, cobriram a carência de escolas públicas²⁴¹. Em 1849²⁴², funcionavam 8 escolas particulares devidamente autorizadas²⁴³. Nos restantes relatórios, esta modalidade de ensino não é quantificada, mas são frequentes as alusões à proliferação das escolas particulares ilegais. Na inspecção extraordinária levada a cabo no ano de 1863, foram contabilizadas 39 escolas particulares, 16 das quais masculinas e 23 femininas²⁴⁴, «quasi todas regidas por indivíduos sem habilitações e sem título de capacidade»²⁴⁵. Se considerarmos as redes pública e a particular de ensino primário, conclui-se que estavam em exercício neste ano 89 escolas, envolvendo 2242 alunos: 1162 alunos nas escolas públicas (872 do sexo masculino e 290 do sexo feminino) e 1080 nas escolas particulares (629 do sexo masculino e 451 do sexo feminino)²⁴⁶.

²⁴¹ A título de exemplo, no ano de 1845: Lagos – 3 escolas particulares, 1 pública, mas longamente vaga; Giões, concelho de Alcoutim – 1 particular, 0 pública; Monchique – 2 particulares, 1 pública.

²⁴² ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – *[Ofício] n.º 72, 2.10.1849, Faro [a] 1.ª Repartição do Reino*. [Ms.] 1849. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 175.

²⁴³ Concelho de Albufeira, freguesia de Boliqueime: 1 de ensino primário masculino, pelo professor Francisco Dias Neto. Concelho de Faro, na cidade: 1 de ensino primário masculino, por Carlos Augusto Pinto. Concelho de Loulé, na vila: 3 de ensino primário, 1 masculino por Manuel António da Fonseca, e 2 femininas por Bernarda Inocência da Palma e Gertrudes Francisca da Paula; no sítio de Apra: 1 de ensino primário masculino por António Joaquim Coelho. Concelho de Olhão: duas de ensino de Gramática Latina e Latinidade por José Lopes Viegas e José Vaz Palma. Concelho de Silves, em Algoz: 2 escolas de ensino primário, 1 masculina, por José Pedro da Silva, e 1 feminina, por Maria Augusta.

²⁴⁴ Na oferta pública a distribuição da oferta por género era inversa. Das 50 escolas, 46 pertenciam ao sexo masculino e 4 ao sexo feminino.

²⁴⁵ CUNHA, Abílio da – *[Relatório da Inspeção extraordinária às escolas primárias de ensino público e particulares]*. [Ms.]. 1863. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4091.

²⁴⁶ *Idem*.

Além destas, especificamente vocacionadas para a população infantil (6-14 anos), os professores particulares asseguraram as aulas nocturnas destinadas ao público adulto, em contexto associativo, ou deslocaram-se a casa dos alunos, sendo as aulas ora remuneradas ora gratuitas, consoante a índole dos mestres²⁴⁷.

As alterações legislativas do Liberalismo, em matéria de ensino público, introduziram novas matérias e exigências à profissão docente, exercida de forma precária, quer na perspectiva de recursos e infraestruturas escolares, quer na perspectiva das **qualificações literárias dos mestres (ii)**. Recuperamos esta face da análise, que abordámos na secção II.1, relativamente ao período de 1759 a 1836, para compreender as condições que tornaram possível a política pedagógica liberal, a sua evolução face ao anterior regime e os efeitos do estabelecimento do Liceu Nacional sobre a qualidade do ensino primário.

Retomamos, assim, os «processos de provimento dos professores de instrução primária (séculos XVIII-XIX)», seleccionando os que se situam periodologicamente entre 1836 e 1861²⁴⁸. O conjunto de processos para esta fase, um total de nove, foi dividido em dois grupos, reflectindo as alterações legislativas que o decreto de 28 de Setembro de 1844 estabeleceu. Um primeiro é relativo ao intervalo de 1836-1844 (inclui quatro processos)²⁴⁹ e o segundo relativo a 1844-1861 (inclui cinco processos)²⁵⁰.

O decreto de 15 de Novembro de 1836 ampliou o núcleo de matérias a ser observadas no ensino primário, por via a adaptar a instituição escolar pública aos valores perfilhados pelo Liberalismo. O ensino da Civilidade e da História, da Geografia e da Constituição, dispuriam os alunos a servir a nova fé política e o progresso material do país, surgindo neste novo *curriculum* uma área mais técnica como o Desenho Linear. Contudo, o desfasamento entre a prática legislativa e a realidade do país é manifesta nos

²⁴⁷ Em «Mappa das Cadeiras Publicas e Particulares d'Instrucção Primaria e Secundaria, 1867-1868» (acessível em ADF, Fundo Governo Civil, cx 127, mç. 5), dois casos ilustram o que dissemos. Em Portimão, o professor P.º António José Nunes da Glória tinha 39 alunos na sua aula diurna, 15 dos quais gratuitos, e disponibilizava uma aula nocturna frequentada por 120 alunos de forma gratuita.

O professor Manuel Navajo exercia particularmente na cidade de Lagos, com aula diurna frequentada por 88 alunos entre os 5 e os 14 anos. Estava contratado pela Câmara Municipal para leccionar uma aula nocturna, frequentada por 47 alunos entre os 9 e os 32 anos, de diferentes ocupações. Tinha ainda 12 alunos a quem dava lições nas respectivas casas, 11 dos quais do sexo feminino e um do sexo masculino.

²⁴⁸ Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mçs. 4344, 4345, 4346 e 4348.

²⁴⁹ V. Anexo n.º 4: *Qualificações dos candidatos a mestres régios, 1836-1844*.

²⁵⁰ V. Anexo n.º 5: *Qualificações dos candidatos a mestres régios, 1844-1861*.

resultados dos concursos à profissão docente, que sintetizamos no *Quadro II.20 Qualificações médias dos candidatos a mestres régios (1836-1844)*.

Registam-se as fragilidades que observámos no período antecedente em gramática e nas regras da escrita. O desencontro mais evidente é no campo do Desenho Linear, onde nenhum professor demonstrou competência, inviabilizando o cumprimento do decreto reformador, assinado por Passos Manuel.

O decreto de 20 de Setembro de 1844 reformulou novamente o plano curricular e dividi-o em dois níveis. O primeiro grau destinava-se às aprendizagens elementares: ler, escrever e contar, princípios gerais de moral, doutrina cristã e civilidade, exercícios gramaticais e princípios de corografia e história portuguesa. No segundo grau, introduziam-se a gramática portuguesa, desenho linear, geografia e história geral, história sagrada do antigo e novo Testamento, aritmética e geometria com aplicação à indústria e a escrituração (art.º 1.º). Manteve-se a matriz de 1836 e enfatizaram-se as competências técnicas, aplicáveis à indústria, ao comércio e à administração.

O formulário de exame constituído resultou menos ambicioso do que a lista de disciplinas apresentadas, como pode observar-se no quadro seguinte (Quadro II.21). Excluiu o desenho linear, a história geral e a geografia, valorizou a escrita, através da introdução da caligrafia e da «resposta por escrito a um quesito», que, na prática, elevava o nível de dificuldade da prova, exigindo que o candidato fosse capaz de redigir um texto e não apenas de desenhar as letras ou reproduzir uma fórmula do catecismo como, até lá, era corrente. Exigiu-se que o candidato mobilizasse e organizasse conhecimentos, mediante a capacidade de redigir e não apenas de reproduzir. O decreto de 30 de Dezembro de 1850 será mais explícito, exigindo que o candidato elabore «uma resposta extensa, por onde se possa ajuizar da forma de sua letra, e bem assim dos erros, ou da exactidão e perfeição no que escrever» (cap. III, art.º 10.º, § 1.º).

Os exames realizados entre 1844 e 1861 evidenciam uma melhoria nas classificações obtidas, para a qual terá contribuído o funcionamento regular do liceu [v. *Quadro II.21 Qualificações médias dos candidatos a mestres régios (1844-1861)*]. A perspectiva de prosseguir estudos, as acções de acompanhamento e a fiscalização por parte do corpo docente liceal às escolas primárias, tê-la-á propiciado. Não obstante, o balanço global era pouco recomendável. No relatório concernente ao ano lectivo de 1848/1849, António Maria Couceiro registou: «os Professores d’Instrucção Primaria, pela maior parte, merecem apenas a qualificação de mediócras quanto ao seu merecimento littera-

rio, tendo porem procedimento regular [...]», e justificou adiante as causas desta situação:

É certo por outra p.[art]e que os piquenos ordenados dos Professores Públicos, e o enorme atrazo dos seus pagamentos, insuficientes como são p.^a a subsistencia de taes Empregados e seu decente tratamento, não convida as pessoas mais habilitadas a seguir a carreira do Magisterio, cuja profissão (certamente de altíssima importância em relação á ordem moral, civil e politica) vemos desgraçadamente exercida por indivíduos destituídos da necessária aptidão e mérito scientifico.²⁵¹

No ano de 1863, a maioria dos professores (70%) não possuía ainda habilitação para o exercício do magistério (aprovação no ensino secundário ou na escola normal), como pode observar-se no *Quadro II.22 Distribuição das habilitações literárias dos professores do ensino primário em 1863*. Todavia, nota-se que a profissão começava a atrair indivíduos cada vez mais habilitados, registando-se 9 com a conclusão do ensino secundário e 1 com aprovação no ensino superior.

Ao perscrutar o relacionamento dos actores oficiais responsáveis pela formação literária oitocentista com as suas disponibilidades de leitura, conclui-se que a posse de livros não é generalizada nesta categoria, como comprova o *Quadro II.23 Volumes que compõem as bibliotecas dos professores de instrução primária e respectivas habilitações, em 1866*. No conjunto de 35 inquéritos²⁵², 20 professores responderam afirmativamente (57%), dando conta da posse de bibliotecas pessoais, constituídas por números que variavam entre os 4 e os 189 volumes. Elevado é, com efeito, o número de professores (43%) que declarou não dispor de qualquer volume, embora saibamos que, se é possível possuir sem ler, também é possível ler sem possuir, como teremos oportunidade de demonstrar no capítulo IV. De qualquer modo, a densidade bibliáca entre a classe docente foi reduzida, apontando para um panorama caracterizado pela exiguidade de recursos intelectuais próprios.

O perfil literário dos professores tem consequências directas no acesso dos alunos aos patamares de conhecimento. No item seguinte, avaliamos de forma aproximada esse acesso, que, além de mediado pelo professor e pela sua relação concreta com as matérias curriculares, com os manuais e com outros instrumentos didácticos, dependeu

²⁵¹ In ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – *[Ofício] n.º 72, 2.10.1849, Faro [a] 1.ª Repartição do Reino*. [Ms.] 1849. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 175.

²⁵² *Mapas escolares de 1866*. [Ms.]. 1866. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4103. Só foi possível realizar o levantamento de informação de 11 dos 15 concelhos do Algarve, correspondente a 35 freguesias e escolas, visto que o concelho de Olhão não respondeu e dos concelhos de Castro Marim, Faro e Vila Real de Santo António apenas preservam-se as páginas 9 e 10 do inquérito, sendo esta informação prestada na página 1 do questionário em causa.

em igual medida das condições do parque escolar e da **motivação socio-individual para a aprendizagem (iii)**.

Um dos entraves ao sucesso escolar recorrentemente citado é o da fraca adesão das famílias à escola pública, quer entre as mais pobres, por ser encarada mais como encargo do que como proveito, quer entre as mais favorecidas que, com grande probabilidade, preferiam o ensino particular, como relata Abílio Cunha no relatório da Inspeção extraordinária às escolas primárias de 1863:

[...] não é frequentada por maior número por causa da negligência e pobreza dos pais, pouco apreço da instrução, falta de execução do art. 32.º e seguintes do decreto de 20/09/1844. [sobre a frequência dos alunos à escola masculina de Faro]²⁵³

[...] como todas as escolas rurais é mais frequentada no inverno do que no verão, porque nesta estação os pais, ainda ricos, retiram seus filhos da escola para os ocuparem nos serviços do campo e mesmo no inverno não é tanto quanto podia e devia ser frequentada pelas causas gerais, que ficam relatadas. [sobre a frequência dos alunos à escola masculina de Estoi, concelho de Faro]²⁵⁴

[...] irregularidade é devido não só à ignorância, desleixo e pobreza dos pais, mas ainda mais ao exemplo de alguns abastados, que ou não mandavam ou retiravam da escola seus filhos. [sobre a frequência dos alunos à escola masculina de Budens, concelho de Vila do Bispo]²⁵⁵

O questionário aplicado no ano de 1866 revela a classificação dos alunos segundo o estatuto profissional dos pais. A classe profissional predominante é a das famílias ligadas aos ofícios mecânicos e ao pequeno comércio (630 alunos), seguida pela classe das funções não qualificadas (426 alunos) e pela dos ofícios ligados à agricultura (397 alunos) (v. *Quadro II.24 Distribuição dos alunos segundo a actividade profissional dos pais, em 1866*). Em termos relativos, não podemos assegurar que esta distribuição se conservasse, uma vez que não dispomos dos valores globais relativos à distribuição profissional da sociedade algarvia para esta data.

O retrato da preparação literária dos alunos colhe-se na mesma fonte documental, através da análise ao item XII do questionário, intitulado «Classes», onde o professor de cada escola registou a distribuição dos alunos «segundo o seu adiantamento no fim d'esse ano nas disciplinas». As disciplinas eram as de Leitura, Escrita, Aritmética, Sistema Métrico, Doutrina Cristã, Corografia e História Pátria e Gramática, dividindo-

²⁵³ In *Inspeção extraordinária às escolas primárias*. [Ms.] 1863. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4091.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

se internamente em várias classes correspondentes aos objectivos das aprendizagens iniciais, intermédias e finais.

O *Quadro II.25 Distribuição de alunos por classes, em 1866* permite notar a aproximação entre o número de alunos frequentadores das classes de escrita e o das classes de leitura, o que aponta para um prolongamento da frequência escolar. O decreto de 20 de Dezembro de 1850 regulou pormenorizadamente a instrução literária no capítulo V, art.^{os} 23.º a 31.º, mantendo a determinação da precedência da aprendizagem da leitura em letra impressa sobre as restantes matérias. Os alunos iniciavam o percurso pela leitura em letra impressa, passavam à aprendizagem da letra manuscrita e aos primeiros exercícios de escrita depois de estarem adiantados naquela, e só depois de «versados na leitura, e na escripta, o Professor os ensinará a escrever os algarismos, fazendo-lhes aprender o artificio da numeração» (art.º 26.º). A gramática apresenta uma frequência de alunos reduzida, assim como as classes do sistema métrico, para a qual, como veremos, os recursos didácticos eram muito escassos. Apesar da regulamentação formal das matérias que deviam enformar o ensino elementar, o acesso a determinados conhecimentos mantinha-se privilegiado, existindo correspondência entre as qualificações literárias dos mestres e a frequência dos alunos às diversas classes curriculares.

A importância da aquisição das competências de leitura e de escrita era, entretanto, trabalhada nos primeiros textos que se ofereciam à leitura. Colocou-se a ênfase nas consequências nefastas a que poderia conduzir o analfabetismo, tais como a morte²⁵⁶ ou o fracasso de uma relação amorosa²⁵⁷, e difundiu-se a ideia da naturalização da instrução na infância através de mensagens icónicas que, cada vez mais, integravam os manuais escolares, sendo exemplo deste registo a *Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escholas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil*, de Duarte Ventura²⁵⁸.

Entre o conhecimento do professor e o processo de aprendizagem, o **livro escolar (iv)** cumpriu os papéis da mediação e consolidação das aprendizagens. A produção e

²⁵⁶ É o caso do conto «Os dois pescadores» incluído no *Methodo Facillimo para a aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo possivel... Aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Publica*. 5.ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851, p. 114-115, em que se atribui a morte de um dos personagens ao analfabetismo e a salvação de outro à capacidade de ler que o seu filho adquirira: «Que prazer para tôda a aldêa, que felicidade não é a de Filippe, que alegria para toda a sua familia! Antonio morreu victima da ignorancia de seus filhos; e o simples conhecimento da leitura fez com que Filippe salvasse os preciosos dias de seu carinhoso pai!»

²⁵⁷ É o caso de «As meninas infelizes», integrado também em o *Methodo Facillimo*, p. 118-119, que representa o cancelamento do casamento, quando o noivo descobre que a noiva não sabia escrever.

²⁵⁸ Paris: V.ª J.P. Aillaud, Guillard e C.ª., 100 p.

disponibilização dos livros escolares não eram, contudo, responsabilidade estatal. Com vista ao estímulo deste género textual, o decreto de 20 de Setembro de 1844 prometeu a entrega de prémios até ao valor de 200\$000 réis a autores que elaborassem compêndios adaptados às coetâneas matérias de ensino, cuja legitimação passava pela aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública (Decreto de 20 de Dezembro de 1850). O número de reedições alcançadas por alguns destes manuais é um bom indicador do seu sucesso alcançado junto do público estudantil²⁵⁹.

O decreto de 20 de Dezembro de 1850 é assaz pormenorizado no que à protocolização do uso dos manuais diz respeito²⁶⁰, mas é omissivo quanto à garantia do seu provimento, ficando implícito que o dever encontrava-se a cargo da escola e das famílias que os adquiriam consoante as suas possibilidades económicas e seguindo a orientação relativa a aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública. A adopção livre e a indeterminação quanto aos reais possuidores/utilizadores dos livros deixam frequentemente dúvidas quanto à generalização territorial e social desta tecnologia estruturadora da trajectória cognoscente, que pretendemos esclarecer no que respeita ao Algarve.

A primeira referência aos manuais utilizados, sem alusão à identidade dos respectivos utilizadores, colhe-se no relatório respeitante ao ano lectivo de 1859/1860, no qual se escreve:

Os compendios geralmente adoptados nas Escolas publicas são – O Methodo Facillimo e o Manual Encyclopedico por Emilio Achilles Monteverde; o compêndio e

²⁵⁹ V. FARIA, José Joaquim Sottomaior – «A instrução pública em 1875. Os livros, os autores, os currículos e os conteúdos pedagógicos». In FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (orgs.) – *Para a história do ensino liceal em Portugal: actas dos colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 155 e p. 166-199.

²⁶⁰ Decreto de 20.12.1850, art.º 25.º, § único. «Os exercícios com papel e tinta serão feitos à vista de bons traslados, de que a escola deve estar provida.»

Art.º 27.º «À proporção que os meninos se forem adiantando, o Professor os fará ler pelos livros elementares, que se acham, ou forem para futuro, aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública; começando por aqueles, em que se contém as noções de doutrina cristã, de moral, e de civilidade; e passando depois aos outros de Corografia e História ou Literatura Portuguesa.

Art.º 28.º Nestas lições o Professor não só dirigirá os meninos de maneira que eles adquiram hábito de ler com desembaraço, boa expressão e acento conveniente, evitando o tom monótono e fastidioso, mas além disso lhes fará repetir e decorar aqueles artigos que julgar mais interessantes principalmente de doutrina. [...]

Art.º 29.º Depois dos primeiros elementos o Professor exercitará os meninos na leitura de outros quaisquer livros; preferindo aquelles que pela sua singeleza, acomodada à capacidade das primeiras idades, forem próprios para inspirar aos discípulos os sentimentos de religião e o gérmen das virtudes morais e sociais, - para satisfazer-lhes a curiosidade acerca dos objectos apresentados à sua contemplação, - e para os encaminhar às occupaões a que se destinarem.»

cartilha do systema metrico decimal por Joaquim Henriques Fradesso da Silveira e o compêndio da Doutrina Christã para uso dos meninos.»²⁶¹

A inspecção extraordinária das escolas de ensino primário de 1863 elenca os manuais adoptados para as lições, mas não esclarece de forma inequívoca a quem pertencem e quem faz uso deles²⁶². É no questionário elaborado em 1866, sob forma impressa, que são requeridas, em duas rubricas distintas, informações sobre os recursos materiais e literários existentes em cada escola e a distinção dos livros utilizados pelos alunos e em que quantidade²⁶³. O formulário aplicado na recolha da informação facultamos informação completa, uniformizada e clara para os vários campos temáticos, analisáveis em 35 escolas, que sistematizámos no sentido de esclarecer:

- 1) se a escola pública dispõe de biblioteca própria, quem a provê e quem a usa;
- 2) se os alunos dispunham e utilizavam regularmente manuais;
- 3) quais os autores e as obras adoptadas nesta área geográfica.

II.3.b.1 A biblioteca da escola

Apenas as escolas de Vila do Bispo e de Budens responderam afirmativamente à existência de biblioteca escolar, indicando a posse de um exemplar cada escola, como se observa no *Quadro II.26 Relação das escolas que declararam existência de biblioteca escolar, dicionário de português e Quadros de leitura*. Dezoito escolas, incluindo as duas supracitadas, declaram possuir um dicionário de português sem essa existência configurar, segundo o parecer dos professores, uma biblioteca escolar, como creio que, de contrário, foi entendido pelos professores de Vila do Bispo e de Budens. No que concerne às tabelas para a aprendizagem dos princípios de leitura somente quatro escolas declaram possuir este recurso.

Os resultados têm a vantagem de terem sido produzidos pelos professores responsáveis por cada escola e expõem os entraves colocados à expansão da cultura escrita, começando pela lacuna material que deveria estruturar e naturalizar a actividade de ensino e a familiarização com os objectos de leitura. Os resultados podem, no entanto, ser questionados, particularmente, se convocarmos o critério que os professores aplicaram

²⁶¹ ALGARVE. Conselho do distrito; CUNHA, Abílio da – [Ofício] n.º 176, 1.10.1860, *Faro [a]* 1.ª repartição da Direcção Geral de Instrução Pública. [Ms.] 1860. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 201A.

²⁶² CUNHA, Abílio da (relator) – *Inspecção às escolas primárias*. [Ms.] 1863. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4091.

²⁶³ *Mapas escolares de 1866*. [Ms.]. 1866. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4103.

para definir o conceito de «biblioteca», que poderá ter levado a excluir materiais efémeros, mal conservados, ou em reduzido número.

II.3.b.2 A biblioteca do aluno: utilizadores, autores e obras em uso

O questionário de 1866 previu um conjunto de onze títulos susceptíveis de utilização pelos alunos no item V, intitulado «livros de que usam os alunos com declaração do número dos que usam deles», deixando espaço em aberto para que os professores registassem outros manuais em uso na escola. A forma como é requerida a informação é inequívoca quanto à identificação da posse e utilização dos manuais. Nesta data, o manual pertencia e era utilizado pelo aluno, sendo adquirido pela família, ou oferecido pela Câmara Municipal, Junta da Paróquia ou pelo Professor. Nesta situação contabilizaram-se cinco escolas, envolvendo trinta alunos²⁶⁴.

Aos onze títulos oficialmente previstos no questionário, foram acrescentados mais quarenta e seis entradas, realçando a heterogeneidade dos materiais utilizados nas escolas, como podemos atestar no *Quadro II.27 Obras utilizadas pelos alunos em contexto de aula, em 1866*. Não obstante a diversidade observada que ultrapassa as 4 dezenas de títulos, verifica-se a adopção generalizada do *Methodo Facillimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo possível*, de Emílio Aquiles Monteverde, em todas as escolas avaliadas, onde vários alunos (sempre acima de 5 alunos por escola) o utilizavam. Seguem-se as miscelâneas com abecedários e silabários de autores anónimos e logo depois o *Manual Encyclopedico para uso das escolas d'instrucção primaria* também da autoria de Emílio Aquiles Monteverde. No campo das entradas adicionadas, predominam as obras de diversos autores relativas à doutrina cristã.

Uma organização dos dados por área disciplinar, como desenvolvemos no *Quadro II.28 Distribuição temática de manuais segundo o n.º de alunos utilizadores, em 1866*, evidencia que são predominantes os livros dedicados à prática da leitura e à doutrina cristã, cujos compêndios serviam de iniciação à leitura. A baixa densidade das restantes áreas disciplinares é compensada pela utilização do *Manual Encyclopedico para uso das escolas d'instrucção primaria*, estruturado para servir de suporte a todas as disciplinas, presente na totalidade de escolas analisadas, à excepção da escola de Vaqueiros (concelho de Alcoutim), cujo provimento recente do professor (5.9.1865) poderá justifi-

²⁶⁴ *Mapas escolares de 1866*. [Ms.]. 1866. P. 1, item II. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4103.

car a ausência do *Manual Encyclopedico*, pensado para o seguimento do *Methodo Facillimo*. Podemos concluir que foram as obras de Emílio Aquiles Monteverde (1803-1881) as principais responsáveis pela organização do conhecimento a adquirir pelo público infanto-juvenil, instituindo-se como modelos culturais de aprendizagem no início da segunda metade do século XIX. Interessa, assim, perscrutar o horizonte intelectual aí proposto.

O *Methodo Facillimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo possível* foi um dos manuais elaborados segundo os decretos de 20 de Setembro de 1844 e de 20 de Dezembro de 1850 que obteve a aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública. Obteve-se notícia de onze edições ao longo de Oitocentos²⁶⁵, continuamente reelaboradas e aumentadas. A edição que consultámos, a 5.^a, publicada em 1851, estava centrada na aquisição das competências de leitura. Num anúncio de 1865, publicitando a 8.^a edição, o *Método Facillimo* integrava exercícios dirigidos também à escrita, subintitulando-se: *Para aprender a ler e escrever no mais curto espaço de tempo possível*.

Centrando-nos na organização interna deste manual, segundo a edição de 1851, de 144 p., distingue-se uma divisão em duas partes que correspondem, em primeiro lugar, à aprendizagem das noções basilares da leitura em letra impressa (p. 1-46), conforme ordenado pelo decreto de 20.9.1850²⁶⁶, e, em segundo lugar, a textos para exercitar a leitura, seguindo diversos tipos de letra (v. *Figura II.12 Folha de rosto, Quadros e gravura alusiva a tipografia*). Nesta segunda parte, podemos subdividi-la em diferentes secções, alusivas à moral e civilidade, p. 48-86 e p. 120-131, aritmética, p. 106-110, e conhecimento do mundo, p. 111-143, onde são incluídas breves noções sobre geografia, história natural, história de Portugal e sobre a forma de reproduzir esses conhecimentos, isto é, um texto dedicado à arte tipografia, nas p. 141-143. Ocupámo-nos, na secção II.2, das vantagens reconhecidas ao impresso para a aprendizagem e aquisição de competências intelectuais, aqui sancionadas. O *Methodo Facillimo* reforça essa asserção ao incluir o texto metacognitivo final, destinado à consciencialização do processo que oferece

²⁶⁵ FARIA – *Op. cit.*, p. 155.

²⁶⁶ Capítulo V, Art.º 23.º «Os Professores começarão por ensinar aos meninos a leitura pela letra impressa, fazendo-lhes conhecer e pronunciar bem distintamente cada uma das letras nos seus diferentes sons; e repetindo este trabalho para a pronuncia correcta das syllabas, e das palavras ou dicções, exercitará seguidamente os meninos na leitura de breves maximas, ou sentenças moraes e religiosas, pelos livros elementares, para esse fim adoptados.»

como objecto da aprendizagem (v. *Figura II.12 Folha de rosto, Quadros e gravura alusiva a tipografia*).

O *Manual Encyclopedico para uso das escolas d'instrucção primaria* era anunciado «como o seguimento do *Methodo Facilimo*»²⁶⁷, reunindo as matérias do 1.º e do 2.º grau de ensino e outras de carácter de cultura geral. Como o próprio título indica, o *Manual* proporcionava o acesso a uma vasta diversidade de temáticas num só volume, que poderia ainda ser enriquecida pelas frequentes notas de rodapé, reencaminhando o leitor para outros autores e obras. A maior vantagem era certamente a economia, como sublinha o texto da publicidade:

Assim, pelo modico preço de 480 réis (em brochura) acharão os pais de familia reunido, núm só volume, aquillo que até agora era necessario procurar em muitos, a fim de poderem dar a seus filhos, sem maior despeza, as primeiras noções sobre aquelles assumptos geraes, sem cujo conhecimento todo o progresso da instrucção ulterior será frustrado.»²⁶⁸

Acrescia ainda a facilidade de utilização para os professores e alunos, a quem era disponibilizada no final de cada secção um «Exame», para aferir o nível de aquisição dos conteúdos.

Na edição de 1865 (existiram 13 edições ao longo do século XIX²⁶⁹), que consultámos por ser coetânea dos mapas escolares em apreço²⁷⁰, a distribuição das matérias por número de páginas era a elencada no *Quadro II.29 Distribuição do n.º de páginas por área disciplinar do Manual Encyclopedico, 1865*.

Como pode concluir-se a partir do número de entradas que constituem o *Quadro II.27 Obras utilizadas pelos alunos em contexto de aula, em 1866*, a produção tipográfica relativa ao género didáctico floresceu ao longo do século XIX, gerando uma literatura destinada a crianças e a adultos, que entravam pela primeira vez no mundo dos conhecimentos elementares, e para os quais foram produzidas antologias de diferentes naturezas. Vem a propósito notar que os homens de letras tiveram neste domínio frutífero campo de cultivo, bastando lembrar, para além dos já arrolados, António Feliciano de Castilho (1800-1875) com a *Leitura repentina: método para em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos*, editado em 1850, ou João de Deus

²⁶⁷ In MONTEVERDE, Emílio Aquiles – *Mimo á infancia ou manual de Historia Sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 185, p. 249.

²⁶⁸ *Id.*, p. 252.

²⁶⁹ Cf. FARIA – *Op. cit.*, p. 155.

²⁷⁰ MONTEVERDE, Emílio Aquiles – *Manual Encyclopedico para uso das escolas d'instrucção primaria*. Nova ed. revista e melhorada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. 704 p.: il.; 16cm.

(1830-1896), através da *Cartilha Maternal*, publicada em 1876. Mas não foram apenas os literatos a envolver-se nas campanhas de alfabetização e no projecto de uma nação culturalmente una, envidando meios e recursos. Vários foram os que se inscreveram nesta torrente e localmente investiram na produção de livros de instrução e em outros meios de divulgação. Cabe citar, a título de participação local, a colectânea de *História de Portugal*, preparada pelo médico-cirurgião António Carvalho Ribeiro Viana, em exercício profissional na localidade de Alcantarilha, concelho de Silves. Em 1879 e 1880, deu à estampa na Tipografia da *Defesa do Povo*, em Silves, o seu *Resumo da História de Portugal extrahido de vários autores*, composto por 66 páginas, organizadas segundo cada reinado. A 2.^a edição «revista e augmentada» incluiu uma tábua cronológica dos reis de Portugal no final do volume. A publicação vendia-se em Alcantarilha, na casa do autor, e em Lisboa na livraria Bertrand, pelo preço de \$200 réis, podendo ser adquirida de qualquer parte do país por correio (v. *Figura II.13 Capa da 1.^a edição* e *Figura II.14 Capa da 2.^a edição de Resumo da história de Portugal*).

Conclui-se, assim, que a escola de ensino primário pública estabelecida no Algarve não foi um local de disponibilização e de acesso ao livro, mas incrementou a produção, a posse e a utilização individual do livro, fixando a cultura tipográfica como matriz identitária da formação literária.

II.3.c O ensino secundário e a biblioteca liceal

A instalação do liceu foi crucial para a formação contínua de leitores proficientes, quadros intermédios e preparatórios para a Universidade, demorando, porém, a reunir as condições para facultar «os elementos scientificos e technicos indispensaveis aos usos da vida no estado actual das sociedades», como estimou o decreto de 17 de Novembro de 1836. O decreto de 20 de Setembro de 1844 reduziu as expectativas face ao ensino secundário e à amplitude das matérias. Não obstante, à estrutura curricular comum a todos os liceus, acrescentou uma disciplina específica considerando as especificidades de cada província, cabendo ao Liceu Nacional de Faro a disciplina de Economia Industrial e Escrituração.

No relatório de 1845, relativo ao estado literário das escolas públicas do distrito, o governador civil reportou a existência de seis cadeiras de instrução secundária, como descrevo no *Quadro 30: Distribuição das cadeiras de ensino secundário no Algarve, em 1845*. A distribuição geográfica evidenciada neste quadro reproduz a organização da

rede de instrução pública herdada do anterior regime político. A criação do liceu em Faro centralizou na capital do distrito a oferta pública do grau secundário, justificando-se por esta forma que, apesar das repetidas representações do governo civil requerendo o provimento das cadeiras de Loulé e de Portimão, não chegasse a obter parecer positivo do Conselho Superior de Instrução Pública.

A materialização da realidade liceal teve início com a resolução régia de 19 de Dezembro de 1845, que pôs a concurso as 5.^a e 6.^a cadeiras do «curso dos Liceus», ou seja, Oratória, Poética, Literatura Clássica, especialmente a Portuguesa, e História, Cronologia e Geografia, especialmente a Comercial, para as quais surgiu um candidato a 26 de Fevereiro de 1848. O opositor foi Abílio da Cunha (natural de Coimbra), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e estudante do 5.^o ano Jurídico, que tomou posse da disciplina em Outubro desse ano. Além da disciplina de Latim, a cargo do professor Luís António da Piedade, que provinha do antigo sistema de ensino, esta foi a primeira cadeira de ensino secundário criada pela estrutura do liceu distrital a ser inaugurada, como pode verificar-se no *Quadro II.31 Relação das disciplinas e professores fundadores do Liceu Nacional de Faro*, relativo às disciplinas e respectivos docentes do Liceu Nacional de Faro.

A diferenciação introduzida pelo liceu residiu nas elevadas qualificações dos professores, que os distinguiu da restante classe docente e nas quais assentou a capacidade para melhorar as condições morais e literárias das escolas do ensino primário. Depois da instalação definitiva do liceu, o que ocorreu a 21 de Janeiro de 1851²⁷¹, coube aos professores do liceu o papel inspectivo sobre a restante rede de ensino. As visitas formais ou informais foram estratégias utilizadas para verificar o funcionamento de cada escola, divulgar instruções oficiais, aconselhar práticas educativas e envolver a comunidade na causa da instrução pública.

A visita inspectiva realizada pelo professor Abílio Cunha às escolas primárias do Barlavento, entre 23 de Outubro e 6 de Novembro de 1863, e às escolas do Sotavento algarvio, entre 16 de Novembro de 7 de Dezembro de 1863, serve-nos de exemplo²⁷². O professor diligenciou no sentido de ser acompanhado durante as visitas por elementos da sociedade local, apelando à colaboração material e intelectual para com a escola, o

²⁷¹ V. *Anexo n.º 6: Auto da instalação definitiva do Liceu Nacional de Faro* (1851).

²⁷² CUNHA, Abílio da (relator) – *Inspecção às escolas primárias*. [Ms.] 1863. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 4091.

professor e os alunos, desenhando uma verdadeira «comunidade educativa». Eis alguns exemplos:

- Escola de Estoi, concelho de Faro:

«Para melhorar o estado desta escola convoquei o prior Francisco António da Pureza, e os proprietários Romão Viegas, Joaquim de Sousa Esquivel, Manuel de Brito, Cristóvão Martins de Andrade, os quais se comprometeram a auxiliar a escola e prover suas necessidades.»

- Escola de Paderne, concelho de Albufeira:

«O pároco e dois particulares assistiram à inspecção e todos manifestaram decidida vontade de promoverem a instrução e auxiliar a escola.»

- Escola de Ferragudo, concelho de Lagoa:

«Foi presente o pároco que auxilia o professor.»

- Escola de Vila Nova de Portimão:

«Foram presentes à inspecção o presidente da Câmara e o administrador do Concelho, que contribuíram para elevar a escola ao estado desejado.»

- Escola de São Bartolomeu de Messines, concelho de Silves:

«Foram presentes à inspecção o Ex.mo deputado Joaquim Mendes Neutel, o pároco e o ajudador, os quais por altura da inspecção mudaram a casa da escola (até aí do professor), os quais efectuaram a mudança da escola para uma casa própria da junta de paróquia e conveniente, forneceram a mobília necessária e todos os objectos indispensáveis para o ensino.»

- Escola de Bordeira, concelho de Aljezur:

«Assistiram à inspecção o pároco, o administrador do Concelho, o secretário deste, o regedor e os lavradores José Inácio e Vicente Correia e foram por mim convidados para prestarem o seu auxílio e protecção à escola, fornecendo uma casa própria e a mobília conveniente, e promoverem por todos os meios ao seu alcance a instrução e frequência da escola. Da boa vontade de todos, e especialmente do pároco, espero os melhores resultados.»

- Escola de Budens, concelho de Vila do Bispo:

«Assistiram à inspecção o administrador do concelho, seu escrivão e o recebedor do concelho, todos se convenceram de que a diminuta irregularidade e frequência das duas escolas do concelho, e especialmente da escola da vila é devida não só à ignorância, desleixo e pobreza dos pais, mas ainda mais ao exemplo de alguns abastados, que ou não mandavam ou retiraram da escola seus filhos. Todos se propuseram e convieram em usar dos meios conducentes para promover a instrução e frequência da escola.»

Os objectivos destas medidas eram claros. O Inspector pretendia envolver as autoridades e os particulares no processo de consolidação das escolas e no cumprimento

dos normativos legais, através da cooperação dos agentes locais, quer fosse por via da coadjuvação directa, quer fosse pelo exercício de controlo social, de modo a garantir o bom comportamento do professor e a frequência dos alunos.

Por outro lado, o funcionamento do Liceu Nacional promoveu e certificou expectativas de promoção literária que iam muito além da formação de uma comunidade de leitores, apta ao consumo cultural. O Liceu formou escreventes para a administração e para a Universidade, mas também formou escritores que fizeram a sua entrada na vida pública através dos periódicos académicos, então nascentes.

No referente a uma política de acesso público ao livro e à leitura *intra muros* liceais são escassos os dados que possuímos, sendo provável que fosse reproduzida a realidade já observada no contexto do ensino primário, pelo menos, até a instalação da biblioteca liceal.

II.3.c.1 A biblioteca liceal

A constituição da biblioteca liceal acompanhou o demorado processo de materialização dos liceus distritais²⁷³. Tendo a sua criação sido prevista no decreto de 17 de Novembro de 1836²⁷⁴, sabe-se que, em 1862, foi provida com 1615 volumes provenientes do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos²⁷⁵. O seu crescimento esteve limitado pelo *Regulamento do Ensino Liceal* que, ao distinguir os liceus distritais em liceus de primeira classe e de segunda classe, classificou o Liceu de Faro como pertencente à segunda classe, o que implicou restrições quantitativas e qualitativas, ao nível da gestão bibliográfica, como se lê: «será creada uma bibliotheca, à medida que se fôr reconhecendo a sua necessidade, e que os fundos destinados para a instrucção secundária o permittirem.»²⁷⁶.

²⁷³ V. a este respeito ADÃO, Áurea – *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses: organização administrativa e pedagógica (1836-1860): contribuição monográfica*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciências, 1982 e BARROSO, João – *Os liceus: organização pedagógica e administrativa (1836-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. 2 vol.

²⁷⁴ Art.º 67.º: «Haverá em cada um dos Lyceos uma Bibliotheca, que servirá tambem para uso dos Professores e Alumnos. Um dos Professores nomeado pelo Conselho será o Bibliotecario e terá um Official ás suas ordens. O Bibliotecario terá de gratificação 50\$000 réis, e o Official 100\$000 réis de ordenado.»

²⁷⁵ V. BARATA, Paulo J. S. – *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 232.

²⁷⁶ In decreto de 10 de Abril de 1860. *Apud* BARATA – *Op. Cit.*, p. 231. Os liceus de primeira classe tinham um tratamento diferenciado, pois aí: «[...] haverá uma bibliotheca, a qual será formada pelos livros que os conselhos dos lyceus escolherem; comprehendendo as obras litterarias ou scientificas, approvadas pelo Conselho Geral de Instrucção Publica», *apud Ibidem*.

A transferência deste número de exemplares dos fundos conventuais para a biblioteca liceal, se, por um lado, evidencia certo apoio estatal, por outro lado, exhibe a desadequação face às exigências pedagógicas. Após este primeiro provimento, a biblioteca liceal foi sendo abastecida pela iniciativa pública e particular, reunindo um interessante acervo bibliográfico de natureza regional de que Alfredo de Carvalho deu conta em catálogo que publicou em 1941, no qual inventariou diversas temáticas: Direito Municipal, Diocesana, Agrícola, Geografia, Etnografia e História, Imprensa, Literatura e Escritores Algarvios e Documentos de Corporações Particulares²⁷⁷. Da primeira transferência estatal não existem registos na actual biblioteca. Conhecem-se, apenas, o supra citado catálogo de publicações regionais e a catalogação, datada de 1997, da biblioteca pessoal do professor Ernesto Adolfo Teixeira Guedes (São João da Pesqueira, 1871-Faro, 30.1.1925), cujo espólio foi adquirido pelo Estado por valor simbólico, sendo constituído por obras dos séculos XVI-XX²⁷⁸.

As infra-estruturas oficiais de desenvolvimento da cultura literária, científica e artística secular demoraram, portanto, a tocar e a enraizar-se.

II.3.d A biblioteca pública distrital

A fundação das bibliotecas públicas distritais serviu duas intenções contraditórias, que a portaria-circular de 25 de Agosto de 1836 exprimiu de forma inequívoca: reaproveitar os acervos conventuais e com eles estabelecer as bases literárias e científicas do novo regime, como pode ler-se no seguinte excerto:

[...] Tomando em consideração a necessidade, não só de pôr em segurança e ordem as Livrarias, Manuscritos, Pinturas, e quaesquer preciosidades litterarias, e scientificas, que pertenciam aos Conventos das extinctas Ordens Regulares, mas tambem de empregar, com proveito Nacional, todos esses poderosos meios de diffundir a instrucção, e de excitar o gosto pelas letras, e belas artes, estabelecendo, em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos destes Reinos, e Ilhas adjacentes, uma Bibliotheca Publica, – um Gabinete de raridades, de qualquer especie, e outro de Pinturas:[...]²⁷⁹.

²⁷⁷ In CARVALHO, Alfredo de – «Catálogo da Biblioteca Municipal do Liceu de Faro». In *Bibliotecas regionais*. Leiria: Biblioteca Erudita de Leiria, 1941, p. 49-80. O catálogo referia-se à organização que ocorreu entre 1927 e 1929, dirigida pelo professor Eduardo Antonino Pestana «com o fim de se conseguir uma documentação regional de valor representativo.», p. 81.

²⁷⁸ A catalogação integral da biblioteca foi realizada posteriormente em suporte digital, estando disponível em:

<http://catalogos.rbe.mec.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bibliopac/bin/bibliopac.xic&db=DB805548&lang=P&start=cfg2-drealg>

²⁷⁹ Portaria-Circular de 25 de Agosto de 1836. [Em linha]. Consult. 15.7.2015. Disponível em: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/legislacao/seculo-xix/1836-1840/>

A gestão global ficou a cargo do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC) e a implementação local a cargo dos Governos Civis²⁸⁰. À portaria-circular de 25 de Agosto de 1836, o Algarve respondeu a 4 de Outubro. Sobre os três estabelecimentos que o Estado desejava instituir, o administrador-geral esclareceu quais as condições materiais de que dispunha a região, reiteradas na posterior correspondência sobre o mesmo assunto²⁸¹:

[...] a respeito de hum Edificio com as convenientes proporções p[ar]a se estabelecer hum gabinete de raridades, de pinturas, huma Bibliotheca Publica com os devidos esclarecim[ent]os a respeito deste importante objecto, e orçamentos da despesa necessaria, cumpre-me communicar a V. Ex.^a que neste Dis[tri]cto se torna por ora inexequivel o estabelecim[en]to de hum Gabinete de raridades e pinturas; porque nas Casas Religiosas desta Prov[inci]a, quasi todas de Mendicantes e summamente pobres, não havia objectos e art[ig]os de antiguidades ou bellas Artes, que podessem constituir o principio de hum Gabinete de tal natureza, limitando-se todos os seus monumentos de gosto a poucas e velhas pinturas sem merecim[en]to algum. Quanto ao estabelecim[en]to de uma Bibliotheca Publica (parte essencial do futuro Systema Litterario que deve executar-se neste Distr[it]o e cuja falta cada vez se sente mais) devo diser a V. Ex.^a que poderá effectuar-se, ainda que em se começo apresente condições indispensaveis. Para este fim pode destinar-se o Edeficio do Seminario Episcopal, único que tem as conv[enient]es proporções, com as Salas contiguas, onde se ensinavão as Disciplinas preparatórias, e as Sciencias Ecclesiasticas aos alumnos do dito Seminario, e aos mais mancebos que seguião a vida Litteraria: a este Edeficio pois deverão recolher-se todas as Livrarias dos extinctos Conventos deste Distr[it]o, que juntas ao do referido Seminario, formarão huma piquena Bibliotheca, não acabada mas susceptivel de consideraveis melhoram[en]tos com algum subsidio do G[overn]o.

Quanto á despesa necessaria p[ar]a este estabelecim[en]to se organizar, pode orçar-se em 600 a 700\$000 réis o Edificio he o mais proprio e accommodado p[ar]a o indicado fim; e ainda que por Ordem Superior, está entregue com os seus rendim[en]tos ao Governador Temporal desta Diocese, como huma pertença da Mitra, parece que o G[overn]o de S[ua] M[ajestade] a quem toca prover a tal respeito pode dispôr delle tanto para o objecto referido, como p[ar]a hum Lycêo e Collegio de Educação Religiosa Litteraria e Civil, debaxo da Inspeção da comp[etent]e Authoridade Administrativa do que resultará hum geral beneficio á Mocidade e ao Publico, satisfasendo-se por este modo o fim de seus fundadores. Espero sobre este objecto as Ordens de S[ua] M[ajestade] a Rainha com as quais darei principio a huma tão util Estabelecim[en]to.²⁸²

O plano era o de reunir à biblioteca do Seminário, em Faro, o acervo bibliográfico das restantes bibliotecas conventuais, formando o acervo inicial da biblioteca pública provincial e instalar o liceu distrital nesse mesmo espaço. Fundiam-se, portanto, numa só estrutura quatro tipologias bibliotecárias: a biblioteca do Seminário, as extintas bibliotecas conventuais e as futuras biblioteca pública e a do liceu, o que implicava um modelo de biblioteca claramente escolarizado e com um fundo eminentemente religioso.

²⁸⁰ O processo de gestão, arrecadação e redistribuição nacional das bibliotecas conventuais foi pormenorizadamente descrito e analisado no já citado trabalho de Paulo Barata (*Os livros e o Liberalismo...* 2003).

²⁸¹ ALGARVE. Governo Civil. ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [*Offícios*] n.º 657 e 482, 15.10.1836 e 1.6.1837 [*a*] *Ministério do Reino*. [Ms.] 1836-1837. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 199A.

²⁸² ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [*Offício*] n.º 637, 4.10.1836 [*a*] *Ministério do Reino*. [Ms.] 1836. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 199A.

Pela sua localização e acervo, a biblioteca pública traduzia-se numa biblioteca restrita ao uso académico.

A limitação de recursos humanos e financeiros levou ao arrastamento do processo até 1844. Em ofício de 1839, o administrador-geral, Manuel José de Bívar Gomes da Costa, expôs à administração central a falta de recursos financeiros para o efeito:

[...] não havendo meios alguns á m[inh]a disposição p[ara]a effectuar a transferencia dos Livros em depozito para esta Cidade, maiorm[ent]e na ocasião em q[ue] os fundos applicados ás despesas desta Rep[artiç]am se acham consumidos, torna-se impraticavel igualm[ent]e satisfazer a tal requisição e neste mesmo sentido respondi á Comissão em Officio de 25 de Maio ultimo. Logo q[ue] tenha alguns meios á m[inh]a disposição ou q[ue] seja habilitado como sollicitei em Officio dirigido á Contadoria desse Ministerio n.º 280 de 16 de Maio findo, farei transportar p[ar]a o local desta Secret[ari]a os Livros que se achão em depozito, e á vista de todos seus volumes se organizará um Catalogo geral de todos elles q[ue] remetterei a Comissão, o q[ue] tenho muito em vista.²⁸³

Em 1841, surgiu a confirmação da transferência do que restava das antigas bibliotecas conventuais para o edificio da administração geral do distrito, embora sem estarem acompanhadas pelos respectivos catálogos actualizados, «porque os Administradores do Concelho não tiverão descanço nem capacidade para os fazerem.»²⁸⁴. O avançado estado de deterioração justificou a proposta do administrador à CADLEC, através da qual requereu autorização para proceder à selecção e abate de livros «mutilados e roídos do bixo», vendendo-os a peso.²⁸⁵ A manifesta incapacidade da administração pública para organizar e preservar o património bibliográfico foi resolvida por intervenção do bispo, D. António Bernardo da Fonseca Moniz (1840-1854), que, em 1844, manifestou o desejo de acolher sob sua alçada os livros conventuais, ainda que o Seminário mantivesse-se encerrado (1832-1854). No parecer que o administrador foi chamado a emitir, pode ler-se:

[...] tenho a honra de expor a V. Ex.^a em relação aos quesitos ali indicados – Que não há, nem era possivel fazer-se neste Gov. Civil tão sobrecarregado de tantas e tão complicadas e variadas obrigações, cathalogo algum. Estão em deposito todos os Livros que forão entregues neste Governo Civil como constituindo propriedade dos extinctos Conventos, antes porem de aqui serem recolhidos consta que muitos havião sido extraviados, como infelizmente aconteceu á grande parte das alfaias dos extinctos conventos.

As providências necessárias para a boa conservação e guarda destes livros, e que se reduzião a local espaçoso e apropriado, estantes e sobretudo um Empregado exclusivamente encarregado, não já da sua catalogação por ser trabalho mais arduo e lon-

²⁸³ ALGARVE. Administração Geral; COSTA, Manuel José Bívar da – [Ofício] n.º 357, 17.6.1839, *Faro [a] Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino*. [Ms.] 1839. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 355A.

²⁸⁴ ALGARVE. Administração Geral; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Ofício] n.º 218, 30.4.1841, *Faro [a] CADLEC*. [Ms.] 1841. Acessível em BNP, Colecção de Manuscritos Avulsos, MSS 225, n.º 228.

²⁸⁵ ALGARVE. Administração Geral; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Ofício] n.º 229, 7.9.1841, *Faro [a] CADLEC*. [Ms.] 1841. Acessível em BNP, Colecção de Manuscritos Avulsos, MSS 225, n.º 229.

go, mas ao menos da sua guarda, conservação e limpeza, colocação nos lugares devidos, separados os que ainda podiam aproveitar-se, dos que em montão e pela maior parte inteiramente desencadernados, forão trazidos a este Governo Civil. Todas estas providências foram por vezes solicitadas infrutiferamente e tudo quanto por este Governo Civil podia ser feito se limitou a tirá-los de seu armazém térreo e húmido, onde dantes existiam, para uma casa assobradada onde ora se conservam, mas em mont[e] informe e sem que haja esperança de neste Governo Civil poderem estar de outro modo.

Entendo pois conveniente e ate vantajoso para a conservação desses que for possível aproveitar, que todos sejam entregues ao Revd.^o Bispo para o fim que solicita, e quanto antes, a fim de evitar a sua progressiva ruina.²⁸⁶

O projecto inicial de os livros conventuais provinciais integrarem a futura biblioteca pública distrital falhou. Garantiu-se, no entanto, a conservação dos livros em repositório local, onde passaram a estar em «boa arrecadação e sem receio de descaminhos», como garantiu, em 1849, o governador civil António Maria Couceiro²⁸⁷. Estava ainda demorado o fim do tortuoso caminho dos livros conventuais e a criação e funcionamento de uma biblioteca pública²⁸⁸.

O nascimento da biblioteca pública na sede de distrito ocorreu a 13 de Novembro de 1902, mas com natureza municipal. Apesar de a iniciativa ter partido do presidente da Câmara Municipal, José Emídio da Conceição Flores, os fundos iniciais da biblioteca (cerca de 2000 volumes) foram formados exclusivamente por ofertas particulares, que continuaram a enriquecer o acervo ao longo da sua história. O processo de atribuição de um espaço autónomo e de condições adequadas à conservação, catalogação e disponibilização dos livros foi complexo e conduziu a interrupções várias no funcionamento da biblioteca. Esta apenas alcançou alguma estabilidade na década de 1960, por influência do estabelecimento da Biblioteca Fixa da Fundação Calouste Gulbenkian, que funcionou numa sala adjacente, tendo como responsável um funcionário municipal que acabou por assumir o serviço de ambas. A nomeação, em 1966, do director, o pro-

²⁸⁶ ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – *[Ofício] n.º 347, 21.12.1844, Faro [a] Ministério do Reino.* [Ms.] 1844. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 465.

²⁸⁷ ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – *[Ofício] n.º 26, 21.3.1849, Faro [a] Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.* [Ms.] 1849. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 175.

²⁸⁸ O assunto não ficou totalmente resolvido. A 16.1.1855, Rodrigo da Fonseca Magalhães voltou a pedir esclarecimentos: «que o Governador Civil de Faro informe, se os livros que pela extinção dos Conventos, no seu Districto, foram recolhidos em uma casa do Seminario Episcopal, segundo se collige da participação delle Governador Civil, datado de 21 de Março de 1849, existente ainda alli, sob a guarda de quem, e em que estado; ou se acaso foram incorporados na livraria do Seminario e com que auctorisação; - devendo semelhantemente declarar, se acaso se chegou a formar cathalogo de taes livros, pelo qual se possa conhecer o merecimento ou valor delles e o numero de volumes; ou aliás, qual seja aproximadamente esse numero.», In *Registo de correspondência expedida ao Governo Civil de Faro.* [Ms.]. 1844-1863, fl. 139. Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino.

fessor de liceu José António Pinheiro e Rosa, foi igualmente determinante para a estabilidade da instituição²⁸⁹.

Sem ter passado pelos desígnios iniciais do fundador a obtenção de fundos de cariz religioso, a biblioteca municipal foi herdeira do património bibliográfico das extintas livrarias conventuais, da biblioteca do paço episcopal e da biblioteca do Seminário de São José, na sequência da nacionalização dos bens da Igreja, ocorrido em 1910. Devido ao anterior processo de incorporação, datado de 1844, a memória das bibliotecas conventuais era, nesta altura, muito imprecisa. Quando José António Pinheiro e Rosa tratou a história da biblioteca municipal, em 1969, já os acervos conventuais não são referidos, apenas aludindo à biblioteca do Seminário e do Paço:

Neste meio tempo, foi encarregado de reorganizar e catalogar o Arquivo e a Biblioteca municipais, o republicano de gema, ateu confesso e anticlerical assanhado, que se chamou João Xavier de Paiva. Conscienciosamente (diria até *escrupulosamente*), dentro das suas possibilidades, desempenhou-se o melhor possível dessa tarefa, e também da catalogação dos livros das Bibliotecas do Seminário e do Paço Episcopal que escaparam às astúcias dos “filhos da luz”, que nem sempre são mais simples que “os filhos das trevas”. No caso do Seminário, sei, por mo ter contado o falecido Bispo D. Marcelino Franco, que, perante os imensos títulos, em grego e latim, de uma grande parte das obras, Paiva e seus acólitos, à primeira vista, desistiram e resolveram passar umas cordas à volta das estantes e lacrá-las com o sinete do Município. [...] E foram, em grande parte, esses volumes, com mais os que estão hoje na Biblioteca (e eram quase todos do Paço) que foram alojados na capela de Nossa Senhora do Ó, por cima do Arco da Vila onde estiveram até 1918 [...].²⁹⁰

Os livros saíram deste edifício após a intervenção pública do Instituto Arqueológico do Algarve, que advertiu o Município para que acautelasse contra a destruição dos livros. Salvaram-se apenas alguns, como contou Pinheiro e Rosa:

Os referidos livros estiveram, pois, *quatro anos*, apesar de *confiados aos cuidados da Câmara*, expostos ao sol e à chuva, que entravam pela porta sempre aberta, aos ratos e traças, que se *ilustraram* profundamente com tanta ciência que roeram, à humidade e aos estragos produzidos por uma das paredes que se desmoronou, além das depredações humanas, pois eu vi muito sabão e muito cloreto, embrulhados em folhas de Santo Agostinho e do Padre António Vieira...

Alguns estavam inteiramente podres e só puderam ser levados pela carroça. E foi o resto, ainda precioso, que veio instalar-se na Biblioteca Municipal, onde a sua odisseia viria a repetir-se anos depois.²⁹¹

Herdeira de um acervo religioso significativo, como podemos hoje comprovar através da consulta ao catálogo em linha do fundo antigo da biblioteca, e enriquecida

²⁸⁹ A história da biblioteca municipal até à tomada de posse de José António Pinheiro e Rosa lê-se em ROSA, José António Pinheiro e – «História da Biblioteca Municipal de Faro». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, 1969, p. 97-118. Sobre este assunto, v. também NETO, Teodomiro – «Biblioteca Municipal de Faro: cem anos de leituras». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, 2003, p. 12-37.

²⁹⁰ ROSA – *Op. cit.*, p. 105-106.

²⁹¹ *Id.*, p. 107. Subls. do autor.

por ofertas particulares de eruditos locais, o modelo de biblioteca municipal demorou a democratizar-se e a cumprir-se enquanto biblioteca pública. Em 1910, associações de várias classes profissionais – carpinteiros, cordoeiros, corticeiros, pedreiros e tecelões – dirigiram-se à Câmara Municipal de Faro para requerer «a abertura ao público da biblioteca municipal e indicando, à falta de empregado para a mesma biblioteca, o Sr. Romano da Silva Tulio»²⁹². Em 1969, a perspectiva erudita do então director da biblioteca deixava ainda entrever o desconforto causado por aquele pedido: «A proclamação da República trouxe consigo um certo entusiasmo cultural às classes baixas, que se viram guindadas repentinamente à importância social, que a democracia lhes dava.»²⁹³. Tratar-se-ia, de facto, de um fenómeno «repentino», ou do irromper face-a-face de trajectórias socioculturais distintas, disputando o acesso ao conhecimento? Procuramos respostas a estas questões no capítulo IV, onde contemplamos a iniciativa particular, os espaços de sociabilidade e a oferta cultural dinamizada pela sociedade local.

Antes, porém, insistimos nas vias formais de valorização da cultura letrada na periferia, que, no último quartel do século XVIII, se diversificaram. Estando implementada a rede de ensino público elementar e a familiaridade com a letra impressa, terá sido suficiente para estimular os recém-formados leitores para frequentarem outros géneros literários, como sugeria a *Instrução* oratoriana? Ler para quê? Ler onde? Ler o quê?

²⁹² *Apud* ROSA – *Op. cit.*, p. 103.

²⁹³ *In* ROSA – *Op. cit.*, p. 103.

Sobre o debate ideológico em torno da dicotomia erudito-popular e as suas consequências na política cultural e organização bibliotecária durante a I República, v. MELO, Daniel – *A leitura pública na I República*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, Lda., 2010, p. 18-26.

CAPÍTULO III A ESPECIALIZAÇÃO DA LEITURA: GRUPOS DE LEITORES

Uma das respostas possíveis é a de que se lê para prolongar e especializar o estudo, para alcançar erudição. Para uma parcela da população, a motivação para a leitura continuou a circunscrever-se ao uso escolar, alargando-se doravante o universo de leituras. Sabemos que essa possibilidade é proporcional ao decréscimo do número de estudantes que prosseguiu os demais níveis de ensino. No Algarve dos finais do século XVIII, a novidade é que as possibilidades da especialização foram ampliadas, revelando a importância crescente da cultura letrada na periferia. Podemos identificar quatro distintos percursos académicos: as Humanidades, instituídas pelo Estado e já abordadas (Gramática Latina, Língua Grega, Retórica e a Filosofia), os Estudos Eclesiásticos, mantidos pelas ordens regulares e escolarizados pelo bispo, e a Matemática e a Medicina, que configuram os estudos científicos dirigidos pela instituição militar, sob tutela estatal. Nas secções seguintes, abordamos os contextos de implantação destas academias provinciais, os seus recursos e os seus efeitos culturais.

III.1 O Clero Regular

Tivemos já oportunidade de assinalar o contexto em que o ensino das Humanidades se desenvolveu no Algarve. Após o afastamento da Companhia de Jesus e perante a carência de professores régios, o ensino foi assegurado através dos professores particulares, que leccionavam particularmente em várias localidades. A partir de 1779, a rede de ensino público foi repartida por professores régios seculares (58%) e por frades (42%), oriundos das diversas ordens religiosas dispersas pelo território, que ministravam as aulas nos respectivos conventos. A importância pedagógica dos regulares foi mais saliente no Algarve (42%) do que no restante panorama nacional (20%) (v. *Quadro II.7*), alertando-nos para o seu relevo na formação literária Setecentista. Conhecem-se as recomendações aos professores e os planos de estudos aprovados pelo alvará de 28 de Junho de 1759, mas, sobre o ambiente intelectual em que se formaram estes professores, os recursos didácticos que tinham ao seu dispor e eventualmente partilharam com os seus discípulos, sabe-se pouco.

O enquadramento proporcionado por uma ordem religiosa abre um campo de trabalho promissor. Configura uma instituição regida por estatutos, com organização, fins e actividades devidamente reguladas, que, não raro, dispõe de «livraria», reservada aos membros da comunidade religiosa, como comprova a máxima medieval «Clastrum

sine armario, quasi castrum sine armamentario», isto é, mosteiro sem biblioteca é como acampamento sem armas. É fora de dúvida que o mosteiro ou convento foi um espaço onde o livro e a leitura ocuparam, se não um lugar central, um lugar relevante na vida em comunidade e o estudo dos seus acervos bibliográficos, ou das normas da vida em comum, podem facultar-nos informações relevantes para o conhecimento da cultura disponível e dos usos implícitos ou explícitos dos livros.

A dinâmica de criação de institutos religiosos verificada a partir do século XVI, com implantação ao longo de todo o território português, abre espaço ao estudo das suas configurações locais. O Algarve não esteve à margem deste movimento espiritual e a identificação e a caracterização das bibliotecas das casas religiosas existentes no Algarve é um passo fundamental para compreender o universo mental e o alcance sociocultural destas instituições.

Pese embora o enraizamento das ordens em praticamente todos os domínios da na sociedade portuguesa, com a sua extinção decaiu também o interesse historiográfico. Numa conferência pronunciada em 1981, José Mattoso constatava tratar-se de «uma propriedade abandonada, visitada apenas de vez em quando, não por ela própria, mas pelo que nela se encontra e pode servir para diversas finalidades»²⁹⁴. Desde a década de 1990, o panorama alterou-se significativamente. Os trabalhos pioneiros, coordenados por José Adriano de Freitas Carvalho, dirigidos para o estudo das bibliotecas conventuais da época Moderna alertaram para a necessidade de olhar com mais atenção aquela que o autor considerou:

[...] **uma notável, talvez a maior – rede de bibliotecas cobrindo o território deste país...**, sem que isto signifique – adverte o autor – a maior rede de leitura, já que as bibliotecas são sempre uma oferta nem sempre formada ou desenvolvida em face da procura... **Em linhas gerais, porém, levando em linha de conta os leitores a que se destinavam e os que as deviam frequentar, talvez possamos aceitar considerá-la mesmo como a maior rede de leitura...**²⁹⁵

Abriu-se um novo ciclo de estudos em torno da temática que é, no presente, objecto de vivo interesse historiográfico. Em 2003, Paulo Barata deu à estampa um trabalho fundamental sobre o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC), insti-

²⁹⁴ Subls. meus. MATTOSO, José – «Panorâmica da história beneditina portuguesa durante a Idade Média». In *Obras completas: Portugal Medieval, novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 193. Vol. 8.

²⁹⁵ CARVALHO, José Adriano de Freitas, dir. – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória: I Inventário da livraria de Santo António de Caminha*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998, p. v. O 2.º vol. dedicado à biblioteca de Santo António de Ponte de Lima foi editado em 2002: CARVALHO, dir. – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória: II Inventário da livraria de Santo António de Ponte de Lima*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2002.

tuição criada pelo Liberalismo com o fim de arrecadar e gerir os bens bibliográficos das ordens religiosas e posterior distribuição²⁹⁶. Fernanda Maria Guedes de Campos acaba de publicar o essencial da sua tese de doutoramento integralmente dedicada ao estudo das bibliotecas religiosas no termo de Lisboa²⁹⁷. Sob a coordenação de Henrique Leitão, está em curso, desde 2010, um projecto de investigação dedicado ao estudo do livro científico presente nas colecções das ordens religiosas, que promete alterar a actual perspectiva sobre o consumo do livro científico em Portugal²⁹⁸. Também no seio da Igreja Católica Portuguesa foi criado um grupo de trabalho especificamente dedicado à temática das Bibliotecas e do Livro em contexto eclesial, que, sob a coordenação do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, tem promovido diversas actividades de valorização, divulgação e partilha, nomeadamente através da organização de colóquios²⁹⁹ e do lançamento do projecto, em linha, CESAREIA – Portal das Bibliotecas Eclesiais Portuguesas³⁰⁰. Este não é um elenco exaustivo, mas evidencia uma alteração no paradigma de investigação sobre o livro em contexto religioso, cujos resultados oferecem segura reflexão teórica e metodológica, que nos foi especialmente útil.

Fernanda Campos alertou para algumas «imagens estereotipadas» que circulam sobre estas bibliotecas e que é necessário corrigir, tais como «a representação da biblioteca de mosteiro, na Idade Média, com os grossos in-folio de pergaminho pacientemente copiados e decorados pelo monge»³⁰¹, a «suposta inutilidade das respectivas colecções, constituídas por livros velhos, textos religiosos e sem interesse»³⁰², ou ainda «o isolamento social ou fechamento dessas bibliotecas face ao ambiente em que se inseriam»³⁰³.

²⁹⁶ BARATA, Paulo – *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

²⁹⁷ CAMPOS, Fernanda Maria Alves da Silva Guedes de – *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*. Casal Cambra: Caleidoscópio, 2015, 404 p.

²⁹⁸ V. GIURGEVICH, Luana e LEITÃO, Henrique – «O livro científico nas bibliotecas monástico-conventuais: tentativa de uma caracterização à escala nacional». In SALDANHA, Sandra Costa, coord. ed. – *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III encontro nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 170-183.

²⁹⁹ V. SALDANHA, Sandra Costa, coord. ed. – *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do I Encontro Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2011. E SALDANHA, Sandra Costa, coord. ed. – *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III Encontro Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013.

³⁰⁰ Está disponível em: www.cesareia.pt.

³⁰¹ CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – «Espólios das extintas livrarias religiosas nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal: um (re)encontro». In MEDEIROS, Filipa *et al.*, coords. – *Acervos Patrimoniais: novas perspetivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2012, p. 61.

³⁰² *Idem*, p. 64.

³⁰³ *Ibidem*.

No que concerne ao Algarve, soma-se a imagem, também estereotipada em nosso atender, de uma região desprovida de património bibliográfico, que as censuras liberal e republicana consolidaram e a investigação histórica, tratando a região e as suas fontes documentais não desfez³⁰⁴. A memória relativa ao património bibliográfico conventual foi progressivamente caindo no esquecimento, sendo apenas nomeados os acervos do Seminário e do Paço Episcopal.

Não obstante, Joaquim Romero Magalhães, ao circunscrever a «gente nobre e gente importante» do Algarve, referiu que «boa parte do contingente de religiosos saía precisamente deste grupo dominante dos homens nobres de governança»³⁰⁵, sugerindo o prestígio social das ordens religiosas. No que concerne à ideia de isolamento, o exemplo do Algarve também a refuta. Com a Reforma Católica em curso, as ordens religiosas assumiram funções activas na sociedade, tais como a renovação do clero, a educação, a criação intelectual ou a assistência³⁰⁶. A título de exemplo, nomeamos a entrada dos

³⁰⁴ A este propósito, cf. FREITAS, Bernardino José de Senna – *Collecção de memorias e documentos para a historia do Algarve*. Faro: Typ. De Francisco Samuel da Paz Furtado, 1846; LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve*. Prefácio de Isabel Nobre Vargues. Reprodução fac-similada da edição de 1841. Faro: Algarve em Foco Editora, [S.d.] imp. 1988 [1841]. 2 Vol.; *Memórias para a história eclesiástica do Bispado do Algarve*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1848. ROSA, José António Pinheiro e – «História da Biblioteca Municipal de Faro». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, 1969, p. 106-107; BRITO, Salustiano Lopes de – «Introdução»; «Resenha histórica da nossa cidade». In *Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro, 1998, p. 13-20.

Os exemplos sobre descaminhos e perdas de bens bibliográficos e arquivísticos não são, porém, exclusivas. Manuela Domingos lembrou a crítica do 1.º Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca Pública, Ribeiro dos Santos, ao Marquês de Pombal, acerca das livrarias pertencentes aos jesuítas: «O Marquez exterminando os jesuítas não curou de conservar as suas Bibliothecas que erão as melhores do nosso Reyno [...]; dos Livros huns furtarão-se outros converterão-se em papelão na officina de Pallerini, aonde se virão andar de rojo pelo chão [...]» In DIAS, Luís F. Carvalho Dias – *Algumas cartas do Dr. A. Ribeiro dos Santos*. Coimbra: [s.n.], 1975, p. 479, *apud* DOMINGOS, Manuela D. – «Para a História da Biblioteca da Real Mesa Censória». *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, S. 2, vol. 7 (1), p. 154.

No período do Liberalismo menos se não fez, como salientou José Adriano Freitas Carvalho, a propósito da livraria dos Oratorianos da Ajuda, citando o P.º Vicente Brandão: «P.º Vicente Ferreira de Souza Brandão, Recopilação Historico-Biographica do veneravel Padre Bartholomeu do Quental Fundador da Congregação dos Padres Congregados do Oratorio e dos Irmãos Congregantes de N. Senhora das Saudades e S. Filipe Neri, Lisboa, 1867, 77-79 recorda o que foram as mudanças – e as respectivas peripécias – da livraria da Ajuda, desde que foi mandada trasferir [*sic*] de aposentos para nos seus se efectuarrem as cortes de 1820... até 1850 ou 1851 em que lá se instalou o museu do futuro D. Pedro V, passando pelas transferências e arranjos ditados pela ocupação da casa dos oratorianos, em 1833, pelo Regente D. Pedro, até que “em 1856 deu-se mate a esta livraria, que foi removida para o palacio d’Ajuda com tal pressa que se quebraram carros, e se estropeou o gado, e lá está ainda hoje, fins de 1860, no chão em grupos, perdendo-se de poeira, ratos, traça, e até de agua!!! É escusado dizer que se acha bem roubada!”». In CARVALHO, José Adriano de Freitas, dir. – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória: I Inventário da Livraria de Santo António de Caminha*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998, p. XI.

³⁰⁵ MAGALHÃES – *O Algarve económico...* 1993, p. 362.

³⁰⁶ V. NEIVA, Adélio de A. Torres – «Vida Religiosa». In AZEVEDO, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. 2001, p. 341-344. Vol. P-V.

religiosos da Província da Piedade no Algarve entre os séculos XV e XVI com a fundação de quatro conventos (Cabo de São Vicente, Faro, Silves e Vila Nova de Portimão). Todos foram criados, construídos e sustentados com o patrocínio de particulares e do bispo (caso do Cabo de São Vicente), denotando as estreitas relações entre fiéis e religiosos³⁰⁷. Noutra perspectiva, a implantação nas principais zonas urbanas sublinha a crescente articulação entre os religiosos e a sociedade (cf. *Quadro III.1 Evolução da rede monástico-conventual no Algarve* e *Figura III.1 Distribuição geográfica de instituições religiosas em 1787*).

Não obstante, quando nos circunscrevemos às fontes e à investigação produzida em história do livro e da leitura, verificamos que o Algarve ocupa, com efeito, uma posição insignificante. O resultado do inquérito decretado pela Lei de 10 de Julho de 1769, ordenando que todas as pessoas e instituições possuidoras de livros elaborassem «um catálogo fiel de todos os Livros Impressos ou manuscritos científicos e literários», foi bastante desolador para a região, como revelou a investigação de Maria Adelaide Salvador Marques³⁰⁸. Dos 2420 catálogos que chegaram à Real Mesa Censória, apenas 8 foram provenientes desta região, listando um total de 247 títulos³⁰⁹. A autora constatou, por isso, a «diferença cultural muito grande entre o Sul e Norte do Tejo» – acrescentando – «[s]e verificarmos num mapa, **temos a impressão do Sul da Estremadura formava como que uma barreira para lá da qual poucos vestígios da cultura “actualizada” ou “não actualizada” existiram**»³¹⁰. No entanto, preveniu que «o facto do Algarve apresentar um número tão reduzido é um problema [...] pois não é possível admitir-se tal número como real»³¹¹.

Tendo a questão ficado por esclarecer, o estudo de Paulo Barata veio corroborar o sentido dos resultados obtidos por Maria Adelaide Salvador Marques. Do material compulsado, o autor conseguiu determinar que «existiam conventos com livraria, pelo menos em Faro, Tavira, Lagos, Portimão e Loulé»³¹², embora os respectivos catálogos nunca tenham entrado na posse do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos

³⁰⁷ MONFORTE, Fr. Manoel de – *Chronica da Provincia da Piedade, Primeira Capucha de toda a Ordem, e Regular Observancia de nosso Serafico Padre S. Francisco*. Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes, 1696.

³⁰⁸ *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: [s.n.] [Coimbra Editora, Lda.], 1963.

³⁰⁹ Entre os declarantes, consta apenas uma comunidade religiosa, o Hospital da Ordem de São João de Deus, em Lagos.

³¹⁰ Subls. meus. *Idem*, p. 64.

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² BARATA – *Os livros e o Liberalismo...* 2003, p. 117.

(DLEC), sendo reiteradamente solicitados. As explicações para protelar o envio dos catálogos advertiram para a insignificância dos acervos, tanto em quantidade, quanto em qualidade³¹³.

A 15 de Outubro de 1836, declarou o administrador-geral do distrito:

[...] que as casas religiosas do Algarve não possuem preciosidades de paleographia, de artes, ou produtos naturais, limitando-se apenas suas riquezas scientificas a alguns livros de disciplinas ecclesiasticas, e esses mesmos quasi sempre de authores menos acreditados em suas opiniões: também se encontram alguns volumes de poetas e historiadores romanos; mas estes são mais raros³¹⁴.

Este argumento e o da falta de empregados idóneos e hábeis para um serviço que exigia «perícia e um genio particular (...) assiduidade e cuidados inteiramente votados ao seu desempenho»³¹⁵ protelou *ad infinitum* o envio dos catálogos das livrarias conventuais do Algarve, vencendo, por isso, o conceito de livrarias desacreditadas, em elevado estado de deterioração e sem interesse tão-pouco para os estudos eclesiásticos, como declarou o administrador-geral, o algarvio Marçal Henriques de Azevedo e Aboim, que propôs a venda a peso dos «volumes inuteis»³¹⁶.

Assim se explica que no «quadro do n.º de livros conventuais existentes *ca* 1834 (por distrito)» elaborado por Paulo Barata³¹⁷, o distrito de Faro surja com zero livros elencados, cristalizando a imagem de uma região bibliograficamente desprovida e culturalmente carenciada. No decorrer desta investigação foi possível chegar a novos dados, que atestam a existência de uma paisagem literária mais opulenta.

III.1.a A rede de bibliotecas religiosas no Algarve

A intensificação da vida regular verificou-se durante os séculos XVI e XVII, mas, durante o século XVIII, instalaram-se ainda três novas casas no Algarve (v. *Quadro III.1 Evolução da rede monástico-conventual no Algarve*).

Em 1787, a região possuía 22 instituições regulares masculinas, com 177 indivíduos (170 frades, 7 monges) e 4 instituições femininas, onde habitavam 163

³¹³ ALGARVE. Administração Geral; QUEIRÓS, Basílio Cabral Teixeira de – [Ofício] 15.10.1836, Faro [a] CADLEC. [Ms.]. 1836. Acessível em BNP, B/AH-9; BN/AC/INC/DLEC/05/cx03-03.

ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Ofício] n.º 494, 7.9.1841, Faro [a] CADLEC. [Ms.]. 1841. Acessível em BNP, MSS. 225, n.º 229.

³¹⁴ ALGARVE. Administração Geral; QUEIRÓS, Basílio Cabral Teixeira de – [Ofício] 15.10.1836, Faro [a] CADLEC. Acessível em BNP, BN/AH-9, BN/AC/INC/DLEC/05/cx03-03.

³¹⁵ ALGARVE. Administração Geral; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo – [Ofício] 30.4.1841, Faro [a] CADLEC. [Ms.] 1841. Acessível em BNP, Mss. 225, n.º 228.

³¹⁶ ALGARVE. Administração Geral; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo – [Ofício] 7.9.1841, Faro [a] CADLEC. [Ms.] 1841. Acessível em BNP, Mss. 225, n.º 229.

³¹⁷ BARATA – *Op. cit.* p. 394.

freiras (116 professoras, 6 noviças e 41 educandas), distribuídas por Tavira (5 masculinas, 1 feminina), Faro (3 masculinas, 1 feminina), Loulé (3 masculinas, 1 feminina), Silves (1 masculina), Monchique (1 masculino), Pegos Verdes (1 masculino), Estômbar (1 masculino), Lagoa (1 masculino), Vila Nova de Portimão (2 masculinos), Lagos (3 masculinos, 1 feminino) e Cabo de São Vicente (1 masculino)³¹⁸ (cf. *Figura III.1 Distribuição geográfica de instituições religiosas em 1787*).

O decreto de 30 de Maio de 1834 permitiu apurar dados concretos sobre estes institutos, na sequência do processo de tomada de posse, inventariação, avaliação, distribuição e alienação dos bens, que foram classificados em duas categorias: a categoria dos bens imóveis³¹⁹ e a dos bens móveis, comuns e semoventes que incluiu as livrarias, as obras de arte, utensílios e espaços de culto, objectos preciosos de ouro e de prata. À data, o diploma pôs fim às vinte e duas casas masculinas, dezanove das quais conventos, dois hospícios e 1 eremitério³²⁰.

O enquadramento do arresto dos bens não foi favorável. Decorria o quarto dia após a assinatura da Convenção de Évora-Monte, pondo termo à violenta guerra civil. No Algarve, o conflito tardou a extinguir-se completamente, permanecendo o clima de insegurança até finais da década de 1840. O primeiro prefeito do Algarve, Jerónimo

³¹⁸ V. VASCONCELOS – *Mappa geral... 1788*, p. 9.

³¹⁹ O processo de nacionalização dos bens imóveis existentes no Algarve tem sido objecto de apurado estudo por Catarina Almeida Marado. V. a este respeito MARADO, Catarina Almeida – *Antigos Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*. Lisboa: Edições Colibri, 2006; Id. – *Património conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. 2007. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad de Sevilla. Id. – «Do sagrado ao profano: o processo de atribuição de novos usos às extintas casas regulares do Algarve». *Promontoria: revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. N.ºs 7, 8. Faro: Universidade do Algarve, 2010, p. 289-307; Id. – «O processo de formação da rede monástico-conventual do Algarve (1189-1834)». *Promontoria: revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. N.º 9. Faro, Universidade do Algarve, 2011, p. 1-21.

Para uma perspectiva nacional, v. SILVA, António Martins da – «A Desamortização». In MATTOSO, José (dir.) e TORRALBA, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, coord. – *História de Portugal: o Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 291-305. Vol. 5.

³²⁰ Em MARADO – «Do sagrado ao profano...» 2010, p. 290, lê-se a síntese das fases de extinção ocorridas na região: «No Algarve, a extinção das casas regulares teve início em 1833 com o encerramento dos conventos femininos de Lagos e de Loulé abrangidos pelo decreto de 9 de Agosto desse ano que determinou o encerramento das casas com menos de doze habitantes. Em 1834, o Decreto de 30 de Maio, conhecido como o decreto da extinção, atingiu de uma só vez todas as casas masculinas desta região: dezanove conventos, dois hospícios e um eremitério. Passados dois anos, em 1836, a portaria de 8 de Fevereiro, determinou a extinção da casa feminina de Tavira. Poucos meses depois, em 27 de Abril, uma nova portaria enviou as freiras dos extintos conventos do Algarve, até então reunidas em Faro, para o convento de Tavira, por ser esta a maior casa feminina da região. A mudança deu-se a 25 de Maio e durante os anos que seguiram aí se mantiveram as religiosas, até que em 1862 se procedeu finalmente ao auto de extinção deste último convento. Do processo de extinção saiu ileso o Convento de São José em Lagoa. Esta casa foi posteriormente entregue a uma comunidade de religiosas dominicanas, tendo sido finalmente extinta em 1924, pela Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas.»

José Carneiro³²¹, foi nomeado a 21 de Outubro de 1833, mas entrou na região apenas a 6 de Junho de 1834, trazendo como principal desígnio a consolidação da vitória liberal. A irregularidade das comunicações e a insegurança no transporte do correio, a escassez de pessoal idóneo e qualificado, num contexto marcado por prisões e pelo exílio de muitos, dificultou a transmissão de informações e de documentos oficiais a lugares muito distantes da capital da província, sendo a «falta de conhecimentos em geral, que tenho encontrado nessas mesmas Autoridades» um dos mais difíceis obstáculos a transpor³²². Ainda assim, a nova máquina administrativa avançou.

A 18 de Julho de 1834, a prefeitura do Algarve elaborou um primeiro balanço sobre a inventariação dos bens das ordens regulares suprimidas:

[...] posso assegurar a V.^a Ex.^a que esta diligencia está quasi geralmente concluída, e que a demora que tem havido, tem sido motivada, pela falta de pessoas a quem pudesse informar dos bens, que possuem os Conventos, **visto que os Padres os tinham desamparados e consumido os Inventarios e papeis que lhe pertencião, o que fará não venhão completos os Inventarios**, e posses de todos na indagação, dos quaes se continuará.³²³

Cinco meses depois não estavam ainda prontos os inventários e autos de avaliação, cujas razões o prefeito aduziu:

[...] muitas causas tem concorrido para a demora da mencionada remessa, entre as quais avultão a **incuria dos Provedores** em geral, **os muitos diversos trabalhos, de que hão sido encarregados**, os quaes tem estorvado em parte o apresto da predita diligencia, e sua ultima conclusão, e finalmente a **tibieza dos Secretarios das Camaras, que são Escrivães dos referidos inventarios**, alem do **pouco tempo**, que lhes resta depois de cumprirem as obrigações, que a Municipalidade lhe incumbe: cumpre bem assim declarar a V. Ex.^a que **o receio de não serem indemnizados de seus trabalhos e diligencias relativas aos referidos Inventarios, authos d'avaliação, e arrecadação dos Bens dos Conventos** tem contribuido para que os Empregados administrativos subordinados a esta Prefeitura tenham sido detenciosos em cumprirem as mui terminantes ordens, que reiteradas vezes se lhes hão expedido a tal respeito. Posso todavia assegurar a V. Ex.^a que em todo mês de Janeiro proximo futuro se há de effectuar uma grande parte das remessas dos mencionados Inventarios e authos em conformid.es das Instrucções d'esse Tribunal.³²⁴

³²¹ Era natural de Ourique, onde nasceu em 1774. Formou-se em Cânones na Universidade de Coimbra (16/06/1796), tendo exercido as funções de Juiz de Fora em Portimão (1805-9) e de Superintendente dos tabacos, alfândegas e saboarias do Algarve (1816), sendo também grande proprietário. Foi várias vezes eleito deputado pela Algarve (1821, 1834-6, 1840-2). V. GOMES, Neto – *Governo Civil de Faro: 175 anos de História*. Faro: Governo Civil de Faro, 2009.

³²² ALGARVE. Prefeitura; CARNEIRO, Jerónimo José – *[Oficio] 27.6.1834, Faro [a] Bento Pereira do Carmo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino*. [Ms.]. 1834. Acessível em ADF, Fundo do Governo Civil, lv. 327A.

³²³ Subls meus. ALGARVE. Prefeitura; CARNEIRO, Jerónimo José – *[Oficio] 18.7.1834, Faro*. [Ms.]. 1834. Acessível em ADF, Fundo do Governo Civil, lv. 327A. O mesmo assunto é retomado no ofício n.º 211, de 8.2.1835, onde se comunica que na comarca de Tavira se desconhecem quais os prédios pertencentes à Fazenda Nacional, devido à perda ou extravio do Tombo dos Bens Nacionais, o que impossibilitava o respectivo arrecadamento.

³²⁴ Subls meus. ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – *[Oficio] 30.12.1834, Faro [a] Tribunal do Tesouro Público*. [Ms.]. 1834. Acessível em ADF, Fundo do Governo Civil, lv. 327A.

De facto, a 27 de Janeiro de 1835, seguiram para o Tesouro os inventários dos conventos extintos, incluindo títulos, padrões e provisões. Nessa mesma altura, apuraram-se os bens móveis afectos a cada uma das casas religiosas e nomearam-se os seus depositários particulares. É neste conjunto de procedimentos que surgiram os primeiros dados para a história do fim das livrarias conventuais no Algarve, não dos livros, bem entendido.

A 3 de Maio de 1835, em resposta à portaria de 16 de Março do mesmo ano, expedida pela 4.^a Repartição do Ministério dos Negócios do Reino, foi dada a conhecer a dispersão, a dimensão e, em alguns casos, o valor patrimonial das livrarias religiosas, como se apresenta nos *Quadro III.2 Relação dos conventos do Algarve com livrarias, número de livros e valor, em 1835*³²⁵ e *Quadro III.3 Relação do número de volumes existentes nas livrarias dos Conventos do Algarve, 1835*. Através destes quadros, conclui-se que, no universo de vinte e duas (22) instituições religiosas, existiam catorze (14) bibliotecas (63,63%), reunindo um total de oito mil setecentos e setenta e quatro (8774) livros. A apresentação geográfica desta rede de espaços de leitura é a que podemos ler na *Figura III.2 Rede geográfica de bibliotecas religiosas no Algarve existentes à data do decreto de 30.5.1834*.

A dimensão das colecções das bibliotecas religiosas divide-se equilibradamente entre as de pequeno porte (<500) e as bibliotecas médias (>501-2000), sem alguma ultrapassar os 2000 exemplares, como se observa no *Quadro III.4 Dimensão das bibliotecas religiosas no Algarve*.

Ao compararmos estes valores com o restante panorama nacional sintetizado por Paulo Barata³²⁶, conclui-se que, tanto ao nível do número de conventos instalados (v. *Quadro III.5 Número de conventos com livraria*), quanto ao nível do número de espécies bibliográficas inventariadas (v. *Quadro III.6 Número de livros conventuais*), a realidade das casas religiosas no Algarve apresenta-se consonante.

Os dados aqui apresentados permitem reintegrar o Algarve na rede intelectual construída pelas ordens religiosas. A dimensão das bibliotecas por cada casa é muito

³²⁵ ALGARVE. Prefeitura – [Relações] 3.5.1835, *Faro*. [Ms.]. 1835. Acessível em ADF, Fundo da Fazenda do Reino, mç. 146. As duas relações constituem a documentação anexa ao ofício n.º 341: ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Ofício] n.º 341, 3 de Maio de 1835, *Faro [a] Ministério do Reino*. [Ms.] 1835. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 327A.

³²⁶ O autor apresenta em anexos os quadros-síntese da informação recolhida, alertando para o carácter provisório dos quantitativos apresentados e é, naturalmente, com esse carácter que os utilizamos.

variável, mas, ainda assim, é possível identificar uma tendência mais colecionadora entre os Carmelitas Descalços, com 2107 volumes distribuídos por duas casas e entre os Gracianos, com 1796 volumes por duas casas. Os Capuchos, que no total detinham 4087 volumes, dividiam-nos por seis conventos, conforme se sistematiza no quadro *Quadro III.7 Distribuição do n.º de livros por casas religiosas*.

O número de livros disponíveis permite abordar a dimensão das livrarias e perceber a maior ou menor tendência colecionadora de cada casa. No entanto, acercarmos do universo intelectual destas livrarias, dos seus leitores, da sua personalidade e orientação, delimitar os fluxos de aquisições, as línguas e os suportes de leitura, a circulação de autores e de obras, a tendência mais ou menos conservadora do acervo, a sua maior ou menor abertura aos problemas do século, só é possível imergindo na memória de cada uma delas.

III.1.b De bibliotecas a catálogos

É um facto que os catálogos das livrarias conventuais do Algarve não chegaram a ser enviados ao Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC), mas podemos garantir que foram preparados. Provavelmente, as relações que acima transcrevemos (Quadro III.2 Relação dos conventos do Algarve com livrarias, número de livros e valor, em 1835 e Quadro III.3 Relação do número de volumes existentes nas livrarias dos Conventos do Algarve, 1835) não chegaram ao conhecimento do DLEC, uma vez que foram elaboradas segundo a portaria do Ministério do Reino de 16 de Março de 1835 e o alargamento da jurisdição do DLEC ao Algarve verificou-se oito dias depois, a 24 de Março de 1835³²⁷, sendo plausível um desencontro de informação.

A 1 de Junho de 1837, o então administrador-geral, Manuel José de Bivar Gomes da Costa (31/03/1837-29/02/1840), afirmou à Comissão Administrativa dos Depósitos de Livrarias dos Extintos Conventos (CADLEC) que: «Os catálogos destes Livros ainda não estão ultimados, e por isso não posso remetel-os a essa Comissão, e alguns já feitos estão tão imperfeitos, que he necessario reformal-os.»³²⁸ Dois anos depois, a CADLEC voltou a insistir no assunto e respondeu o administrador-geral interino, Manuel José de Beirão, propondo para a boa execução de um «tão importante assumpto»

³²⁷ V. BARATA – *Os livros e o Liberalismo...* 2003, p. 31-32.

³²⁸ ALGARVE. Administração Geral; COSTA, Manuel José de Bivar Gomes da – *[Ofício] N.º 482. 1.6.1837, Faro [a] CADLEC*. [Ms.]. 1837. Acessível em BNP, Mss. 225, n.º 64.

que os livros, ainda nas mãos dos diversos depositários particulares, fossem reunidos em Faro:

[...] julgo do meu dever comunicar a VEx.^a, para ser presente á respectiva Comissão, que estando **mui informes e imperfeitos os poucos Catálogos de Livros** dos extinctos Conventos do Distrito a meu cargo, **em rasão da imperícia dos indivíduos**, a quem os Administradores do concelho incumbirão aquelle trabalho, **é indispensável**, em taes termos, **se formar os ditos Catálogos (em parte inintelligiveis)**, e **proceder á fatura de nówos á vista dos mesmos Livros**, encarregando disso uma **pessoa idonea**. Para este fim, porém, torna-se necessaria a **transferencia dos volumes em deposito para um local accommodado nesta Cidade, o que por ora é impossivel, visto carecer esta Administração de fundos para uma semelhante despeza**: quando o Governo a habilitar com os indispensaveis meios, eu realisarei os desejos da Comissão e os meus, cuidando de remover para esta Cidade os indicados Livros, e mandando proceder a um Catálogo com a conveniente especificação e clareza, o qual será presente á Comissão.³²⁹

A resposta não terá agradado à CADLEC e a 5 de Junho foi enviada, pela 1.^a repartição do Ministério do Reino, uma portaria em que «S. M. a Rainha houve por bem ordenar q[ue] eu satisfizesse sem perda de tempo ás requisições que me tiver dirigido a Comissão Administrativa do depozito das Livrarias dos Extinctos Conventos»³³⁰: as requisições consubstanciavam a exigência da remessa dos catálogos e a reunião e arrecadação de todos os livros na capital do distrito. O Administrador reiterou o que já havia comunicado à CADLEC, sublinhando a total incapacidade financeira para levar por diante tal empresa:

Em quanto á 1.^a não tendo alguns Adm.es de Concelho enviado ainda os Catalogos das Livrarias, e sendo informes e inintelligiveis os existentes nesta Secr.^a feitos quasi todos por pessoas imperitas, tem sido impossivel satisfazer completam.e nesta parte á Requisição da Comissão, apesar dos meus desejos em concluir este negocio: Se V.Ex.^a entender porem q assim mesmo se devam remetter os Catalogos existentes, apesar de seus defeitos e imperfeições, o executarei promptamente: pelo que tóca á 2.^o **não havendo meios alguns á m.^a dispozição p.^a effectuar a transferencia dos Livros em depozito para esta Cidade**, maiorm.e na ocasião em q. os fundos applicados ás despezas desta Rep.am se acham consumidos, **torna-se impraticavel igualm.e satisfazer a tal requisição** e neste mesmo sentido respondi á Commissão em Officio de 25 de Maio ultimo. **Logo q tenha alguns meios á m.^a dispozição ou q seja habilitado como solli-citei em Officio dirigido á Contadoria desse Ministerio n.º 280 de 16 de Maio findo, farei transportar p.^a o local desta Secret.^a os Livros que se achão em depozito, e á vista de todos seus volumes se organizará um Catalogo geral de todos elles q remetterei a Commissão, o q tenho muito em vista.**³³¹

Seis anos após as primeiras relações de livros provenientes das suprimidas casas religiosas, temos notícia de que se procedera finalmente à sua arrecadação, mas não à

³²⁹ Subls. meus. ALGARVE. Administração Geral; COSTA, Manuel José de Bivar Gomes da – [Ofício] N.º 140. 25.4.1839, Faro [a] CADLEC. [Ms.] 1839. Acessível em BNP, Mss. 225, n.º 140.

³³⁰ Apud ALGARVE. Governo Civil – [Ofício] N.º 357, Livro de Correspondência com os Ministérios. 17.6.1839, Faro. [Ms.]. 1839. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 355A.

³³¹ *Ibidem*.

respectiva catalogação, considerada uma «pesadíssima tarefa (...), um ónus mui superior á capacidade de um só indivíduo.»³³²:

Os Livros dos extinctos Conventos achão-se, é verdade, recolhidos no Edifício desta Administração Geral, mas não vierão acompanhados dos Catálogos, por que os Administradores de Concelho não tiverão descanço nem capacidade para os fazerem; sendo, por outra parte, evidente que os Empregados desta Secretaria, já mui sobrecarregados de trabalho, também não podem distrahir-se de suas occupações diárias para estarem classificando os Livros de que trata [...]³³³.

Pouco depois, estando a CADLEC disposta a remunerar um empregado que se dedicasse exclusivamente à catalogação³³⁴ para que os livros pudessem aproveitar à projectada Biblioteca Pública, o administrador-geral, Marçal Henriques de Azevedo e Aboim, entrou em contradição ao declarar:

[...] faltaria ao meu dever se não expoesse a V.Ex.^a e á Comissão, que **uma grande parte dos Livros** existentes nesta Administração **nada valem tanto pelo seu estado de deterioração, como por sua materia**; pois que quasi tratão de Theologia Mystica e Moral e de **Authores mui pouco acreditados**; de maneira que **mesmo para os Estudos Ecclesiasticos taes livros não poderão aproveitar** a quem quer que os leia: em vista disto, e mui principalmente pelo seu máo estado **julgo escusádo qualquer trabalho em classificar os ditos Livros**, parecendo-me mais acertado que a Comissão **me autorize a proceder a uma escolha dos Livros** que devem ser recolhidos na Bibliotheca com exclusão daquelles que por se acharem mutilados e roídos do bixo **não podem, nem devem compor a Bibliotheca Publica; autorizando-me ao mesmo tempo a vender a peso os volumes inuteis (...)**.³³⁵

Por conseguinte, o tão prometido «catálogo geral» nunca chegou a Lisboa. Em 1843, um novo interlocutor dirigiu-se à autoridade regional. José Feliciano de Castilho, em comissão no Arquivo da Torre do Tombo para arrecadar, classificar e organizar os documentos dos extinctos conventos, questionou a autoridade administrativa do Algarve, mas os resultados foram idênticos e as alegações reiteradas:

[...] cumpreme comm.ar a V.Ex.^a que neste Governo Civil se achão alguns docum.tos da extincta Provedoria do Alg.e e Portagens desta Cidade e Tav.a, assim como alguns maços de Escrituras de foros e juro pertencentes aos extinctos Conventos, e que formavão os seus Cartórios: como porém todos estes documentos se são absolutam.e indispensaveis para a fiscalização e arrecadação dos rendim.tos daquellas Corporações, os quaes pertencem hoje á Fazenda, não é possível que elles se remattão p.^a o Archivo da Torre do Tombo por serem necessarios neste Governo Civil p.^a os indicados fins, **parecendo-me por isso inutil a factura e remessa dos Cathalogs dos referidos maços e docum.tos, cujo trabalho absorvem o tempo necessario p.^a outros negocios que actualm.e sobrecarregão excessivam.e esta Rep.am.**

Pelo que pertence aos livros das Bibliothecas dos extinctos Conventos devo ponderar a V. Ex.^a que achando-se este Governo Civil collocado em pequeno Edificio foi mister recolher os Livros em um armazem do sottão onde será mui difficil

³³² ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo – [Ofício] N.º 218. 30.4.1841, Faro [a] CADLEC. [Ms.] 1841. Acessível em BNP, Mss. 225, n.º 228.

³³³ *Ibidem*.

³³⁴ CADLEC. Lisboa – [Ofício] 31.7.1841, Lisboa [a] administrador geral do distrito de Faro. [Ms.] 1841. Acessível em AH-BNP, BN/AC/INC/DLEC/06/cx 03-04, p. 235-236.

³³⁵ Subls. meus. ALGARVE. Administração Geral; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Ofício] N.º 494. 7.9.1841, Faro [a] CADLEC. [Ms.] 1841. Acessível em BNP, Mss. 225, n.º 229.

cathalogal-os por não ser possível polos por ordem quando alli se arrecadárão; que attento o pequeno n.º de Empregados desta Rep.am e a affluencia dos negocios em que elles se empregão dur.e as horas da Secr.^a, restando-lhes só o tempo indispensavel p.^a o repouso **tem sido ate hoje impraticavel a confecção de um Cathalogo exacto dos d.tos livros por falta de tempo e de braços**; e finalm.e que **sendo os Conventos deste Dist.o os mais pobres de todo o Reino, os Livros são por isso quasi todos de pouco ou nenhuma valia pela sua materia e máo estado**, podendo por isso assegurar a V. Ex.^a que o Archivo da Torre do Tombo nada ganhará por certo com a acquisição de sem.es Livros.³³⁶

A 21 de Dezembro de 1844, o Governador Civil foi peremptório: «**não há, nem era possível fazer-se neste Gov. Civil** tão sobrecarregado de tantas e tão complicadas e variadas obrigações, **cathalogo algum**»³³⁷. Nova comunicação a 21 de Março de 1849 sobre o assunto, remetendo, a partir de então, para o ofício de 24/02/1843, citado anteriormente.

Os argumentos utilizados para não remeter os catálogos foram diversos e até contraditórios: por vezes, estão feitos, mas não são legíveis; por vezes, a quantidade e o merecimento literário não justificam o trabalho; por vezes é «pesadíssima tarefa (...) superior à capacidade de um só indivíduo». E, por fim, a constatação da incapacidade da administração pública redigir os catálogos e conservar os livros³³⁸.

A falta de recursos financeiros, logísticos e humanos conduziu a este desfecho. Mas não deve iludir-se que a posição institucional dos vários intervenientes envolvidos na gestão do património bibliográfico conventual pesou na condução das diligências. Os espólios conventuais representavam o regime vencido e o negar do seu valor terá sido também uma estratégia de afirmação do poder liberal. Não tendo este espólio sido tratado como um *spolium* de guerra, os livros perpetuaram a memória de um tempo malquisto.

³³⁶ Subls. meus. ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Ofício] N.º 64. 24.2.1843, Faro [a] Arquivo da Torre do Tombo. [Ms.] 1843. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 465.

³³⁷ Subls. meus. ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Ofício] N.º 347, 21.12.1844, Faro [a] Ministério do Reino. [Ms.] 1844. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 465.

³³⁸ «Entendo pois conveniente e até vantajoso para a conservação desses que for possível aproveitar, que todos sejam entregues ao Revd.º Bispo para o fim que solicita, e quanto antes, a fim de evitar a sua progressiva ruina.» In ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Ofício] N.º 347. 21.12.1844, Faro [a] Ministério do Reino. [Ms.] 1844. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 465.

«Pelo que diz respeito às Livrarias, que compreendem algumas centenas de volumes, a maior parte de pouco merecimento, soube quando cheguei a este Distrito, que foram recolhidas em uma casa do Seminário Episcopal a cuja Livraria julgo conveniente se reúnam, conservando-se ali em boa arrecadação e sem receio de descaminhos (...)» In ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – [Ofício] N.º 26. 21.3.1849, Faro [a] 1.ª Repartição do Reino. [Ms.] 1849. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 175.

III.1.c Catálogos «informes e ininteligíveis [...] feitos quasi todos por pessoas imperitas»³³⁹

A troca de informações não deixa dúvidas quanto à elaboração de alguns catálogos das livrarias. É de toda a justiça referir que foi João Alberto de Carvalho Marques quem, em primeira mão, noticiou a localização de dois deles num artigo publicado nos *Anais do Município de Faro*³⁴⁰. Uma pesquisa mais exaustiva trouxe à luz todos os catálogos mencionados na correspondência citada. No total, são oito catálogos, preparados entre 1835 e 1839, com apresentações muito heterogéneas³⁴¹. Distintas competências e disponibilidades por parte dos redactores, assim como o adiamento da tarefa terão tido repercussões na elaboração dos catálogos e na integridade dos acervos. Os de Lagoa e Loulé foram roubados³⁴² e também em Faro e Tavira houve desvios, já os livros da biblioteca conventual de Monchique estavam em muito mau estado de conservação, como denota a correspondência trocada entre os administradores de concelho e o governador civil³⁴³.

As tipologias catalográficas em causa não refletem as bibliotecas tal qual existiram. De «bibliotecas passaram a “catálogos”», como sublinhou Freitas Carvalho. Constituem uma «memória da biblioteca», na feliz designação de Victor Infantes. Uma memória elaborada num contexto muito específico e por mãos que, muito provavelmente, não fizeram parte da respectiva comunidade de leitores. São documentos criados, *a posteriori*, segundo instruções específicas, com vista ao conhecimento da quantidade e da qualidade dos acervos àquela data. Configuram, por

³³⁹ ALGARVE. Governo Civil; COSTA, Manuel José Bivar Gomes da – [Ofício] N.º 357. 17.6.1839, *Faro [a] CADLEC*. [Ms.] 1839. Acessível em ADF, Fundo do Governo Civil, lv. 355A.

³⁴⁰ MARQUES, João Alberto de Carvalho – «Subsídios para a história da cultura na cidade de Faro: inventários (em 1836) das livrarias dos extintos conventos». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, 1989, p. 233-272.

³⁴¹ Acessível em ADF, Fundo Fazenda do Reino, mç. 146. V. *Anexo n.º 7: Catálogos das bibliotecas conventuais – descrição documental (I), ilustrações (II) e correspondência sobre o envio (III) e estado de conservação (IV)*.

³⁴² Embora estes catálogos não tenham sido elaborados, obtivemos para o caso do Convento da Graça de Loulé um pequeno resumo sobre a sua «Livraria», elaborado no âmbito dos *Autos de Inventario Judicialmente feito, por partes e a favor da Real Fazenda, no Convento dos Religiosos de Nossa Senhora da Graça desta Villa de Loulé, de todos os moveis, utencilios, alfaias da Igreja, e rendimentos do mesmo Convento*, realizado a 14.6.1834. Na fl. 4 do documento lê-se o seguinte arrolamento: «Vinte dois livros grandes com capas de pergaminho branco todos muito velho.

Quarenta e cinco ditos de capa de couro, maiores, todos muito velhos.

Cento e vinte Livros mais pequenos, de capa de couro tambem muito velhos.

Dozentos e trinta ditos dos mais pequenos; tudo muito uzado e incapaz, avaliados todos em sete mil e duzentos reis – incluye-se nesta avaliação todos os sobreditos Livros.» [Ms.] 1864. Acessível em ADF, Fundo Fazenda do Reino, mç. 146.

³⁴³ V. *Anexo n.º 7: Catálogos das bibliotecas conventuais – descrição documental (I), ilustrações (II) e correspondência sobre o envio (III) e estado de conservação (IV)*.

consequente, um corte sincrónico na cronologia da vida de livros e de leituras das comunidades religiosas. Essa é a circunstância dos documentos³⁴⁴. No entanto, a sua análise permite aferir a maior ou menor fiabilidade da informação produzida, o investimento do redactor no trabalho produzido, a existência de uma pré-organização e estrutura bibliotecária, o estado de conservação da colecção à data do inventário e, por fim, mas não menos relevante, a constituição material do acervo através das descrições de tamanhos, matérias, línguas, datas e locais de edição, o que nos deixa mais próximos da identidade de cada livraria, dos interesses e horizontes aí delineados.

No conjunto em causa, nem todos os documentos podem ser considerados como verdadeiros catálogos, isto é, documentos que veiculam informação quantitativa e qualitativa sobre as colecções. Como fonte para a história do livro e da leitura apresentam limitações, pois não revelam a história das bibliotecas; alguns não permitem identificar uma estrutura que dê pistas sobre a organização e utilidade dos saberes; e, em vários casos, a transcrição das informações bibliográficas é incompleta, apresenta lapsos e não segue um critério único de apresentação dos dados. Na apreciação à totalidade dos catálogos, verificámos que dois seguiram integralmente as indicações explicitadas na portaria de 23 de Outubro de 1835³⁴⁵. Trata-se do catálogo da biblioteca dos frades Capuchos («Livraria pertencente aos extinctos regulares da Província da Piedade no Convento da Cidade de Faro») e da biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços («Rellacção da Livraria dos Extinctos Regulares Carmelitas descalsos no Hospitio da Cidade de Faro»), ambas localizadas em Faro, que utilizámos como amostra para o nosso estudo.

Em ambos, a organização foi temática, sendo cada entrada individualizada, numerada sequencialmente e com a seguinte informação: «objecto de que trata», «nome dos autores», «n.º de tomos», «em que formato estão encadernados», «aonde impressos e em que ano» e «observações». Os problemas relativos à identificação correcta das obras prenderam-se essencialmente com os dois primeiros campos referidos. Em «objecto de que trata», o redactor serviu-se de critérios distintos: a transcrição correcta do título, a tradução livre do título, um resumo da obra, ou título de circulação da obra. No campo da autoria, os problemas colocaram-se quando o redactor indicou apenas o apelido ou traduziu os nomes. Para fazer face a estas dificuldades e diminuir a margem de

³⁴⁴ Reproduzimos no anexo *Anexo n.º 7: Catálogos das bibliotecas conventuais – descrição documental (I), ilustrações (II) e correspondência sobre o envio (III) e estado de conservação (IV)* o primeiro folio de cada catálogo elaborado.

³⁴⁵ A portaria ordenou que fossem indicados o assunto, o autor, a data de edição, o formato e o número de volumes. Cf. BARATA – *Os livros e o Liberalismo...* 2003, p. 63.

erro, optei por, depois de transcrever os catálogos, acrescentar elementos bibliográficos que, no confronto com o local e data de edição foram esclarecidos, e que, na pesquisa em bibliografias nacionais e internacionais, pude precisar. Todas as intervenções foram devidamente assinaladas, conforme pode ler-se nos critérios estabelecidos para a transcrição dos catálogos.

Apesar das limitações, procedi a uma abordagem bibliométrica dos catálogos, sustentada no número de tomos, devido à diversidade de datas de edição e formatos que cada título podia representar, sendo possível extrair, a partir daí, as principais tendências de cada acervo: as possíveis fases de formação, as temáticas disponíveis, as edições (línguas, datas e locais), os suportes e formatos de leitura predominantes e o estado de conservação das colecções à data do inventário. A análise é introduzida por uma breve contextualização sobre o convento e, no caso da biblioteca do Hospício dos Carmelitas, pela leitura das suas *Constituições*, que incluem as regras de formação, gestão e uso da «Livraria comum», revelando dados importantes sobre a relação destes frades com a biblioteca.

III.1.d A biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos, em Faro

Os frades capuchos chegaram pela primeira vez a Faro em 1516, mas a fundação do Convento de Santo António datou de 1620, servindo para o efeito as doações de Francisco Martins Rolão e D. Branca Roloa³⁴⁶. Sobre a sua localização urbana, Catarina Marado ponderou:

O sítio escolhido para a construção do edifício conventual **localizava-se junto ao limite da cidade**. Uma localização que não se enquadra na primitiva, e bastante rígida, tipologia de implantação seguida pelos frades capuchos da Província da Piedade, que definia como principal critério para a fundação de uma casa, o seu afastamento relativamente ao espaço urbano. **A proximidade que este convento manteve com a cidade reflecte já uma mudança de atitude relativamente ao isolamento que inicialmente caracterizou estes religiosos**. Foi precisamente esta proximidade que **determinou a inclusão do convento no perímetro interior da muralha** que anos mais tarde viria a fortificar a cidade.³⁴⁷

O número de títulos quinhentistas (130; 9,30%) leva-nos a ponderar a possibilidade de a biblioteca ter sido um espaço contemplado desde a fundação da casa.

No entanto, a análise estatística ao catálogo (v. *Anexo n.º 8: Catálogo da biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos, em Faro*), sintetizada no *Quadro*

³⁴⁶ V. MONFORTE – *Chronica da Provincia da Piedade...* 1696 e MARADO – *Antigos conventos do Algarve...* 2006, de grande utilidade, por apresentar para cada convento do Algarve a respectiva ficha histórica. O Convento de Santo António localiza-se na actual rua Serpa Pinto.

³⁴⁷ Subls. meus. In MARADO – *Antigos conventos do Algarve...* 2006, p. 160.

III.8 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição cronológica face ao n.º total de tomos, evidencia a preponderância da edição setecentista, sugerindo o século XVIII como o período de maior investimento bibliográfico. Admite-se que o elevado número de tomos sem data identificada possa perturbar a análise, mas a diferença entre as quantidades alcançadas no século XVII (298) e no século XVIII (561) permitem determinar o século XVIII como o principal período de aquisições.

A organização temática do catálogo reflecte um acervo homogêneo e equilibrado na proporção das várias temáticas religiosas (v. *Quadro III.9 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição temática face ao n.º total de tomos*). Porém, a Moral (14,81%) e a Sermonária (20,01%) reúnem os interesses mais explícitos dos frades Capuchos. É significativo que assim seja, pois revela a vocação simultaneamente formativa e interventiva da casa. Na classe da Moral está incluída a literatura dirigida à formação específica do frade, abundando os compêndios, os «cursos», as sumas, os manuais e outros géneros pedagógicos e de edificação espiritual. No campo da Prédica, redundam os sermões, evidenciando a propensão da casa para a formação e mobilização dos leitores/ouvintes, que a arte retórica pressupõe, conforme atesta a máxima latina: «Delectare, movere et docere». Globalmente, o retrato demonstra a existência de uma biblioteca provida pelos textos fundamentais da ciência eclesiástica e claramente destinada à formação profissional.

Neste universo de leituras disponíveis a língua dominante é o latim³⁴⁸, que representa 70,79% das existências, seguindo-o, no domínio das línguas vernáculas, a língua portuguesa com 22,59% dos títulos, depois o espanhol (5,69%) e com um número de títulos residual o francês (0,92%), como se observa no *Quadro III.10 distribuição das línguas de leitura por classes temáticas*. Significa, portanto, que o dinamismo de aquisição ao longo de Setecentos não representou uma alteração de paradigma cultural no que concerne à língua de leitura predominante, nem, na verdade, no que diz respeito ao perfil material dos formatos, onde prevalecem os formatos de pouca portabilidade, o in-folio (30,40%) e o in.º4.º como se confirma no *Quadro III.11 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição por formatos face ao n.º total de tomos*.

³⁴⁸ A informação linguística não foi individualizada nos campos descritivos dos catálogos. No entanto, o redactor identificou os casos dos títulos em língua viva no campo das «observações». Deduziu-se, assim, que os restantes títulos fossem redigidos em latim, ainda a língua franca em uso.

Supeita-se que o abastecimento das bibliotecas não fosse autónomo, passando a aquisição pela casa principal de cada Ordem. De qualquer modo, a apreciação dos locais de publicação representados nestas bibliotecas permite relacioná-las com a geografia europeia da edição e circulação do livro religioso. Com efeito, os resultados obtidos evidenciam a importância dos prelos espanhóis (14,81%), italianos (12,37%) e franceses (7,30%), mas a característica editorial mais evidente é a da produção nacional, donde saíram 31,33% dos títulos existentes na biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos, sugerindo, a par da presença da língua portuguesa no acervo, o reforço da actividade editorial portuguesa (v. *Quadro III.12 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição de tomos por país de edição*).

No que diz respeito ao estado de conservação da biblioteca, as anotações do redactor refutam, por completo, os pareceres dos administradores-gerais sobre o assunto. Conclui-se, assim, que 83,05% dos tomos estava, à data do inventário, em bom estado de conservação, tendo 6,19% (74 ts.) encadernação em pergaminho (v. *Quadro III.13 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição de tomos por estado de conservação*).

III.1.e A biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços, em Faro

A Ordem dos Irmãos Descalços de Nossa Senhora do Monte do Carmo instalou-se em Faro, em data próxima àquela que vimos tratando. A Província foi criada em 1612 e separou-se definitivamente da espanhola em 28 de Abril de 1773, tendo obtido, a 6 de Outubro de 1783, a Carta Régia de aprovação das suas Constituições. Os frades eram também designados por Frades Marianos, em honra ao superior Frei Ambrósio Mariano.

A Ordem entrou no reino do Algarve antes da separação das províncias: primeiro em Faro, provavelmente no ano de 1713, e, em seguida, em Tavira, no ano de 1715³⁴⁹. Porém, a edificação das suas casas não foi imediata. No caso de Tavira, após a doação do capitão António da Costa de Paiva, a construção do Convento iniciou-se e, em 1745, a obra estava em curso.

Em Faro, os Carmelitas instalaram-se em plena malha urbana, num edifício de arquitectura civil – um hospício – onde, actualmente, a Associação de Socorros Mútuos

³⁴⁹ V. ANICA, Arnaldo Casimiro – *Tavira e o seu termo: memorando histórico*. Tavira: Câmara Municipal, 2001, p. 103. Vol. 2.

dos Artistas tem sede, na rua do Montepio. Para além destes edifícios, ocuparam, entre 1787 e 1821, o colégio de Santiago Maior, que após a expulsão dos Jesuítas foi encerrado e passou a propriedade da Casa da Rainha, no ano de 1773. Pela leitura da *Collecção dos decretos, resoluções e ordens das Cortes 1822*, sabe-se que D. Maria I o doou, no ano de 1787, aos frades Carmelitas Descalços, que trocaram de instalações com o hospital militar, o qual passou para o Hospício até ao ano de 1821. Nesta data surgiram vários protestos de residentes, que, em nome do «publico interesse» e da saúde pública, exigiram que o Colégio voltasse a servir de hospital regimental, ficando os religiosos livres de «regressar para o mencionado Hospicio, ou ir para onde lhes convier»³⁵⁰.

Aquando da exclausuração, os frades encontravam-se de novo na sua casa de origem. Tratava-se não de um Convento, mas de um Hospício especialmente vocacionado para o serviço à comunidade, dedicando-se a auxiliar os doentes pobres, a servir de retiro para os velhos, ou de hospedagem, em permanente interacção com o século.

Catarina Marado descreveu os hospícios como «casas de menor dimensão, normalmente associadas a comunidades terceiras, sem votos religiosos, ou estruturas de “segundo plano” dentro da hierarquia regular»³⁵¹. Esta caracterização permite-nos perceber por que razão, por vezes, os Carmelitas de Faro são designados «de Tavira», pois era ao Convento desta cidade que os demais respondiam no âmbito da sua hierarquia.

Emboa estivessem ancorados no ideal de pobreza, como a maioria das ordens religiosas, os irmãos Descalços cumpriram um papel vocacionado para o serviço em prol da comunidade. A sua actividade deveria pautar-se por dois princípios essenciais e

³⁵⁰ Lê-se na «Ordem»: «tomando em consideração o que lhes foi representado pelos moradores de Faro sobre o estabelecimento de um Hospital Militar no Convento sito naquela Cidade, actualmente ocupado por alguns Carmelitas Descalços, e o qual tem sido dos Jesuitas, foi pela expulsão destes incorporado na Corôa; e depois aplicado para Hospital do Regimento de Artilharia n.º 2, de que servio por muitos anos, até que os Religiosos da referida Ordem o alcançarão com suas rendas anexas por Doação da Senhora D. Maria I, em 18 de Maio de 1787, e o forão ocupar, emprestando para servir de Hospital um pequeno Hospicio, que habitavão, mal situado no centro da Cidade, e sem algumas proporções para semelhante destino: ponderadas as informações e respostas, a que se procedo sobre este objecto, donde se mostra, alem da verdade do exposto, que o sobredito Convento he por sua situação e capacidade o edificio mais apropriado para o importante fim, de que se tracta: E atendendo a que todas as Doações dos Bens Nacionaes, antes denominados da Corôa, se entendem sempre feitas com a clausula de reversão, quando assim o exige o publico interesse: E aprovando o Parecer da Commissão de Saude Publica, constante da copia inclusa, por mim assignada: Declarão e resolvem na sua conformidade, que havida por inoficiosa a citada Doação, se restitua o Convento ao Regimento de Artilharia N. 2, para servir de Hospital Regimental; com declaração de que aos referidos Religiosos fica livre regressar para o mencionado Hospicio, ou ir para onde lhes convier. O que V. Excellencia levará ao conhecimento de Sua Magestade. Deos guarde a V. Excellencia. Paço das Côrtes em 21 de Agosto de 1821. João Baptista Felgueiras.» In *Collecção dos decretos, resoluções e ordens das Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa desde a sua installação em 26 de Janeiro de 1821*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822, p. 180-181, de 21.8.1821. [Collecção dos decretos, resoluções e ordens das Cortes](#)

³⁵¹ In MARADO – *Antigos Conventos do Algarve...* 2006, p. 18.

só aparentemente contraditórios: a contemplação e a acção. As *Constituições*, aprovadas em 1783, clarificam o modo de proceder dentro destes preceitos aparentemente inconciliáveis:

Estes Avisos certamente utilíssimos, se bem se ponderam, dão a conhecer por si mesmos, que eles contém não só a razão comum, mas também a particular de nosso Instituto, porque **neles não só se nos intima a inviolável união dos Religiosos entre si, e necessário retiro dos Seculares; mas além disto se acrescenta, que de nenhum modo nos é proibido tratar com eles, e ensiná-los** (ainda que moderadamente, e mais com obras que com palavras) **pelo espiritual proveito dos mesmos Seculares, e salvação das almas**; e daqui fica manifesta a diferença que há entre nós, e os Alunos das outras Ordens, em quanto à graça da nossa vocação, ou essência do nosso Instituto.³⁵²

A austeridade enquanto princípio de gestão e uso dos recursos pautou, de facto, as normas de formação e de utilização da biblioteca, aspecto a que atendemos. O acervo deveria conformar-se ao fortalecimento da piedade e da instrução:

Para que não fique aos nossos Religiosos alguma ocasião de violar o voto da Pobreza, **determinamos que em cada Convento haja Livraria commum**, na qual **nenhum modo falem os Livros necessários**, principalmente os da **Sagrada Escritura, Santos Padres, Theologos, Jurisconsultos, Philosophos**, e quaisquer outros, que possam conduzir, **tanto para a piedade, como para a instrucção**; [...] ³⁵³.

A responsabilidade pelo enriquecimento da colecção era atribuída a cada novo Prior, em funções durante três anos e a organização e funcionamento da biblioteca foi prescrita nos seguintes termos:

Elejão também hum diligente Ministro, que **terá sempre** em seu poder a **chave da Livraria**; que seja continuamente **cuidadoso** do seu **ornato, e asseio**; que **disponha** os Livros **pela devida ordem**; **que forme de todos eles hum exacto Index**, o qual esteja sempre pronto na Livraria, para que sirva de comunidade aos que forem a ella procurar Livros. E para que possa cumprir mais comodamente com este emprego, não seja obrigado a assistir á Oração de tarde.³⁵⁴

Os frades carmelitas estavam autorizados a levar livros para as celas, em regime de empréstimo, seguindo os procedimentos:

Seja livre aos nossos Religiosos hir á Livraria, mas unicamente a consultar os Livros, que lhe forem necessários, **ou para algumas vezes os levarem para as Cellas, havendo nela dobrados exemplares**: com tudo faráõ sabedor d'isso o Bibliotecario [*sic*], o qual deve notar em hum particular Catalogo [*sic*] os Livros extrahidos, e o nome de quem os extrahio. Não seja licito a algum tirar Livros, dos quaes não ha mais que hum exemplar na Livraria; **porém se isso for necessário algumas vezes, além do que fica dito, seja com licença do Prior**, o qual a concederá só pelo tempo necessario.³⁵⁵

³⁵² Subls. meus. *Primeira parte das Constituições dos Carmelitas Descalços da Congregação de Portugal com a Regra Primitiva da Ordem, e com o Capitulo ultimo das mesmas Constituições, em que se contém as Leis Geraes da Congregação. Traduzida na Lingua Portuguesa para uso dos irmãos leigos*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1817, p. 17.

³⁵³ Subls. meus. *Id.* p. 110-111.

³⁵⁴ Subls. meus. *Id.* p. 111.

³⁵⁵ Subls. meus. *Id.* p. 111-112.

O empréstimo ao exterior foi proibido e em parágrafo inteiramente dedicado ao assunto, prevê-se a pena máxima de «Excomunhão maior *ipso facto*» para os infractores:

Nenhum Religioso de qualquer acutoridade [*sic*] que goze, **possa extrahir de nossas Livrarias para emprestar aos Seculares, ou regulares de outras Ordens, alguns Livros, ainda que pequenos, Cadernos, ou folhas, sejam, ou não encadernados, impressos, ou manuscritos**: nem depois de extrahidos se atreva, ou presuma debaixo de qualquer titulo, ou pretexto emprestallos, trocallos, ou dallos de algum modo ás sobreditas Pessoas, sob pena de Excomunhão maior *ipso facto*, e sem outra alguma declaração, segundo o Decreto de Urbano VIII, datado no anno M.DCXLII, e confirmado há pouco tempo por nosso Santissimo Padre Pio VI. E para que esta pena de Excomunhão se faça manifesta a todos, se ponha em nossas Livrarias huma fiel copia do dito Decreto, como manda o mesmo Summo Pontifice.³⁵⁶

O transporte de livros de um convento para outro, pertencentes à mesma Ordem, era possível, ainda que sob controlo apertado:

Permitimos também, que os Prioeres, consentindo os Consiliarios, possam dar licença a algum Religioso da Congregação, para levar comsigo **de hum Convento a outro alguns Livros emprestados, mas por espaço de tempo determinado**: ficando entretanto na Arca das três chaves huma Cedula, da qual conste o titulo, e número dos Livros; o dia, mez, e anno; e o nome do Religioso, a quem se emprestarão. O Religioso, que de outra maneira levar comsigo Livro, ou Livros de algum Convento, fique sujeito a Pena grave: e também o Prior do Convento, para onde forem levados, se logo que o souber, não os remeter ao Convento, para onde pertencerem.³⁵⁷

As *Constituições* permitiram que os frades fizessem compras ou fossem donatários; porém, a propriedade dos livros adquiridos pertencia ao convento, ficando reservado o uso exclusivo aos religiosos:

Permittimos além d'isto aos nossos Religiosos, que tenham ao seu uso, e levem comsigo de hum para outro Convento aquelles Livros, que receberem gratuitamente dos seus Parentes, ou Bemfeitores, ou comprarem com o seu dinheiro. **Mas nenhum se persuada, que se lhe permite algum domínio d'esses Livros; permite-se-lhe unicamente o uso**. Por esta causa não os poderão emprestar aos estranhos, nem vender, nem de algum modo alienar. Tambem pela mesma razão não lhes será licito negallos aos Religiosos, que lhos pedirem emprestados por Ordem do Prior. O que obrar de outra maneira, será castigado com a pena dos Proprietarios. Declaramos em fim, que he do nosso beneplácito, que fiquem os taes Livros no Convento onde o Religioso morrer.³⁵⁸

Os Carmelitas Descalços, apesar de se apresentarem como ordem mendicante não descuraram nem os estudos nem o seu cultivo, tendo alguns dos seus conventos sido indicados como colégios. Não temos notícia de que o Hospício de Faro ou o Convento de Tavira tenham tido esta valência, mas a formação contínua foi obrigatória através das «Conferências Moraes», com periodicidade semanal e duração de hora e meia³⁵⁹. Os frades destinados à função de Pregador tinham como objecto de estudo obrigatório a

³⁵⁶ Subls. meus. *Id.* p. 112-113.

³⁵⁷ Subls. meus. *Id.* p. 113-114.

³⁵⁸ *Id.* p. 114-115.

³⁵⁹ *Id.* p. 178-179.

Sagrada Escritura, a Patrística e, durante dois anos, Teologia Escolástica ou Sagrados Cânones. O exame era realizado com periodicidade trianual.

A leitura das *Constituições* permite concluir que, efectivamente, a ordem dos Carmelitas Descalços interpretou a intervenção secular como missão, devidamente ancorada na preparação intelectual dos seus religiosos. Entre os recursos disponíveis contou-se a rede bibliotecas conventuais, dotada dos livros necessários ao cultivo da instrução e da piedade. O facto de ser uma ordem mendicante, com renúncia à posse própria de bens materiais e princípios sóbrios, não pode confundir-se, como vimos pelas citações anteriores, com despreparação e carência de alimento intelectual que as bibliotecas comuns satisfizeram. Os conventos dos Carmelitas Descalços, incluindo os hospícios, como se prova pelo exemplo de Faro, foram locais de oração, de pregação, de piedade e também de instrução, cujo centro radicava na biblioteca da comunidade. A instrução era cultivada pelos frades e difundida à comunidade e aos fiéis através da pregação e da caridade, ampliando, por esta via, a cultura religiosa. Analisamos, de seguida, em que medida a biblioteca do Hospício de Faro poderá evidenciar estas preocupações e interesses.

A organização dos saberes no catálogo da livraria dos Carmelitas Descalços (v. *Anexo n.º 9: Catálogo da biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços, em Faro*), sintetizada no *Quadro III.14 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – distribuição temática face ao n.º total de tomos*, faculta-nos elementos expressivos, desde logo, pela presença de classes temáticas temporais. Não obstante, a natureza do acervo é notoriamente religioso e, tal como verificámos na biblioteca dos frades Capuchos, a par da dotação das temáticas de base (Escrituras, Direito, Teologia e Patrística) são as obras de instrução e divulgação pastoral, como os livros morais e os sermões, que têm maior expressão, 17,86% e 19,63%, respectivamente. A individualidade da colecção revela-se, porém, nas categorias com menor expressão numérica, que, embora com um número reduzido de exemplares, não foram reunidas na classe «Miscelânea».

A autonomização de áreas disciplinares como as Belas Letras, os Livros Filosóficos independentes da Teologia e integrando títulos de Física, ou os Livros de Química e Botânica denotam não só a atenção como também a apropriação de áreas emergentes, com origem nos avanços da ciência moderna, como atesta a presença da 1.^a edição do *Compêndio de Botânica, ou Noções Elementares desta Sciencia, segundo os melhores Escritores Modernos, espostas na Lingua Portugueza* de Félix de Avelar Brotero (1744-

1828) [n.º 432 do catálogo]. A abertura cultural é também seguida pela presença das línguas vivas. Ainda que o latim continue predominante (47,11%), convive com edições em língua portuguesa (28,46%), espanhola (15,70%), francesa (8,64%) e italiana (0,10%), como é patente no *Quadro III.15 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – distribuição das línguas de leitura por classes temáticas*.

As línguas vernáculas dominam as classes da Sermonária, Mística, História, Belas Letras e Química e Botânica, destacando-se nas duas últimas a língua francesa. Apesar do italiano apenas estar representado num volume, a Itália (10,40%) mantém-se como importante pólo da edição religiosa (em língua latina), tal como a Espanha (15,41%) e a França (15,80%), como se observa no *Quadro III.16 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – Distribuição de tomos por país de edição*. Todavia, e tal como já assinalado na biblioteca Capucha, também neste caso sobressai a edição nacional, com uma representatividade de 38,57%.

A distribuição cronológica das obras corrobora o perfil actualizado de edições, com um núcleo setecentista da ordem dos 58,49%. Segue-se o século XVII com 17,86% e o século XVI com 1,86%. De sublinhar a presença, ainda que residual, de títulos oitocentistas (0,79%), revelando recentes aquisições (v. *Quadro III.17 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – Distribuição cronológica de tomos*).

A hegemonia da edição setecentista não é estranha, atendendo à idade recente da biblioteca. Apenas nas categorias dos livros de Escritura e Patrística existem núcleos de livros seiscentistas na mesma ordem de grandeza dos que foram adquiridos durante Setecentos. Já no que diz respeito à Teologia Dogmática e numa perspectiva comparativa com a biblioteca de Santo António, verifica-se um comportamento totalmente oposto, sendo esta classe totalmente preenchida por publicações do século XVIII.

Do ponto de vista dos formatos, a tendência é a da redução dos volumes, estando o in-8.º (37,49%) tão presente quanto o in-4.º (37,78%), ambos com representatividade superior ao in-folio (v. *Quadro III.18 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – distribuição de tomos por formatos*).

Sem surpresa, confirma-se também neste caso o bom estado de conservação da colecção (84,89%) de recente aquisição, que inclui 173 volumes encadernados em pergaminho (v. *Quadro III.19 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – distribuição de tomos por estado de conservação*).

Globalmente, todos os indicadores bibliométricos apontam para uma colecção que satisfaz as actividades culturais de uma comunidade dedicada à formação dos seus e à intervenção no século. A própria existência da biblioteca no Hospício, casa de segunda ordem na hierarquia regular, acentua a importância da cultura bíblica nas suas actividades, enquanto instrumento essencial de reflexão e de acção. Numa perspectiva comparativa, cotejando a biblioteca capucha com a biblioteca carmelita verificam-se homologias e dissemelhanças. Ambas convergem enquanto bibliotecas de formação profissional; no entanto, distingue-as a antiguidade, com consequências na actualização dos respectivos acervos, assim como a identidade e fins de cada uma das casas. Enquanto a biblioteca conventual de Santo António revelou um perfil conservador, quer na organização dos saberes, quer na língua de leitura dominante, o latim, a biblioteca do Hospício evidenciou, por seu lado, traços claros de abertura cultural. Apropriou-se das línguas vernáculas para os seus exercícios espirituais e mostrou-se permeável a novos valores emergentes, incluindo matérias laicas na sua colecção bibliográfica. É certo que em reduzido número, mas nem sempre o mais significativo é estatisticamente mais relevante.

Estes exemplos permitem extrair algumas conclusões no que diz respeito às bibliotecas conventuais. A mais evidente é a que confirma o parecer de que as bibliotecas religiosas não podem ser tomadas como um todo homogéneo, importando distinguir orientações, dimensão, regras de uso, capacidade aquisitiva, antiguidade, identidade, fins de cada ordem e, por conseguinte, a individualidade de cada biblioteca. Ao mesmo nível, importa sublinhar a compatibilidade entre o conceito de ordem mendicante e a posse de bibliotecas comuns satisfatoriamente apetrechadas. Os fundos bibliográficos de que os catálogos guardam memória não consentem a ideia de colecções paradas no tempo, tematicamente desactualizadas, ou em mau estado.

A hegemonia da edição setecentista, nestes casos concretos, demonstra o investimento bibliográfico das ordens religiosas num tempo que é comumente considerado como o começo do declínio das casas, sendo aceitável que o enriquecimento das colecções possa representar uma via de resistência a um ambiente progressivamente mais hostil. A verdade é que o livro impresso dominou o recheio dos armários das bibliotecas conventuais, vocacionado para a formação e intervenção secular. Exemplo dessa tendência é a participação do convento ou hospício no circuito de comercialização de im-

pressos, de que se colheram notícias na *Gazeta de Lisboa*³⁶⁰. As suas bibliotecas, sendo restritas ao uso da comunidade regular, tiveram inevitavelmente consequências ao nível da intervenção secular, tanto no ponto de vista da pedagogia interna, quanto externa, quer estejamos a considerar a pregação e a acção piedosa, quer convoquemos o papel das ordens religiosas no âmbito do ensino público, a quem foram atribuídas escolas régias de Primeiras Letras e de Estudos Menores [v. *Quadro II.6 Distribuição de aulas públicas por entidades, segundo resolução régia de 16.8.1779* e *Quadro II.7 Cadeiras e respectivos Professores destinados ao Algarve, 1779*].

A rede conventual ofereceu, assim, a primeira rede institucional de bibliotecas de impressos na região, propiciando a formação de diferentes comunidades de leitores especializados. Cabe ainda referir que, para além da actividade cultural que a leitura representa, os Carmelitas fizeram justiça à tradição que concede às ordens religiosas a reputação de centros privilegiados de produção da cultura letrada. Através dos inventários pós-extinção, pudemos confirmar a existência de um prelo tipográfico entre os bens do Convento do Carmo de Tavira, avaliado em dois mil e novecentos réis³⁶¹. Desconhece-se em que data o prelo foi adquirido pelo Convento, mas não há dúvidas de que o Convento dos Carmelitas de Tavira foi um espaço de utilização e de produção do impresso, ficando por saber se para uso exclusivo da comunidade ou com alcance mais abrangente.

A questão mais inquietante que estes catálogos deixam por resolver é a da ausência de manuscritos. Por que razão não terão sido inventariados? O que significa esta «biblioteca ausente»³⁶²? Não existiriam de facto? Foram desvalorizados? Ou, pelo con-

³⁶⁰ «**Sahio á luz: Analyse dos Breves**, na qual de trata das obrigações das Religiosas, dos seus Prelados, e dos seus Confessores a respeito da clausura; do ornato das mulheres; e da competencia dos dois Supremos Poderes, Temporal e Espiritual. Vende-se em Lisboa no Convento do Carmo, e na loja de Pedro Antonio de Oliveira á esquina do Chiado: no Porto na loja de Antonio Gonçalves Guimarães: em Coimbra na loja de Francisco Marques de Oliveira ao arco d'Almedina: em Setubal, e Evora no Convento do Carmo: em Beja, e **Lagos no Hospicio das Carmelitas: em Faro na residencia do Comissario da Ordem 3.^a do Carmo**: na Guarda no Convento de S. Fancisco: e em Leiria no de Santo Antonio.» Subls meus. *Gazeta de Lisboa*. N.º 66, 18.3.1815.

³⁶¹ O prelo foi vendido pouco tempo depois, mas o depositário dos bens não registou a identificação do comprador. Cf. «Relação dos bens moveis do extinto Convento do Carmo de Tavira extraída do respectivo Inventario». Acessível em ADF, Fundo Fazenda do Reino, mç 146.

³⁶² Tomamos de empréstimo o conceito utilizado por Víctor Infantes para se referir ao «que falta en un inventario», mas que presumimos que lá «debería estar». V. INFANTES, Víctor – «Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas». [em linha]. *Bulletin Hispanique*. T. 99, N.º 1, 1997, p. 281-292. [Consult. 1.3.2013]. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hipa_007-4640_1997_num_99_1_4939.

trário, foram valorizados pelos seus proprietários que os levaram no momento de abandonar os conventos, como relatou o Prefeito do Algarve³⁶³?

Se não foi possível responder com segurança a todas as perguntas, pensamos ter contribuído para esclarecer uma fase importante da expansão das bibliotecas religiosas no país, recuperando e reinscrevendo na história estes centros culturais periféricos, cujos indícios anteriores excluía o Algarve, e que, apesar de vencidos, cumpriram um singular papel na formação das elites letradas locais.

III.2 O Clero Secular

Após o Concílio de Trento (1545-1563), o cuidado com a preparação intelectual do clero tornou-se constante, admitindo-se cedências culturais, tais como o recurso às línguas vernáculas, como ficou patente na secção anterior. As constituições diocesanas e a criação dos Seminários foram, à semelhança do movimento religioso regular, capítulos fundamentais deste percurso de homogeneização das práticas religiosas.

No Algarve, o Seminário de São José abriu oficialmente as suas portas a 8 de Janeiro de 1797³⁶⁴, sendo, porém, incorrecto deduzir que a formação do clero algarvio tenha começado nesta data, como podemos comprovar pelas *Constituições* do bispado, datadas de 1554 e de 1674, onde se enunciam os critérios literários necessários às várias ordenações, como já tivemos oportunidade de abordar no capítulo II.2.e³⁶⁵. Os dois

³⁶³ «[...] a demora que tem havido, tem sido motivada, pela falta de pessoas a quem podesse informar dos bens, que possuem os Conventos, visto que os Padres os tinham desamparados e consumido os Inventarios e papeis que lhe pertenciam, o que fará não venhão completos os Inventarios, e posses de todos na indagação, dos quaes se continuará.» In ALGARVE. Prefeitura; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Ofício] n.º 341, 3.5.1835, Faro [a] Ministério do Reino. [Ms.] 1835. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 327A.

³⁶⁴ No caso português, este processo foi longo e prolongou-se até ao século XIX. O primeiro seminário a ser instituído em Portugal foi o de Braga (1569-1572); sucedeu-lhe Lisboa (1571), mas de curta existência, pois só em 1741 foi aprovado o Colégio Patriarcal; depois Funchal (1586-1608), Viseu (1587), Portalegre (1590), Guarda (1601), Évora (1593), Miranda do Douro (1600-1766), Bahia (1621), Leiria (1674), Macau (1728), Coimbra (1748-1765), Elvas (1759), Goa (1762), Beja (1770), Porto (1783), Faro (1788-1797), Lamego (1800), Porto (1811), Luanda (1853), Beja (1884), Angra do Heroísmo (1892), Cabo Verde e Damão (1866). V. CLEMENTE, Manuel – «Seminários (diocesanos, do continente e ilhas adjacentes)». In AZEVEDO (dir) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 2001, vol. P-V, p. 220-225 e FONSECA, Fernando Taveira – «Ensino». In *Id.*, 2000, vol. C-I, p. 118-123.

Isto não significou, porém, a inexistência de formação do clero nos períodos antecedentes: os conventos, os mestres-escola, os colégios dos jesuítas e a formação contínua por meio de conferências e leituras dos livros recomendados, foram alguns dos mecanismos atinentes a suprir a falta de um Seminário, como recomendara o Concílio. Cf. a secção deste trabalho intitulada «Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalças» e sobre o mesmo assunto v. DUARTE, Afonso da Cunha – *Igreja e Instituições Religiosas*. São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2005, p. 277-288.

³⁶⁵ Nas *Constituições* de 1554, tratam o assunto em Título VI, capítulos I-III, e as de 1674, preparadas no seguimento do Sínodo organizado por D. Francisco Barreto II (1671-1679), *Constituições synodaes do Bispado do Algarve novamente feytas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frãncisco Barreto segundo deste nome, Bispo do Reyno do Algarve e do Conselho e Sua Alteza, publica-*

colégios dos Jesuítas fundados no Algarve, o colégio de Santiago Maior em Faro (1615-1759) e o colégio de São Francisco Xavier em Portimão (1707-1759)³⁶⁶, assumiram formalmente esta função, tendo a sua extinção levado à interrupção dos estudos eclesiásticos escolarizados.

Nesta fase, foram as demais ordens religiosas dispersas pela região, que, como vimos, detinham por resolução régia obrigações pedagógicas, quem supriu as lacunas na formação e recrutamento do clero secular³⁶⁷. Para além disso, os bispos preocuparam-se com a formação contínua do clero, determinando a realização de reuniões, conferências e leituras dos livros recomendados³⁶⁸, não sendo, no entanto, suficiente para o rejuvenescimento da classe.

As práticas de formação contínua foram comuns nos vários países católicos, enquanto não se instituíram os seminários. Dominique Julia considerou que apesar de terem tido resultados distintos consoante as dioceses, as conferências eclesiásticas «iban encaminadas a mantener activa entre el clero parroquial una labor intelectual, y a producir un discurso y una práctica comunes, propios del cuerpo»³⁶⁹, contribuindo para a uniformização profissional desta classe: «así se fue constituyendo un método de trabajo propio de los sacerdotes, regido por el recurso a los mismos manuales y a las mismas citas, com un lenguaje de grupo»³⁷⁰. Tratou-se, pois, de uma modalidade de formação que não pode ignorar-se enquanto não se estabeleceram infraestruturas próprias de ensino.

das em a synodo diecesana, que celebrou em a See da cidade de Faro em vinte dous de Janeyro de mil seiscentos, e setenta e tres. Évora, na Impressão da Universidade, 1674, liv. I, caps. LXXX-XCI.

³⁶⁶ DUARTE – *Igreja e Instituições Religiosas*. 2005, p. 281 refere que, tendo sido lançada a primeira pedra da igreja a 21.10.1660, foi, em 1707, que a igreja e colégio foram inaugurados, data em que as aulas se iniciaram oficialmente, embora indique que: «já em 1663 os padres davam aulas de Latim a alguns alunos». Sobre este assunto veja-se também MARADO, Catarina Almeida – *Antigos Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*. Lisboa: Fernando Mão de Ferro; Edições Colibri, 2006a, p. 80-85 e 150-157.

³⁶⁷ Em 1778, o bispo D. Frei Lourenço de Santa Maria reconhecia que para dispor de sacerdotes tinha de recorrer às ordens: «Como neste Reino por cauza da prohibição, que por quazi dezoito annos tive de conferir Ordens, são poucos os clérigos, e sacerdotes, que para párocos me tem sido necessário valer-me de religiosos.» Resposta do bispo a Martinho de Melo e Castro sobre possibilidade de enviar sacerdotes para a igreja de Angola, *apud* DUARTE – *Igreja e Instituições Religiosas*. 2005, p. 288.

³⁶⁸ Foram os casos do bispo D. Inácio de Santa Teresa (1740-1751) e de D. André Teixeira Palha (1782-1786). DUARTE – *Igreja e Instituições Religiosas*. 2005, p. 287, demonstra que este modelo de formação não se circunscreveu às localidades tradicionalmente dedicadas ao ensino, tendo presença no meio rural: «No mesmo ano [1743], na visitação a São Brás [...], o visitador dá ordens [...] para que todos os clérigos da aldeia, incluindo os seminaristas, à quinta-feira, participem numa reunião de formação teológica. Manda que um sacerdote faça uma palestra na sacristia sobre um tema da moral. Convida para que aproveitem as ocasiões em que se encontram todos juntos para “conferências moraes”».

³⁶⁹ JULIA, Dominique – Lecturas y Contrarreforma. In CAVALLLO e CHARTIER (dir.) – *Historia de la lectura...*, 2011, p. 315.

³⁷⁰ *Ibidem*.

Depois de criada a rede do ensino das primeiras letras e de regulados os Estudos Menores, os estudos eclesiásticos formais estavam por restituir, tendo ressurgido vinte e seis anos depois da expulsão dos Jesuítas. A iniciativa coube ao bispo D. André Teixeira de Palha (1782-6), que, por Edital de 15 de Agosto de 1785, organizou no seu palácio um curso com a duração prevista de três anos, composto por quatro cadeiras, nas quais a importância pedagógica dos clérigos regulares tornou a evidenciar-se: a cadeira de Cânones foi ministrada por um ex-jesuíta; História Eclesiástica pelo padre mestre Fr. José de Santa Teresa; Teologia Dogmática por um clérigo Observante e a de Teologia Moral foi lida por outro clérigo Observante³⁷¹. D. André fundou também em Lagos, no ano de 1783, uma cadeira de Moral e protegeu a que já existia em Tavira³⁷². Porém, D. André Teixeira de Palha faleceu um ano depois, em 1786, e foi D. José Maria de Melo, o seu sucessor, quem, de facto, instituiu o seminário diocesano para a formação de base dos estudantes algarvios.

A nomeação de D. José Maria de Melo (1787-1788) marcou uma nova etapa na vida cultural do Algarve, continuada por D. Francisco Gomes do Avelar (1789-1816), que, mantendo-se fiel ao plano traçado, marcou, de forma indelével, a sua singularidade.

III.2.a A acção reformadora de D. José Maria de Melo

A provisão do oratoriano D. José Maria de Melo (10.9.1756-9.1.1818) para o bispado do Algarve pode considerar-se diversamente significativa. Por um lado, testemunha a recuperação das relações entre a Congregação do Oratório de São Filipe de Néri e o poder político, que, desde a década de 60, estavam suspensas. Por outro lado, traduz a entrada da matriz oratoriana na região, o que não pode considerar-se irrelevante. A expansão da Congregação no país, através da fundação de casas, fez-se sobretudo nas zonas Centro e Norte³⁷³, sendo Estremoz o local mais a Sul (1697), onde foi estabelecida casa. A influência no resto do país exerceu-se de outras formas, nomeadamente, através da colocação dos Congregados em posição de grande relevo, como foi aqui o caso. A conjugação dos dois factores – o reaproximar das relações entre o poder régio e

³⁷¹ Cf. OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*. Porto: Typographia Universal, 1902, p. 103, que, sobre o impacto destas medidas, refere: «Todos os pretendentes do estado eclesiástico foram obrigados á frequencia destas classes, promovendo o prelado todos os meios de facilitar esta obra tão util e necessaria em um bispado, que até então não estendia os seus conhecimentos litterarios além de uma sumula de moral, estudada privadamente.»

³⁷² Cf. DUARTE – *Igreja e instituições religiosas*. 2005, p. 288.

³⁷³ Sobre a acção da Congregação do Oratório a Norte, consulte-se SANTOS, Eugénio – *O Oratório no Norte de Portugal: contributo para o estudo da história religiosa e social*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

as ordens religiosas, e a nomeação do Congregado José Maria para o Algarve –, num contexto em que o reino encontrava-se em processo de «restauração», fez de D. José Maria um agente privilegiado da reforma em curso, alargando-a, através da sua actividade pastoral, ao domínio cultural, como teremos oportunidade de demonstrar.

D. José Maria de Melo é uma personagem pouco estudada e as referências à sua biografia são, por norma, depreciativas. Considerado fanático, imputaram-se-lhe responsabilidades na demência que acometeu a rainha D. Maria I (1734-1816), devido à influência espiritual que exerceu como seu confessor, a partir de 1789³⁷⁴. Depois de afastado destas funções, manteve-se no alto cargo de Inquisidor-geral e presidente da Junta de Melhoramentos das Ordens Regulares. No exercício destes cargos, integrou a comitiva portuguesa designada pelo invasor francês para apresentar cumprimentos a Napoleão. Comprometido com os valores do Antigo Regime, não podemos precisar os sentimentos que acometeram D. José Maria de Melo quando foi obrigado a participar num acto de traição à pátria, estigma que acompanhou a sua memória, afirmando-se dele que «poderia considerar-se um espírito ilustrado, se um deplorável fanatismo lho não escurecesse, tornando o primeiro inútil e depois prejudicial ao seu país»³⁷⁵.

Apenas o testemunho do bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo (Beja, 14.9.1763-Viseu, Dez./1844)³⁷⁶, seu companheiro e amigo desde o período do governo do bispado do Algarve, contestou esta imagem, não tendo sido suficiente para o reabilitar. A experiência de D. José Maria de Melo relativa ao Algarve precede e ultrapassa estes acontecimentos e não foi ainda devidamente avaliada, o que pretendemos rectificar.

Apesar das reservas, a crítica reconheceu-lhe vasta erudição e amor às letras, que uma educação esmerada e as funções desempenhadas ao longo da vida permitiram lapidar. Após a conclusão dos Estudos Menores, entrou aos 18 anos na Universidade de Coimbra, onde se habilitou em Cânones, a 24 de Outubro de 1774. Três anos mais tarde,

³⁷⁴ Lê-se no verbete do *Portugal Dicionário Histórico*, dedicado a D. José Maria de Melo: «D. José Maria de Melo [...] não fez senão aproveitar as tendências devotas da rainha, procurando arrancar-lhe assim à viva força a reabilitação dos Távoras, ameaçando-a com a cólera divina, se ela não cumprisse esse dever de consciência. Tanto afligiu a atribulada senhora que o seu débil espírito foi enfraquecendo, e pronunciaram-se os acessos de loucura, que logo se manifestou incurável.». In *Portugal Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico...* [Em linha]. Lisboa: João Romano Torres – editor, 1908, vol. IV. Disponível em: <http://zip.net/bkr5Vk>

³⁷⁵ *Id. Ibidem.*

³⁷⁶ LOBO, Francisco Alexandre – *Obras*. Lisboa: Typ. Jose Baptista Morando, 1848, t. II, p. 1-60.

em Lisboa, José Maria de Melo ingressou na Congregação do Oratório (29.6.1777)³⁷⁷, instituição que lhe proporcionou, durante quase uma década, um ambiente de «cultura das ciencias e boas letras»³⁷⁸. É fora de dúvida o prestígio pedagógico-científico que a Congregação alcançara, nomeadamente a Casa das Necessidades em Lisboa, possuidora de «um núcleo biblioteconómico seleccionadíssimo e de grande variedade de temas»³⁷⁹, configurando, com alguma segurança, uma das fontes de inspiração do seu particular gosto por bibliotecas³⁸⁰. Aqui, pôde o congregado José Maria de Melo aprofundar o estudo das matérias eclesiásticas e dar-se às leituras sobre história civil, eloquência e poesia, temperando, segundo o testemunho de D. Francisco Alexandre Lobo, «a austera gravidade dos estudos antecedentes [...] com os agrados e amenidade das boas Artes.»³⁸¹.

Neste contexto intelectual recebeu a nomeação para bispo do Algarve aos trinta e um anos de idade (1787). O modo como planeou e abraçou a missão episcopal evidencia a sintonia com o programa oratoriano ao escolher como principal exigência pastoral a dignificação do clero, mediante o ensino e o exemplo³⁸². Diz-nos D. Francisco Alexandre Lobo, que acompanhou tanto os preparativos da viagem quanto o próprio D. José Maria para a diocese do Algarve:

Alcançou logo que a **felicidade espiritual** do rebanho **dependia principalmente, ou tudo, da doutrina e exemplos** dos ministros da religião; e que **a formar hum clero que unisse vida edificante e ciência se reduzia portanto a grande arte do governo Pastoral**. Aqui se dirigiu todo o seu empenho.³⁸³

³⁷⁷ SILVA, Innocencio Francisco da – «D. José Maria de Mello». In *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, t. v, p. 41.

³⁷⁸ LOBO – *Obras*. 1848, p. 23.

³⁷⁹ SANTOS – «Oratorianos». 2001, vol. J-P, p. 333.

³⁸⁰ Dois dos acervos biblioteconómicos dos Oratorianos estão estudados, atestando a abundância e a especialidade das suas bibliotecas. Veja-se a este propósito MESQUITA, Laura Maria Silveira – *Braga e a cultura portuguesa nos finais da Época Moderna: a biblioteca dos Oratorianos*. Porto: [s.n.], 1993. Dissertação de mestrado em História Moderna, apresentada à UP. Acessível na BNP; e CRISTINO, Luciano – «A biblioteca Mariana dos Oratorianos de Lisboa (século XVIII)». *De Cultu Mariano Saeculis XVII-XVIII*. Romae: Pontificia Academia Mariana Internationalis, 1988, vol. VII, p. 111-128.

A biblioteca que D. José Maria de Melo formou no palácio da Inquisição é geralmente reconhecida como uma das melhores do seu tempo. A descrição mais pormenorizada que conheço sobre a colecção e o seu perfil, lê-se no texto de D. Francisco Alexandre Lobo, que nos fala dos critérios que presidiram às aquisições do Inquisidor Geral. D. José Maria de Melo, depois de afastado do cargo de confessor da rainha D. Maria I, passou a residir no palácio da Inquisição (1792-1808), no Rossio (denominado palácio dos Estaus, ardeu em 1836 dando lugar ao Teatro D. Maria II), onde investiu na sua biblioteca pessoal. V. LOBO – *Obras*. 1848, p. 45-46.

³⁸¹ Subls. meus. In LOBO – *Obras*. 1848, p. 25.

³⁸² Afirma Eugénio dos Santos sobre o papel da Congregação do Oratório: «Está fora de toda a dúvida que o prestígio dos Oratorianos assentou em duas vertentes bem específicas: por um lado contribuiu para a dignificação da figura e da função dos clérigos dentro da sociedade contemporânea e, por outro, firmou-se na relevante acção pedagógica por eles desenvolvida [...]». In SANTOS – «Oratorianos». 2001, vol. J-P, p. 332-333.

³⁸³ Subls. meus. In LOBO – *Obras*. 1848, p. 29.

Esta resolução não ficou no domínio das intenções. A primeira deliberação episcopal, ainda estando em Lisboa, consistiu na formação de uma biblioteca que fosse adequada e útil à instrução da comunidade religiosa da sua diocese. A dedicação e a urgência com que a preparou levou a que o volume da biblioteca ultrapassasse a dimensão ajustada, fazendo transportar um acervo generoso. Eis como D. Francisco Lobo descreveu a diligência:

Coligiu sem perda de tempo esta livraria; **em qualidade e número muito acomodada aos fins**, e boa prova das luzes e prudência de quem a tinha coligido. [...] E tão cedo formou este útil e grave pensamento, tanta pressa se deu em o executar, que **com serem necessárias demoras em adquirir e dispor livraria menos numerosa, esta acompanhou, e não sei se antecipou a sua entrada no Algarve.** (subls. meus)³⁸⁴.

Estes testemunhos são indicativos do papel que D. José Maria de Melo atribuiu aos livros, enquanto instrumentos privilegiados do seu programa pastoral-pedagógico. O tempo que mediou a nomeação e a chegada à diocese terá sido fundamental para que D. José Maria de Melo definisse em pormenor a identidade e o sentido do magistério. A sua chegada, a 4 de Novembro, não foi casual. O dia foi deliberadamente escolhido, simbolizando os valores e a determinação que trazia. A 4 de Novembro, a igreja católica celebra São Carlos Borromeu, a quem D. José Maria tomou por modelo. São Carlos (1538-1584), cardeal arcebispo de Milão, foi o primeiro a fundar seminários para a instrução do clero e foi, portanto, sob a sua influência espiritual, que o Algarve alcançou a fundação do seu seminário diocesano³⁸⁵.

A acompanhá-lo vieram o referido doutor em Teologia, Francisco Alexandre Lobo (Universidade de Coimbra, 1781-1787), por indicação de D. Frei Manuel do Cenáculo³⁸⁶, e o bacharel em Direito Canónico, Joaquim Pedro da Costa Maciel, os quais deram, de imediato, início às actividades lectivas no palácio episcopal. O primeiro ministrou a cadeira de Escritura Sagrada e Teologia Dogmática (1787-9) e Joaquim Maciel ocupou-se do Direito Canónico e Teologia Moral (1787-1808)³⁸⁷, disciplinas que compuseram o curso eclesiástico aprovado por D. José Maria de Melo.

³⁸⁴ Subls. meus. *Id. Ibidem*.

³⁸⁵ Sobre a fundação e actividade do seminário, leia-se LOPES, João Baptista da Silva – *Memórias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1848, 460-637; OLIVEIRA – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar...* 1902; OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde – *Memórias para a história eclesiástica do bispado do Algarve* (continuação). Porto: Livraria Figueirinhas, 1908; CABRITA, P.º José – *História breve do Seminário Episcopal de São José de Faro*. Faro: Seminário de São José de Faro, 1985 e DUARTE – *Igreja e instituições religiosas*. 2005.

³⁸⁶ Cf. MELLO, Francisco Eleutherio de Faria e – *Memoria sobre a vida de D. Francisco Fernandes Lobo, Bispo de Vizeu*. Lisboa: Typ. José Baptista Morando, 1844, p. 6-7.

³⁸⁷ As datas em que exerceu as funções de professor no Seminário são referidas na «Licença de leitura e posse de livros proibidos, concedida pelo Ordinário da diocese de Faro», a 3 de Maio de 1817. Nesta data

O plano de D. José Maria era mais ambicioso do que apenas o de estabelecer um *curriculum*. Com o propósito de edificar um seminário na cidade que garantisse a estabilidade da formação do clero, começou por transferir verbas da fazenda episcopal. A insuficiência dos valores para o sustento e o financiamento da obra, levou-o a procurar o apoio da Corte, tendo, pouco antes de completar um ano de estadia no Algarve, dirigido-se a Lisboa em Outubro de 1788 para requerer as rendas necessárias à construção do edifício no terreiro do paço e largo da Sé. O pedido foi atendido e ficou acordada a extinção de quatro meias prebendas da Catedral para aplicá-las ao seminário. Todavia, D. José Maria de Melo já não acompanhou *de visu* a realização da obra que gizara, tendo, por altura desta deslocação, sido nomeado confessor da rainha D. Maria I, na sequência da morte de D. Frei Inácio de São Caetano, que exercia as mesmas funções.

Já em Lisboa, D. José Maria de Melo não perdeu o vínculo e o empenho na missão que definira como sua enquanto bispo da diocese do Algarve. Foi ele quem indicou o nome do seu sucessor, o também congregado Francisco Gomes do Avelar, garantindo, por essa via, a continuidade da obra iniciada e a influência da matriz oratoriana no governo episcopal; manteve o título honorífico de «Bispo Titular do Algarve», a que acrescentou os demais cargos («Inquisidor Geral nestes Reinos e Senhorios, do Conselho de Sua Magestade, e seu Confessor») ³⁸⁸ e, por fim, demonstrou não só a coerência, mas também a fidelidade e o comprometimento com as funções e o programa pastoral que três décadas antes instituía, quando, no documento que selou a sua última vontade nomeou seu «**herdeiro universal** o Bispo do Algarve que fosse ao tempo de meu falecimento» ³⁸⁹, e determinou como seus legatários o seminário, a biblioteca e a Mitra do Algarve, os primeiros sustentados pelos valores da venda das propriedades «Quintas do Lumiar, Bella Vista, e Prazo de São Lourenço» ³⁹⁰ e a Mitra pelo «Legado das Cruzes, e Anneis» ³⁹¹.

era Presbítero, Cónego Prebendado e Reitor da Sé. ANTT, Real Mesa Censória, caixa 113, *apud* MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 870.

³⁸⁸ Tomou posse do cargo de Inquisidor Geral a 8 de Janeiro de 1791. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 21, 14.1.1818.

³⁸⁹ *Apud Escritura de Ajuste, amigável composição e obrigação...* [Ms.]. 12.7.1827. Acessível em ANTT, Fundo Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cx. 41, n.º 7. Documento integralmente transcrito no *Anexo n.º 10: Escritura de ajuste entre o Bispo do Algarve e a Marquesa de Ponte de Lima, sobre o testamento do bispo, inquisidor-geral D. José Maria de Melo*.

³⁹⁰ *Ibidem*.

³⁹¹ *Ibidem*.

A história não estaria, porém, do seu lado. O seu último desejo não foi cumprido e a sua memória quase pereceu, não fosse o rumor dos livros que lhe sobreviveram.

É de elementar justiça afirmar que as bibliotecas pessoais dos bispos não eram uma novidade nas dioceses. Basta recordar, a título exemplificativo, a de D. Fernando Martins Mascarenhas (1594-1617), que ficou célebre por conta do respectivo roubo, perpetrado pelos ingleses, sob comando do Conde Essex (Julho de 1596), que depois a doou à Bodleian Library de Oxford³⁹². O próprio mobiliário da biblioteca do paço episcopal, cuja estantaria e elementos decorativos devem-se à encomenda de D. António Pereira da Silva (1704-1715)³⁹³, atesta não só a existência dos livros, mas também uma clara preocupação com a sua organização material, concedendo-lhe um espaço próprio e adequado, em perfeita sintonia com o paradigma da época barroca³⁹⁴. Não será, por isso, de estranhar que uma futura catalogação da biblioteca do paço episcopal venha a revelar livros provenientes de diferentes e mais antigos proprietários.

Qual foi, então, a mudança que D. José Maria de Melo introduziu neste particular contexto?

Apesar dos testemunhos serem escassos e não existir da pena de D. José Maria de Melo textos que nos dêem a conhecer o seu pensamento sobre o assunto, e devendo, portanto, guardar cautela, creio ser correcto afirmar que o que se altera com D. José

³⁹² Incorrectamente atribuída a pertença da biblioteca a D. Jerónimo Osório, bispo do Algarve entre 1564 e 1580, João Teles e Cunha deslindou as origens da confusão e repôs os factos históricos em CUNHA, João Teles e – *A memória à luz da história ou a biblioteca do Bispo do Algarve revisitada*. Faro: Universidade do Algarve, 2007.

³⁹³ Ao bispo D. António Pereira da Silva deveu-se também o patrocínio daquela que é considerada por José Lameira como uma «obra ímpar» na talha algarvia, a capela do Santo Lenho, na Sé Catedral, cujas obras decorreram em simultâneo com as da biblioteca episcopal, como refere o autor: «No Paço Episcopal, o referido Bispo D. António Pereira da Silva reformulou a biblioteca e mandou revestir a sala com estantaria de madeira, onde sobressai o seu brasão de armas em talha. A ornamentação das estantes apresenta um talhe minucioso e de qualidade.» In LAMEIRA, Francisco – *Faro, a arte na história da cidade*. Faro: Câmara Municipal, 1999, p. 60.

³⁹⁴ É deste período a edificação da biblioteca joanina, em Coimbra (1717-1728), uma construção emblemática do barroco não só nacional como também europeu. A abordagem da «estrutura funcional, soluções espaciais, decoração e equipamentos» das bibliotecas tem sido defendido por Sandra Costa Saldanha como muito proveitosa, na medida em que a autora considera que «a nova dimensão pública da biblioteca na Idade Moderna, como espaço de comunhão e acesso generalizado, corresponde, sem dúvida, a uma crescente preocupação com a sua componente decorativa.». Ademais a conjugação da história do livro e da leitura com a história da arte permite, por exemplo, aclarar as «características dos acervos, nomeadamente as importantes colecções de arte presentes em algumas destas bibliotecas, conservadas em galerias de pintura ou gabinetes de “curiosidades”». In SALDANHA, Sandra Costa – «O paradigma estético da biblioteca joanina: bibliotecas conventuais setecentistas». In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III encontro nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 99. Veja-se também da mesma autora SALDANHA, Sandra Costa – «A biblioteca do Convento de Mafra, ideais estéticos e construção: do modelo joanino ao pragmatismo das Luzes». In CABRAL, Maria Luísa, coord. – *As bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade, 1800-1850: os seus intérpretes e as suas colecções / Colóquio*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, p. 13-21.

Maria de Melo é a interpretação sobre a função dos livros e da biblioteca. No actual estágio dos conhecimentos, não se encontram referências de que algum dos seus antecessores tenha organizado, no âmbito das suas funções pastorais, uma biblioteca para uso comum, ainda que se admita que os livros pacenses possam ter sido objecto de empréstimo ocasional entre a família religiosa.

A originalidade de D. José Maria de Melo consiste no facto de este prelado introduzir os livros no seu bispado como instrumentos indispensáveis à missão episcopal, que como referimos, se pode caracterizar como sendo fundamentalmente pedagógica e de elevação intelectual do seu clero. Com este propósito organizou em Lisboa a «livraria» que o devia acompanhar, pensada *ab ovo* como uma biblioteca de uso partilhado, em proveito de quantos se dedicassem ao cultivo da ciência eclesiástica, iniciados ou avançados, como clarificou D. Francisco Lobo:

Aqui se dirigio todo o seu empenho. Huma livraria copiosa e escolhida devia contribuir para o **adiantamento litterario dos que já tivessem algumas luzes, e estimulo de quem o necessitasse para se dar ás competentes applicações.**³⁹⁵

Tratar-se-ia não só dos livros importantes para orientação das suas funções, mas, principalmente para suportar a nova ordem espiritual que D. José Maria de Melo quis implementar na sua diocese, isto é, uma ordem assente na instrução e na renovação espiritual, capaz de exercer positiva influência na actividade dos sacerdotes e, por conseguinte, na sociedade algarvia. Deste modo, compreende-se que a qualidade da colecção esteja associada aos fundamentos da doutrina e ciência eclesiástica, como pode ler-se no testemunho que vimos seguindo:

Compunha-se o fundamento de livros tocantes á sciencia Biblica, os melhores quanto ao texto e declarações d'elle, que podião requerer as circumstancias; de hum corpo quasi completo dos Padres de ambas as Igrejas; e das obras classicas de Theologia e Direito Canonico, principalmente das que se publicárão entre os Catholicos desde o meado do Seculo XVII. Ajuntou a este fundamento os bons livros de historia quer Ecclesiastica, quer Civil e dos seus subsidios; as obras mais afamadas da antiguidade Romana; e grande numero das composições Portuguezas, ou nas materias de piedade, ou na castidade e belleza de estylo, mais eminentes. Nem he precizo accrescentar que lhe não esquecerão os escriptos célebres dos seus antecessores no governo da Igreja do Algarve; e sobre tudo os do grande Jeronymo Osorio, hum dos maiores ornamentos da nossa litteratura, cujas producções, para sustanciar o maior louvor em poucas palavras, chegarão a equivocar-se, e não sem boa apparencia, com as do principe da eloquencia Latina.³⁹⁶

Segundo esta descrição, poderíamos hoje dizer tratar-se de providenciar a bibliografia fundamental do estudo eclesiástico, embora denote-se uma visão mais alargada sobre os conhecimentos que os eclesiásticos deviam obter, ao incluir-se, para além da

³⁹⁵ Subls. meus. In LOBO – *Obras*. 1848, p. 29. Vol. 2.

³⁹⁶ LOBO – *Obras*. 1848, p. 29-30.

tipologia de livros propriamente religiosos, outras tipologias tais como a história civil, a antiguidade latina e os autores portugueses, ou seja, elementos da cultura humanística secular. Tratar-se-ia do que, no entendimento de D. José Maria de Melo, corresponderia à biblioteca ideal para dignificação do clero, assente no ensino formal e nas leituras edificantes e úteis à respectiva prática profissional.

Há, pois, nas acções de D. José Maria uma orientação cultural, que visou, através da uniformização e disciplina dos estudos e das leituras, a integração dos futuros sacerdotes na cultura escrita de índole católica e, por conseguinte, a sua dignificação profissional. À face da carência de estruturas formais de educação religiosa secular, atenuada, embora, pela presença e intervenção no território do clero regular, a biblioteca disponibilizada por D. José Maria de Melo constituiu certamente um novo foco de Luz na paisagem intelectual algarvia, iniciando a formação de uma competente «comunidade de leitores»³⁹⁷ eclesiásticos. A dimensão e qualidade deste centro de estudo foram suficientes para que D. Francisco Alexandre Lobo, em outro registo, tenha incluído a sua referência no rol das bibliotecas que lhe formaram o espírito:

«N'estes segundos vinte e quatro annos não me faltou tempo, nem proporção de fazer bons estudos. **Tinha livraria farta no Algarve**, em Lisboa tinha á mão livraria ainda melhor, e ficavam-me ao alcance outros de igual ou maior preço [...]»³⁹⁸

Com um núcleo bibliográfico tradicional, a intenção que criou a «livraria» foi nitidamente moderna, em sintonia com o espírito das Luzes, pelo que de crença e aposta na instrução, promovida por meio da leitura, revela. Admitindo que possa colocar-se alguma reserva ao testemunho de D. Francisco Alexandre Lobo cujas relações de amizade terão certamente influído no retrato desenhado, será prudente convocar outras fontes que desambiguem as parcialidades.

III.2.b A «restauração» cultural do Algarve

Apesar da efemeridade do seu ministério, o programa pastoral de D. José Maria não foi percebido apenas pelos que o acompanharam. Para comprová-lo traz-se à colação o «Mappa Rezumido da Entrada que o Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde de Val de Reys Mandou Fazer a Ill.ma Pessoa do Ex.mo Er.mo Senhor D. Joze Maria Bispo deste Reyno», da traça do Engenheiro militar José de Sande Vasconcelos (1730?-1808)³⁹⁹.

³⁹⁷ In CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*. Lisboa: Veja, 1997, p. 11-47.

³⁹⁸ Subls. meus. *Apud* LOBO, Francisco Alexandre – *Annaes das Sciencias e Lettras publicados debaixo dos auspicios da Academia Real das Sciencias*. Lisboa: Typographia da mesma Academia, 1858, p. 8.

³⁹⁹ Trata-se de um mapa manuscrito, colorido, com dimensões 57,50x90,50cm, acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, com a cota C.C. 1032 R. Disponível em linha: <http://purl.pt/17252>.

Neste documento, a *Figura III.3 VASCONCELOS, José de Sande – Mappa resumido da entrada...*, é reproduzido o percurso que o bispo fez na cidade de Tavira e a recepção oficial, organizada segundo as hierarquias socioprofissionais. O mapa não está datado, mas crê-se de 1788, em resultado da data da visita diocesana que, segundo D. Francisco Lobo, foi realizada a partir de Abril de 1788⁴⁰⁰.

O registo iconográfico deste momento julga-se algo de inédito, mas sem excepcionalidade, pois compreende-se no quadro mais amplo da actividade cartográfica na região do último quartel do século XVIII, que na secção seguinte abordaremos. O que consideramos digno de relevo é o facto de este registo denotar o reconhecimento do poder do Estado, em representação regional, das qualidades e funções do novo bispo, dispondo favoravelmente as relações entre poder civil e religioso. É um mapa, cuja natureza simbólica é evidente.

Tal natureza é enfatizada pelos três emblemas que representam D. José Maria de Melo, encimando o desenho da recepção. No da esquerda pode ler-se: «VIVA / VIVA / VIVA / SUA EX.MA R.^{ma} / EXEMPLO DE VIRTUDES / SIMBOLO DE HEROICIDADE / EXEMPLAR DE CASTIDADE / PROTECTOR DAS LETRAS». No emblema central: «SCIENCIA PIEDADE e GRANDEZA / et.c / et.c / et.c / HONRA DA

⁴⁰⁰ A hipótese do mapa corresponder à chegada do bispo no Algarve ainda em 1787 está afastada, atendendo ao relato feito por João Baptista da Silva Lopes, que garante que D. José Maria de Melo depois de passar por Beja, para cumprimentar o seu amigo bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo (1777-1802), se dirigiu a Faro. Transcrevemos o excerto do texto de Baptista Lopes pelo testemunho que dá das recepções promovidas nesse tempo por D. Frei Manuel do Cenáculo (interlocutor próximo dos bispos do Algarve, quer de D. José Maria de Melo quer de D. Francisco Gomes do Avelar) no seu palácio de Beja: «Em Outubro se poz a caminho para a sua Diocese, o que sendo sabido pelo de Beja, o ilustre Cenaculo, mandou este cumprimenta-lo logo que entrou no seu Bispado, pedindo-lhe com muita instancia abençoasse os seus diocesanos, e no dias trinta e hum sahio a espera-lo com toda a nobreza da Cidade, e povoações vizinhas. Encontrarão-se junto á quinta de Suratista, e apeando-se abraçarão-se mui cordialmente fazendo os cumprimentos devidos. O Bispo do Algarve entrou na carruagem do de Beja, e assim com hum luzido acompanhamento entrarão na Cidade no meio de hum numeroso concurso de gente, que os seguio até ao Palacio Episcopal. Aqui se demorou o Bispo do Algarve grandemente obsequiado pelo de Beja, tendo ás noites luzida companhia, excellent musica, repetindo-se nos intervallos varias poesias em louvor dos dous Prelados, assim como algumas orações e outras obras em latim. O mesmo Cenaculo recitou hum hymno, que em seu louvor compozera de lugares da Escritura, que parecia huma oração ligada, repetida depois os primeiros versos em hebraico, cuja lingua sabia profundamente, e vertendo-os em portuguez. O primeiro de Novembro foi dedicado á Igreja. O Bispo do Algarve fez Pontifical na Igreja do Salvador, assistindo-lhe o de Beja de pluvial, a instancias do qual fez o primeiro huma excellent homilia, que durou vinte minutos, terminando tudo com a publicação das indulgencias.

No dia tres partio de Beja o Bispo do Algarve acompanhado do Sñr. Cenaculo, e todas as principais pessoas da Cidade, das quaes se havia despedido pessoalmente, e chegando a comitiva ao marco da segunda legoa da estrada de Mertola, se apearão todos, e se despedirão, continuando o do Algarve a sua jornada, e voltando o outro e a comitiva para Beja. Em poucos dias chegou a Faro, onde fez a sua entrada publica com grande solemnidade, e muito concurso de pessoas.» In LOPES – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. 1848, p. 460-1. D. Francisco Alexandre Lobo escreveu que D. José Maria de Melo «tocava o districto da sua Diocese no dia 4 de Novembro; dia escolhido muito de proposito». In LOBO – *Obras*. 1848, p 30.

NAÇÃO / GLORIA DA PATRIA / FORTUNA DO REYNO E ADMIRAÇÃO DE TODO O MUNDO». No último emblema, à direita, lê-se: «LIBERALISIMO / PAY DA POBREZA / GENEROZO / BENIGNO / E EMCOM/PARAVEL/MENTE PIEDO/ZO. / RESTAURAÇÃO DO ALGARVE.».

Deste conjunto de epítetos laudatórios, destacamos as expressões com que remata: «RESTAURAÇÃO DO ALGARVE» (v. *Figura III.4 Pormenor do Mappa*). Como mencionámos antes, a região foi alvo de particular cuidado por parte do marquês de Pombal, que através de diversas medidas legislativas, procurou dinamizar o comércio, proceder a uma reforma administrativa e, não menos importante, assinalar a presença física do domínio da monarquia portuguesa ao edificar de raiz Vila Real de Santo António, classificada por José Eduardo Horta Correia como a «Cidade-Poder»⁴⁰¹. Este processo foi designado pelo próprio marquês como a «restauração do Algarve»⁴⁰², integrando-o na dinâmica nacional de que estava arredado. Foi, portanto, um processo que visou a integração económica de um espaço e o favorecimento político «*para tudo o mais, que lhe for util, e favoravel*»⁴⁰³, sendo assim que a crítica o tem entendido, isto é, como uma integração político-económica.

Do ponto de vista cultural, observámos como as políticas educativas josefinas tiveram aqui repercussões, favorecendo a integração numa cultura nacional, promotora da uniformização das aprendizagens e dos materiais utilizados e de como o reinado mariano deu continuidade a esta política de expansão do ensino. Surge-nos, por esta via, um

⁴⁰¹ Cf. CORREIA, José Eduardo Horta – *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: FAUP publicações, 1997.

⁴⁰² O termo «restauração» é utilizado nos diplomas pombalinos em diferentes contextos, como tivemos oportunidade de exemplificar no capítulo II. É usado para significar reforma, isto é, recuperação de uma forma anterior. No caso do Algarve, o diploma é muito explícito no que concerne à ideia de retorno: «Tive certas informações, de que humas das grandes desordens, e das inauditas vexações, que a malícia, e a cubiça abortarão nos dous Seculos proximos precedentes, forão as de se irem accumulando estorvos, para que os sobreditos frutos não pudessem girar entre os Meus Vassallos; porque depois de haverem pago muitos os primeiros direitos de sahida nas Terras, que os produzem, e fabricão, (e ainda aquelles, que por sua natureza os não devem) vão pagando, e repagando outros tantos direitos, quantos são os Portos, Fozes, e Barras, onde entrão; e as Cidades, e Villas, por onde transitão; sem se fazer differença alguma, nem entre os Generos, que são da primeira necessidade, e que são redundantes para se favorecerem tanto, quanto se requer, e o costuma praticar a bem regulada Economia de todas as Nações Civilizadas. Ao mesmo tempo tive igual informação, de que conservando justamente os Senhores Reis Meus Gloriosos Predecessores ao Algarve os Privilegios de Reino, em memoria dos assignalados serviços, que os Habitantes d'elle fizerão á Minha Corôa; foi tal o abuso, que se fez desta distincção honorifica, que, devendo lembrar sómente para tudo o fôsse favoravel aos seus Moradores, se foi convertendo tanto em odio delles, que se chegarão a excluir como estranhos de todos os beneficios, de que sempre gozárão, e estão ainda gozando todas as outras Provincias de Portugal no Commercio de Terra, e de Mar, que entre si fazem carretos de Terra, e por Fozes, e Barras.» Carta de Lei de 4 de Fevereiro de 1773. In SILVA – *Collecção da legislação Portugueza...* 1829, t. II, p. 645-646.

⁴⁰³ Carta de Lei de 4 de Fevereiro de 1773. In SILVA – *Collecção da legislação Portugueza...* 1829, t. II, p. 647.

novo argumento que sustenta a nossa convicção de que o processo da «Restauração do Algarve» ultrapassou o projecto pombalino e alargou-se, no reinado de D. Maria I, a projectos de pendor notadamente cultural. No âmbito do conjunto de documentos cartográficos produzidos localmente no reinado josefino, nomeadamente por ocasião da construção de Vila Real de Santo António (plantas e projectos) e outros de cariz topográfico, não identificámos até ao presente semelhante emblema da «Restauração do Algarve», ainda que o conceito estivesse notadamente em voga. Creio, por isso, sintomático que o *Mappa resumido da entrada...* de D. José Maria de Melo, solicitado por um Governador de nomeação mariana, o inscreva, não podendo significar senão a adesão política e religiosa a este projecto que, no caso concreto, ao considerar D. José Maria de Melo como figura protagonista da «Restauração», a situa expressamente no campo da cultura espiritual.

D. José Maria de Melo emerge, assim, como protagonista desta «restauração», num contexto político-cultural que enquadró e legitimou o seu programa pastoral com vista à transformação dos clérigos numa classe verdadeiramente letrada. D. José Maria de Melo investiu-se e foi investido com esse papel.

Voltemos às acções concretas do bispo D. José Maria, tentando compreender em que medida se alinham com as representações.

III.2.c Ao encontro da biblioteca fundada por D. José Maria de Melo

Sendo conhecido que a fundação do seminário diocesano ficou a dever-se à iniciativa de D. José Maria de Melo, que compôs uma biblioteca especialmente pensada para usufruto do seu clero e que de facto ela chegou ao Algarve, que provas existem de que esta estrutura não foi tão efémera quanto a sua passagem pela região?

A prova definitiva de que estes livros foram realmente tratados como objectos de uma biblioteca de uso público e que permaneceram na diocese, provavelmente para servirem de acervo bibliográfico inicial à biblioteca do Seminário, recolhe-se quer no testamento de D. José Maria de Melo, quer no fundo antigo da Biblioteca Municipal de Faro António Ramos Rosa, constituído por «cerca de 4000 volumes impressos entre os séculos XVI e XVIII, antiga pertença do Paço Episcopal de Faro»⁴⁰⁴, onde, através da identificação da marca de posse, é possível atestar a doação.

⁴⁰⁴ In *Câmara Municipal de Faro, Biblioteca, Acervo Documental*. [Em linha]. Disponível em <http://www.cm-faro.pt/menu/156/acervo-documental.aspx>. Os livros foram incorporados pela Biblioteca

Comecemos pelo testamento. Cumpre realçar que os autores que se ocuparam da biografia deste prelado foram gradualmente ignorando o seu conteúdo. D. Francisco Alexandre Lobo refere-se ao documento nos seguintes termos: «documento incontestavel de seu grande juizo, e sublime virtude Christã, em que dizpoz de tudo o que possuia em favor da sua Congregação do Oratório, da sua Igreja do Algarve, e dos seus familiares.»⁴⁰⁵ João Baptista da Silva Lopes, que publicou no mesmo ano as *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, com um capítulo dedicado a D. José Maria de Melo, dá uma versão ligeiramente diferente, que suscita ponderação:

Nas suas ultimas testamentarias, feitas em vinte de Julho de 1815, manifestou o Bispo D. José Maria a affeição que tinha ao Seminario do Algarve, por ser obra da sua criação; e por isso lhe deixou em legado para seu fundo, e subsistencia, o producto da venda das suas Quintas do Lumiar, e Bella Vista, e do prazo de S. Lourenço nos suburbios de Lisboa, que para esse fim se vendêrão, e **bem assim mais huma parte da sua excellente livraria, da qual poucos volumes vierão ao seu destino**. Instituiu por seu herdeiro o Bispo do Algarve, que por sua morte existisse; mas estando então vago o Bispado, pretendeo disputar a herança a Marqueza de Ponte de Lima, sobre o que houve renhida contestação judiciaria, que veio a terminar por escritura de composição no tempo do Bispo D. Bernardo em 1827, como adiante se dirá. Deixou mais á Mitra duas cruces peitoraes, sendo huma de esmeraldas guarneçada de brilhantes, e outra de camafeos guarneçada de rubins, brilhantes, e dous anneis irmãos, tudo de grande valor, as quaes peças forão entregues á Mitra.⁴⁰⁶

Inocência Francisco da Silva, que é reproduzido por *Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, 1904-1915, vol. IV, p. 985, refere que a doação da biblioteca pessoal foi feita à Congregação do Oratório, sem mais:

Alli [palácio da Inquisição] principiou a formar para uso proprio uma escolhida livraria, que em poucos annos se tornou notavel pela quantidade e selecção das obras colligidas, e que por morte deixou no todo, ou na maior parte, em legado á sua antiga e sempre estimada congregação.⁴⁰⁷

O verbete da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, s.d., vol. XVI, p. 314, ignora este aspecto. Mais recentemente, Fernanda Campos em artigo dedicado ao estudo dos espólios das extintas bibliotecas religiosas presentes nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal, sinalizou a doação de livros de D. José Maria de Melo à

Municipal no seguimento do processo de expropriação pós-implantação da República. A história da Biblioteca Municipal está detalhada em ROSA, José António Pinheiro e – «História da Biblioteca Municipal de Faro». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, 1969, p. 97-118.

⁴⁰⁵ LOBO – *Obras*. 1848, p. 59. Vol. 2.

⁴⁰⁶ Subls. meus. In LOPES – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. 1848, p. 464-465.

⁴⁰⁷ In SILVA – *Diccionario...* 1860, t. v, p. 41.

Congregação do Oratório, que, por essa via, chegaram aos fundos da Biblioteca Nacional, notando:

«Para a reconstituição da biblioteca da comunidade muito terá contribuído a doação de D. José Maria de Melo. [...] Bibliófilo, no palácio da Inquisição terá constituído uma escolhida livraria, notável em termos de quantidade e qualidade das obras. Por sua morte, a biblioteca foi legada aos Oratorianos encontrando-se muitos exemplares na BNP que, em resultado dessa doação, teriam sido integrados na Casa do Espírito Santo. Outros que foram para as Necessidades encontram-se na Biblioteca da Ajuda e, claro, não é difícil localizar alguns noutras bibliotecas do país, devido à dispersão dos fundos conventuais [...]»⁴⁰⁸.

Através desta sequência de relatos, conclui-se que a relação de D. José Maria de Melo com a diocese do Algarve foi sendo sucessivamente desatendida, sendo apenas D. Francisco Lobo quem registou a notícia da criação da biblioteca e posterior provisão mediante legado, assunto que nenhum outro autor retomou⁴⁰⁹.

O testamento foi realizado a 20 de Julho de 1815 com carácter cerrado e aberto logo após o falecimento do testador a 9 de Janeiro de 1818. O seu conteúdo é parcialmente conhecido pela escrita de ajuste datada de 12 de Julho de 1827, celebrada entre a Marquesa de Ponte de Lima e o bispo do Algarve à época, D. Bernardo António de Figueiredo (1824-1833), cuja transcrição integral disponibilizamos no *Anexo n.º 10: Escritura de ajuste entre o Bispo do Algarve e a Marquesa de Ponte de Lima, sobre o testamento do bispo, inquisidor-geral D. José Maria de Melo*.

A escritura amigável de ajuste resultou de uma batalha jurídica que os herdeiros legítimos interpuseram de modo a invalidar o testamento que fazia «herdeiro universal o bispo do Algarve que fosse ao tempo do meu falecimento». O argumento principal utilizado pela família do testador assentou na circunstância de que, estando vaga a cadeira episcopal na data do falecimento do testador, não estavam reunidas as condições presupostas por D. José Maria de Melo, que ademais «se achava mudo em consequência de huma molestia, termos em que tão bem se duvidava se valido seria o sobre dito testamento por não ser escrito todo da sua propria Letra, mas sómente por elle assinado», devendo, segundo os contestatários, reverter a herança para os herdeiros legítimos. Esta disputa correu vários anos na Casa da Suplicação sem ser chamado a pronunciar-se o herdeiro testamentário, pois, entre 16 de Dezembro de 1816 e 1 de Março de 1820, a Sé

⁴⁰⁸ In CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – «Espólios das extintas livrarias religiosas nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal: um (re)encontro». In MEDEIROS, Filipa *et al.*, coords. – *Acervos Patrimoniais: novas perspetivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2012, p. 72.

⁴⁰⁹ LOPES – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. 1848, p. 464, apenas refere a doação feita por testamento e não à criação em 1787.

esteve vaga e o sucessor, D. Joaquim de Santa Anna Carvalho (29.11.1755-2.1.1833), renunciando ao bispado em 1824, fez transitar o negócio para o seu sucessor. Seguiu-se-lhe o bispo D. Fr. Innocencio Antonio das Neves Portugal (?-30.3.1824), que, nomeado a 25 de Julho de 1823, não governou um ano completo, vindo a falecer a 30 de Março de 1824, sendo D. Bernardo António de Figueiredo (28.7.1763-8.4.1838) quem integrou a contenda, instituindo-se parte interessada nas negociações que levaram à realização da escrita de ajuste amigável.

O que é público através desta escritura é que a última vontade de D. José Maria de Melo consistiu em que toda a sua herança, à excepção dos legados que segundo este documento foram transmitidos especificamente «á Mitra, ao Siminário, e á Livraria do Algarve, e outros a diversas pessoas», passasse à posse do bispo do Algarve feito «herdeiro universal», protegendo, assim, a diocese de que fora bispo. Na escritura são apenas referidos os bens de maior valor patrimonial, onde são incluídos o Palácio do Calhariz (actualmente designado Palácio do Correio-Velho, situado na Calçada do Combro), as Quintas do Lumiar, da Bela Vista, o Prazo de São Lourenço, as cruces e os anéis.

Restam, no entanto, dúvidas quanto ao destino dado à sua biblioteca particular, formada no Palácio da Inquisição, atendendo a que a maioria dos autores consultados afirma que ela foi doada à Congregação do Oratório. Apenas João Baptista da Silva Lopes introduziu um matiz a esta versão, asseverando que parte teria integrado a herança, mas que «poucos volumes vierão ao seu destino». Estaria Silva Lopes a confundir a biblioteca particular com o legado dos bens à «livraria» do Algarve? Terá ela integrado os «outros [legados] a diversas pessoas», onde se incluiria a Congregação, ou integrou a totalidade da herança deixada ao bispo do Algarve, acabando por ser recolhida ou entregue aos congregados, resolvendo o abandono a que os bens ficaram votados no período que mediou a resolução do conflito de interesses⁴¹⁰? Ou ainda, tendo feito parte da herança, retornou aos herdeiros legítimos que a doaram à Congregação? As provas documentais não nos permitem ir além da formulação destas perguntas no que concerne ao destino da biblioteca particular, mas atestam peremptoriamente a protecção material concedida para enriquecimento da biblioteca instituída em 1787, assim como das demais instituições culturais por si fundadas ou protegidas, garantido a continuidade da

⁴¹⁰ Não me parece que esta hipótese seja inverosímil, pois, ao longo do texto, é citada a apropriação por terceiros dos bens de D. José Maria de Melo, como pode atestar-se neste excerto: «A Quinta do Lumiar, e a outra da Bella Vista, e que tem de se tractar com quem succedeo ao Eminentissimo Senhor Cardeal Cunha, que nas ditas Propriedades se introduzio pela morte do dito Ex.mo Testador [...]»

sua utilidade pública e salvaguardando-as dos eventuais interesses dos herdeiros legítimos.

III.2.d Fragmentos de uma colecção

Estas deliberações podem ser cruzadas com o património bibliográfico que compõe o fundo antigo da Biblioteca Municipal de Faro, onde, depois de muitas atribulações, parte da biblioteca do paço episcopal, a «Bibliotheca Domus Episcopalis Algarbiensis», como se lê nas etiquetas tipográficas colocadas nos livros que identificam o primitivo possuidor, veio a encontrar depósito e tratamento apropriado. Embora na apresentação do fundo antigo possamos ler que a generalidade dos «cerca de 4000 volumes impressos entre os séculos XVI e XVIII, [eram] antiga pertença do Paço Episcopal de Faro»⁴¹¹, as marcas de posse inscritas nas espécies bibliográficas apontam para um contexto de proveniências mais variado e para uma realidade cultural mais expressiva, que urge decifrar (v. *Figura III.5 Diferentes marcas de posse presentes em espécies do fundo antigo da Biblioteca Municipal de Faro António Ramos Rosa*).

A catalogação deste fundo e disponibilização em linha digital está actualmente concluída, mas, como nos explicou a responsável, a Dra. Elsa de Paiva Lopes Vaz⁴¹², somente foi contemplada a notícia da proveniência numa parcela dos registos, encontrando-se os demais em fase de revisão. Significa, portanto, que os resultados apresentados seguidamente são produto de um estudo por amostragem, realizado através do catálogo em linha⁴¹³ e consulta física dos exemplares, quando o estado de conservação o permitiu.

O fundo do livro antigo é composto por três mil, quinhentos e vinte e oito (3528) documentos impressos e vinte e três (23) documentos manuscritos. À data da redacção deste trabalho, estão assinaladas as marcas de posse, quando existentes e legíveis, dos registos 00001 ao 00387 e dos registos 2951 ao 3568, limitando-se o nosso inquérito a estes intervalos, ou seja, a mil e quatro (1004) entradas bibliográficas. Nesta amostra, cento e vinte (120) registos (117 impressos, 3 manuscritos) têm marca de posse de D. José Maria de Melo, que consiste na vinheta tipográfica, onde se lê «Do Bispo Inquisidor Geral D. José Maria de Mello» (115 espécies), ou «Do Padre José Maria, da

⁴¹¹ Documento disponível em linha: <http://www.cm-faro.pt/menu/156/acervo-documental.aspx>.

⁴¹² Agradecemos à Sr.^a Dr.^a Elsa Vaz a disponibilidade e o apoio concedidos nesta pesquisa.

⁴¹³ Disponível em: <http://biblioteca.cmfarofaro.pt/docbweb/psqbol.asp?fields=6>.

Congregação do Oratório» (2 espécies)⁴¹⁴, como exemplificamos através da *Figura III.6 Marcas de posse de D. José Maria de Melo*.

Estas marcas colocam-nos o seguinte problema: apenas duas espécies bibliográficas indicam a pertença ao «Padre José Maria», condição em que fôra nomeado bispo do Algarve, e que deveria encontrar-se na colecção transportada nessa data para o Algarve (Out./1787), única que está provado ter acontecido. A circunstância da esmagadora maioria dos livros conterem a etiqueta tipográfica indicando como possuidor o «Bispo Inquisidor Geral» (funções desempenhadas entre 1791-1808), remetem-nos para uma data posterior à saída de D. José Maria de Melo da diocese do Algarve. Como interpretar estes dados, atendendo a que tanto a distribuição temática dos exemplares quanto as datas de edição (apenas 19 espécimes têm datas posteriores a 1787, nomeadamente, 14 de 1788 e 5 de 1792) se coadunam com o testemunho de D. Francisco Alexandre Lobo? Terá D. José Maria de Melo continuado a oferecer livros à biblioteca do Algarve depois da sua saída, ou pertencerão estes exemplares à colecção pessoal, deixada em testamento?

Parece-nos a primeira hipótese mais plausível. Sabemos dos laços fraternos que o ligaram ao seu sucessor, D. Francisco Gomes do Avelar, e sabemos que mantiveram relações epistolares, muito propícias à oferta e circulação de livros⁴¹⁵. No entanto, só

⁴¹⁴ V. *Anexo n.º 11: Espécies pertencentes ao fundo antigo da BMFARR com marca de posse de D. José Maria de Melo*.

⁴¹⁵ A notícia das trocas epistolares entre os dois bispos foi dada por Alberto Iria no jornal *Povo Algarvio: Semanário Regionalista* (27.5.1934-3-5.1975), na secção «Algarve: Memórias Históricas e Etnográficas: O Bispado do Algarve sob a Égide de D. Francisco Gomes de Avelar», no n.º 440, datado de 13.12.1942, onde afirma: «Em Agosto de 1940, o presidente da Câmara de Viana do Castelo, Dr. João da Rocha Páris, ofereceu à Biblioteca Municipal de Faro, por intermédio de Sua Ex.^a o Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Duarte Pacheco, algarvio ilustre de que Loulé se orgulha ter sido o berço, mais uma colecção de cinquenta e uma cartas de D. Francisco Gomes. Estas cartas, ainda inéditas, são datadas de 1791, na sua maior parte, dirigidas ao bispo titular do Algarve e Inquisidor Geral do Reino, D. José Maria de Mello, seu antecessor e amigo, além de outras para o 1.º Conde de Castro Marim, Governador das Armas do Algarve, e para José de Seabra da Silva, novamente ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, desde 15/12/1788, depois de haver sofrido a má vontade do deposto, valido e I Ministro de D. José I.».

Em 1982, Mário Lyster Franco confirmava: «[...] além de muitas outras [cartas de D. Francisco Gomes do Avelar] existentes em diferentes locais, entre as quais 51, que se encontram inéditas, todas datadas de 1791, oferecidas por João da Rocha Páris, ao tempo presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo à Biblioteca Municipal de Faro», in FRANCO, Mário Lyster – *Algarviana: subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*. Faro: Câmara Municipal, 1982, vol. I, p. 187. Estranhemos que este autor nada mais tenha acrescentado sobre o assunto, atendendo a que fez parte activa das comemorações centenárias de 1940, organizando para o efeito uma exposição dedicada a D. Francisco Gomes do Avelar (com catálogo publicado em *Boletim da Junta de Província do Algarve: centenários 1140 – 1640 – 1940*. Faro: [s.n.], 1940, 200 p.), e ocupando, em 1941, o cargo de director da Biblioteca Municipal, como documentou ROSA – «História da Biblioteca Municipal de Faro». 1969, p. 112-113.

poderemos afirmá-lo com maior segurança quando todo o fundo do livro antigo da Biblioteca Municipal de Faro tiver sido revisto, o que poderá confirmar ou não esta ideia. O que parece improvável é que os livros com a marca de «Inquisidor Geral» correspondam à colecção inicial, a não ser que D. José Maria de Melo tenha remetido, *a posteriori*, as etiquetas com o seu ex-libris para serem aplicadas nos livros, perpetuando a memória do doador.

A aproximação do que terá sido a biblioteca eclesiástica fundada por D. José Maria de Melo é, nestas condições exígua, na medida em que, como se representou ela não está, ou não está totalmente no seu local de origem e não dispomos de um catálogo, ou sequer de um inventário. Ficaremos sempre muito longe de clarificar, com rigor, o que foi essa realidade, em termos de estrutura bibliográfica, organização, dimensão, línguas de leitura, temáticas, formas de abastecimento, enfim, valor global da colecção. Os livros localizados a que acedemos não são, pois, mais do que fragmentos de uma colecção. Contudo, a análise não fica invalidada, assumindo-se o carácter provisório dos resultados.

A utilidade das marcas de posse para o estudo das bibliotecas e das práticas de leitura em Portugal, sobretudo quando escasseiam outros instrumentos, foi explicitado por Fernanda Campos:

[...] há alguns catálogos ou inventários que têm permitido, inclusive, a elaboração de estudos individuais relativos a bibliotecas religiosas. Mas esses instrumentos de busca são poucos e na maioria dos casos muito sumários o que dificulta, muitas vezes, a identificação correcta das espécies. **O recurso à marca de posse como fonte**, sem descurar o cotejo com um inventário ou catálogo quando exista, **tem**, no entanto, **grande vantagem de ligar o livro ao(s) seu(s) leitor(es)**, isto é: não lidamos com a referência fria plasmada numa lista, mais ou menos elaborada, que indica que tal livro estava em tal biblioteca. **Lidamos sim com o objecto livro que se manuseia agora e que outros manusearam, onde se encontram evidências da sua posse e do seu uso.**⁴¹⁶

Posse e uso, certificado de propriedade e utilidade individualizada, a silhueta de um leitor, portanto. No caso dos livros de D. José Maria de Melo, aludimos já aos fins

Sem sucesso foram as nossas diligências para localizar estas cartas. A Sr.^a Dr.^a Sandra Martins, actual directora da BMF, a quem agradeço a pesquisa, garantiu-nos que nem a Biblioteca Municipal nem o Museu Municipal possuem estes documentos. Também as diligências do Sr. Professor Doutor Artur Anselmo junto da família do referido Sr. João da Rocha Páris, a quem igualmente agradeço, revelaram-se infrutíferas, pelo que não há, à data, pistas sobre a localização desta correspondência.

⁴¹⁶ Subls. meus. In CAMPOS – «Espólios das extintas livrarias religiosas nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal...» 2012, p. 65-66.

colectivos da colecção, pelo que, mais do que o perfil de um leitor, teremos a interpretação de um leitor sobre a «ordem» das leituras da comunidade a que preside⁴¹⁷.

Ao nível das temáticas bibliográficas (v. *Quadro III.20 Distribuição das temáticas dos livros doados por D. José Maria de Melo*), destacaram-se nesta amostra, por ordem decrescente, o Direito Canónico (20,83%), as Escrituras (19,17%) e os textos dos Santos Padres (13,33%), logo seguida pela Prédica (10,83%) e pela História Profana (9,17%) em menor número, apresentando um fundo bibliográfico de referência para a formação e para a prática eclesial.

Como seria de esperar numa biblioteca provida pelos textos fundamentais da ciência eclesiástica, a língua de leitura dominante é o latim (48,33%), seguida pela língua portuguesa (28,33%) e, em seguida, pelo italiano (19,17%) (v. *Quadro III.21 Línguas de leitura dos livros doados por D. José Maria de Melo*).

A Itália exercia forte influência cultural sobre o clero português, constituindo-se como destino privilegiado de peregrinação e de estudo. No fundo bibliográfico em apreço, é pela língua italiana que a modernidade se impõe nas recentes edições em língua vulgar do Velho e do Novo Testamento (*Anexo n.º 11: Espécies pertencentes ao fundo antigo da BMFARR com marca de posse de D. José Maria de Melo, entradas De Vecchio Testamento, Nuovo Testamento e Il Pentateuco*)⁴¹⁸.

As datas indicam o cuidado com o provimento de obras de recente edição. Apenas 18 exemplares são anteriores ao século XVIII, sendo a maioria deste século (85%), como podemos observar no *Quadro III.22 Distribuição por datas de edição dos livros doados por D. José Maria de Melo*.

Creio, pois, estarem reunidos dados em quantidade e qualidade suficientes para reconhecer a D. José Maria de Melo (1756-1818) o seu espírito reformador no campo

⁴¹⁷ Diz-nos Roger Chartier: «O livro procura sempre instaurar uma ordem, quer seja a ordem da sua decifração, a ordem segundo a qual deve ser entendido, ou a ordem determinada pela autoridade que o encomendou ou que o autorizou.» In CHARTIER – *A ordem dos livros*. 1997, p. 6.

⁴¹⁸ A edição da Bíblia completa em língua portuguesa só veio a lume em 1753, em Batávia (actual Jacarta), baseada em outras traduções europeias. A primeira editada em Portugal (Lisboa) data de 1778-1790 e foi da responsabilidade de António Pereira de Figueiredo que a traduziu da Vulgata latina. O movimento editorial do texto bíblico é, de facto, reduzido em Portugal, onde abundam os textos de comentários e as sínteses históricas, como podemos comprovar nos catálogos das bibliotecas religiosas existentes no Algarve, onde predominam os comentários. A este respeito, v. RAMOS, José Augusto – «Bíblia (edições)». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 211-214. Vol. A-C.

das letras. Como vêm demonstrando investigações recentes, D. José Maria de Melo não constitui um caso isolado neste modo de encarar a cultura impressa, excedendo a vertente bibliofílica. Creio adequado incluir D. José Maria de Melo na galeria Setecentista daqueles que, por meios e acções, fundaram, financiaram ou legaram colecções bibliográficas a bibliotecas portuguesas, cujo propósito foi consentir o uso partilhado, garantindo a difusão e a utilidade do Saber. Neste grémio de intelectuais em que a bibliofilia e a partilha pública de colecções bibliográficas, ainda que selectiva, convivem, incluem-se, por exemplo, D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), provendo as bibliotecas de Beja, de Évora, a biblioteca do Convento de Jesus e a Real Biblioteca Pública; D. João Magalhães de Avelar (1754-1833), reunindo um fundo bibliográfico de cerca de 30000 volumes destinados à fundação da Biblioteca Municipal de Porto⁴¹⁹, ou o Prior Manuel de Oliveira Ferreira (1711-1777?), que doou à livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus cerca de 7000 volumes impondo como contrapartida «que a façam pública em bem do próximo e, pública utilidade»⁴²⁰. São iniciativas disseminadas um pouco por todo o país que revelam uma nova consciência que se traduz materialmente e de forma emblemática na criação da Real Biblioteca Pública da Corte, em 1796, institucionalizando um novo paradigma de biblioteca e de acesso à leitura⁴²¹.

No Algarve, a criação desta biblioteca destinada a formar uma comunidade de leitores, conciliando a fé e a ciência eclesial, permitiu transitar entre um conjunto de leituras recomendadas aos estudantes e sacerdotes e a disponibilização efectiva de bibliotecas de referência, como a que em anos próximos o Seminário de São José também passou a disponibilizar.

III.2.e O Seminário de São José

Na Bula, que me instituiu Bispo, e que Sua Majestade deu o seu Régio Beneplácito, me ordenava o Sumo Pontífice, que eu erigisse Seminário para a educação do clero: e este está por acabar, tendo nele trabalhado há quinze anos. [...]

Na falta de Escolas públicas, tem a Mitra de pagar Mestres para a educação do Clero do Seminário, e de fora.

Também a Mitra ajuda a sustentar Estudantes pobres, dando-lhes mesadas, livros, patrimónios, e mais despesas, para

⁴¹⁹ Cf. VAZ, Francisco António Lourenço, coord. – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, p. 34-35.

⁴²⁰ *Apud* VAZ, Francisco António Lourenço – «A biblioteca do Convento de Jesus (1755-1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo». In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III encontro nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 135.

⁴²¹ A este respeito, v. CABRAL, Maria Luísa – *A Real Biblioteca e os seus criadores em Lisboa: 1755-1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014a.

*poder ter algum Pároco, para administrar o Pasto Espiritual aos Fiéis Vassallos de Sua Alteza Real, que de outro modo os não teria.*⁴²²

A narração em epígrafe, datada de 1804, é da autoria de D. Francisco Gomes do Avelar (São Marcos de Calhariz, 17.1.1739-Faro, 16.12.1816) e desvela a amplitude da sua acção pastoral no campo da instrução, dando continuidade ao programa traçado por D. José Maria de Melo. Com efeito, coube a D. Francisco Gomes do Avelar a construção, regulamentação e manutenção do Seminário instituído por D. José Maria de Melo, cujas portas abriram a 8 de Janeiro de 1797⁴²³ com 12 estudantes subsidiados pela Mitra⁴²⁴.

D. Francisco Gomes do Avelar exerceu o ministério bispal no Algarve de forma ininterrupta durante 27 anos (1789-1816). A duração trouxe estabilidade e viabilizou a concretização de quantas medidas o antecessor deixara projectadas, assim como as do seu próprio programa episcopal. Sendo bispo, foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Faro e interveio em praticamente todos os sectores da vida algarvia. Reconstruiu igrejas, hospitais, pontes e caminhos, auxiliou os pobres e os desvalidos, financiou os estudos eclesiásticos e os públicos e pôde ainda exercer, por ocasião da expulsão das tropas francesas, as funções de Governador Interino das Armas, que manteve até à data da sua morte, valendo-lhe o título de Arcebispo, outorgado em 1814⁴²⁵.

⁴²² AVELAR, D. Francisco Gomes do – [Carta] 2.8.1804, Faro [a] conde de Vila Verde. [Ms] 1804. [Relato sobre a actividade pastoral desde a sua nomeação]. Acessível em ANTT, Fundo Correspondência diversa sobre negócios eclesiásticos: informações de arcebispos, bispados e cabidos: bispo do Algarve, arcebispo do Algarve (1751-1811), mç 596, cx 697. V. transcrição integral no Anexo n.º 12: *Ofício de D. Francisco Gomes do Avelar ao conde Vila Verde*.

⁴²³ As obras do Seminário de São José prolongaram-se até 1807. A 28.9.1807 realizou-se a primeira refeição no refeitório do Seminário, que até então estava instalado provisoriamente num armazém.

⁴²⁴ A história e a importância do Seminário de São José é geralmente conhecida, tendo sido abordada em diversas obras: v. CABRITA, P.º José – *História Breve do Seminário Episcopal de São José de Faro*. Faro: Seminário, 1985; LOPES, João Baptista da Silva – *Memórias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1848, p. 465-481; MAGALHÃES, Joaquim Romero - «Algarve». In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, SA / Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 49-50; OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*. Porto: Typographia Universal, 1902, p. 99-115; *Id.* – *Memórias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve (continuação)*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1908, 176-222.

⁴²⁵ O ano de 1808 inaugurou um novo ciclo não só na vida da região, como na vida do Bispo D. Francisco Gomes do Avelar. Restaurado pela segunda vez o Reino do Algarve, liberto das mãos dos franceses, foram convocados os três estados e eleita a Junta Provisional. A 22 de Junho realizou-se a Assembleia na Igreja da Senhora do Carmo e D. Francisco foi nomeado presidente interino da Junta Provisional. Em Novembro, por altura da constituição do Governo, foram todas as Juntas Provisionais extintas, sendo anulados a maioria dos seus actos. No Algarve, a acção de D. Francisco Gomes do Avelar revelou-se prudente e sábia e foi devidamente reconhecida, como narrou o seu amigo João Coelho de Carvalho, que o acompanhou desde a sua chegada ao Algarve e que também desempenhou funções na Junta: «Como, porém, não havia neste reino patente superior a quem fosse encarregado o seu governo, foi o Ex.mo Sr. D.

A forma como exerceu as funções não poderá desligar-se do facto de toda a sua educação intelectual e espiritual ser produto da Congregação do Oratório, da qual também foi professor e capelão. D. Francisco Gomes do Avelar nasceu no Sítio do Mato, freguesia de São Marcos de Calhandriz, a 17 de Janeiro de 1739, no seio de uma família humilde. Muito jovem, foi enviado para junto do tio, o padre Inocêncio, cura da Patriarcal de Lisboa, para que se ocupasse da sua educação. A 17 de Setembro de 1757, ingressou na Congregação do Oratório, sendo ordenado presbítero em 1763. Foi lente de Retórica, Filosofia, Moral e Escritura, foi Mestre-de-Cerimónias e depois Capelão da Real Casa das Necessidades, tendo, entretanto, preparado alguns trabalhos de cunho pedagógico, que foram dados à estampa, sob patrocínio da Congregação. Entretanto, passou pela experiência de uma viagem e estadia na capital de todas as peregrinações, Roma, durante o período de dois anos (1786-1788), na companhia do Cardeal D. Vicente Ranuzzi, de quem foi confessor⁴²⁶.

Não sabemos exactamente até que ponto a viagem transformou Francisco Gomes⁴²⁷, mas está demonstrado o efeito no aperfeiçoamento da sua sensibilidade estética,

Francisco Gomes encarregado pela regência do comando de todo ele, militar e civil, em que mostrou a sua actividade, mandando proceder na defesa do Guadiana, onde se restabeleceram as fortalezas demolidas e se fabricaram baterias novas em toda a linha, de maneira que se fazia respeitável ao inimigo e admirável aos nacionais, que confiaram tudo ao incansável zelo e vigilância do mesmo Senhor, que, continuamente, visitava por si a linha de defesa, do que deu provas cabais na ocasião que os franceses, invadindo as Andaluzias, chegaram a Ayamonte, onde se não demoraram uma noite. Então chamou ele ao ponto do Guadiana as ordenanças, reunindo ali acima de cinco mil fuzileiros, que sustentou alguns meses com incómodo seu e prejuízo da sua fazenda, sendo preciso fazer uma colecta para os calçar como se fez.» In *Invasão francesa no Algarve*, apud OLIVEIRA – *Op. cit.*, 1902, p. 196-197. O documento foi redigido em duas fases: uma em cima dos acontecimentos, datada de Faro, 4 de Outubro de 1808 e a segunda, datada de Faro, 26 de Setembro de 1811. O texto manuscrito de João Coelho de Carvalho, foi publicado por OLIVEIRA – *Op. cit.*, 1902, p. 175-198.

Apesar da nomeação, D. Francisco Gomes, reconhecendo os seus parcos conhecimentos em estratégia militar, solicitou que fosse enviado um oficial general que legitimamente pudesse governar o exército. A este respeito, escreveu Coelho de Carvalho: «A regência anuiu em parte, enviando o tenente coronel inglês João Austin, o qual, contudo, ficaria debaixo das suas ordens e comando. Como, porém, nisto houvesse alguma oposição da política inglesa, que não quer conhecer dependências, foi preciso que a regência cedesse, dando o comando militar absoluto ao dito Austin, ficando S. Ex.^a Rev.^{ma} com o governo civil e da marinha. Por este modo satisfez-se a ambiciosa política estrangeira e conservou-se o decoro nacional, não consentindo que S. Ex.^a de todo ficasse privado de um governo, em que tinha dado provas da mais acertada prudência, e também porque não podia sê-lo sem consentimento expresso de S. A. R. de quem estava recebendo ordens debaixo da mesma repartição, como general deste reino. Daqui, pois, procedeu conservar-se a S. Ex.^a a guarda militar de honra, que sempre teve desde que tomou o comando militar, em 1808, e ainda hoje conserva 26 de Setembro de 1811» (p. 197-198) e que se manteve até à data da sua morte.

⁴²⁶ Deve-se a José Eduardo Horta Correia a precisão das datas desta estadia, com duração de dois anos e não de quatro, como afirmavam os seus anteriores biógrafos. V. CORREIA, José Eduardo Horta – «O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro, vol. XXVI, 1996, p. 85-117.

⁴²⁷ As viagens ou peregrinações a Roma, ao longo dos tempos, foram muito frequentes tanto por razões políticas, económicas, culturais ou religiosas. Sobre o tema, veja-se, por exemplo, CARDOSO, Arnaldo Pinto – *A presença portuguesa em Roma*. Lisboa: Livros Quetzal, S.A., 2001. É conhecida, no campo de

transferindo para a realidade portuguesa a ideologia e o gosto neoclássico, como bem explicou José Eduardo Horta Correia em «O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar»⁴²⁸. Nela estabeleceu contactos úteis ao seu múnus episcopal, recorrendo, por exemplo, ao arquitecto Francisco Xavier Fabri (Medicina-Bolonha, 11.1.1761-Lisboa, 23.10.1817)⁴²⁹ para projectar as diversas obras que financiou, assim como a outros artistas, para encomendas de obras de arte, ou para a aquisição de livros. No âmbito da produção intelectual, a matriz cultural italiana encontra-se também presente nas traduções que preparou⁴³⁰. Durante o período passado na Casa de Nossa Senhora das Necessidades compôs, pelo menos, quatro trabalhos de cunho pedagógico. De modo provisório, indicamos os títulos dos trabalhos conhecidos, referentes a esta fase de actividade⁴³¹:

estudos que aqui nos ocupa, a viagem de fr. Manuel do Cenáculo realizada na companhia do seu mestre Fr. Joaquim de S. José, no ano de 1750, que, de acordo com os historiadores, foi decisiva para uma nova concepção de biblioteca. Sobre esta viagem, v. CABRAL, Maria Luísa – *Até Roma: uma viagem com devoção, longa e ardua. Diário de Frei Joaquim de S. José em 1750*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.

⁴²⁸ CORREIA – *Op. cit.*, 1996.

⁴²⁹ Francesco Saverio Fabri nasceu em 1761 em Medicina, formou-se na Academia Clementina de Bolonha, trabalhando depois em Génova. Através do convite de D. Francisco Gomes do Avelar, veio trabalhar para o Algarve, dando aqui entrada a 1 de Novembro de 1790. Foi-lhe oferecida residência, alimentação e uma renda anual de 200\$000 réis. Interveio na planta do Seminário, na construção da entrada no núcleo antigo da cidade, no hospital da Misericórdia e nas obras de várias igrejas que haviam ficado danificadas pelo terramoto de 1755. Introduziu no Sul do país a estética neoclássica a que deu expansão em Lisboa, sendo nomeado director das obras do Palácio da Ajuda (1802-1817), enquanto arquitecto das Obras Públicas nomeado em 1795. Apesar de ter partido em 1794 rumo a Lisboa, Francisco Xavier Fabri manteve as relações com o bispo do Algarve. Sobre o arquitecto italiano, veja-se: CORREIA – «O significado do mecenato do bispo do Algarve...» 1996, p. 85-118; PEREIRA, José Fernandes – «O Palácio da Ajuda». In PEREIRA, Paulo, dir. – *História da Arte Portuguesa: do Barroco à Contemporaneidade*. 3.^a ed. Lisboa: Temas e Debates, 1999 [1996], p. 190-193; LAMEIRA, Francisco – *Faro: a arte na história da cidade*. Faro: Câmara Municipal, 1999, p. 81-90. SANTOS, Marco Sousa – «Faro, os 200 anos do arco da vila (1812-2012)». *JAmagazine* (parte integrante do *Jornal do Algarve*). N.º 2883, 28.6.2012. Em conferência pronunciada no X Curso Livre de História do Algarve, intitulada *O arco da vila: expoente da arquitectura neoclássica no algarve*, Marco Sousa Santos avançou com uma relevante síntese sobre a actividade de Francisco Xavier Fabri no Algarve, cuja publicação muito beneficiaria os estudos. Agradecemos ao autor a amabilidade de nos ter facultado o conteúdo integral da sua comunicação.

⁴³⁰ *Uma preparação para o Pentecostes christão, posta em vulgar e traduzida do italiano*. 1782. [Título atribuído e não localizado].

Plano para dar systema regular ao moderno espirito phylosophico ou instrucções anedoticas de um livre pensador. Traduzido do Italiano. S.l. [Lisboa]: na Ofic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1784.

Caminho do ceo ou meditações sobre as maximas eternas e sagrados mysterios da Paixão de N. Senhor Jesus Christo para cada dia do mez, com a pratica da oração mental e orações devotas para a confissão e comunhão. Traduzido do italiano e impressas de mandado do Ill.mo e Exc.mo Senhor Bispo do Algarve, com huma sua Pastoral aos seus diocesanos. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1795.

⁴³¹ Deve-se a Francisco Xavier de Ataíde Oliveira a elaboração da tábua bibliográfica, que tem servido de base aos estudos posteriores sobre a personalidade do bispo do Algarve (Cf. OLIVEIRA – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar...* 1902, p. 411-413.). No entanto, o autor utilizou como título os extractos da correspondência enviada a D. frei Manuel do Cenáculo, em que Francisco Gomes sintetizou o assunto de cada publicação, mas não o título. Os títulos devem, pois, ser considerados como títulos atribuídos e não localizados, como a própria indicação colocada entre parêntesis por Ataíde Oliveira sugere. Da pesquisa efectuada por assunto e data de edição, com vista à localização material destes impressos, creio ter

Catecismo, ou breve explicação da doutrina christã, para uso das escolas da Congregação do Oratório na Real Casa de N. Senhora das necessidades. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1782. 84 p. in-8.º (15 cm).

Uma preparação para o Pentecostes christão, posta em vulgar e traduzida do italiano. 1782. [Título atribuído e não localizado].

Uma taboa dos dois alfabetos, Hebraico e Grego, para o uso das escolas e para o melhor conhecimento destas duas lingoas. 1782. [título atribuído e não localizado].

Plano para dar systema regular ao moderno espirito phylosophico ou instrucções anedoticas de um livre pensador. Traduzido do Italiano. S.l. [Lisboa]: na Ofic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1784, [1-30] 313 [1] p., in-8.º (15 cm).

As descrições colocam-nos perante uma tipologia de impressos a que já fizemos referência, sendo Francisco Gomes um dos autores que participou activamente do movimento editorial de compêndios escolares, em língua vernácula, produzidos pela Congregação do Oratório (v. capítulo II.2). Em carta a D. Manuel do Cenáculo, Francisco Gomes referiu-se ao *Catecismo* nos termos seguintes:

O catecismo, confesso a V. Ex.^a, **que o desejava poder espalhar bem pelos fieis** e por isso solicitei que algumas pessoas pias se juntassem a fazer uma impressão avultada, **a ver se se desterra em parte a ignorância**, que por algumas partes reina e **juntamente a uniformidade se promover**; e se tiver oportunidade espero suplicar ao nosso Prelado diocesano **que o queira mandar reimprimir e espalhar pelas parochias.**» (subls. meus)⁴³².

A pelea contra a ignorância e a homogeneização das práticas religiosas foram desígnios presentes na acção pluridimensional de D. Francisco Gomes do Avelar. Enquanto bispo, empenhou-se, com especial perseverança, na adequação e solidez das estruturas eclesiais necessárias à formação e dignificação da classe. O Seminário, de traça do arquitecto Francisco Xavier Fabri, pode considerar-se como a obra emblemática da actuação cultural oratoriana no Algarve. A sua importância é tanto mais considerável quanto intensas foram as dificuldades vencidas, levantadas pelo próprio Cabido.

Embora com resistências, o funcionamento do Seminário impediu que fossem providos indivíduos nas sacristias sem a necessária preparação para o estado sacerdotal⁴³³. A dignificação e a especialização dos sacerdotes, por um lado, e a

identificado a edição que corresponde às duas primeiras entradas citadas por OLIVEIRA, que, na realidade, é apenas uma. Com grande probabilidade tratar-se-á do *Catecismo: ou breve explicação da doutrina christã, para uso das escolas da Congregação do Oratório na real casa de N. Senhora das necessidades.* Lisboa: Regia Off. Typografica, 1782. 83 p. 15 cm, porque, coincidindo na matéria e na data de edição, organiza-se nas duas partes referidas pelo autor, isto é, entre p. 3-76 situa-se o *Catecismo, ou breve explicação da doutrina christã*, e entre 76-83 os modos de ajudar à missa («Modo de ajudar á Missa Romana», p. 76-80; «Modo de ajudar á Missa ao uso do Carmo», p. 80-81 e «Modo de ajudar à Missa ao uso de S. Domingos», p. 82-83).

⁴³² Subls. meus. Real Casa de N.^a S.^a das Necessidades em 20 de maio de 1782. *Apud* OLIVEIRA – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar...* 1902, p. 6.

⁴³³ V. OLIVEIRA – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar...* 1902, p. 103-104. Depois de um ano e meio de funcionamento, D. Francisco Gomes do Avelar continuava a confrontar-se com antigas práticas

instrução pública e popular, por outro lado, retiveram continuamente o cuidado de D. Francisco Gomes do Avelar, que, de forma empenhada, aperfeiçoou os demais níveis de ensino, incluindo o ensino público, e desenvolveu instrumentos pedagógicos de maior amplitude social, como veremos no capítulo IV. A instrução, entendida numa perspectiva emancipatória, constituiu um interesse indiscutível da sua intervenção, que, conheceu, porém, vários constrangimentos⁴³⁴, como confessou ao bispo de Beja, D. Manuel do Cenáculo, seu amigo e modelo espiritual, a quem procurou por auxílio⁴³⁵.

No domínio das Humanidades obteve autorização para reunir no Seminário a cadeira de Primeiras Letras, a de Gramática Latina, a de Retórica e a de Filosofia Racional e Moral, que estavam entregues ao clero regular, e obteve ainda aprovação para a criação de uma cadeira de Grego, que serviu de preparatória para o curso eclesiástico e para o ingresso no ensino superior.

O estabelecimento do Seminário de São José transformou, na verdade, a Vila Adentro de Faro numa autêntica cidadela intelectual, atraindo ao longo de Oitocentos as

referentes à colocação de padres e com a falta de candidatos ao sacerdócio. Em carta enviada ao Padre Bonifácio Ferreira da Congregação do Oratório, relata como recusou José Joaquim Pacheco, embora «tivesse revolvido toda a Corte com cartas de empenho» por este não ter a necessária preparação e lamenta: «a penúria em que está de Clérigos este Bispado e a pouca esperança que me resta de os poder criar: porque os Pais já não querem filhos clérigos, hoje tudo foge para o chapelinho de galão; a Igreja não tem títulos para ordená-los, os Bispos (pobres Bispos!) não tem sequer tesouraria, que lhe sirvam para ordenar o título deles.» BNA, *Catálogo Biblioteca da Ajuda, vol. 4, Documentos Avulsos, cota 54-VI-13 (n.º 47) a 54-VII-1 (n.º 49d), 54-VI-52* Cartas de D. Francisco Gomes do Avelar, n.º 23, 6.10.1798, ms.

⁴³⁴ «[...] vemos de todo arruinada a educação: ninguém quer viver em obediência: a natural afeição já se acabou; o brio que na falta da virtude reprimia as paixões, quasi vae a desterrar-se. Estes portos e cidade de commercio vão reduzir-se a sentinas; esta em que vivo é habitada de Mouros, de Hebreus e de Herejes- o comercio de ordinario faz esquecer de lucros melhores [?]; os vicios de fora cá nos ficão: a devassidão reina: os Snrs. que são ouvidos zelão (sabe Deus como) os direitos do único imperante: cuida-se ante tudo de aumentar os haveres dos Principes, o que noutros seculos mais felizes vinha lá muito depois. Os povos sensiveis só recebem impressões do que veem com os olhos, ou apalpão com as mãos: olham para o sacerdócio com grande indiferença, e muitos com desprezos e Deus sabe quantos com aborrecimento. As ideias da verdade vão-se perdendo. As escolas geralmente ou não as há, ou prejudicão. Eu, que por officio devo orar, não tenho espirito: subo ao pulpito sem zelo e sem fervor, enfastião-se os povos, os letigios e sollicitidão me distrahem notavelmente as muitas vezes que falto á graça e fazem que ella se vá afastando.» Carta de Faro, 21.10.1797. In OLIVEIRA – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar...* 1902, p. 111-112.

⁴³⁵ «O que eu desejava era que V. Ex.^a (que sei que pode) solicitasse a restauração dos bons estudos em Portugal: as gentes vão a cair em huma total ignorancia e este povo ainda mais porque he um retalho da costa da Africa, clima quente e improprio para applicações litterarias, humas vezes por languidez natural, outras por sezões impertinentes, outras por falta de estimulo, e a principal por falta de Mestres, ou porque os não há o não são. Aqui acabou infelizmente o M.e de Rhetorica e até hoje se não proveo a cad.ra nem bem sabemos q.m anda nisto, nem que diligencias se poderão fazer. Pois as escolas de primeiras letras Deus nos acuda, que miseria. Se V. Ex.^a puder, acuda por honra de Deus e do Estado e pela utilidade da nossa Igreja.» Carta de Faro, 29.12.1797. In OLIVEIRA – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar...* 1902, p. 113.

principais instituições de ensino da capital algarvia⁴³⁶. Simbolicamente, a entrada da cidadela foi identificada e protegida pelo patrono das escolas oratorianas⁴³⁷ e padroeiro da cidade de Faro, São Tomás de Aquino, «o mais sábio de todos os santos e o mais santo de todos os sábios»⁴³⁸, cuja estátua de mármore foi encomendada propositadamente em Itália por D. Francisco Gomes do Avelar⁴³⁹.

A abertura do Seminário foi precipitada pelo encontro, em Lisboa, entre D. Francisco Gomes do Avelar e os padres italianos da Congregação da Missão, Romualdo Ansaloni e José Maffei, que regressavam de Goa, após dezassete anos de direcção de estudos. D. Francisco Gomes convidou-os a acompanhá-lo na direcção inicial do Seminário de São José de Faro e os três aportaram em Faro a 15 de Novembro de 1796, tendo, a 8 de Janeiro de 1797, aberto o Seminário. A direcção temporal e autoria dos Estatutos couberam a Romualdo Ansaloni e a direcção espiritual a José Maffei⁴⁴⁰.

III.2.e.1 Os Estatutos

*Hum Pastor ignorante, he hum cego q
vai guiando outro cego; hum Pastor sem zelo, he
hũ idolo; hum Pastor vicioso he hum lobo.*

D. Francisco Gomes do Avelar⁴⁴¹

Sendo geralmente conhecida a história do Seminário, os seus Estatutos encontram-se inéditos. Considerando o seu valor histórico e a importância enquanto documento normativo que estabelece as organização, as regras de funcionamento, os valores e a missão da instituição, transcrevemo-los integralmente no *Anexo n.º 13: Estatutos do Seminário Episcopal do Algarve, 1797*, detendo-nos no seu conteúdo.

⁴³⁶ Nesta cidadela reuniram-se: a Escola Normal de Ensino Mútuo, o Liceu Nacional, a Escola de Desenho Industrial de Pedro Nunes, o Museu Marítimo Industrial, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus destinado ao ensino feminino e a Escola do Magistério Primário.

⁴³⁷ A identificação de São Tomás de Aquino como patrono particular das escolas oratorianas é feita por ANDRADE, António Alberto Banha de – «História breve da pedagogia dos Oratorianos em Portugal». In *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 415.

⁴³⁸ V. ROSA, José António Pinheiro e – «Ao padroeiro da cidade». In *Crónicas, viagens e outras engrenagens*. Faro: ed. de autor (Tipografia de O Algarve), 1992, p. 100-102.

⁴³⁹ V. SANTOS, Marco Sousa – «Faro, os 200 anos do Arco da Vila (1812-2012)». *JAmagazine*, parte integrante do *Jornal do Algarve. Vila Real de Santo António*, n.º 2883, 28.6.2012.

⁴⁴⁰ Os padres da Congregação da Missão mantiveram-se em funções até Junho de 1797, data em que partiram para Itália, sucedendo a Ansaloni o padre José Coelho de Carvalho e a Maffei o padre António de Matos Malveiro. V. OLIVEIRA – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar... 1902*. e CABRITA, P.e José – *História breve do Seminário Episcopal de São José de Faro*. Faro: Seminário, 1985.

⁴⁴¹ [Pastoral] 6.3.1797, Faro, in *Livro Regras do Seminário*. [Ms.] 1797. Acessível no Arquivo do Seminário de São José de Faro, *Livro Regras do Seminário*. Cf. *Anexo n.º 13: Estatutos do Seminário Episcopal do Algarve, 1797*.

Os Estatutos ou «Regras do Seminário Diocesano da Igreja do Algarve» foram aprovados a 6 de Março de 1797, tendo sido elaborados para constituir *per se* objecto de estudo, como se conclui da leitura do capítulo I: «**A conseguir estes dous fins** são dirigidos todos os exercicios de piedade, e de estudo, **e o mesmo regulamento do Seminario.**» (Subls. meus)

Compostos por seis capítulos, apenas o primeiro («Fim e instituto do Seminário») abordou a estrutura curricular do colégio, sendo claro que a essencial preocupação pedagógica dirigiu-se à educação moral dos seminaristas, ou seja, à transmissão de normas religiosas e regras de comportamento específicas. A definição do lugar do seminarista na sua relação com Deus (capítulo II), consigo (capítulo III), com o próximo (capítulo IV) e com o Seminário (capítulo V) estruturou o documento, prevendo cada atitude a adoptar pelo postulante à vida eclesiástica. O modelo de sacerdote traçado nas regras do Seminário é o do eclesiástico «bom e douto», conhecedor da ciência e das funções da Igreja, exercendo virtuosa e exemplarmente a palavra que prega:

He este Seminario ou Collegio Ecclesiastico instituido para formar bons Clerigos, e dar ás Igrejas, e Bispado do Reino do Algarve bons Pastores *segundo o coração de Deos, e que apascentem em ciencia, e doutrina o rebanho do Senhor*, que são os Povos, com as sagradas funções da Igreja, com a palavra do Senhor, com a administração dos Sacramentos, e com o exemplo de hũa santa vida. (cap. I)

Reconhece-se neste programa pedagógico os valores postulados pela Congregação do Oratório e por D. José Maria de Melo, tendo a longevidade do mandato de D. Francisco Gomes do Avelar (1789-1816) permitido materializá-lo. Através deste centro de formação eclesiástica, o bispo do Algarve assegurou as condições necessárias à implantação e desenvolvimento de um novo espírito eclesiástico, arreigado nos valores do conhecimento, da disciplina e da piedade, que irradiaria para a comunidade através da «1.º : luz do bom exemplo: 2.º a instrucção: 3.º as orações ao Senhor» (cap. IV).

A componente científica do plano foi estruturada com recurso às seguintes cadeiras: Gramática, Retórica, Grego, Filosofia, História Eclesiástica, Direito Canónico, Teologia, Escritura Sagrada, Sagradas Cerimónias, Cantochoão, e modo prático de instruir, pregar, e administrar sacramentos (cap.º I). Fica patente a valorização dos estudos humanísticos que o curso conciliou com as matérias eclesiásticas, provendo uma formação sólida, ampla e exigente (todos os professores foram admitidos depois de devidamente habilitados) e verdadeiramente inédita para o precário meio intelectual coetâneo.

O corpo docente herdado do bispado de D. José Maria de Melo foi sendo substituído e, à data da abertura do colégio, era composto pelos seguintes professores: António Joaquim (Gramática), Manuel Garcia (Retórica), Ventura José Crisóstomo e Silva (Grego), Manuel Guerreiro (Filosofia), Joaquim Pedro da Costa Maciel (Direito Canónico e Teologia Moral) João Coelho de Carvalho (Teologia Dogmática) e Manuel da Silva (Escritura Sagrada).

No que concerne aos materiais didácticos, os Estatutos são omissos. Certamente, a constituição da biblioteca do Seminário acompanhou o desenrolar das actividades lectivas, mas não dispomos de dados objectivos sobre a sua formação. Actualmente, o Seminário dispõe de duas salas destinadas ao fundo antigo devidamente catalogado e conservado, que julgamos remontar a esta fase (v. *Figura III.7 Aspecto das salas onde se encontra a Biblioteca do Seminário de São José de Faro*). É composto por mil cento e sessenta e sete (1167) espécies datadas dos séculos XVI a XVIII, constituindo, a par do fundo antigo da Biblioteca Municipal de Faro, um importante acervo patrimonial na região⁴⁴². Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão foram responsáveis pelo tratamento catalográfico deste espólio e atestaram a conformação escolar do acervo:

O fundo bibliográfico a que respeita o catálogo é constituído na generalidade por livros de orações, de Hagiografia, Parenética, Teologia moral e dogmática, Direito canónico e civil, Sagrada Escritura, de prática religiosa, como missais e Breviários, e por um grande número de pequenos livros e manuais, cujas áreas temáticas vão desde os autores clássicos em edições escolares, até obras de carácter pedagógico ou obras básicas de oratória, medicina ou farmacologia.⁴⁴³

As diferentes marcas de posse (487 no total) e anotações no interior dos livros revelam, em alguns casos, o seu uso intensivo, modalidades de empréstimo e de circulação dos livros entre alunos, professores e instituições (v. *Figura III.8 Rosto apresentando três marcas de posse*).

O ritmo da vida estudantil do Seminário, organizada pelos Estatutos, articulou momentos de reflexão e de acção, de recolhimento e de participação na liturgia, sempre orientados segundo os princípios da gravidade, da modéstia, do silêncio e da devoção. A organização diária das tarefas foi pensada para alcançar a santificação do futuro sacerdote, a maturidade e a dignidade espirituais necessários ao ofício religioso.

⁴⁴² O seu acesso é permitido ao público mediante marcação prévia.

⁴⁴³ FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça – «Palavras de apresentação». In *Catálogo de Reservados da Biblioteca do Seminário de São José de Faro*. 1997, p. 3. Acessível na Biblioteca do Seminário de São José de Faro.

O culto da devoção mariana e o culto dos santos, muito recomendado aos fiéis (v. capítulo IV.1), foi de igual forma introduzido como estímulo à devoção privada. Nessa medida, estabelecem:

Os Seminaristas, que a seu tempo haverá de explicar aos Fieis as Santas intenções de Deos e da Igreja, e promover sempre a verdadeira, e solida devoção, nella cuidarão de fazerse exemplares 1.º venerando, e invocando a miudo o proprio Santo Anjo da guarda particularmente nas tentações, ao levantar pela manhã, e no fim do exame geral em cômum com a invocação da Igreja. 2.º imitando, e supplicando com ternura de coração o Santo, ou Santos do proprio nome cõ algũa particular devoção, e com celebrar a sua festa, e nella receber os Sacramentos da confissão e comunhão. 3.º com fazer outrotanto aos Santos Apostolos Pedro, e Paulo, hum pedra fundamental, e o outro coluna firme da Igreja, a S. Vicente M. Arcediago de Çaragoça e Patrono do Algarve, e aos SS. Carlos Borromeu, e Filippe Neri Protectores especiaes do Seminario, á honra dos quaes todos os dias depois do Rosario, dirão as antiphonas, versos, e orações respectivas, como nas suas festas. (cap. II)

O estudo, os exercícios de piedade, a doutrina e a devoção pretendiam enraizar nos seminaristas o culto das virtudes cristãs.

É evidente a preocupação Avelariana com a conduta dos futuros eclesiásticos, cuidado que pode entender-se também como inerente ao próprio momento histórico de renovação, que o movimento das Luzes trouxe a Portugal. A sua difusão é atestada no próprio documento estatutário, onde as consequências no domínio religioso são previstas:

E primeiro que tudo conservarão a propria alma occupada de idéas boas, lembranças de piedade, e afastarão com igual diligencia não sómente os pensamentos e e idéas más, e discursos viciosos, ou contrarios á caridade; **senão tão bem todas as falsas doutrinas, e principios errados do seculo presente, que segundo vemos, encaminhão para a liberdade pernicioso, e falsa, para a independencia e para a irreligião, e atheismo.**» (subs. meus; cap. III)

Não obstante as adversidades internas e externas e o encerramento em 1834, o Seminário de São José transformou o perfil dos sacerdotes algarvios, assim como a relação dos fiéis com a Igreja, que perdurou. Esta mudança foi atestada pelo botânico alemão Heinrich Moritz Willkomm (1821-1895), que, em 1844, cumpriu uma viagem científica pela França, Suíça, Sul de Espanha e o Algarve. Tendo sido recebido nesta província pelos padres algarvios, concluiu:

Tenho de confessar que fui extraordinariamente surpreendido pela inteligência que é, quase sem excepção, própria destas pessoas. [...] O observado espantou-me tanto mais, quanto é maior é a ignorância e beatice que reina entre o clero espanhol. Aqui, Portugal e Espanha mostram de maneira estranha exactamente os contrastes. Em Espanha o povo está esclarecido e o clero é beato, em Portugal, ou pelo menos ainda no Algarve, o clero está esclarecido e o povo é beato. No Algarve encontrei sacerdotes que

não só estavam bem informados sobre todos os assuntos mas eram também liberais em relação à política e à religião, sobretudo, porém, no que diz respeito à política.⁴⁴⁴

Com efeito, entre o número de presos e exilados da guerra civil, perseguidos por suspeita de afeição liberal, contaram-se vários eclesiásticos da região que, tendo finalmente regressado a suas casas e bens, contribuíram para a consolidação do regime liberal e para o adiantamento literário dos jovens, substituindo-se ao Seminário, compulsivamente encerrado (1834-1854). Entre os casos mencionados, são conhecidas a actividade pedagógica do padre António Caetano da Costa Inglês, formado no Seminário de Faro em convívio com D. Francisco Gomes do Avelar, e de João Paiva Correia, que prestaram relevantes serviços à causa da instrução.

A acção benemerita de António Caetano da Costa Inglês foi descrita por Francisco Xavier de Ataíde Oliveira nos seguintes termos:

Um caso particular e inesperado deu ocasião a que um discípulo da escola do venerando D. Francisco Gomes, e educado no seu seminário, quisesse em tributo da memória deste digníssimo sucessor dos Apóstolos, converter gratuitamente a sua casa em Seminário, na qual ensinasse à mocidade todas ou quase todas as disciplinas, que naquele (agora fechado) tinha aprendido. Assim o tem praticado desde 1835 o benemérito padre António Caetano da Costa Inglês, prior (então) da freguesia de Santa Maria de Lagos e cónego honorário.

No princípio deste ano começou o bom padre a dar lições de ler e escrever a um filho do seu amigo Joaquim Calapez, de Monchique, de cuja educação se encarregara em reconhecimento de ter esta família recolhido e abrigado em sua casa a do mesmo padre, durante o tempo em que pelo governo intruso esteve preso nas cadeias de Lisboa até o seu regresso em Julho de 1834. Para animar o menino foi o digno prior convidando para ensinar outros meninos da cidade, em quem descobria disposições próprias para aprender, aos quais com o tempo foi também alargando as matérias do ensino. A estes se juntaram outros do Algarve e Alentejo, de sorte que no fim de Setembro de 1846 contava trinta discípulos, sendo 16 em gramática latina, 6 em filosofia racional e moral, 4 em direito canónico e dogma e 4 em teologia moral e dogmática.

Em Dezembro, apresentou-se o respeitável pároco em Faro com os seus discípulos mais adiantados, que foram examinados pelos examinadores sinodais e tão satisfeito ficou o prelado dos exames, que, banhado em lágrimas, não se fartou de dispensar elogios ao mestre e aos discípulos. [...]

Tempos depois foi o reverendo pároco colado na igreja de S. Brás de Alportel e porque o seminário se achava ainda fechado abriu as suas aulas naquela povoação, instituindo um curso eclesiástico de grande nomeada, frequentado por muitos estudantes algarvios e do baixo-alentejo.⁴⁴⁵

⁴⁴⁴ WILHELM, Eberhard Axel (int. e trad.) – «O Algarve há 140 anos: a viagem do botânico alemão Heinrich Moritz Wilkomm». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, vol. XVIII, 1988, p. 198.

⁴⁴⁵ OLIVEIRA – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar...* 1902, p. 131-133.

Mais uma vez vítima de perseguições políticas, António Caetano da Costa Inglês refugiou-se em Lisboa no ano de 1846. Quando regressou ao Algarve, foi prior, primeiro em Budens, depois em São Brás de Alportel, onde fundou um «seminário» por o de Faro estar encerrado e, por fim, foi cónego e lente da cadeira de Moral em Faro, quando aqui reabriu o Seminário. V. a este respeito DUARTE, Afonso da Cunha – *Igreja e instituições religiosas*. São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2005, p. 295-298. Vol. I.

A adesão ao ensino do Seminário, que funcionou em São Brás de Alportel sob direcção de António Caetano da Costa Inglês entre 1850 e 1854, foi provado por Afonso da Cunha Duarte⁴⁴⁶. No ano de 1850, frequentaram o seminário 35 alunos, entre crianças e adultos⁴⁴⁷; no ano de 1851, 41 alunos; no ano de 1853, frequentaram 33 e no ano de 1854, assistiram 21 estudantes, distribuídos conforme ilustramos no *Quadro III.23 Distribuição de alunos pelas cadeiras ministradas no seminário de São Brás de Alportel (1850-1854)*.

Os alunos provinham de diferentes localidades do Algarve e do Baixo Alentejo, nomeadamente, de São Brás de Alportel, de Portimão, Porches, Lagoa, Alcantarilha, Algoz, São Bartolomeu de Messines, Salir, Loulé, Tavira, Cachopo, São Teotónio (Odemira) e Almodôvar.

Em Moncarapacho, o padre João Paiva Correia desenvolveu semelhante actividade à de António Caetano da Costa Inglês, embora não dispunhamos no presente de dados sobre as cadeiras e a sua frequência.

Quando, em 1854, o Seminário de São José reabriu provisoriamente as suas portas, alguns alunos dos dois padres mestres começaram a frequentá-lo, justificando-se por essa via a diminuição de estudantes registada no ano de 1854 na Quadro supra. Os alunos e os dois professores foram integrados no Seminário de São José em reconhecimento ao mérito da instrução ministrada gratuitamente nas suas escolas, que beneficiaram quer os alunos que desejavam prosseguir a via eclesiástica, quer os que pretendiam continuar pela via secular. O Seminário e as suas ramificações pedagógicas propiciaram a formação de uma classe eclesiástica esclarecida, em convívio regular com um amplo leque de leituras, disponibilizadas pelas bibliotecas do Seminário e do Paço episcopal, que suplantou definitivamente o anterior modelo de formação, assente, em muitos casos, no modelo autodirigido e na leitura intensiva de um compêndio de moral.

III.3 O exército

Armas e letras são os dois polos da Monarchia: sem humas e outras se não podem conservar; e ainda as mesmas armas, se os seus Professores forem faltos de toda a instrucção da das letras, pequeno serviço farão á sua Patria.

⁴⁴⁶ *Igreja e instituições religiosas*. 2005, p. 295-298. Vol. I.

⁴⁴⁷ Os adultos eram subdiáconos e diáconos que, conforme clarificou DUARTE – *Op. cit.*, p. 298: «vivi- am em várias paróquias, estudavam com o pároco e vinham a São Brás de Alportel assistir a algumas aulas e fazer os exames».

A Guerra não he para os Officiaes hum officio; mas sim huma Sciencia
Conde Schaumbourg-Lippe⁴⁴⁹

A criação da Faculdade de Matemática, em 1772, na reformada Universidade de Coimbra é frequentemente invocada como símbolo do prestígio que a ciência alcançou em Portugal durante o século XVIII. Não foi, contudo, um fenómeno restrito à cátedra conimbricense ou ao círculo da Corte, que teve em D. João V (1706-1750) um dos principais impulsionadores pelo gosto do conhecimento metódico e exacto. Simultaneamente, surgiram nas províncias pólos de formação e de divulgação do conhecimento científico, mormente a Matemática e a Medicina, que nos permitem falar de uma periferização da cultura científica actualizada no último quartel de Setecentos.

À semelhança da ampla rede geográfica traçada pelas ordens religiosas, as forças militares tiveram, de forma semelhante, presença constante ao longo de todo o território, influenciando e entrosando-se na organização social, urbanística, económica e cultural, contribuindo para a «construção do país que somos», como escreveu António Ventura, que afirma:

[...] a partir do século XVIII, adquiriram um protagonismo maior, ultrapassando a esfera puramente castrense, dando um contributo fundamental no campo das artes, das letras e das ciências, quer individualmente, na qualidade de autores, quer pela sua inserção em instituições tradicionais – como a Universidade de Coimbra – ou nas diversas agremiações científicas, culturais e educacionais criadas ao longo do tempo.⁴⁵⁰

O Algarve, desde o século XVI, teve permanentemente a presença de um Governador e Capitão-General (1581-1836⁴⁵¹), que acumulou competências de âmbito mi-

⁴⁴⁸ ALMEIDA – «Conta do progresso do anos escolar de 1761-2». In ANDRADE – *A reforma pombalina dos estudos secundários...* 1981, p. 452. Vol. 2.

⁴⁴⁹ LIPPE, Conde Reinante de Schaumbourg – *Memoria sobre os exercicios de meditação militar para se remeter aos senhores Generaes, e Governadores de provincias, a fim de se distribuir aos Senhores Chefes dos Regimentos dos Exercitos de S. Magestade*. Lisboa: Na offic. de João Antonio da Silva, 1782, p. 9.

⁴⁵⁰ VENTURA, ANTÓNIO – «A Cultura: os militares na sociedade portuguesa (séculos XVIII e XIX)». In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 430. Vol. 3.

⁴⁵¹ Segundo LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve*. Prefácio de Isabel Nobre Vargues. Reprodução fac-similada da edição de 1841. Faro: Algarve em Foco Editora, [S.d.] imp. 1988 [1841], p. 71. Vol. 1, a primeira vez que o título surge documentado foi em 1581 nos livros da Misericórdia de Lagos. A 20 de Maio de 1595 terá sido dado regimento a Martim Correa da Silva e, em 1624, foi actualizado, destinando-se a João de Mendonça Furtado. O documento foi editado por LOPES – *Corografia...* 1988 [1841], vol. II: documentos ilustrativos n.º 17, do qual se extrai: «de maneira que se cumprão os meus Regimentos inteiramente, e para isto visitareis tudo pessoalmente as mais vezes que for necessario, e fareis todas as diligencias que cumprirem á defensão do dito Reino, e se a offenderem os inimigos, e corsarios que quizerem demandar as costas delle, e assim para qualquer necessidade que sobrevier aos logares de Africa, porque estas são as principais causas para que vos mando ao dito Reino, e fareis exercitar as gentes das companhias, sabendo as armas que tem e as que são necessarias para em todo o tempo se prover conforme meu serviço, e quando

litar, administrativo e civil, ao contrário de outras províncias em que esta função, depois de instituída em 1641, foi circunscrita ao campo militar⁴⁵². As razões prendem-se com a especial vulnerabilidade da região aos ataques dos corsários e ao facto de servir como base logística de apoio e socorro militar às praças do Norte de África. Nos finais do século XVIII contava com «9 governadores de praças com 49 fortes e baterias de suas dependencias, as quaes estão artilhadas e guarnecião a costa»⁴⁵³, estando 3711 homens affectos ao exército (cf. *Quadro I.4 Pormenorização dos estatutos socioprofissionais existentes no Algarve em 1787*).

Não obstante, as condições em que a actividade militar se desenvolveu até meados do século XVIII não foram favoráveis ao prestígio da instituição. Os cargos superiores eram ocupados por membros da Nobreza sem especial preparação técnica e os soldados ficavam frequentemente abandonados à sua sorte, acabando por cair na marginalidade⁴⁵⁴. A impreparação das tropas portuguesas evidenciou-se durante o período da denominada *Guerra Fantástica* (1762-1763), socorrendo-se o governo do auxílio inglês, que enviou a Portugal Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumbourg-Lippe (1724-1777), logo nomeado marechal-general do Exército Português.

O reconhecimento da acção do Conde Lippe em Portugal estendeu-se para além do êxito alcançado na guerra. No quadro das reformas pombalinas de modernização do país, Schaumbourg-Lippe assumiu um protagonismo especial ao aceitar o convite para dirigir a reorganização das forças armadas portuguesas, um investimento que se prolon-

em alguma ocasião, ou necessidade urgente cumprir ajuntar-se com a gente do Reino, e destas comarcas de Beja e campo de Ourique, assim de pé como de cavallo, todas ou parte ordenareis se juntem nos logares que vos parecer, escrevendo sobre isto aos capitães mores ou corregedores das ditas comarcas, aos quaes enviareis o treslado da parte deste Capitulo que disto tracta, assignado por vós, aos quaes mando que inteiramente cumprão o que lhes mandares dizer da minha parte sobre este cazo.»

⁴⁵² V. LOPES – *Corografia...* 1988 [1841], documentos ilustrativos n.º 17. Vol. 2.

⁴⁵³ LOPES – *Corografia...* 1988 [1841], p. 72. Vol. 1. O nível de protecção da costa algarvia foi reduzida durante o período das invasões francesas, como narra o autor: «No tempo do governo militar de Beresford fi desmontada a artilheria na maior parte dellas; e ficarão desmanteladas, e em progressiva ruina. Segundo o parecer da comissão dos engenheiros, que alli foi inspecciona-las, era preciso para a sua reparação mais de 27 contos de réis. Na luta com os rebeldes em 1833 e 34 transportarão elles alguma artilheria, que por alli havia, para accometter Lagos, Faro, e Olhão», p. 72-73.

⁴⁵⁴ V. MARQUES, Fernando Pereira – *Exército e sociedade em Portugal: no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*. Lisboa: Publicações Alfa, S.A., 1989, p. 29. O autor cita um impressionante testemunho do general Charles François-Dumouriez sobre as tropas portuguesas, aquando da sua participação na Guerra dos Sete Anos, em 1762, no qual afirmou: «l'armée [até à guerra de 1762] était composée d'environ huit à dix mille hommes moindres que des paysans, sans uniformes, sans armes, demandant l'aumône, ou assassinant pour vivre; les officiers de ces troupes étaient les valets, ou les écuyers des colonels [...]». In *Etat présent du Portugal en l'année 1766*. Lausanne, 1775, p. 107, apud MARQUES – *Exército e Sociedade em Portugal*. 1989, p. 29.

gou até à data da sua morte, no ano de 1777⁴⁵⁵. No contexto desta reforma estrutural, simultaneamente táctica e doutrinária, a sua acção exerceu-se de forma incisiva sobre a instrução dos militares, tema muito caro a um «príncipe das Luzes».

De entre as mudanças, conta-se a visão da actividade bélica como campo de conhecimento, sendo, por conseguinte, o sucesso de cada corpo militar entendido como resultado da adequada preparação científica dos seus membros. Na *Memoria* escrita em 1773 este entendimento é afirmado com clareza:

[...] **a Guerra não he para os Officiaes hum officio; mas sim huma Sciencia**, de que cada Ramo pede seu estudo, e que a mesma experiencia não he mais, do que uma Practica cega, que não instrue verdadeiramente o Official na sua Profissão, se elle não tem o espirito preparado para della se aproveitar.⁴⁵⁶

Os vários textos dados à estampa espelham a competência para meditar e implementar uma nova cultura científica e a elevação intelectual no seio das forças armadas, que teve repercussões ao nível de toda a estrutura militar. A Cirurgia, a Anatomia e a Matemática foram objecto de especial atenção e o estímulo dado ao estudo destas ciências deixou a sua marca na formação da cultura científica portuguesa, através da criação de «aulas», ou «cursos» ou ainda «academias», como indiferentemente foram designadas. Nos regimentos de artilharia, foram criadas as Aulas de Matemática, por ser a artilharia considerada «arma científica» do Estado dada a sua importância no esclarecer dos combates. O plano de estudos contemplou as matérias, sequência e livros de estudo⁴⁵⁷. Paralelamente, em cada hospital militar foi colocado um cirurgião-mor devidamente habilitado, a quem coube a obrigação de leccionar as disciplinas de Anatomia e Cirurgia.

O contexto do aparecimento destas aulas permite avaliar com maior exactidão a sua importância e o impacto que teve na configuração de uma nova cultura científica que se expandiu. O ensino da Matemática, por um lado, apenas tinha lugar na Academia Militar da Corte, e, por outro lado, o ensino da Medicina estava entregue em exclusividade à Universidade de Coimbra, sendo a aprendizagem e habilitação para Cirurgia e Anatomia só viável no Hospital Real de São José, em Lisboa (após 1755). A oferta disponível era, portanto, exígua para as necessidades do país. Assim, tanto no quadro da

⁴⁵⁵ O Conde Lippe regressou definitivamente à sua terra natal em 1768, mas continuou a corresponder-se com o governo português e a produzir regulamentação para implementar no exército lusitano. Sobre o percurso e relações do Conde de Lippe com Portugal v. SALES, P.º Ernesto Augusto Pereira – *O Conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1936.

⁴⁵⁶ Subls meus. In LIPPE – *Memoria sobre os exercicios de meditação militar...* 1782, p. 9.

⁴⁵⁷ Alvará de 15 de Julho de 1763.

história dos cuidados de saúde prestados em Portugal, como no quadro da expansão das instituições de ensino e disseminação do conhecimento científico, a introdução desta nova modalidade de instrução teve um papel que merece a nossa atenção.

III.3.a A expansão das academias e das bibliotecas militares

Os lentes das aulas de matemática em Lagos, Estremoz, Lisboa e Valença do Minho ficaram incumbidos de explicar e traduzir os autores recomendados, uma vez que o corpo aprovado de leituras era em língua francesa, anunciando-se para breve as respectivas traduções. Entre os autores autorizados, destacaram-se as obras de Bernard Forest de Béliador (1698-1761) (*Curso de Mathematica, Bombardeiro Francez e Sciencia dos Engenheiros*), de Joseph Dulac [Du Lacq] (1706-1757) (*Theorie nouvelle sur le mecanisme de l'artillerie*) e o arquitecto francês Sébastien Le Prestre de Vauban (1633-1707) (*O Attaque, e defença das Praças*). Fora do acervo bibliográfico prescrito, estavam proibidas outras leituras, prática para que foi prevista a sanção de pena de expulsão das aulas e dos regimentos a quem «compre, ou retenha, havendo-os comprado, outro algum livro da Profição, que não sejaõ os que ficaõ acima determinados para os seus Estudos»⁴⁵⁸.

As resistências a um sistema que introduziu a aplicação pessoal e o mérito científico como critério para a ascensão na carreira militar levantou sérias resistências. O alvará de 4 de Junho de 1766 é prova dos obstáculos que foi necessário vencer, nem sempre com êxito. Nesse diploma o monarca declarou ser do seu conhecimento que «se tem alterado em partes substanciaes por intelligencias contrarias á mente com que foi expedido», reiterando a especialização profissional e a substituição do critério de antiguidade pelo do mérito, como os requisitos legítimos para a progressão.

Associadamente, foram criadas as bibliotecas militares como uma via de complementar os estudos. Em 1773, na *Memoria sobre os exercicios de meditação militar...*, o Conde Schaumbourg-Lippe expôs a sua concepção sobre a relevância da leitura para a prática militar, afirmando que só ela permitiria ao oficial agir de forma autónoma, quando desprovido de regulamentos ou sem acesso aos superiores hierárquicos, achando «em si mesmo as luzes necessarias, para tomar o partido mais conveniente, ou ventajoso»⁴⁵⁹.

⁴⁵⁸ *Id.*, p. 22.

⁴⁵⁹ LIPPE – *Memoria sobre os exercicios de meditação militar...* 1782, p. 3-4.

Para levar por diante este programa de formação contínua, o Conde Lippe determinou:

[...] haverá em cada Guarnição, debaixo da guarda e direcção do Governador ou Comandante, hum numero de Exemplares dos Livros Militares que S. Excellencia, o Ministro de Estado, dirigindo os Negocios da Guerra ordenar, em consequencia das Ordens de S. Magestade.

Atendendo à profusão de livros existentes no mercado, o autor fez uma primeira selecção «para evitar a tardança, que causaria a indicisão». Apresentou um núcleo bibliográfico-militar reduzido, constituído por 10 títulos, de pequenos formatos, compondo uma pequena biblioteca técnico-profissional, onde mais importante do que o número de títulos era o número de exemplares disponíveis. Neste sentido, lembrou:

[...] **naõ he a questãõ formar letrados**, nem fazer ostentaçãõ de erudiçãõ: o **fim desta Instituiçãõ, he sómente exercitar o talento dos Leitores**, e fornecêlos, ou seja pela mesma Leitura, ou pela Meditaçãõ que ella occasiona, de ideas das quaes possaõ, carecendo, fazer uso immediato na Practica⁴⁶⁰.

O rol idealizado era composto pelos títulos elencados no *Quadro III.24 Composição da biblioteca militar idealizada pelo Conde de Schaumbourg-Lippe*⁴⁶¹.

A lista em causa alargou o espectro de leituras permitidas pelo alvará de 15 de Julho de 1763. O tempo decorrido entre o plano pedagógico inicial e esta abordagem, associada à perspectiva de que ao militar era crucial a actualização dos conhecimentos, assim como a notícia do que em outras nações se produzia, justificou o incremento⁴⁶². Nesta nova ordem, o domínio comportamental, designadamente o reforço do sentido de coesão, de sacrifício e de amor à nação foi também atendido. Para o efeito foi proposta a adopção de um «Compendio de Factos», a existir em cada uma destas bibliotecas, para o registo dos feitos dignos de glória e de emulação⁴⁶³.

⁴⁶⁰ Subls. meus. *Id.* p. 5.

⁴⁶¹ A descrição é feita conforme as indicações do autor.

⁴⁶² Lê-se na *Memoria sobre os exercicios de meditaçãõ militar*: «Porque sobindo todos os dias a maior auge, e perfeiçãõ as Sciencias em diversos Paizes, he preciso, para naõ ficar a traz em quanto os outros se vaõ illustrando, instruir-se dos progressos dellas, permittir-se, e ainda mesmo animar aos Estudos, e Leituras particulares de Auctores diferentes daquelles que se achaõ estabelecidos por auctoridade, para serem ensinados nas Aulas de Artilharia, e Engenharia», juntando-se a isto o conhecimento dos «Livros, e Regulamentos Militares modernos que se tiverem publicado, ou se publicarem em Hespanha», p. 21.

⁴⁶³ Acerca deste assunto, diz o texto: «Com os talentos do espirito se aperfeiçoaõ pela Meditaçãõ, e a gema das Virtudes do coração, que excitaõ os bons exemplos, **seria de dezejar, que hum Escriptor habil enriquecesse a Bibliotheca Militar com hum Compendio de Factos**, que apresentassem exemplos daquellas Virtudes sublimes, que o Estado Militar tem a gloriosa ventagem de dar particularmente occasiãõ de se praticarem, taes como o heroico Sacrificio das vidas, a Constancia nos trabalhos e perigos, a Obediencia cega, e resignada, o Desenteresse, a Magnanimidade com os vencidos, &c. Será necessario fazer escolha destas passagens Historicas com discernimento, naõ admittindo senaõ aquellas que forem bem veridicas, e sem mistura de alguma circumstancia, que possa escurecer-lhe o lustre. A Historia de huma Naçãõ como a Portugueza, que soube levar a Gloria das suas Armas até às extremidades da terra, e

A censura, porém, manteve-se como forma de preservar a estratificação militar. Acreditava-se que o acesso indiscriminado aos livros poderia pôr em causa outros valores identicamente importantes para o funcionamento da instituição militar, tal como a obediência. A instrução era defendida enquanto meio para reforçar as competências da condição presente, evitando que se gerasse a ideia de que a todos era legítimo ascender a postos superiores. Acerca dos «inconvenientes que podem nascer dos abusos da Leitura» diz o texto: «Algumas vezes ha espiritos que, por terem lido muito, se deixaõ levar taõ fortemente da opiniaõ do seu proprio saber, que por este meio se enfraquece, e diminue o respeito, e a atençaõ devidos aos seus Superiores.» (p. 10). Para evitar os perigos, o autor esclarece que nenhuma leitura tem «força de Lei» e que «nenhum Official será já mais admittido a auctorizar a sua conducta com a opiniaõ de algum Auctor Militar, em tudo aquillo em que as Ordens dos seus Superiores forem expressamente determinadas [...]» (p. 10-11). Todavia, a estrutura apresentada não é totalmente estanque e abre espaço a que o mérito seja efectivamente compensado, como pode ler-se: «Com tudo se algum Official depois de se ter muito bem inteirado de tudo o que pertence à sua graduacão actual, quer applicar-se à instrucção do que diz respeito às graduacões superiores, não lhe será isto absolutamente prohibido» (p. 13).

Foi esta a moldura doutrinária que permitiu o estabelecimento de pólos periféricos do ensino da Matemática, da Cirurgia e da Anatomia, que, embora não tenham expressão em todas as províncias portuguesas, a sua expansão para fora das principais cidadelas do conhecimento não deixa de ser significativa, ao ter permitido lançar as sementes da educação científica em espaços, até então, alheados de tal interesse intelectual. Se, em alguns aspectos, as inovações militares não frutificaram, como garantiu Latino Coelho⁴⁶⁴, no campo concreto da instrução, o novo paradigma mental venceu, tendo alcançado durante o reinado de D. Maria I franca expansão, tanto ao nível da fundação de novas academias de ensino superior na cidade de Lisboa, como a Academia Real da Marinha (Carta de Lei de 5 de Agosto de 1779), a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (Carta de Lei de 2 de Janeiro de 1790), a Academia Real dos Guardas-Marinhas (Carta de Lei de 1 de Abril de 1796) ou o Real Colégio Militar (1802), quanto

(o que he mais ainda,) cujas virtudes heroicas, para libertar, e defender a Patria, triunfaraõ por largo tempo do numero e do poder, fornecerá abundante materia.» Subls meus. In *Memoria sobre os exercicios de meditação militar...* 1782, p. 7-8.

⁴⁶⁴ O autor afirma que «nos últimos anos do reinado de D. José, o Exército havia quase retrocedido ao estado em que permanecera nos tempos do seu predecessor.» In COELHO, José Maria Latino – *Historia política e militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814*. 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916 [1874], p. 85.

ao nível da aprovação das academias científicas na província, como a que em Tavira obteve estatutos aprovados no ano de 1796 e cujo funcionamento regular só as invasões francesas perturbaram.

III.3.b O caso do Algarve

A utilidade e a expansão das aulas militares estiveram imbricadas com o papel que os militares desempenharam no processo de conhecimento e ordenamento do território verificado nos finais do Antigo Regime. No plano regional, a questão da «restauração do Algarve»⁴⁶⁵ acentuou o grau de envolvimento activo dos engenheiros militares e das suas equipas⁴⁶⁶.

Se aos Governadores das Armas era pedido o reconhecimento do território e a sua defesa, a inspecção, memórias descritivas, plantas e orçamentos, foi aos engenheiros militares que coube a execução desta massa documental. Os testemunhos materiais que nos chegaram revelam dois traços singulares destes profissionais, isto é, a sua versatilidade operacional e técnico-científica e o conhecimento efectivo do território, das suas instituições e gentes. O trabalho de gabinete, executado no recato do quartel, era precedido de deslocações por todo o território onde estavam afectos. Estas saídas eram frequentemente realizadas em equipa, transportando a utensilagem própria do trabalho de campo, tais como as bandeirolas, as estacas, os cordéis, piques, outros mapas, quando os havia, réguas, lápis e compassos, entre outros. Pelas suas mãos foi produzido um acervo eloquente de documentos, que, ao longo da segunda metade de Setecentos, começou efectivamente a corporizar física e imageticamente o espaço nacional. Um exemplo concreto é o *Mappa geral de diferentes objectos, e noticias do Reyno do Algarve*, elaborado em 1788 pelo engenheiro José de Sande Vasconcelos, a que já fizemos alusão.

⁴⁶⁵ O desenvolvimento deste tema lê-se com detalhe em CORREIA, José Eduardo Capa Horta – *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: FAUP publicações, 1997.

⁴⁶⁶ A legislação pombalina que nos aponta para uma clara vontade de reformar o território é precisamente a que se refere ao Algarve, nos anos de 1773 e 1774, visando uma nova divisão administrativa e o fomento da actividade económica, que teve como expoentes a criação da Companhia geral de pescarias reais do reino do Algarve e a edificação de Vila Real de Santo António. Conhecer, regular e racionalizar o território e os seus recursos eram os objectivos destas medidas. Contudo, a reforma global do território é levada a cabo já no reinado de D. Maria I, através daquela que ficou conhecida como a *Lei da reforma das comarcas de 1790* (Carta de lei de 19 de Julho de 1790). Sobre este assunto, leia-se SILVA, Ana Cristina Nogueira – *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1998.

No Algarve, vemo-los a orientar a abertura de novas vias de comunicação⁴⁶⁷, em levantamentos topográficos, configurações geográficas e hidrográficas, projectos para obras diversas, principalmente de conservação e apoio militar, mas também em infra-estruturas civis como as relativas à edificação de Vila Real de Santo António, ou realizando estatísticas, memórias e orçamentos, que tinham, não raro, como destinatário a Coroa, mas também podiam ser dirigidos ao director de obras que as executava no terreno, ou ao ensino dos alunos que frequentavam as aulas criadas nos regimentos⁴⁶⁸. E se, como garante Jacques Revel, «a representação do território é primeiro que tudo um assunto do rei»⁴⁶⁹, a presença real foi bem evidente no Algarve neste quartel de século, como patenteia a massa cartográfica produzida, desenhando, delimitando, descrevendo, projectando e racionalizando o espaço, os homens e os recursos da região, (re)conhecendo-os enquanto objecto de domínio régio (v. *Figura III.9 Engenheiros militares em trabalho de campo*).

As aulas, por seu lado, permitiram formar mão-de-obra local especializada, capacitada para, em regular trânsito pela região, empregar-se nas diferentes solicitações oficiais. Confirma-se, a nível local, o perfil que destes profissionais Renata Malcher de Araújo traçou, afirmando: «Converteram-se num modelo de profissional polivalente, sempre requisitado: eram um misto de intelectuais, cientistas e técnicos, o que há muito já os fazia integrantes da elite cultural do País.»⁴⁷⁰

Sobre a Aula do Regimento de Artilharia do Algarve (Lagos) não obtivemos provas documentais de que tenha, de facto, funcionado desde a data da criação. O regimento, depois de reorganizado pelo decreto de 10 de Maio de 1763⁴⁷¹, foi transferido, em 1764, para o quartel da Feitoria em Oeiras, mais tarde incorporado no Regimento de Artilharia da Corte, e, só em Fevereiro de 1774, foi restabelecido em Faro, com a desig-

⁴⁶⁷ REGO, Romão José e VASCONCELOS, José de Sande – *Carta topographica das quatro legoas que jazem entre Vila nova de Portimão e Monxique com o alinhamento dos caminhos que se devem abrir, para comunicação das ditas Villas...* [material cartográfico]. [Escala não determinada]. 12.7.1773. Manuscrito. Color. 180x64 cm. Acessível em Instituto Português de Cartografia e Cadastro, CA 267.

⁴⁶⁸ Uma listagem deste conjunto de trabalhos muito diversos pode ler-se em BRABO, Francisco António Dias – «José de Sande Vasconcelos: engenheiro militar e cartógrafo no Algarve nos finais do século XVIII». *Stilus: revista de cultura algarvia*. Faro: AJEA Edições, n.º 6-7, 2004, pp. 145-176. Um grande número é acessível em linha no sítio da Biblioteca Nacional de Portugal, que tem vindo a digitalizar e a disponibilizar ao público a obra aí depositada da autoria de José de Sande de Vasconcelos. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt/>

⁴⁶⁹ REVEL, Jacques – *A invenção da sociedade*. Trad. de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, Difusão Editorial, Lda., 1990 [1989], p. 144.

⁴⁷⁰ ARAÚJO, Renata Malcher de – «Engenharia militar e urbanismo». In MOREIRA, Rafael, dir. – *Portugal no mundo: história das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989, p. 269.

⁴⁷¹ Fora criado em Dezembro de 1718 como Regimento de Artilharia e Marinha do Reino do Algarve.

nação Regimento de Artilharia do Algarve, passando a designar-se Regimento de Artilharia n.º 2, em 1806. Somente a partir daquele ano, o regimento permaneceu na região, criando condições para que pudesse desenvolver a actividade pedagógica regularmente. Pouco se sabe do progresso da aula. Não obstante, as reclamações dos examinandos dão-nos algumas pistas. Foi o caso da representação que o primeiro Tenente de Artífices, Amaro José Ribeiro, dirigiu ao Conselho de Guerra na sequência de um processo de exame, no qual pôs em causa o merecimento científico dos examinadores. A avaliação do caso originou uma repreensão ao coronel do regimento, o brigadeiro Christiano Frederico Weinholtz, onde se escreve:

[...] o Coronel só considerou para serem aquelles Officiaes Examinadores a sua antiguidade, e de nenhum modo a sua sciencia, sendo a intelligencia, que elle deo ao sobre-dito Decreto, muito contraria, assim ás Reaes intenções, com que foi feito o mesmo Decreto com prejuizo do Real serviço, como fica sendo igualmente prejudicial aos Officiaes applicados, que vaõ ser julgados por pessoas imperitas, e incompetentes, que não tendo os conhecimentos necessarios para julgarem da sua applicação daraõ o seu voto áquelle, com quem tiverem maior amizade.⁴⁷²

Se a censura régia demonstra, por um lado, o género de dificuldades que, na prática, o novo sistema de ensino e progressão profissional enfrentou, serve igualmente para atestar a continuidade da reforma durante o período mariano, que materializou-se tanto sob a forma da aula, quanto sob a forma de estudo individual dos livros determinados pelo alvará de 4 de Junho de 1766. Desta aula, João Baptista da Silva Lopes referiu como professor distinto o coronel Teodoro da Silva Reboxo, comandante do regimento entre 4 de Maio de 1784 e 13 de Abril de 1793, data da sua morte⁴⁷³. Provavelmente, não desempenhou sozinho este cargo, atendendo a que daqui saiu o capitão José António da Rosa para exercer as funções de lente da terceira cadeira de artilharia (3.º ano) da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, não sendo, por isso, de estranhar que tenha colaborado na regência da aula de Faro⁴⁷⁴.

Tavira concentrou, por esse tempo, a maioria dos recursos que favoreceu o avanço da cultura científica, uma vez que aí residia o Governador e Capitão-General

⁴⁷² Resolução de 30 de Setembro de 1782.

⁴⁷³ Cf. LOPES – *Corografia...* p. 74. Sobre o seu percurso sabe-se que passou por Goa e já colocado no Algarve foi promovido a coronel do Regimento de Artilharia de Faro, por Decreto de 19 de Agosto de 1789, «em atenção aos serviços por ele praticados no reino e no estado da Índia, onde criou, exercitou, disciplinou e deixou estabelecido, como se lhe ordenara, o novo regimento e artilharia, mandado levantar na cidade de Goa.», ANTT, Conselho de Guerra, mç. 147, decreto de 19.8.1789. O nome deste militar também surge, em alguns autores referido como Teodósio. Optámos por seguir a versão do diploma legal, isto é, Teodoro.

⁴⁷⁴ ANTT, Conselho de Guerra, Decretos n.º 115-158: 1756-1799. Vol. IV *Synopse dos decretos remetidos ao extincto Conselho de Guerra*. Mç. 147, n.º 159, e mç. 149, n.º 118. José António da Rosa ficou a partir dessa altura agregado ao Regimento de Artilharia da Corte.

desde o terramoto de 1755, que destruiu parcialmente a cidade de Lagos. Os efeitos desta transferência na cidade fizeram-se sentir, desde logo, ao nível do património edificado⁴⁷⁵, mas as marcas evidenciaram-se igualmente no que diz respeito ao património intelectual. A nomeação do 6.º Conde Val de Reis, D. Nuno José Fulgêncio Agostinho João Nepomuceno de Mendonça e Moura para Governador e Capitão-General do Algarve (21/08/1786-09/11/1795) revelou-se auspiciosa em matéria de ensino militar⁴⁷⁶. Nesta cidade, encontrou em José de Sande Vasconcelos, Baltazar de Azevedo Coutinho, Vasco José Charpentier e Felipe José Gonçalves de Andrade aliados importantes para a implementação dos cursos de Matemática, Desenho e Cirurgia. E, em Lagos, foi o tenente-coronel Guilherme Coelho Ferreira quem assumiu a responsabilidade pela aula de matemática daquela praça⁴⁷⁷. Embora não tenhamos localizado documentos que acompanhem o exercício da aula de Lagos, o seu funcionamento seria, com grande probabili-

⁴⁷⁵ Referimo-nos às obras no palácio do Governador, testemunhadas em RÊGO, Romão José do – *Planta do acrescentamento que se fêz, ás Casas de Rezidência dos Sr.es Generais deste Reino do Algarve*. [planta ms., color.] Tavira, 7, Agosto, 1769. Consultável em Arquivo Histórico Militar, cota PT/AHM/DIV/3/20/01/45. Referimo-nos ainda às obras do hospital militar, projectadas por VASCONCELOS, José de Sande – *Projecto para o hospital militar de Tavira por ordem do Il.mo e Ex.mo S.r Conde de Val de Reys, G.or e Cap.am G.al do R.no D.º Alg.e e &c &c &c*. [planta, ms., color.]. S.l. [Tavira]: 1795. Disponível em: <http://purl.pt/22455>. E, por fim, um dos ex-libris da cidade de Tavira, o Quartel da Atalaia, sobre o qual existem algumas plantas consultáveis Arquivo Histórico Militar, em PT-AHM-DIV-3-20-1-85 e PT-AHM-DIV-3-20-1-92.

⁴⁷⁶ A protecção que o General dedicou ao ensino e à ciência é reconhecida no texto que lhe dedicou o Ajudante do Regimento de Artilharia do Reyno do Algarve, Guilherme Coelho Ferreira: «Mas que meu prazer mais se exalte, permita-me Vossa Excellencia que ao menos se avivem minhas consolações com a lembrança das fadigas, trabalhos, zelo e vigilancia que Vossa Excellencia praticou, e continua praticar no seu Generalato, não so pelo que pertence á Governança militar, favorecendo huns com estabelecimentos de Aulas de dezenho, da mathematica, e disciplinas necessarias, e indispensaveis aos officiaes de Infantaria; animando outros com sua respeitadissima prezença na factura e jogo das minas, trabalho, e construcção das baterias, da fortificação de campanha, e pratica de Artilharia [...]». In *Arte do Mineiro de M.r Geuss. Dedicado ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Conde Val de Reys Por Guilherme Coelho Ferreira Ajudante do Regimeno de Artilharia do Reyno do Algarve 1789*. [Ms.]. Acessível em BNP. COD. 13370.

⁴⁷⁷ São três as referências explícitas à existência da aula de Lagos: uma é o manuscrito da tradução da obra de Joachim Michael Geuss (1745-1786), *Théorie de l'art du mineur*. Maastricht, 1778, feita pelo então, ajudante do regimento de artilharia do Algarve, Guilherme Coelho Ferreira, em 1789, com o título, *Arte do mineiro*, dedicada ao 6.º Conde Val de Reis e a outra, mais tardia (179?) é o projecto da sua autoria em que se identifica como lente da aula: *Projecto de edificio destinado p[ar]a hospital militar da praça de Lagos / desenhado por Guilherme Coelho, capp[it]am d' artelharia, e lente de mathematicas na praça de Lagos ; copiado pel cor[on]el Jozé de Sande de Vasc[oncel]os ; mandado tirar por ordem e direcção C. de Val de Reys, g[overnad]or e cap[it]am g[e]n[er]al do [ei]no d' Alg[arv]e, pa[ra] ser presente ao Principe N. S..* Disponível na BNP em <http://purl.pt/24772>. Também o Aviso de 14 de Janeiro de 1794, expedido pela secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, aos Lentes das aulas Militares do Reino do Algarve, e confirmado pelo de 31 de Abril de 1795, expedido ao Coronel de Infantaria de Lagos, confirma a existência desta aula (PT/AHM/DIV/3/05/05/27/04). Aqui, trataremos a aula de Tavira por ser aquela de que dispomos de fontes directas sobre o respectivo funcionamento.

dade, orientado segundo as mesmas premissas que deram corpo ao «curço dos Estudos Militares»⁴⁷⁸, ministrado em Tavira.

III.3.c O Curso de Estudos Militares em Tavira

A notícia da *Aula de Artelharia, Geometria, Fortificação e Desenho* a funcionar na praça de Tavira⁴⁷⁹ remonta a 1787, sendo mencionada nas nomeações dos oficiais⁴⁸⁰ e na biografia daquele que veio a ser confirmado como seu professor proprietário, o engenheiro José de Sande Vasconcelos, quando declarou, em 1807, ser «Lente há 20 anos do Regimento n.º 4»⁴⁸¹. No entanto, a oficialização da aula só se verificou na fase final do mandato do Governador e Capitão-General, certamente como meio de garantir o funcionamento para além da governação.

Por decreto de 11 de Dezembro de 1795, o coronel do Real Corpo de Engenheiros, José de Sande Vasconcelos (Évora, 1730?-Tavira, 7.11.1808), foi nomeado lente proprietário da cadeira do Regimento de Infantaria de Faro, aquartelado na cidade de Tavira, com o soldo de 24 mil réis por mês, a título do exercício pedagógico⁴⁸², sendo designado para lente substituto o tenente Baltazar de Azevedo Coutinho⁴⁸³. O professor proprietário era engenheiro com provas dadas ao longo da sua extensa carreira e um exemplo do moderno perfil do militar português. Entrou no exército como voluntário e fez a sua formação superior na Academia Militar da Corte, onde defendeu conclusões públicas em Matemática. A 23 de Novembro de 1758, tornou-se ajudante de infantaria com exercício de engenheiro e, em 8 de Março de 1762, foi promovido a capitão. Trabalhou na cidade de Lisboa, em Almeida e Mazagão, e foi promovido a sargento-mor a 24 de Outubro 1771, sendo colocado no Regimento de Infantaria de Faro por Aviso de 5 de

⁴⁷⁸ VASCONCELOS, José de Sande – *Estatutos da aula militar do Regimento de Tavira*. [Ms.]. 1796. 4 fl. Acessível no AHM, PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/04. Incluímos a transcrição integral no *Anexo n.º 14: Estatutos da aula militar do Regimento de Infantaria de Tavira*.

⁴⁷⁹ Apesar da designação de «Artelharia», o facto de a aula ser leccionada em Tavira leva-nos a afirmar que não se tratava da aula do regimento de artilharia, aquartelado em Faro, mas sim de nova oferta lectiva.

⁴⁸⁰ Por decreto de 3 de Junho de 1789, o primeiro tenente do Regimento de Artilharia de Faro, Vasco José Charpentier, foi promovido a capitão de infantaria, com exercício de engenheiro, e o cadete do Regimento de Infantaria de Lagos, Balthazar de Azevedo Coutinho, foi promovido a ajudante de engenheiro «em atenção ao quanto tinham os agraciados sido de utilidade no progresso da aula de Artilharia, Geometria, Fortificação e Desenho, estabelecida na praça de Tavira pelo Conde de Val de Reis» (ANTT, Conselho de Guerra, mç. 147). Estas nomeações demonstram que a aula terá começado assim que o conde Val de Reis chegou ao Algarve, despertando o interesse de aspirantes das praças de Faro e de Lagos.

⁴⁸¹ VASCONCELOS, brigadeiro José de Sande – *[Requerimento] 14.3.1807, Tavira*. [Ms.]. 1807. Acessível em AHM: AHM/DIV/3/7/551.

⁴⁸² ANTT, Conselho de Guerra, mç. 153.

⁴⁸³ Esta nomeação valeu-lhe a promoção ao posto de capitão, por decreto de 17.12.1795.

Junho de 1772, para substituir o sargento-mor Romão José do Rego⁴⁸⁴. Aliou a prática a uma sólida formação teórica que difundiu, primeiro, em Lisboa, como lente substituto da Academia Militar da Corte e mestre de Matemática do 5.º Duque de Cadaval D. Nuno e, depois, no Algarve, onde dirigiu o «curço de Estudos Militares». A sua carreira científica foi coroada com a nomeação a 19 de Outubro de 1798 para membro fundador da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, cuja instalação ocorreu a 22 de Dezembro de 1798, para a qual produziu e apresentou o estudo intitulado «Exposição de diferentes planisferios pela projecção da esfera sobre diversos planos»⁴⁸⁵.

⁴⁸⁴ A sua progressão profissional decorreu a partir de então no Algarve: a 2 de Outubro de 1784 foi promovido tenente-coronel, a 21 de Abril de 1790 foi promovido a coronel e, a 2 de Abril de 1797, chegou ao posto de brigadeiro. O seu percurso biográfico e profissional foi estudado de forma pormenorizada por BRABO, Francisco António Dias – «José de Sande Vasconcelos: engenheiro militar e cartógrafo no Algarve nos finais do século XVIII». *Stilus: Revista de Cultura Regional*. Faro: AJEA Edições, Jan-Dez./2004, n.º 6-7, p. 145-176, que nos foi de grande utilidade. Teve nova edição actualizada em AA.VV. – *Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749): cartografia, cultura e urbanismo*, Porto: GEDES, 2006. Este trabalho prosseguiu uma notícia elaborada por CALLIXTO, Carlos Pereira – «Apontamentos para a história das fortificações do reino do Algarve: O mapa das fortificações do Algarve desenhado por José de Sande Vasconcelos». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, p. 295-337. Vol. XII. Foram já identificados cerca de oito dezenas de trabalhos assinados por José de Sande Vasconcelos, que se dividem por vários repositórios institucionais, tais como o Instituto Português de Cartografia e Cadastro, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Sociedade de Geografia de Lisboa ou a Biblioteca Nacional. Esta última disponibiliza a maioria dos trabalhos que estão aí depositados em linha.

Actualmente, a sua obra é objecto de vivo interesse historiográfico, tendo a historiadora de arte Daniela Nunes Pereira apresentado os recentes resultados da sua investigação numa comunicação que se encontra no prelo, cuja notícia agradecemos: PEREIRA, Daniela Nunes – «Celebrações barrocas na Cartografia de José de Sande Vasconcelos» – In *Memórias del 5o Simpósio Ibero-Americano de Historia de la Cartografía (5SIAHC)*. *Dibujar y pintar el mundo: Arte, cartografía y política*. Bogotá, Colombia: Universidad de los Andes (no prelo).

⁴⁸⁵ A *Sociedade Real Marítima, Militar e Geographica para o desenho, gravura e impressão das cartas hydrographicas, geographicas e militares* foi criada pelo Alvará de 30 de Junho de 1798, por proposta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tendo como fim a preparação da «Carta Geral do Reino». A instituição era formada por quatro ministros de Estado, oficiais da Marinha e do Exército, professores das academias militares e da Universidade de Coimbra e pelo director-geral dos desenhadores, gravadores e impressores, consertando esforços para reunir numa só instituição o trabalho cartográfico que vinha a ser desenvolvido. Dividida em 2 classes, a primeira tinha como objecto as cartas hidrográficas e a segunda as cartas geográficas, militares e hidráulicas. Sobre a segunda classe que aqui mais nos interessa, diz José Silvestre Ribeiro: «A 2.º classe tinha como principal encargo a publicação da carta geographico-topographica do reino, que o governo mandara levantar, e na qual se estava então trabalhando.

Tinha a seu cargo o deposito e a gravura das cartas militares, tendentes á defeza do reino e dos dominios ultramarinos.

Devia fazer desenhar e gravar as cartas de canaes, e de outras obras hydraulicas, destinadas a facilitar as communicações interiores do reino, e a fertilisar os terrenos por meio de irrigações.

E, finalmente, devia publicar as cartas parciaes do reino, deduzidas da grande carta, depois d'esta se concluir, a fim de que aquellas cartas parciaes servissem de base a um luminoso, exacto e geral cadastro das provincias.» In RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874, p. 161. T. IV.

Os sócios eram incentivados a apresentar memórias sobre hidrografia, geografia ou qualquer assunto relativo às ciências exactas, tendo José de Sande Vasconcelos proferido um estudo da sua autoria, intitulado «Exposição de diferentes planisferios pela projecção da esfera sobre diversos planos» (*Id.*, p. 165) e desenhado a *Planta da cidade de Tavira* [planta, ms., color.], que dedicou «aos Ill.mos e Ex.mos S.rs Concelheiros, Secretarios de Estado e Prezidentes da Sociedade Real». Acessível no IGP, CA396.

Após a maturação de oito anos, a *Aula* transformou-se, em rigor, num «curso dos estudos militares» (art.º 2.º), sustentado no «estudo das Ciências Matemáticas especialmente necessárias a qualquer off.^{al} de Infantaria» (art.º 2.º). Através dos estatutos, José de Sande Vasconcelos reivindicou a legitimidade e o reconhecimento da formação científica para a arma de Infantaria, quebrando a exclusividade que, de início, fora atribuída às aulas regimentais de artilharia, aprovadas por alvará régio. De resto, só assim se justificam os Estatutos, isto é, pela ausência de legislação a enquadrar a prática do ensino na arma de Infantaria, atestando-se, assim, o enraizamento do espírito científico na prática militar.

Pelos Estatutos de 13 de Setembro de 1796 (v. Anexo n.º 14: Estatutos da aula militar do Regimento de Infantaria de Tavira), o funcionamento do Curso foi regulado em todos os seus aspectos técnico-pedagógicos: professores, plano de estudos, o método e o modo de ensino, a avaliação e o público-alvo; o horário lectivo, o calendário de exames e o período de férias; os prémios e as sanções; processo de exame para efeitos de progressão; licenças e relatórios sobre o seu progresso⁴⁸⁶. No *Quadro III.25 Plano de estudos da aula militar do Regimento de Infantaria de Tavira*, sintetizamos os elementos relativos ao plano curricular. O cotejo elaborado entre este plano de estudos e os planos da Academia Real da Marinha (1779) e da recente Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790), permitiu-nos observar algumas semelhanças. Os próprios Estatutos acusam a influência ao tratar o assunto do horário lectivo (v. *Quadro III.26 Horário Lectivo da Aula Militar de Tavira*), afirmando: «na conformidade das Reaes aulas da Corte, pertencentes a Engenheiros» (art.º 12.º), isto é, da Academia Real de Fortificação.

Se, numa primeira abordagem, o plano curricular pode parecer-nos demasiado ambicioso é oportuno esclarecer que as aulas regimentais regidas nas províncias, obtiveram, por alvará de 13 de Agosto de 1790, estatuto de ensino superior, formando uma espécie de politécnicos actuais. Nele determinou a rainha:

Atendendo ao que se Me representou por parte dos Alumnos das Aulas Militares estabelecidas nos Regimentos das Provincias deste Reino, e do Algarve: Sou servida, que **apresentando-se na Academia Real da Marinha com Certidões de frequência, e**

⁴⁸⁶ Conhece-se o plano de estudos relativo à aula de artilharia da praça de Elvas, mas, como o próprio nome indica, não é tão completo como os Estatutos da aula de Tavira. Este tem ainda a particularidade de ser o primeiro documento, ao que se sabe, a regulamentar uma aula fora da arma de Artilharia. V. POLICARPO, Fernando – *O Real Colégio Militar: contributos para o estudo do seu modelo de ensino e formação (1802-1837)*. 2006, p. 60-68. Dissertação de mestrado em Didáctica da História, apresentada à FLUL. Acessível na Biblioteca da FLUL.

exame dos seus respectivos Lentes, serão examinados pelos Lentes da sobredita Academia da Marinha; e ficando por eles aprovados, lhes expediráo Certidões na forma praticada com os seus Alumnos, em virtude das quaes **os hei por habilitados, para podem entrar na Escola dos Engenheiros, e gozar das mais graças, e privilégios concedidos aos matriculados, e aprovados na mesma Academia da Marinha.** (subls. meus).

A Academia Real da Marinha foi criada em 5 de Agosto de 1779, para ministrar o curso superior de Matemática, para aplicação à Navegação, com uma duração de três anos⁴⁸⁷. A Lei previu que aqueles que pretendessem o posto de oficial Engenheiro deveriam concluir primeiro este curso, passando depois a «ouvir lições de Fortificação, e Engenharia, e a se instruirem no desenho, tendo-lhes determinado Professores para este efeito». Todavia, os estudos de Fortificação e Desenho não tiveram o desenvolvimento desejado, pelo que, a 2 de Janeiro de 1790, a rainha criou um novo instituto de ensino superior, a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho⁴⁸⁸, também conhecida como a «Escola de Engenheiros», como no texto acima é referida. Esta Academia funcionava como continuação da primeira, tendo como pré-requisito para os que pretendessem seguir Engenharia ou Artilharia a aprovação nos primeiros dois anos do curso de Matemática da Academia Real da Marinha, e de um ano para os que se destinassem a oficiais de Infantaria ou Cavalaria. Como bem notou Manuel Themudo Barata: «Pela primeira vez se estabelece como condição de admissão a uma escola de ensino superior a precedência da frequência de uma outra escola de ensino superior»⁴⁸⁹. O citado alvará de 13 de Agosto de 1790 fez equivaler as aulas regimentais oficiais, como a de Tavira, às ministradas pela Academia Real da Marinha, equiparando-as, por conseguinte, a aulas de ensino superior. Estamos, pois, perante os primórdios do ensino superior na província.

⁴⁸⁷ O contexto militar, desde longa data, privilegiou o ensino da matemática. A sua escolarização verificou-se por decreto de 13 de Julho de 1647 (D. João IV) com a criação da Aula Real de Fortificação e Arquitectura Militar, cujo ensino foi entregue ao cosmógrafo-mor do reino, Luís Serrão Pimentel, que, desde Maio de 1641, dava aulas de artilharia e esquadria no paço. Na segunda metade de Seiscentos, a aula passou a ser conhecida como Academia Militar da Corte. O ensino nesta Academia foi interrompido durante o período de três anos após o terramoto de 1755 e o reinício não foi satisfatório, o que originou a criação da Academia Real da Marinha (1779) e depois a Academia Real de Fortificação. Cf. BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 439-450 e 412-421. Vol. 3.

⁴⁸⁸ O curso tinha a duração de três anos para as especialidades de Infantaria e Cavalaria e de quatro anos para Artilharia e Engenheiros, e a seguinte distribuição de matérias: no 1.º ano, Fortificação Regular, princípios fundamentais de qualquer Fortificação e Ataque e Defesa das Praças; no 2.º ano, Fortificação Irregular, Efectiva e de Campanha; no 3.º ano, Teórica de Artilharia, das Minas e Contraminas e a sua aplicação no ataque e defesa das Praças; no 4.º ano era ensinada a Arquitectura Civil, corte de pedras e madeiras e orçamentação de edifícios, conhecimentos relativos a materiais e a sua composição; construção de caminhos e de calçadas e, por fim, a Hidráulica. Lei de 2 de Janeiro de 1790.

⁴⁸⁹ BARATA e TEIXEIRA, dir. – *Nova História Militar de Portugal*. 2004, p. 423.

A selecção dos livros é muito significativa quanto à actualização dos conhecimentos transmitidos na aula. Considerando o período de formação do Engenheiro José Sande de Vasconcelos, a década de 50, terá certamente estudado pelos textos fundadores da especialidade, escritos em língua portuguesa e em uso na Academia Militar da Corte, como o *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares & irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes á architectura militar* (Lisboa, 1680), de Luís Serrão Pimentel (1613-1679), e o *Engenheiro Portuguez* (Lisboa, 1728-1729), composto por Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749). O que se verifica no plano de estudos (*Quadro III.25 Plano de estudos da aula militar do Regimento de Infantaria de Tavira*) é que estes textos não fizeram parte do elenco bibliográfico seleccionado, assim como também não foram incluídos os livros de Bellidor, determinados no plano de estudos da autoria do Conde Lippe e que tiveram versão portuguesa nos anos de 1764-1765. Sande Vasconcelos escolheu, ao invés, textos estrangeiros de mais recente publicação, actualizados face aos avanços no conhecimento matemático, seguidos, traduzidos e acrescentados pelos professores da também recente Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra (1772), onde se exigia, de acordo com os novos desígnios, actualidade e clareza aos manuais em uso.

Esta actualização não deverá atribuir-se exclusivamente ao espírito de Sande Vasconcelos. Pensamos que terá sido determinante o contributo de Baltazar de Azevedo Coutinho, mais jovem, e formado em Matemática por aquela Universidade, onde se lia por Bezout (1730-1783). Igualmente francês era o autor seguido na disciplina de Desenho, Nicolas Buchotte, engenheiro do Rei de França, que editou em 1722, em Paris, *Les règles du dessin et du lavis*, considerado como «un manuel pratique, extrêmement complet et pédagogique, des règles du dessin architectural et cartographique»⁴⁹⁰. Os princípios teóricos da Arquitectura vieram de Itália num tratado muito completo de Alessandro d'Antoni, director das aulas de Artilharia e Fortificação em Turim, intitulado *Ar-*

⁴⁹⁰ Isabelle Warmoes, do Musée des plans-reliefs, afirma que esta obra foi a segunda a ser publicada em França, permitindo a difusão das normas estabelecidas no final do século XVII para obter uma representação uniforme dos territórios militares em diferentes escalas: «Ces codes graphiques sont précisés et diffusés dans diverses publications techniques éditées à l'attention des ingénieurs militaires au tournant des XVIIe et XVIIIe siècles (...). Parmi les plus célèbres, on trouve le traité d'Hubert Gauthier de Nîmes intitulé *L'art de laver ou nouvelle manière de peindre*, publié à Paris en 1687 et réédité en 1697 dans une version augmentée sous le titre de *L'art de dessiner. Les règles du dessin et du lavis* de Nicolas Buchotte, publiées à Paris en 1722, offrent aux ingénieurs militaires un manuel pratique, extrêmement complet et pédagogique, des règles du dessin architectural et cartographique.» In WARMOES, Isabelle – «La Rationalisation de la production cartographique à grande échelle au temps de Vauban». *CFC*. [Em linha] N.º 195, Mar./2008, p. 58. [Consult. em 4.10.2012]. Disponível em <http://www.lecfc.fr/new/articles/195-article-6.pdf>.

chitectura Militar (6 tomos), traduzido para português em 1790 por Matias José Dias Azedo (1758-1821), lente da Academia Real de Fortificação e Desenho (v. *Figura III.10 Rostos dos manuais seguidos na Aula Militar do Regimento de Infantaria de Tavira*).

O uso da «postila do lente», ou seja, o uso de apontamentos próprios, não deve ser desatendido. Manuel de Azevedo Fortes, por exemplo, quando publicou o seu *Engenheiro Portuguez*, esclareceu o leitor quanto à origem do texto:

Esta obra (amigo Leitor) não foy feita para se dar ao publico: o primeiro fim, que me propuz, foy a minha própria instrucção; e passou depois em postila para servir de Methodo aos Praticantes da Academia Militar, de que Sua Magestade foy servido encarregar-me.⁴⁹¹

O uso de postilas era um meio comum de aquisição e transmissão de conhecimentos, que paulatinamente foi substituído pelos manuais impressos; nesta época, elas têm ainda a legitimidade científica e são um meio de exhibir a instrução e o saber individualmente alcançados.

Não podemos precisar o modo como eram usados estes manuais, mas os textos legais induzem-nos no sentido da partilha dos livros entre lentes e discípulos. De resto, os livros têm uma forte componente ilustrativa, propícia à aprendizagem e à experimentação levada a cabo de forma individual (v. *Figura III.11 Materiais de uso nas aulas de desenho*).

Não obstante a variedade de matérias previstas no plano de estudos, as avaliações demonstram que o estudo da matemática e do desenho foram prioritários. São dois os quadros de avaliação que localizámos no Arquivo Histórico Militar, sendo um deles um quadro de frequência, composto por 26 alunos, onde o lente assinalou a frequência com «F» e os mais aplicados com «+»⁴⁹². O outro quadro intitula-se *Mapa D'Alumnos aprovados na Aula Real do Regim.^{to} de Tavira* e apresenta uma lista nominal dos alunos aprovados em Aritmética (12 alunos) e em Geometria (19 alunos). A avaliação é mais pormenorizada, sendo indicados os «de maior talento», os que «forão continuar os estu-

⁴⁹¹ «Prologo ao leitor». In FORTES, Manoel de Azevedo – *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados...* Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1728.

⁴⁹² *Por Ordem D'IL.mo, E EX.mo S.r Inspector General Mappa dos allumnos da Aula militar do regim.to de Tavira de que hé Lente o Brigadr.º Jozé de Sande Vas.cos.* [Ms. color.]. [1796?]. 1 fl. 32 x 21 cm. Acessível em AHM: PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/06.

dos a Lx.^a», os que «levaraõ os premios» e os que «desenhaõ» (v. *Figura III.12 Mapas de avaliação dos alunos da escola militar de Tavira*)⁴⁹³.

O ritmo das aulas articulava as aulas teórico-práticas e as saídas de campo. Os alunos saíam do quartel várias vezes para acampar em terrenos diferentes e tirar plantas, conforme as especificações técnicas aprendidas no contexto de aula (v. Estatutos, cap.º 14.º). Desses exercícios práticos, elaborados pelos discípulos sob a supervisão de José de Sande Vasconcelos, temos notícia dos que listámos no *Quadro III.27 Plantas executadas no âmbito da aula militar de Tavira*.

Não existindo dúvidas quanto ao funcionamento contínuo da Aula Militar em Tavira, entre 1787 e 1808, como atestam as diversas fontes documentais, é adequado concluir que ela constituiu um pólo periférico de formação científica, aplicada à prática militar, com influência muito para além do círculo restrito do exército, na medida em que o conjunto destes professores e discípulos formaram realmente uma nova elite local, que viria a desempenhar funções de relevo tanto na esfera militar, como na civil. E, na orgânica militar, o assunto ocupou efectivamente um lugar privilegiado, como pode comprovar-se no *Projecto de edificio destinado para hospital militar da praça de Lagos*, desenhado pelo capitão de artilharia, Guilherme Coelho, onde nos é dado observar o espaço físico previsto para a «Aula, Risco, Decurias e Lente» (destacado a azul), que, certamente, acumularia a aula de matemática e a de cirurgia no mesmo espaço (v. *Figura III.13 Projecto de edificio destinado p[ar]a hospital militar da praça de Lagos*).

José de Sande Vasconcelos, já no final da sua vida, dirigindo uma petição que visava a atribuição de uma comissão de residência, afirmou o seguinte sobre a sua experiência pedagógica:

(...) tendo ensinado com tanto desvelo, que os seos discípulos **saõ os melhores desenhadores de Portugal**, tendo desempenhado a obrigação dos seos postos em Rosilhom, **sahindo da sua Aula officiaes beneméritos p.^a todos os Corpos do Exercito**, e athé p.^a Capitaes Generaes como Ant.º Joze da Franca (...) subls. meus)⁴⁹⁴.

Se a acção do professor foi de tal ordem de grandeza, não o podemos asseverar; mas podemos garantir que a sua aula estimulou nas gentes locais uma visão da prática militar enquanto prática científica e o reconhecimento da instrução como alicerce do

⁴⁹³ VASCONCELOS, José de Sande – *Mapa D'Alumnos aprovados na Aula Real do Regim.^{to} de Tavira* [Ms., color.]. [>1796]. 1 fl. 36 x 23 cm. Acessível em AHM: PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/06.

⁴⁹⁴ VASCONCELOS, José de Sande – *[Requerimento] 1807. Tavira*. [Ms.] 1807. Acessível em AHM: AHM/DIV/3/7/551.

desenvolvimento individual e colectivo, como prova a petição dos oficiais do regimento de Infantaria n.º 14, datado de 7 de Junho de 1822:

Dizem os Officiaes do Regimento de Infantaria N.º 14, abaixo assignados, por si, e seus camaradas, que havendo no mesmo Côrpo huma Aula de Mathematica, e Fortificação, athe à invazão dos Francezes em 1808, ella se fexou pelo Regimento se dissolver naquella Época, e entrar depois de reunido em Campanha; e como agora, **pela felix Regeneração os supplicantes tem offerecido seus filhos para o serviço da Nação, bem certos, que elles serão addiantados, nos Postos Militares, segundo os seus mercimentos, e applicação, a qual não podem ter no Colegio dos Nobres, ou em outras Aulas da Capital, pela Longetude, e despezas que se fazem sempre peizadas a Officiaes, sem património;** por isso

Pedem os supplicantes a Vossa Magestade, seja servido mandar, que se estabelessa, novamente no Regimento, a Aula de que tratão, na qual hum bom Lente, e substituto, dezempenhando os seus deveres; mostrem que appresentão à Nação Discipulos dignos dos Postos Militares, que sem estes Estudos, já mais podem ser perfeitos Officiaes.⁴⁹⁵

O investimento intelectual que neste período se averiguou alargou-se identicamente aos estudos clínicos, sobre os quais versa a secção seguinte.

III.3.d Aula de Anatomia e Cirurgia em Tavira

Até à regulamentação da lavra do Conde Schaumbourg Lippe, a aprendizagem da cirurgia estava reduzida à aula do Hospital de Todos os Santos, que, depois do terramoto de 1755, transitou para o Hospital Real de São José, onde o ensino aos futuros clínicos, tais como cirurgiões, sangradores e boticários se desenvolvia de forma prática e experimental. Independentemente da qualidade do ensino aí proporcionado, compreende-se que o investimento fosse insuficiente perante as necessidades globais do país⁴⁹⁶.

Pelo alvará de 18 de Fevereiro de 1763, foi aprovada a composição do Estado-maior dos Regimentos de Infantaria, nos quais estavam incluídos um cirurgião-mor e seis ajudantes⁴⁹⁷. Estes cirurgiões-mores eram nomeados após a realização do exame de «Medicina, e de Cirurgia» junto do cirurgião-mor do Exército, de modo a garantir que «Sua Magestade esteja seguro de que nas suas Tropas não há nem hum só Cirurgião

⁴⁹⁵ Subls. meus. [*Petição*] 7.6.1822, Tavira. [Ms.] 1822. Acessível em AHM: AHM/DIV/3/7/551. A aula militar aqui tratada, objecto desta representação de 1822, não deve ser confundida com uma outra iniciativa do exército ao nível da alfabetização, criada por portaria de 10/10/1815, e em funcionamento pleno entre 1817 e 1823 em todos os corpos do exército, que visava resolver o problema da formação básica dos quadros militares, como vimos no capítulo II. Teve forte impacto na população civil, na medida em que se destinava também aos filhos dos militares e às crianças das localidades onde estavam aquartelados os regimentos.

⁴⁹⁶ Uma boa síntese sobre esta matéria, lê-se em SILVA, J. Martins e – «Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911». [em linha]. *RFML*. Série III, n.º 7 (5), 2002, p. 237-249. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/985>.

⁴⁹⁷ *Regulamento para o exercicio e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima, feito por ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza o Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General*. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1794, p. 4. Disponível em: <http://www.exercito.pt/sites/BibEx/Noticias/Documents/Infanteria.pdf>.

mór, que não seja habil na theorica, e na pratica»⁴⁹⁸. Releve-se a exigência para que o cirurgião fosse habilitado em Medicina e Cirurgia, reunindo suficientes conhecimentos teóricos e práticos, numa época em que a clivagem entre as duas profissões (médico e cirurgião) parecia total, como explica J. Martins e Silva:

[...] começava então a esboçar-se a bipolarização da formação clínica, em instituições diferentes, uma decorrendo na Universidade de Coimbra, de raiz escolástica e fundamentalmente teórica que concedia o grau académico, em contraste com a formação prática ministrada nos hospitais que habilitava para o exercício de desempenhos cirúrgicos. Esta dicotomia profissionalizante manteve-se inalterada até finais do século XIX.⁴⁹⁹

Ao mesmo tempo, ordenou-se a instalação de um hospital militar em «todas as Guarnições, que se compuzerem de hum regimento, ou de hum Batalhão» (p. 180).

No ano de 1761, foram determinados três hospitais militares para o Algarve, distribuídos por Tavira, Faro e Lagos. O seu aprovisionamento material e humano foi de difícil concretização⁵⁰⁰. Quando D. Nuno José Fulgêncio Agostinho João Nepomuceno de Mendonça e Moura rumou com destino ao Algarve (21/08/1786-09/11/1795), trouxe na sua comitiva o cirurgião e professor de cirurgia em Lisboa, José Gonçalves de Andrade⁵⁰¹. A 23 de Janeiro de 1787, este clínico foi nomeado «cirurgião mór do hospital militar de Tavira» com a obrigação de socorrer os hospitais e demais regimentos, assim como de «explicar Cirurgia na Aula, que lhe destinar o Governador daquele Reino, Conde Vale de Reis»⁵⁰². A aula esteve em funcionamento até ao ano de 1805, seguramente.

O *curriculum* não foi, no entanto, regulamentado, ficando à responsabilidade de cada cirurgião-mor a sua concepção. O plano de estudos que se conhece pertence à aula

⁴⁹⁸ Capítulo XVII: da escolha dos Cirurgiões; e do cuidado, que deve haver dos Soldados enfermos. In *Regulamento para o exercicio e disciplina dos Regimentos de Infantaria...*, 1794, p. 178.

⁴⁹⁹ SILVA – «Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa» 2002, p. 246.

⁵⁰⁰ A história destas três instituições militares foi traçada em pormenor por GIÃO, Manuel – «Os hospitais reais militares do Algarve: notas para a sua história». *Revista Portuguesa de Medicina Militar*. Lisboa: vol. 1, n.º 2, 1953, p. 241-255.

⁵⁰¹ Nasceu 12.2.1753 em Travassos do Rio, Montalegre, filho de António Gonçalves de Andrade e de «Senhorinha Gonçalves». A 25 de Janeiro de 1770, obteve licença de cirurgião sendo praticante de cirurgia com o professor José Gonçalves Correia e de anatomia como o professor Manuel Constâncio. Passou pelo regimento de Peniche como ajudante de cirurgião, tendo prestado juramento a 1.10.1774, e quando nomeado como cirurgião-mor do regimento de infantaria de Tavira é designado «professor de cirurgia nesta Côrte, e cidade de Lisboa.». Manteve-se no Algarve até finais de 1805, data em que desertou por ter cometido assassinio. Substituiu-o nas funções José António de Carvalho e Melo, cuja nomeação foi de feita a 31.10.1806, confirmada por aviso de 19.1.1807. V. GIÃO, Manuel – «As aulas de Anatomia e Cirurgia dos Hospitais Militares». *Imprensa Médica*. Ano XI: 267, 280, 326, 344, 368; Ano XII: 13, 19--, p. 25-26. O autor, que neste trabalho revelou dados inéditos sobre o assunto, trata em pormenor as aulas das Praças de Almeida, Elvas, Tavira, Chaves e Porto, demonstrando que se trataram verdadeiramente de aulas oficiais, com aprovação régia, habilitando «cirurgiões para o exército e para a clínica civil.», p. 7. Foi o seu trabalho a principal fonte de informação para a redacção desta secção.

⁵⁰² Decreto de 23.1.1787. Acessível em ANTT, Fundo Conselho de Guerra, mç. 145.

da Praça de Almeida, no qual são indicadas a duração e as matérias leccionadas, permitindo conjecturar, com alguma segurança, sobre os conteúdos dos restantes cursos provinciais⁵⁰³. A formação incluía as matérias registadas no *Quadro III.28 Curriculum provável da Aula de Cirurgia do Hospital Militar de Tavira, com base no plano curricular da semelhante Aula de Almeida*.

Em 1815, há notícia de que, sem substanciais alterações face ao que se observou na aula de Almeida, o Hospital Real de São José desenvolvia o curso de cirurgia em quatro anos, dividido pelas disciplinas de Anatomia e Fisiologia, Higiene e Patologia geral, Terapêutica e Patologia Cirúrgica, Operações e Arte Obstetrícia. A aula de Tavira teria, com elevada probabilidade, uma estrutura análoga.

III.3.e A biblioteca do cirurgião-mor do hospital militar de Lagos

Parece-nos inadequada a ideia de que nesta época os cirurgiões eram práticos sem teoria⁵⁰⁴. As normas de admissão no exército implicavam o domínio de ambas as modalidades e a biblioteca pessoal do cirurgião-mor António Camilo Pereira⁵⁰⁵, permite igualmente pôr em causa aquela aceção. Em Maio de 1806, o clínico fez transportar para Lagos a sua biblioteca (ou parte dela) onde se destacam os livros de uso profissional, vocacionados para a consulta e prática clínicas⁵⁰⁶. A lista reflecte o suporte teórico da actividade, com títulos referentes a Anatomia, Cirurgia, Medicina Militar, Botânica, Farmácia, Química, Fisiologia, Medicina Doméstica, Obstetrícia e Legislação⁵⁰⁷.

⁵⁰³ A aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves também teve estatutos próprios, redigidos em Junho de 1789 por Manuel José Leitão, mas não contemplam o plano curricular. V. a este respeito REIS, Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 2004, p. 225-231. Vol. I.

⁵⁰⁴ J. Martins e Silva aborda esta questão, afirmando: «Subjacente a tão lamentável situação [corrupção nos processos de exame] estava a ideia (e a própria lei) de que os candidatos a cirurgiões tinham poucos conhecimentos e também não precisavam de ter mais para o que lhes competia.» Mais adiante, o autor especifica o caso dos cirurgiões militares: «Continuando a haver uma permanente carência em pessoal habilitado, era com grande facilidade (e compadrio) que qualquer “jeitoso” ascendia rapidamente a lugares de cirurgião ou sangrador. Assim, não surpreende que os cirurgiões militares, por exemplo, fossem escolhidos pelos governadores militares das províncias ou pela hierarquia dos regimentos entre os praticantes em exercício nos hospitais militares e que, só muito tempo depois, quando precisavam de certificar a sua posição, requeriam o diploma.» In SILVA – «Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa... (2.ª parte e Conclusão)». 2002, p. 307-308.

⁵⁰⁵ Nasceu em 1775 na cidade de Lisboa e formou-se em «Medicina prática, aprovado em cirurgia e operações». A partir de 1 de Junho de 1798 foi ajudante de cirurgia no Regimento de Infantaria de Peniche; a 18 de Abril de 1804 foi nomeado cirurgião mor do Regimento de Cavalaria do Cais e por Decreto de 23 de Dezembro de 1804 foi nomeado cirurgião-mor do regimento de infantaria de Lagos, onde terminou a carreira a 6 de Dezembro de 1809. Cf. GIÃO – «Os hospitais reais militares do Algarve...» 1953, p. 252.

⁵⁰⁶ V. *Anexo n.º 15: Relação dos livros do cirurgião António Camilo Pereira, 1806*.

⁵⁰⁷ Uma das limitações deste género de fontes, as licenças de transporte de livros, é a frequente falta de dados ou a incoerência da listagem. No caso, António Camilo Pereira elaborou a lista por ordem alfabética, especificando o título, por vezes o apelido do autor, o n.º de volumes e o formato. O facto de nem

Tal como a caixa de instrumentos cirúrgicos solicitada ao Hospital Real de São José para o exercício clínico, também os livros integraram as ferramentas de trabalho deste cirurgião [v. *Quadro III.29 Número de livros, formatos e línguas de leitura da biblioteca do cirurgião-mor António Camilo Pereira (1806)*]. Predominam os pequenos formatos de mais fácil manuseio, o in-8.º (54,78%) e o in-12.º (36,52%), mas, é ao nível das línguas de leitura, que o conjunto assume a maior especificidade, com a predominância dos textos em língua francesa (75,5%). Segue-se-lhe, com grande distância, o português (13,04%) e, praticamente com valores residuais, o espanhol (6,09%) e o latim (5,22%). A influência cultural francesa parece dominante, ao menos, ao nível da mediação linguística, pois nem sempre a língua de leitura corresponde à língua da produção original. Entre os livros que compõem o acervo de textos em francês, 10 eram seguramente traduções do inglês, 3 eram traduções do alemão e 1 do italiano.

O perfil desta biblioteca e as exigências introduzidas pelo alvará de 18.2.1763 fazem, pois, ponderar a dimensão exclusivamente «prática» da profissão, sugerindo a abertura de uma linha de investigação que integre uma abordagem analítica internacional, capaz de incorporar referentes teóricos plurilinguísticos e horizontes intelectuais de referência europeia, abertos pela dinâmica de circulação do impresso científico.

Em virtude do que ficou exposto, parece-me adequado concluir que a nomeação dos cirurgiões-mores para os hospitais militares e a criação destas aulas proporcionaram novos pólos de acesso a cuidados de saúde especializados, incluindo a população civil como indiciam os livros de obstetrícia presentes no rol de livros de António Camilo Pereira, num tempo em que o recurso às terapêuticas dos curandeiros, benzedores e curiosos era a prática corrente. Em particular, as aulas introduziram uma nova área de ensino, permitindo um percurso equivalente ao que era possível realizar na aula do Hospital Real de São José, uma vez que, depois de examinados, os seus discípulos ficavam igualmente habilitados cirurgiões. Esta medida contribuiu para a descentralização do ensino e terá ajudado a fixar profissionais de saúde na província, assumindo a prática clínica.

Um indício seguro das vantagens destas aulas pode colher-se pelo duplicar da experiência. Foi o caso da criação da aula de cirurgia em São Paulo, no Brasil, pelo Governador António José da Franca e Horta. Este governador era, na verdade, o aluno

todas as entradas serem perfeitamente legíveis e não termos conseguido a referência completa para todas elas, impediu-nos de elaborar um quadro das áreas temáticas com a total distribuição quantitativa.

mencionado por José de Sande Vasconcelos como modelo do sucesso da sua aula de matemática. António da Franca e Horta conheceu pessoalmente a experiência da aula de cirurgia de Tavira que se desenrolou no mesmo período⁵⁰⁸. Quando em funções em São Paulo, e apercebendo-se da falta de cuidados de saúde à população em geral, o Governador fundou uma aula de cirurgia no hospital militar, que atribuiu ao físico-mor Mariano José do Amaral. A 11 de Maio de 1804, em carta dirigida ao Visconde de Anadia, escrevia António José da Franca e Horta, dando conta dos resultados e dos planos para um novo curso:

Com a maior satisfação ponho na presença de V. Ex.^a o resultado das minhas diligências em promover conhecimentos úteis nesta Capitania. Pelo documento n.º 1 verá V. Ex.^a que seis alunos que frequentaram o ano pretérito (1803) a Aula de Cirurgia instituída por mim no Hospital Militar desta cidade de que foi e continua a ser Lente o físico mór Mariano José do Amaral todos êles saíram aprovados pelos examinadores, com gôsto geral dos que assistiram a êste acto celebrado, como todos os mais, em uma das salas dêste Palácio, o que muito me lisonjeou porque não existindo nesta Capitania mais do que um só Cirurgião aprovado, havendo duas Aulas como pretendo, conseguirei deixar na Capitania pessoas com todos os conhecimentos da arte que possam soccorrer as moléstias da humanidade destituída até aqui de uma tal providência.⁵⁰⁹

A satisfação do Governador não era infundada, afinal tratava-se do «primeiro curso médico oficial instituído no Brasil»⁵¹⁰.

Apesar dos indicadores positivos, são necessárias cautelas na análise. Tal como não são conhecidos os planos pedagógicos de todas as aulas, também se ignora a competência científico-pedagógica efectiva dos clínicos que as ministravam, que ademais não tinham nos hospitais das províncias os mesmos meios técnicos e logísticos oferecidos na aula de Lisboa, gerando certamente resultados díspares. De qualquer forma, é consensual o reconhecimento de que a disseminação dos hospitais militares e o incre-

⁵⁰⁸ António José Correia da Franca e Horta nasceu a 4 de Setembro de 1753, em Faro, filho de João Carlos de Miranda e Horta (n. de Santarém, fidalgo cavaleiro) e de D. Maria Benta Teres Jacinta da Franca Côrte-Real. Fez a sua formação inicial em Faro, tendo no horizonte a vida eclesiástica, mas aos 20 anos enveredou pela carreira militar. Assentou praça no regimento de Infantaria de Tavira, onde frequentou a aula de matemática e daí partiu para a Universidade de Coimbra, onde se formou em Filosofia e Matemática. Regressou ao Algarve, sendo promovido a capitão por decreto de 28 de Janeiro de 1790. A 2 de Março de 1794 foi-lhe atribuída a patente de sargento-mor agregado ao Regimento da Artilharia da Corte, e nessa qualidade partiu para o Brasil com a família real. Foi demitido pelo governo francês, mas, no Brasil, foi nomeado governador e capitão-general da capitania de São Paulo. Chegou a marechal-de-campo e conselheiro da fazenda do Rio de Janeiro, cargos em que se manteve, mesmo depois de reformado, até 1821, em que a família real regressou a Portugal. V. CALLIXTO, Carlos Pereira – «Apontamentos para a história das fortificações da praça de Faro: a fortaleza de São Lourenço da barra de Faro». *Anais do Município de Faro*. Faro: Município de Faro, n.º 8, 1978, p. 85-100; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. XIII, p. 389 e BAËNA, Visconde Sanches de – *Famílias nobres do Algarve*. Lisboa: A Liberal, 1900.

⁵⁰⁹ *Apud* Campos, Ernesto de Souza – *História da Universidade de São Paulo*. 2.^a ed. [ed. facsimilada]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 65. Ed. fac-similada.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

mento do ensino cirúrgico foi um contributo significativo para o reforço e melhoria da rede de cuidados de saúde prestados à população portuguesa, assim como para a penetração de uma prática de aprendizagem e exercício clínico assente em premissas radicadas no conhecimento científico.

III.3.f A biblioteca do Regimento de Infantaria de Lagos

Se, doutrinariamente, o investimento intelectual do militar passou por frequentar as aulas da especialidade, ocupar-se da leitura nos tempos livres, usufruir da biblioteca regimental, estando comprovadas a implementação de muitas destas práticas ao longo do território, é de justiça referir que, no que diz respeito à viabilização das bibliotecas militares, os subsídios são escassos, pelo que reputamos significativos os dados recolhidos sobre a existência da biblioteca militar do Regimento de Infantaria de Lagos.

Os seus vestígios foram identificados quando seguimos o percurso dos alunos da Aula de Matemática de Tavira. Destacou-se o discípulo João Stuart⁵¹¹. Ingressou no Regimento de Infantaria de Tavira como cadete e fez aí o curso militar, dirigido por José de Sande Vasconcelos⁵¹², seguindo depois para a Academia da Marinha. Regressou ao Algarve como ajudante do Regimento de Infantaria de Tavira e, quando requereu o posto de capitão e transferência para o Regimento de Infantaria de Lagos, por razões pessoais, solicitou o parecer ao Governador das Armas, Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Menezes, que declarou:

[...] **aproveitando as horas vagas** que lhe restam das obrigações do seu posto, **as aplica a aumentar a sua instrução com o estudo e leitura dos livros da profissão, servindo-lhe** para isso muito **o saber perfeitissimamente a língua francesa; desenha muito bem**, mostrando nos **exercícios práticos** que faz à tropa, que entra de guarda nesta praça, **quanto estes se realçam quando** são fundados e **têm por base a Teórica**, em que ele tanto se instrui⁵¹³.

Nestas afirmações, conclui-se que João Stuart tinha obrigações instrutivas no regimento de Tavira, funções a que deu mais amplo desenvolvimento no regimento de Lagos, para o qual foi nomeado lente da aula de Matemática e onde formou a biblioteca

⁵¹¹ Nasceu em 1776, na freguesia de Santa Maria de Tavira, filho de António Stuart (marechal de campo), natural da Escócia, e de D. Francisca Ignácia de Azevedo, natural de Lagos.

⁵¹² Embora o seu nome não conste nas duas folhas de avaliação que localizámos, a sua frequência é atestada no *Borrão de campo de huma legoa d suburbios orientaes de Tavira. Pello lente Cor[on]el Joze de Sande, o Cap[it]am Vasco Joze Charp[enti]er, o Ajud[an]te substituto Balt[az]ar d'Azev[e]do Coutinho, discipulos d'Aula de Fortificação e Desenho da m[es]ma cid[ad]e nos exercicios de campo de 3 dias na semana ; Por ordem d'Ilmo e Exmo S[en]ho[r] Conde de Vale de Reyes, G[overnad]or e Cap[it]am G[e]n[er]al do R[e]i[n]o d' Algarve. [Material cartográfico]. 1 mapa [Manuscrito] Color.; 139x177cm, onde se encontra a assinatura do cadete João Stuart como co-autor. Disponível em <http://purl.pt/24770>*

⁵¹³ MENEZES, Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Menezes – [*Parecer*] [s.d.]. Acessível em AHM, AHM/DIV/3/7/243.

militar, como no-lo prova a licença de transporte de livros de 26 de Janeiro de 1807: «Diz João Stuart Cap.^m do Regimento d’Infantaria N.º 2 qe. precisa remetter em Lagos p.^a a Livraria do seu Regimento os Livros da Relação inclusa»⁵¹⁴.

Em 1763, o Conde Lippe afirmava que «o numero dos Exemplares he mais importante, do que o numero dos differentes Livros» e propunha uma lista de 10 títulos para formar a biblioteca essencial do militar. Numa só aquisição feita pelo capitão João Stuart, contam-se quarenta e sete (47) títulos e duzentos e onze (211) volumes, distribuídos por livros de temática especificamente militar, mas também de história e geografia, como sintetizamos no *Quadro III.30 Classificação da biblioteca do Regimento de Infantaria de Lagos (1807)* e *Gráfico III.1 Distribuição da frequência relativa de temáticas da biblioteca do Regimento de Infantaria de Lagos (1807)*⁵¹⁵.

Estão representadas as várias disciplinas que vimos abordando no contexto da profissionalização militar, com a predominância da língua francesa (91%), especialmente exigida na formação destes profissionais. A par das obras de ciência militar, distinguem-se as que reflectem o espírito enciclopédico, como os 15 volumes de *L’ Encyclopedie, Geographie* ou os 11 volumes da *Histoire Naturelle* (1749-1789) de Buffon (1707-1788), tendo por fim reunir todo o saber da época no âmbito das «ciências naturais».

Este caso concreto demonstra a materialização do projecto das bibliotecas militares em Portugal, consolidando a tradição do militar instruído e actualizado, tendo na produção editorial francesa os principais pilares teóricos da sua formação. Por outro lado, esta iniciativa patenteia a naturalização das práticas intelectuais, pois, se nas primeiras experiências, os professores eram essencialmente profissionais vindos de fora, agora o protagonista é filho da região e da escola que arrancara em 1787⁵¹⁶.

⁵¹⁴ ANTT, Real Mesa Censória, cx. 152.

⁵¹⁵ V. *Anexo n.º 16: Relação dos livros do capitão do Regimento de Infantaria 2, João Stuart, 1807.*

⁵¹⁶ A biblioteca militar foi levada pelos franceses aquando da sua expulsão da cidade de Lagos, a 17 ou 18 de Junho de 1808, tendo sido recuperados alguns livros na cidade de Faro, que foram devolvidos ao então lente da aula militar de Lagos, Eusébio de Sousa. Cf. ROCHA, Manuel João Paulo – *Monografia: as forças militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela liberdade*. Porto: Typographia Universal, 1909, p. 175. Edição facsimilada com o título *Monografia de Lagos*. Faro: Algarve em Foco Editora, 1991.

No alvor do século XIX, o militar é claramente um letrado, conciliando, no interior das fortalezas, as armas e os impressos científicos («armamentario et armario»). Estava para breve o tempo do militar-político⁵¹⁷.

Em síntese, vemos avançar dois modelos de cultura, sem, contudo, se oporem no essencial, isto é, na convicção de que o conhecimento e a instrução são as vias privilegiadas para a emancipação individual e colectiva. Por um lado, observámos a iniciativa religiosa, criando estruturas locais de ensino e disponibilizando à sua comunidade os livros que a enformam e conferem sentido e legitimidade; por outro lado, a cultura científica conciliou a racionalidade e a experimentação, enraizou-se nas práticas militares e na assistência. Ambos os modelos convergiram para a formação de um escolar ilustrado em interacção próxima com a população local que, até então, não tinha expressividade. A constituição destas comunidades do saber ancorou-se na cultura tipográfica, presente em todos os casos, enquanto suporte e paradigma de aquisição, disseminação e elaboração intelectual.

No capítulo seguinte, acompanhamos as iniciativas dirigidas em sentido contrário, o sentido da integração cultural socialmente mais alargada e menos específica.

⁵¹⁷ Cf. MARQUES – *Exército e sociedade em Portugal...1989*, p. 81-202.

CAPÍTULO IV O ALARGAMENTO DO MERCADO LITERÁRIO

IV.1 A popularização do impresso: editar para a periferia

Com limitações, a paisagem literária do último quartel de Setecentos no Algarve não pode considerar-se estéril. Escolas públicas e particulares, bibliotecas, cursos especializados, personalidades competentes e sensíveis à causa da instrução marcaram a actividade pedagógica no território, materializando a crescente pressão para a aprendizagem da leitura e da escrita, mesmo que a um nível rudimentar, sustentada pelo uso do catecismo.

Se nos casos da formação do escol é possível individualizar alguns leitores, saber-lhes os nomes, conhecer-lhes os livros, os modos de leitura e a função que a escrita ocupou nas suas vidas, a tarefa pode ser mais complexa em grupos que não têm com os livros uma relação tão familiar. Acresce o facto de existir um circuito editorial pensado para os letrados, que, independentemente, de ser nacional ou internacional, lhe é acessível, quer por compra directa quer por correspondência, em formato tendente à difusão uniformizadora de conhecimentos. Quanto aos que não têm estrutura financeira para adquirir uma mercadoria rara e cara como o livro e só acedem aos textos através de outra, não deixando, portanto, qualquer marca da sua relação com a escrita, terão sido condenados (ou condenaram-nos?) a não participar desta história? Terá existido algum movimento pedagógico no sentido de integrar outros grupos, com pouca ou nenhuma instrução literária, neste mundo das letras, indo além da leitura do *Catecismo*? Ter-se-á criado junto da população, designadamente a rural, marcada pela rotina e pelos saberes tradicionais, a necessidade da escrita? Quem o fez? Sob que desígnio? Como é que o objecto escrito chegou às populações, substituindo ou competindo com a oralidade? Como é que o impresso foi legitimado e tornado um objecto do quotidiano? Que sentidos instaurou?

Nesta secção responderemos a este feixe de questões, utilizando como metodologia o estudo das produções daqueles agentes que, no território, tiveram a capacidade de organizar a produção e a distribuição de impressos, mas restringir-nos-emos aos que foram submetidos a um processo de naturalização, isto é, aos impressos pensados e preparados para os leitores algarvios. Com efeito, quando abordamos a questão da edição local, não tratamos de algo inédito. A ausência de prensas tipográficas não impediu que a edição se fizesse a partir da província.

Lembramos o exemplo paradigmático de Damião António de Lemos Faria e Castro (Vila Nova de Portimão, 1715 – Faro, 1789), «grafómano impenitente», como o designou António Rosa Mendes⁵¹⁸, que, aos 35 anos vividos entre Vila Nova de Portimão, Faro e Ayamonte, já tinha ampla obra editada⁵¹⁹. Produziu até ao final da vida um total de dezasseis títulos⁵²⁰, onze dos quais impressos e distribuídos por trinta e seis tomos e os restantes manuscritos repartidos por dezanove tomos, com os quais obteve considerável audiência, considerando o número de exemplares encomendado⁵²¹. Para os dar à estampa não fez, porém, poucas diligências para Lisboa e Sevilha, contando com o préstimo dos amigos, confirmando o estreito e privilegiado círculo em que a edição medrava no Antigo Regime. O que pretendemos, nesta primeira fase, é explorar esse outro

⁵¹⁸ MENDES, António Rosa – *Cultura e Política no Algarve Setecentista: Damião Faria e Castro (1715-1789)*. Olhão: Gente Singular editora, Lda., 2007, p. 110.

⁵¹⁹ «Um moço, que tem bem estabelecida no mundo a sua reputação pelo acerto dos seus escritos: que sem necessidade, nem dependência, só com o fim de utilizar a Pátria, sacrificou os anos mais floridos da sua mocidade a um incansável estudo, de que são boas testemunhas as Cidades de Faro, e Ayamonte: que antes dos vinte anos ouvia dos Púlpitos abaixo as suas vozes em bocas alheias, podendo aplicar-se o *hos ego versiculos feci, tulit alter honores*: **que não passando hoje dos 35** como há poucos dias me disse um seu parente, **tem composto, e escrito da sua letra**, que eu vi com os meus olhos, **doze Tomos in-fólio das Genealogias do Reino; sete acabados da Aula da Nobreza em quarto; o I também em quarto das suas Memórias Políticas, Históricas e Poéticas, que brevemente começarão a sair à luz; um Elogio à morte do Duque do Cadaval, outro à do Marquês de Valença; um Papel, que intitulou Gemidos da Reputação Ofendida**, em que expõe com viveza a mais enérgica os motivos da sua retirada para Espanha; **El Oraculo de si mismo, que consagrou ao Rei de Castela** e mereceu distintos aplausos naquela Monarquia; os notados **Clamores de Portugal** na sentida morte do nosso Monarca; **um Elogio à do Cardeal da Cunha; este Discurso Apologético, que ouvistes ler...**» Subs. meus. In CASTRO, Damiam Antonio de Lemos Faria e – *Entretenimento Apologetico, Critico-Politico, Em que se mostram falças, insubsistentes, e satyras as notas, que Filipe Joze da Gama poz ao Papel intitulado Clamores de Portugal na morte do Rey D. Joam o V. Composto por Damiam Antonio de Lemos Faria e Castro; sendolhe mandado rever por ordem do Dezembargo do Paço. Interlocutores Felizardo, e Ausonio. Posto em forma por Willebrordio Armulf.o* [Ms.]. [S.d.], apud MENDES – *Op. cit.*, p. 108.

⁵²⁰ Cf. MENDES – *Op. cit.*, p. 267-273.

⁵²¹ Os números são relativos à sua obra *História Geral de Portugal, e suas conquistas* (1786-1804), distribuída por 20 tomos, com uma tiragem de 1500 volumes por cada tomo, de acordo com os seus propósitos. Os valores são expressos a Fr. Vicente Salgado, solicitando-lhe a intervenção no negócio que tinha iniciado com o impressor Simão Thadeo Ferreira, em Lisboa, embora ainda estivesse indeciso quanto ao melhor local de impressão, que tanto poderia ser em Lisboa como «França, ou Holanda, aonde me asseguram se fará a impressão com sumo cómodo (...)». A carta é transcrita parcialmente por MENDES – *Op. cit.*, p. 252-253, sendo a proposta redigida nestes termos: «Até agora não recebi resposta de Simão Tadeo para cuidar efectivamente na impressão da minha obra, que o público já deseja. Estimara, que V. Rm.^a lhe falasse para qualquer ajuste, que lhe parecer razoável, advertindo logo, que cada Tomo em 8.º terá até 400 páginas: **que se hão-de imprimir 1500 volumes de cada Tomo**: que cada ano hão-de imprimir três Tomos: que eu também cada ano concorrerei com 100 Vgs. para ajuda da dita impressão: que para ele ficarão 700 jogos, e 800 para mim: que do dinheiro que se for fazendo se podem continuar a imprimir os outros Tomos depois dos primeiros, e que ele fará a dita venda ainda de parte dos meus 800 jogos; porque **deles quero eu mandar alguns para Évora, Coimbra, e a pessoas dessa Corte, que lá me falaram neles**; e que este negócio se há-de celebrar por Escritura, para a qual mandarei a V. Rm.^a Procuração.» Subsl. meus. CASTRO, Damiam Antonio de Lemos Faria e – *[Carta] 1785 Fev. 15, Faro [a] Fr. Vicente Salgado* [ms.]. 1785. Autogr. Acessível na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Série vermelha, ms. 709, apud MENDES – *Op. cit.*, p. 253.

contexto, ou seja, aquele em que a edição foi pensada e preparada para uma clientela local.

IV.1.a Viver a fé através do impresso

*Não se aprende, Senhor, na fantasia
sonhando, imaginando, e estudando,
senão vendo, tratando, e pelejando.*⁵²²

Lúis de Camões

De entre todos os que tinham com a escrita uma relação privilegiada, frequentemente por razões profissionais, a classe eclesiástica foi a que mais próxima esteve e maior ascendência espiritual exerceu sobre as populações, contando-se, entre as razões, o domínio dos canais de transmissão da informação quer fosse religiosa quer fosse civil. Tanto as pastorais como as leis e as informações oficiais, entre outros textos escritos de utilidade pública, eram comunicados através de manuscritos ao pároco, que os difundia à população durante a missa, sendo aqui difícil destrinçar quaisquer grupos, visto que a mensagem era transmitida transversalmente aos «fiéis», único grupo que podemos, em verdade, circunscrever. As diferenças apenas serão visíveis na apropriação desses textos. Deste modo, compreende-se que a Igreja tenha adoptado rapidamente a imprensa como instrumento de aproximação aos fiéis, como demonstra o predomínio do livro religioso na produção impressa desde os primórdios⁵²³.

No caso do Algarve, a par do investimento na maior capacitação profissional da família religiosa, surgiu, pela mão de D. Francisco Gomes do Avelar (1789-1816), o primeiro esforço consistente para a integração dos fiéis na cultura escrita, utilizando a naturalização do impresso como estratégia persuasora.

A obra impressa de D. Francisco Gomes do Avelar, sendo variada, não é extensa. A 3 de Março de 1795, depois de receber as pastorais do seu amigo D. fr. Manuel do Cenáculo escreveu-lhe com certo humor:

Eu até agora não tenho mandado imprimir nenhuma porque de tal modo me teem roubado tempo as visitas, a pregação, os negócios Episcopaes, e até as demandas e recursos, e tão bem as doencinhas, que apenas posso rezar o officio divino.⁵²⁴

⁵²² In *Os Lusíadas*, canto X, est. 153, citado por D. Francisco Gomes do Avelar em *Plano para dar systema regular ao moderno espirito phylosophico...* S.l. [Lisboa]: na Ofic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1784, p. x.

⁵²³ Cf. FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean – *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000 [1958], p. 227-234.

⁵²⁴ In OLIVEIRA – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar...* 1902, p. 80.

Apesar de todo o afã pastoral, saiu neste ano o primeiro livro impresso depois da nomeação para bispo (16.1.1789). A sua obra não é a de um erudito suspenso nas questões teóricas, como já deixara claro pela citação em epígrafe: «Sabidamente o adverte o nosso Poeta: «*Não se aprende, Senhor, na fantasia / sonhando, imaginando, e estudando, / senão vendo, tratando, e pelejando*»⁵²⁵. A leitura dos títulos revela, na verdade, o seu entrosamento com a sociedade e as necessidades locais.

Desta fase (1789-1816), identificámos os títulos listados no *Quadro IV.1 Lista de publicações impressas da autoria de D. Francisco Gomes do Avelar (1789-1816)*. As duas edições que foram dadas à estampa no ano de 1795 têm, no geral, os mesmos objectivos, isto é, a disciplina e o reforço da fé. Sobre elas, escreveu D. Francisco Gomes:

Os dias passados fiz emprimir esses pequenos volumes; ahi os offereço á sabia e prudente censura de V. Ex.^a. Tudo nelles he pobre e apoucado, como de um pobre Bispo do fim da terra e da extremidade do mundo. Muitos anos há que me veio á mão esse livrinho, escrito em Italiano e pareceu-me affectuoso; **fiz que apparecesse em vulgar para estes pobrezinhos**. O compendio das Actas do nosso antigo Protector **tão bem o mandei estampar para os fieis se afervorarem na devoção ao Santo Martyr, e no amôr de Christo**. V. Ex.^a com toda a liberdade emende tudo; eu como discípulo cuidarei da correcção de muito boamente.⁵²⁶

Pobres e apoucados, segundo as palavras do bispo, mas capazes de introduzir novidade face à tradição e ao panorama cultural existente. A primeira delas é a que acrescenta novos títulos, em linguagem vulgar, à biblioteca mínima do católico, constituída, na essência, pelo *Catecismo*, intensificando a frequência e o aprofundamento da relação individual do crente com a palavra religiosa. Em *Caminho do ceo*, um pequeno *octavo* traduzido do italiano com uma pastoral a servir de prólogo, D. Francisco Gomes propôs um plano de orações capazes de conduzir o crente à salvação, através do exercício «quotidiano da Oração mental» (p. 76). Nele, é explicada a existência dos dois tipos de oração:

A Oração póde praticar-se de dois modos, a saber: **em particular, ou em commum** [...]. **A Oração em comum está em uso na Igreja desde os primeiros seculos do Christianismo**, e pelos Santos Padres he repetidas vezes recommendada aos Fiéis [...]. [...] e novamente a Santidade de Benedicto XIV de feliz memoria no seu Breve Epistolar com a data de 16 de Dezembro de 1746 excita o zelo de todos os Prelados da Santa Igreja a promover este Exercicioo, **convocando os Fiéis á Igreja a toque de sino para fazer Oração em commum a hora determinada, concedendo muitas Indulgencias ás pessoas, que assistirem a ella**. (p. 7-9)

⁵²⁵ *Plano para dar systema regular ao moderno espirito phylosophico...* S.l. [Lisboa]: na Ofic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1784, p. x. A citação pertence a *Os Lusíadas*, canto X, estrofe 53.

⁵²⁶ Subls meus. Carta de 23 de Novembro de 1795, *apud* OLIVEIRA – *Op. cit.*, p. 83-84.

A que é oferecida através deste texto, em complemento àquela antiga modalidade, é, porém, a oração mental, concedendo-se a possibilidade de o crente desenvolver a oração «em particular», sem recurso a mediadores profissionais e no interior do seu lar, através da prática da leitura diária. Em silêncio, ou oralmente para todo o auditório doméstico, D. Francisco Gomes incita à prática da leitura para que «se imprima na vossa alma» (Pastoral, [p. 3]) as máximas cristãs, como se pode ler nestas instruções:

Este Livrinho será para ti, alma Christã, verdadeiro caminho do Ceo, se tiveres sempre diante dos olhos, e considerares com atenção estas maximas eternas, e praticares fielmente o que o teu Deos te diz o coração. **Depois de acabares de ler estas Meditações, torna a começar desde o principio; e quanto mais te engolfares nos pensamentos das cousas do outro mundo,** para onde daqui a pouco tens de passar, **tanto mais luzes, e proveito tirarás.**⁵²⁷

O texto é oferecido como um objecto de rito pessoal e sublinha que este modo de proceder não deve ser exclusivo dos eclesiásticos:

Não cuidem pois os Fiéis que vivem no Seculo, que a Oração mental he só para os Religiosos, e Sacerdotes; porque supposto estes pelo estado, e ministerio que profissão, tenham maior obrigação; **os seculares** com tudo por estarem nos enredos, e perigos do mundo, **tem della maior precisão, e necessidade.**» (subls. meus, p. 4)

As instruções colocam o crente no «caminho» de uma vivência religiosa individualizada. Aproximam-no intimamente da comunhão com a divindade, através de três procedimentos cognitivos inerentes à oração, isto é, a memória, a apropriação da mensagem e a conduta, como pode ler-se no seguinte excerto:

A Oração mental, segundo S. Bernardo, e S. João Damasceno, he **huma elevação da alma a Deos por meio de hum piedoso, e humilde affecto.** Esta se faz **exercitando** as tres potencias; a **memoria**, recordando o ponto que se há de meditar: o **entendimento, formando discurso** sobre o mesmo; do qual discurso a vontade tira os bons affectos, entretendo-se nelles quanto póde, sendo este o fruto da Oração, para depois os **pôr em execução** a tempo opportuno. (subls meus, p. 5)

Por outro lado, a oração mental é equiparada à oração oral, ambas convergindo para uma demanda auto-reflexiva e para a transformação do indivíduo:

Não se exclue da Oração mental o manifestar algumas vezes com palavras os discursos, e affectos internos para mover melhor o coração com **a Oração vocal, porque esta he irmã da mental,** nem há entre ellas differença essencial, sendo ambas actos de Religião, **os quaes tem como huma mesma vida, a saber, a atenção interna.** Desta explicação claramente se vê, que **a Oração mental he para todos,** e que he mais facil de perceber-se, e applicar-se do que muitos cuidão; e que o menos capaz poderá applicar-se a fazella, como se applica a recordar-se, a discorrer, e amar tudo o que conduz para alcançar, e conservar os seus bens temporaes. (subls. meus, p. 5-6).

A vivência religiosa abriu-se, deste modo, ao contexto privado, mediado pelo impresso e organizável segundo a disponibilidade pessoal e doméstica de cada crente:

⁵²⁷ Subls. meus. «Advertencias, e Instrucções para a Oração», p. 244-245.

[...] os Summos Pontífices, e Bispos da Santa Igreja, têm trabalhado por introduzir nos fieis o uso quotidiano da Oração mental [...]. Nós pois, que desejamos seguir os passos dos nossos predecessores, **vos oferecemos, amados filhos, o dom deste livrinho**, que tem por titulo o *Caminho do Ceu*, **para que useis delle, considerando cada dia uma das verdades que encerra. Os que não puderdes ir ás egrejas ou aos logares públicos**, onde se pratica este santo exercício, **recolhei-vos na vossa mesma casa**, ou **ajuntai a vossa família**, e ao menos **por um quarto, ou meia hora, lêde ou fazei ler, e considerai atentamente o que lerdes, desejando se imprima na vossa alma** e concluí com suplicar a Deus, que vos illustre o entendimento, e inflame o coração para abraçardes o que é tão necessário **para a vossa salvação**. (subls. meus)

Desta passagem fica igualmente claro que a condição de analfabeto não impedia o acesso ao conteúdo do livro, à oração, mediado pela leitura vocal, transversal às diferentes categorias sociais e competências literárias. A modalidade comum é igualmente prescrita, mas desloca-se a atenção para o crente, com o qual o pároco deve harmonizar-se:

A todos os Rev.^{os} Parocos do nosso bispado mandamos que publicamente nas egrejas pratiquem este santo exercício **na hora que julgarem mais commoda para concorrer o povo: sendo porem de noite não é do nosso agrado que concorram mulheres**, as quaes **em sua casa podem orar na presença do Senhor**, governando as suas famílias. (Subls meus, p. 3-4).

A frequência nocturna da igreja não era aconselhável ao género feminino, mas o que se colhe nesta consideração é que ela representa um deslocamento quer das funções específicas praticadas no espaço público da igreja para o espaço privado da casa, que emerge como espaço legítimo para a vivência da fé, quer da oralidade para a escrita. A leitura do impresso e a prática da oração mental permitiram ao crente substituir a presença na igreja pela sua própria casa, aí comungando e celebrando a fé sem intermediários. O espaço, as práticas, o sacerdote e os horários litúrgicos foram complementados, para não dizer substituídos, pela posse do impresso e pela sua utilização intensiva⁵²⁸.

Não obtivemos dados concretos sobre o êxito desta publicação, mas quer a comodidade quer «mais quarenta dias de Indulgencias a cada um dos fieis, nossos subditos, por cada vez que se empregarem neste santo exercicio» (*Pastoral*, [p. 4]), fazem crer que terão obtido um efeito persuasivo. Além disso, é muito provável que a distri-

⁵²⁸ O conceito de leitura intensiva foi proposto por ENGELSING, Rudolf – *Der Bürger als Leser. Lesergeschichte in Deutschland 1500-1800*. Estugarda, 1974, e tem sido amplamente utilizado pelos historiadores do livro e da leitura. A leitura «intensiva» caracteriza-se pela leitura repetida de um número reduzido de livros, com vista à memorização e total incorporação, tendo o texto, religioso ou não, um carácter sacral. Pelo contrário, a leitura dita «extensiva» consiste na leitura de muitos e variados textos, sobre os quais pende uma atitude reflexiva. Inicialmente, os dois conceitos consideraram-se delimitados cronologicamente, considerando-se a «leitura intensiva» própria do período Moderno e a «extensiva» da Contemporaneidade. Trabalhos subsequentes evidenciaram uma realidade mais complexa, assumindo-se na actualidade a coexistência de ambas as práticas naqueles termos cronológicos. Cf. CAVALLO e CHAR-TIER, dir. – *Historia de la lectura en el mundo occidental*. 2011, p. 52-53.

buição dos textos tivesse sido gratuita, à semelhança do que o bispo já praticara com os catecismos impressos na tipografia da Congregação (v. capítulo II.2.e).

O *S. Vicente levita e mártir* representa o aprofundar da aclimação das estratégias catequistas do bispo Avelar, embrincando-se com a instituição de São Vicente como patrono especial de toda a diocese. A eleição de um patrono era um procedimento da igreja tão antigo quanto eficaz face ao elo concreto e afectivo capaz de mobilizar nos crentes⁵²⁹. D. Francisco Gomes do Avelar foi um vivo defensor do culto dos santos como caminho para o reforço da fé e da piedade, como vimos a propósito da regulamentação do Seminário de São José (v. capítulo III.2.e).

Sobre as funções do santo patrono no cristianismo medieval, refere André Vauchez:

O culto dos mártires “democratiza-se” através do santo patrono, que baseia as suas características nas mesmas noções, de uma relação de clientela: lealdade do protegido, “amizade” e dever de protecção por parte do patrono em relação a quem a ele se recomendou. Numa sociedade ameaçada de desintegração, onde os indivíduos viviam angustiados pela ideia de perderem a sua identidade e a sua liberdade, os santos vinham a propósito para restituir a confiança e oferecer perspectivas de salvação ao nível da vida de todos os dias.⁵³⁰

E, sobre a eleição de S. Vicente, escreveu D. Francisco Gomes:

No meu Bispado se vão continuando tão bem rogativas a Deus para que nos acuda e abra os olhos a tantos cegos, e do púlpito tenho falado, conforme Deus me ajuda contra a falsa razão e liberdade humana, e descoberto a origem de tantos desvários, que não é outra senão a soberba dos entendimentos deslumbrados com o falso resplendôr da própria excellencia, e a dissolução dos costumes. **Para ocorrer do modo que posso a tantos males consegui, neste anno, fazer Protector especial do meu Bispado o nosso antigo hospede e diocesano, e inclito Martyr S. Vicente e já neste anno celebraremos a sua festa com culto especial. Os merecimentos de um tão grande Athleta da fé espero que diante de Deus nos hão de servir de forte muro contra os seus inimigos e contra os vícios, que muitas vezes a fazem perder de todo.**⁵³¹

O alargamento à escala regional de um culto nativo, veículo de certa identidade espiritual, instituiu um mediador entre a terra e o céu, materializando a fé. Na região, coexistia o culto a vários santos, mas nenhum reunindo características tão adequadas a abranger e unir toda a comunidade. Para consolidar o culto, várias foram as vias: a celebração do patrono a 22 de Janeiro, a visita devota a 16 de Setembro à igreja do Cabo de São Vicente, a visita anual a uma das igrejas da cidade de Faro⁵³², a distribuição pela

⁵²⁹ Veja-se sobre este assunto o estudo de BOUREAU, Alain – «Adorações e devoções franciscanas: interesses e utilizações dos opúsculos hagiográficos». In CHARTIER, Roger, coord. – *As utilizações do objecto impresso*. Lisboa: Difel, 1998, p. 27-83.

⁵³⁰ VAUCHEZ, André – «O santo». In GOFF, Jacques le – *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 212.

⁵³¹ Subls. meus. In OLIVEIRA – *Op. cit.*, p. 82. Carta datada de 13.1.1795.

⁵³² Cf. «Breve. Pio Papa VI. Para perpetua lembrança», p. 9-11.

diocese do opúsculo hagiográfico e, por fim, a encomenda de um quadro de São Vicente destinado à Sé Catedral, que, segundo José Eduardo Horta Correia se distingue porque a «sua iconografia altera radicalmente o modo tradicional de representar o Santo e corresponde fielmente à descrição do seu martírio feita pelo Bispo na *Vida de S. Vicente Levita e Martir.*»⁵³³

O folheto in-8.º, de 40 páginas, é composto pela pastoral inicial (p. 3-8), pelo *Breve* dado em Roma, a 21 de Março de 1794 (p. 9-11), e, por fim, pelo «Compendio da vida de S. Vicente Martyr» que ocupa as páginas 13-40. Ocupar-nos-emos do texto preambular, onde a desejável utilização do «Compendio» é explicitada.

A instituição de S. Vicente como patrono especial do Algarve alinha-se na estratégia de D. Francisco Gomes promover o culto religioso e a devoção, dando-lhes substância concreta, afectiva e compensatória⁵³⁴. O escrito tem, na essência, uma função pedagógica e edificante:

«E para que saibais quem he o vosso especial Protector, e para mais vos afervorardes na sua devoção, vos offecremos aqui hum breve Compendio de sua Vida, e Martyrio: **lede-o com atenção, e crescerá em vós o amor, e o desejo de imitar tantas virtudes, e tanto amor a Christo.**» (subsl. meus, p. 5-6)

Visa a reforma da moral e dos costumes através da imitação e do controlo social: «Mas também devem advertir os que profanão os dias Santos, e Domingos com excessos de vinho, de jogo, e de outros semelhantes, que além de incorrerem no desgado de Deos, se farão indignos de tão grande, e santo protector.» (p. 7).

Se, como livro de devoção, apresenta um caminho para a salvação da alma, atenta simultaneamente na salvação «ao nível da vida de todos os dias»⁵³⁵, prometendo auxílio e segurança material, como pode ler-se: «e confiai na protecção do Santo Martyr, que elle com as suas orações vos alcançará fertilidade para os vossos campos, e benção do Ceo para vós, e para todas as vossas cousas», p. 7. A aculturação religiosa, por meio

⁵³³ In CORREIA – «O significado do mecenato...» 1996, p. 100.

⁵³⁴ Neste sentido, leia-se a abertura da Pastoral: «Tanto que nos persuadimos, que a Eterna Providencia nos destinava para levar sobre nossos fracos hombros o pezo das obrigações pastoraes, formidavel até aos mesmos Anjos, e que deviamos, como o Divino Pastor, dar vida por todas as nossas mui prezadas ovelhas, nos inspirou o mesmo Senhor, que além da confiança no socorro da sua Graça, na protecção da Virgem Maria, e dos Santos Apostolos, nos valessemos tambem da **intercessão do** inclyto Martyr e Levita **S. Vicente, que neste Algarve se tinha refugiado**, deixando o seu fausto nome no cabo ultimo d'elle, **onde até hoje he affectuosamente venerado com culto religioso.** [...]

Agora esperamos que o Santo Levita desde o Ceo, onde com Christo reina, **nos receberá debaixo da sua mui poderosa protecção, e nunca tirará os olhos do seu Algarve, o qual no perigo deo asylo aos seus sagrados despojos.**» Subl. meus. «Pastoral», p. 3-5.

⁵³⁵ VAUCHEZ – *Op. cit.*

da palavra escrita impressa, não visa apenas o foro espiritual. A sua utilização augura benefícios materiais que a todos mobilizava.

Compreende-se que, entre os factores para a dispersão em massa do impresso na periferia, se situa a preocupação e a diligência do titular da cadeira episcopal em, metodicamente, distribuir textos de piedade popular, capazes de generalizar e uniformizar as práticas religiosas. A imprensa, como vimos anteriormente, foi considerada pelos Oratorianos um método privilegiado de aprendizagem e de transmissão de conhecimentos, pelo que o recurso ao texto impresso para colocar em marcha uma mudança nos hábitos culturais dos algarvios é natural, importando sintetizar os seus efeitos.

Por um lado, verifica-se a libertação do culto da dimensão colectiva, do interdiário clerical e do espaço litúrgico por excelência. Por outro lado, a fé pôde, então, ser vivida, aprofundada e documentada diariamente, por clérigos ou leigos, por meio da leitura individual e doméstica de orações, máximas e exercícios devotos, com recurso ao texto impresso, que obteve estatuto de objecto de culto privado e autorizado. Por fim, a par da dimensão espiritual, a posse e o uso das letras impressas reveste-se de uma dimensão utilitária, transformando o livro num objecto necessário e desejado transversalmente.

Por motivos religiosos, o impresso alcançou uma larga audiência que começou a ser livrescamente formada. A personalização e o cunho funcional terão facilitado a conquista do público que, mais ou menos letrado, passou a relacionar-se de forma íntima com as letras impressas, reconhecendo-lhe utilidade. Contudo, não nos iludamos, pois não se trata ainda de uma lógica comercial. O propósito é pedagógico e visa disponibilizar os livros necessários à instrução do público diocesano.

IV.1.b O impresso na difusão dos conhecimentos úteis

Nesta linha de escritos de utilidade e proveito para a vida material, D. Francisco Gomes deu à estampa, em 1813⁵³⁶, a *Instrução para a enxertia dos zambugeiros*, destinada a «instruir o homem do campo» (p. 3)⁵³⁷. O pequeno folheto apresenta um carácter marcadamente popular, evidenciado pelo seu pequeno formato, simplicidade e adequação linguística. Na primeira página de texto, esclarece D. Francisco:

⁵³⁶ Corrigimos os dados apresentados por OLIVEIRA – *Op. cit.*, p. 217, que dá a publicação como póstuma, datada de 1819, certamente por desconhecer a existência da edição de 1813.

⁵³⁷ Propositadamente, não abordamos nesta secção o folheto intitulado *Instruções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas*, de 1809, a que daremos desenvolvimento na secção seguinte.

«O fim deste folheto he unicamente instruir o homem do campo do mais necessario; e **por isso se evitão palavras scientificas: os instruidos tem Authores, que o povo não pôde haver, nem ler, nem entender.**» (subls. meus, p. 3).

Ao longo das vinte páginas, o autor ensinou pormenorizadamente as técnicas para enxertar os zambujeiros, as ferramentas adequadas, os tempos de cultura e as adequadas formas e fases de apanha do fruto. A negligência a que a espécie era votada na região esteve na origem da preparação do folheto:

«utilissima nasce por muitas causas espontaneamente em todo o Algarve com muita abundancia; mas cortão-se ao desmoitar, arrancão-se, e deixão-se roer do gado, e por isso muitas se perdem. Cultivadores, cuidai dos Zambugeiros, abrigai-os do gado com silva, ou seves, e não desprezeis esta abundante fonte de riqueza, e regalo» (p. 4).

D. Francisco Gomes do Avelar não se limitou a advertir os cultivadores e, num registo ajustado ao seu público, redigiu a *Instrução*, adequando-a às especificidades do clima e da flora algarvias, como se comprova nos seguintes excertos:

«Faz-se menção só de tamiça; porque se escreve para o Algarve [...]» (p. 12); «No Algarve o tempo proprio para enxertar a Oliveira em Zambugeiro, principia no crescente da Lua de Março, e finda no cheio da Lua de Maio [...]» (p. 13); «Em todo o Algarve se dão bem as Oliveiras, com mais ou menos producção, segundo o terreno e cultura: as melhores qualidades são, em primeiro luar, maçanilha; em segundo, galego redondo, e comprido; em terceiro, bical e verdeal: a negral he certamente neste Paiz de muito pouca producção.» (p. 15-16)

A dimensão regional do texto é evidente e poderia ter sido escrita por um agrónomo, conhecedor das espécies, das técnicas, do clima, dos solos, das pragas, dos modos de cultivo, mas a aliança entre a instrução e a agricultura só viria a institucionalizar-se na segunda metade de Oitocentos. Aqui, encontra-se um bispo que, confrontado com a debilidade do contexto produtivo e com o descuido face aos recursos naturais, recorre novamente ao impresso como meio de instrução popular. Deve referir-se que nas suas visitas, o bispo dirigia-se com cuidado aos agricultores, tentando introduzir, de viva voz, novas ou melhores práticas agrícolas e vinícolas⁵³⁸. No caso do cultivo das oliveiras, a situação era de tal modo prejudicial que a par da *Instrução* em letra de forma, o bispo solicitou ao príncipe regente medidas concretas para persuadir os agricultores e as câmaras a executá-lo⁵³⁹.

⁵³⁸ V. OLIVEIRA – *Op. cit.*, p. 275-280.

⁵³⁹ Nesse mesmo ano, a 26 de Agosto, D. João enviou uma provisão aos corregedores do Algarve, onde se lê: «Hei por bem de ordenar-vos, conformando-me com o parecer do Tribunal, que promoveis nessa vossa comarca este ramo de cultura, procurando fazer pelos meios de instrucção e persuasão com que o proprietários enxertem e cultivem os zambujeiros, que existem nas suas terras, obrigando positivamente as camaras a que pratique o mesmo com os zambujeiros dos baldios dos concelhos, sendo susceptiveis desse beneficio. E nos casos que os proprietários não enxertem dentro de um anno, mandareis fazer os respectivos enxertos á sua custa e a elles dareis conta do resultado dessa diligencia, que muito vos recomendo.» *Apud* OLIVEIRA – *Op. cit.*, p. 216-217.

Tem-lhe sido atribuída uma *Instrução acerca da cultura das batatas*, que Ataíde Oliveira diz ser «fora de toda a duvida a sua publicação» (p. 413) e Mário Lyster Franco acreditou ter sido escrita por volta de 1800⁵⁴⁰, mas que não foi ainda localizada, nem em forma manuscrita, nem impressa⁵⁴¹. Não colocamos em causa que a divulgação tenha tido a intervenção de D. Francisco Gomes, mas é nossa convicção que, na atribuição da autoria àquela *Instrução*, reside um equívoco, confundindo-se com a *Instrução sobre a cultura das batatas. Traduzida do Inglez...*, que saiu dos prelos da Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, em 1800, e com uma segunda edição em 1802 (15p., in-8.º).

De qualquer modo, a *Instrução para a enxertia dos zambugeiros* traduz o que nos textos de devoção começara a ser exercitado, ainda que de forma ténue, ou seja, o registo reflexivo. Nesta nova tipologia, o texto visa uma aplicação prática e, portanto, exige competências interpretativas, que não se prendem apenas com o exercício de memorização. D. Francisco Gomes do Avelar produziu o que poderemos designar uma «biblioteca popular». Formada pelos textos essenciais à salvação do espírito e do corpo, o que mais distingue esta «biblioteca popular» é a adequação às condições envolventes, corroborando o que Eugénio Francisco dos Santos notou a propósito da acção oratoriana nas casas do Porto e de Braga, ou seja:

[...] uma perfeita adaptação às condições do meio e à economia dominante das populações em que se inseriam. Essa flexibilidade e capacidade de ajustamento serão, sem dúvida, um dos traços mais marcantes da família oratoriana portuguesa no Século das Luzes.⁵⁴²

Estas iniciativas demonstram um panorama valorizador e legitimador da cultura tipográfica, penetrando diferentes contextos da vida em sociedade, ora assumindo funções pedagógicas, ora espirituais, ora profissionais, mas cada vez mais próximas da realidade de leitores comuns e anónimos.

O contexto político-social desencadeado pelas Invasões Francesas (1808-1814) e pela Guerra Civil (1828-1834) fez germinar um novo entendimento da cultura tipográfica, intensificando significativamente a necessidade e o valor social da leitura e da escrita. As próximas linhas acompanham essa transformação.

⁵⁴⁰ FRANCO – *Algarviana...* 1982, p. 185.

⁵⁴¹ A preocupação com os meios de subsistência da população foi um constante e, entre as pastorais manuscritas, é célebre a que diz respeito à preparação do figo, datada de 3.9.1804, publicada por OLIVEIRA – *Op. cit.*, p. 165-166.

⁵⁴² SANTOS, Eugénio Francisco dos – *O Oratório no Norte de Portugal: contribuição para o estudo da história religiosa e social*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade, 1982, p. 215.

IV.2 Sociabilidade e leitura pública

Os períodos bélicos foram propícios à expansão do mercado das letras impressas e à formação da esfera pública, firmada na livre circulação das ideias⁵⁴³. As guerras oitocentistas, a Guerra Peninsular de 1808-1814 e a Guerra Civil de 1828-1834, colocaram-nas no epicentro das lutas travadas, respondendo eficazmente à velocidade e à intensidade que o conflito exigiu, tendo a promulgação da liberdade de imprensa, a 12 de Julho de 1821, contribuído decisivamente para esse efeito⁵⁴⁴. Nesta circunstância, os textos impressos emergiram dotados de um perfil muito diverso daquele que no dealbar do século era predominante na província, acompanhando a tendência verificada nas principais cidades. As funções pedagógica e profissional, com índole uniformizadora e privada, que presidia à circulação e uso dos livros secundarizou-se, como evidenciam os formatos impressos de natureza mais efémera, tais como as folhas soltas, os folhetos e os jornais. Na verdade, folhetos e jornais integraram os próprios processos revolucionários, sendo o discurso impresso usado como instrumento activo da luta, com capacidade de intervenção no desenrolar dos acontecimentos. O apelo à participação e, por conseguinte, a integração do leitor no palco dos acontecimentos estabeleceu uma nova dinâmica entre o impresso, o leitor e o mundo sociopolítico. Considerando o «surto panfletário» que ocorreu, principalmente, durante a Guerra Peninsular, João Luís Lisboa conclui:

A difusão massiva de folhetos políticos, laicos ou religiosos, criou um mundo de participação política até aí desconhecida e tornada então, não só necessária, mas irreversível.

Para trás ficara já o tempo da mobilização conseguida predominantemente através do púlpito e da talha. A comunicação em geral, e a comunicação política em particular, impunha definitivamente o escrito e o impresso. É a conquista da leitura pela política.⁵⁴⁵

História e imprensa tornaram-se indestrinçáveis, retroalimentando-se. O impresso integrou activamente o processo histórico, agindo sobre o desenrolar dos aconteci-

⁵⁴³ Sobre o conceito de esfera pública, veja-se HABERMAS, Jürgen – *A transformação estrutural da esfera pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. Especificamente para o caso português, v. ALVES, José Augusto dos Santos – *A opinião pública em Portugal (1780-1820)*. 2.^a ed. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Editora, 2000.

⁵⁴⁴ Cf. ALVES – *Op. cit.* p. 263-321; LISBOA, João Luís – *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992, p. 163-185; NUNES, Maria de Fátima – *Imprensa periódica científica (1772-1852): leitura de «sciencia agricola» em Portugal*. Lisboa, Estar Editora, Lda., 2001, p. 31-124; da mesma autora: «O publicismo e a difusão dos conhecimentos úteis»; «A leitura política, económica e mundana». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo (1820-1851)*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990, p. 319-328; 329-336. Vol. 1; TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.^a ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 59-68.

⁵⁴⁵ LISBOA – *Op. cit.*, p. 176.

mentos e construindo uma imbricada relação entre processo político, opinião pública e cultura tipográfica.

As consequências do aumento da produção escrita, da circulação do impresso, da diversificação das práticas de leitura e de discussão pública originadas neste quadro de profundas mudanças institucionais contribuíram decisivamente para o rumo futuro dos acontecimentos. Após a vitória definitiva do Liberalismo, a velocidade e a multiplicação dos escritos de teor oficial foram requisitos fundamentais para a consolidação das novas instituições. A 13 de Junho de 1834, Jerónimo José Carneiro, sete dias depois de estar instalado em Faro como Prefeito do Algarve⁵⁴⁶, dava conta das dificuldades para comunicar prontamente com as demais jurisdições:

[...] expedir com a brevidade, que as circunstancias exigem, ás differentes authoridades dos Concelhos da Prefeitura, por não haverem em todos elles noticias do Decretos e resoluções do Governo [...]; sendo impraticavel extrahir tantas e tão differentes cópias dos Decretos e resoluções a que preciso referir-me.⁵⁴⁷

A celeridade na transmissão de informações e a economia dos recursos para a Fazenda Nacional justificaram um dos primeiros investimentos materiais do Prefeito, que consistiu na aquisição de uma imprensa:

Se me sahir bem o projecto da Imprensa que tenho comprado para imprimir as Circulares, e para concentrar mais os trabalhos, talvez, que para o futuro se possa fazer alguma economia. A dispesa de papel e livros he immensa e o tracto mais caro na Provincia aonde tudo falta.⁵⁴⁸

A existência de uma tipografia na sede da Prefeitura assumia uma dimensão político-administrativa, destinada a articular de forma célere e uniformizadora a administração central, regional e local.

Não foi possível determinar a data exacta da entrada do prelo na Prefeitura, mas fica provado, através desta transcrição, que a tipografia da Prefeitura, posteriormente, designada do Governo Civil, não é o prelo que em Julho de 1833 deu à estampa a *Chronica do Algarve*, intitulado-se «Imprensa do Governo», como explicaremos adiante.

O prelo adquirido por iniciativa de Jerónimo José Carneiro enquadra-se numa nova fase da história da tipografia em Portugal, que compreendeu a sedentarização da

⁵⁴⁶ A figura de Prefeito (1832-1835) antecedeu a de Governador Civil, criada juridicamente em 1835. O elenco de todos quantos desempenharam o cargo no Algarve até 2009 e respectivas biografias foi empreendido por Neto Gomes em *Governo Civil do Distrito de Faro: 175 anos de história*. Faro: Governo Civil, 2009.

⁵⁴⁷ ALGARVE. Prefeitura; CARNEIRO, Jerónimo José – [Ofício] 27.6.1834, Faro [a] Bento Pereira do Carmo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino. [Ms.]. 1834. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, livro 327A.

⁵⁴⁸ *Ibidem*.

actividade, através das aquisições a pedido dos Governos Civis, como explicaremos no capítulo V.1. Em Faro, estava garantidamente em funcionamento em 1837⁵⁴⁹. Em 1838, o seu estado de conservação exigia rápida substituição, que foi requerida pelo administrador-geral, Manuel José Bívar Gomes da Costa. Este administrador assinalou a funcionalidade administrativa e patriótica da tipografia, mas a sua argumentação é culturalmente mais inclusiva, como podemos ler:

Existindo nesta Adm[inistraç]am G[era]l huma Imprensa, cujo uso he, se não absolutam[ent]e indispensavel na Capital do Distr[it]o, ao menos mui conveniente ao andamento dos negocios administrativos, já **para a mais geral e mais fácil comunicação e publicidade de diferentes objectos**, como Ordens, Circulares e Editaes concernentes ao Commando da [?] D.^{am} M.^{ar}, **como por muitas veses tem acontecido com grande proveito para o Paiz e estabilidade do Throno Constitucional**, e sendo notorio por outra parte, que o estado em que se achão os habitantes do Alg[arv]e relativam[ent]e ás luzes e conhecim[en]tos uteis, **demandam publicações de diferentes naturezas, que sem a Imprensa, nunca chegarião ás Classes menos instruídas, nem entre ellas se propagarião como convém**: entendo nestes termos, do meu dever expôr a V.Ex.^a que os trabalhos typographicos deste Distr[it]o não podem continuar do modo actual, apesar de sua reconhecida vantagem; porquanto havendo uma pessoa que gratuitam[ent]e e por mero patriotismo se tem encarregado athe agora delles, não devem ser exigidos mais sacrificios e incommodos sem lhe assegurar huma decente remuneração, nem o d[it]o Estabelecim[en]to poderá assim como se acha, adquirir a regularid[ad]e e melhoramentos de que precisa e he susceptivel [...].⁵⁵⁰

Num quadro de debilidades de todo o género, que, mesmo na pós-assinatura da Convenção de Évora-Monte, continuaram a assolar o Algarve através da guerrilha do Remexido e originaram um estado geral de carência «aonde tudo falta», reuniram-se condições igualmente extraordinárias para potenciar o valor social da escrita, que se vinha perfilando desde Setecentos⁵⁵¹. Manifestou-se através dos objectos próprios da batalha ideológica em curso, como as proclamações, folhetos e periódicos e naqueles que visaram o estabelecimento da ordem, como as «Ordens, Circulares e Editaes» vantajosas «para o Paiz e estabilidade do Throno Constitucional». Toda esta produção revela uma nova faceta da escrita, mais próxima dos acontecimentos e dos leitores, ora incitando à acção e burilando a cidadania, ora controlando-a. Em paralelo, evidencia a afirmação de géneros e formatos que correspondem a uma linha de produção diferente daquela que associamos ao produto livro, de produção lenta, especializada e com necessi-

⁵⁴⁹ ALGARVE. Administração geral; COSTA, Manuel José de Bívar Gomes da – [Ofício] n.º 589, 6.11.1837, Faro [a] Ministério do Reino. [Ms.]. 1837. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

⁵⁵⁰ ALGARVE. Administração geral; COSTA, Manuel José de Bívar Gomes da – [Ofício] n.º 454, 3.8.1838, Faro [a] Ministério do Reino. [Ms.] 1838. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 355A. Subls. meus.

⁵⁵¹ O tema da guerrilha no Algarve compreende numerosa bibliografia, pelo que recomendamos ao leitor interessado nesta matéria o actualizado trabalho de investigação de Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, intitulado *Rebeldes e Insubmissos: resistências populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. Em particular, o capítulo «A “guerra” das duas províncias do Sul», p. 261-400.

dade de recursos nem sempre disponíveis, como o papel. Neste contexto, foram os pequenos formatos e os textos circunstanciais que ocuparam os prelos, garantido aos tipógrafos a continuidade da produção em condições económicas mais favoráveis. Mais do que através da produção dos objectos de valor cultural duradouro, a cultura tipográfica expandiu-se no momento em que foi capaz de sintonizar o tempo do acontecimento com o tempo da leitura, em formatos adequados às circunstâncias históricas.

Apesar da extinção da censura pela lei de 22 de Dezembro de 1834, o contexto contra-revolucionário vivido no Algarve manteve as autoridades liberais vigilantes a todos os factores de instabilidade, entre os quais as leituras, que surgem retratadas como motores da força do movimento rebelde, que se espalhava a «todas as classes de indivíduos»⁵⁵². A 5 de Fevereiro de 1836, a comunicação do governador civil, José Maria de Vilhena Pereira de Lacerda, dava conta dos modos de proceder dos revoltosos:

[...] é do meu dever pôr na presença de V. Ex.^a q os indivíduos suspeitos de afeiçoados ao usurpador continuão a mostrar o mesmo alento e esperanças q indiquei nos meus anteriores officios: **as noticias da proxima chegada de Emissarios encarregados de accender neste Districto o fogo da Guerra Civil circulão com vigor, e parecem ter-se difund.º por todas as classes de individuos, tendo sem duvida concorrido para isto a leitura clandestina de Periodicos subversivos como o Echo, o Farol Lusitano [etc] que tãobem me consta serem enviados aos sequazes da usurpação e lidos com avidez em clubs ou conventiculos, onde se reuñem para este fim.**⁵⁵³

Existia liberdade de imprensa e de associação, no entanto, nem todas as práticas de leitura eram lícitas. Consideradas como ameaças à ordem pública e política recentemente instituída, o governador civil implementou um conjunto de medidas preventivas «legais», por terra e por mar:

Para precaver aos effeitos de taes leituras e reuniões parecêo-me acertado dirigir a todos os Juizes de Direito deste Distr.º a confidencial junta por copia para de accordo com as Authorid.es Administrativas **descobrirem os authores daquellas reuniões, e formarem culpa aos indiciados criminosos de attentarem contra a ordem Publica.** Tãobem officiei aos Administradores das Alfandegas e Guardas mores da Saude p.^a cederem das preferencias q lhes competem e consentirem aos Empregados do Contrato que fação as pesquisas e indagações em todos os barcos q se aproximarem á Costa com indício de desembarque como já tive a honra de communicar a V. Ex.^a em meu off.º N.º 64.⁵⁵⁴

Procuravam-se jornais, proclamações, cartas de teor subversivo e todos aqueles que as pusessem a circular. A correspondência do governador civil participa que o Re-

⁵⁵² ALGARVE. Governo Civil; LACERDA, José Maria de Vilhena Pereira de – [Ofício] n.º 75, 5.2.1836, Faro [a] Ministério dos Negócios do Reino. [Ms.] 1836. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 199A.

⁵⁵³ *Ibidem*. Subls meus.

⁵⁵⁴ *Ibidem*. Subls. meus.

mexido mandava afixar proclamações nos locais públicos, incitando à luta⁵⁵⁵; dá conta da prisão de dois almocreves, naturais de Vila Nova de Portimão, por apoio à guerrilha em termos de mantimentos, munições e transmissão de notícias⁵⁵⁶. O acesso à informação disputou-se violentamente. Os constantes assaltos aos correios são dos episódios mais notados. Os guerrilhas procuravam interceptar as comunicações oficiais, correspondência privada e periódicos, como estratégia de antecipação. Lia-se para agir.

A leitura assumiu neste contexto um valor nitidamente actuante no sentido de orientar ou de provocar a acção imediata dos leitores, que se reuniam com o único propósito de ler e discutir⁵⁵⁷. Estes testemunhos colocam-nos perante um cenário privilegiado, no qual a sucessão de acontecimentos políticos potencia a eferescência cultural, pautada pela inserção de indivíduos em redes de comunicação que os integram naquela mesma comunidade, física ou «imaginária», de que falam Gabriel Tarde⁵⁵⁸ ou, mais propriamente, Benedict Anderson⁵⁵⁹.

Assim, a um modelo destinado à leitura individual, proposto e acompanhado por um determinado escol, de que demos exemplos na primeira parte, assiste-se à emergência de um modelo de leitura actuante, que é apetecido e que se propaga com intensidade pelo espaço público. A leitura organiza a sociabilidade, tanto a subversiva como a legítima, apropriando-se de diversos públicos e espaços, servindo a qualquer das facções. De um lado, situam-se os clubes e os conventículos e, do outro, as associações legalmente instituídas.

IV.2.a Entre a formação e a acção: a emergência das sociedades civis

Associações de orientações diversas emergiram em Portugal, sobretudo, após a vitória liberal, incitando à participação activa quer fosse na vida política, social, cultu-

⁵⁵⁵ ALGARVE. Administração geral; COSTA, Manuel José de Bivar Gomes da – [Ofício] n.º 543, 9.10.1837, *Faro [a] Ministério dos Negócios do Reino*. [Ms.]. 1837. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

⁵⁵⁶ ALGARVE. Administração geral; COSTA, Manuel José de Bivar Gomes da – [Ofício] n.º 698, 7.12.1838, *Faro [a] Ministério dos Negócios do Reino*. [Ms.]. 1838. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 355A.

⁵⁵⁷ ALGARVE. Governo Civil; LACERDA, José Maria de Vilhena Pereira de – [Ofício] n.º 404, 1.7.1836, *Faro [a] Ministério dos Negócios do Reino*. [Ms.]. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

⁵⁵⁸ *A opinião e a multidão*. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda., 1991 [1901].

⁵⁵⁹ *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Tradução de Catarina Mira e estudo introdutório de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70, 2012 [1983].

ral, científica ou industrial. Sobre as diferentes tipologias associativas, Maria de Lourdes Lima dos Santos destaca o que as une:

Subjacente aos diversos tipos de sociedades, encontramos um modelo de associação voluntária, de tendência interclassista, visando estabelecer redes de solidariedade e apoio entre os respectivos associados, concorrer para o seu esclarecimento e dos cidadãos em geral e incentivar a sua participação na vida social.⁵⁶⁰

No seu texto, pode ler-se uma breve cronologia que contextualiza a evolução dos diferentes modelos. As sociedades secretas, como as lojas maçónicas, começaram a ganhar expressão ainda no século XVIII, assim como as sociedades científico-literárias, cujo paradigma foi a criação da Academia das Ciências de Lisboa (1779). Mais tarde, surgiram as sociedades patrióticas de índole política dominante e com evidente expressão entre 1820 e 1823 e, por fim, com a envolvimento do sucesso definitivo do Liberalismo, a expansão das sociedades de recreio e instrução que, conforme escreve a autora:

[...] vulgarizavam-se em vários pontos do país aqueles novos espaços de convívio onde a burguesia organizava os seus ócios, à semelhança do que já há muito se vinha fazendo em países como a Inglaterra e a França. Tratava-se de ocupar o tempo livre *civilizadamente*, conversando, jogando (em princípio, apenas os jogos permitidos pelos estatutos das sociedades) ou lendo os jornais políticos e literários, que qualquer sociedade de recreio e instrução que se prezasse deveria ter no seu gabinete de leitura.⁵⁶¹

O Algarve não foi alheio a esta conjuntura. E, se, efectivamente, os resultados da Guerra Civil foram tenebrosos, juntando, às vidas perdidas, o saque e a destruição do património de civis e religiosos, a perseguição, a captura ou o exílio de muitos, e se as serras do Algarve ergueram-se como verdadeiras muralhas físicas e imagéticas por conta dos relatos expostos na imprensa, não é lícito, ainda assim, transferir para o campo cultural tais efeitos. Sobre esta matéria, concordo integralmente com a perspectiva defendida por José Esteves Pereira, ao declarar:

[...] na avaliação que se fizer do período que media entre 1828 e 1836, no que respeita a um progresso cultural, deparam-se-nos as dificuldades de perceber o que pode resultar do que é mais avesso à expansão cultural: o cerceamento de uma comunicação e discussão de problemas. **Mas será um erro pensar que se deixou de ler ou pensar, ou fundamentalmente certo tipo de comportamentos e valores. [...] E, por outro lado, o Portugal das Luzes pôde afirmar-se e revigorar-se na emigração forçada pela reacção miguelista.**⁵⁶²

A conjuntura revolucionária de altas temperaturas ideológicas teve, na verdade, um efeito potenciador, quer atentemos na identificação e sincronia colectiva que a situação bélica ocasionou, quer no impulso dado ao desenvolvimento dos meios de comuni-

⁵⁶⁰ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – «Sociabilidade, comunicação e aprendizagem». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 366. Vol. I.

⁵⁶¹ *Id.*, p. 369.

⁵⁶² Subls meus. PEREIRA, José Esteves – «As ideias do século». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo (1820-1851)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 281. Vol. I.

cação e à sociabilidade intelectual, como bem demonstrou o trabalho de Maria de Lourdes Lima dos Santos, «Sobre os Intelectuais Portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)»⁵⁶³. Sem ignorar intermitências, a instabilidade ou a destruição de estruturas já criadas, há que tomar em linha de conta o papel que, por exemplo, ex-presos políticos e ex-exilados tiveram na criação de grupos de resistência, de reflexão e de correspondência com outros de semelhante identidade ideológica, e ponderar qual a sua influência ao nível da organização e intervenção sociocultural. Aí, talvez possamos encontrar fundamento para que, logo após o rescaldo da vitória liberal, organizem-se e estabeleçam-se, rapidamente, estruturas associativas das mais variadas índoles um pouco por todo o país. Os «clubs» e os «conventículos», denunciados pelos liberais, são o exemplo destas práticas que cresceram durante todo o período revolucionário, ora perseguidas pelos miguelistas, ora pelos liberais, consoante quem estava no poder, mas ambos reconhecendo-lhe enorme capacidade de influência.

Entre as sociedades secretas e as que no pós-1834 se constituíram não é de estranhar a existência de elos de continuidade. No período vintista, são conhecidas actividades em Lagos e Faro (v. *Quadro IV.2 Sociedades em funcionamento entre 1816 e 1828 no Algarve*), para as quais contribuiu a influência dos oficiais que acompanharam o Conde Lippe na reorganização do exército português⁵⁶⁴ e a classe eclesiástica que igualmente aderiu à dinâmica associativa.

A loja de Lagos, designada *Filantropia*, foi fundada em 1816, tendo provavelmente 15 membros no início, dos quais 8 eram militares (53%), 3 homens de leis (20%), 2 funcionários públicos (2%), 1 médico (7%) e um outro clérigo (7%)⁵⁶⁵. No âmbito da devassa promovida pelo Juiz de Fora Joaquim da Costa Pinto Ataíde, no ano de 1823, foram denunciados e perseguidos. Em 28 de Agosto desse ano, a investigação estava

⁵⁶³ In *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa: Editorial Presença; Instituto de Ciências Sociais, 1983, p. 93-135.

⁵⁶⁴ José Alberto Baptista considerou o oficial James Ferrier como «um dos responsáveis pelo nascimento da primeira loja maçónica lacobrigense», In BAPTISTA, José Alberto – *Lagos, o republicanismo e a administração municipal 1908-1914*. Lagos: Câmara Municipal, 2010, p. 68. Sem questionar a influência francesa na expansão do movimento maçónico, creio não ser possível fazer esta associação directa, uma vez que, de acordo com os actuais conhecimentos sobre a matéria, a primeira loja conhecida na cidade data de 1816 e James Ferrier esteve em Portugal entre 1762-1778, com a responsabilidade de organizar os regimentos de Lagos e de Faro, em 1763-1764 e 1774-1775, respectivamente. V. MARQUES, A. H. Oliveira e DIAS, João José Alves – *História da Maçonaria em Portugal: volume I. Das origens ao triunfo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 40-41, 111 e 371. Vol. I.

⁵⁶⁵ Dados recolhidos em MARQUES e DIAS – *Op. cit.*, p. 179-180, que publica o «quadro provável» de filiados, indicando nome, idade, naturalidade, estado civil e profissão. Reproduzimo-lo no *Anexo n.º 17: Quadro provável da Loja Filantropia de Lagos, com o n.º 2600 do Grande Oriente Lusitano, em 1823*, onde se assinala os membros fundadores.

concluída e no relatório enviado a Lisboa, podia ler-se: «todo o Estado-Maior do regimento Número Segundo de Infantaria, estacionado nesta cidade» encontra-se «contagiado da execranda seita maçónica» e o Regimento de Milícias de Lagos «está absolutamente governado por pedreiros-livres»⁵⁶⁶. A loja Filantropia era então constituída por trinta e sete indivíduos, mantendo-se a predominância da classe militar (51%)⁵⁶⁷. A sua actividade ficou suspensa, mas, em 1828, voltaram a ser perseguidos, presos e incluídos outros igualmente acusados de liberais e maçónicos, pelo juiz de fora e do crime, Nicolau Maria de Sousa Estrela⁵⁶⁸.

Em Faro, funcionou entre 1821/1822 e 1823 a loja *Fraternidade*, composta por 34 membros, na maioria oriundos da classe eclesiástica (71%)⁵⁶⁹. Entre 1822 e, provavelmente, 1828 esteve em funcionamento a *Sociedade Filarmónica de Faro*, composta por 59 maçons (68% militares)⁵⁷⁰; no mesmo período funcionou a *Sociedade Patriótica* (1822?-1828?) com um quadro conhecido de 11 filiados (55% militares)⁵⁷¹ e, em 1827, José Carlos Vilhena Mesquita identificou a *Sociedade do Teatro Armonia* em pleno funcionamento, desconhecendo-se se esteve relacionada com alguma orientação maçónica⁵⁷². Apesar das forças militares e do clero predominar nestas organizações, os demais maçons desempenhavam funções de alto-relevância na sociedade. O avanço do movimento maçónico para a província representou o crescimento da sua influência, como declarou Oliveira Marques: «Serviu-se, por isso, não só da multiplicação das iniciações

⁵⁶⁶ Apud MARQUES, A. H. de Oliveira – *História da Maçonaria em Portugal: Política e Maçonaria 1820-1869 (1.ª parte)*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 30.

⁵⁶⁷ Cf. Anexo n.º 17: *Quadro provável da Loja Filantropia de Lagos, com o n.º 2600 do Grande Oriente Lusitano, em 1823, que inclui a análise à «Estrutura profissional da Loja Filantropia em 1815 e em 1823»*.

⁵⁶⁸ Cf. ROCHA, Manuel João Paulo – *Monografia: as forças militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela liberdade*. Porto: Typographia Universal, 1909, p. 265-482. Edição facsimilada com o título *Monografia de Lagos*. Faro: Algarve em Foco Editora, 1991. O autor apresenta a biografia de 151 indivíduos envolvidos nas perseguições a liberais e maçónicos, sendo o número de maçons referidos superior ao quadro apresentado na pág. 403. Não podemos, no entanto, fazer equivaler o número de acusações à população maçónica, uma vez que as denúncias anónimas eram frequentes, sem, contudo, chegar a ser provadas.

⁵⁶⁹ Cf. Anexo n.º 18: *Quadro conhecido da Loja Fraternidade de Faro, obediente ao Grande Oriente Lusitano, em 21.3.1822, que inclui a análise à «Estrutura profissional da Loja Filantropia de Faro, em Mar./1823»*.

⁵⁷⁰ Cf. Anexo n.º 19: *Quadro conhecido da Sociedade Filarmónica de Faro, em 30.9.1828, que inclui a análise à «Estrutura profissional da Sociedade Filarmónica de Faro, em 30.9.1828»*

⁵⁷¹ Cf. Anexo n.º 20: *Quadro conhecido da Sociedade Patriótica de Faro, em 30.9.1828, que inclui a análise à «Estrutura profissional da Sociedade Patriótica de Faro, em 30.9.1828»*

⁵⁷² A fonte documental usada pelo autor está acessível em ANTT, Intendência Geral da Polícia, Correspondência dos Corregedores e Juizes de Fora, Algarve, 1828, mç 244, doc. n.º 9 e doc. n.º 53. In MESQUITA, José Carlos Vilhena – *História do Teatro Lethes*. 2.ª ed. Faro: AJEA Edições, 2002, p. 48 e 69.

e das lojas, mas também de uma política consciente de intervenção e de criação de organismos paramaçónicos na forma das sociedades patrióticas»⁵⁷³.

É precisamente como sociedade paramaçónica que o autor refere o *Gabinete de Leitura de Loulé*, escrevendo: «fundado, talvez em 1836, um Gabinete de Leitura, aparentemente com objectivos próximos dos das sociedades patrióticas»⁵⁷⁴. Não foi, todavia, a única que nasceu no pós-1834 no Algarve e que, sem dificuldade, poderemos enquadrar nesta tipologia. Além do Gabinete, na realidade criado em Dezembro de 1835, foi-nos possível obter notícia de mais três sociedades fundadas ou em funcionamento neste ano, oficialmente aprovadas. As notícias acerca da existência de outras associações recolhidas na documentação tratada, levaram-nos a sistematizar a informação dispersa no *Quadro IV.3 Sociedades fundadas entre 1834 e 1853 no Algarve*, pois evidencia a expansão e a vivacidade do fenómeno associativo na periferia, de diversa natureza, não estando certamente reunido o total de associações que na totalidade existiram, especialmente, fora do quadro legal.

A frequência das sociedades musicais, que se manteve ao longo de todo o século XIX, relaciona-se com a actividade política nas diferentes localidades e é um bom indício do fenómeno de politização local. Não raro, as filarmónicas representavam as diversas facções políticas, ou eram utilizadas como instrumento ao serviço de grupos politizados. José António Guerreiro Gascon deixou-nos testemunho dessa realidade, a propósito do concelho de Monchique, sobre o qual lembrou:

⁵⁷³ In MARQUES – *História da Maçonaria em Portugal...* 1996, p. 19. O autor considera que a influência destas organizações não deve ser reduzida, porém, à dimensão quantitativa, devendo considerar-se as «qualidades das pessoas recrutadas». É, afirma, na «análise do número de maçons governantes, parlamentares, membros dos altos quadros da administração, banqueiros, capitalistas e grandes comerciantes, professores, oficiais do exército e da marinha, clérigos de alta hierarquia e clientes de uns e outros que permite entender o papel relevante da Maçonaria na sociedade portuguesa nos meados do século XIX.», p. 130.

⁵⁷⁴ In MARQUES, A. H. de Oliveira – *História da Maçonaria em Portugal: Política e Maçonaria 1820-1829 (2.ª parte)*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 285. Vol. III.

As sociedades patrióticas não estavam sujeitas a nenhuma obediência particular, mas eram compostas por maçons que exerciam forte influência quer na direcção, quer na regulamentação destas sociedades mais simplificadas. Oliveira Marques define-as do seguinte modo: «Na falta de partidos políticos organizados, as Obediências e as Lojas maçónicas serviram-lhes de sucedâneos durante toda a primeira metade do século XIX. Mas as lojas maçónicas, como o lento e complexo ritual que caracteriza as suas sessões e com as limitações regulamentares que informam a sua estrutura, não podiam responder às conveniências de uma acção pronta e de uma discussão sem peias. Houve, assim, necessidade de criar organismos que, enquadrados embora pela organização maçónica, satisfizessem melhor as condições impostas por situações revolucionárias ou afins. Tal foi a origem dos «grémios» e das instituições paramaçónicas, os primeiros compostos exclusivamente por maçons mas reunindo-se e actuando de acordo com regulamentações profanas e as segundas saídas da Maçonaria e dirigidas por maçons mas aceitando a participação de profanos e regulamentos profanos também.» *Id.*, p. 265.

Por diversas vezes se têm constituído agrupamentos musicais de instrumentos de cordas e outros, assim como alguns grupos dramáticos, uns e outros de amadores, em que se têm revelado alguns elementos de valia.

Desde há muitos anos que em Monchique tem havido, com pequenos intervalos, algumas sociedades filarmónicas, algumas vezes, duas simultaneamente, representando quase sempre, agrupamentos políticos adversos.

Aí por 1890, havia duas: a dos «Lanzudos», constituída na quase totalidade por gente nova, em rivalidade com outra constituída por homens mais idosos e que, por isso, mereceram o cognome de «Carecas». **A política não era de todo estranha à existência das duas bandas, reunindo aquela os elementos mais avançados e esta os mais conservadores**, até que pela eleição a deputado de um ilustre monchiquense, se fez a fusão de ambas sob a denominação de «Sociedade Filarmónica União Monchiquense» que, como era de prever, teve efêmera duração.

Faltou a rivalidade ou estímulo que era a razão da sua existência, acabou.⁵⁷⁵

Esta forma de intervenção era adoptada tanto nos centros concelhios, quanto nas freguesias rurais e menos povoadas, como escreveu:

Outro tanto sucedeu na freguesia de Marmeleite; **também ali, num meio tão pequeno como aquele, a política local manteve durante alguns anos duas bandas** que, como era de esperar, bastante deram que fazer à justiça por causa das rixas em que, muitas vezes, se envolviam os seus componentes.

[...] Eram, porém, um tanto indisciplinados, isto é, notava-se que alguns dos seus componentes, talvez os melhores, tinham o hábito de não seguir muito rigorosamente a música escrita, introduzindo-lhes «aperfeiçoamentos» de sua lavra.

Era principalmente no «Hino da Carta» que mais largas davam à sua fantasia, tanto que ficou célebre o «Hino da Carta de Marmeleite», que nem já se parecia com o de qualquer outra terra, tão floreado se apresentava!

[...] E assim mesmo o executaram, em 1897, quando da visita do rei D. Carlos, que certamente se não apercebeu do trabalhão que tudo aquilo dava, pois de contrário teria dado grande apreço a tal variante do hino nacional.⁵⁷⁶

Circunscrevendo-nos às associações coevas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, observa-se a existência da *Sociedade Philarmonica e Theatral de Faro*, em funcionamento em Março de 1835 (possivelmente uma reactivação da Sociedade Filarmónica instalada em 1822), sobre a qual não obtivemos mais informações do que a notícia da sua existência destinada à dinamização de actividades artísticas e de entretenimento⁵⁷⁷.

Mais documentada está a *Sociedade Phylantropica Tavirense*, instalada em Tavira, a 23 de Junho de 1835, por, nessa data, «ser anniversario do desembarque da Devizão expedicionaria no Algarve». Desde esse dia, ofereceu quotidianamente uma sopa aos presos necessitados, à excepção do domingo em que a Misericórdia o fazia. Nos Estatutos, que a 10 de Setembro de 1835 o presidente da sociedade, Bernardo António

⁵⁷⁵ Subls. meus. In GASCON, José António Guerreiro – *Subsídios para a monografia de Monchique*. Faro: Algarve em Foco Editora, 1993, p. 308.

⁵⁷⁶ Subls. meus. *Id.*, p. 309.

⁵⁷⁷ Cf. Anexo n.º 19: *Quadro conhecido da Sociedade Filarmónica de Faro, em 30.9.1828.*

Zagalo⁵⁷⁸, endereçou a Rodrigo Fonseca Magalhães para aprovação, lêem-se os objectivos principais da organização: «melhorar a sorte da humanidade desvalida, sem distincção de sexo, ou idade, provendo á subsistencia, e curativo dos invalidos, obrigando ao trabalho os mendigos vigorosos, e promovendo a educação da infancia indigente»⁵⁷⁹.

Entre outros meios de prossecução, previa o acumular de fundos que viabilizassem a criação de «escolas de primeiras letras, tanto para os meninos, como para as meninas desvalidas», estimando-se a abertura à restante população: «D'estas escolas poderão aproveitar-se quaesquer outras pessoas, ainda que não sejam indigentes, visto que o numero não augmenta as suas despezas, segundo os novos systemas d'ensino, de que se deverá lançar mão.»⁵⁸⁰

A sociedade era mista, admitindo sócios de ambos os sexos que contribuíssem para pôr cobro ao fenómeno da mendicidade assistida na cidade.

Em Vila Real de Santo António, surgiu, dois meses depois, a 22 de Novembro de 1835, a *Sociedade Patriótica de Vila Real de Santo António*, constituída por 31 sócios, visando estimular o desenvolvimento local e intermediar as relações com o governo central, como se conclui do seu programa:

A sociedade será intitulada = Sociedade Patriótica de Villa Real de Santo Antonio, e terá por objecto - Artigo 1.º Excitar a emulação, espalhar as luzes, e levar ao conhecim[en]to do Governo ou das Cortes, p[o]r meio de representações, todos os melhoram[en]tos de que for susceptível esta V[il]a.⁵⁸¹

Segundo o parecer do Prefeito do Algarve, tratava-se de uma instância coadjuvante da autoridade administrativa local, que merecia inequívoco apoio pela utilidade à

⁵⁷⁸ Bernardo António Zagalo nasceu em Ovar, a 3.11.1780, e faleceu em Lisboa, a 17.12.1841. Estudou Matemática na Universidade de Coimbra, onde se encontrava aquando das Invasões Francesas. Neste contexto, e sendo sargento da arma de artilharia, dirigiu o Batalhão Académico da Universidade de Coimbra que, a 27 de Junho, tomou o forte da Figueira da Foz aos franceses e prosseguiu até Montemor-o-Velho, comandando a revolta popular contra o invasor, o que o elevou ao posto de capitão. Chegou a Marechal de Campo graduado sendo várias vezes condecorado. Entre 1834 e 1836, data em que diligenciou a criação da Sociedade Filantrópica Tavirense, desempenhou as funções de Governador Militar do Algarve, tendo ingressado na política activa em 1838 como senador. Publicou *Systema de Instrucção para a infantaria ligeira, offerecido aos novos officiaes do exercito; Monte pio militar; Organização do Exercito e Fazenda; Projecto de regulamento para a organização e administração do exercito, apresentado ao senado em sessão de 29 de Janeiro de 1840, e impresso por ordem do mesmo senado* Cf. «ZAGALO, Bernardo António» [em linha]. In *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres – Editor, 1904-1915, Volume VII, pág. 715. Acessível em: <http://www.argnet.pt/dicionario/zagaloba.html>.

⁵⁷⁹ «Capítulo 1.º, Art.º 1.º». In *Estatutos da Sociedade Philanthropica Tavirense*. [Ms.]. 10.9.1835. Acessível em ANTT, fundo Ministério do Reino, mç. 2043, letra R-S. A transcrição integral do documento encontra-se no *Anexo n.º 21: Estatutos da Sociedade Filantrópica Tavirense, 1835*.

⁵⁸⁰ *Id.*, Art.º 2.º.

⁵⁸¹ *Estatutos e regimento interno da Sociedade Patriótica de Villa Real de Santo Antonio*. 1835. Acessível em AHMARM, doc. 37. A transcrição integral do documento encontra-se no *Anexo n.º 22: Sociedade Patriótica de Vila Real de Santo António, 22.11.1835*.

«Civilização dos Povos e consolidação das nossas Instituições» e por os seus sócios terem «hum comportamento sempre fiel ao tempo da Usurpação e Serviços Relevantes feitos á Causa da Liberdade»⁵⁸².

Quer a sociedade de Tavira, quer a de Vila Real de Santo António assumiram uma posição humanista e filantrópica, partilhada, é certo, com as organizações maçónicas. Embora não existam provas documentais que atestem a pertença, os Estatutos de ambas as sociedades não deixam dúvidas quanto ao carácter social interventivo. Tanto num como no outro caso, a associação funcionou como um instrumento de congregação de recursos dos notáveis locais para organizar e conduzir a acção, assumindo um estatuto de poder paralelo, mas complementar à acção estatal.

Foi neste contexto favorável à sociabilidade e à mobilização cívica que se estabeleceu na vila de Loulé a *Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé*, dando visibilidade a uma consumada transformação de hábitos culturais.

IV.2.a.1 Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé (29.12.1835-20.2.1848?): génese e expansão de uma tipologia institucional de leitura pública

Atendendo às variações do conceito «leitura pública», é oportuno especificar o sentido aqui utilizado e que consiste na acessibilidade generalizada a um objecto e a uma prática, independentemente da natureza do seu promotor. Assim, não obliterando o impulso que neste sentido veio dar a iniciativa pública, isto é, estatal, ao considerar a «leitura pública» um bem e uma actividade de interesse público, cuja disseminação cabia ao Estado proporcionar, não ficaremos condicionada à acção do Estado. Interessamos a malha de instituições e meios, privados ou públicos, individuais ou colectivos, que, por mais exclusivistas que nos possam parecer, contribuíram para a diversificação, alargamento e integração cultural de um número cada vez maior de leitores, paulatinamente mais aptos a exercer, de forma racional e informada, a sua cidadania. A conjugação das iniciativas pública e privada permitirá ponderar o grau de intervenção de cada uma destas na constituição de um amplo mercado literário e no processo de democratização cultural. Começamos pela iniciativa privada, que, na prática, antecipou-se à pú-

⁵⁸² ALGARVE. Governo Civil; LACERDA, José Maria de Vilhena Pereira de – [Ofício] n.º 146, 18.12.1835, *Faro [a] Ministério dos Negócios do Reino*. [Ms.]. 1835. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 327A. V. Anexo n.º 22: *Sociedade Patriótica de Vila Real de Santo António*, 22.11.1835, «(III.) Parecer...».

blica, abordando este novo estabelecimento de leitura que se enraizou ao longo de Oitocentos na sociedade portuguesa: o Gabinete de Leitura.

O fenómeno dos gabinetes de leitura – casas de aluguer de livros e jornais – foi importado da França, onde, ao longo da segunda metade do século XVIII, se disseminaram consideravelmente⁵⁸³, sendo aceitável que os primeiros estabelecimentos se instalassem em Portugal nos últimos anos de Setecentos. Nesse sentido, aponta o acervo documental da Intendência-geral da Polícia, estudado por José Augusto dos Santos Alves, que levou o autor a afirmar:

A documentação consultada na elaboração deste trabalho abre contudo, em conformidade com os testemunhos, uma pista que, não sendo conclusiva, conduz, para lá da tese do seu aparecimento apenas no século XIX (sob a noção de aluguer domiciliário), a **uma outra alternativa: a existência de incipientes gabinetes de leitura, no mínimo de periódicos, ainda no século XVIII**. Na verdade, Pina Manique, em 1792, não deixa dúvidas: “em alguns cafés, bilhares, casas de pasto, boticas e em algumas assembleias costumam ter ali as gazetas, correios, assim estrangeiros, como portugueses, para servirem e atrair gentes, que lhes dêem consumo e consigam os seus interesses.”⁵⁸⁴

Não obstante, entre as referências bibliográficas impressas, a mais antiga referência data de 1801 e aponta como instituidor o livreiro francês, M. de Meausse⁵⁸⁵. Co-

⁵⁸³ Na tradição francesa de estudos sobre a difusão da leitura pública, os autores consideram os gabinetes de leitura de iniciativa privada e com intuítos comerciais, como um dos seus principais promotores: «*Seul la location des livres, et même des journaux, pouvait permettre un élargissement sensible de la diffusion.*»

Ce fut donc sous forme commerciale que se développa la lecture publique. A la rencontre des lecteurs, des ‘boutiques à lire’ situées au niveau de la rue, se répandirent dans les villes. Ce sont les cabinets de lecture.» In PARENT-LARDEUR, Françoise – *Lire a Paris au temps de Balzac: Les cabinets de lecture à Paris, 1815-1830*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1981, p. 7.

Roger Chartier e Henri-Jean Martin afirmam: «en ville au moins, la relation à l’imprimé n’implique pas forcément la propriété individuelle de l’objet: les cabinets de lecture d’abord, les bibliothèques «populaires» ensuite (en leurs diverses modalités) sont, en effet, autant de lieux qui rendent possible la lecture gratuite ou locative.» In *Histoire de l’édition française: les temps des éditeurs du romantisme à la Belle Époque*. Paris: Fayard / Cercle de la Librairie, 1990, p. 7. Vol. 3. E Nöe Richter considera, por seu lado, que o gabinete de leitura foi uma das vias fundadoras do sistema institucional da leitura em França, embora, paralelamente às bibliotecas populares. V. RICHTER, Nöe – *La lecture & ses institutions, 1700-1918*. [S.l.]: Éditions Plein Chant et Université du Maine, 1987, p. 84-85. Sobre esta assunto, veja-se também PAILHÈS, Jean-Louis – «En marge des bibliothèques: l’apparition des cabinets de lecture». In JOLLY, Claude, dir. – *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques sous l’Ancien Régime: 1530-1789*. Paris: Promodis - Éditions du Cercle de la Librairie, 1988, p. 421-425. Vol. II.

⁵⁸⁴ Subsl. meus. In ALVES – *A opinião pública...* p. 406, nota 505.

⁵⁸⁵ A referência é feita por Carl Ruders, na sua carta de 24 de Outubro de 1801, na qual aborda o comércio, importação e leitura de livros estrangeiros: «Todos os escritos, fomentando superstições, podem aqui ser impressos e postos à venda, sem impedimento algum; mas pelo que diz respeito à importação irregular de livros estrangeiros em Portugal, ignoro como as coisas se passam.

A maneira mais usual e menos embaraçosa empregada pelos particulares parece ser o contrabando. Toda a gente, sem por isso incorrer em censura, pode ler e possuir livros proibidos; ninguém faz inquéritos a tal respeito. Mas se algum particular, mesmo estrangeiro, cai na asneira de declarar na alfândega os livros que mandou vir, é de recear que tenha de esperar por eles longo tempo, e até, talvez, de ficar sem alguns, sobretudo se dizem respeito a Portugal. O Intendente da Polícia, receando – não sem motivo – que neles se fale da sua pessoa ou dos seus actos, procura, por todos os modos, impedir a introdução, no país, desses escritos considerados atentórios.

Os livros de que aqui me sirvo, segundo presumo, nunca passaram pela alfândega; de contrário não me teriam chegado às mãos sem reclamações e dificuldades, o que não vale a pena se se não trata de

mummente aceite pela crítica é o ano de 1814 por ser dessa data o primeiro catálogo conhecido, com a chancela do livreiro francês Pedro Bonnardel⁵⁸⁶.

Com base nos catálogos dos estabelecimentos, Manuela D. Domingos traçou o perfil destas instituições em Portugal, reconhecendo um período de vida activa de pouco mais de cem anos (1814-1920), cuja idade de ouro situou-se entre as décadas de 70 a 90⁵⁸⁷. No entanto, com berço na cidade de Lisboa e aqui uma actividade circunscrita à casa Bonnardel até ao aparecimento, em 1835, do Gabinete Nacional de Leitura⁵⁸⁸, foi em 1834 que a sua dispersão geográfica se verificou, chegando ao Porto, através da *Sociedade de Sciencias Médicas e Litteratura da Cidade do Porto* que o instalou na Real Academia de Marinha e Comércio. Em 1835, a *Sociedade Conimbricense dos Amigos da Instrução* propôs-se criar um e, em Loulé, em Dezembro desse ano, a Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé dava os primeiros passos⁵⁸⁹, sendo secundada pela criação

porções consideráveis. Quando alguém deseja qualquer livro do estrangeiro, costumam os marinheiros encarregar-se de o trazer e de o fazer chegar ao seu destino.

O francês M. de Meaussé, que montou aqui um gabinete de leitura, recebe, ordinariamente, quantos livros quer, mas não lhe é permitido consentir que os naturais do país se aproveitem deles. Esta restrição, porém, é iludida por intermédio do que se chama um terceiro.

Assim, por exemplo, se uma senhora da sociedade deseja ler qualquer volume dessa livraria, como lhe é defeso pedi-lo emprestado, encarrega desse serviço qualquer estrangeiro e está o negócio feito.» In RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981, p. 224-225.

⁵⁸⁶ O conjunto dos catálogos deste gabinete foi estudado por ESTEVES, Rosa – «Gabinetes de leitura em Portugal no século XIX (1815-1853)». *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 1, 1984, p. 213-235. A notícia da abertura do Gabinete originou investigação policial, que, considerando-o uma instância de «ensino público» ilegalmente estabelecida, emitiu parecer negativo ao seu funcionamento. A abertura da informação policial é elucidativa quanto à reacção da autoridade: «Tendo aparecido na Gazeta de Lisboa numero 189 hum avizo que annunciava ter se estabelecido nesta capital defronte do Correio Geral hum gabinete de leitura onde se dizia reunida huma collecção de livros de viagens, novellas, e poemas escriptos em portugues, que se allugarião pagando uma subscripção mensal, ou diaria, pareceo me conveniente entrar no conhecimento deste facto **pela sua novidade neste paiz, e pella influencia que elle podia ter na educação da mocidade**, objecto de suma importancia.» (Subls. meus) In «Informação do Intendente Geral da Polícia sobre o anúncio da abertura do gabinete de leitura de Pedro José Bonnardel. AN/TT, Intendência Geral da Polícia, liv. 15, fl. 40v-41v, *apud* CURTO, Diogo Ramada *et al.*, *As gentes do livro: Lisboa século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, p. 666.

ALVES – *A opinião pública...*, p. 234, apesar de reconhecer a «inexistência oficial de gabinetes de leitura» nota que tal não implica a inexistência total desta modalidade de leitura: «Este registo pressupõe a inexistência oficial de gabinetes de leitura, “novidade neste país”, ao mesmo tempo que pode dar a entender a sua existência clandestina – ou privada, que não necessita de autorização. [...] À vista da facilidade com que Bonnardel anuncia a sua criação e da não obstacularização por parte da *Gazeta* à inserção do anúncio, a existência de espaços congéneres parece um facto, tanto mais evidente quanto faz notar o modo de aí participar, que parece ser coisa vulgar.»

⁵⁸⁷ DOMINGOS, Manuela D. – «O público dos gabinetes de leitura». In *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância; Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985, p. 137-191.

⁵⁸⁸ V. GUEDES, Fernando – «Gabinetes de leitura nos séculos XIX e XX». In *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 1987, p. 172.

⁵⁸⁹ Este Gabinete não foi identificado nos trabalhos de ESTEVES – *Op. cit.*, DOMINGOS – *Op. cit.*, ou GUEDES – *Op. cit.*, tendo sido os primeiros subsídios carreados em 1993, por PALMA, Luís – «A Soci-

do Gabinete de Leitura de Angra do Heroísmo, fundado em 1837, e pelo Círculo Ebo-
rense, no mesmo ano⁵⁹⁰. Era o início de um movimento de expansão, que se adensou ao
longo da segunda metade do século XIX⁵⁹¹.

Há que distinguir, como propôs Manuela Domingos, entre os gabinetes promo-
vidos pelas associações de índole cultural ou profissional, destinados a um público mais
restrito, o dos sócios, e os gabinetes de leitura proporcionados ou ligados ao comércio,
abertos à totalidade dos seus clientes, em coexistência ininterrupta. Esta distinção teve
implicações ao nível do funcionamento dos gabinetes. Enquanto as associações, consti-
tuídas por particulares e reguladas por Estatutos, disponibilizaram um lugar e horário
específico para a leitura, estabeleceram o modo e os objectos de leitura, assim como a
forma de aluguer, normalmente através de uma cotização que visou a compra do acervo
literário e tendo como fim geral a formação e o entretenimento dos sócios num quadro
amplo de interesses intelectuais comuns, os gabinetes de leitura com ligações comerci-
ais foram, sobretudo, um espaço de aluguer de livros, levados para o domicílio e com
objectivos económicos evidentes⁵⁹².

Do ponto de vista biblioteconómico, consideramos que o gabinete de leitura tra-
duziu uma nova base institucional a ter em conta a par das bibliotecas eruditas, quer
fossem particulares ou públicas (em fase nascente na sequência do processo de expro-
priação dos bens das ordens regulares), permitindo ler sem possuir uma biblioteca pes-
soal, actualizar-se sem comprar⁵⁹³.

A novidade que representa o Gabinete de Leitura de Loulé tanto em termos soci-
opolíticos – porque se enquadra nas primeiras manifestações do movimento associativo
português legalmente constituído – , quanto em termos culturais, ao assumir a leitura
como objecto fulcral da actividade associativa, concita questões a que pretendemos res-

idade do Gabinete de Leitura e a vida política e cultural de Loulé no 2.º quartel do século XIX». *Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 2, 1993, p. 133-153.

⁵⁹⁰ Sobre esta sociedade, cf. BERNARDO, Maria Ana – *Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX: o Círculo Ebo-
rense*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

⁵⁹¹ V. REBELO, Carlos Alberto – *A difusão da leitura pública*. Porto: Campo das Letras, 2002, p. 77-78.

⁵⁹² V. DOMINGOS – *Op. cit.*, p. 154-162. A autora considera mais apropriada a designação «alugueres de
leitura», como justifica: «uma vez que lhes falta precisamente o lugar para ler, com maiores ou menores
comodidades», p. 162.

⁵⁹³ Sobre a evolução da biblioteca pública em Portugal, v. BARATA, Paulo – *Os livros e o Liberalismo:
da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional,
2003; MELO, Daniel – *A leitura pública no Portugal Contemporâneo, 1936-1987*. Lisboa: Imprensa de
Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004; *Id.* – *A leitura pública
na I República*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2010; REBELO,
Carlos Alberto – *A difusão da leitura pública*. Porto: Campo das Letras, 2002.

ponder na secção seguinte. Em que medida a Sociedade do Gabinete de Leitura pode ser considerada uma instância visível da legitimação da nova ordem sociopolítica e a «leitura» a prática cultural que a representa e através da qual se distingue? Quais os objectos e as práticas culturais especificamente em causa? Com que fins? Que público o integra? Qual o impacto sociocultural desta organização?

Sirva de enquadramento ao lugar precursor desta novel base institucional de leitura, a citação que se segue:

GABINETES DE LEITURA

Em Lisboa existe só um gabinete de leitura que seja publico; e porque não haverão outros em Lisboa, no Porto, em Braga, Vizeu, Guimarães, Vianna, Coimbra, e outras cidades e villas populosas? Nestas terras há muita gente que tenha jornaes, não só portuguezes mas estrangeiros; e porque não farão as pessoas que tem estes jornaes uma associação, para os emprestar e depositar em uma casa publica, a fim de que sejam lidos por toda a gente que quizer?

Sabemos que existe um inconveniente, que é o da aristocracia, e distincção que existe entre as differentes classes da sociedade. É verdade que nós não queremos atacar os habitos e costumes, e que a pessoa d'alta jerarchia ou riqueza se junte com o çapateiro, ou alfaiate, muito principalmente não querendo aquellas pessoas deixar os seus habitos, nem nivelar-se com gente das classes inferiores: porem este inconveniente evita-se, dando os membros da associação bilhetes á gente, que quizer ir ao primeiro gabinete que se estabelecer, e designar outras casas em que se depositem os jornaes, para lerem sem distincção os homens de trabalho, e de todas as classes da sociedade.

Estão chegadas as noites grandes, e tira-se mais utilidade de lér um jornal, do que de gastar o precioso tempo em jogos, que produzem perdas, ou que são um vergonhoso divertimento, para quem pode aprender muitas cousas que lhe são uteis e de absoluta precisão saber.

Nós apresentaremos artigos de regulamento para as sociedades literarias ou gabinetes de leitura.

É indubitavel que um homem, ou poucos homens não são sufficientes para dar desenvolvimentos a todos os trabalhos, e satisfazer as necessidades das sociedades; por tanto só as companhias e associações do maior numero de homens que fôr possivel, podem regenerar o paiz, e dar impulso aos grandes trabalhos, que tal empresa precisa.

Nós demonstraremos mais extensamente nos numeros seguintes, que não é a falta de capitaes que impede, que se formem associações, mas só a falta de vontade, a ignorancia, a falta apreciar, e analisar os diferentes ramos de industria, commercio, ou artes, que impede o desenvolvimento de muitas riquezas e utilidades.

É por esta fatal disposição que os gabinetes de leitura são precisos em toda a parte, onde existe muita gente reunida. Nós sabemos que a nossa gente ainda não se acha habituada nem a ler muito nem a fazer muitas despesas; mas porque não se comerá por pouco e por empresas pequenas?⁵⁹⁴

i. A identidade do Gabinete de leitura de Loulé

Valores, missão e organização

A documentação reunida acerca da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé compreende o livro das actas, abrangendo o período de 1835 a 1848, embora com hia-

⁵⁹⁴ *O Industrial Civilizador: Jornal de Agricultura, Indústria, Economia Política e Miscellanias*. Lisboa: na Imprensa de C.A.S. Carvalho, n.º 2, 1835, p. 47-48.

tos⁵⁹⁵, o livro de registo da receita e despesa, que apenas assenta contas de 1837 a 1844⁵⁹⁶, um conjunto de documentos relativos às despesas⁵⁹⁷ e, por fim, os Estatutos da Sociedade, aprovados por portaria de 13 de Setembro de 1836⁵⁹⁸, cuja transcrição integral incluímos no *Anexo n.º 23: Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1836*. Para traçarmos os princípios identitários da Sociedade do Gabinete de Leitura, debruçámo-nos sobre os Estatutos, enquanto documento normativo oficial que exprime os valores, a missão, a metodologia, a organização e funcionamento da Sociedade, assim como sobre o livro de actas que faculta um acesso mais próximo à vida da associação, à aplicação concreta dos normativos, aos seus modos de proceder, às características sociais dos seus agentes, às suas relações com as demais instituições e sujeitos, ao engendrar da «visão da sua identidade social»⁵⁹⁹.

A 29 de Dezembro de 1835, reuniram-se dezoito indivíduos, todos «cidadãos» da vila de Loulé, com o propósito de constituir uma Sociedade com a designação *Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé*. A reunião decorreu na casa do Reverendo Prior José Rafael Pinto e por ele foi proposto que a admissão à sociedade fosse realizada por meio de voto. Estas duas referências e a eleição para Presidente da Sociedade fazem crer que tenha sido José Rafael Pinto o seu principal dinamizador, embora tal facto seja irrelevante para o funcionamento da sociedade, que alicerçou todo o seu funcionamento nos princípios processuais legais e regulamentares que guiavam o quadro institucional do liberalismo. Desde a primeira hora, foi no voto da assembleia que residiu toda a autoridade da organização, formada entre «cidadãos» que ali se encontravam de forma livre e em igualdade de circunstâncias. Nesse dia, por meio de sufrágio, votaram-se os candidatos a sócio, sendo dezassete aprovados e dois excluídos⁶⁰⁰, assim como foram eleitos os membros da Junta Directiva e da Comissão responsável pela redacção dos Estatutos. A Junta Directiva era inicialmente composta pelo Presidente, dois vogais, um director e um secretário, sendo eleita com periodicidade semestral até De-

⁵⁹⁵ O livro, com 149 folhas, tem algumas folhas em branco, nomeadamente, metade da fl. 117 v. e a fl. 118, com grande probabilidade, destinadas à redacção da acta referente ao mês de Julho, o que acabou por não ocorrer, acontecendo o mesmo às folhas 128 a 133, que compreendem o intervalo de Junho a Dezembro de 1841. Acessível em AMLLE, fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/01/Lv001.

⁵⁹⁶ Acessível em AMLLE, fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/02/Lv001.

⁵⁹⁷ Acessível em AMLLE, fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/03/mç001 e mç002.

⁵⁹⁸ Acessível ANTT, fundo Ministério do Reino, lv. 1526, fls. 57v.-61v.

⁵⁹⁹ V. BOURDIEU, Pierre – *O poder simbólico*. 2.ª ed. revista e actualizada com introdução de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos, Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70, p. 142.

⁶⁰⁰ Foram excluídos Jerónimo António de Sousa Piedade e João Mendes Correia.

zembro de 1837 e, a partir dessa data, com duração anual. Foi nesse ano que a estrutura directiva da Sociedade também se complexificou, sendo criadas as funções de vice-secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro, no acto electivo de 31.5.1837⁶⁰¹. Todas as actividades da Sociedade, desde a redacção de uma carta à elaboração de um programa de festejos, eram desenvolvidas por comissões de número ímpar, eleitas pela assembleia, a quem respondiam pelos trabalhos desenvolvidos, sendo aí discutidos e votados.

A coesão e o compromisso colectivo ficaram evidentes na celeridade da redacção dos estatutos, cujos artigos, um total de 32, foram apresentados pela comissão eleita, discutidos e aprovados pela assembleia a 13 de Janeiro de 1836. Os Estatutos, regulando a vida interna, objectivos, direitos e deveres dos sócios eram igualmente a fonte de legitimação face à demais sociedade, garante da sua visibilidade oficial.

Convém assinalar que, à data, não existia legislação específica sobre o associativismo, ficando o reconhecimento público e legal sujeito à aprovação de estatutos, cujos requisitos variavam segundo o contexto político⁶⁰². Por este, claramente favorável à constituição de sociedades que pudessem «criar o ambiente certo para multiplicar o tipo de ser humano que convinha ao Estado liberal: o cavalheiro ilustrado, amador de ciências e de literatura, frequentador de clubes, conferências, recitais [...]»⁶⁰³, foram os Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé aprovados por portaria de 13 de Setembro de 1836, em pleno ambiente da Revolução de Setembro (9 e 10 de Setembro)⁶⁰⁴.

A missão e a estratégia da Sociedade do Gabinete de Leitura resumem-se no artigo 2.º do documento estatutário:

O só, e único fim da Sociedade, é **espalhar a instrução, que se adquire com a leitura, meditação e discussão de Periodicos** bem redigidos: **estabelecer a comunicação das idéas: firmar mais, e mais aquella união fraternal** que em geral **deve ligar toda a familia Portugueza**, e em particular os moradores d'esta Villa; arraigar firmemen-

⁶⁰¹ A relação dos sócios eleitos para funções na Junta Directiva encontra-se no *Anexo n.º 24 Sócios eleitos para a Junta Directiva da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé*.

⁶⁰² O direito à associação só foi legislado pelo Código Civil, artigo 365.º, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867. A partir do Decreto de 22.10.1868, a aprovação dos Estatutos passou a competência dos Governos Civis. Cf. BERNARDO – *Op. cit.*, p. 90.

⁶⁰³ RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 7.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012, p. 512.

⁶⁰⁴ O trabalho pioneiro de Luís PALMA – *Op. cit.*, sobre esta Sociedade não incluiu a análise aos Estatutos, que, como o autor esclareceu, não se encontram juntos ao livro das actas, depositado no Arquivo Municipal de Loulé. No decorrer desta investigação, foi possível localizá-los no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Ministério do Reino, Liv. 1526, estando a sua transcrição integral disponível no *Anexo n.º 23: Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1836*.

te no fundo de seus corações uma **constante adesão á Rainha e a Carta**. (Subls. meus, cap. 1.º, art.º 2.º)

O programa de acção da Sociedade estruturou-se em torno do valor da instrução. A ideia, como vimos na primeira parte deste trabalho, não era inédita. Mas, os meios de acção são claramente distintos, quer ao nível das práticas quer dos objectos adoptados. A instrução surge como um conceito revestido por uma intencionalidade colectiva, que a prática da leitura, por «meditação e discussão» pública, proporcionaria. Este assunto é regulado especificamente no capítulo 8.º «Da leitura, e discussão», declarando-se as horas e os modos de leitura. Proíbe-se, por um lado, a leitura «em voz alta» em determinado período, prejudicial à «meditação», e determina-se, por outro lado, as regras para a «discussão»:

26.º Ás tres horas da tarde dos dias immediatos aos da chegada do correio se ajuntarão os socios que quizerem na sala da Sociedade, e formada esta em sessão, o Presidente declarará aberta a discussão, **a qual sera publica, guardando porem os Espectadores o silencio, e decencia devida**. (subls. meus).

Como se depreende deste excerto, não pode considerar-se a Sociedade como um grupo fechado. A discussão das ideias era aberta a todos, que, enquanto espectadores e ouvintes, quisessem assistir a estas sessões públicas, embora sem o direito de intervenção, mas formando um «círculo de leitura»⁶⁰⁵, susceptível de ser replicado em outros contextos sociais, onde o lido, visto e ouvido produzem uma nova cadeia de sentidos e de percepções sobre a realidade⁶⁰⁶.

⁶⁰⁵ A noção de «círculo de leitura» envolve a leitura em público, mas releva a função activa de cada leitor – leitor, auditor, espectador - na construção de sentidos. Sobre o conceito afirma ALVES, José Augusto dos Santos – *Glória, memória e mito: o período vintista (1820-1823)*. Porto: mediaXXI – Publishing, 2013, p. 27: «O mundo do “círculo de leitura” (o leitor, o auditor e o espectador), visto sob o ângulo do perceber e do receber, da estética e da ética, imbrica-se com a apropriação, a “retórica da leitura”, a história dos sentimentos ou a dos afectos, a dos estereótipos ou a dos lugares-comuns com a “estética da recepção” que **envolve todos os actores, cuja acção recíproca é necessária para que haja criação e transformação no domínio literário ou “invenção” de novas normas na prática social** que não deixam passar em silêncio o “terceiro estado”, o leitor, o auditor ou o espectador contemplativo.» Subls. meus.

⁶⁰⁶ No processo de revisão dos Estatutos, antes da sua aprovação definitiva, José Rafael Pinto propôs a alteração do artigo 14.º do capítulo 6.º que na primeira versão apenas previa a presença na sala à hora da leitura de pessoas residentes na terra, argumentando: «sendo um dos fins da Sociedade **o espalhar as luzes e instrução se deveria facultar a entrada da salla do Gabinete as pessoas de fora da terra, e ao Official do Destacamento**, os quaes não podem ser socios, em consequencia de não habitarem nesta villa, e sendo o fim do artigo quatorze Cap. 6.º dos Estatutos **para que as pessoas, que não são Membros da Sociedade se utilizem desse modo de fructos della, sem para ella concorrerem** se alterasse este artigo, em beneficio das citadas pessoas.» A proposta foi discutida, assentando-se que «fossem admittidas na salla do Gabinete á hora da Leitura as pessoas de fora da terra, e o Official do Destacamento, não vindo rezidir nesta villa, sendo primeiro qualquer destas pessoas afiançada por algum dos Membros da Sociedade, só vindo em sua companhia, sogeitando-se em tudo ao deter menção os Estatutos.» Sessão de 14 de Março de 1836, fl. 2v, subls. meus. Como pode constatar-se pela versão final dos Estatutos, a opção foi não restringir a admissão de sócios através do critério da residência (cap. 7.º, art.º 20.º). V. *Anexo n.º 23: Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1836*.

O outro aspecto que importa sublinhar é o facto de os Estatutos da Sociedade do Gabinete consagrarem a incorporação de um género discursivo e de um formato tipográfico específico, o Periódico⁶⁰⁷ (grafado com maiúscula como se escreve nos Estatutos), como fonte primária de conhecimento, informação e debate.

Sobre o periodismo e a intensificação do movimento da imprensa periódica dispomos de dados seguros⁶⁰⁸; no entanto, sobre a distribuição, os agentes e as instituições que a tornaram acessível, particularmente na periferia, a percepção é mais nebulosa. Temos, por isso, nesta Sociedade um exemplo paradigmático do que significou a expansão e a importância social da leitura dos Periódicos, na orientação e alargamento da esfera pública. Foi razão bastante para a constituição de uma sociedade, tendo por fim específico a meditação e discussão de jornais, enquanto forma privilegiada de participação no espaço público e de promover o sentido de coesão local e nacional, disseminando a instrução afeiçoada aos princípios liberais: «arraigar firmemente no fundo de seus corações uma constante adesão á Rainha e a Carta».

O Gabinete reconheceu ao jornal impresso o protagonismo na orientação da opinião e na dinamização do espaço público politizado requerido pelo sistema representativo e devolve-nos a imagem do ambiente cultural em que os textos dos Periódicos ganharam a vida dialogante da leitura⁶⁰⁹. Não temos, pois, dúvidas quanto ao predomínio

⁶⁰⁷ Em toda a documentação oficial da Sociedade a palavra «Periódico» é grafada com maiúscula, o que mantivemos por considerarmos que se trata de uma valorização explícita deste género textual.

⁶⁰⁸ TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 152-153.

⁶⁰⁹ Este exemplo materializa integralmente a conceptualização de José Augusto Santos Alves sobre a constituição do espaço público liberal, que pode ler-se neste excerto longo, mas indispensável: «Definido como a esfera intermediária, que historicamente se constituiu na época das *Luzes*, entre a Sociedade Civil e o Estado, o espaço público liberal é um espaço, acessível a todos os cidadãos, que o desejem ser, em que um público se reúne para formular uma opinião pública. Trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, mantidos pelos actores políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que compõem a sociedade. É pois, antes de tudo, um espaço simbólico que requer tempo para se formar, um vocabulário e valores comuns, um reconhecimento mútuo das legitimidades; uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, se opor e deliberar. A troca discursiva de posições assentes no uso público da razão sobre os problemas de interesse geral permite esclarecer uma opinião pública. Esta publicidade crítica é um meio de pressão à disposição dos cidadãos para contrariar o poder do Estado.

O espaço público liberal não releva da ordem da vontade, ou seja, não se decreta a sua existência, como se organizam eleições, apenas se constata a sua existência. Simboliza, simplesmente, a realidade de uma democracia em acção, ou seja, a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses, das ideologias. **Constituindo o laço político que liga os cidadãos anónimos, o espaço público liberal fornece-lhe o sentimento de partilha e de participação efectiva na política.** Se podemos voluntariamente instituir a liberdade de opinião, a liberdade de imprensa, a publicidade das decisões políticas, isto não basta para criar um espaço público liberal. O espaço público supõe a existência de indivíduos autónomos, capazes de produzir a sua opinião, não “alienados nos discursos dominantes”, acreditando nas ideias e na argumentação e não apenas no confronto físico. Esta ideia de construção das opiniões por intermédio da informação e dos valores, depois das suas discussões, supõe também que os indivíduos sejam relativamente autónomos para produzirem a sua própria opinião. Em resumo, a legitimidade das

do jornal na vida política, social e cultural dos anos 30 de Oitocentos, alcançando uma amplitude nacional e remetendo o livro para um papel secundário na esfera da formação da cidadania, o que não significou, bem entendido, uma desvalorização. As urgências do tempo eram, porém, novas. Exigiam facilidade, rapidez e uma atitude selectiva, como bem expressa o coevo *O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*:

Neste estado, pois, da illustração e do progresso, **o que mais importa é o dilatar por todas as naçoens, e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução**; porque este é o espirito do nosso tempo, e porque esta tendencia é generosa e util.

Mas **como se dilataria a instrução**, como se faria descer a variada sciencia até os ultimos degráus da escala social, **se houvessemos de empregar nisto essa multidão de escriptos especiaes sobre todos os conhecimentos humanos, esses innumeraveis livros accumulados por toda a parte em bibliothecas immensas?** Fôra baldada empreza, como o prova o que ácerca disto dissemos. Além disso, o homem publico, o artista, o agricultor, o commerciante, ligados a **uma vida necessariamente laboriosa**, poucas horas tem de repouso para dar á cultura do espirito; e **nenhum animo, por certo, seria assaz curioso de instrução, para gastar esses curtos momentos em folhear centenares de volumes**, e embrenhar-se em meditações profundas, que só uma applicação constante póde tornar proficuas. **Que é pois necessario fazer para que seja satisfeita a necessidade de generalisar a instrução**; para traduzir e obra a idéa caracteristica do tempo actual? A solução deste problema encontra-se na historia litteraria da Europa, nos ultimos vinte annos.

De feito, **a parte mais util da moderna litteratura tem sido o resumir os amplos productos da intelligencia. Com uma rapidez admiravel tem surgido os compendios, os quadros synopticos, os jornaes de instrução popular.** (N.º 1, 6.5.1837, p. 1-2, subls. meus).

Ainda no que concerne às questões que dizem respeito à separação entre o domínio privado e o domínio público observa-se a preocupação com o espaço onde decorrem as reuniões da Sociedade. Embora a primeira reunião tenha decorrido na casa de um dos sócios, foi em espaço neutro, do ponto de vista dos interesses particulares dos sócios, que os encontros prosseguiram, sendo alugada uma casa pertencente à Misericórdia, separando claramente a esfera doméstica da esfera pública. Na sessão de 31 de Dezembro de 1836 (fl. 22v.), os sócios manifestaram o desejo de transferir o espaço de encontro para um local mais adequado, propondo as antigas instalações da Câmara Municipal, também pertença da Misericórdia. Nada ficou resolvido, mas, a 9 de Janeiro de 1837, a assembleia reuniu-se extraordinariamente, a pedido do então 1.º vogal da Junta Directiva, José Rafael Pinto, que apresentou a seguinte proposta:

Tendo o Governo de S. Magestade Fidelissima, a Rainha, cedido a muitas outras Sociedades Edificios Nacionaes, para celebrarem as suas Se-/Secções; e sendo esta

palavras, da argumentação, que se impõe contra a dos sujeitos da história, constitui o eixo fundador em torno do qual giram os valores do inovador conceito.» Subls. meus. In ALVES, José Augusto dos Santos – *Glória, memória e mito...*, 2013, p. 18-19.

Sociedade do Gabinete de Leitura huma das Auctorizadas pelo Governo, e não tendo casa propria. Proponho que vista a urgencia de se fazer quanto antes huma representação a tal respeito, esta Sociedade dispense nesta minha Proposta os tramites porque costumão passar as de mais Propostas. E decidindo assim a Assembleia = Proponho que esta Sociedade faça huma representação ao Governo, pedindo se lhe conseda, em quanto existir a Sociedade, a pequena Salla, e quarto, que ficão no tôpo da escáda principal do Convento das Freiras, ao lado esquerdo, com os seus competentes baixos. (fl. 24)

A discussão que se seguiu sobre o assunto foi longa, mas a proposta acabou integralmente aprovada e remetida ao administrador-geral do Algarve, que emitiu parecer positivo «com a condição de as conservar em bom estado, e restituir quando for determinado»⁶¹⁰. Acreditamos que a cedência do espaço público não chegou a verificar-se, pois, a 11 de Janeiro de 1841, a Sociedade decidiu mudar-se para um local com maiores comodidades, tendo João Francisco de Oliveira cedido «uma salla e dois quartos dando-lhe a Sociedade a gratificação q[ue] julgasse a propozito, e que alem disso se oferecia seu filho para todo o serviço interno da mesma Sociedade»⁶¹¹ e a 12 de Dezembro de 1844, o Presidente lembrava que «existindo nesta Villa um Theatro estabelecido na Igreja do Extincto convento das Freiras desta mesma, cuja propriedade se acha pertence a Fazenda Nacional, se pedisse ao Governo de S.M. a Rainha, a exemplo de outras sociedades, a quem tem sido concedidos espaços publicos para semelhante fim». O pedido foi aprovado por unanimidade, mas, em 16 de Janeiro de 1848, o assunto reapareceu. Cláudio José Pinto dirigia-se à Sociedade propondo a oferta de instalações da sua propriedade em troca da readmissão⁶¹². A proposta foi recusada.

Tanto a institucionalização, através da aprovação estatutária, quanto o pedido formal para atribuição de um espaço autónomo em propriedade estatal – uma forma sugestiva de partilha legal do poder – exprimem o desejo da Sociedade fazer-se reconhecida pela comunidade local. A relação entre a identidade da Sociedade e a nova ideologia dominante aumentava as probabilidades da sua «eficácia performativa»⁶¹³. Aquando da apresentação da carta que deveria acompanhar os Estatutos, Manuel António Vieira proferiu «um brilhante discurso» visando consciencializar os sócios para as vantagens futuras do cumprimento integral das normas estatutárias, declarando:

[...] quanto era necessario para o esplendor da mesma a fiel execução dos nossos Estatutos e demais determinações da Sociedade. E quanta honraria provinha a cada um dos

⁶¹⁰ ALGARVE. Administração geral; QUEIRÓS, Basílio Cabral Teixeira de – [Ofício] n.º 22, 17.1.1837, *Faro [a] Ministério da Fazenda*. [Ms.] 1837. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

⁶¹¹ Sessão de 11 de Janeiro de 1841, fl. 122v.

⁶¹² Cláudio José Pinto participou na fundação da Sociedade, mas a 31 de Agosto de 1837 pediu a demissão em sequência de uma proposta que não obteve da assembleia a recepção desejada. A demissão não só foi aceite, como foi registado em acta «que nunca mais em tempo algum seria admetido a Socio» fl. 47v.

⁶¹³ V. BOURDIEU – *Op. cit.*, p. 149.

membros que compõem esta Sociedade de pertencerem a ela e os **benefícios que de tal associação provinha não somente aos membros que a compõem, mas também os que algum dia podem provir aos habitantes desta Vila.** (Subls. meus, sessão de 3.7.1836, fl. 9f.).

De resto, o trabalho em torno do reconhecimento desenvolveu-se com recurso a estratégias diversas que visaram, através da legitimação do grupo, alcançar correlativo reconhecimento simbólico para os sócios e seus conterrâneos, como se retira das palavras de José Rafael Pinto: «promover o maior lustre e mais duradoura conservação da Sociedade, que tão ligada se acha com a honra e bom nome não só de seus socios, mas de todos os Habitantes desta Villa.» (Sessão extraordinária de 9.4.1837, fl. 32v.). Entre tais estratégias, contam-se, por um lado, as de **natureza interna**, destinadas à coesão e dignificação dos seus membros, como o zelo pelo integral cumprimento dos Estatutos e respectiva actualização, assim como pelas demais decisões tomadas em assembleia; a prestação de juramento da Junta Directiva eleita; o cuidado com a organização documental do Gabinete quer em termos bibliográficos quer em termos arquivísticos, pois, toda a dinâmica funcional da Sociedade assentou no registo escrito como as actas abundantemente testemunham; os agradecimentos e as menções honrosas registadas em acta, ou, no limite, a felicitação pública através de publicitação «num dos periódicos mais acreditados da Capital» (Sessão de 31.8.1838, fl. 91v.). Por outro lado, registam-se as de **natureza externa**, onde incluem-se a elaboração do timbre da Sociedade, a emissão de diplomas aos sócios, as comemorações do aniversário e as iniciativas de carácter público (envolvendo ou dirigindo-se à população), detalhadamente planeadas. Circunscrevo duas, que manifestam de modo expressivo o impacto individual e colectivo desta Sociedade: os diplomas e as iniciativas públicas.

Os diplomas aos sócios não estavam inicialmente previstos nos Estatutos e a sua primeira forma foi a de um «atestado de boa aptidão, honradez, conduta civil, política e moral» passado ao sócio Francisco Joaquim Félix da Silva Lima, como prova de confiança prestada pelo conjunto da Sociedade (sessão de 31.12.1836, fl. 22v.-23v.). Pouco tempo depois, ao ponderar a alteração dos Estatutos, foi criado o «Diploma de sócio» com as insígnias da Sociedade⁶¹⁴, para ser entregue a cada sócio no acto da admissão,

⁶¹⁴ As Armas da Sociedade ainda não existiam à data da aprovação do modelo do diploma (2.6.1837, fl. 36-37). Nessa ocasião, José Rafael Pinto propôs: «Hum circulo dentro do qual em duas figuras rectelneas se veja em uma as Armas da Villa, e na outra um livro com uma pena, que no lugar que se julgar mais apropriado se leia – 29 de Dezembro de 1835 – e bem assim – Gabinete de Leitura de Loulé – Que elle mesmo Socio offerecia um escudete de Armas antigas que possuia, o qual querendo a Sociedade receberlo, resultaria da qui economia a mesma Socied[ad]e e finalmente que elle se propunha a appresentar um dezenho do timbre d’Armas, de que fizera menção.» (Sessão de 15.6.1837, fl. 37f.). A assembleia apro-

juntamente com a cópia dos Estatutos (Sessões de 13.1, 31.1, 9.4, 26.5 e 2.6.1837). A legitimidade alcançada pela Sociedade extrapolou a dimensão identificativa (diferenciadora), sendo recorrente o pedido para emissão de atestados de comportamento, o que no Antigo Regime era responsabilidade das entidades oficiais, judiciais ou religiosas. Agora era possível que um sócio, na situação de mudar de residência solicitasse a uma sociedade de instrução «um attestado de seo bom ou mao comportamento politico, civil e moral, não só na Sociedade, mas nesta Villa o tempo que n'ella tem residido» (Sessão de 18.7.1837, fl. 43f.), reconhecendo a autoridade que esta instância de sociabilidade efectivamente alcançara.

Certamente, tal circunstância esteve relacionada com acções de demarcação pública e política levadas a efeito pela Sociedade, antecipando-se aos agentes e canais oficiais, que permitiram clarificar o seu posicionamento, interferindo com os canais legítimos de expressão pública. A 13 de Setembro de 1836, a Sociedade reuniu-se extraordinariamente, na sequência das notícias que haviam chegado pelo correio. Na abertura da Sessão, o Presidente, José Rafael Pinto, foi de parecer que deveriam ser convidadas as autoridades da vila para assistir àquela sessão. Manuel António Vieira protestou, argumentando que os sócios desconheciam o assunto que ali os trazia. Seguiu-se o relato:

[...] tendo no correio de hoje vindo a fausta noticia de que na Capital se tinha proclamado a Constituição de 1820 [*sic*], a que S. M. S. a Rainha tinha annuido, esta Sociedade devia dar demonstrações de regozijo, e que a sua oppinião era se convidassem as Authoridades, e juntamente com estas os membros da Sociedade se dirigissem aos sitios mais publicos desta Villa e ahi victoriassem á Constituição de 1820. (Sessão de 13.9.1836, fl. 11v.)

A reacção colectiva dos sócios à notícia foi imediata:

[...] então não sendo já possivel aos Membros da Sociedade soffocar por mais tempo os transportes de alegria, em que super abundavão seos corações, prorromperão em Vivas á Constituição, á Rainha, e a S. A., seu digno Esposo. (Sessão de 13.9.1836, fl. 11v.)

A adesão ao Setembrismo fez-se sem reservas e a Sociedade tomou as rédeas da situação. A Câmara só faria a aclamação no dia seguinte e a maioria dos sócios conveio que, conforme os sentimentos da Sociedade, deveria convocar as autoridades para aquela sessão e manifestar imediatamente o seu regozijo publicamente. Foi nomeada a Comissão, composta pelos sócios Francisco Joaquim Félix da Silva Lima, Joaquim Manuel Gouveia e Francisco de Freitas Oliveira para convidar as autoridades, desenrolando-se rapidamente os acontecimentos, como se lê na respectiva acta:

vou o timbre e a oferta. O timbre foi mandado fazer numa casa de Lisboa, custou 6\$400 réis e foi registrada a sua entrada na Sociedade a 15.8.1837.

[...] e a Sociedade ficou em Secção permanente athe á sua chegada, a qual teve pouca demora comparecendo os Snr.^{es} Presidente da Camera, Juiz de Direito, Administrador do Concelho, o Comandante da força militar estacionado nesta Villa os quaes apoiando com muito gosto o decedido pela Sociedade, acompanhavão a mesma athe á Praça Principal, precedidos da Sociedade Filarmonica, e logo o Snr. Presidente da Sociedade do Gabinete de Leitura intoou os vivas á Constituição de 1820, á Rainha a Senhora D. Maria Segunda, a S. A. o Principe D. Fernando Augusto, e a todos os amantes da Liberdade, e com particularidade aos Malaguenhos proclamadores da Constituição do anno 12 sendo estes Vivas repetidos pelo imenso gentio que naquelle sitio se tinha agolpado e pela tropa com grande enthusiasmo, e em seguida a Sociedade Filarmonica tocou o himno de 1820, e mais himnos Patrioticos, as janellas expontaneamente se illuminarão, e assim se recorreu as ruas principais desta Villaentre os Vivas e Acclamações. (Sessão de 13.9.1836, fl. 12v.)

Os festejos prolongaram-se no dia seguinte com a aclamação da Câmara e com a organização, por conta da Sociedade, de um «baile, e seu competente chá, para o que se convidarião as pessoas decentes desta Villa.» (Sessão de 14.9.1836, fl. 13f.). O Juiz de Direito associou-se à celebração, disponibilizando a sala de audiências para a realização do baile. Entretanto, a Sociedade preparou a sessão de juramento da Constituição, sendo o parecer de vários sócios que, à semelhança da proclamação, também no juramento à Constituição a Sociedade se antecipasse às demais autoridades. A maioria votou o dia 22 de Setembro para solenemente prestar juramento à Constituição. Na mesma sessão (18.9.1836) foi aprovada uma felicitação à Rainha, na qual deveriam ser destacados alguns aspectos, nomeadamente:

[...] que os membros desta Sociedade ficavão armados da maneira que lhes era possível, e que pedião a Sua Magestade haja de mandar deffinitivamente armas á Guarda Nacional desta Villa, para socego, e sigurança dos habitantes da mesma e que se fizesse ver a Sua Magestade que esta Sociedade tinha remetido á Authoridade competente os seus Estatutos, os quaes athe ao presente não forão approvados, e se lhe pedisse haja de os approvár [...] (Sessão de 18.9.1836, fl. 14 v.)

Coincidentemente, os Estatutos foram aprovados por portaria datada do simbólico dia 13 de Setembro, dia em que a Sociedade assumira, em primeira mão, a condução local dos acontecimentos. O significado e o impacto social da iniciativa não podem ser descurados, pois a Sociedade transgredia a norma que determinava a prioridade das entidades municipais, exibindo uma clara demonstração de poder perante o público e demais instituições⁶¹⁵.

A adesão à Revolução de Setembro corroborou a tendência geral favorável ao sistema liberal, manifestado em 1822, em que 87,5% das câmaras municipais do Algar-

⁶¹⁵ Referindo-se à primeira experiência liberal e ao juramento das bases da Constituição, escreve Maria Cândida Proença: «Em muitos casos, o juramento de adesão envolvia toda a comunidade sendo prestado em primeiro lugar pelas entidades municipais, seguindo-se as religiosas e militares e, por último, toda a população». In PROENÇA, Maria Cândida – «As cartas de adesão ao movimento liberal (1820/1823)». In COSTA, Fernando Marques, DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, org. – *Do Antigo Regime ao Liberalismo – 1750-1850*. Lisboa: Veja, 1989, p. 132.

ve se pronunciaram favoráveis ao novo regime⁶¹⁶. O pleno funcionamento do Gabinete, considerado a partir dos registos das actas, acompanhou, inclusivamente, a própria cronologia setembrista, apresentando registos regulares de actividade entre o período de 1835 a 1842, como pode observar-se no *Gráfico IV.1 Evolução cronológica do número de sessões realizadas anualmente na SGLLLE com registo em acta*.

Não podemos asseverar, porém, que as lacunas registadas no livro das actas correspondam a fases de inactividade. Na realidade, as actas redigidas em data posterior a 1842 não exprimem interrupções na actividade e a redacção aponta para a normalidade do funcionamento da Sociedade, pelo que considero aceitável a voluntária omissão durante este intervalo.

Os sócios leitores

*Para promoverem o bem do seu paiz, e a prosperidade nacional, todos aquelles, que por seus conhecimentos theoreticos, practicos na agricultura, nas artes, e nos diversos ramos de industria, podem concorrer para o bem geral dos seus concidadãos, se unirão sem duvida, formando hum corpo, ou sociedade, da qual, como de hum centro de luzes, partão prolificos, e luminosos raios, que vão despertar a industria até nos mais remotos angulos do territorio Portuguez.*⁶¹⁷

As normas para a admissão de sócios condicionaram a quantidade de informação produzida nas fontes que vimos seguindo, sendo, por isso, necessário alargar a pesquisa a outras tipologias documentais, tais como os registos da contribuição municipal directa (décima)⁶¹⁸ e do recenseamento eleitoral⁶¹⁹, pois a identidade e a eficácia do Gabinete de Leitura também se afere a partir das coordenadas socioprofissionais, económicas e literárias dos seus protagonistas.

Além da plêiade dos dezassete sócios fundadores residentes na vila de Loulé, a versão definitiva dos Estatutos não colocou qualquer entrave explícito aos candidatos a sócios, nem distinguia os sócios fundadores dos restantes, que tinham apenas de se con-

⁶¹⁶ V. PROENÇA – *Op. cit.*, p. 135.

⁶¹⁷ Subls. meus. *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 1 (Mai.-1822), p. 1-2.

⁶¹⁸ *Registo de documentos relativos à Sisa*. [Ms.] 1849-1850; 1850-1851. Acessível em AMLLE, Fundo Câmara Municipal, PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/cd 002 (D1-E01-M2) e PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/ed 003 (D1-E01-M2).

⁶¹⁹ *Recenseamento Eleitoral*. [Ms.]. 1834-1847. Acessível em AMLLE, fundo Câmara Municipal, PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv002 a Lv0091. *Registo de documentos relativos ao recenseamento eleitoral: Rellação dos 40 contribuintes mais collectados do Concelho de Loulé*. [Ms.] 1852-1855. Acessível em AMLLE, fundo Câmara Municipal, PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/03/mç001.

formar com o espírito do documento estatutário (cap.º 7.º, art.º 20.º), sendo também elegíveis para a Junta Directiva da Sociedade⁶²⁰. Apesar das normas de admissão não serem exclusivistas, dois requisitos estavam implícitos na admissão: a sólida instrução literária e a igualmente consistente capacidade financeira para suportar as verbas relativas à assinatura dos periódicos, correio, aluguer de instalações e demais despesas que, por «maioria absoluta», fossem aprovadas (cap.º 6.º).

Em 1836, o valor por sócio para a assinatura dos jornais cifrava-se em \$960 réis semestrais (\$160/mês), valor significativo se o compararmos com a remuneração do contínuo da Sociedade em \$240 réis mensais pelos serviços prestados (idas ao correio, o cuidado do Gabinete, comunicações a sócios), ou seja, apenas mais \$080 réis por mês. Para além das assinaturas, as despesas com as manifestações públicas podiam chegar a um esforço individual de 3\$000 réis⁶²¹. A partir do ano de 1837, foi estabelecido o sistema de quotas mensais a \$300 réis mensais. Percebe-se, assim, que o universo de integração é mais restrito do que os Estatutos poderiam sugerir e que o grupo se distingue por marcas políticas, culturais e económicas muito fortes.

No recenseamento dos eleitores para deputados às Cortes Gerais, realizado a 26 de Setembro de 1847⁶²², em cumprimento do decreto de 12 de Agosto de 1847⁶²³, 13 dos 17 sócios fundadores (76%) constavam da relação do recenseamento, que arrolou um total de 379 indivíduos na freguesia da vila, cumprindo os requisitos eleitorais. O forte poder económico do grupo é também confirmado pela «relação dos 40 maiores contribuintes do concelho de Loulé, colectados no lançamento de décima e impostos anexos», relativa a 1852 (decreto de 30 de Setembro de 1852)⁶²⁴, onde estão incluídos 4 sócios fundadores da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, e , no ano de 1855,

⁶²⁰ Cf. *Anexo n.º 24: Sócios eleitos para a Junta Directiva da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé.*

⁶²¹ Para termo de comparação, consulte-se o *Anexo n.º 25: Vencimentos auferidos por diversas categorias profissionais no período 1846-1868.*

⁶²² Embora o Arquivo Municipal de Loulé possua as relações do recenseamento eleitoral a partir de 1834, optámos por tomar o ano de 1847 por referência, uma vez que no cotejo entre os dados dos diferentes anos, concluiu-se que este é o que apresenta a maior variedade de informação (nome, residência, idade, estado, emprego, classificação literária e verbas da colecta da décima sobre prédios, indústria, rendas, foros, pensões e ordenados), estando integralmente legível e apresentando-se, por isso, como a fonte mais consistente. Cota PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv007.

⁶²³ Esta eleição regia-se pelos critérios eleitorais estabelecidos pelo decreto de 5 de Março de 1842, que definiu a capacidade eleitoral com base nos seguintes escalões: mínimo de 100\$000 réis para pensionistas do Estado; mínimo de 10\$000 réis para a colecta da décima sobre prédios, rendas, foros e pensões, de ordenados provenientes de câmaras municipais, hospitais e misericórdias; de 5\$000 réis para a colecta de prédios rústicos e urbanos arrendados; de 1\$000 réis para a colecta de prédios rústicos não arrendados ou rendimentos provenientes da indústria; no caso de egressos, o voto dependia de um rendimento anual mínimo de 100\$000 réis e no caso de estarem empregados de 12\$000 réis.

⁶²⁴ AMLLE, PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/03/mç 001.

cinco sócios integravam o restrito grupo da dezena de proprietários que mais pagavam da quota de décima de prédios urbanos no concelho⁶²⁵.

Ao nível das habilitações literárias, a uniformidade caracteriza o grupo, sendo a totalidade dos sócios alfabetizada («sabe ler e escrever»⁶²⁶), um dos quais apresenta o curso eclesiástico completo e dois o bacharelato em Medicina pela Universidade de Coimbra. As ocupações profissionais identificadas dependem mais do mérito literário do que do mérito económico do grupo⁶²⁷, no qual 71% dos sócios possuem uma actividade profissional letrada, como se observa no *Gráfico IV.2 Distribuição da frequência relativa das actividades profissionais dos sócios fundadores da SGLLLE*.

Estes números não são irrelevantes. Em 1837, a população da freguesia de Loulé ascendia a 8393 habitantes⁶²⁸ e, em 1847 (data em que obtivemos dados seguros sobre as habilitações literárias do conjunto de indivíduos eleitores), foram contabilizados 379 eleitores na freguesia em condições económicas de elegerem deputados às Cortes Gerais (decreto de 12.8.1847), dos quais 103 (27,17%) tinham habilitações literárias («sabe ler e escrever»). Ora, nessa data, integravam o Gabinete de Leitura cerca de 40 desses indivíduos letrados (39%), o que aponta, efectivamente, para a posição privilegiada que a Sociedade ocupava.

Outro traço comum que reforça a coesão e a identidade do grupo é a média de idades fixada nos 32 anos, com uma variabilidade entre os 19 e os 55 anos, o que significa uma coincidência entre a fase da formação intelectual e ideológica da maioria dos sócios e o período revolucionário. O entrelaçar dos atributos económico, literário, profissional, etário e ideológico proporciona a imagem de um grupo social com características homogéneas, não obstante a diversidade de funções socioprofissionais que indivi-

⁶²⁵ *Dez proprietários que pagam no dito concelho mais quota de décima de prédios urbanos*. [Ms.]. 1855. Acessível em AMLLE. Fundo Sociedade Agrícola do concelho de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/mç003.

⁶²⁶ *Recenseamento dos eleitores para deputados às Cortes Gerais, realizado a 26 de Setembro de 1847*. [Ms.]. 1847. Acessível em AMLLE, PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv007.

⁶²⁷ Conforme os dados apurados para o ano de 1847, não existe na sociedade louletana de então uma homologia entre a condição económica e a condição literária. Entre os 379 eleitores recenseados na freguesia da vila, apenas 103 possuíam habilitações literárias (26,91%).

⁶²⁸ Cf. LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve*. Prefácio de Isabel Nobre Vargues. Reprodução fac-similada da edição de 1841. Faro: Algarve em Foco Editora, [S.d.] imp. 1988 [1841], mapa n.º 2. Vol. 2.

dualmente desempenharam. As ligações ao poder local, a mediação entre o poder regional e central e a participação em outros espaços de sociabilidade também se registam⁶²⁹.

A homogeneidade cultural e a heterogeneidade profissional foram condições que permitiram, seguramente, uma capacidade de indução e de amplificação superior ao nível dos valores e práticas partilhados internamente, atendendo à diversidade de contextos em que actuavam e interrelacionavam, facilitando assim a «união fraternal que em geral deve ligar toda a família Portuguesa, e em particular os moradores d'esta Vila». O sentido abrangente, integrador e público destas organizações é bem claro na auto-representação traçada pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional, que nos serviu de epígrafe (e cujos *Anais* fizeram parte do acervo do Gabinete): «hum centro de luzes, partão prolificos, e luminosos raios, que vão despertar [...] até nos mais remotos angulos do territorio Portuguez».

Este poder de influência deve ser tido em consideração na avaliação ao efeito produzido pelas acções concretas e na própria longevidade da Sociedade do Gabinete, atendendo a que o perfil dos sócios posteriormente admitidos e as relações estabelecidas com outros agentes acentuam os seus traços de identidade.

Contabilizámos, através das admissões registadas em acta, a integração de mais 39 sócios [29 (74%) activos, 10 (26%) correspondentes], com especial incidência no ano de 1836, no qual foram admitidos 15 novos sócios (v. *Gráfico IV.3 Evolução cronológica do número de admissões de sócios à SGLLLE*). Contudo, podemos garantir que o número total foi superior, uma vez que nem todos os processos de admissão ficaram registados em acta, como demonstrou a acta da sessão de 15 de Março de 1839 (fl. 102-103), na qual se explica que o registo podia ser substituído pela carta de admissão enviada ao sócio. Até 15 de Junho de 1837, todos eram considerados sócios activos, sendo nesta data criada a classe de sócios correspondentes para aqueles que, residindo fora do concelho, não podiam comparecer às sessões, mas, ainda assim, pretendiam ter o seu nome ligado à Sociedade⁶³⁰.

Os dados sobre estes associados não são tão completos como os que recolhemos para o conjunto dos sócios fundadores, no entanto, ao nível das habilitações literárias mantém-se o quadro anteriormente observado, isto é, a totalidade dos sócios era alfabe-

⁶²⁹ V. Anexo n.º 26: *Quadro dos sócios fundadores da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 29.12.1835.*

⁶³⁰ V. Anexo n.º 27: *Quadro dos sócios admitidos em data posterior à fundação da SGLLLE, 1836 a 1848.*

tizada, três dos quais eram bacharéis (dois em Leis e um em Medicina Veterinária). No quadro das ocupações profissionais, observa-se uma maior diversidade de profissões letradas e a emergência de especialidades próprias da dinâmica Oitocentista, como a de escritor e a de médico veterinário ou a de negociante com uma representatividade idêntica à de militar. Ainda assim, a classe dos proprietários e a dos eclesiásticos é predominante, como ilustra o *Gráfico IV.4 Distribuição da frequência relativa das actividades profissionais dos sócios admitidos em data posterior à fundação da SGLLE (1836-1848)*.

A amplitude geográfica da Sociedade pode ser medida pela origem dos sócios correspondentes. Entre os cinco identificados, contam-se sócios no Algarve, em Vila Real de Santo António (1) e Porches (1), e, fora da região, em Lisboa (2) e em Mato Grosso, Brasil (1), onde também os seus «luminosos raios» irradiavam. Esta dispersão de sócios permite admitir uma esfera de influência mais ampla do que a local e matizar a importância da eventual inexistência destas organizações nesses lugares.

Considerando a informação que nos permitiu caracterizar a morfologia desta Sociedade de instrução («uma escola de instrução, civilidade, e boa moral», cap. 16.º, art.º 19.º), poderemos considerá-la uma instituição de afirmação do círculo letrado local, que se afigura como elite cultural⁶³¹. No entanto, o quadro só fica completo através da imersão nos ritmos e nos ritos desta associação, que teve como principal impulsor a leitura de Periódicos.

ii. Os ritmos e os ritos da leitura

As sessões de leitura do Gabinete não correspondiam às sessões registadas em acta que vimos seguindo, as quais resultavam das assembleias realizadas no último dia de cada mês para tratar dos assuntos relativos ao funcionamento interno da Sociedade. O ritmo da leitura era desencadeado pela regularidade e frequência trissemanal do correio⁶³². Cabe notar que o crescimento e a expansão da imprensa periódica estiveram intimamente relacionados com a institucionalização e regularização do serviço de cor-

⁶³¹ V. SIRINELLI, Jean-François – «As elites culturais». In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François, dir. – *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1998, p. 259-280. Foi-nos também muito útil a problematização do conceito de elite apresentado por Giovannie Busino: BUSINO, Giovanni – «Elite». In GIL, Fernando, coord.-resp. – *Enciclopédia Einaudi: Sociedade-Civilização*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 245-270. Vol. 38.

⁶³² «O Correio Geral parte para todo o Reino, e sahe de Lisboa nas Segundas feiras, Terças e Sabados de Tarde.» In *Folhinha Constitucional civil e politica, para uso dos Reinos de Portugal e Algarve, e Ilhas Adjacentes, principalmente para a Cidade de Lisboa em o anno e 1838, 2 depois do Bissexto*. Lisboa: na Imprensa de Alcobia, 1837, p. 83.

reios, garantido a circulação de mercadorias e de notícias a uma escala global, tornando-as acessível ao público em geral e aumentando a frequência e regularidade dos actos de leitura. Até ao início do século XVIII, o Algarve não possuiu este canal de comunicação devidamente estruturado, sendo somente integrado na rede do correio ordinário em 1702, como esclareceu Margarida Sobral Neto, que esclarece que, até lá, «o transporte de cartas era feito, por via marítima ou terrestre, por correios extraordinários ou por pessoas que se dirigiam àquela região para efectuar negócios ou tratar de outros assuntos, caso de almocreves e recoveiros.»⁶³³ A cobertura dos serviços de correio no Algarve implicou, por sua vez, a criação de vários correios assistentes em várias localidades do Alentejo. O acréscimo de despesas com esta nova rota levou a que os estafetas ficassem, em teoria, com a exclusividade do transporte de encomendas e de cartas, sendo os almocreves excluídos deste serviço.

Não terá sido coincidência o estabelecimento do Gabinete de Leitura de Pedro José Bonnardel «defronte do Correio Geral». Essa localização permitia agilizar todo o processo de abastecimento e comercialização das suas mercadorias espirituais⁶³⁴. Através da documentação do Gabinete de Leitura de Loulé, podemos testemunhar a importância do «correio assistente» da vila como intermediário cultural, ora encaminhando prospectos de publicações para a Sociedade⁶³⁵, ora pedindo à Sociedade a subscrição de obras específicas, como o *Recreio: jornal das famílias* e livros de instrução primária⁶³⁶.

Após a chegada do correio à vila e a recepção dos «Periodicos» no Gabinete, os sócios dispunham, em exclusividade, da sala de leitura («sendo vedada a entrada nella nas horas de leitura a quem o não fôr», cap.º 6.º, art.º 14.º) para, durante trinta e seis horas, dedicarem-se à leitura silenciosa dos vários jornais (cap.º 8.º, art.º 24.º). A prática da leitura em silêncio integrava-se no conjunto dos demais rituais de leitura a cumprir pelos sócios, tais como, o respeito pela ordem de acesso: «tendo o Director mandado buscar os Periodicos, os porá sobre a meza, e serão lidos por aquelles que presentes se acharem, depois pelos que sucessivamente virem entrando na sala preferindo em iguais circunstancias os mais velhos» (cap.º 8.º, art.º 23.º); e a apropriação ordeira dos materiais: «Nenhum socio poderá tirar qual quer Periodico da mão d'outro, sem que elle quei-

⁶³³ «A integração do Algarve na rede do correio ordinário». In NETO, Margarida Sobral, coord. – *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, p. 26

⁶³⁴ V. «Informação do Intendente Geral da Polícia sobre o anúncio da abertura do gabinete de leitura de Pedro José Bonnardel. AN/TT, Intendência Geral da Polícia, liv. 15, fl. 40v-41v, *apud* CURTO, Diogo Ramada *et al.* – *As gentes do livro: Lisboa século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, p. 666.

⁶³⁵ Livro de actas, sessão de 11.3.1840, fl. 112f.-113f.

⁶³⁶ Livro de actas, sessão de 31.12.1837, fl. 65f.-66f.

ra, ou tenha acabado de ler» (cap.º 8.º, art.º 24.º). No dia seguinte à chegada do correio, às quinze horas, os sócios reuniam-se livremente na sala para discutir as ideias difundidas pelos Periódicos, podendo daí emanar a formulação de propostas concretas a adotar no seio da vida associativa ou sociopolítica envolvente:

26.º Às tres horas da tarde dos dias immediatos aos da chegada do correio se ajuntarão os socios que quizerem na sala da Sociedade, e formada esta em sessão, o Presidente declarará aberta a discussão, a qual sera publica, guardando porem os Espectadores o silencio, e decencia devida.

27.º Qualquer dos socios que quizer fazer alguma proposta, pedirá a palavra ao Presidente, este lha dará, assim como aos mais que lha pedirem; porem sempre pela ordem, por que foi pedida. (cap.º 8.º, art.ºs 26.º e 27.º)

O artigo 26.º é claro quanto à publicitação das discussões ao prever a participação passiva de indivíduos de fora do círculo oficial do Gabinete, mas, mais relevante, é o facto de ao fazê-lo contribuir activamente para a propagação de um novo modelo cultural que dessacralizou a escrita, colocando-a no centro da discussão pública⁶³⁷.

A conservação dos impressos foi zelosamente prevista, articulando-se com as regras de empréstimo domiciliário, só praticável depois das horas de leitura acima estabelecidas, por um prazo máximo de 10 horas, e de apenas um jornal (cap.º 6.º, art.º 16.º). O extravio de «algum Periodico ou folha dos mesmos, livro, ou algum outro papel pertencente á Sociedade, ficará obrigado a appresentar outro igual, para que não haja falta nas collecções.» (cap. 6.º, art.º 18.º).

Os ritmos e os rituais adoptados pelo Gabinete demonstram um modo de consumo e de apropriação dos objectos impressos claramente interventivo e emancipador. Se é o periódico a definir novos ritmos de leitura, de sociabilidade e de pensamento, a instituir representações e um imaginário comum, é evidente que as repercussões não foram unidireccionais. Pelo contrário, os leitores fundadores deste círculo assumem uma atitude problematizante, transformadora, assente no debate público de ideias e de pontos de vista que o integra e faz participar no desenvolvimento da história⁶³⁸.

⁶³⁷ Jürgen Habermas, relevando o papel das sociedades na formação da esfera pública, não deixou de ponderar a eventual função educadora que aqui ficou evidenciada. Diz o autor: «Onde quer que o público se estabelece de forma institucional como um grupo estável de interlocutores, não se equipara ao público, mas reivindica agir em seu nome, como seu porta-voz, e mesmo, talvez, como seu educador – a nova forma de representação burguesa.» E, ponderando a sua influência social, acrescenta: «Em termos potenciais, ele é sempre também um corpo publicístico, visto as suas discussões não terem e permanecer internas e poderem ser dirigidas ao mundo exterior [...]» In HABERMAS – *Op. Cit.* p. 116-117.

⁶³⁸ Alain Vaillant, acerca do caso francês, relaciona o surgimento daquilo a que designa por «ilusão mediática» proporcionada pela imprensa periódica e o desenvolvimento do espírito democrático que se pode adequar à realidade portuguesa: «C'est d'abord, en effet, la perception du temps collectif qui se trouve modifiée: le rapport à l'événement, aux rythmes de la vie politique et sociale, publique ou privée. Plus

O fluxo de novas entradas de «Periodicos» foi determinado pelo sistema de assinatura (trimestral, semestral ou anual), através da votação em assembleia, pela subscrição voluntária de um sócio ou de um amigo da Sociedade em seu favor. O inventário dos títulos disponibilizados aos sócios confirma a adequação dos meios aos fins da Sociedade.

iii. A identidade literária: as leituras disponibilizadas

*No sistema representativo, no seculo em que estâmos, e no meio do movimento litterario em que se agita toda a Europa, os jornaes são uma necessidade, uma das primeiras necessidades de um povo que présa a sua liberdade, que deseja a sua maxima civilisação e que se interessa na sorte do seu semelhante. Os jornaes habituum os homens das diversas nações e diferentes climas, a tomarem entre si conhecimento e interessarem-se uns pelos outros, familiarisam o sabio com o que estuda, tornam commum a sciencia, e são como uma cadeia que prende mutuamente todos os interesses e todos os povos. Na actualidade os livros estão substituidos pelos jornaes, até por estes se aprende, e quasi que só elles são lidos.*⁶³⁹

A identidade literária do Gabinete é a do «Periódico», através do qual a Sociedade se define e re-cria em cada subscrição, em cada chegada do correio. O Periódico foi a sua razão de existir e, por essa razão, a decisão quanto a assinaturas era minuciosamente ponderada, tomando em linha de conta a adequação das publicações aos fins da Sociedade. A sessão de 31 de Janeiro de 1838 ilustra o procedimento:

O Sr. Benevides propôs a assinatura do *Periódico dos Pobres* por conta da Sociedade, mostrando com energia as vantagens da leitura daquele periódico actualmente. Apesar de reservas feitas pelo sócio Vaz atendendo à letra dos Estatutos, a proposta foi aprovada. O sr. Pinto propôs o *Procurador dos Povos*, como jornal da opposição a subcrever e analisado pelos restantes sócios, foi decidido que “não estava o referido periódico nas circunstâncias de satisfazer os desejos da Sociedade.” (fl. 71f.)

fondamentalement, la lecture régulière et quotidienne du journal crée une impression de continuité temporelle, en sorte que le public acquiert l’illusion d’éprouver réellement en lui le mouvement de l’Histoire, et de participer des forces invisibles qui en déterminent le cours et le progrès. Cette présence fantasmagorique au monde, propre au lecteur du journal, est l’instrument indispensable du fonctionnement politique des régimes parlementaires et le premier aliment de l’esprit démocratique qui se développera, à mesure que la presse étendra sa base sociologique – surtout dans la deuxième moitié du XIX^e siècle.» VAILLANT, Alain – «Invention littéraire et culture médiatique au XIX^e siècle». In MOLLIER, Jean-Yves, SIRI-NELLI, Jean-François e VALLOTON, François, dir. – *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques: 1860-1940*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009, p. 16-17.

⁶³⁹ *A Restauração*. Lisboa: Typ. de M.[anuel] A.[ntónio] F.[erreira] Portugal, n.º 1, 25.5.1842, p. 3. Ao que apurámos, este jornal não integrou o acervo do Gabinete, mas o seu editor, Manuel António Ferreira Portugal, responsável pela *Chronica do Algarve* (v., neste trabalho V.4), esteve presente através da publicação de um outro jornal aqui subscrito: *O Estandarte* (2.8.1847-22.11.1847), assinado a 1.9.1847. Cf. Anexo n.º 28: *Quadro dos Periódicos assinados pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé*.

Maioritariamente, as assinaturas foram assumidas pela Sociedade, seguindo-se as assinaturas voluntárias dos sócios e, por último, a de indivíduos exteriores à Sociedade, como se observa no *Quadro IV.4 Evolução cronológica do n.º de primeiras assinaturas de Periódicos, distinguindo-se o tipo de subscritor*. Os anos de 1836 e de 1837 representam o período de maior número de subscrições, o que era expectável, atendendo a que se trata do período inicial da actividade da Sociedade. Terminada a fase da primeira assinatura, a decisão da renovação cabia novamente à assembleia, que reavaliava o mérito das publicações (v *Figura IV.1 Recibos das assinaturas dos Periódicos subscritos pela SGLLLE, relativos ao ano de 1847*).

Apesar de condicionados pela frequência trissemanal do correio, a actualidade diária foi a que mais cativou o público leitor do Gabinete, com 11 jornais diários subscritos, entre um total de 28, garantindo uma regularidade de leitura que ultrapassava a permitida pelo correio (v. *Quadro IV.5 Periodicidade dos Periódicos recebidos na SGLLLE*)

O desejo de estar a par da actualidade e dela participar através da leitura e discussão dos acontecimentos publicitados pela imprensa observa-se igualmente através dos intervalos que medeiam o surgimento dos Periódicos e a respectiva assinatura. Entre o número de jornais que surgiram em data posterior à fundação do Gabinete de Leitura de Loulé e a sua subscrição pela Sociedade, verifica-se a rápida difusão dos Periódicos, aferida a partir das subscrições com data inferior a 1 mês e entre 1 a 3 meses, que foram as mais frequentes, como se sistematiza *Quadro IV.6 Intervalo temporal entre o surgimento de Periódicos após a fundação da SGLLLE e respectiva assinatura*.

A maioria dos títulos consolida a ligação primordial entre o formato periodístico, agora estabilizado nas quatro páginas, a três colunas e 39cm, e a politização da linguagem impressa, forjada durante os períodos revolucionários. Dos Periódicos subscritos, dezassete (17) eram de natureza política, seis (6) de cariz literário e três (3) de índole industrial (v. *Quadro IV.7 Identidade dos Periódicos assinados pela SGLLLE*).

Apesar do predomínio das leituras políticas, as assinaturas realizadas logo em 1836 evidenciam a preocupação dos sócios com outros géneros de publicações e a sua abertura à própria dinâmica do mercado editorial, que experimentava novos géneros apropriando-se do formato periodístico (incluindo a gravura), como explica de forma esclarecedora a «Introdução» de um destes jornais:

Ainda que a liberdade da Imprensa abrisse mais a porta á cultura litteraria da Nação Portugueza, nem por isso em qualquer das duas épocas em que essa liberdade tem sido franqueada, se tem dado á luz escritos tendentes á geral illustração: parece vem logo absorver toda a attenção do público a politica, as questões contenciosas, os ataques pessoasas, e huma immensa farragem de objectos inuteis, pela maxima parte, ao desenvolvimento das faculdades das pessoas menos estudiosas, mas desejosas de se illustrarem pela leitura no que não poderão adquirir em sua juventude. Este paiz he susceptivel de cultura muito maior dos espiritos; mas neste ponto, se há muitas pessoas dadas á boa leitura, he sem comparação immensa a porção da sociedade, que não se applica a ella, já porque não teve nos primeiros annos o incentivo dos bons principios que se bebem nos bem regulados estudos menores, já porque não tem havido o estímulo de bons Jornaes, que perseverem na publicação de artigos proprios para polir e encaminhar a nossa sociedade pela leitura amena e proveitosa. [...] Ora os Jornaes de ramos Scientificos, taes como os de Fysica, Medicina, Jurisprudencia, &c., como só se dirigem á illustração desses ramos particulares, **que tem Obras optimas em que se estudem suas doutrinas, e que só podem ser lidas por pessoas dedicada a essas Sciencias;** que esses Jornaes, dizemos, se não possam entre nós longo tempo sustentar, pouco nos pode admirar, visto que aquelles a quem se destinão, sabem o Francez, em que podem ler Jornaes dessas Faculdades, **e podem nas Obras dos Authores respectivos beber instrucção mais profunda sobre a Sciencia a que se dedicação.**

Porém a erudição em geral, a cultura nos conhecimentos da Historia, e Sciencias que a illuminão, na Moral pratica, que he base da boa civilização, e do bom procedimento do homem social; a Critica judiciosa que ensina a discorrer, e a ler com discernimento, a avaliar com discrição, e a pezar na balança do bom sizo os escritos que apparecem na Republica litteraria; as dilucidações que podem dar á lingua nacional hum mais extenso polimento na leitura das melhores Obras; a mesma Poesia em fim, que, sendo de bom cunho, he não não só hum grato entretenimento, mas hum dos meios mais efficazes para apurar a elocução na prosa: tudo isto pode concorrer para generalizar a leitura de hum Jornal ou obra periódica, que judiciosamente offereça esta util e proveitosa lição.

[...]

Este meio tem sido o mais seguido e o mais proveitoso nas mais polidas nações da Europa para difundir a illustração nas diversas classes da Nação, e he de esperar que seja bem acolhido entre os Portuguezes este Jornal, e auxiliado para poder dar igual fructo ao que outros desta natureza tem produzido em quasi todas as Nações da Europa.⁶⁴⁰

A citação é longa mas importante, porque aborda a temática da diversificação e especialização de géneros textuais e as respectivas identidades tipográficas. Matizando a afirmação provocatória d' *A Restauração*, usada na epígrafe, de que «os livros estão substituidos pelos jornaes, até por estes se aprende, e quasi que só elles são lidos», *A Minerva* explica a relação, que não é qualitativa, entre os formatos do jornal e do livro. Ao primeiro cabia a escrita política, noticiosa e os textos de «erudição em geral, a cultura nos conhecimentos da Historia, e Sciencias», enquanto ao livro estava reservado as «Obras» para aprofundamento do Saber, vocacionadas para públicos selectos. Não se trata, portanto, de uma desvalorização, mas antes da adequação entre as variáveis suporte, conteúdo e público-alvo, que é, de resto, considerada pelo jornal, quando harmoniza o seu teor formativo, enciclopédico e universalizante com a sua dinâmica quotidiana, periódica e materialmente mais frágil através da prática editorial coleccionável, que não

⁶⁴⁰ *A Minerva ou Jornal de Figura Amena e Proveitosa*. Lisboa: na Imprensa Imparcial, n.º 1, Mai.-1836, p. 1-3. Subls. meus.

pode ser descurada quando se estuda estes objectos culturais. Tratando-se de objectos do quotidiano, eram editados e lidos com vista à colecção. É por este motivo que as páginas eram numeradas continuamente, o que deve ser tido em linha de conta quando se pondera a efemeridade e a fragilidade do formato, que tinha, na verdade, uma esperança de vida tão longa quanto a do livro, como provam as diligências da Sociedade do Gabinete de Leitura em torno da organização, encadernação e arquivo dos seus materiais impressos, evidenciando um entendimento patrimonial do impresso.

iv. O estatuto patrimonial do impresso: organização e arquivo

Este património, caracterizado pela facilidade de transporte e de uso apetecido pelos sócios e suas famílias, nem sempre foi de fácil controlo, registando-se nas actas das sessões os reparos quanto ao incumprimento dos sócios, que levavam Periódicos e livros do Gabinete, violando o artigo dos Estatutos que proibia tal prática.

Na sessão de 2 de Junho de 1837 (fl. 36f.-37v.), o sócio Carlos André Pinto «ex-pôs a grande falta que havia no Gabinete de muitos papéis pertencentes ao mesmo, mostrando os males que se tem seguido» e propôs a nomeação de uma comissão para o exame das diversas colecções, intitulada *Comissão de arranjo e melhoramento do arquivo do Gabinete*. A 18 de Julho, o relator, o prior José Rafael Pinto apresentou o relatório acerca do estado das colecções, propondo melhoramentos à assembleia. O relatório e proposta ficaram durante oito dias consultáveis e a 15 de Agosto (fls. 44v.-47f.) foram votadas as propostas, que incluíam: 1) a recomendação para completar as colecções lacunares por extravio; 2) a recomendação para completar as colecções mandadas assinar pela Sociedade; 3) a recomendação para formação de um catálogo. As três foram aprovadas, mas, no que concerne às duas primeiras recomendações, os sócios optaram por uma avaliação individual dos periódicos⁶⁴¹.

Na sessão de 31 de Março de 1838, nova proposta para completar as colecções e proceder à conservação dos Periódicos foi apresentada pelo sócio Francisco Joaquim Félix de Silva Lima com carácter de urgência, discutida e aprovada, mas sem que o seu teor fosse transcrito em acta. É pela acta da sessão de 30 de Novembro de 1838 que tomamos conhecimento de alguns pormenores, como a seguir transcrevemos:

⁶⁴¹ Foi deliberado que a Sociedade adquirisse os números em falta do *Diário do Governo*, *O Nacional*, o *Periódico dos Pobres*, o *Archivo Popular* e o *Anómalo* para dispor de colecções completas, ficando como estavam *O Hespanhol*, *O Movimento*, *A Revista*, *Diário do Povo*, *O Artilheiro*, *O Examinador* e *O Correo*.

Teve a palavra o Socio Oliveira sobre a encadernação dos papeis do Gabinete e obtendo a palavras o Thesoureiro informou que não se tinha effectuado a encadernação em consequencia da falta de 5 numeros.

O Socio Lima disse q ainda q faltassem numeros em algumas obras, se encadernassem a[s] que estivessem completas, visto haverem fundos, e q se pozessem nas estantes.

Sabendo[?] mais o Thesoureiro disse que visto haver falta de numeros e mesmo por se acharem algumas folhas perdidas, dos annos de 35 e 36 rezolvesse a Sociedade se queria se comprassem alguns trimestres, ou q se encadernassem só os numeros que existirem.

Falarão sobre este objecto os Socios Vaz, e Oliveira este disse que segundo julgava havia fundos, se fizesse a encadernação porem q sobre isto se consultasse o Thesoureiro, e obtendo este a palavra disse que hainda qdo não hovesse fundos elle se prestava a abonar, excepto p.^a as despesas correntes. E fallando o Socio Vaz obteve esclarecimentos do Thesoureiro se a cobrança dos fundos chegava para o costeamento das despesas ordinarias, e encadernação, e dizendo o Thesoureiro que os fundos não chegam para ambas as cousas, e apenas para as despesas ordinarias.

O Socio Oliveira teve a palavra e disse que não chegando os fundos para ambas as despesas, **continuavam os impressos a estarem fechados como dantes.**

O Socio Lima disse que visto a receita excedia a despesa ordinaria e por isso havia chegar p.^a a encadernação.⁶⁴²

A questão foi adiada para que o tesoureiro, José Mendes Correia, apresentasse formalmente as contas à Sociedade, e, em fim, os sócios deliberassem sobre estas questões. O que ficou patente na leitura das actas é que este era um tema relevante e regularmente abordado nas sessões.

A Sociedade possuía dois espaços distintos, que são nomeados em várias actas, e que eram destinados, por um lado, à organização documental – a secretaria – e, por outro lado, à organização e preservação dos impressos – o arquivo. A valorização do património bibliográfico é atestada desde a primeira hora, pela atenção que a Sociedade deu aos livros dos extintos conventos, desejando assumir-se como donatário. A 7 de Janeiro de 1837, José Rafael Pinto (prior) representou esse intuito:

Proponho que esta Sociedade faça huma representação ao Governo, pedindo se lhe conseda, em quanto existir a Sociedade, a piquena Salla, e quarto, que ficão no tópo da escáda principal do Convento das Freiras, ao lado esquerdo, com os seus competentes baixos. Que nesta representação se peça tambem os livros dos extinctos Conventos da Graça, e Capuchos.⁶⁴³

A proposta foi debatida e, no ponto referente aos livros, regista-se na acta:

Entrou na discussão a outra parte da Proposta que dis = Que neste representação se fação tambem os livros dos extinctos Conventos da Graça, e Capuchos = E obtendo a palavra o Author da Proposta, **mostrou quanto util seria para a Sociedade se obtivessem os livros das livrarias dos extinctos Conventos da Graça, e Capuchos, e sendo apoiado** pelos S.^{es} = Benevides, Claudio Jose Pinto, e alguns outros Socios, propôs o Sr. Presidente a sua approvação, e assim se venceo.⁶⁴⁴

⁶⁴² Acta da sessão de 30.11.1838, fl. 93-94. Subls. meus.

⁶⁴³ Acta da sessão de 9.1.1837, fl. 24v.

⁶⁴⁴ Acta da sessão de 9.1.1837, fl. 26. Subls. meus.

Como revelámos na secção III.1.a, estava em causa o total de 985 volumes. Pela primeira vez, na documentação que vimos tratando, encontramos uma posição que não só valoriza expressamente o património bibliográfico das bibliotecas conventuais como apresenta uma solução integradora, capaz de harmonizar os diferentes mundos da leitura: *casa de estudo e casa de discussão* não eram realidades inconciliáveis. Livros e Periódicos podiam conviver harmoniosamente com os mesmos leitores, mas desempenhando funções distintas. Este exemplo tem a vantagem de nos prevenir para a complexidade deste período de transição na sociedade portuguesa, onde, na verdade, a visão maniqueísta dos acontecimentos não colhe frutos.

Contudo, a proposta não teve o acolhimento desejado, por, já nessa data, o governo Setembrista, liderado por Passos Manuel (Manuel da Silva Passos) e energeticamente apoiado pela Sociedade do Gabinete de Leitura, ter posto em marcha as suas políticas educativas que incluíam, para além da criação dos liceus nas capitais de distrito, a fundação de um gabinete de raridades e de pinturas e uma biblioteca pública a fornecer com os bens provindos dos extintos conventos. Com este argumento, pronunciou-se desfavoravelmente o administrador-geral do distrito, afirmando: «quanto aos livros he meu parecer que não se lhe concedão enquanto não se proceder á collecção e escolha daquelles que devem compor a proposta que já subio ao conhecim.to de V. Ex.^a [...]»⁶⁴⁵. Não se revelou a melhor decisão, como sabemos. Em 1837, os livros foram roubados e vendidos a peso pela tropa que se aquartelara no Convento da Graça, onde os livros permaneciam. A informação foi transmitida de forma sintética pelo próprio José Rafael Pinto⁶⁴⁶, e, pormenorizadamente, pelo igualmente sócio do Gabinete de Lei-

⁶⁴⁵ ALGARVE. Administração geral; QUEIRÓS, Basílio Cabral Teixeira de – [Ofício] n.º 22, 17.1.1837, *Faro [a] Ministério da Fazenda*. [Ms.] 1837. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

Consistia a proposta referida no seguinte: «quanto ao estabelecim.to de uma Bibliotheca Publica (parte essencial do futuro Systema Litterario que deve executar-se neste Distr.º e cuja falta cada vez se sente mais) devo diser a V.Ex.^a que poderá effectuar-se, ainda que em se começo apresente em condições indispensaveis. Para este fim pode destinar-se o Edeficio do Seminario Episcopal, único que tem as conv.es proporções, com as Salas contiguas, onde se ensinãõ as Disciplinas preparatórias, e as Sciencias Ecclesiasticas aos alumnos do dito Seminario, e aos mais mancebos que seguião a vida Litteraria: a este Edificio pois deverão recolher-se todas as Livrarias dos extinctos Conventos deste Distr.º, que juntas ao do referido Seminario, formarão huma piquena Bibliotheca, não acabada mas susceptivel de consideraveis melhoram.tos com algum subsidio do G.º.» In ALGARVE. Administração geral; QUEIRÓS, Basílio Cabral Teixeira de – [Ofício] n.º 637, 4.10.1836, *Faro [a] 4.ª Repartição do Ministério do Reino*. [Ms.] 1836. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

⁶⁴⁶ LOULÉ. Administração de concelho; PINTO, José Rafael – [Ofício] n.º 83, 21.6.1839, *Loulé [a] administrador geral interino do distrito de Faro*. [Ms.] 1839. Acessível em ADF, Fundo Fazenda do Reino, mç 146. Transcrito no *Anexo n.º 7: Catálogos das bibliotecas conventuais – descrição documental (I), ilustrações (II) e correspondência sobre o envio (III) e estado de conservação (IV)*.

tura, Manuel António Vieira, ambos na qualidade de administrador de concelho⁶⁴⁷. Desse modo, sem conseguir obter ou proteger os livros das bibliotecas conventuais, o arquivo da Sociedade foi sendo enriquecido através das subscrições e ofertas de sócios.

A organização, o cuidado com a integridade e a preservação dos impressos acentuam a utilidade destes objectos e daí o cuidado em garantir a sua longevidade. Mas guardar, ter a capacidade para o fazer, para além de uma forma de consolidar a identidade socio-literária da Sociedade, foi também uma forma de legitimação e um instrumento de afirmação de uma associação de cidadãos, se não da sua autoridade, face às demais instituições do antigo e do novo regime, com dificuldades para garantir a defesa da sua memória, como conta o administrador do concelho e em outros exemplos já deixámos evidenciado: «Quando no 1.º de Abril de 1837 tomei posse da Administração deste Concelho, nenhuns outros objectos me forão entregues, se não o Archivo da mesma»⁶⁴⁸.

A atribuição de estatuto patrimonial ao acervo da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé é, em nosso entender, mais um argumento a favor da importância social que o Periódico alcançara e do poder que a sociedade civil podia exercer; um poder efectivamente exercido e sancionado pela história que manteve o espólio desta Sociedade, embora parcialmente.

A Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé (1835-1848?) impõe-se-nos, pois, como uma instância que evidencia, na totalidade e de forma homogénea, a consumação de um novo padrão de vida social, política e cultural, que é próprio da contemporaneidade: criou um novo espaço de sociabilidade ancorado na prática da leitura, auto-representou-se como um grupo empenhado e participativo, actuando através do debate discursivo; procedeu organicamente como um microcosmo do regime constitucional instituído, sendo a pertença à cultura escrita, independentemente do estatuto socioprofissional, o elemento estruturante e o traço verdadeiramente distintivo; e, por fim, exhibe a interdependência entre a prática da sociabilidade intelectual e política e um género textual específico, o Periódico, protagonista na criação do regime mediático em que vivemos, e que, como observámos na primeira parte, estava completamente ausente nas

⁶⁴⁷ LOULÉ. Administração de concelho; VIEIRA, Manuel António – *[Ofício] 2.8.1839, Loulé [a] administrador geral do distrito de Faro*. [Ms.] 1839. Acessível em ADF, fundo Fazenda do Reino, mç. 146. Transcrito no Anexo n.º 7: *Catálogos das bibliotecas conventuais – descrição documental (I), ilustrações (II) e correspondência sobre o envio (III) e estado de conservação (IV)*.

⁶⁴⁸ V. Anexo n.º 7: *Catálogos das bibliotecas conventuais – descrição documental (I), ilustrações (II) e correspondência sobre o envio (III) e estado de conservação (IV)*.

instituições que organizaram a difusão local do impresso nos finais do Antigo Regime. Esta nova identidade institucional entrelaça-se, assim, com a conquista pública de uma nova identidade tipográfica: a do Periódico.

IV.2.b Desenvolvimento das sociedades culturais (1822-1910)

Retomando os indicadores já avançados na secção anterior e reorganizando-os segundo o critério da actividade associativa cultural, podemos assegurar que a vida cultural algarvia da primeira metade de Oitocentos teve, de facto, uma das principais forças impulsionadoras no movimento associativo (cf. *Quadro IV.2 Sociedades em funcionamento entre 1816 e 1828 no Algarve*, *Quadro IV.3 Sociedades fundadas entre 1834 e 1853 no Algarve* e *Quadro IV.8 Sociedades culturais em funcionamento entre 1822 e 1853 no Algarve*).

Nele integraram-se as actividades literária, musical e teatral, disseminadas por várias localidades da região, sem dependência de uma eventual força centrípeta que a capital de distrito pudesse exercer e sem apoios públicos, nomeadamente, em forma de subsídios por que se batiam as instituições de recreio na capital do país⁶⁴⁹. A imprensa, o teatro e a música formaram um importante tripé da mundividência liberal. O teatro, cuja expansão nos interessa explorar pelo seu cariz pedagógico, foi uma importante instância de sociabilidade, de debate político e de instrução vincadamente apoiado pelos liberais⁶⁵⁰, preconizado como meio de «civilização» literária, moral e política, donde resultou, por exemplo, a fundação do Teatro Nacional D. Maria II, inaugurado em 1846.

⁶⁴⁹ V. VASCONCELOS, Ana Isabel P. Teixeira de – *O drama histórico português no século XIX (1836-56)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005, p. 149-152.

⁶⁵⁰ V. a este respeito BRAGA, Teófilo – *História do teatro em Portugal*. Porto: Imprensa Portuguesa Editora, 1870; SANTOS, Maria de Lourdes Lima – *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa: Editorial Presença / Instituto de Ciências Sociais, 1983, p. 56-62; *Id.* – *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 198-212.

O imbricamento entre o teatro e a política é declarado por Teófilo Braga em termos que importa lembrar: «Os legisladores conheceram por experiência, que o Theatro em Portugal fôra para a liberdade burgueza o mesmo que as Cathedraes na idade media; [...] no Theatro portuguez de 1801 a 1846 se incendiaram todas as revoluções, se fizeram todas as ovações politicas, e ali desabafaram os sentimentos da liberdade calados por tantos seculos.», p. 2.

Um exemplo local desse apoio e da próxima relação entre as instituições teatrais e o novo regime colhe-se no parecer do prefeito do Algarve, Marçal Henrique de Azevedo e Silva Lobo de Aboim, a respeito da cedência da Igreja dos Carmelitas Descalços à Sociedade Filarmónica e Teatral de Faro, afirmando: «que os individuos que compõem a dita Sociedade são os homens de bem de Faro, que mais sofferão pela Patria, e pelos Direitos da Augusta Soberana, dignos em tudo e por tudo do generoso Favor de Sua Magestade, e que o Edificio que pedem, he o mais conveniente para o indicado fim, sendo certo por outra parte que os resultados de tal estabelecimento são vantajosos enquanto civilisção e adoção os costumes offerecendo um praser innocente.» In ALGARVE. Prefeitura; ABOIM, Marçal Henrique de Azevedo e Silva Lobo de – *[Officio] n.º 267, 13.3.1835, Faro [a] Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da*

No Algarve, não existiram teatros de iniciativa pública, mas foram vários os que, sob a acção privada, cumpriram esses mesmos desígnios, com a cumplicidade e apoio das entidades oficiais, como pode confirmar-se no ofício de 5 de Abril de 1850, redigido pelo governador civil, António Maria Couceiro, ao Ministro dos Negócios do Reino, a propósito dos festejos do aniversário da rainha:

E tenho a satisfação de participar a V. Ex.^a que as funções com que celebrámos nesta Cidade tão fausto Dia dão testemunho da dedicação que os seus moradores consagram a Sua Majestade e do quanto se acham satisfeitos com o Seu Maternal Governo. **O Te Deum na Sé foi uma função solene e pomposa; a representação e reunião no Theatre (o melhor depois de Lisboa e Porto) foi brilhante e aparatosa e já de véspera os Artistas da Cidade no seu pequeno Teatro festejaram como lhe foi possível os anos de S. Mjestade, em toda a noite me vi rodeado não só das pessoas distintas da Cidade, como de todas as outras que à porfia se esmeravam em solenizar tão grande Dia. V. Ex.^a não deixará de considerar como muito significativo este procedimento numa cidade contra a maioria dos habitantes do qual haviam pretensões políticas, que quando eu para aqui vim não me faziam esperar manifestações desta ordem, pelo que eu estimaria que V. Ex.^a julgasse conveniente acusar-me este ofício com palavras lisonjeiras aos moradores desta Cidade, publicadas no Diário do Governo.**⁶⁵¹

Diverso na sua composição social, o conjunto elencado no *Quadro IV.8 Sociedades culturais em funcionamento entre 1822 e 1853 no Algarve* oferece um interessante panorama, onde se detecta o crescente interesse pelas práticas literária e artística, com origem na sociedade civil e que permite contestar a ideia de, mormente a actividade teatral, ser uma actividade circunscrita a Lisboa, Porto e Coimbra, como considerou Maria de Lourdes Lima dos Santos:

[...] a situação da instituição teatral a partir do segundo quartel do século XIX até aos anos 70 apresenta-se rica de contradições em Portugal (melhor fora dizer Lisboa, pois, para além da capital, exceptuando uma movimentação apreciável no Teatro de São João no Porto, o teatro praticamente não existia).⁶⁵²

Podendo julgar-se a sua organização exclusiva, na medida em que a admissão de sócios envolvia requisitos, tais como o pagamento de uma assinatura ou determinado estatuto social, ou porque simplesmente tratamos de espaços particulares, não podemos elidir o carácter inclusivo relativamente aos diferentes grupos que constituem estas associações, envolvendo tanto a alta burguesia quanto a classe artística.

IV.2.b.1 As sociedades teatrais

O teatro é o livro dos que não têm livros.

Fazenda. [Ms.] 1835. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, Prefeitura do Algarve, lv. 327A. A este propósito, v. *Anexo n.º 19: Quadro conhecido da Sociedade Filarmónica de Faro, em 30.9.1828.*

⁶⁵¹ In ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – [Ofício] n.º 5.4.1850, *Faro [a]* 1.ª *Repartição do Reino*. [Ms.] 1850. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 175. Subls. meus.

⁶⁵² In SANTOS – *Para uma sociologia da cultura burguesa...* p. 61. Também em *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos* a autora considera o teatro «um fenómeno marcadamente citadino e sobretudo lisboeta» (p. 211), ressaltando, porém, a dinâmica teatral estudantil em Coimbra.

O teatro é, como a imprensa, como as artes plásticas, um meio de comunicação. Uma representação cênica é um livro impresso em tantos exemplares quantos são os espectadores, com a única diferença de que estes exemplares se apagam acabada a sua leitura.

Alexandre Herculano⁶⁵⁴

As sociedades teatrais tiveram um importante papel na formação do gosto e do consumo literário. Além de espaços de formação e de performance, foram co-responsáveis pela educação de diferentes públicos, quer pela via performativa quer pela facilitação no acesso aos materiais de leitura, proporcionando a disseminação geográfica e social de novos géneros tipográficos e a regularidade das práticas culturais, que estimularam o próprio mercado editorial, como atesta, por um lado, o anúncio publicitado em *O Algarviense* de 30 de Dezembro de 1863:

THEATRO ECONOMICO

Colecção de comedias em um acto proprias de theatros particulares e de provincia

Esta collecção será composta das melhores imitações e traducções do actor Isidoro Sabino Ferreira e que mais tenham agradado nos theatros da capital.

Sahirá succesivamente uma comedia cada mez pelo diminutissimo preço de 60 reis, pagos no acto da entrega.

Os senhores assignantes das provincias enviarão em estampilhas do correio, a importancia de uma ou mais comedias, na razão de 70 reis cada uma, para lhe serem remetidas francas de porte.

Esta publicação será feita em series de seis comedias, compondo-se a primeira série das seguintes: Precisa-se de uma senhora para viajar – Cada um no seu lugar – Sem jantar – Mentira por mentira – Dois irmãos unidos – Um homem sem inimigos.

Já saíram a 1.^a e a 2.^a; a 3.^a está no prelo.

Assigna-se nas lojas de livros, de Silva, no Rocio, e Lavado, rua Augusta, onde estarão á venda avulso por 100 réis.

Toda a correspondência será dirigida, franca de porte, a Isidoro Sabino Ferreira, rua do Caldeira, 17.

Ou, por outro lado, o sucesso alcançado por determinadas peças teatrais que alimentou, *a posteriori*, os prelos locais. A formação do público de teatro e o desejo de prolongar e reviver intimamente a experiência teatral abria, por sua vez, o espectro do mercado literário local com apetência por este género textual, como comprova a publicação do *Jornal Comico do Algarve*, saído do prelo do Governo Civil de Faro, em 1852 (v. *Figura IV.2* *Jornal comico do Algarve. N.º 1* e *Figura IV.3* *Jornal comico do Algarve: a roza de Tavira*).

Em 1860, a iniciativa particular garantia a existência de doze casas de teatro no distrito de Faro, dez das quais em pleno funcionamento, como se constata no *Quadro IV.9 Distribuição geográfica dos theatros particulares existentes no Algarve em 1860 e*

⁶⁵³ Apud BARATA, J. Oliveira – «Dramática (Literatura)». In BUESCU, Helena Carvalhão, coord. – *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 144.

⁶⁵⁴ HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. Organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 84. Vol. I.

Figura IV.4 Distribuição geográfica dos teatros particulares. A disseminação geográfica e social é patente neste corte sincrónico. Contudo, a denominação de cada uma destas instituições associativas não basta para compreendermos com maior profundidade a sua organização e meios de acção, certamente distintos de caso para caso, atendendo à diferença de recursos e de identidade. Deste conjunto, o caso mais bem documentado é o da Sociedade do Teatro Lethes, situada em Faro. Não foi a primeira a estabelecer-se, mas a sua longa história permitiu preservar parte do espólio documental, razão por que citaremos o seu exemplo⁶⁵⁵.

i. A sociedade do Teatro Lethes

Objectivos e organização

A designação do Teatro ilustra o espírito pedagógico e lúdico de que se investiu, aludindo à lenda do mítico rio Lethes, cujas águas provocariam o esquecimento, assim como a máxima que o dirigiu e encabeça a frontaria do edifício: «Monet oblectando», isto é, «instrui divertindo».

Destinado a pessoas de «decente posição social», a Sociedade do Teatro Lethes foi criada em 1845⁶⁵⁶ para organizar e dirigir a actividade do Teatro, sob a presidência do seu fundador, o italiano Lázaro Doglioni⁶⁵⁷. Doglioni adquiriu e remodelou o antigo Colégio dos Jesuítas, transformando-o na sala de espectáculos com capacidade para cerca de quinhentas pessoas, que ainda hoje subsiste, se bem que com remodelações⁶⁵⁸. A inauguração a 4 de Abril de 1845 foi publicitada na imprensa periódica, com um resumo das informações epistolares que chegaram de Faro:

⁶⁵⁵ O espólio da Sociedade do Teatro Lethes foi transmitido aos compradores do imóvel, a Cruz Vermelha Portuguesa, aquando da compra realizada em Junho de 1951. Com dificuldades ao nível da preservação da documentação, foi acordada a cedência do espólio à Biblioteca Central da Universidade do Algarve. Devo ao seu director, o Senhor Professor Doutor António Rosa Mendes, lamentavelmente falecido, o acesso ao inventário inicial e, à coordenadora técnica da biblioteca, a Sr.^a Dr.^a Salomé Horta, a disponibilização da documentação e de condições adequadas de consulta, a quem muito agradeço.

⁶⁵⁶ A Sociedade foi organizada através de Estatutos próprios, citados recorrentemente na documentação consultada, mas que não foi possível localizar quer na documentação do ANTT, Ministério do Reino, livros 1526 a 1528, quer no fundo do Teatro Lethes, depositado na BARM-UALG.

⁶⁵⁷ Nasceu em Veneza a 8.8.1778 e faleceu em Faro a 7.11.1858. Formou-se em Medicina na Universidade de Pavia, profissão que exerceu na cidade de Faro desde cerca de 1804. O naufrágio da embarcação onde seguia, rumo a Inglaterra, trouxe-o ao Algarve, onde casou com Maria Luísa Crispim, filha de Guilherme Barr Crispim, cônsul inglês e um dos mais abastados comerciantes da região, que dominava o negócio da exportação de frutos secos para os países do Norte da Europa.

⁶⁵⁸ O Teatro Lethes integra, desde 17.7.2015, a Rede Ibérica associada à European Route of Historic Theatres (ERHT), que distingue e põe em contacto, através de doze rotas geográfico-turísticas, aqueles que são considerados como os mais interessantes e bem preservados teatros, edificadas entre a Renascença e o início do século XX. A presença portuguesa nesta rede inclui, além do Teatro Lethes, o Teatro Garcia Resende (Évora), o Teatro Nacional de São Carlos (Lisboa) e o Teatro Circo (Braga).

O Sr. Doglione e sua esposa, estimavel por bem conhecido e bem amado dos nossos leitores, foram os que mais concorreram para a gala d'este dia [aniversário da rainha D. Maria II], começando-o pela beneficencia e rematando-o pelo prazer.

Pela manhã derramaram a sua copiosa caridade pelos presos e pelos pobres da terra; á noite receberam e regalaram a todas as pessoas distinctas e decentes d'ella e das vizinhanças no apparatuso theatro Lethes por elles fundado, alfaiado, vestido e completo de todo o ponto, o qual se estreou com o drama original portuguez *Almansor*, do nosso excellente amigo o Sr. Serpa Pimentel; e a farça tradusida do francez o *Urso e o Pachá*.

Fóra de Lisboa e Porto não há, dizem, theatro em Portugal que possa dar de rosto a este, começado e concluido por diligencias e á custa de uma só familia e não portuguesa de nascimento, posto seja de coração portuguesíssimo como poucas.⁶⁵⁹

O investimento realizado na obra foi administrado cuidadosamente a nível das infra-estruturas, gestão financeira, direcção teatral e repertório bibliográfico. A nível organizativo, a Sociedade era constituída pela Assembleia Geral, que reunia anualmente todos os sócios contribuintes e de mérito; pela Direcção (eleita pela Assembleia, à excepção do cargo de presidente e vice-presidente, ocupados respectivamente por Lázaro Doglioni, e pelo seu sobrinho, Justino Cúmano⁶⁶⁰), cujos trabalhos ocorriam em duas sessões mensais; e pela Direcção Teatral, responsável pela preparação dos espectáculos. Esta estrutura só pôde estabilizar-se em 1849, depois de uma fase de encerramento do Teatro (Set./1846-Mai./1849), determinada certamente por razões de instabilidade política.

As entradas e saídas de sócios eram frequentes, devido a estadias efémeras na cidade (v. *Gráfico IV.5 Evolução cronológica do número de admissões de sócios da Sociedade do Teatro Lethes*). Em 1851, a sociedade integrava 173 sócios contribuintes, 8 sócios de mérito e 192 senhoras assinantes, perfazendo um total de 373 membros, a que acrescia, em termos de presença física no Teatro, mas não contabilizadas, as crian-

⁶⁵⁹ *Revista Universal Lisbonense*. [Em linha]. N.º 473, 17.4.1845, p. 473. [Consult. a 2.7.2015]. Acessível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1844-1845/1844-1845.htm>.

⁶⁶⁰ Justino Cumano nasceu em Veneza, a 20.2.1818, e faleceu em Faro, a 31.3.1885. Veio para Faro em 1840 a pedido do tio, que, não tendo descendência, tratou-o como filho fazendo-o seu herdeiro. Casou com Maria Victoria Pereira de Matos. Justino Cumano formou-se em Medicina, profissão que exerceu na cidade de Faro a par de uma constante actividade filantrópica. Acompanhou e geriu a transformação do Colégio dos Jesuítas em teatro, participou sempre da sua administração e foi co-fundador e Presidente do Instituto Arqueológico do Algarve, criado em 1881 e com Alvará de 31.1.1883. Era apaixonado pela arqueologia e pela numismática, tendo formado uma rica colecção que obteve fama dentro e fora de fronteiras. À data do falecimento, a colecção era composta por 2174 exemplares, 6463 se incluídos os repetidos. Este gosto partilhava-o com o amigo Augusto Carlos Teixeira de Aragão, conhecido arqueólogo e numismata, com quem trocou assídua correspondência, a qual pode ser consultada na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Legado Leite de Vasconcelos: Manuscritos de terceiros / Teixeira de Aragão. O catálogo da colecção foi publicado pelos herdeiros: *Catálogo da collecção monetaria do fallecido Dr. Justino Cumano de Faro*. Lisboa, 1908. V. WEINHOLTZ – Justino de Bivar – *O Dr. Leite de Vasconcelos e o Algarve. Conferência proferida por Justino de Bivar Weinholtz, no Centro Cultural do Algarve, na noite de 17 de Maio de 1946*. [dactil]. 1946. [Em linha]. [Consult. a 8.1.2012] Acessível em http://issuu.com/rogeriod/docs/leite_de_vasconcelos. V. também sobre este assunto: MESQUITA, José Carlos Vilhena – *O Teatro Lethes*. 2.ª ed. Faro: AJEA Edições, 2002, p. 31-35.

ças maiores de 7 anos e as criadas das famílias frequentadoras. Em 1853, o número total era de 385 sócios admitidos⁶⁶¹.

Embora o Teatro contasse com a participação de actores amadores locais, a gestão, nomeadamente a cénica, foi profissional de modo a garantir não só a regularidade (uma média de dois espectáculos por mês), mas também a qualidade dos espectáculos (v. *Gráfico IV.6 Número de espectáculos teatrais realizados entre 1846-1864*). Para a função de encenador, a direcção da Sociedade contratou o já reconhecido actor do Teatro D. Maria II, Chrespino Pantaleão da Cunha Sargedas, para «ensaiar, dirigir o Palco Scenico e representar»⁶⁶² e a actriz Joana Carlota para as récitas e ensaios. Tendo o actor Sargedas proposto à Sociedade do Teatro Lethes metade do vencimento que ele e Joana Carlota recebiam no Teatro D. Maria II, 90\$000 réis e 40\$000 réis respectivamente, casas de morar e despesas para a jornada de Lisboa-Faro-Lisboa, é de realçar a decisão da Direcção do Teatro Lethes ao optar por não distinguir os vencimentos, estabelecendo o salário de 60\$000 réis para ambos, assim como as demais regalias requeridas.

Entre as condições de funcionamento estruturais incluiu-se o repertório teatral, responsável, em larga medida, pelo sucesso da casa e consequente adesão de sócios contribuintes e a principal fonte de financiamento do Teatro. Num acervo variado e actualizado residia uma das forças de atracção do público e a longevidade da casa.

A biblioteca teatral

Com este propósito, a Sociedade formou a *Biblioteca Teatral da Sociedade do Teatro Lethes*, composta, segundo o *Catálogo Alfabético de Dramas, Comédias e Farças, pertencentes ao dito Theatro, e seus Aucthores*, por um total de 718 peças, que integram o fundo arquivístico da Sociedade, constituindo um importante acervo dramático a aguardar por estudo aturado (v. *Figura IV.5 Aspecto do Catálogo Alfabético de Dramas, Comédias e Farças, pertencentes ao dito Theatro, e seus Aucthores*, *Figura IV.6 Exemplar manuscrito* e *Figura IV.7 Exemplar impresso*⁶⁶³.

⁶⁶¹ In *[Acta]* 12.10.1853. [Ms.] 1853. Acessível em BARM-UALG, Fundo Teatro Lethes, cx 7, Livro das actas da Direcção.

⁶⁶² In *[Acta]* 3.4.1849. [Ms.] 1849. Acessível em BARM-UALG, Fundo Teatro Lethes, cx 7, Livro das actas da Direcção (5.10.1846-14.10.1856).

⁶⁶³ O conjunto destas peças encontra-se distribuído pelas caixas 8, 9, 23, 25, 32, 33, 34, 35, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 56.

A comédia, o drama, a comédia dramática e a farsa constituíram os géneros predominantes no repertório, embora se verifique a presença de uma grande variedade de subgéneros dramáticos, como sintetizamos no *Quadro IV.10 Géneros e subgéneros dramáticos presentes na Biblioteca Teatral da Sociedade do Teatro Lethes*.

A multiplicidade é também o traço distintivo no que diz respeito aos autores presentes no acervo, quase todos portugueses ligados ao movimento Romântico, cuja pena esteve ao serviço da renovação teatral portuguesa⁶⁶⁴. Dividem-se pela escrita de originais (46,24%), imitações (14,07%) e traduções (12,95%), de acordo com os critérios do catalogador (v. *Quadro IV.11 Distribuição das versões textuais presentes na biblioteca teatral*). É de notar que, no caso das traduções, o autor do catálogo optou por identificar, no campo da autoria, o nome do tradutor português e não o autor original.

O provimento da literatura dramática, assim como os materiais que não se comercializavam localmente, era realizado em Lisboa, por aconselhamento do encenador, ou por intermédio de sócios e amigos frequentadores da capital. Numa só encomenda, dispersa entre os papéis da Sociedade, colhemos o exemplo: «Um arratel de polvora vermelha, propria para fingir incendios; uma porção de crepes das quatro cores, branca, preta, grisalha e loura»; 48 textos dramáticos: o *Catão* de Almeida Garrett, 31 títulos do *Archivo Theatral* e 16 da autoria de Alexandre Magno Castilho, com a indicação «Estas peças de Castilho vendem-se na Rua do Arsenal, n.º 52, 1.º andar»⁶⁶⁵.

Os textos, para além de serem utilizados no contexto da preparação cénica, o que nos parece justificar o predomínio do manuscrito, eram também emprestados aos sócios para leitura domiciliária, oferecendo-se diferentes graus de relação entre o leitor-espectador e o texto dramático, ora visto na sala de espectáculos, ora preparado ou lido no recato do lar (v. *Figura IV.8 Folha com a relação de peças e músicas emprestadas aos sócios*). O empréstimo domiciliário contrariava assim a efemeridade do efeito do texto dramático, assinalada por Alexandre Herculano: «Uma representação cénica é um livro impresso em tantos exemplares quantos são os espectadores, com a única diferença de que estes exemplares se apagam acabada a sua leitura.»

Os sócios podiam usufruir de todos os bens da Sociedade, como foi esclarecido pelo vice-presidente, por ocasião da aquisição do piano em 1855, que custou à Socieda-

⁶⁶⁴ V. Anexo n.º 29: *Quadro dos autores e respectivo número de obras presentes na Biblioteca Teatral da Sociedade do Teatro Lethes*.

⁶⁶⁵ In *Encomendas para o Teatro Lethes*. [Ms.] [S.d.]. Acessível em BARM-UALG, Fundo Sociedade do Teatro Lethes, cx 12.

de 168\$000 réis. Nessa altura, Justino Cumano esclareceu que o artigo dos Estatutos que determinava que «Os Socios da Assembleia Theatral de Faro não tem direito algum ao material do Theatro Lethes, nem ás suas pertenças» se applicava apenas aos sócios que retiravam a sua assinatura e, segundo o próprio, «jamais na idea de privar a Sociedade do direito que justamente tinha sobre todos os objectos do Theatro, ou do serviço do mesmo, que fossem comprados, ou de qualquer outro modo adquiridos pela mesma Sociedade»⁶⁶⁶. Ficou assim claro que a Sociedade do Lethes podia «a todo o tempo dispôr como julgar conveniente, não só do sobredito piano, mas também de todos os mais objectos comprados ou adquiridos pela Sociedade, e isto ou ella se conserve, ou venha a dissolver-se»⁶⁶⁷.

A biblioteca de impressos

Esta prerrogativa aplicar-se-ia à biblioteca de impressos, cujo catálogo integra o demais espólio da Sociedade, acaso ela tenha estado nas instalações do Lethes e ao dispor dos sócios. Todavia, não podemos garantir que a biblioteca descrita fosse pertença da Sociedade, uma vez que o catálogo, tendo sido elaborado num livro semelhante aos demais já citados (livro das actas da direcção, livro das actas da assembleia, livro do catálogo teatral), não possui, em conformidade, a identificação da Sociedade do Teatro Lethes, impedindo que o identifiquemos como tal. Por outro lado, o seu exame revela os gostos, os interesses e a própria mundividência da família Doglioni-Cumano.

A favor da hipótese da biblioteca ser franqueada aos sócios da Sociedade conta-se o facto de o seu catálogo integrar o espólio (argumento pouco consistente, na medida em que o espólio integra diversa documentação do foro particular) e o de o catálogo ter sido preparado cerca de 1872⁶⁶⁸, já no período de gestão exclusiva de Justino Cumano, data em que foi criada uma nova sociedade, designada Sociedade Teatral de Faro (15.1.1872)⁶⁶⁹. Esta associação, reunindo sócios antigos, correspondeu a uma reformu-

⁶⁶⁶ In *[Acta]* 20.8.1855. [Ms.] 1855. Acessível em BARM-UALG, fundo Sociedade do Teatro Lethes, cx 7, Livro das actas da Direcção (5.10.1846-14.10.1856).

⁶⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁶⁸ Esta é a data mais recente das edições que integram o catálogo e reporta-se a colecções de periódicos.

⁶⁶⁹ A natureza e fins da sociedade consistiram em: «Título 1.º, Artigo 1.º: Esta associação denomina-se Sociedade Theatral de Faro, e compõe-se das pessoas que ligadas pelos presentes Estatutos [36 indivíduos] que se propõem a promover para si e suas familias honestas a decente recreação por meio de representações scenicas e quaesquer outros divertimentos que tendem ao mesmo fim. / Artigo 2.º: Sendo os espectaculos destinados só para recreio dos socios, suas familias e convidados, admissiveis segundo estes Estatutos, já mais poderão considerar-se publicos.» A ligação com o proprietário do Teatro Lethes é abordada no Título 10.º «Disposições addicionaes»: «Artigo 37.º: Na falta de Theatro proprio a sociedade dará os seus espectaculos no Theatro Lethes, e se servirá d'elle e dos seus pertences, em quanto o seu proprietario assim o consentir, ficando elle por este facto considerado socio nato e Presidente Honorario da soci-

lação da anterior, o que pode ter originado uma separação das esferas patrimoniais de que a biblioteca fizesse parte, gerando a respectiva catalogação, a qual, em notas a alguns exemplares, refere-se a Lázaro Doglioni e a Justino Cumano em terceira pessoa.

Na ausência de testemunhos documentais que nos autorizem a optar por uma ou outra hipótese, optámos por apresentar uma breve análise bibliométrica com base no catálogo, porque, se não podemos garantir que ela fosse franqueada a este público, tem a vantagem de revelar necessidades, gostos e preferências intelectuais de uma das famílias que, durante todo o século XIX, teve importante intervenção cultural no Algarve, viabilizando continuamente ao escol regional e aos visitantes o funcionamento de uma das principais casas de formação e entretenimento teatral, com dimensão, qualidade e regularidade que introduziram modernização e desenvolvimento cultural⁶⁷⁰, sem qualquer dependência ou intervenção estatal. Tratar-se-á, assim, de um retrato a montante; de reconstituir aproximadamente a formação intelectual que enquadrou a acção cultural desta família.

O catálogo

No catálogo, destaca-se a correcção organizativa das entradas bibliográficas e a sua especialização, repartida por 48 áreas temáticas, como se elenca no *Quadro IV.12 Distribuição temática da biblioteca de impressos*. Esta apresentação revela a organização, a curiosidade e o cultivo de uma grande diversidade de áreas do Saber.

A Medicina ocupa naturalmente o maior espaço, pois eram médicos tanto Lázaro Doglioni, como o sobrinho, Justino Cumano. Segue-se a Literatura e a História como interesses intelectuais predominantes. Mas não são as classes dominantes que singularizam o acervo. A sua personalidade afirma-se nos conjuntos mais reduzidos, onde a organização releva classes ainda em afirmação no panorama intelectual português oitocentista, tais como a história natural, a arqueologia, ou a antropologia. A numismática, por exemplo, não sendo obviamente desconhecida, teve um forte incremento durante o sé-

idade, e com direito ao espólio desta no caso de dissolução. / Artigo 38.º: O proprietário do Theatro Lethes reserva para si e sua família três camarotes do seu Theatro e o resto fica á disposição da sociedade.» In *Estatutos da Sociedade Theatral de Faro*. [Ms.] 1872. Acessível em ADF, fundo Governo Civil: Registo de Estatutos de diversos estabelecimentos de piedade e beneficência (1866-1874), lv. 234A.

⁶⁷⁰ Justino Cumano foi um dos promotores do Instituto Arqueológico do Algarve, sendo a sua actividade em prol da arqueologia reconhecida pelos demais fundadores daquele Instituto que o nomearam Presidente vitalício: «Artigo 15.º: O Instituto, querendo dar publico testemunho da sua mais particular consideração ao m.to respeitavel Doutor Justino Cumano, distincto collecter de antiguidades d'esta provincia, nomeia-o seu presidente vitalicio.» In *Estatutos do Instituto Archeologico do Algarve*. [Ms.] 1883. Acessível em ADF, fundo Governo Civil: *Registo de Estatutos de diversos estabelecimentos de piedade e beneficência (1874-1883)*, Lv. 156A. V. *Anexo n.º 34: Estatutos do Instituto Arqueológico do Algarve, 1883*.

culo XIX por conta do trabalho desenvolvido por Augusto Carlos Teixeira de Aragão (1823-1903), com quem Justino Cumano teve longa amizade e colaborações recíprocas nos domínios da arqueologia e da numismática⁶⁷¹.

Outro aspecto a considerar é a representação geográfica evidenciada nos locais de edição, em parte, resultado das viagens de negócio e de recreio empreendidas pela família, com repercussões no domínio das línguas de leitura, sendo, porém, a França a presença mais constante, como se observa nos *Quadro IV.13 Distribuição de títulos por país de edição do catálogo de impressos* e *Quadro IV.14 Distribuição de títulos por língua de edição do catálogo de impressos*.

Quer a diversidade temática, quer a diversidade linguística apresentam uma colecção alinhada com as preocupações intelectuais do tempo, ajustada ao cultivo de temas e práticas mais excêntricas do que a paisagem cultural local permitiria.

Sendo certo que se trata de uma abordagem superficial e sem garantias de que a colecção fosse franqueada ao público da Sociedade do Teatro Lethes, este breve retrato permite penetrar o mundo por onde passaram as reflexões em torno dos projectos culturais a desenvolver e a sua extensão, entre os quais pode ter estado a biblioteca, como meio e fim.

Pensamos que as sociedades teatrais, salvaguardadas as necessárias diferenças ao nível dos meios disponíveis para cada caso, revelaram-se uma parte activa na formação literária do público na província, através da disseminação geográfica e social de estruturas, pela regularidade dos espectáculos, pela disponibilização do seu acervo literário, ou pelo estímulo dado à produção tipográfica local.

ii. Sociedades de instrução e recreio

Todo este movimento associativo, que vimos encorpar-se depois das convulsões oitocentistas, intensificou-se a partir da década de 1870, impulsionado pelo ideário progressista e republicano, que aliou acção política e formação ideológico-cultural⁶⁷². O

⁶⁷¹ A *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'histoire portugaise*, publicada por ocasião da participação na Exposição Universal de Paris em 1867, integra os exemplares da colecção de Justino Cumano.

⁶⁷² V. CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000. A especificação da relação entre educação popular, leitura pública e a política cultural republicano-progressista lê-se em MELO, Daniel – «Estado e sociedade civil em Portugal: leitura pública, educação popular e política cultural (1870-1950)». In PITA, António Pedro e TRINDADE, Luís, coords. – *Transformações estruturais do campo cultural português, 1900-1950*. Coimbra:

direito à associação, enquanto direito originário ratificado no Código Civil de 1867, artigos 359-368 (aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867), e a descentralização do processo de aprovação⁶⁷³ incitou à oficialização das organizações associativas. No decorrer deste novo quadro legal, é possível obter junto do fundo dos governos civis o registo das várias estruturas associativas aprovadas, que inclui, não raro, a transcrição dos Estatutos. Restrita a uma caracterização parcial, isto é, baseada apenas em fontes legais, acede-se aos princípios ideais destas organizações que tinham na solidariedade a trave mestra.

As diversas tipologias e as flutuações em termos de relevância estatística dão conta das transformações sociais e económicas em curso, causadas pela intensificação do processo industrial. Com base nos livros do fundo do Governo Civil de Faro, destinados ao «registo de Estatutos de diversos estabelecimentos de piedade e beneficência», ilustramos, através do *Quadro IV.15 Distribuição tipológica das sociedades que se submeteram a aprovação oficial entre 1864-1910* a representatividade de cada tipologia e as alterações ocorridas no Algarve da segunda metade do século XIX⁶⁷⁴.

As sociedades de beneficência e socorro mútuo revelaram-se predominantes até finais do século, cedendo lugar às associações de classe e à emergência do movimento sindical no dealbar do século XX, em consequência da intensificação do processo de industrialização. A terminologia associativa acompanhou a mudança e as novas necessidades, que não se circunscreveram, como outrora, à prestação de socorro e protecção na doença, invalidez ou desemprego, lançando-se para o campo da acção operária (os «artistas» protagonistas dos montepios e associações de socorro mútuo são substituídos pelos «operários» das diferentes classes profissionais), ou do puro entretenimento. *O Gráfico IV.7 Evolução cronológica da aprovação oficial das diversas tipologias de sociedades entre 1864 e 1910* ilustra as flutuações ocorridas no movimento associativo.

O enfoque nas sociedades de instrução e recreio, que representam 18% do universo de sociedades oficializadas, permite aclarar a sua relevância na formação de público leitor, na popularização do impresso e na intensificação da frequência das práticas de leitura.

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, 2009, p. 135-161.

⁶⁷³ Através do decreto de 22 de Outubro de 1868, art.º 2.º, a aprovação dos Estatutos passou a ser competência dos governos civis.

⁶⁷⁴ Cf. *Anexo n.º 31: Sociedades formalizadas através de registo no Governo Civil de Faro, 1864-1910*.

Das vinte e quatro sociedades registadas, catorze (=58%) incluíram nos seus Estatutos a criação de um gabinete de leitura e, ou, biblioteca como meio para prosseguir os fins pedagógicos e de lazer a que se propuseram (v. *Quadro IV.16 Distribuição geográfica das sociedades de instrução e recreio oficializadas entre 1864-1910 e número das que previram a fundação de gabinete de leitura ou biblioteca*)⁶⁷⁵.

Os Sócios

O universo de sócios que as constituía seria, à partida, socialmente eclético. Apenas a Sociedade Artística Salvador Gomes Vilarinho, em Silves, se apresentou como sociedade destinada a uma classe socioprofissional específica, admitindo apenas os que pudessem ser considerados «artistas»⁶⁷⁶. Nas demais organizações, os critérios de admissão estavam fixados na idade e no bom comportamento moral e civil, sem distinção de classes, como objectivamente se lê nos Estatutos da Sociedade Ginásio Club de Faro (1898): «composta d' individuos do sexo masculino, de todas as classes sociaes, que sejam de reconhecida probidade e bôa conduta.» (cap. 1.º, art.º 1.º)⁶⁷⁷. Divididos, no geral, entre sócios ordinários ou efectivos (de residência na localidade ou concelho) e sócios extraordinários (os de fora do concelho), o requisito, porventura, mais selectivo encontrava-se no valor das jóias de admissão e das mensalidades cobradas, que variavam entre os \$500 réis e 6\$000 réis no caso das jóias e entre os \$100 réis e \$600 réis no caso das mensalidades (v. *Quadro IV.17 Valores das quotas cobradas pelas Sociedades que previram o estabelecimento de gabinetes de leitura e, ou bibliotecas*).

Os valores das quotas eram a principal fonte de rendimento das sociedades e agiam, simultaneamente, como factor de selecção e como expressão do poder aquisitivo de cada sociedade, com repercussões na variedade e na qualidade dos meios de recreio e de instrução disponibilizados aos sócios.

Os fins

No essencial, os fundos deviam ser geridos para proporcionar a existência de um gabinete de leitura e biblioteca com «livros de litteratura, sciencias e artes» (Centro União de Lagos, 1874⁶⁷⁸), ou «os principaes periodicos das diversas parcialidades politicas, e as publicações de litteratura e de sciencia geral mais recentes e de mais interes-

⁶⁷⁵ A transcrição dos estatutos destas sociedades encontra-se nos anexos n.º 32 a 44.

⁶⁷⁶ V. Anexo n.º 37: *Estatutos da Sociedade Artística Salvador Gomes Vilarinho, Silves, 1901.*

⁶⁷⁷ V. Anexo n.º 35: *Estatutos do Ginásio Club de Faro, 1898.*

⁶⁷⁸ V. Anexo n.º 32: *Estatutos da Sociedade Centro União, Lagos, 1874.*

se» (Associação Democrática de Vila Real de Santo António, 1902⁶⁷⁹); promover «saraus litterarios, conferencias, representações, concertos, sessões de magia e outras diversões agradaveis e decentes» (Sociedade Grémio Tavirense, 1876⁶⁸⁰); «propagar a instrução litteraria e musical por meio de saraus litterarios, musicais e dramaticos» (Sociedade Artística Salvador Gomes Vilarinho, Silves, 1901⁶⁸¹), oferecer um conjunto variado de jogos e organizar reuniões de família, que proporcionassem a convivialidade. Em projectos mais audazes, como o do Instituto Arqueológico do Algarve, previu-se uma acção pedagógica mais ampla, que incluiu o estabelecimento de «sala de leitura publica»⁶⁸², a produção e a divulgação de conhecimentos à escala regional, por meio de conferências e publicações da autoria dos sócios:

«a propagação dos conhecimentos geraes da archeologia monumental com referencia ás antiguidades de todo o Reino, empregando para este fim a prelecção publica nas suas salas, a publicação d'um Boletim de Memorias, de Monographias e quaesquer escriptos, que julgue poderem contribuir para estimular o gosto, instruir, e mui particularmente promover a instrucção n'esta provincia.»⁶⁸³

Embora pouco se saiba sobre a real adesão, nomeadamente no que concerne aos números exactos de associados que compunham as sociedades, conhecemos com mais pormenor o caso do Centro União de Lagos, que, tendo sido fundado por 15 indivíduos a 22 de Janeiro de 1873, reunia cerca de 80 sócios um ano e meio depois, merecendo a distinção das autoridades administrativa, eclesiástica, militar e civil locais, as quais, por ocasião da inauguração da escola nocturna para alfabetização de menores e adultos, biblioteca e gabinete de leitura, fizeram representar-se⁶⁸⁴. Os livros que então compunham as estantes da biblioteca eram provenientes de ofertas de «alguns dos nossos mais distintos escritores públicos»⁶⁸⁵.

A regularidade da leitura

Com *nuances* que podiam ir da oferta de actividades pedagógicas suplementares, (Sociedade Centro União, Lagos, 1874⁶⁸⁶), desportivas (Ginásio Clube de Faro, 1898⁶⁸⁷), musicais (Sociedade Recreativa Monchiquense, 1902⁶⁸⁸), ou científicas (Club

⁶⁷⁹ V. Anexo n.º 40: *Estatutos da Associação Democrática de Vila Real de Santo António, 1902.*

⁶⁸⁰ V. Anexo n.º 33: *Estatutos da Sociedade Grémio Tavirense, Tavira, 1876.*

⁶⁸¹ V. Anexo n.º 38: *Estatutos da Sociedade Artística Salvador Gomes Vilarinho, Silves, 1901.*

⁶⁸² V. Anexo n.º 34: *Estatutos do Instituto Arqueológico do Algarve, 1883, cap. 18.º, art.º 8.º*

⁶⁸³ V. Anexo n.º 34: *Estatutos do Instituto Arqueológico do Algarve, 1883, cap. 1.º, art.º 2.º.*

⁶⁸⁴ *Gazeta do Algarve: Folha Semanal.* Lagos, n.º 109, 27/01/1875.

⁶⁸⁵ *Correio do Meio-dia: Semanário Político, Industrial e Noticioso do Algarve.* Portimão, n.º 31, 20/12/1874.

⁶⁸⁶ V. Anexo n.º 32: *Estatutos da Sociedade Centro União, Lagos, 1876.*

⁶⁸⁷ V. Anexo n.º 36: *Estatutos do Ginásio Club de Faro, 1898.*

Agrícola Lagoense, 1902⁶⁸⁹), o conjunto das catorze sociedades institucionalizaram e viabilizaram o contacto diário com o material impresso e a prática diária da leitura.

Nos Estatutos da Sociedade Centro União, pode ler-se no capítulo dedicado aos deveres dos sócios: «artigo 13.º: Os principaes deveres dos sócios são: [...] 6.º Frequentar o gabinete de leitura, biblioteca e a aula nocturna, a que podem igualmente concorrer os seus filhos até á idade de 15 annos.»⁶⁹⁰ Se, neste caso, se tratou de um imperativo estatutário, considerado no campo dos deveres, o que observamos nos demais é a possibilidade de introduzir um momento dedicado ao lazer e à (in)formação na rotina diária, como se escreve nos Estatutos do Grémio Familiar de Portimão: «Para estes fins proporciona: 1.º A frequência quotidiana nas suas salas e gabinetes»⁶⁹¹; ou nos do Club Agrícola Lagoense (1902): «Artigo 42.º: A sociedade terá reuniões ordinárias e extraordinárias. §1.º Reuniões ordinárias são as formadas pelos sócios que diariamente frequentam a sociedade.»⁶⁹².

Desta forma, ombreando com a conversação, a mútua convivência, a música, os bailes e os jogos, o livro e a leitura surgiram na sociedade algarvia do último quartel de Oitocentos com um carácter dessacralizado, reconhecidos como fonte de informação, formação e de entretenimento, com regularidade quotidiana. Este aspecto é relevante, porquanto permitiu desenvolver ou, pelo menos, conservar uma competência que, embora fosse aprendida na escola, nem sempre houve possibilidade de manter, atendendo à míngua de materiais de leitura (v. *Figura IV.9 Livro pertencente à biblioteca da Cooperativa de Instrução e Recreio Popular, de Loulé, com a respectiva marca de posse*).

Numa perspectiva de maior duração, observa-se a tendência oficial para controlar os usos da leitura. Enquanto no contexto da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé (1835-1848?) a leitura foi declaradamente utilizada para fins interventivos e de formação política, no caso das sociedades de instrução e recreio, que emergem no pós-1870, reprime-se este emprego, através da proibição estatutária de discussões de índole política e religiosa. Popular, sim, mas passiva, ao menos nos documentos oficiais, pois é conhecido o papel das associações enquanto centros de activismo político, com ligações

⁶⁸⁸ V. Anexo n.º 39: Estatutos da Sociedade Recreativa Monchiquense, 1902.

⁶⁸⁹ V. Anexo n.º 44: Estatutos do Club Agrícola Lagoense, 1902.

⁶⁹⁰ In Anexo n.º 32: Estatutos da Sociedade Centro União, Lagos, 1876. Os cursos nocturnos foram criados oficialmente pela portaria de 20.7.1866 e regulamentados a 28.11.1867.

⁶⁹¹ In Anexo n.º 42: Estatutos do Grémio Familiar de Portimão, 1902.

⁶⁹² In Anexo n.º 44: Estatutos do Club Agrícola Lagoense, 1902.

a grupos ou personalidades da política, podendo considerar-se células activas de politização local⁶⁹³.

Releve-se que, vindo esta análise a incidir sobre a documentação oficial das diversas sociedades formalizadas, não incluímos outras que seguramente existiram⁶⁹⁴, nem nos debruçámos sobre a vida interna de cada uma delas. No entanto, não ficamos obrigados a uma perspectiva ideal.

As associações brotaram enquanto movimento autónomo da sociedade civil para responder a anseios, aspirações e interesses concretos individualmente de difícil alcance, afirmando-se no cruzamento entre a oferta e procura. Constituíram-se enquanto exercício de autonomia do cidadão comum e da procura de alternativas, que serviram, em última análise, a melhoria da qualidade de vida. Creio, por isso, adequado integrá-las no inventário da rede espaços de distribuição e consumo do impresso no período de Oitocentos, enquanto espaço de leitura pública, restrito, mas não restritivo, onde também se desenvolveram as «bibliotecas populares», que na secção seguinte tratamos.

⁶⁹³ Sobre a participação associativa no movimento de republicanização do Algarve v. MENDONÇA, Artur Barracosa – «A Republicanização do Algarve (1876 – 1910)». *barlavento - Jornal de Informação Regional do Algarve*. [em linha]. 5.10.2010. Disponível em: <http://goo.gl/VGxV3u>. E PIRES, Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida – «O partido republicano e o Algarve». In *O surto das ideias republicanas no algarve (1876-1910) através da imprensa*. Faro, 2012, p. 26-54. Dissertação de mestrado em História do Algarve, apresentada à FCHS-UALG. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/3484>.

⁶⁹⁴ No período em consideração, obtivemos notícia paraoficial das seguintes sociedades: **Em Faro: Sociedade Recreativa União**, em funcionamento em 1881 (v. *O Districto de Faro*, 24.2.1881). **Em Lagos: Clube Artístico Lacobrigense**, fundado em 24.8.1872 (v. *Gazeta do Algarve*, n.º 112, 17/02/1875, p. 2 e Martins, José António de Jesus – *Elementos para a história do clube artístico lacobrigense (1872-1992)*. Lagos: Clube Artístico Lacobrigense, 1993; a **Sociedade 1.º de Dezembro de 1640**, fundada em 1874, com o fim do «derramamento da instrução por meio de escolas e uma biblioteca e gabinete de leitura» (v. *Correio do Meio-dia: semanário político, industrial e noticioso do Algarve*. Portimão, n.º 30, 13.12.1874); **Sociedade [militar]**, em Maio de 1875, noticiada pela *Gazeta do Algarve*: «Acaba de organizar-se aqui mais uma sociedade. É puramente militar e composta pelos officiaes do regimento, com o fim de se proporcionar a leitura de jornais e outras obras militares, o jogo das armas, escola de tiro, etc. A instrução e o recreio são, como se vê, o seu fim.» (n.º 124, 12.5.1875). **Em Monchique: a Sociedade Recreio Artístico Monchiquense**, em funcionamento em 1876 (cf. *Correio do Meio-Dia*, n.º 123, 24.9.1876, p. 3); **Sociedade Filarmónica União Monchiquense**, fundada em 189? (v. GASCON – *Op. cit.*). **Em Olhão: Club Musical Verdi Olhanense** (v. *Gazeta do Algarve*, 6.5.1874, p. 4); **Clube Recreativo Olhanense**, fundado em 1877. **Em Silves: Sociedade Hortense** (musical) e **Grémio Recreativo** (v. *Jornal O Algarviense*, n.º 24, 13.9.1863). **Em Tavira: Club Democrata Progressista**, fundado em 1876 (v. *Jornal dos Artistas*); **Associação Cooperativa de Ferradores e Associação Cooperativa de Tabacos** (v. *Jornal dos Artistas*, n.º 47, 28.9.1876). Em **Vila Nova de Portimão: Associação das Classes Trabalhadoras**, fundada em 1871; **Associação Cooperativa**, criada em 1876 (v. *Jornal dos Artistas*, n.º 34, 29.6.1876); projecto de bases para uma «associação multiforme», intitulada **Associação Humanitária Civilizadora** (v. *Jornal dos Artistas*, n.º 98, 20.9.1877).

IV.3 As bibliotecas populares

A idealização das bibliotecas populares remonta à década de 1850⁶⁹⁵, mas foi pelo decreto de 2 de Agosto e 1870 que foram oficializadas pelo Ministro da Instrução Pública, D. António da Costa⁶⁹⁶, tendo obtido regulamento interno por portaria de 20 de Janeiro de 1871.

Pensadas para satisfazer as necessidades de informação e formação do povo, em particular, da classe operária (ou artística, como ainda era designada), as bibliotecas populares cumpriam o desígnio de oferecer um fundo bibliográfico caracterizado por diferentes temáticas técnico-profissionais, percepcionadas como mais um mecanismo favorável ao desenvolvimento económico do país, como se conclui das afirmações de D. António da Costa:

A instrução popular cria um grande capital financeiro no desenvolvimento dos espíritos. **Quanto mais apurados forem os conhecimentos dos operários e dos trabalhadores, mais perfeitos, e por isso mais rendosos serão os produtos industriais e agrícolas.** O salário dos operários, o lucro dos capitalistas e a prosperidade do país crescem na proporção em que se aumenta a cultura das inteligências e a melhoria do trabalho individual. **Universalizar a instrução é multiplicar a riqueza pública.**⁶⁹⁷

As diferentes forças político-sociais, o Estado, por meio das escolas; os municípios ou os particulares, através de associação, ficaram autorizados a tomar a iniciativa de criar estes núcleos de leitura popular. Destinou-se, porém, às Câmaras Municipais um papel mais activo, ficando assente que deveriam fundar uma biblioteca popular em cada sede de concelho, designando para o seu funcionamento uma verba de 50\$000 réis anuais. O objectivo é claro: prover todo o país, através da rede concelhia, de bibliotecas públicas, destinadas à instrução das classes laboriosas. O acesso aos livros no local, ou através de empréstimo domiciliário, ampliaria o número de leitores e o efeito civilizador:

⁶⁹⁵ Terá sido Henriques Nogueira, em *Estudos sobre a reforma em Portugal*, 1851, quem primeiro abordou este modelo bibliotecário. V. REBELO, Carlos Alberto – *A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares (1870-1910)*. Porto: Campo das Letras – Editores, S.A., p. 106-110.

⁶⁹⁶ A acção legislativa de D. António da Costa, ministro entre 22 de Junho e 29 de Agosto de 1870, que compreendeu, entre outros, os diplomas de 2, 3 e 16 de Agosto ordenando, respectivamente, a criação das bibliotecas populares, a criação de Escolas Normais para o sexo feminino e a reforma da instrução pública, foi revogada pelo governo que se seguiu. As repercussões destas medidas foram ampliadas através da sua intervenção na imprensa periódica e na publicação de livros de especialidade, onde revelou profundo conhecimento da história e estado do sistema de instrução português, assim como de outros países europeus através dos quais empreendeu uma análise comparativa das realidades educativas. Veja-se, por exemplo, *Necessidade de um Ministério de Instrução Pública*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868; *A instrução nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870; *Historia da instrução popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871; *Auroras da instrução pela iniciativa particular*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.

⁶⁹⁷ Subsl. meus. COSTA, D. António – *A instrução nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, p. 12.

O empréstimo pelas casas promove a leitura das mães, das esposas, das filhas, que não concorreriam à biblioteca, já pela sua lida caseira, já pela discordância com os costumes nacionais. Além disto a leitura pelas casas, em vez de aproveitar só ao ledor, aproveitaria a todos da família, até mesmo aos analfabetos, seria um exemplo de moralidade doméstica e a discussão familiar que se levantasse em comum, criaria no lar um espírito de instrução que, junto ao sucedido em outras famílias, produziria resultados gerais de vantagem incontestável.⁶⁹⁸

Na avaliação aos resultados da expansão bibliotecária por via oficial, através do inquérito promovido por Rodrigues Sampaio em circular de 22 de Fevereiro de 1875, realça-se o insucesso das medidas, apesar do empenho da política ministerial⁶⁹⁹. Em 988 localidades, onde existiam escolas mantidas pelo Estado, apenas 8 (0,8%) possuíam uma biblioteca popular, quase todas alojadas nas escolas. Como esclarece Carlos Rebelo, a fonte não abrange as respostas obtidas pelos inspectores nos 22 distritos do continente e ilhas devido à falha dos livros correspondentes, incluindo o livro referente ao distrito de Faro⁷⁰⁰. Não obstante, o autor localizou, na documentação relativa aos pedidos de livros, a referência à «Biblioteca Camões», em Lagos⁷⁰¹, assim como um pedido de fundação de biblioteca popular para Monchique. O cruzamento das fontes localizadas nos repositórios centrais e locais, permitiu-nos obter dados adicionais sobre estes estabelecimentos de instrução.

IV.3.a Biblioteca Popular de Monchique

A proposta de constituição da biblioteca popular de Monchique partiu do presidente da Câmara Municipal, José Joaquim Águas, que, segundo a imprensa, dispôs do seu vencimento de administrador do concelho (cargo que exercera primeiramente) em favor da biblioteca, adquirindo um fundo inicial de «bons livros»⁷⁰². Apesar do empenho individual, o projecto foi perfilhado colectivamente pelo executivo camarário em funções no ano de 1876, como demonstram os documentos transcritos no *Anexo n.º 46: Correspondência relativa à constituição da Biblioteca Popular de Monchique*,

⁶⁹⁸ *Id.*, p. 190.

⁶⁹⁹ Rodrigues Sampaio insta a que se esclareçam os entraves colocados à formação das bibliotecas populares, reiterando a sua relevância no campo educacional: «As bibliothecas, que são o complemento da escola, e exercem uma influência salutar sobre a morigeração das classes operarias, reclamam particular cuidado de v. s.^a. A falta de conhecimento das disposições do decreto de 2 de Agosto de 1870, e do regulamento de Janeiro de 1871, pode acaso servir de desculpa à demora que tem havido na organização destes modestos institutos, que tanto interesse merecem. Remova v. sr.^a este obstaculo e faça saber que bastam pequenos recursos para se criar tamanho melhoramento.» Circular de 22 de Fevereiro de 1875, *apud* REBELO – *Op. cit.*, p. 116.

⁷⁰⁰ Os distritos avaliados foram 12, com a seguinte distribuição de bibliotecas populares: Aveiro: 0; Beja: 1; Braga: 0; Bragança: 0; Castelo Branco: 1; Coimbra: 0; Évora: 2; Horta: 0; Lisboa: 1; Portalegre: 1; Santarém: 2 e Vila Real: 0.

⁷⁰¹ Acessível em ANTT, Fundo Ministério do Reino, mç. 3671.

⁷⁰² *Gazeta do Algarve*. Lagos, n.º 229, 16.5.1877, p. 2.

1877. Destinou-se-lhe uma sala nos paços do concelho, onde antes funcionara o tribunal judicial, e a biblioteca foi tratada como um projecto de iniciativa municipal. Os 50\$000 réis previstos pelo decreto de 2 de Agosto de 1870 para financiamento da biblioteca foram consignados no orçamento da Câmara para o ano económico de 1876/1877, obtidos através do apoio de particulares: 15\$000 réis foram oferecidos pelo presidente da Câmara, 15\$000 réis foram oferecidos pela Confraria das Almas e os restantes 20\$000 suportados pelo orçamento próprio do município. A organização da biblioteca ficou a cargo do professor oficial de instrução primária, José António Gascon, que gratuitamente dispôs-se a assumir a tarefa.

Em Janeiro e Março de 1877, o município fez o pedido de livros e folhetos aos Ministérios e Biblioteca Nacional e, em Maio desse ano, a Biblioteca Popular de Mochique foi inaugurada. A 16 de Maio, a *Gazeta do Algarve* publicitou o acontecimento:

Monchique acaba de fazer mais uma tentativa por adiantar-se no caminho do progresso.

Abriu-se ali uma bibliotheca publica, que conta bom numero d'excelentes obras.

A iniciativa d'este empreendimento ouvimos-a attribuir ao digno presidente da camara, o sr. Aguas, ajudado por sua familia e amigos. [...] ⁷⁰³

A publicidade aumentava as possibilidades de ofertas, não só pela divulgação da necessidade, mas também pela própria representação do tema e da figura do doador, como pode ler-se: «A instrução popular é o primeiro e melhor elemento de todas as sociedades bem constituídas, e por beneméritos devem ser tidos quantos em serviço d'ella põem os recursos de que dispõem.» ⁷⁰⁴. A publicidade dos nomes na imprensa periódica constituiu também uma forma de capitalização social. Assim, desconhecendo-se o acervo e sem podermos avaliar a adequação entre a oferta bibliáca e os fins idealizados, podemos dar conta da identidade dos beneméritos que viabilizaram e visibilizaram esta nova instituição cultural, como se elenca no *Quadro IV.18 Identificação dos doadores da Biblioteca Popular de Monchique*.

O destino desta biblioteca, apoiada pelo município e por particulares que aderiram activamente ao projecto, é, no presente, uma incógnita. Não localizámos o espólio nem o seu catálogo e desconhece-se o contexto de formação da «biblioteca municipal»

⁷⁰³ *Gazeta do Algarve*. Lagos, n.º 229, 16.5.1877, p. 2.

⁷⁰⁴ *Gazeta do Algarve*. Lagos, n.º 229, 16.5.1877, p. 2.

que, em 1919, foi arrolada por Júlio Dantas⁷⁰⁵ e que, em 1925, declarou possuir 1928 volumes, pelo que não estamos em condições de garantir que se trata da mesma instituição. Sabemos, no entanto, que esta foi descontinuada e que, quando a Fundação Calouste Gulbenkian estabeleceu na vila a sua biblioteca fixa n.º 31, em Março de 1961, após uma fase de itinerância mensal, era esta a única oferta bibliáca disponível⁷⁰⁶.

As vicissitudes que determinaram a decadência da primeira biblioteca pública do concelho de Monchique e do distrito, se excluirmos a biblioteca liceal que, sendo pública, tinha acesso restrito ao público escolar, não as podemos inventariar. É provável que o seu património ou fragmentos dele ainda possam surgir em espólios particulares, ou, eventualmente, no futuro arquivo municipal.

IV.3.b Biblioteca Popular de Lagos

A criação da Biblioteca Popular de Lagos teve origem nas comemorações nacionais do tricentenário de Camões, em Junho de 1880, enquanto meio de assinalar a «civilização dos habitantes desta terra»⁷⁰⁷. Nesse ano surgiram bibliotecas populares em vários pontos do país, num total de oito. A três delas, Santarém, Vila Pouca de Aguiar e Lagos, atribuíram-se-lhes o nome do poeta⁷⁰⁸. Em Lagos, a diligência partiu de um grupo, constituído por «alguns dos habitantes mais qualificados»⁷⁰⁹, que propôs à Câmara a iniciativa nos seguintes termos:

Il.^{mo} Ex.^{mo} Snr. Presidente e dignos vereadores da Câmara Municipal de Lagos. Os abaixo assinados vêm mui respeitosamente solicitar a iniciativa necessária para que Lagos solenize o tricentenário de Camões, inaugurando uma biblioteca popular com o nome do grande épico e fazendo outras demonstrações que digam da civilização dos habitantes desta terra, associada à grande manifestação que se prepara em todo o país. Lagos 17 de Maio de 1880.⁷¹⁰

⁷⁰⁵ DANTAS, Júlio – «Quadro Sinóptico das bibliotecas, arquivos e cartórios existentes no país (com excepção das cidades de Lisboa e Porto)». *Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.^a série, n.º 158, 10.7.1919.

⁷⁰⁶ O seu primeiro e único bibliotecário foi António da Silva Carriço (n. 1930), que dirigiu a biblioteca fixa durante 32 anos e depois a biblioteca municipal durante 10 anos, à qual foi atribuída o seu nome.

⁷⁰⁷ «(1) Cópia da carta que diversos cavalheiros desta cidade dirigiram à Câmara, convidando-a a tomar a iniciativa necessária para que em Lagos se solenize o tricentenário da morte de Camões inaugurando uma biblioteca com o nome do grande épico». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

⁷⁰⁸ Cf. REBELO – *Op. cit.*, p. 128-129.

⁷⁰⁹ «(5) Cópia do ofício dirigido ao Ex.^{mo} Juiz de Direito da Comarca de Lagos, convidando para assistir à inauguração da biblioteca “Camões”». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

⁷¹⁰ «(1) Cópia da carta que diversos cavalheiros desta cidade dirigiram à Câmara, convidando-a a tomar a iniciativa necessária para que em Lagos se solenize o tricentenário da morte de Camões inaugurando uma biblioteca com o nome do grande épico». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

A Câmara consentiu e tratou do processo do provimento do acervo inicial, solicitando-o ao governo e a particulares, através de cartas remetidas a vários escritores⁷¹¹. A 9 de Junho de 1880, a Biblioteca Popular Camões estava instalada na escola Conde Ferreira⁷¹² e devidamente organizada como atesta o catálogo dessa data⁷¹³.

A dimensão oficial e comemorativa de que se revestiu o evento determinou o registo escrito de todas as etapas denotando-se a preocupação das entidades oficiais solelizarem o momento e os seus promotores.

Na inauguração da biblioteca, os intervenientes alinharam os discursos da circunstância em prol da instrução popular, tendo o presidente da Câmara, destacado o papel da biblioteca na promoção da liberdade individual e do progresso colectivo:

A escola e a oficina, o estudo e o trabalho reservam o segredo do futuro. [...] A liberdade, aspiração inata, sumo bem do homem, floreja e frutifica mais e melhor, onde é mais viva a luz da instrução e menos densa a treva, que obscurece a inteligência popular.

Obedecendo a estes princípios e mirando a tão elevado fim, criámos a biblioteca que aqui inauguramos hoje, e que nos sorri com a promessa de verdadeiras utilidades. É mais um marco assente na via do progresso, uma garantia mais para a segurança de um porvir melhor.⁷¹⁴

O bacharel Vicente Augusto Vaz Soares sublinhou a necessidade de acarinhar a instituição nascente para além do ímpeto comemorativo que lhe dera origem:

Que fazia votos para que esta elevada ideia caminhasse muito além e não acabasse no momento em que acabassem os festejos que nesta ocasião entretinham todo o povo português: que era de presumir que não acabasse, por ser da iniciativa de tão dignos vereadores a criação deste estabelecimento muito útil e muito proveitoso para o operário, para o artista e para o homem desfavorecido da fortuna, que podem pela leitura de livros úteis colher a ciência que ignoram, porque o homem quanto mais instruído for, mais feliz há-de ser e de mais utilidade para si e para os outros, pois que a ignorância é uma cegueira eterna; cuidemos portanto de iluminar os espíritos que ainda hoje estão em trevas e aguardemos o dia em que o homem de trabalho saindo do seu constante lidar de todo o dia se entregue à leitura de livros que o possam recrear e instruir.⁷¹⁵

A professora do ensino oficial, Maria da Piedade Bastos, elogiou a iniciativa, considerando a biblioteca uma alternativa a outras instâncias de instrução:

⁷¹¹ V. «(3) Para diversos escritores se expediram cartas do teor seguinte». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

⁷¹² A escola Conde Ferreira foi construída na Praça d'Armas e inaugurada em 1868.

⁷¹³ Cf. *Anexo n.º 48: Catálogo da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

⁷¹⁴ «(7) Discurso proferido pelo Presidente da Câmara Municipal na ocasião da inauguração da Biblioteca Popular "Camões"». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

⁷¹⁵ «(8) Extracto do discurso proferido pelo B.el Vicente Augusto Vaz Soares na mesma ocasião». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

A Biblioteca, por consequência, é o monumento mais digno que podemos erguer em nome da pátria; e, se algum dia, faltarem os mestres que mal vivem e fatalmente morrem, o povo irá beber à sua Biblioteca o que nem sempre os homens podem dar, a sede do seu saber.⁷¹⁶

E, por fim, o representante dos alunos presentes, Manuel Ficalho, exprimiu a confiança no poder transformador dos livros:

Companheiros e amigos, os livros, que acolá vedes, significam o caminhar incessante ainda que vagaroso, para uma vida completamente nova; abri as suas folhas, que eles vos ensinarão que essa vida só se alcançará com o nosso estudo, com o nosso trabalho constante.⁷¹⁷

IV.3.b.1 A identidade literária: uma biblioteca de formação

O fundo bibliográfico oferecido teve origem colectiva, sendo 153 títulos oferecidos pelo Estado e 202 doados por diversos particulares («associações, academias, redacções de periódicos, escritores conhecidos e outros cavalheiros»⁷¹⁸) (v. *Quadro IV.19 Origem e quantidade do fundo bibliográfico da Biblioteca Popular Camões de Lagos*). Esta circunstância impede que se aborde política de aquisições. Ao invés, poder-se-á falar de uma concepção colectiva sobre a cultura a disponibilizar ao público idealmente frequentador destes espaços.

Com uma contribuição de 153 títulos (43%) relativamente aos títulos que compuseram a biblioteca, observa-se um contexto de **ofertas estatais** distinto daquele que caracterizou as entregas do início da década de 1870, provenientes dos fundos das extintas bibliotecas conventuais. Essas primeiras remessas revelaram-se pouco atractivas para quem pretendia aperfeiçoar os estudos elementares ou colher qualquer ensinamento de cariz técnico-profissional na novel biblioteca popular, uma vez que aí encontrava obras setecentistas e de temática religiosa, predominantemente. A comissão que foi constituída para acompanhar a implementação destas estruturas bibliotecárias diagnosticou cedo o desfasamento criado entre os fundos e as expectativas dos leitores, e criou um depósito de livros mais adequado do ponto de vista temático e da actualidade, com origem no Ministério do Reino, editoras (Academia das Ciências de Lisboa e Imprensa-Nacional), doações de escritores e compras a livreiros, que a partir do final da década de

⁷¹⁶ «(9) Discurso proferido por D. Maria da Piedade Bastos, professora régia desta cidade, na referida ocasião». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

⁷¹⁷ «(10) Discurso proferido por Manuel Fialho, na já citada ocasião». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

⁷¹⁸ «(2) Cópia da parte da acta da sessão de 19 de Maio de 1880, em que a Câmara acedeu ao convite feito por 42 cavalheiros desta cidade, para criação duma biblioteca popular». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

70 começou, em alternativa, a ser distribuído às recém-formadas bibliotecas populares⁷¹⁹. A natureza do fundo da Biblioteca Popular Camões de Lagos pertence a esta segunda fase de provimentos estatais, onde fica evidenciado o esforço governamental por adequar os meios aos fins. A análise às datas de edição das obras coloca-nos perante um universo de edição recente, sendo 73 (47,71%) espécies da década de 1870 (v. *Quadro IV.20 Distribuição das ofertas bibliográficas por data de edição*).

A parcela referente aos provimentos com origem em **ofertas particulares** apresenta um perfil semelhante, acentuando-se o número de títulos da década de 70, com um total de 113 títulos (55,94%), quinze dos quais editados no próprio ano de 1880.

Podendo considerar-se a data de edição como um indicador dúbio no que concerne à actualidade do acervo, a análise temática e autoral permite-nos obter resultados mais seguros. Em ambas as fontes predominam autores contemporâneos. Nas **ofertas estatais** estão presentes autores de diferentes especialidades, com trabalhos de divulgação e formação elementar, tais como: Alexandre Magno de Castilho (1834-1871), Alves de Sá (1803-1890), António Feliciano de Castilho (1800-1875), Francisco Assis Rodrigues (1801-1877), Francisco Júlio de Caldas Aulete (1826-1878), Gerardo Augusto Perry (1835-1893), Guerra Junqueiro (1850-1923), Ignacio de Vilhena Barbosa (1811-1890), João de Andrade Corvo (1824-1890), João Félix Pereira (1822-1891), João Ignacio Ferreira Lapa (1823-1892), Joaquim Henriques Fradesso da Silveira (1825-1875), José da Silva Mendes Leal (1820-1886), José Ignacio Roquette (1801-1870), José Joaquim de Ascensão Valdez (1842-1926), José Maria Latino Coelho (1825-1891), José Silvestre Ribeiro (1807-1891), Júlio Verne (1828-1905), Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), Pedro Wenceslau Brito Aranha (1833-1914) e Vicente Ferrer de Neto Paiva (1798-1886).

Muitos destes autores integraram o aparelho de Estado em diferentes momentos e a selecção reproduz uma pequena amostra da produção oficial portuguesa contemporânea, excluindo, naturalmente, Júlio Verne. É no domínio das **ofertas provenientes de particulares** que a singularidade desta biblioteca emerge, com a presença de um maior número de autores da área da Medicina e, no domínio da literatura, pela presença de autores norte-americanos. A actualidade das ofertas mantém-se, sendo comuns primeiras edições. Entre os autores encontram-se Adolphe Burggraeve (1806-1902), Adriano Augusto Pina Vidal (1841-1919), Agostinho Albano da Silveira Pinto (1785-1852), Al-

⁷¹⁹ Cf. REBELO – *Op. Cit.*, p. 148-152.

bino Augusto Geraldês (1825-1888), Alexandre de Sousa Figueiredo (18??), António da Costa (1824-1892), António Maria Barbosa (1825-1892), Arthur Chervin (1850-1921), Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916), Camilo Castelo Branco (1825-1890), Charles Dudley Warner (1829-1900), Claudius Chervin (1824-1896), Eduardo de Barros Lobo (pseud.: Beldemónio) (1857-1893), Francisco A. Pereira da Costa (1809-1889), Francisco António Martins Bastos (1799-1868), Francisco José da Cunha Viana (1822-1885), Georges Renaud (18??), George Makepeace Towle (1841-1893), Henri Abbey (1842-1911), Ignacio Rodrigues da Costa Duarte (1824-?), J. du Fief (ca. 1850), Jean Pierre Rambosson (1827-1886), Joaquim Lopes Carreira de Mello (1816-1885), Josiah Parsons Cooke (1827-1894), Maria Adelaide Fernandes Prata (1826-1881), Mark Twain (1835-1910), Sebastião Filipe Martins Estácio da Veiga (1828-1891), Silvestre Bernardo Lima (1823-?), Victor Hugo (1802-1885), ou Viriato da Silva (18??).

No domínio das línguas de leitura, predomina o português nas ofertas estatais e nas ofertas de particulares estão presentes, além da língua materna, o francês e o inglês. O interesse pela realidade francesa é notório, constando livros em francês e livros relacionados com temáticas francesas (22). No entanto, é como língua de comunicação do conhecimento técnico-científico que o francês se realça. Alguns autores portugueses redigiam os seus trabalhos científicos em língua francesa, dando-os à estampa quer em Paris, quer em Lisboa. Nesta situação, estão os casos dos médicos António Maria Barbosa (1825-1892) e Ignacio Rodrigues da Costa Duarte (1824-?).

A língua inglesa salienta-se nas leituras de cariz literário, o que pode considerar-se uma novidade, atendendo a que o quadro das referências literárias predominante era o francês. A par da língua, a singularidade desta biblioteca popular afirma-se pela presença de determinados autores, nomeadamente, de Mark Twain, através de *The Innocents abroad* [1869], *Roughing it* [1872], *Sketches New and Old* [1875], *Adventures of Tom Sawyer* [1876] e *A tramp abroad* [1880]. A tradução das obras do autor norte-americano iniciou-se em Portugal em 18 de Abril de 1887, através nos folhetins do jornal *O Correio da Manhã*, que publicou *O infeliz noivo de Aurélia* (*Aurelia's Unfortunate Young Man*) e *Uma decepção* (*A wicked fraud perpetrated on Mark Twain*). Contudo, a maioria das suas obras só foi divulgada ao longo do século XX, não estando actualmente

traduzidos textos que integraram o fundo bibliográfico da biblioteca Popular Camões em 1880, tais como *Roughing it* ou *A tramp abroad*⁷²⁰.

Considerada esta especificidade houve, no geral, preocupação com a distribuição temática, que alcançou todas as áreas do conhecimento. O conjunto resulta num acervo de natureza formativa, sendo predominantes os livros referentes à aprendizagem de línguas e literaturas (24,50%), de geografia e história (23,38%), instrução elementar, profissional, economia, comércio e indústria, integrados na área das Ciências Sociais (22,25%). Em ambas as origens das ofertas, estes são os campos de conhecimento privilegiados, embora com pequenas oscilações. Nas ofertas estatais predominam os títulos pedagógicos (ciências sociais), enquanto nas ofertas particulares prevalecem os literários, gerando uma oferta equilibrada entre textos de instrução e recreio, como se observa no *Quadro IV.21 Distribuição temática dos livros oferecidos à Biblioteca Popular Camões de Lagos*.

O exercício comparativo com o acervo da Biblioteca Popular de Estremoz, constituída também em 1880 com provimento estatal, indicia a existência de um modelo de biblioteca popular idealizado e materialmente viável, ainda que não tivesse sido adoptado um catálogo modelo, como aconteceu, por exemplo, em França⁷²¹. Dos 143 títulos que foram atribuídos à Biblioteca Popular de Estremoz, 120 correspondem aos que foram distribuídos à Câmara Municipal de Lagos, proporcionando a ambas as bibliotecas populares um fundo bibliográfico actualizado, em língua portuguesa, com uma distribuição equilibrada das temáticas (nenhuma excede os 30% de títulos), embora seja clara

⁷²⁰ Por ocasião do centenário do seu falecimento, foi organizada uma exposição na Biblioteca Nacional de Portugal, coordenada por Isabel Oliveira Martins, que avaliou a recepção portuguesa à obra de Mark Twain. Em artigo publicado no *Jornal de Letras*, pode ler-se esta síntese: «Com a exceção de *O Príncipe e o Pobre*, texto publicado, em folhetim, no *Diário de Notícias*, de 28 de agosto a 13 de outubro de 1910, as obras mais longas de Twain só conhecem entretanto divulgação no século XX e já na década de 40, obedecendo afinal à mudança de condições de produção e publicação da literatura traduzida. A partir de 1944, registam-se as primeiras traduções das obras relativas às *Aventuras de Tom Sawyer* e *Huckleberry Finn*, as quais prenunciam uma inflexão da receção twainiana. (...) A propósito das comemorações do centenário da morte deste autor americano é importante concluir registando que uma parte substancial da sua obra ainda está por traduzir. Títulos como *Roughing It*, *The Tragedy of Pudd'nhead Wilson*, *The Gilded Age*, *A Tramp Abroad*, *Personal Recollections of Joan of Arc*, *Some Rambling Notes of an Idle Excursion*, *Life on the Mississippi*, ou *Following the Equator*, entre outros, ainda não despertaram o interesse das editoras portuguesas, exceção feita à primeira tradução de *The Innocents Abroad*, pela Tinta-da-China, podendo esta última, juntamente com outros títulos recentes e supramencionados da produção mais iconoclasta do autor, prenunciar uma desejável nova fase de divulgação de um outro Mark Twain em Portugal.», MARTINS, Isabel Oliveira – «Mark Twain: recepção em Portugal». *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. N.º 1048, 1-14 de Dezembro de 2010, p. 10. Sobre o mesmo assunto, consulte-se MARTINS, Isabel Oliveira e DUARTE, Maria de Deus – «Mark Twain em Portugal: periódicos e edições em livro». In BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, org. – *Mark Twain em Portugal*. Lisboa: BNP; CEAUL; FCT, 2010, p. 9-22.

⁷²¹ REBELO – *Op. cit.*, p. 155-156.

a preferência por matérias pedagógicas a nível académico e profissional e as de formação cultural de base, tais como a língua, a literatura e a história pátrias (v. *Quadro IV.22 Distribuição temática das ofertas estatais para a constituição inicial dos fundos bibliotecários de Estremoz e Lagos*).

IV.3.b.2 O público-leitor

Comprovando-se a determinação governamental em viabilizar e equipar adequadamente estas estruturas bibliotecárias a uma escala nacional, é importante aclarar as condições de criação, de provimento e de gestão local de modo a aferir qual o contributo efectivo para a consolidação da leitura pública. No caso de Lagos, a iniciativa teve um carácter comemorativo e de afirmação sociocultural do escol que a sugeriu. A criação da biblioteca sintonizou material e simbolicamente a cidade com o movimento pátrio de popularização da actividade intelectual e a organização local de uma estrutura cultural colectiva sinalizou a adesão da elite lacobrigense ao projecto político-cultural que as comemorações visaram: o burilar de um ser colectivo, que passou pela primazia dada ao campo cultural⁷²².

Desde 1876 que a Câmara Municipal mostrava vontade política de fundar uma biblioteca municipal⁷²³. Acedeu, assim, prontamente, à sugestão que lhe foi dirigida, assumindo-a como «biblioteca municipal», aquando dos pedidos de apoio bibliográfico:

[...] os povos deste município pretendem festejar o dia 10 de Junho entre outras coisas **fundando uma biblioteca municipal**. Reclamaram a iniciativa da corporação a que tenho a honra de presidir, a qual exulta de associar os seus nomes a esta obra civilizada.⁷²⁴

A paternidade municipal não foi, porém, suficiente para concretizar a transição do modelo de biblioteca popular para o de biblioteca municipal, conduzindo à descontinuidade da sua actividade. A contradição mais evidente detecta-se na ausência de comunicação oficial à população sobre a formação e abertura da biblioteca. O povo foi informado das comemorações por edital e convidado a participar nas celebrações pelo

⁷²² V. a este propósito RAMOS, Rui – «A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)». *Análise social*, 1992, vol. XXVII (116-117), p. 483-528. Sobre o papel dos intelectuais no processo de democratização da cultura, v. também SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – «A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX». *Análise Social*, 1992, vol. XXVII (116-117), p. 539-546.

⁷²³ Sessão de Câmara de 26.1.1876. In *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lagos (1874-1879)*, CML-15.

⁷²⁴ Subls. meus. «(3) Para diversos escritores se expediram cartas do teor seguinte». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

acto simbólico de «iluminarem as fachadas de suas habitações»⁷²⁵, sem qualquer publicidade à inauguração do novo suporte institucional de leitura popular.

No fundo, tratou-se de uma biblioteca escolar, sendo provável que os utilizadores tenham sido apenas os alunos da escola Conde Ferreira, onde foi instalada. Não existem dados sobre o movimento de leitores, apesar do *Regulamento das bibliotecas populares*, capítulo III, assim o exigir. O livro «Biblioteca Luís de Camões: registo de visitantes» não respeita as indicações do *Regulamento*, consistindo num livro de honra, que foi assinado exclusivamente pelos que estiveram presentes na cerimónia da inauguração da biblioteca.

O destino da Biblioteca Popular Camões foi similar ao que se verificou em Monchique. A actual biblioteca municipal de Lagos Dr. Júlio Dantas foi criada em 1991 sobre o olvido da antecessora, ainda que seja a guardiã de fragmentos daquele passado⁷²⁶. Actualmente, o património bibliográfico da Biblioteca Popular Camões está em condições de ser integrado na actual biblioteca, reinstitucionalizando-a, pois, ao longo desta investigação, foi possível localizar vários exemplares daquela Biblioteca no Centro de Documentação do Museu Municipal de Lagos, que os conserva de modo disperso, aguardando por catalogação⁷²⁷.

O contacto físico com os seus livros aproxima-nos do perfil dos leitores doadores, permitindo aclarar a própria história dos livros e a memória do espaço. Destacamos o exemplar de *Poems*, de Henry Abbey, editado por D. Appleton and Company, Nova York, em 1879. Nele encontramos o carimbo da marca de posse da «Bibliotheca Popular Camões do Município de Lagos» na folha de rosto e, na folha de guarda, a marca pessoal do autor, com a seguinte dedicatória: «For the Camoens Memorial Library at Lagos, Portugal. Presented by Henry Abbey, Dec. 21. 1880.» (v. *Figura IV.10 Aspecto de Poems by Henry Abbey, com dedicatória do autor*).

Desconhece-se o contexto que originou a vinda do poeta à cidade de Lagos e as suas relações locais, mas a sua dedicatória levanta a possibilidade de ter sido o doador

⁷²⁵ «(6) Cópia do edital convidando os habitantes desta cidade a iluminarem as fachadas de suas habitações». In *Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880*.

⁷²⁶ Os livros oficiais da criação da Biblioteca Popular Camões estão depositados nas instalações da actual Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas, ainda que pertençam ao fundo do Arquivo Municipal de Lagos.

⁷²⁷ Não podemos garantir que se trata do espólio integral, uma vez que a biblioteca que compõe o Centro de Documentação teve origem em várias recolhas e ofertas ao Dr. José Formosinho, primeiro director do Museu Municipal, e não está ainda catalogada.

da restante literatura norte-americana, que singularizou este acervo «popular», mais representativo da qualidade dos leitores-promotores do que dos leitores-destinatários.

IV.3.c Biblioteca Popular de Vila Real de Santo António

Os vestígios materiais da biblioteca popular de Vila Real de Santo António são os mais frágeis deste conjunto de três bibliotecas criadas no Algarve, não sendo possível reconstituir presentemente a sua história e determinar o papel desempenhado no fomento da leitura pública. O que se sabe, através da notícia dada por D. António da Costa, exhibe o empenho do seu promotor em concretizar aquele que tornara-se um desígnio nacional:

Fundou tambem uma bibliotheca popular em Villa Real de Santo Antonio o benemerito Bartholomeu [Augusto] Pessanha de Mendonça, e escrevia-me estas palavras que honram o seu pensamento: «Não poucos dissabores me tem custado. Faltam-me os recursos, mas Deus, que é justo, quis que eu vencesse, e venci. O dia em que tenha podido completar esta obra, sinceramente confesso que será o mais feliz da minha vida.»⁷²⁸

As pesquisas no arquivo local e na biblioteca municipal foram infrutíferas. Confirmou-se, no entanto, o declínio desta instituição de leitura pública que, à semelhança das restantes, não sobreviveu. A actual biblioteca municipal é de criação recente e tal como aconteceu em Monchique, a biblioteca fixa n.º 7 da Fundação Calouste Gulbenkian, criada em 1960 em Vila Real de Santo António, foi cedida à Câmara Municipal em 2002, resultando daí a actual Biblioteca Municipal Vicente Campinas, cuja recente estrutura foi inaugurada a 15 de Setembro de 2009⁷²⁹.

As causas do abandono deste modelo bibliotecário terão sido várias e são de previsível diagnóstico, atendendo aos perfis que encontramos: a desadequação entre as infra-estruturas e um público leitor adulto com limitações ao nível do acesso e dos períodos de frequência; a incapacidade de renovação dos fundos; a falta de políticas culturais locais que garantissem a manutenção e o melhoramento dos espaços e dos fundos bibliográficos são motivos plausíveis. Todavia, não encontramos testemunhos documentais que esclarecessem, em rigor, as razões que levaram estas bibliotecas a sucumbir, principalmente, atendendo ao facto de a legislação da República as ter assumido en-

⁷²⁸ COSTA, D. Antonio da – *Auroras da instrução pela iniciativa particular*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884, p. 437.

⁷²⁹ Estas informações foram prestadas pela coordenadora da biblioteca, Sr.ª Dr.ª Assunção Constantino, a quem agradeço a prestimosa colaboração.

quanto «bibliotecas públicas», independentemente do enquadramento público ou privado que lhes dera origem⁷³⁰.

No que concerne às sociedades de iniciativa puramente particular, os resultados foram diferenciados, com repercussões na dinâmica de circulação e consumo do material impresso. Ao contrário de contextos mais urbanos e povoados, como Lisboa ou o Porto, onde a comercialização denota a procura activa, na periferia, o baixo e tardio desenvolvimento comercial relacionado com o impresso⁷³¹, deve ser ponderado em articulação com o movimento associativo, apto a pôr em comum o acesso diário à cultura impressa mais apetecida. A interpretação que se fizer da oferta e da procura comercial disponível deverá ter em conta estoutra realidade.

O alargamento do mercado literário local passou, com efeito, pelo desenvolvimento de diferentes tipos de sociabilidade, que tiveram o impresso, se não como razão de existir, como uma das suas fontes de alimentação. As sociedades de instrução e recreio foram instituições importantes para a proliferação geográfica e social da cultura impressa e para a introdução, ou consolidação, de hábitos de leitura, com a regularidade própria da contemporaneidade, ao dia.

Ao expandir a oferta deste objecto cultural a novos grupos de leitores – operários, profissionais não qualificados, crianças, – o impresso alimentou distintos círculos de sociabilidade que, no conjunto, representam a emergência de um público-leitor diversificado tanto social como literariamente. Através da solidariedade associativa, este novo público-leitor introduziu-se no ainda assim reduzido número dos que eram capazes e podiam aceder ao mercado literário, expandindo-o e adoptando hábitos culturais de leitura, outrora confinados ao escol letrado. Passou pelas sociedades de instrução e re-

⁷³⁰ Por decreto de 18.3.1911, a República assumiu como bibliotecas públicas as várias tipologias existentes, independentemente da origem pública ou particular dos seus promotores, ficando sob sua tutela as seguintes: «As Bibliotecas Eruditas são aquelas que, pelo carácter do seu depósito bibliográfico, se prestam ao desenvolvimento da cultura científica, literária e artística ou se apresentam como excelentes repositórios de obras e documentos históricos.

As Bibliotecas Populares são aquelas que reúnem os livros e publicações necessários à instrução do povo, à rápida informação e ao entretenimento.

As Bibliotecas Móveis são aquelas que utilizam manuais, resumos compêndios, pequenas enciclopédias e, no geral, todas as obras de vulgarização e distração.» Artigos 3.º a 5.º

Esta problemática é explorada em MELO, Daniel – «As bibliotecas municipais e as bibliotecas populares». In *A leitura pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, p. 87-124.

⁷³¹ V. MENDONÇA, Artur Barracosa – «A produção de livros numa região periférica: o Algarve nas primeiras décadas do século XX». In PITA, António Pedro e TRINDADE, Luís, coords. – *Transformações estruturais do campo cultural português*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. CEIS20, 2009, p. 163-181.

creio e também pelas bibliotecas populares parte do processo de familiarização com o impresso, permitindo àqueles que não tendo necessariamente relação com os livros, biblioteca própria, ou sequer integravam o número de alfabetizados, a sua utilização frequente. O Centro União de Lagos foi neste sentido exemplar: admitia sócios analfabetos na condição de frequentarem o curso nocturno, a biblioteca e o gabinete de leitura. Estas instituições organizaram, portanto, uma actividade intelectual que amparou o frágil circuito letrado da periferia⁷³² e que traçou novos horizontes culturais às classes laboriosas como revelou o requerimento dirigido à Câmara Municipal de Faro, reclamando a sua abertura da sua biblioteca municipal, sem exclusivo, ao público.

⁷³² A vulgarização destes espaços não passou ao lado da irónica pena de Manuel Teixeira Gomes, que ao caricaturizar as reuniões que aí tinham lugar, deu testemunho da adesão a esta forma de sociabilidade:

«Os grémios familiares da província!

Veja o leitor se não tenho razão para levantar o conceito que merecem essas instituições: no decorrer de uma só noite revelou-se a mais engenhosa hipótese para a origem do nome divino de Shakespeare, e ouviu-se disreitar um confesso discípulo do Nietzsche, filósofo ao tempo totalmente desconhecido em terras lusitanas.» In GOMES, Manuel Teixeira – *Carnaval Literário* (2.^a Parte de Miscelânea). 3.^a ed. Prefácio de Urbano Tavares Rodrigues e notas de Urbano Tavares Rodrigues, Helena Carvalhão Buescu e Vítor Wladimiro Ferreira. Lisboa: Bertrand Editora / Instituto Português do Livro, 1993, p. 93.

PARTE II

DE LEITORES A ESCRITORES

A maior vulgarização da imprensa, que já havia servido às letras clássicas, veio favorecer também as letras amenas e a instituição do jornalismo lançou o mais valioso cimento nos alicerces da Figura popular. [...]

Não tardou que o comércio, esse gigante de cem braços e de cem olhos, se não apoderasse de nova mercadoria, que tão prometedora vinha de abundantes lucros, e não desse largo desenvolvimento ao mercado literário, com grande vantagem para os autores e para o público. Desde então o editor tornou-se um negociante inteligente, que caminhava a passos largos para a opulência e não um visionário absurdo e ambicioso, a pretender, como os antigo alquímicos, extrair oiro do mais vil dos simples – a literatura, conforme no nosso país ainda é considerado.

Portugal viu toda esta grande faina lá por fora e não se comoveu demasiado: andava a braços com mais temerosas lutas, que lhe não deixavam ensejo sequer para pensar em tais futilidades! [...]

O seu acordar para as coisas literárias foi de ontem apenas. Conhecemo-lo todos. Estremunhado ainda e rabugento lá vai dando os primeiros passos que não prometem, pela morosidade, levá-lo muito longe.

“Temos o autor, temos o editor, falta-nos criar o leitor”, disse, há pouco, o sr. Castilho, autoridade competentíssima (quando quer julgar com justiça) em coisas de literatura.⁷³³

Efectivamente vai travada uma luta a todo o transe entre os produtores e consumidores da mercadoria literária. Aqueles a facilitarem por todos os modos a procura, estes a menosprezarem sempre a oferta. Os autores a fazerem milagres de barateza na venda dos seus manuscritos, os editores a baratearem o mais possível o preço das suas publicações, e o leitor, na sua ferrenha tenacidade de não ler, ou antes de não comprar porque, ainda dos poucos que lêem, grande parte só por empréstimo adquire os livros!⁷³⁴

⁷³³ C.B., «As letras e os literatos: considerações da actualidade». *O Panorama: semanário de literatura e instrução*. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa, 5.^a série, vol. XVII, n.º 41, 1867, p. 328-329.

⁷³⁴ C.B., «As letras e os literatos: considerações da actualidade (continuado da pág. 329)». *O Panorama: semanário de literatura e instrução*. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa, 5.^a série, vol. XVII, n.º 42, 1867, p. 333.

CAPÍTULO V A EDIÇÃO: COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Nos dias de hoje, são raros os encontros de escritores realizados na periferia onde não se aluda, em jeito de queixume ou de contestação, à concentração editorial localizada na cidade de Lisboa. Contudo, essa centralização não é uma novidade. Durante mais de três séculos (XV-XVIII), a cidade constituiu o pólo mais activo na geografia editorial portuguesa, como pudemos comprovar neste trabalho, por exemplo, aquando da análise aos livros conventuais, onde essa tendência é clara⁷³⁵.

De facto, até Oitocentos existiram em Portugal cinco capitais de produção do impresso – Lisboa, Évora, Coimbra, Porto e Braga – que abasteceram o mercado nacional, através de práticas comerciais e outras modalidades de circulação dos livros. Do ponto de vista da produção, não houve, até ao século XIX, uma distribuição de estruturas físicas, técnicas e humanas que viabilizassem um sistema global. É, pois, historicamente recente a disseminação geográfica da indústria tipográfica, promovendo a participação local no espaço público desenhado pela imprensa. Não se trata, todavia, de uma particularidade portuguesa, como evidenciam os estudos publicados no volume colectivo *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*⁷³⁶.

Como foi reiteradamente demonstrado na primeira parte deste trabalho, a inexistência da tecnologia no espaço periférico não invalidou o acesso ao material impresso, que, sob diferentes modalidades, chegou às mãos, ouvidos e olhos dos leitores. Em seguida, particularizamos os mecanismos e os agentes que mantiveram activos os canais de circulação do impresso, consolidando o mercado literário nacional.

V.1 O comércio do impresso

*Vinde ao Malhão,
Que é barateiro,
Vende bons generos
Por pouco dinheiro,
Sem que seja livreiro
Vende livros baratos,
E bom mata-rátos (vinho)
A oito vintens,*

⁷³⁵ No caso da livraria do Convento de Santo António dos Capuchos, Lisboa está representada com 81,28% dos tomos, seguida por Coimbra (13,93%), Évora (3,88%), Porto (0,68%) e Braga (0,23%). No caso da livraria do Hospício, Lisboa representa 93,89% da produção de tomos nacionais, seguida por Coimbra (5,09%), por Évora (2,04%), por Porto (0,76%) e por Braga (0,25%).

É abundante a bibliografia portuguesa para este período, como pode verificar-se em CURTO, Diogo Ramada, coord. – *Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

⁷³⁶ MICHON, Jacques e MOLLIER, Jean-Yves, dir. – *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Paris: L'Harmattan / Les Presses de l'Université Laval, 2001.

*Tambem compra pelles
De gatos ou cães.*

Letreiro à porta de uma taberna na rua dos Bacalhoeiros, em Lisboa, 1864⁷³⁷.

A diversificação e ampliação do mercado literário verificado a partir de meados de Setecentos obrigaram à diversificação das estratégias de publicidade e à diversificação dos espaços comerciais e modalidades de circulação a que devemos prestar atenção. Neste sentido, Francisco Gama Caeiro apontou diversos caminhos por onde seguir:

[...] da comercialização; do transporte terrestre e marítimo; das rotas europeias para os livros importados e revendidos; dos itinerários e formas de transporte para os livros distribuídos no País, a partir do grande entreposto que era Lisboa, e dos que seguiam para o Brasil; do livreiro-viajante que visita os clientes da província e contacta no estrangeiro os seus fornecedores, ou por estes é contactado; dos esquemas de censura, vistorias, licenciamento e despacho alfandegário; a fiscalidade, com os casos de dupla tributação para o Brasil (depois de 1822); de obras que entravam clandestinamente no Reino; das edições falsas; do sequestro dos livros; do seguro livreiro; das formas de pagamento, em conta firme e à consignação, em metal e papel-moeda; das condições de liquidez das empresas nacionais concorrentes e os prazos para desconto de letras; da intervenção de financeiros nesses movimentos [...].⁷³⁸

No caso concreto dos livreiros, estes passaram a tratar com públicos social e geograficamente heterogéneos, constituindo a imprensa periódica, os catálogos bibliográficos⁷³⁹, as feiras e as lotarias de lotes de livros⁷⁴⁰, canais privilegiados para o comércio, satisfazendo por novas vias a apetência de uma procura mais ampla⁷⁴¹.

⁷³⁷ *Miscellanea historico-politica e litteraria. Registo de Papeis Curiosos, concernentes á Historia Antiga e Moderna*. Acessível em BNP, cód. 8058 (F2870), fl. 155v.

⁷³⁸ In CAEIRO, Francisco da Gama – *Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de Setecentos e no primeiro quartel do século XIX*. Separata do *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, vol. 35, 1980, p. 158.

⁷³⁹ De acordo com Manuela D. Domingos terá sido José Reycend um dos primeiros livreiros a utilizar o catálogo como forma de publicitação, como pode ler-se no trabalho da historiadora: «[...] José Reycend é talvez o primeiro – ou dos primeiros... – a ter um catálogo impresso – 1741 – que, sem dúvida, atesta a sua posição no negócio: cerca de mil obras latinas, de Teologia, Filosofia, Jurisprudência, Medicina e Cirurgia e um pequeno número de obras portuguesas, espanholas e italianas.» In DOMINGOS, Manuela D. – «Os catálogos de livreiros como fontes da História do Livro: o caso dos Reycend». *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, Jan.-Jun./1989, S.2, n.º 1, p. 86.

⁷⁴⁰ O comércio do livro através destas modalidades e em espaços semi-urbanos ou rurais é explorado por ALVES, José Augusto dos Santos – «Os livreiros Rolland na feira de S. João em Évora: um rol de 1792». *Revista Portuguesa de História do Livro*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 2000-2001, ano IV, n.º 7, p. 9-23.

⁷⁴¹ Além dos já citados, veja-se neste domínio os trabalhos de: LOUREIRO, José Pinto – «Livreiros e livrarias de Coimbra do séc. XVI ao séc. XX». *Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*. 1954, p. 69-171; GAMA, Ângela Barcelos da – «Livreiros, editores e impressores em Coimbra em Lisboa no séc. XVIII». *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, ano 13, n.º 49-52, 1967; CAEIRO, Francisco da Gama – *Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX*. Separata do *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, Vol. 35, 1980, p. 139-168; MEIRELES, Maria Adelaide – «A actividade livreira no Porto no séc. XVIII (contribuição para o seu estudo)». *Revista de história*. Porto, 1981. Vol IV. GUEDES, Fernando – *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história (séculos XVIII-XIX)*. Lisboa: Verbo, 1987; LISBOA, João Luís – *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro

A evolução favorável do comércio do livro permitiu inclusivamente a especialização bibliográfica de livreiros e de editores, os quais exerceram um papel determinante nos sistemas de comunicação literária nacionais e internacionais através da publicação dos seus catálogos bibliográficos⁷⁴², reorganizando as relações entre autor, obra, editor e crítica, como observou, a este propósito, Gérard Genette:

Cette relation particulière du titre à l'éditeur a d'ailleurs sa manifestation et son emblème dans un objet – un livre –: le *catalogue*. Un catalogue, c'est un recueil de titres, attribués, comme il convient, non à un auteur, mais à un éditeur. Celui-ci, et non l'auteur, peut dire «ce livre est», ou «n'est pas», ou (terrible!) «n'est plus à mon catalogue».⁷⁴³

Instrumentos de promoção profissional, de publicidade, de circulação de autores e de obras, os catálogos permitiram a aproximação dos livreiros aos leitores e vice-versa. E, além dos anúncios directos às publicações, os catálogos tornaram-se objecto de publicitação, como pode ler-se neste anúncio da Livraria Nacional de Joaquim José Bordalo na imprensa periódica do Algarve:

Neste estabelecimento se acha à venda um variado sortimento de Livros de Missa e Semana Santa, Livros de classicos, de estudos, Romances, Dramas, Comedias, Scenas Comicas, Albuns, retratos photographicos para meter nos mesmos, vistas, Carteiros de Lembranças, Estojos para desenho &c. **Dá-se cinco Catalogos (gratis) que contem os titulos das obras que se vendem neste estabelecimento e preços**, bem como dos mais objectos. Remetem-se os catalogos a quem enviar um sello de 25 reis, á loja acima.⁷⁴⁴

Na periferia, entre as modalidades formais de comércio livreiro, há a considerar a existência das agências ou sucursais locais, que não exigiam exclusividade profissional ou loja aberta. Tratava-se de uma intermediação com acesso continuado ao comércio do livro, sem riscos comerciais para o agente. A integração do livro em casas de comércio não especializado, como a que citámos em epígrafe, são exemplo da amplitude dos espaços que intervieram no comércio e na mundanização do livro, representando diferentes estádios de formalização da actividade.

de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992; DOMINGOS, Manuela D. – *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000; CURTO, Diogo Ramada *et al.* – *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

⁷⁴² Um exemplo da importância dos catálogos na regulação dos diferentes sistemas literários, pode ler-se em PALMA, Patrícia de Jesus – «The brazilian book market in Portugal in the second half of the nineteenth century and the paradigm change in luso-brazilian cultural relations». In SILVA, Ana Cláudia Suriani da e VASCONCELOS, Sandra Guardini (eds.) – *Books and Periodicals in Brazil 1768-1930: a Transatlantic Perspective*. Studies in Hispanic and Lusophone Cultures, 9, London: Modern Humanities Research Association and Maney Publishing / Legenda, 2014, p. 215-229.

⁷⁴³ GENETTE, Gérard – «Les titres». In *Seuils*, Paris, Collection Poétique Seuil, 1987, p. 71. Sobre este assunto veja-se também BOURDIEU, Pierre – *As regras da arte: génese e estrutura do campo literário*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1996 [1992], p. 198-204.

⁷⁴⁴ Subls. meus. *Echo do Algarve*. Lagos, n.º 15, 13.12.1869.

Não obstante, também neste domínio os estudos têm apontado a irrelevante actividade no Sul do país. Francisco da Gama Caeiro concluiu:

Gera-se uma rede expansiva de contactos, resultante duma actividade que se exerce directamente entre os livreiros, ou entre Rolland e comerciantes de grosso trato do Porto, Guimarães e Rio de Janeiro, os quais adquirem quantidades de livros que, por sua vez, revendem a terceiros, ou, ainda com negociantes de menor envergadura, no caso de Évora e Elvas.

Por contraste negativo, é de notar a ausência de qualquer vestígio de relações livreiras, neste espaço de meio século com o Sul do Alentejo e Algarve, bem como Trás-os-Montes.⁷⁴⁵

Não fosse o conhecimento seguro sobre a acção cultural de D. Manuel do Cenáculo em Beja (1777-1802), donde estabeleceu intensa rede de relações epistolares com livreiros, agentes e intermediários do livro e com quase todos os homens de letras do seu tempo e confirmar-se-ia esta asserção⁷⁴⁶.

No que ao Algarve diz respeito, há, antes de mais, que reconsiderar a sobrevalorização do meio de transporte ferroviário. É certo que o comboio facilitou as ligações entre o Algarve e as demais regiões, mas não as inaugurou. Já aludimos ao intenso trânsito marítimo que esteve activo até ao século XX, inclusivé depois do pleno funcionamento da linha ferroviária, tendo aquele continuado a merecer a preferência dos viajantes e a solução mais segura e eficaz para o transporte de mercadorias.

Entre estas mercadorias, transitaram os livros comercializados, oferecidos, ou bibliotecas completas. Entre 1769 e 1828, localizámos no Arquivo Nacional Torre do Tombo licenças para trinta e três transportes por via marítima, com um total de aproximadamente mil oitocentos e vinte títulos em circulação. Na origem dos transportes estão as deslocações dos proprietários (vinte e cinco casos), as remessas institucionais (seis casos), os envios feitos por intermediários (um caso) e o comércio (um caso).

Tendo como principal local de embarque Lisboa, os livros destinavam-se a Faro (4), Tavira (3), Lagos (2), Silves (1), Castro Marim (1) e Alcoutim (1), tendo 4 transportes apenas indicado o Algarve, sem especificar a localidade. Outros trânsitos registaram-se de Coimbra para Faro (1), do Porto para Tavira (1), de Montemor-o-Velho para Lagos (1), de Setúbal para Tavira e, em sentido contrário, de Vila Nova de Portimão (1) para o Porto e do Algarve (l.n.i.) para Lisboa (1).

⁷⁴⁵ In CAEIRO – *Op. cit.*, p. 158.

⁷⁴⁶ Cf. VAZ, Francisco, coord. – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: repertório de correspondências, róis de livros e doações a bibliotecas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2009.

O perfil socioprofissional dos que embarcaram os livros não é surpreendente para este período, estando em maioria os indivíduos pertencentes à classe clerical, como se observa no *Quadro V.1 Distribuição profissional dos indivíduos que pediram licença de transporte de livros e respectivas quantidades de livros transportados, 1769-1828*.

Se estas movimentações têm a vantagem de incluir o Algarve na geografia cultural do país, atestando a presença e a utilidade do livro (não esqueçamos o dispêndio financeiro envolvido), a existência de um mercado local do livro com algum dinamismo torna-se irrefutável pela comprovada actividade profissional de dois livreiros com loja aberta em 1787, situados um na cidade de Faro e outro na cidade de Tavira⁷⁴⁷. Apesar das notícias a este respeito serem muito exíguas, sabemos que, no ano de 1803, o livreiro António José dinamizava o comércio do livro na cidade de Faro⁷⁴⁸.

Os tempos próximos não foram prósperos para a actividade económica, cuja manutenção foi sustentada por via da correspondência, dos agentes ou correspondentes, e pelo crescimento da imprensa periódica, que permitiu aos livreiros, através da publicidade, alcançar virtualmente um público muito mais vasto do que qualquer estrutura física local. Com efeito, como demonstrámos no capítulo IV, dedicado às estruturas de sociabilidade, aproximando-nos de leitores reais como os do Gabinete de Leitura de Loulé, a ausência de livrarias, na sua dimensão formal, não impediu o desenvolvimento de espaços ligados ao impresso e à diversificação das práticas sociais de leitura.

A imprensa periódica é uma fonte privilegiada para captar as diferentes modalidades de venda de impressos e as suas ramificações. A imagem que aí se capta é a da heterogeneidade, que permitiu a disseminação não especializada e espelha o alargamento do público-leitor potencial. Nestas modalidades, há a contemplar **os correspondentes ou agentes de livrarias e de empresas jornalísticas**, a integração desta mercadoria no **comércio indiferenciado**, ou em **ramos contíguos**, como os casos das oficinas tipográficas, e ainda o **comércio informal** em casas particulares.

Atendo-se ao comércio do livro no Algarve, na primeira metade do século XX, Artur Barracosa Mendonça concluiu:

⁷⁴⁷ V. VASCONCELOS – *Mappa geral...*

⁷⁴⁸ A alusão ao livreiro é registada em SANCHO, Emanuel Andrade C. – «Inventário do Casal do Ilustríssimo Senhor Fernando José de Seabra Netto». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, vol. XXVI, p. 63-64.

No Algarve, as livrarias eram raridades no período em análise, no entanto a venda de livros, fascículos e jornais fazia-se em locais como as *Havanezas*, os bazares, os quiosques, as tabacarias, entre outros.⁷⁴⁹

Ao evidenciar a exiguidade de um comércio formalizado e profissionalizado à semelhança do que caracteriza os grandes centros, o autor revela a existência de outras tipologias de espaços de comércio, ao nível da rua, do trânsito quotidiano, por onde o impresso prolifera e cuja linha de continuidade alcança-se em Oitocentos. Estes espaços têm a vantagem de, na verdade, evidenciar o alargamento da partilha social da cultura impressa. Entre os espaços consagrados da cultura letrada, tais como as bibliotecas setecentistas dos conventos, do Seminário, as bibliotecas particulares, mais ou menos especializadas, e a instalação de livrarias em sentido restrito, desenvolveu-se um novo universo de leitores, social, financeira e literariamente diferenciado que as bases institucionais da cultura erudita já não continham ou definiam⁷⁵⁰. São novos espaços do impresso, com oferta de géneros e formatos variados, que assinalam a consolidação, ou mesmo a banalização, do consumo do impresso, assim acessível, comprável, irradiando a cultura escrita muito para lá dos muros das cidadelas da erudição.

Esta expansão foi apoiada pela melhoria e regularização dos serviços de comunicações, tais como transportes e correios. A 2 de Junho de 1853, iniciaram-se as carreiras de navegação a vapor em acumulação com as embarcações ligeiras, os caíques e os iates, aumentando não só o trânsito, mas também a regularidade, a segurança e a rapidez da viagem entre os portos do Algarve e de Lisboa que, então, se podia alcançar em 24 horas, facilitando o trânsito de correspondências, de mercadorias e de pessoas. Neste ano, passou a ser expedida diariamente a correspondência oficial de Lisboa para Faro e Loulé, denotando uma maior intensidade nas interações entre as estruturas

⁷⁴⁹ MENDONÇA, Artur Barracosa – «A produção de livros numa região periférica: o Algarve nas primeiras décadas do século XX». In PITA, António Pedro e TRINDADE, Luís, coords. – *Transformações estruturais do campo cultural português, 1900-1950*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, 2008, p. 167.

⁷⁵⁰ Este fenómeno não foi exclusivo da periferia, como explicou João L. Lisboa: «Lisboa é o centro da edição e da venda do impresso, mesmo para as publicações cuja principal finalidade seja a leitura em pequenos centros rurais. Nesta grande cidade, o livro tem vários meios de propagação, e a existência de muitos livreiros não inibe a venda por parte de outros agentes. O livro aparece nas lojas próprias, muitas delas com uma antiga tradição, mas pode ser vendido em casa do autor, na do tipógrafo, na portaria de um convento ou nas cordas dos vendedores ambulantes, a famosa literatura do «barbantes» [...] Claro que um tal vendedor não vende habitualmente o mesmo tipo de livros das livrarias requintadas.». In LISBOA, João Luís – *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992, p. 47.

centrais e regionais, a que a conclusão da linha telegráfica, na década de 50, entre Lisboa e o Algarve deu também maior impulso⁷⁵¹.

No ano de 1877, o Algarve detinha já uma rede de correios densa, pondo em correspondência a administração central, situada em Faro, as várias direcções de correio instaladas em Alcoutim, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Tavira, São Brás de Alportel, Olhão, Loulé, Albufeira, Silves, Lagoa, Vila Nova de Portimão e Lagos, e ainda as delegações que serviam as localidades mais pequenas como Vila do Bispo, Ferragudo, Monchique, Alcantarilha, Algoz, São Bartolomeu de Messines, Fuzeta ou Estoi⁷⁵². Entretanto, os portes de correio sobre as publicações literárias e os jornais foram revistos, facilitando a sua circulação. A Lei de 1.7.1848 isentou de portes as publicações literárias e diminuiu o valor das políticas, tendo a Lei de 15.2.1876 reduzido o valor dos portes relativos a jornais⁷⁵³. A densidade, regularidade e segurança destes meios de comunicação foram condição *sine qua non* para a interacção regular e a distribuição eficaz de publicações.

Analizamos, de seguida, as modalidades de venda que fizeram emergir na geografia portuguesa redes comerciais capazes de alcançar diferentes matizes culturais.

V.1.a Os correspondentes

Correspondentes, ou também designados agentes, eram os intermediários locais tanto de livrarias, quanto de empresas jornalísticas, auferindo valores sobre as percentagens de venda ou descontos especiais nas compras. Ocupavam-se das encomendas, de subscrição de assinaturas, das cobranças e de quaisquer correspondências com a casa-mãe.

⁷⁵¹ A linha telegráfica entre Lisboa e Tavira foi concluída em Julho de 1858. Sobre este assunto v. *Livro de Correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores*. [Ms.] 1856-1858. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 127, fl. 267.

⁷⁵² SANTOS, Luís Filipe – *Os acessos a Faro e aos concelhos limitrofes na segunda metade do séc. XIX*. Faro: Câmara Municipal, 1995, p. 179-180.

⁷⁵³ V. TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 196.

Neste processo foram intervenientes activos a Liga ou Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, que propôs um conjunto de medidas referentes aos serviços de correio que redundariam em claras vantagens para a circulação das publicações, em território nacional e internacional (v. RIBEIRO, vol. VIII, p. 51-54, que cita excertos dos pareceres). A interdependência entre a regulação dos serviços postais e o desenvolvimento dos hábitos de leitura é aclarado no intróito do parecer lido por Rebelo da Silva: «O nosso país sobretudo necessita de se instruir – é a máxima reforma de que depende – e esta não se há-de operar só pelas prescrições legais, mas pela facilidade de distribuir ao maior número possível de leitores o ensino quotidiano da Imprensa, criando o gosto da leitura por via dos jornais literários e o hábito da reflexão sobre as opiniões a negócios pelo meio das folhas políticas. As escolas só não bastam. Tudo está em ligar a um centro os diversos caminhos por onde a instrução se pode derramar, alargando a sua esfera.», *apud* TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 195 (este excerto não é apresentado por RIBEIRO, que só transcreveu as conclusões das comissões.)

Uma das mais densas redes de correspondentes pertenceu à Casa Editora Corazzi, que Manuela D. Domingos estudou, esclarecendo qual o tipo de vínculo comercial existente. É a Editora quem define o conceito:

Consideramos *Correspondentes*, em qualquer localidade, todas as pessoas que se responsabilizam por um certo número de assinaturas de cuja distribuição se encarreguem e dêem a esta Casa garantia da sua boa vontade, honradez e zelo.⁷⁵⁴

Manuela Domingos clarificou que as comissões nas vendas correspondiam a 15%, ou seguiam as indicações dos prospectos, e adianta outras informações que evidenciam o grau de profissionalismo mantido nestas interações comerciais:

Anuncia-se ainda um “Boletim de Novidades”, a publicar trimestralmente, pelo menos, para mantê-los ao corrente das últimas publicações e fornecer-lhes folhas para requisição de obras. Estabelecem-se, ainda apertados prazos para liquidar contas, conferir percentagens, etc., assim como para suspender remessas de publicações. Quer dizer que são muito mais que angariadores de assinaturas de publicações para pagar a sua própria – podiam encarregar-se de vender obras de outras editoras. A relação entre correspondentes e depósito é verdadeiramente profissional – mais, com rasgos de profissionalismo certamente inovadores, pela rapidez de respostas exigidas, tão dificilmente conciliáveis com o funcionamento de correios e transportes.⁷⁵⁵

Em 1884, a Editora Corazzi dispunha de 217 correspondentes, oito dos quais no Algarve, distribuídos por Albufeira, Alcoutim, Alte, Faro, Loulé, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António.

Para o desempenho das funções, o fundamental era que se tratasse de alguém facilmente identificável pela comunidade local e com facilidade de acesso aos principais meios de comunicação (correio e transportes). Era alguém integrado numa rede social densa e que desempenhava a função de agente de comunicação, originando, por vezes, a acumulação de representações comerciais.

Um inquérito à imprensa regional, publicada entre 1868 e 1880, permitiu identificar alguns exemplos de livrarias que se socorreram dos agentes locais. Em Lagos, a «Livraria Encyclopedia de Lisboa» estabeleceu parceria comercial com António Augusto Lobo de Miranda, proprietário e comerciante, cerca de 1869. A variedade de oferta de publicações em português e francês, a acessibilidade de preços e a brevidade no serviço foram os atributos publicitados:

Agencia da Livraria Encyclopedia de Lisboa, em Lagos

A. A. Lobo de Miranda agente da dita Livraria, encarrega-se de mandar vir da mesma quaesquer obras litterarias ou scientificas quer francezas ou nacionaes, bem como quaesquer objectos para escriptorio ou desenho, albuns, photographias, estampas,

⁷⁵⁴ Catálogo da Casa Editora D. Corazzi, 1884. *Apud* DOMIGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do séc. XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância, 1985, p. 66.

⁷⁵⁵ DOMINGOS – *Op. cit.*, p. 66.

passé-partous, mappas geographicos, assim como tambem n'ella se assigna para todos os jornaes portuguezes ou francezes. Os preços por que a dita «livraria» fornece os seus artigos são os mais commodos possiveis, o que convida aos que d'elles pretenderem, as suas encomendas, que serão effectuadas com a maior brevidade.⁷⁵⁶

Em 1874, a livraria Lucas & Filho – Editores, situada na Rua dos Calafates, em Lisboa, possuía vinte e dois correspondentes distribuídos pelo continente, Madeira, Faial, São Miguel, Angra, Luanda, Goa, Rio de Janeiro, Resende (província do Rio de Janeiro), Maranhão e Baía, estando cinco deles situados no Algarve, em Lagos (Francisco de Paula Corrêa Viegas), Silves (Alberto Ferreira Pinto Bastos), Faro (José Veríssimo Junior) e Tavira (Herculano da Fonseca e Sá e Jordão José Cansado), por onde distribuíam os volumes da colecção «Educação Popular: Encyclopédia Instructiva e Amena dedicada á Mocidade Estudiosa de Portugal e Brazil com a collaboração dos principaes homens de letras», dirigida por Manuel Pinheiro Chagas⁷⁵⁷.

Em 1875, a «Empreza Editora Bibliotheca Contemporanea» de João Campos Silva, situada na rua Formosa, 17, 1.º, Lisboa, tinha como correspondentes António Pedro Correia Belles em Faro, Jordão José Cansado em Tavira, Francisco de Paula Correia Viegas em Lagos e Francisco Thadeu d'Almeida em Silves⁷⁵⁸. Em 1877, tinha agente também em Olhão: António Augusto Xavier de Lima, Junior⁷⁵⁹. Dedicava-se principalmente à edição de romances espanhóis, que ilustrava, distribuídos em fascículos. O crédito literário era assegurado pela equipa de tradutores – Cândido de Magalhães, Luciano Cordeiro; prefaciadores: Júlio César Machado; ilustradores: Manuel Macedo, Emílio Pimentel, Rafael Bordalo Pinheiro; e gravadores: Alberto.

Em 1876, a «Empresa Empreza Litteraria de Lisboa – Edições Illustradas» tinha na rua da Atafona, n.º 2, em Faro, o seu correspondente regional, Ignacio de Gouveia Leite⁷⁶⁰.

E, em 1880, João Frederico Tavares Belo, que se dedicava ao negócio tipográfico na cidade de Faro, anunciou-se correspondente da empresa «Serões Romanticos de Belem & C.^a» e da «Livraria de Madame Marie Lallemand». A acumulação de representações foi um expediente comum, como se atesta pela dinâmica criada pelas

⁷⁵⁶ *Echo do Algarve*, Lagos, n.º 22, 31.1.1869. Creio tratar-se da Livraria Encyclopedica de Caetano Simões Afra & C.^a, situada na Rua do Ouro, 112-114, a qual possuía também Gabinete de Leitura Francesa, cujo catálogo deu à estampa no jornal *A Verdade* entre 15.11.1866 e 13.1.1867.

⁷⁵⁷ *Colecção «Educação Popular»*. Lisboa: Lucas & Filho, 1874.

⁷⁵⁸ *Gazeta do Algarve*. Lagos: n.º 72, 3.10.1875. A empresa mantém publicidade regular neste periódico, entre 14.2.1875 a 29.4.1877.

⁷⁵⁹ *Correio do Meio-Dia*: Vila Nova de Portimão, n.º 147, 11.3.1877.

⁷⁶⁰ *O Commercio do Sul*. Faro: n.º 1, 9.8.1876.

empresas jornalísticas, que, por vezes, aproveitaram o canal aberto pela distribuição de um periódico para alargarem a actividade ao negócio da edição de livros.

A intensificação da leitura de periódicos, verificada no segundo quartel do século, criou cedo uma rede de correspondentes locais. *O Panorama: Jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* (1837-68), por exemplo, teve correspondentes em Albufeira (António Joaquim Júdice Samora), Lagos (Francisco Xavier Baptista e Lázaro Francisco B. d’Azevedo Magalhães), Faro (Manuel Monteiro d’Azevedo Penteado), Tavira (João de Paula Corrêa) e Vila Real de Santo António (Primo da Costa Guimarães). No entanto, foi a edição de periódicos especificamente dirigidos à província que apertou a malha de agentes ligados à distribuição e comércio do impresso e através dos quais é possível traçar um perfil⁷⁶¹.

Tomamos como caso exemplificativo *O Algarviense* (5.4.1863-18.12.1864) que, sendo editado em Lisboa, foi o primeiro periódico publicado com regularidade, dirigindo-se ao público do Algarve⁷⁶².

O jornal identificou nominalmente os seus agentes e a profissão de alguns, que reproduzimos no *Quadro V.2 Distribuição geográfica e profissional dos agentes autorizados d’ O Algarviense (1863-1864)*.

À excepção do concelho de Monchique, onde identificámos sete assinantes, todos os concelhos possuíram um «agente autorizado» d’ *O Algarviense*. Neste quadro evidencia-se a importância, já antes sugerida, dos postos de correio. Com efeito, 46% dos agentes estão identificados profissionalmente como «director de correio», apontando para a estreita relação entre o desenvolvimento das condições materiais de comunicações e a intensificação das práticas de leitura e de escrita [v. *Figura V.1 Distribuição geográfica dos agentes autorizados d’ O Algarviense (5.4.1863-18.12.1864)*].

⁷⁶¹ Os dados que se apresentam foram recolhidos na imprensa periódica dirigida ou editada na província, com especial incidência entre a década de 1860 e 1880. Não se trata, por isso, de uma colheita exaustiva que tome em consideração uma diversidade de fontes documentais. A amostra permite, ainda assim, exemplificar a disseminação geográfica, a diversificação dos géneros tipográficos propostos e as diferentes necessidades de consumo que implicitamente estes sugerem.

⁷⁶² Teve periodicidade semanal no primeiro semestre (domingos), depois bi-semanal (quartas e sábados), publicando-se um total de 126 números. Foi impresso na Typographia Universal, rua dos Calafates, 110, Lisboa, que viria, a 1 de Janeiro de 1865, a ser também a casa do *Diário de Notícias*. Foi impresso em bom papel e teve boa apresentação gráfica, dividindo as diversas secções por título. O seu proprietário e redactor principal foi J.[osé] I. B.[orges] Romeira Pacheco.

A existência do posto de correio é, assim, um sinal evidente do aumento da intensidade das comunicações escritas, mas é também um importante mediador do mercado literário⁷⁶³, cuja relevância aumenta à medida que se afasta dos centros urbanos, onde o número de alfabetizados diminui consideravelmente.

Os agentes ou correspondentes multiplicaram-se no território à medida que a imprensa periódica local despontou e, se é verdade que um mesmo agente podia acumular representações, também é verdade que estes distinguiam-se pela orientação política do periódico. Nesses casos, mais do que um intermediário administrativo do impresso, o agente assumiu simultaneamente a promoção da leitura, a divulgação e a discussão pública das ideias.

Em 1900, o popular *Jornal de Annuncios*, que se fundara na cidade de Tavira em 1883, dava conta da dimensão e densidade das suas interacções:

O *Jornal de Annuncios* tira semanalmente 2000 exemplares, tem extraordinariamente tirado 2250 quando publica anúncios de arrematações da Câmara de Tavira, da Esquadilha Fiscal e da corveta Duque de Palmela, pois importam uma distribuição maior em Tavira e Faro, e 2500 quando publica anúncios de arrematações do Caminho de Ferro do Sul e Sueste, que, além do aumento na distribuição em Faro, importa uma remessa de 200 a 300 jornais para as estações do Caminho de Ferro de Faro para cima, onde não há distribuição do jornal.

Os 2000 exemplares da tiragem ordinária são distribuídos todas as semanas:

200 para Lagos, onde tem edição especial para a publicação dos anúncios oficiais daquela comarca; 100 para Portimão; 50 para Lagoa; 100 para Silves; 50 para Loulé; 30 para Albufeira; 25 para Alcoutim; 25 para Castro Marim; 50 para Vila Real de Santo António; 50 para Olhão; 20 para Aljezur; 20 para Vila do Bispo; 208 para Faro e 300 distribuídos no nosso estabelecimento, total 1228. Os 208 de Faro são 150 dirigidos ao sr. Borba que os manda distribuir, estando essa distribuição ajustada por 5\$200 reis por ano; 20 para a Casa Havaneza; 32 para o 2.º batalhão de infantaria 15 e 6 para o Districto de Reserva n.º 24. Não se incluem pois aqui os jornais que vão directamente pelo correio, para inúmeros cavalheiros daquela cidade.

Além desta distribuição, saem pelo correio de Tavira, devidamente porteados, 580 a 600 jornais, para o que todas as semanas compramos na recebedoria ou correio, 4 cartas de selos de 2 ½ reis, ou sejam 600 selos.

Independentemente destas distribuições, existe ainda uma outra domiciliária, a todas as autoridades militares, civis e eclesiásticas e principais comerciantes e industriais da cidade de Tavira, como sede do jornal.

⁷⁶³ A 8 de Agosto de 1846, a comissão constituída por Rodrigo da Fonseca Magalhães, António de Oliveira Marreca, José Estevão Coelho de Magalhães e Luiz Augusto Rebelo da Silva no âmbito das actividades da Liga ou Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, propôs «encarregar *oficialmente* as administrações dos correios em todos os districtos, de receberem assignaturas para livros, jornaes ou publicações quaesquer». In RIBEIRO – *Historia dos estabelecimentos scientificos...* p. 52. Vol. VIII. Outra comissão propôs ainda «Obrigiar os correios assistentes a estabelecer em cada cabeça de districto e concelho uma loja de livreiro para a venda de impressos portuguezes, mediante uma comissão não excedente a 8 por cento.», *Id.*, p. 53.

O director do correio é uma figura central nas relações sociais de uma comunidade, estando em contacto constante com toda a população, que conhece pelo nome e pela actividade profissional. É o primeiro receptor de notícias e a quem cabe a triagem, nomeadamente, de anúncios sem destinatário identificado. É, por isso, um importante intermediário e divulgador cultural.

Os 600 jornais porteados são para as freguesias rurais, todas as autoridades, principais comerciantes e industriais de Faro e vários cavalheiros de fora da província e ainda para muitas redacções do nosso país, colónias e diversos países estrangeiros. (...).

O excerto evidencia a importância que os agentes e os correios detiveram logicamente no processo de expansão do impresso. Nesta data, *O Jornal de Annuncios* registava 580 a 600 jornais para as freguesias rurais, o que poderia representar um círculo de leitura rural de cerca 3000 pessoas (leitor, auditor, espectador)⁷⁶⁴. Indubitavelmente, a leitura não era, no ocaso do século XIX, um fenómeno exclusivo dos públicos urbanos, ou de grupos culturalmente privilegiados.

V.1.b A venda e o aluguer por anúncio

Ao lado dos contactos intermediados por um rosto conhecido, os editores e os livreiros socorreram-se da imprensa periódica como um canal privilegiado para promover os seus produtos, alargar o seu mercado e tactear diferentes perfis de leitores. A proposta de leitura feita pelo anúncio do jornal revela um horizonte provável de interesses literários, mas simultaneamente reflecte a imagem e as estratégias utilizadas pelo anunciante para ordenar os textos que põe a circular.

A massa de anúncios de editores e livreiros permite desenhar redes de comércio e novas formas de venda utilizadas pelos livreiros mais dinâmicos, cujos anúncios procuram ir ao encontro de gostos e necessidades e contextualizam, por isso, a recepção. De modo a ilustrar esta forma de penetração do comércio e de dar nome às casas que o protagonizaram e aos produtos que puseram em circulação, optámos por seleccionar, a título exemplificativo, o jornal *Correio do Meio-Dia*, publicado em Vila Nova de Portimão entre 24.5.1874 e 13.1.1878 na Tipografia Portimonense. O *Correio do Meio-Dia* corresponde à fase de expansão e estabilidade da imprensa periódica, tendo o jornal conseguido edição semanal contínua durante quase quatro anos. Acresce a existência de colecção completa, o que não é frequente entre as publicações da periferia⁷⁶⁵.

O perfil dos anunciantes listados no *Quadro V.3 O Correio do Meio-Dia e o comércio livreiro* é variado: constam editores em nome individual, proprietários de livrarias, sociedades constituídas para a edição de publicações exclusivas e empresas consti-

⁷⁶⁴ TENGARRINHA – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, p. 150, estima que na década de 1870 um exemplar pudesse atingir «um índice médio mínimo de 4 a 5 leitores».

⁷⁶⁵ Existe igualmente a colecção completa da *Gazeta do Algarve: folha semanal*, editada em Lagos entre 1.1.1873-25.12.1877, que não incluímos nesta amostra apenas por pretendermos aumentar a representação dos locais de publicação dos periódicos utilizados.

tuídas em torno de projectos editoriais específicos, percebendo-se a heterogeneidade que caracteriza ainda a actividade⁷⁶⁶. O que surge como tendência preponderante é a intervenção destes agentes na organização dos textos que publicitam, nomeadamente, através da criação de colecções, que intitulam «bibliotecas», e que consistem em arru-mações diferentes de textos, autores, géneros, formatos e versões (originais, traduções, etc.), prontos a ser servidos aos diferentes grupos de leitores, distribuídos por diferentes geografias, como sugere a designação de uma das colecções: «Bibliotheca Illustrada Luso Brasileira» da Editora Belém & C.^a (n.º 7).

Em alguns casos, esta organização representou a identidade comercial da própria casa, como se verifica em designações como «Empresa Editora “Bibliotheca Contemporânea”» (17.), criando homologias entre o editor, a colecção e o leitor⁷⁶⁷. Os romances, traduzidos ou originais, ilustrados ou em edições baratas, sobressaem como o género literário central das várias colecções editoriais, dando-lhe larga projecção cultural e distinguindo-o enquanto referência de consumo literário.

Nesta demanda por leitores, de que falava Castilho⁷⁶⁸, a venda não foi o único expediente de negócio proposto pelos anunciantes. Neste trânsito nacional, circularam também os livros alugados, que saíam do perímetro local dos gabinetes de leitura da capital para satisfazer o desejo de leitura provincial, como comprova o anúncio do livreiro Aresejas, publicado a 30 de Dezembro de 1875, no *Jornal de Artistas* de Vila Nova de Portimão:

Na livraria de J. J. Rufino Arsejas Rua Augusta 231, Lisboa satisfazem-se quaesquer encomendas de livros, e dá-se gratis o catalogo do gabinete de leitura portugueza da mesma livraria, onde se alugam os melhores romances antigos e

⁷⁶⁶ Sobre a trajetória do estatuto dos profissionais do livro e a autonomização da figura do editor em Portugal no século XIX, v. LISBOA, João Luís – «From publishing to the publisher: Portugal and the changes in the world of print in the 19th century». In ABREU, Márcia e SILVA, Ana Cláudia Suriani da, ed. – *The cultural revolution of the 19th century: theatre, the book-trade and reading in the transatlantic world*. Londres: I.B.Tauris Publishers, 2015, p. 69-86.

⁷⁶⁷ Sobre esta estratégia editorial, afirma Nuno Medeiros: «Processo editorial configurador de um padrão a partir da proposição de um modelo que unifica a relação das suas unidades num território reconhecível de coerência, a colecção constitui um dado do maior relevo quanto à forma escolhida pelo editor de produção, comercialização e difusão do livro. Do ponto de vista do pacto que o editor procura firmar com o consumidor final, o “leitor reconhece o livro mas reconhece antes o grupo a que ele pertence” (Borelli, 1999: 461), estabelecendo-se entre livro e série uma dialéctica de benefícios: se um título pode conferir autoridade à colecção em que se insira, também a colecção onde certos livros são publicados pode funcionar como instrumento de credenciação dos mesmos. Legitimidade e potencial mercantil justapõem-se nas modalidades editoriais seguidas, confluindo no sistema comunicativo da palavra impressa.». MEDEIROS, Nuno – «Acções prescritivas e estratégicas: a edição como espaço social». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 85, Junho 2009, p. 139.

⁷⁶⁸ C.B., «As letras e os literatos: considerações da actualidade». *O Panorama: semanário de literatura e instrução*. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa, 5.ª série, vol. XVII, n.º 41, 1867, p. 328-329.

modernos, por assignaturas mensaes a saber: assignaturas por um mez 300 réis, três 720, seis 1\$320, anno 2\$500.

N.B. **Para as provincias só se recebem assignaturas por anno ou semestre, sendo dos livros a boa condução garantida e paga pelo assignante.** [Subls. meus]

V.1.c As casas de vendas de livros

Em simultâneo com as relações comerciais à distância, surgiram as casas de venda de impressos de diferentes géneros, indicando uma procura cada vez mais sustentada e comercialmente atraente. Uma sondagem pela imprensa periódica, publicada entre 1863 e 1883, permitiu assinalar a disseminação geográfica destes espaços, cujo elenco se apresenta no *Quadro V.4 Evolução cronológica das casas de venda de livros, 1863-1883*⁷⁶⁹:

Neste elenco, destaca-se o comércio de géneros populares. Os almanaques, os livros de missa, os catecismos e os manuais escolares são predominantes neste comércio não especializado, em que o livro é apenas mais uma mercadoria, como ilustram as *Figura V.2 Anúncio do comerciante Francisco Ignacio Luís Zuzarte contemplando livros missa* e *Figura V.3 Anúncio do comerciante João Manuel Rodrigues de Passos, contemplando livros escolares*. Por outro lado, os anúncios revelam um investimento na diversificação de dispositivos tipográfico-decorativos, visando aumentar o valor comercial de géneros populares, como se pôde observar no referente aos livros de missa, gerando, dentro do mesmo género, uma hierarquia social de valor que, outrora, era criada pela posse do objecto.

Há, porém, que atender a outras modalidades de produção e de comércio do livro, através das quais o livro esteve presente, foi lido e coleccionado. Referimo-nos aos folhetins, ou folhas que se recortam e coleccionam de modo a encadernar (v. *Figura V.4 O livro no jornal: publicação de um romance nas páginas 3 e 4 do jornal*)⁷⁷⁰; ou à

⁷⁶⁹ Trata-se de uma amostra, determinada pelo número de colecções de periódicos completas e acessíveis.

⁷⁷⁰ Em 1869, o jornal *As Novidades: Folha Noticiosa e Recreativa* anunciava nas colunas do jornal o *Echo do Algarve*, Lagos, n.º 34 (25.4.1869) e 35 (9.5.1869): «A empresa do jornal «as Novidades» conseguindo vencer os embaraços que motivaram a suspensão da folha, espera continuar a publicá-la no dia 1 de maio, tornando-a mais interessante com a leitura que vae proporcionar ao publico, de uma serie de romances dos melhores authores, tanto nacionaes como estrangeiros.

A 3.^a e 4.^a páginas do jornal serão pois reservadas a essas publicações amenas, de modo que, dobrando-se as folhas ao formato de 8.º, possam separadamente encadernar-se obtendo por este meio o assignante um volume de 400 paginas, por mez alem da outra parte do jornal destinada aos assumptos do dia, ás noticias mais interessantes de todo o paiz e do estrangeiro.

Primeiro romance a publicar: O «Bravo» por Fenimore Cooper.»

Entre 1875 e 1877, o jornal *Gazeta do Algarve* (Lagos, 1.1.1873-25.12.1877) publicou onze romances em folhetim, com formato adequado à encadernação posterior. V. PALMA – *A produção literária impressa no Algarve...* 2008, p. 12-15.

comercialização de fascículos sujeitos ao mesmo processo, que grangearam sucesso no negócio livreiro oitocentista⁷⁷¹ e cujo êxito pode ser atestado pela proliferação de encadernadores locais.

À medida que o tempo avançou, surgem notícias alusivas ao funcionamento de livrarias em sentido restrito, dando conta do interesse por bens bibliográficos e pela vitalidade da procura. São os casos da «Livraria Central» (1876), em Tavira, e da «Livraria e Gabinete de Leitura de Cassio Emílio», em Lagos (1883), dedicadas em exclusivo ao comércio livreiro.

A instalação sedentária das oficinas tipográficas contribuiu igualmente para a dinâmica comercial. Nestas oficinas acumularam-se serviços relacionados com o comércio de impressos, tais como a venda de impressos para a administração pública e comercial, a intermediação para assinaturas de publicações de natureza diversa,⁷⁷² ou a venda directa de livros. O ambiente comercial das tipografias pode ser ilustrado pelo anúncio que se reproduz na *Figura V.5 Anúncio à venda de impressos variados nas instalações da tipografia*.

O fortalecimento comercial originou, em alguns casos, a criação de espaços autónomos contíguos, tais como as tabacarias e as papelarias, como a que Luís Mascarenhas fundou em Portimão, em 1877, para apoio à sua tipografia e venda de livros e periódicos⁷⁷³.

Não é também irrelevante neste circuito a constituição de pequenas bibliotecas particulares formadas nas tipografias com as últimas novidades editoriais. Quando, a par dos trabalhos tipográficos comuns, a oficina editou um jornal ou uma folha publicitária,

Sobre esta complementaridade, veja-se BOTREL, Jean-François – «Los nuevos coleccionistas en la España del siglo XIX.» In *El libro antiguo español. VI. De libros, librerías, imprentas y lectores*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002, p. 53-65.

⁷⁷¹ Artur Anselmo expõe as vantagens desta modalidade comercial: «Trata-se de uma variante das chamadas “obras por subscrição”, com a nota particular de o subscritor (ou assinante) receber, não todo a obra de uma só vez, mas uma ou mais folhas desta, à medida que os cadernos vão sendo impressos. Com periodicidade certa (semanal, quinzenal ou mensal), o leitor recebe e colecciona as folhas, que depois mandará encadernar volume a volume. Para o editor, é um expediente comercial dos mais eficazes, uma vez que reduz o esforço do investimento e dispõe de capital fresco para acudir às despesas fixas correntes; para o comprador, é uma forma de adquirir em prestações suaves o que não seria capaz de comprar a pronto. Numa palavra: receita fácil, cómoda e útil em épocas de penúria económica [...]». ANSELMO, Artur – «O comércio livreiro de obras em fascículos». In *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997, p. 143.

⁷⁷² «Na administração d'esta typographia recebem-se assignaturas para todos os jornaes da capital e estrangeiro, com os quais está em directas communicações. Tambem se manda vir com brevidade romances, publicações, etc.» Anúncio da Typographia Minerva, situada na rua da Cadeia, 22, em Faro, publicado no jornal *O Grátis*, Faro, n.º 9, 11.1.1880.

⁷⁷³ *Correio do Meio-Dia*, Vila Nova de Portimão, n.º 143, 11.2.1877.

atraiu as atenções dos livreiros e editores com ambições de comércio mais abrangentes, como vimos atrás. A publicidade podia ser feita mediante contrato ou em géneros, mediante a oferta de, no mínimo, dois exemplares da obra em causa. O que é importante sublinhar é que, através deste mecanismo, abria-se duas formas de circulação: a potencial, nas páginas do jornal, e a presencial, ao balcão da tipografia, como se colhe no anúncio da Tipografia Minerva de Faro: «Estão n'esta typographia patentes a todos os amadores de bons livros, que quizerem aqui vir consultal-os, escolhel-os ou tomar as suas notas e mandar vir aquelles que lhe convierem»⁷⁷⁴.

A permuta de periódicos enriqueceu, de forma semelhante, estas bibliotecas, sendo fonte de informação privilegiada para as secções de noticiário locais. Entre 1 e 30 de Setembro de 1873, a redacção da *Gazeta do Algarve* iniciou permuta com trinta e nove (39) periódicos de diferentes conotações ideológicas. Provenientes de várias partes do continente, Açores e Brasil, a permuta interligou as redacções jornalísticas e estimulou o diálogo, organizando uma comunidade que se reconheceu na e pela escrita, produzindo um importante efeito de sincronia cultural, como já tivemos oportunidade de demonstrar em outros trabalhos⁷⁷⁵.

Estas amostras, que nos trazem os itinerários e os contextos por onde os livros, os jornais, os almanaques e outros impressos circularam, superando barreiras geográficas, institucionais e socioeconómicas, evidenciam uma cartografia social da leitura cada vez mais ampla e mundana, assente num trânsito regular de impressos, cujos limites são, afinal, os da própria modéstia cultural do país.

V.2 A consolidação nacional da indústria tipográfica

As transformações nos meios de comunicação, o crescimento da população, a urbanização, as políticas de apoio à alfabetização, a crescente capacidade e apetite pelo

⁷⁷⁴ *O Grátis*, Faro, n.º 12, 1.2.1880.

⁷⁷⁵ V. PALMA, Patrícia de Jesus – «Tipografia Cácia: a propósito dos Cadernos e fascículos que aí se imprimiram». *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura, 2011, n.º 28, p. 125-142.

Id. – «Novos dados para a história do Futurismo em Portugal». In LOPES, Teresa Rita, org. – *Modernista: Antologia de artigos da revista Modernista*, com colaboração de Ana Rita Palmeirim e Maria João Serrado. Lisboa: IEMO – Grupo Interdisciplinar de Estudos Pessoaanos e Modernistas do Centro de História da Cultura da FCSH-UNL, 2013, p. 113-126.

Id. – «The Brazilian Book Market in Portugal in the Second Half of the Nineteenth Century and the Paradigm Change in Luso-Brazilian Cultural relations». In SILVA, Ana Cláudia Suriani da e VASCONCELOS, Sandra Guardini (eds.) – *Books and Periodicals in Brazil 1768-1930: a Transatlantic Perspective*. Studies in Hispanic and Lusophone Cultures, 9, London: Modern Humanities Research Association and Maney Publishing / Legenda, 2014, p. 215-229.

consumo de diferentes géneros literários, a proliferação de espaços de leitura, a liberdade de imprensa e a introdução de inovações técnicas, produzindo tiragens muito elevadas a preços reduzidos, coadunaram-se vigorosamente ao longo de Oitocentos. Em 1851, Alexandre Herculano referia-se ao «industrialismo literário»⁷⁷⁶ para caracterizar as mudanças culturais incorporadas pela sociedade portuguesa.

Todavia, não dispomos de inquéritos estatísticos oficiais que articulem ou permitam articular todos estes parâmetros à escala global. Do ponto de vista historiográfico, o desenvolvimento da imprensa periódica prendeu o interesse, não sendo acompanhado por semelhante entusiasmo no que concerne ao desenvolvimento da indústria, cujos tempos inaugurais fazem maior fortuna bibliográfica⁷⁷⁷.

Paradoxalmente, em nenhum outro período da história, a consciencialização e a mobilização das gentes do impresso terá sido tão aguda, em consequência das mutações socio-industriais em curso. Jorge Peixoto notou-o, trazendo à colação quatro exemplos que denotam a crescente atitude reflexiva: o abrir do século com o funcionamento da Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego (1799-1801), registando «bom nível artístico»; a publicação do *Breve tratado theorico das letras typograficas* da autoria de Joaquim Carneiro da Silva, director da escola de gravura da Imprensa Régia (1803); a *Diagnosis typográfica* de Custódio José de Oliveira preparada para o ensino da arte tipográfica; e, por fim, o labor intelectual de António Ribeiro dos Santos que, a partir de 1812, começou a dar à estampa os seus estudos sobre tipografia portuguesa nos séculos XV e XVI, concluindo:

Eis, portanto, um período deveras significativo para a arte impressória. Era chegado o momento de fazer uma sistematização da nossa tipografia. O livro impresso deixava de ser *uma coisa que aparecia* para ser agora objecto de estudo e análise em si. Ganhava a categoria de objecto de arte que exigia o debruçar dos investigadores e dos estetas, facto que nunca se havia observado na nossa cultura.⁷⁷⁸

⁷⁷⁶ HERCULANO, Alexandre – «Da propriedade literária e da recente convenção com França, ao Visconde D’Almeida Garrett, 1851». In *Opúsculos*. Organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Porto: Editorial Presença, 1982, p. 234. Vol. I.

⁷⁷⁷ Referindo-se a esta vocação analítica, afirma João Luís Lisboa: «[...] a existência de tipógrafos e encadernadores foi desde o século passado algo que interessou os eruditos. É a busca dos momentos originais que justifica em grande medida este interesse: quem foram (famílias, proveniências, personalidades), onde ficavam (bairros, edifícios), como procediam os primeiros impressores? Daí que a atenção fosse essencialmente dirigida para o Renascimento, e que os séculos ulteriores aparecessem mais como elementos de uma genealogia.» In LISBOA, João Luís – *A leitura nos debates da história cultural*. Separata da *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 186.

⁷⁷⁸ PEIXOTO, Jorge – *História do livro impresso em Portugal*. Separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, anos X-XII, n.ºs 37-48. Coimbra: Tip. da «Atlântida», 1967, p. 24.

Podemos também destacar a sucessão de novas sociedades em prol do desenvolvimento da indústria editorial e tipográfica: a Sociedade da Typographia Commercial Portuense (183?), fundada para melhoramento da arte tipográfica e divulgação de conhecimentos, fundando o *Museu Portuense: jornal de historia, artes, sciencias industriaes e bellas artes* (1.8.1838-15.1.1839)⁷⁷⁹; a Liga ou Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, constituída em 1846 por homens de letras e jornalistas, sob a iniciativa de Almeida Garrett e José Estevão, para superar, pelo estudo e propostas de medidas concretas, as dificuldades estruturais que se colocavam à imprensa e ao comércio dos livros⁷⁸⁰; a fundação da Associação Typographica Lisbonense e Artes Correlativas a 25.7.1852, tendo por objecto a assistência na doença e morte aos associados e suas famílias e o desenvolvimento técnico e profissional das artes abrangidas⁷⁸¹; e a Sociedade de Socorros dos Tipógrafos Portuenses, criada também em 1852 com fins semelhantes, donde saiu a publicação de *A voz do operário: jornal das classes laboriosas* (4.6.1853-31.12.1853), dirigido e redigido por tipógrafos na quase totalidade dos artigos que o compõem. Na verdade, a solidariedade, o estudo e a sociabilidade foram responsáveis pela gradual consciencialização dos operários tipógrafos, enquanto actores e intérpretes da produção intelectual. Este perfil distinguia-os das demais classes operárias, ao participar, simultaneamente, na vida material e intelectual da nação, como melhor exprimiu Custódio José Vieira na primeira reunião da Sociedade de Socorros dos Tipógrafos Portuenses: «A classe typografica é a primeira que está ligada aos homens scientificos e litteratos, por ser os primeiros homens a quem estes transmitem as suas idéas.»⁷⁸².

Este movimento assinala o processo de especialização e de autonomia profissional não só de tipógrafos, como de jornalistas, escritores e editores, numa fase em que a dimensão militante da imprensa tornou-se inequívoca, desenhando um espaço sociocultural comum, como comprovam os Estatutos da Associação Tipográfica Lisbonense e Artes Correlativas (1852):

«Art. 2.º Esta associação compõe-se: 1.º Dos typographos, compositores, impressores e machinistas impressores, fundidores de tipos; 2.º Dos gravadores puncionistas e de madeira; 3.º Dos estampadores; 4.º Dos desenhadores e impressores lithographicos; 5.º Dos fabricantes de papel; 6.º Dos encadernadores; 7.º Dos calandrei-

⁷⁷⁹ RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. P. 22 e 327. Vol. III

⁷⁸⁰ RIBEIRO – *Op. cit.*, p. 51-54. Vol. VIII.

⁷⁸¹ RIBEIRO – *Op. cit.*, p. 233- 247. Vol. X; p. 84-88. Vol. XV.

⁷⁸² *A Voz do operário: jornal das classes laboriosas*. Porto, n.º 3, 2.7.1853, p. 23.

ros, marjadores e assetinadores de papel; 8.º Dos aprendizes de quaesquer d'estas artes, que tenham dois annos completos de aprendizagem; 9.º Dos donos de quaesquer officinas e fabricas; 10.º Dos revedores litterarios; 11.º Dos escriptores publicos, inscriptos como taes na matriz para a contribuição industrial; 12.º Das pessoas do sexo feminino que provem com documento legal acharem-se habilitadas para exercer quaesquer das artes e profissões que compõem a associação, e que não tenham menos de quatro annos de exercicio; 13.º Dos individuos pertencentes a estas classes, ainda que exerçam outros mesteres, mas que tenham cursado a respectiva arte ou profissão, quando menos dois annos [...] ⁷⁸³.

Sabemos, porém, que esta realidade não foi homogénea e que a expansão da indústria obedeceu a motivações, a interesses e a capacidades de produção variáveis. Qual(is) o(s) ritmo(s) de penetração e fixação das estruturas tipográficas na periferia? Qual a sua produção e o nível de industrialização? Estão associadas aos grandes centros produtores ou agem de forma autónoma?

Depois da fase incunabular da imprensa, Lisboa, Évora e Coimbra consolidaram-se como os principais centros impressores, tendo Porto e Braga evidenciado sinais de abrandamento e as imprensas seiscentistas de Goa e Macau descontinuado a actividade. Ao longo de Oitocentos, a vitalidade da imprensa foi extensamente recuperada, instalando-se em todos os domínios portugueses, como demonstramos no *Quadro V.5 Cronologia da implantação tipográfica no século XIX*, integrando e, não raro, definindo o ritmo dos acontecimentos políticos nacionais (v., a este propósito, a secção «V.4 Configurações locais da edição»).

Esta cronologia demonstra a intermitência e a desigualdade do processo de dotação de infraestruturas relativas à cultura impressa nos diferentes espaços lusos. Há a distinguir três momentos com efeitos catalisadores para a progressão da indústria. Um **primeiro momento** remonta a 1768, ano da fundação da Régia Oficina Tipográfica por alvará de 24 de Dezembro ⁷⁸⁴, e alcança 1835, com a vitória definitiva do Liberalismo.

⁷⁸³ In RIBEIRO – *Historia dos estabelecimentos...* 1887, p. 85-86. Vol. XV.

⁷⁸⁴ Além da intenção de criar uma oficina tipográfica estatal, o alvará releva a preocupação pedagógica prevendo o funcionamento de uma escola de artes gráficas e de gravura, o que a distingue das restantes casas de impressão, como concluem CANAVARRO *et al.*: «A inovação em 1768 reside não no aspecto de privilégio ou protecção, mas num sistema de montagem, em que o objectivo geral é a qualidade na produção para cuja efectivação concorrem:

1.º Uma centralização de funções ligadas às artes gráficas;

2.º Uma acumulação de funções ligadas ao processo de produção e difusão de obras impressas no mercado.

A verdade é que logo no § 9 do alvará de 24 de Dezembro de 1768 se preceituava a anexação à Impressão Régia da fábrica de fundição de tipos [...]. A intenção de centralizar completa-se no citado alvará, § 11, pela constituição de uma escola de gravura na Régia Oficina Tipográfica. Posteriormente são integradas as fábricas de cartas de jogar e papelões, em condições de produção e venda privilegiada, funcionando em edificio também junto da Impressão Régia.» In CANAVARRO, Pedro *et. al.* – *Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora, 1768-1800*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, p. 54.

Nesta fase, as oficinas instaladas estiveram, em grande número, relacionadas com as convulsões bélicas, devendo distinguir-se as oficinas itinerantes (onde incluímos as dos Açores, Algarve e Santarém, ao serviço das diferentes facções) das oficinas sedentárias, como a do Brasil (1808) e as da Madeira, Goa e Macau, impulsionadas pela revolução liberal (1821-1822).

Um **segundo momento**, pós-1835, é particularizado pela instalação dos recém-criados governos civis dotados de pequenas oficinas tipográficas, que satisfizeram o trabalho administrativo e o mercado local; e, em simultâneo, os efeitos do decreto de 7 de Dezembro de 1836 que, ao reorganizar administrativamente os «domínios ultramarinos», estabeleceu aí a criação de um *Boletim Oficial*, responsável pela aquisição dos respectivos prelos:

«Debaixo da inspecção de cada Governo geral se imprimirá um Boletim, no qual se publiquem as Ordens, Peças Officiaes, Extractos dos Decretos regulamentares enviados pelo respectivo Ministério aos Governos do Ultramar; bem como notícias marítimas, preços correntes, informações estadísticas, e tudo o que for interessante para conhecimento do Publico.» (art.º 13.º)⁷⁸⁵

Esta foi uma medida determinante para a penetração da indústria tipográfica nas colónias africanas, na sequência da qual surgiram tipografias em Cabo Verde (1842), Angola (1845), Moçambique (1853), São Tomé e Príncipe (1857) e Guiné (1879/1880).

Finalmente, o período pós-1851 foi propício à instalação de oficinas de iniciativa particular com carácter sedentário e actividade regular, assim como à adopção de nova tecnologia, para que contribuiu o plano Fontista de modernização do país e a Lei de 17 de Maio de 1866, que aboliu as restrições impostas à imprensa periódica.

A generalização das estruturas tipográficas, abrindo um leque de possibilidades ao comércio, à indústria e à cultura, não significou, porém, uma dotação humana e tecnológica globalmente actualizada, como é possível concluir a partir do *Anuario Portu-guez Científico, Litterario e Artistico*, relativo ao ano de 1863. Este documento permite obter uma amostra-farol da globalidade da actividade editorial portuguesa, aquém e além-mar, no terceiro quartel do século, que a seguir se sistematiza.

⁷⁸⁵ [Consult. 2.10.2014]. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1402.pdf>.

V.3 A indústria tipográfica no 3.º quartel de Oitocentos

O *Anuario Portuguez Scientifico, Litterario e Artistico. Primeiro Anno. 1863*⁷⁸⁶, cujo título aponta para uma natureza periódica, teve apenas esta edição. A iniciativa foi particular, promovida pelo farmacêutico e professor João José de Sousa Telles (16.7.1826), que propôs-se «colligir todos os factos scientificos, litterarios e artisticos, occorridos em Portugal, verificá-los e dispô-los de maneira que podessem facilmente no futuro servir a quem se achasse com substancia para emprehender obra de maior tomo» (p. VII), mas a obra foi de óbvio interesse público. Entre estes «factos», João José de Sousa Telles previu:

[...] mencionar todas as typographias existentes em terras portuguezas ao tempo da publicação do annuario, as suas localidades, nomes dos proprietarios e administradores, prélos e suas qualidades, pessoal e numero medio de folhas impressas annualmente em cada uma. (p. VIII).

O autor procedeu a um exaustivo levantamento estatístico sobre a actividade tipográfica portuguesa, acrescentando-lhe a descrição dos jornais portugueses e todas as publicações realizadas durante o ano, «quer fossem livros, quer folhetos ou simples folhas, sempre que da sua leitura julgássemos resultar vantagem aos cultores das sciencias, das letras e das artes [...]» (p. VIII), de que resultaram os capítulos «Apontamentos para a historia das Typographias Portuguezas em 1863», «Jornaes» e «Noticia bibliographica das obras portuguezas publicadas em 1863.

A existência única do *Anuario* de 1863 esteve certamente relacionada com as dificuldades encontradas na recolha sistemática de informação, como pormenorizadamente o autor explicitou na introdução. As vicissitudes da colheita impõem reserva na consideração dos valores, que são considerados como valores aproximados. No que à secção tipográfica diz respeito, registamos a semelhança, ao nível das dificuldades e metodologias de recolha da informação, entre a experiência do investigador do século XIX e o actual, apesar do conjunto de novos recursos e metodologias acessíveis⁷⁸⁷.

⁷⁸⁶ TELLES, João José de Sousa – *Anuario portuguez scientifico, litterario e artistico, 1863*. Lisboa: Typographia Universal, 1864, [XIX] 264 [2] p.

⁷⁸⁷ Escreveu João José de Sousa Telles: Para a historia das typographias faltavam-nos todos os elementos. Não possuía a benemerita e sympathica associação typographica lisbonense noticia alguma estatistica das typographias portuguezas; não a apossuía, que soubessemos, pessoa ou repartição, que n’ol-a podesse subministrar para ulteriores investigações.

Alguem nos suscitou a idéa de pedil-a, se lá existisse, nos governos civis. Duas tentativas mallogadas determinaram-nos a mudar de rumo.

Para organizar a relação das typographias foi-nos necessario andal-as mariscando pelos frontispicios de livros e folhetos, e papeis impressos que colhiamos ás mãos, pelos jornaes e até pelos annuncios avulsos que o acaso nos deparava.

João José de Sousa Telles aborda as dificuldades da colheita, referindo-se a casas que estavam então em funcionamento. A tarefa torna-se mais árdua à medida que o tempo corre, tratando-se de uma área de actividade pouco vocacionada para a salvaguarda do seu património arquivístico, a que acresce o facto de estar fora do alcance estatal, uma vez que a maioria das tipografias e editoras são de natureza particular⁷⁸⁸. A obra de João José de Sousa Telles resultou, por isso, num contributo importante para

Feita a relação, dirigimo-nos por cartas circulares aos proprietários ou administradores das typographias, pedindo-lhes a indicação da localidade das mesmas, os nomes dos proprietários e administradores, o numero e qualidade dos prèlos e a designação dos empregados. Quizeramos pedir tambem nos indicassem o numero medio de folhas impressas annualmente em cada typographia e a classificação rigorosa dos empregados na lida typographica, em compositores, impressores e roladores. Não o fizemos temendo que tão minuciosas indagações em tempo em que certo panico, relativamente ao fisco, dominava os industriaes, incutissem receios, embora infundados, aos typographos e lhes aconselhassem silencio. Nem foram infundadas as nossas apprehensões, como depois verificámos.

Um facto honrosissimo para os discipulos de Guttenberg deve aqui ficar consignado. Quasi todos os typographos a quem escrevemos nos responderam; alguns tão urbanamente que de muito prazer e consolação nos foram as suas cartas. [...]

Uma circumstancia deve ter concorrido para algumas inexactões n'esta parte do *Anuario*. É a mudança de intitlamento que se dá em algumas officinas typographicas. Não raro se caracteriza a mesma typographia de diversos modos com pequenos intervallos de tempo; uma vezes com o nome do proprietario, outras com o titulo de um jornal que n'ella se imprime; agora com um adjectivo cognato do nome da terra em que está, logo com um titulo de phantasia.» P. XIV-XV.

⁷⁸⁸ A valorização do património arquivístico das editoras portuguesas contemporâneas, a sua preservação disponibilização e divulgação foi recentemente trazido ao debate público de forma consistente e articulada com agentes e instituições do mundo do livro por Daniel Melo, que, na qualidade de investigador do Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, coordenou o painel «As editoras e o seu património: preservar, disponibilizar e divulgar como medidas urgentes» integrado no 11.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Deste encontro resultou um conjunto de reflexões que permitiu clarificar com rigor o estado da questão e apontar linhas de trabalho, que podem ler-se nos números 30 e 31 de *Cultura: revista de história e teoria das ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2012; 2013, dossier «As editoras e o seu património», coordenado por Daniel Melo.

A este respeito, v. MELO, Daniel – «O património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão». *Cultura: revista de história e teoria das ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2012, vol. 30, p. 173-190; MELO, Daniel (org.), PEREIRA, José Pacheco, FONSECA, João Corregedor e RIBEIRO, José Antunes – «“As editoras e o seu património em debate”: introdução problematizante e testemunhos». *Cultura: revista de história e teoria das ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2012, vol. 30, p. 191-203. MELO, Daniel – «Apresentação dos depoimentos: As editoras portuguesas e o seu património em debate: intróito problematizante às intervenções dos 2.º e 3.º encontros»; FERREIRA, Carlos da Veiga – «É assim que se faz a História»; NEVES, Fernando Paulouro – «A tipografia e a editora do Jornal do Fundão – elementos para a memória de um tempo»; CASTRO, Francisco Pedro Lyon de – «A memória dos livros para além dos livros». *Cultura: revista de história e teoria das ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2013, vol. 31, p. 321-345.

A par deste conjunto de reflexões, cumpre destacar o pioneirismo do projecto «Romano Torres: um arquivo histórico representativo da edição contemporânea», coordenado por Daniel Melo no Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, resultante de um protocolo de colaboração entre esta entidade e um dos herdeiros da editora Romano Torres, Francisco Noronha de Andrade. A divulgação dos resultados do projecto e a sensibilização para o tema são feitos em linha, através do sítio <http://fcs.h.unl.pt/chc/romanotorres/>.

esboçar-se a implantação geográfica da imprensa no segundo quartel de Oitocentos, quer considerando a vertente estatística inédita, quer o rigor da exposição⁷⁸⁹.

No âmbito da concentração da indústria tipográfica observa-se uma trajectória persistente, quando comparada com o mapa da edição do Antigo Regime (v. *Figura V.6 Distribuição geográfica da indústria tipográfica portuguesa em 1863*), isto é, a concentração de oficinas nas cidades de Lisboa e Porto, notando-se, porém, vitalidade na imprensa nos Açores, onde proliferam treze oficinas, distribuídas por Angra do Heroísmo (6), Horta (1) e Ponta Delgada (6) (v. *Quadro V.6 Distribuição geográfica da indústria tipográfica portuguesa em 1863*). Embora, na totalidade, os Açores apresentem um número superior de oficinas ao que regista o concelho de Coimbra, tal não significa maior capacidade editorial, como apontam o número de tipógrafos empregados e o número de prelos em funcionamento, tratando-se, no caso dos Açores, de oficinas de pequenas dimensões.

Do número total de oficinas tipográficas inventariadas, 71% (101) informou sobre a quantidade e a qualidade dos prelos que compunham os respectivos parques gráficos (v. *Quadro V.7 Distribuição de prelos por material de fabrico*) e 68% (97) sobre a composição do quadro de recursos humanos disponível. Conclui-se dessas informações que a actividade estava assente, na maioria, em oficinas de pequenas dimensões, possuindo 1 a 3 prelos, o que se verificou em 84 casos (83%), e, com médias ou grandes dimensões, isto é, dispondo de 4 ou mais prelos, existiam 17 (17%) oficinas em actividade.

A mecanização entrara numa minoria de oficinas, apesar de, desde 1846, a Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa defender a substituição dos prelos de madeira pelos de ferro⁷⁹⁰. Dos 270 prelos existentes, 183 eram de ferro, 67 de madeira e 20 mecânicos, podendo verificar-se que, ao nível da força motriz, apenas três oficinas, duas em Lisboa e uma no Porto, possuíam prelos movidos a vapor, sendo a maioria

⁷⁸⁹ Na recensão a esta obra, lê-se no *Diccionario bibliographico portuguez*: «o sr. Sousa Telles não faltou ao seu plano, e o curioso volume, que mencionámos, cumpriu-o muito bem, e tanto assim que dos subsídios ahí colligidos me tenho servido, e me servirei, onde haja logar, convencido do merito da obra e do modo consciencioso por que foi dada ao prélo.» In SILVA – *Diccionario...* 1883, p. 292. T. X.

⁷⁹⁰ Entre outras medidas, consta esta das conclusões apresentadas na reunião de 17 de Agosto de 1846: «II – Compromisso dos donos dos estabelecimentos tipográficos, pelo qual se obrigassem: 1.º a ser mais cautelosos na admissão de aprendizes, especialmente de compositores; 2.º a proscrever o uso das balas, substituindo-se pelos rolos; 3.º a substituir os prelos de ferro aos de madeira; 4.º a serem mais cautelosos na escolha das tintas.» *Apud* TENGARRINHA – *História da imprensa periódica portuguesa*, p. 200.

movidos manualmente (v. *Quadro V.7 Distribuição de prelos por material de fabrico e Quadro V.8 Força motriz das tipografias informantes (101)*).

Em termos globais, o processo de industrialização foi lento e centralizado, sendo demorada a transição para os novos sistemas de produção e incorporação de novidades tecnológicas⁷⁹¹. A indústria do impresso estava em transformação, mas a capacidade produtiva continuava assente no trabalho manual, com características artesanais, apesar dos pareceres da Associação Typographica Lisbonense e Artes Correlativas esclarecerem que a passagem para a mecanização não deveria ser temida pelos profissionais das artes gráficas⁷⁹². Segundo José Tengarrinha, foi entre 1865 e 1885 que a actividade entrou numa fase propriamente industrializada, ainda que circunscrita às cidades de Lisboa e Porto⁷⁹³. A transição do antigo regime tipográfico para uma configuração moderna da edição estendeu-se ao longo de todo o século XIX e não estava ainda globalmente consolidada no início do século XX.

O número de tipógrafos⁷⁹⁴ ao serviço de cada oficina variou conforme a dimensão da casa e a concentração de trabalho. As 97 (68,30%) tipografias que comunicaram

⁷⁹¹ Respeitante ao ano de 1888, encontra-se a seguinte descrição ilustrativa da disparidade de condições produtivas, alusiva ao jornal bragantino, *A Luz* (12.7.1888): «A oficina era constituída por alguns, poucos, quilos de tipo, e a impressão do jornal fazia-se numa velha máquina de costura, que adaptaram a prelo. O primeiro número, além de mal impresso, quasi ilegível, tinha o reverso da página manuscrito. Já era força de vontade!... [...] Todos colaboravam no labor mental e material da composição e impressão tipográficas.» (Subls. meus). ALVES, Francisco Manuel – «Jornais e publicações periódicas do distrito de Bragança». In *Memórias Arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Tip. Guedes, 1909-1947, p. 698. Vol. VII.

⁷⁹² No ano de 1856 dirigiram-se à Sociedade 45 impressores pedindo parecer sobre a introdução dos prelos mecânicos nas oficinas. As conclusões do parecer, que a seguir se reproduzem, abordam ainda outros factores que mereciam a ponderação dos profissionais: «Não deviam ser attribuidos aos prelos mechanicos existentes em Portugal os males de que se queixavam os signatarios da exposição. Nasciam esses males de mui diversas causas. A falta de instrucção tornava mesquinho e miseravel o nosso mercado de livros. Tendo pouca procura os productos typographicos, não podiam ser devidamente recompensados. Por outro lado, era de justiça confessar que não tinha subido muito o aperfeiçoamento artistico.

Eram infundados os receios pela introdução dos oito prelos mechanicos que se esperavam. Já então era maior o *pedido*, do que a *oferta* do trabalho de impressão typographica; e, em todo o caso, nenhuma d'essas machinas era movida a vapor, e por consequencia não devia recear-se que ficassem trabalho os braços que se empregavam no exercicio d'estra industria.

Ainda quando, mais tarde, viessem machinas poderosas, poderia sim succeder que temporariamente ficassem sem trabalho alguns operarios menos habeis; mas esse sacrificio, que aliás redundaria em proveito da comunidade, seria de mui breve duração. Talvez mesmo nem sequer houvesse esse desequilibrio, se os impressores se esforçassem por se aperfeiçoar na difficil arte a que se dedicaram, para poderem tomar parte nos processos mais delicados que eram ainda desconhecidos em Portugal.» *Apud* RIBEIRO – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos...* 1882, p. 236. Tomo X.

⁷⁹³ TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 213-215 e 227-229.

⁷⁹⁴ Utilizamos a designação em sentido lato, abarcando a diversidade de profissões associadas às artes gráficas. Distinguimo-las recorrendo aos Estatutos da Associação Typographica Lisbonense e Artes Correlativas (fundada em 25.7.1852), art.º 2.º. Compunha-se a actividade de: tipógrafos, compositores, impressores, maquinistas impressores, fundidores de tipos, gravadores puncionistas e de madeira, estampadores, desenhadores e impressores litográficos, fabricantes de papel, encadernadores, calandeiros, marja-

o quadro de pessoal identificaram, na totalidade 949 indivíduos. Nas grandes casas impressoras a tendência era a da especialização laboral, mas, nas localidades de província, verificou-se a possibilidade de a oficina laborar apenas com um tipógrafo que desempenha, em fases alternadas, as várias fases do processo de edição, como verificado, por exemplo, na Tipografia do Governo Civil de Castelo Branco: «Um prélo de madeira. Um empregado, que é compositor e impressor.» (p. 167).

Vejam, por outro lado, o quadro da Imprensa Nacional:

Compreende a typographia: gabinete de direcção; salas da composição; dita da impressão manual; ditas dos prélos mechanicos e machina de vapor, escola typographica; officina do *Diario de Lisboa*; ditas de assetinagem e calandragem, de encadernação e brochura e todas as mais dependencias necessarias. Trabalham n'estas diferentes secções cento e oitenta e seis empregados e operarios; a saber: directores e mestres dez; revisores sete, compositores oitenta e dois, impressores trinta, aprendizes de composição e impressão vinte e oito, encadernadores e operarios da secção de assetinagem dezeseite, carpinteiros, pedreiros, etc., seis, serventes seis. D'estes setenta e oito ganham a jornal e oitenta e oito trabalham de empreitada: calcula-se o maximo do salario em 2\$000 réis e o minimo em 240 réis. (p. 170)

O exemplo da Imprensa Nacional não é representativo da globalidade nacional, mas revela as características da maior e mais industrializada casa de impressão então existente, seguindo-a, em capacidade técnica e humana, a Tipografia Universal de Tomás Quintino Antunes e a Tipografia da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, ambas em Lisboa, a Imprensa da Universidade de Coimbra e a Typographia do *Comercio do Porto*.

Estes traços da indústria determinaram a geografia editorial, que concentrou-se de forma hegemónica nas oficinas da capital, como ilustramos no *Quadro V.9 Produção editorial portuguesa em 1863* e *Figura V.7 Distribuição geográfica da produção editorial portuguesa em 1863*.

Com mais e melhores recursos, mais potência e preços mais baixos, a capital exerceu um efeito magnetizante, apenas contrariado pela edição local de publicações periódicas, que proliferou como agente de descentralização cultural, ainda que fruto de condições de produção muito heterogéneas.

Ainda assim, raras foram as oficinas que subsistiram com produção especializada. A própria Imprensa Nacional sustentava-se com base em impressões de géneros tipográficos distintos, quer para o sector público, quer para o sector particular. Sendo a produção contínua uma das especificidades da actividade tipográfica é da sua natureza a

dores e assetinadores de papel, aprendizes. *Apud* RIBEIRO – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos...* 1887, p. 85. Tomo XV.

procura activa de trabalho, originando ora a itinerância, ora a diversificação de géneros, o que, pontual e paradoxalmente, pôde encaminhar-se para a especialização⁷⁹⁵. A descrição mais pormenorizada que João José de Sousa Telles empreende sobre a produção editorial refere-se à Tipografia Universal, situada na rua dos Calafates, n.º 110, Lisboa, propriedade de Tomás Quintino Antunes. Salvo as diferenças de escala, o exemplo dá conta da dimensão e variedade de trabalhos produzidos numa das principais casas impressoras do país, à data de 1863:

«Em cada anno imprimem-se n'esta typographia, proxicamente, um milhão e oitocentas mil folhas (1.800.000). Este papel é empregado em trabalhos ordinarios, communs e edições de luxo, jornaes politicos e litterarios em todos os formatos, circulares, mappas, cartazes, editaes, etc., etc.

A importancia d'este papel, quasi todo das fabricas portuguezas orça por oito contos de réis (8.000\$000).», p. 174.

Intervêm nestes números factores estruturais, tais como, a capacidade técnica da oficina, a concentração populacional, a alfabetização, a urbanização ou a elevada burocratização características da cidade de Lisboa.

Na periferia, as dimensões são diferentes, mas as tipologias textuais análogas. Em 1873, a tipografia da *Gazeta do Algarve*, situada em Lagos, publicitava os seus serviços, dizendo-se capaz de:

«[...] encarregar-se de todos os trabalhos de impressão, por maior que seja a nitidez que se exija, assim como os mais communs e ordinarios, sendo os seus preços os de vários impressos que tem fornecido para diversas repartições públicas», especificando:

⁷⁹⁵ Foi o caso paradigmático da Tipografia de Vicente Jorge de Castro, situada na Rua da Boa Vista (palácio do conde Sampaio), em Lisboa, como descreve João José de Sousa Telles: «Executam-se n'este bello estabelecimento, além de todos os trabalhos communs às typographias, outros que d'antes lhe eram estranhos e que constituem uma especialidade. Consiste esta em tarjas ou bilhetes para boticas, para vinhos, licores, perfumarias, bilhetes de visita, etc. Vae para vinte annos que o sr. Castro começou a explorar esta industria, e de dia para dia a augmenta e aperfeioa por modo tal que da sua officina saem aquelles productos, lindissimos e por mui rasoaveis preços, para a amoiria das boticas de Portugal, para muitas do Brazil e para a maior parte das casas commerciaes, que negociam em vinho para exportação.

Combinando as cores com as vinhetas, com os filetes e com a gravura em madeira consegue o sr. Castro, coadjuvado pelos artistas de ambos os sexos, que fraternalmente dirige, operar prodigios de beleza e de gosto.

Em 1855, apresentou o sr. Castro, na exposição universal de Paris specimens de figuras geometricas feitas com laminas de zinco, que lhe grangearam uma medalha de cobre; em 1857 e 1861 nas exposições industriaes portuenses foram os seus trabalhos typographicos premiados com medalha de prata e mereceu mais que el-rei o senhor D. Pedro v lhe concedesse o habito da Torre e Espada.

Encerrarremos esta noticia mencionadno um facto que honra sobremodo o sr. Castro, e que é mais uma prova de quanto elle se tem empenhado no progresso da arte typographica e da gravura.

Em março de 1862 organizou o sr. Castro na sua officina uma escola de gravura em madeira sob a direcção dos srs. Pedroso e Nogueira da Silva, sendo este ultimo substituido pouco tempo depois pelo sr. Coelho Senior. Funcionou esta escola até 30 de setembro de 1863, dia em que o sr. Castro deu por findos os trabalhos por lhe constar que se havia lavrado uma portaria mandando crear na academia das bellas artes uma aula de gravura em madeira.», p. 174-175.

«contas, bilhetes de convite, recibos, impressões a prata, talões, annuncios, livros, cartas, bilhetes de visita, facturas, impressões a ouro, mappas, programmas e avisos»⁷⁹⁶.

O mercado administrativo e comercial foi o principal suporte financeiro das oficinas instaladas na periferia, onde a produção do livro foi minoritário, concentrando-se em objectos de valor cultural efémero e na edição de periódicos. A diferença material do que é produzido não significa, no entanto, uma desvalorização. Na perspectiva da vulgarização das práticas de produção e consumo do impresso ela é muito mais significativa, como tão bem defendeu o redactor do jornal *Povo Algarvio*:

É de todos os tempos e lugares a tipografia modesta [...].

A indubitável deficiência em face de instalações modelares não significa de modo nenhum menos utilidade de serviços. Pelo contrário. Como toda a comunidade, nem tudo se movimenta no mais elevado nível social, **são as oficinas e casas comerciais mais modestas exactamente as que melhor servem as camadas mais populares** [...]⁷⁹⁷.

A «utilidade de serviços» que a instalação de um pequeno e velho prelo pode representar numa comunidade, por norma, pautada pela comunicação oral, não é, porém, apreensível na escala panorâmica que nos conduziu até aqui. Apenas descendo à escala concreta desse acontecimento, ao seu grão e à sua respiração própria, podemos compreender os seus efeitos, a sua utilidade, a sua força histórica.

V.4 Configurações locais da edição

Ainda que a tipografia não seja um equipamento cultural geralmente disponível até ao século XIX, o impresso é, como temos vindo a descrever, um objecto em circulação. A tipografia local não introduziu, portanto, um objecto estranho que desencadeasse o ímpeto conservador. Exceptuam-se os contextos editoriais que coincidiram como o do aparecimento simultâneo de um órgão de informação periódica, mais valorizado, e ao qual são associadas notícias sobre as condições de instalação do prelo, como foi o caso dos Açores⁷⁹⁸. Quando esse contexto editorial foi circunstancial e o prelo que o produziu eventualmente itinerante, a localização dos papéis aí impressos (quantas vezes acidental!) é a única esperança de recuperar a memória da escrita tipográfica. Mas, localizados, cumpre traçar-lhe a biografia, compreender, por um lado, o lugar que ocupou

⁷⁹⁶ *Gazeta do Algarve*. Lagos, n.º 26, 25.6.1873, p. 4.

⁷⁹⁷ Subls. meus. *Povo Algarvio*. Tavira, n.º 1510, 2.6.1963, p. 2.

⁷⁹⁸ Em 1886, José Joaquim Pinheiro actualizou a lista de periódicos, introduzindo uma desenvolvida e pormenorizada «notícia» sobre a instalação da primeira imprensa, divulgada no *Arquivo dos Açores*. [Em linha]. Ponta Delgada: Tip. do *Arquivo dos Açores*, 1886, vol. VIII, p. 485-556, o mesmo praticando Ernesto Rebelo um ano depois para as ilhas do Pico e do Faial: «Notas Açorianas», in *Arquivo dos Açores*. [em linha] Ponta Delgada, Tip. do *Arquivo dos Açores*, 1887, vol. IX, p. 38-49. [Consult. 21 Jul. 2014]. Disponível em: <http://arquivodigital.uac.pt/yii/arquivodigital/index.php?r=site/page&view=aa>.

numa comunidade onde a imprensa não é uma tecnologia habitual e, por outro lado, compreender o quadro que justificou a presença do impressor e que legitimou a edição.

V.4.a A edição na periferia

A história da tipografia em Portugal teve no Algarve um dos seus berços. Em Faro, a 9 de Tamuz de 5247 (30 de Junho de 1487), Samuel Gacon acabou de imprimir o *Pentateuco*, iniciando uma considerável marcha de produções tipográficas sob mão hebraica, que se expandiu por outros núcleos judaicos, nomeadamente, em Lisboa e em Leiria⁷⁹⁹.

Contudo, a expulsão da comunidade judaica, por decreto de 1496, determinou, para a região, o fim da sua epopeia artístico-tipográfica. Nos séculos seguintes, a actividade circunscreveu-se a Lisboa, Évora, Coimbra, Porto e Braga e o impresso passou a ser encarado, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, «como melhor forma de conservar a memória das obras e marcar uma vantagem social»⁸⁰⁰. A inexistência da oficina tipográfica local não correspondeu à impossibilidade de aceder aos textos impressos; mas, não facilitou.

Em 2008⁸⁰¹, considerei que a oficina tipográfica apenas voltaria a estabelecer-se no Algarve pelo ano de 1833, em plena guerra civil, ao serviço das tropas liberais, comandadas pelo Duque da Terceira, confirmando a hipótese avançada por José Carlos Vilhena Mesquita⁸⁰². O n.º 1 da *Chronica do Algarve*, dada à estampa a 15 de Julho de 1833, na «Imprensa do Governo» (Governo civil provisório), sustentava esta convicção⁸⁰³. O periódico, que era dado à estampa às quartas-feiras e sábados, pretendia con-

⁷⁹⁹ Dos incunábulo saídos do prelo de Samuel Gacon, conhecem-se três títulos. A saber: 1487, *Pentateuco*; 1492(?), *Talmud Babilónico*; 1494, *Tratado do Divórcio*. Sobre este assunto, leia-se ANSELMO, Artur – *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981 e MATOS, Manuel Cadafaz de e RODRIGUES, Manuel Augusto, estudos introdutórios – *Pentateuco: reprodução fac-similada do mais antigo livro impresso em Portugal (Faro, Junho de 1487)*. Faro: Governo Civil de Faro, 1981, p. I-LXX.

⁸⁰⁰ LISBOA, João Luís e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis – «A cultura escrita nos espaços privados. Os usos da correspondência». In MATTOSO, José, dir., e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da Vida Privada em Portugal*. (S.l.) [Lisboa]: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 336.

⁸⁰¹ PALMA, Patrícia de Jesus – *A produção literária impressa no Algarve durante os séculos XIX e XX*. 2008, p. 68. Dissertação de mestrado apresentada à FCSH-UNL. Acessível em BMSC, FCSH-UNL.

⁸⁰² MESQUITA, José Carlos Vilhena – *Chronica do Algarve terá sido o primeiro jornal algarvio?*. In 3.º Congresso sobre o Algarve. *Textos das Comunicações*. Silves: Racial Clube, 1984. Vol. I. E *História da Imprensa do Algarve: I*. Faro: Comissão de Coordenação do Algarve, 1988.

⁸⁰³ Sobre este periódico, José Carlos Vilhena Mesquita formou a convicção de ter sido apenas um prospecto e não, como escreve, de «uma nova publicação e nunca dum jornal em si mesmo», justificando: «Com a retirada daquele general [Mollelos] para Beja abria-se a estrada para Lisboa, facto esse que apressou a investida contra a capital e a, parcial, desocupação do Algarve, deixando por isso de ser necessária a publicação deste jornal, como meio de comunicação e de aliciamiento dos civis.», In MESQUITA – *His-*

solidar, junto da opinião pública, as operações da «Divisão Libertadora», transmitindo: «com a ingenuidade própria de hum verdadeiro liberal tudo o que ocorrer de notavel nas operações da Expedição, destinada a quebrar as algemas que maniatavão os pulsos dos fieis Portugueses neste Reino, e provincia limitrophe»⁸⁰⁴. Apresentava formato in-8.º, 4 páginas, e custava, avulso, 40 réis; o suplemento, in-4.º, 20 réis.

Dada a falta de notícia sobre outros documentos aqui impressos, tartar-se-ia de um pequeno prelo móvel, sustentando a produção editorial da propaganda liberal, que assim não dependia das condições locais onde quer que se aquartelasse. Sobre o aspecto da portabilidade, mantenho a mesma convicção. Contudo, por intermédio de Luís Guerreiro⁸⁰⁵, foram-me dados a conhecer vários outros impressos de teor liberal – portarias, proclamações, boletins e ordens do dia –, produzidos entre 1 de Julho e 19 de Outubro de 1833, ora em Faro, ora em Lagos. Por entre estas folhas volantes, encontra-se o n.º 3 da referida *Chronica do Algarve*, impressa a 20 de Julho de 1833 (v. *Figura V.8 Chronica do Algarve. Faro, n.º 3, 20/VII/1833; Figuras V.9 e V.10*).

Fica, assim, demonstrado que a *Chronica do Algarve* foi efectivamente um periódico e não apenas um número programa, como considerou José Carlos Vilhena Mesquita, sendo o primeiro, em língua portuguesa, impresso no Algarve, para firmar e divulgar a ideologia liberal. Através da sua epígrafe extraída de *Os Lusíadas*, a *Chronica* assumia-se guia da opinião pública local: «O transumpto reduzido / Em pequeno volume aqui te dou / Do mundo aos olhos teus, para que vejas / Por onde vás, e irás; e o que desejas.».

Contudo, a *Chronica* não foi nem a única experiência tipográfica conhecida na época, como se vê pelo confronto com as restantes folhas que circulavam, nem o primeiro periódico impresso no Algarve. Para nos acercarmos do momento em que o prelo foi reintroduzido na região, imprimindo de forma estável, há, pois, que recuar a esse outro período de forte agitação política, o das invasões francesas.

tória da Imprensa do Algarve: I., 1988, p. 217. Os documentos que aqui trazemos à luz permitem rever esta perspectiva.

⁸⁰⁴ *Chronica do Algarve*, n.º 1, 15.7.1833.

⁸⁰⁵ Expresso ao Sr. Engenheiro Luís Guerreiro, bibliófilo e verdadeiro amante da cultura algarvia, o meu agradecimento pela notícia e pela generosa disponibilização destes documentos, que, encadernados sob o título *Folhas volantes da Guerra Civil no Algarve*, possui na sua biblioteca.

V.4.a.1 O Algarve no movimento editorial da Restauração

O Marquês de Campigny chegou ao Algarve em Janeiro de 1808 e instalou-se no Paço Episcopal, cumprindo os desígnios do tratado secreto assinado pela França e pela Espanha, dividindo entre si Portugal. Todavia, a 6 de Junho de 1808, o Porto iniciou a rebelião em plena «festa das justiças» na Igreja de São Domingos. A sublevação expandiu-se a todo o Norte do país e, a 16, eclodiu em Olhão, estendendo-se rapidamente a toda a região. Era a periferia a pressionar o centro⁸⁰⁶.

Vários foram os meios de que se apetrechou o movimento restaurador. Entre os mais notados esteve a intensa actividade periodística e, de uma forma geral, a editorial, que despontou neste período. José Tengarrinha, na *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, afirmou:

Só em 1808 o nosso jornalismo entrou numa fase nova, abertamente política e de combate, em contraste com a longa apatia em que estivera mergulhado.

Fenómeno idêntico se observou na generalidade dos países dominados por Napoleão. (...)

Em Portugal, **logo durante a primeira invasão** – apesar da intensa vigilância exercida por Junot, que ocupara o Poder em Lisboa – **se assistira à proliferação da literatura jornalística e panfletária clandestina. Multiplicavam-se os pasquins, as folhas volantes, os mensageiros, os correios (...)**. Muitas vezes, também, **vinham da esquadra inglesa instruções, proclamações, folhas soltas e pasquins** contra os franceses que, com grande desespero da Polícia, **giravam de mão em mão e eram afixados até nas esquinas mais centrais** da capital.⁸⁰⁷ (subls. meus).

José Augusto dos Santos Alves comprovou esta realidade, lembrando o papel de outros intermediários:

Seja como for, a **actividade impressora entre 1808 e 1811 é algo de notável e com um não desprezível circuito de comercialização (tipografias e lojas de venda)**, uma espécie de rectaguarda material que se vai constituindo em matriz de alargamento e de aprofundamento de um espaço público em transformação.

A quantidade de panfletos na altura das invasões é de tal ordem que sugere, sem dúvida, que a guerra pode ser decidida através da imprensa, por via de uma actividade panfletária que funciona como verdadeira “acção de rua”. Não se trata de substituir os exércitos em campanha, cuida-se de complementar a sua acção junto das

⁸⁰⁶ Ana Cristina Bartolomeu de Araújo clarificou este movimento: «O movimento restaurador evolui da periferia para o centro, isto é, das zonas mais desguarnecidas e próximas da fronteira espanhola para as regiões onde a presença do invasor era mais sentida, na Estremadura, Alto Alentejo e Beira Baixa. No Norte e no Sul, os levantamentos populares eclodiram quase simultaneamente. Os meses de Junho e Julho inscrevem-se no calendário da «Restauração» como um tempo forte de revolta.». ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – «As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais». In MATTOSO, José, dir. e TORRALBA, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, coord. – *História de Portugal: o Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 33. Vol. V.

⁸⁰⁷ TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.^a ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 1989 [1965], p. 60.

populações civis, fornecendo um apoio logístico moral e psicológico, tão fundamental como a logística material.⁸⁰⁸

Sofia Geraldès, quem mais recentemente estudou «as gentes do livro na guerra peninsular», dá conta dos vários agentes envolvidos na produção e divulgação dos papéis relativos aos franceses e traça relações entre essas «gentes» - autores, editores, tipografias, impressores, livreiros – e o período da invasão. O êxito destas produções foi de tal ordem que Manuel José Pereira Pinto Batista, livreiro na baixa pombalina, elaborou vários *Catálogos de diversas obras e folhetos pertencentes à nossa Feliz Restauração que se acham à venda na loja de Manuel José Moreira Pinto Batista*.

Com base em vários estudos publicados no âmbito da história do livro e da leitura e em diversas fontes consultadas, Sofia Geraldès, refere: «Observa-se que a rede de circulação desses folhetos se concentra nas cidades principais do país: Lisboa, Coimbra e Porto. Todavia, outras cidades são referidas tais como Braga, (...); Estremoz (...); em Lamego (...); Portalegre (...); e por fim a cidade de Viseu (...).»⁸⁰⁹. Mais adiante, sublinha: «A repartição dessas lojas disseminadas quase por todo o território, **tirando o sul do país**, traduz não só uma oferta difusa mas também uma procura seguramente acentuada.»⁸¹⁰ (subls. meus). Estes resultados reiteram a ideia de que a periferia a Sul não teve condições para integrar o movimento bibliográfico da restauração nacional. Do nosso estudo acerca da edição na periferia e do lugar desta no circuito editorial, resultou a identificação de fontes que permitem contrariar estes resultados.

Em Olhão, depois do escrivão João da Rosa ter, por impulso, destapado as armas reais portuguesas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi um edital do governo de Junot que lançou a chama da revolta. Alberto Iria descreveu assim o momento:

[O coronel Lopes de Sousa] ao aproximar-se, portanto da igreja Matriz, naquela manhã de 16 de Junho, não pôde esconder a sua indignação contra o edital do governo de Junot. Adeantou-se aos seus, que o acompanhavam à missa, **afastou** bruscamente **os marítimos que ouviam a leitura do referido edital, arrancou-o e fê-lo pedaços**.

⁸⁰⁸ ALVES, José Augusto dos Santos – *A opinião pública em Portugal: 1780-1820*. Lisboa: Universidade Autónoma, p. 305.

⁸⁰⁹ GERALDES, Sofia – «As gentes do livro na Guerra Peninsular». In XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL [em linha]. Porto, 13 de Novembro de 2009. [Consult. a 20.3.2013].

Disponível em: http://web.lettras.up.p/aphes29/data/11th/SofiaGerlades_Texto.pdf.

⁸¹⁰ *Id.*, p. 15.

Em Faro, identificámos através do «Inventário do *Casal do Ilustríssimo Senhor Fernando José de Seabra Netto*» o livreiro da cidade, António José, que estava estabelecido seguramente a partir de 1803. Cfr. SANCHO Emanuel Andrade C. – «Inventário do Casal do Ilustríssimo Senhor Fernando José de Seabra Netto». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, vol. XXVI, p. 63-64.

Depois voltou-se para os circunstantes, e “**com vozes e gestos os mais expressivos**”, falou-lhes da triste situação em que se encontrava o país exclamando: “Ah! Portugueses, já não merecemos este nome, nada somos já!”⁸¹¹

Assistiram à missa e, à saída, segundo testemunhos da época em uníssono e em alarido, declararam-se contra os franceses. Enquanto uns abasteciam-se de armas e munições, o coronel Lopes de Sousa inflamava o local com exortações, mandando «afixar por editais uma proclamação, em que a arte não brilhava, mas que falava aos corações, exprimindo sentimentos tão enérgicos como naturais e cristãos.»⁸¹². António Rosa Mendes defendeu que «a ter sido assim, estamos perante a prova provada de que o levantamento foi preparado, pois não é plausível que o coronel forjicasse ali na hora, no meio da barafunda, aqueles proclamas.»⁸¹³. A ter sido assim, a acção demonstrou com clareza a comunhão entre o poder da pena e a força das armas neste conflito. A palavra dita, lida ou ouvida assumia, por conseguinte, um poder essencial na revolta.

Procurando, como referi acima, apurar qual o lugar da periferia na produção editorial do país, identifiquei a «oficina de Don José María Guerrero», instalada em Faro, seguramente a partir dos primeiros dias de Julho de 1808, imprimindo os escritos que então noticiaram e consolidaram o «deitar fora»⁸¹⁴ das tropas francesas.

Os documentos, duas cartas, encontram-se na Biblioteca Nacional de Portugal, sob a cota H.G. 22540 V. É um folheto de 8 páginas, formato in-8.º (21x15), e intitula-se *Representação ou carta enviada pela Camara desta Cidade de Faro ao Rio de Janeiro a S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor*.

A primeira carta (p. 1-4) está datada de «Faro em Camara trinta de Junho de mil oito centos e oito» e é assinada por Manoel Herculano de Freitas Azevêdo Falcão, Presidente, João Vellozo Manoel Pessanha Cabral, Domingos da Costa Dias e Barros, Ventura da Cruz, João Manoel de Faria Freire, Guilherme Joze Pergana, Amaro de Santa Therêza e Manoel da Costa. Segue-se-lhe a transcrição da missiva enviada pela Câmara de Faro às restantes Câmaras, na qual apela-se à generalização da revolta (pp. 5-6), e o documento conclui (p. 7) com a narração dos efeitos que a circulação deste escrito ope-

⁸¹¹ Subls. meus. In IRIA, Alberto – *A invasão de Junot no Algarve: subsídios para a história da guerra peninsular – 1808-1814*. Reprodução fac-similada da edição de 1941. Amadora: Livro Aberto, Editores Livreiros Lda., 2004 [1941], p. 38.

⁸¹² In NEVES, José Acursio – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, vol. 2, p. 140, *apud* MENDES, António Rosa – *Olhão fez-se a si próprio*. Olhão: Gente Singular Editora, 2009, p. 68.

⁸¹³ MENDES – *Op. cit.*, p. 68.

⁸¹⁴ A expressão é de João da Rosa, escrivão do Compromisso Marítimo de Olhão, que a utiliza frequentemente na sua *Lembrança para ficar na memória dos valorosos marítimos deste lugar de Olhão... V. O Manuscrito de João da Rosa*. 2.ª ed. act. e anotada. Olhão: Câmara Municipal, 2008.

rou junto do povo do Reino do Algarve. Em pé de imprensa: «FARO / *Na Officina de Don Josè Maria Guerrero / com Superior permissão.*» (v. *Figura V.11 Pé de imprensa do folheto* Representação ou carta enviada pela Camara desta Cidade de Faro ao Rio de Janeiro...).

Não tendo antes obtido notícia da existência desta oficina, localizei agora, em renovadas pesquisas bibliográficas, uma breve referência a esta imprensa feita por Alberto Iria: «(...) nas oficinas tipográficas do espanhol D. José Maria Guerrero, funcionava a *Real Imprensa* do Govêrno de Faro, onde se imprimiram as proclamações e os diplomas mais importantes»⁸¹⁵, dando, como exemplo, uma proclamação, redigida pelo Cónego António Luís de Macedo e Brito, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se encontra essa e a *Carta de participacao que a o seu soberano o Principe Regente de Portugal dirigio o supremo concelho de Govêrno do Algarve*⁸¹⁶. Não obstante, nenhuma outra referência sobre este assunto, comprovando a justeza da expressão de Robert Darnton, que ao resgatá-los, os nomeou como os «intermediários esquecidos» do processo de produção, comercialização e consumo literário⁸¹⁷.

V.4.a.2 D. José María Guerrero: um impressor, a independência de duas nações

D. José María Guerrero era espanhol, muito provavelmente natural de Cádiz, para onde partiu em meados de 1811 e onde desempenhou a actividade de impressor segu-

⁸¹⁵ IRIA – *Op. cit.*, p. 149.

⁸¹⁶ Ministério do Reino, mç. 245.

IRIA – *Op. cit.*, p. 133 reproduz o frontispício desta carta, e incluiu-a no rol de documentos que o mestre Garrocho levou no caíque *Bom Sucesso* ao Rio de Janeiro, comunicando a restauração do Algarve ao príncipe Regente. Para além dela, nomeia: 2 – a cópia do auto de eleição do governo de Faro, acompanhado do auto de posse e juramento dos membros eleitos, datada de 22 de Junho; 3 – duas cartas do bispo D. Francisco Gomes do Avelar, datadas de 2 e 3 de Julho; 4 – uma carta do Compromisso Marítimo de Olhão. Alberto Iria transcreveu-os, sob o n.^{os} de documentos 35-37, 87-88, pois conseguiu, através de familiares residentes no Rio de Janeiro, a sua localização e transcrição, mas não computou de interesse referir-se ao seu modo de produção. Na carta enviada pelos parentes, lê-se: «Fizemos o possível para conservar a mesma ortografia dos documentos, que penso estarem copiados na íntegra, pois não nos sobrou tempo para uma conferência; (...). Irá encontrar palavras ligadas e muitos senões, correndo tudo por conta dos originaes. (...) em relação ao pessoal do Arquivo, (...) foram de uma dedicação e boa vontade inexcedíveis, quer nos ajudando na extracção das cópias, quer nos auxiliando a decifrar os manuscritos, alguns bem difíceis de serem lidos, principalmente as assinaturas.» p. XIX-XX. Por aqui pareceu-nos que a remessa não incluiu os textos impressos. O trabalho de Adérito Fernandes Vaz, por ocasião do bicentário da Restauração, veio pôr termo às dúvidas por, em colaboração com o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, publicar as cópias dos documentos que foram enviados para o Brasil: todos são manuscritos. V. VAZ, Adérito Fernandes – *As navegações dos olhanenses em caíques e a 1.ª invasão francesa em 1808, no contexto regional e nacional*. Olhão: Elos Clube de Olhão, 2008. E VAZ, Adérito Fernandes – *Olhão da Restauração no tempo e a 1.ª invasão francesa em 1808, no contexto regional e nacional*. Olhão: Elos Clube de Olhão, 2009. Vol. 2.

⁸¹⁷ Cf. DARNTON, Robert – «Os intermediários esquecidos da literatura». In *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. E, do mesmo autor: *Gens de lettres, gens du livre*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1992.

ramente entre aquela data e o ano de 1858. Aí, fixou-se primeiro na rua do Imperador, n.º 191, e, depois, a partir de 1820, na rua da Verónica. Em Faro, estabeleceu-se nos dias intensos da Restauração e permaneceu durante os três anos que duraram as invasões.

Neste período, a comunhão de interesses e de necessidades aproximou fraternamente o Algarve ao Sul da Espanha. Eleita a Suprema e Provisional Junta de Governo de Faro a 23 de Junho, uma das primeiras providências foi a de confirmar quais as reais intenções da Junta Suprema de Sevilha, que se tinha constituído cerca de um mês antes, quanto à agregação do Algarve a Espanha. O enviado a Sevilha foi o cónego Manuel do Couto Taveira, deputado da Junta de Fazenda, o qual, segundo uma testemunha da época: «depois de algumas dificuldades, concluiu o que se pretendia, ficando d'ahi por diante em harmonia perfeita como se deixa ver pelo facto de ter sido mandado um tenente-coronel anunciar a victoria alcançada de Dupont.»⁸¹⁸. Seguros, portanto, de que as intenções da Junta de Sevilha era restaurar a independência espanhola, sem outras ambições mais expansionistas, tornaram-se aliados e, por diversas vezes, prestaram-se socorro mutuamente.

Duas hipóteses podem ser lançadas como prováveis para o estabelecimento de D. José María em Faro: ou refúgio político; ou uma proposta dirigida pela recente Junta de Governo. À Junta, era necessário um instrumento que lhe permitisse difundir rapidamente os seus actos de governação, o seu expediente, e todos aqueles textos que visavam o encorajamento e a manutenção da vitória alcançada. Apesar de os termos procurado, não lográmos encontrar nem contrato, nem carta, nem licença de impressão, que permita estabelecer de modo definitivo uma ligação contratual. Ainda assim, não temos dúvidas de que o impressor esteve ao serviço da Junta, como pode ler-se em algumas das folhas, que se dizem saídas da *Real Imprensa* [v. *Figura V.12 Pé de imprensa da Pastoral de congratulação pela expulsão dos Franceses (14.9.1808)*].

Que produções e que clientes permitiram a D. José María Guerrero permanecer no Algarve durante o triénio 1808-1811?

Do universo de textos produzidos, listamos no *Quadro V.10 Lista provisória de publicações impressas por D. José María Guerrero* os que até agora conseguimos al-

⁸¹⁸ CARVALHO, João Coelho de – *Invasão Francesa no Algarve*. Manuscrito editado por OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*. Porto: Typographia Universal, 1902, p. 191 [175-198].

cançar, num rol certamente incompleto, mas que permitirá, com maior propriedade, aferir da sua relevância na massa de escritos produzidos na Restauração, dos seus outros usos, dos seus autores e, enfim, do seu contributo para a alteração ou manutenção do quadro cultural de então.

O conjunto de títulos, se em reduzido número, é uma amostra muito significativa, quer do ponto de vista da actividade da oficina, uma vez que reuniram-se edições de todos os anos da sua laboração, quer do ponto de vista da evolução da resistência ao invasor, desde a rebelião até à saída definitiva do exército francês da Península Ibérica.

Os dois primeiros documentos listados são documentos oficiais que registam a notícia da restauração do Algarve ao príncipe regente. Acreditamos, pelo que ficou dito na nota 816, que não terão ido a bordo do caíque *Bom Sucesso*, mas as autoridades eleitas para o Governo da província entenderam fixar em letra de imprensa os textos que comunicaram a ruptura, salvaguardando a sua memória futura. Parece-me, por isso, legítimo afirmar que o Supremo Conselho do Reino do Algarve tomou a tipografia como o instrumento da comunicação oficial da ordem restaurada.

Os itens 3. e 4. são da autoria de um dos deputados da Junta de Governo, António Luís de Macedo e Brito, como já o fora da *Carta de participação* (2.) e integram-se numa outra tipologia: trata-se de proclamações de incitamento ao combate, solicitadas pelo presidente da Junta, Francisco de Melo da Cunha de Mendonça e Menezes, Monteiro-mor do Reino, pelas quais declarou, a propósito do seu autor:

[...] foi hum dos Deputados da extincta Junta do Reyno do Algarve, que exemplarmente dizempenhou as funçoens, que lhe erão henerentes, e mui particularmente se distinguio em diversas proclamaçoens, que lhe mandei fazer para induzir, e ístimular os Povos á defeza da Capital [...]⁸¹⁹

António Manuel de Macedo e Brito (1779-1847) integrava o escol intelectual da época: era doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra (1798) e, em Faro, foi cónego prebendado da Sé, sendo eleito a 22 de Junho de 1808 deputado pelo clero do Governo do Algarve. A sua capacidade retórica foi chamada à praça para travar o combate estratégico-ideológico que estribava a expulsão do inimigo.

A proclamação de 8 de Julho de 1808 (3.), a todos clamou pela participação, acordando os ideais patrióticos: os mancebos foram convocados a apresentar-se no prazo de oito dias aos regimentos correspondentes; o «respeitavel Clero, distinctos Caval-

⁸¹⁹ IRIA – *Op. cit.*, p. 403, documento n.º 158.

leiros, ricos proprietários, generosos comerciantes, honrados artistas» foram convidados a concorrer com consideráveis donativos; e até as mulheres não foram desprezadas, pedindo-se-lhes que se inscrevessem activamente na história, trocando inclusivamente de papel social e político em nome da nação⁸²⁰. Leiamo-lo:

Dignas e virtuosas Máys, amáveis esposas, e matronas d'este Reyno, séde vós as proprias que leveis vossos filhos, vossos maridos a encarar o inimigo; sacrificai os puros sentimentos da natureza e da ternura a os nobres sentimentos do Amor da Patria; **preferi o nome de Cidadóas a o doce nome de Máys**; derramai lagrimas de alegria sobre os corpos de vossos filhos, de vossos esposos penetrados de feridas pela salvação da Patria; fazei renascer os tempos da virtuosa Roma, que se tantas vezes foi salva da perda da sua liberdade, da tyrannia dos Decemvros, das mãos de hum proscripto, a o vosso generoso sexo o deveo sempre. (subls. meus).

Não poderia ser mais abrangente este apelo. Foi «publicado, e affixado a Bando», ou seja, lido publicamente aos iletrados e afixado nos lugares públicos para leitura dos que possuíam tal competência. Era o início da cadeia de transmissão, pois a divulgação posterior era assegurada pela oralidade⁸²¹.

Um mês depois, a luta pela independência travava-se principalmente no domínio da informação. O Algarve também o acusou. O proclama de 22 de Agosto (4.), se não prova o alcance das ideias jacobinas entre os nossos «honrados Cidadóas», como o seu autor quer convencer, denuncia as ofensivas noticiosas dos franceses, que são acusados de introduzir missivas falsas, revelando o jogo duplo e a amizade entre as autoridades portuguesas e francesas:

Vendo pois a quelles sacrilegos, e infernâes monstros que Armas tão fortes, como as que nos ministrão a Religião, eo amor da Patria, são invenciveis, se pretendem valer da mais horrorosa, e negra perfidia, **fabricando cartas dirigidas aos honrados Cidadóas, que entre vós figurão, e que pelos seus talentos, valor, e fidelidade, vos podem dirigir, nas quaes fingem antigas, e subsistentes correspondencias da mais abominavel infidelidade, cujos incendiários escriptos fazem espalhar entre os Povos a fim de semearem, e fazerem crescer a discordia Civil**, acabando por este modo com os verdadeiros Portugueses, que podem dirigir, e animar os seus Concidadãos (...). (subls. meus).

⁸²⁰ Se os estudos sobre o papel das mulheres em momentos como este têm sido secundarizados, como lembraram Glória Marreiros e Ana Paula Assunção, não é por falta dele ter sido reclamado no momento da acção, como aqui fica patente. V. MARREIROS, Glória Maria e SANCHO, Emanuel Andrade C. – *Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das Invasões Francesas*. São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2004, p. 49-50 e 53-54.

⁸²¹ Em outro período igualmente agitado, por ocasião da aclamação de D. Miguel em Faro, em 1828, Lázaro Doglioni deixou-nos testemunho de outras habituais e eficazes vias de comunicação, como as notícias difundidas pelos almocreves, os boatos, ou as modas, como esta: «O Corcuvado compunha algumas modinhas acomodadas à música: “Já chegou, já chegou o nosso Rei»; e em todas elas não falava senão de “matar”, “enforçar”, “deitar ao fundo”, “guisar o coração”, deste, daquele, e de todos os constitucionais. **Ensinava estas modinhas ao seu moço e este saía a ensiná-las aos outros moços da cidade, que em pouco tempo todos as cantavam.**», (subls. meu) In DOGLIONI, Lázaro – *Memórias sobre a Aclamação do Infante D. Miguel em Faro*. Edição e estudo introdutório de José Carlos Vilhena Mesquita. Faro: Delegação Regional do Sul da S.E.C, 1991, p. 34. A oralidade, o «boca-ouvido» era obviamente um meio estruturante para incubar e projectar ideias e valores.

Para contrariar estes e outros meios utilizados pelas forças napoleónicas, Macedo e Brito não só usou a letra de imprensa, como foi o próprio a legitimar o papel impresso como o meio autorizado de transmissão da notícia fidedigna:

Amados, e fiéis Algarvios, ficai prevenidos contra trama tão horrorosa; confiai no Governo que vos dirige, o qual novamente, e todos os dias vos protesta, e jura morrer, se necessario for, pela Religião, pelo Soberano, e pela Patria, a qual está por momentos a salvar-se. **As mais agradaveis noticias, que vão brevemente a imprimir-se, nos assegurarão da proxima restauração da nossa Capital;** (subls. meus)

A partir daqui, os textos portugueses passam a ser da autoria do bispo do Algarve e Governador interino das Armas, D. Francisco Gomes do Avelar.

A Pastoral de 14 de Setembro (5.) é um texto extenso de congratulação pela Restauração, de reforço da doutrina e de repressão das ideias subversivas, que, claramente disseminadas, urgia cercar:

Não podemos porém deixar de vos dizer, Amados Filhos, que os nossos louvores e agradecimentos só então serão aceitos ao Senhor, quando nós eficazmente resolvermos viver como bons Cristãos, e muito fiéis a Deus, guardando a sua Lei Santíssima, e os Preceitos da Santa Igreja como verdadeiros Portuguezes: **abominando os ímpios e péssimos costumes dos infelizes e falsos hóspedes,** que prometendo proteger-nos, nos roubaram, e que de todo os destruiriam, se Deus não reprimira a sua fúria; e lhes não mandara como ao mar: *Chegareis até aqui, mas não passareis avante,* e nas areias humildes do pobre Algarve quebrareis a fúria das vossas ondas encapeladas. **Detestemos, Filhos, a impiedade falsa fé dos inimigos declarados do Sacerdócio e do Imperio, e abominemos as suas máximas:** e o seu nome detestável fique entre nós em horror e abominação, e assim passe a longa posteridade. (p. [3]) (subls. meus).

Depois da chamada dirigida à população em massa, invocando o valor do patriotismo e pedindo-se-lhe que assumisse a sua cidadania, dificilmente se conseguiu controlar as consequências da consciencialização dessa condição, como, em trabalho de fôlego, demonstrou José Augusto dos Santos Alves⁸²².

Extintas todas as Juntas Provisionais em de Dezembro 1808, D. José María Guerrero passou a assumir o seu trabalho sem outras vinculações. O principal encomen-

⁸²² É na sua tese de doutoramento que o autor conclui: «**Diria que o processo de interiorização à consciência da libertação colectiva** do território nacional, face às invasões francesas, é **coetâneo com a assunção da consciência e da convicção da liberdade individual**. Ao mesmo tempo que se “diaboliza” o ocupante, emerge a **consciência da própria liberdade individual e social**. Mecanismo psicopolítico de dupla face e de duplo efeito que pode detectar-se, não de imediato, mas **que se vai detectando ao longo da produção impressa do momento**.

Se no início é apenas a “demonização” do inimigo, nas fases seguintes é já o “apelo” aos valores individuais e colectivos que, por um lado, **potenciam a “infernalização” do ocupante**, por outro, **consciencializam uma dinâmica de libertação colectiva e de liberdade individual que “estala” com a subjugação ancestral e com a opressão de uma sociedade autoritária e inamovível**. Se as invasões francesas contribuem para **aprofundar a identidade nacional**, por outro lado, **vão conduzir à interiorização do sentimento de cidadania**. Estamos assim perante **dois espaços solidários, o da cidadania e o da identidade política** que se recobrem e se contradizem na génese da sua formação, na medida em que ambas nascem de ramificações diferentes: uma é a “demonização” do ocupante, outra é a “sacralização” da sua ideologia.» Subls. meus. In ALVES – *A opinião pública em Portugal...* 2000, p. 304.

dador continuou a ser D. Francisco Gomes do Avelar, alimentando até ao fim uma tipografia que obviamente gozou da sua licença e da sua protecção.

As folhas seguintes transmitem o recrudescer da ameaça militar e apelam à luta armada:

Como Deos Pelêja comnosco, unamo-nos em espirito de Religião, pois a guerra he contra o impio, e perseguidor da Igreja; e supliquemos ao Senhor Deos dos Exercitos, que nos favoreça com a sua misericordia: unamo-nos resolutos a obedecer, e ser fieis; e **logo tomemos as armas para vencer, destruir, e até, se possível for, aniquilar** esse inculcado *Omnipotente do Universo*. [...] **Vamos pois todos ao Campo com as armas nas mãos, e o valor no peito a sacrificar as proprias vidas em defesa da Religião, do Direito do Nosso amavel Soberano, da Patria, e da Liberdade.** [...] Amados Algarvios, bons Patricios Portuguezes, *ou morrer ou vencer*. Quem vence animoso, triunfa do inimigo: quem morre na defesa da Patria, e muito mais para conservar e defender a Fé e a Santa Religião, triunfa da morte, para viver eternamente. (6., pp. [2-3]; subls. meus).

A folha de 15 de Dezembro (7.) vai no mesmo sentido e serviu para transmitir o conteúdo da carta remetida pela Secretaria de Estado, que ordenava o armamento generalizado da população contra o inimigo «que vem chegando ao centro de Hespanha».

Em Janeiro de 1809, os ânimos estavam levantados e o perigo da contrarrevolução era um risco. A 6 de Janeiro, D. Francisco Gomes publicou (8.):

[...] he da Nossa Paternal obrigação, e dos deveres, de que estamos encarregado por serviço de Deos, e da Patria, **lembrar a todos os Cidadãos Moradores, e Convizinhos** deste Reino do Algarve, que como Christãos, e fieis á Religião que professámos, ao nos Príncipe, e á Patria, **deteste cada hum, e lance de si com abominação os perniciosos estímulos da vingança e do odio**, conservando-se em paz cada hum com seu proximo, e **em obediencia a todos aqueles, que tem jurisdição para mandar, zelar a observancia das Leis, e fazer executar as Ordens Superiores; por terem mais razão de saber o que convem para conservação das nossas vidas, defesa da Patria, e bem de todos; o que se não pode** felizmente conseguir **sem fiel obediencia, e perfeita união de todos para tam importante e necessario fim**. Por esta razão vamos recomendar a todos vós a paz e a união para o bem, e que nenhum de vós por si, ou por inducção de algum malevolo, suscite motins publicos ou particulares, de que necessariamente resulta infalivel perdição dos mesmos motores (...) (subls. meus).

A liberdade da pátria não era já o único móbil que comandava mãos, peito e vidas (v. 7.), como desejava D. Francisco Gomes.

D. Francisco Gomes usou com grande perspicácia quer a arte⁸²³, quer o material impresso como veículos da pedagogia da fé, da reforma da moral, até da subsistência do povo, dominado pela pobreza e pela ignorância. As *Instrucções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas* (9.) cumpriram este intento (v. *Figura V.11 Gravuras que ilustram as Instrucções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas*). Necessidade sentida na prática do seu múnus, no desenvolvimento da

⁸²³ V. CORREIA – «O significado do mecenato do Bispo do Algarve...» 1996, p. 85-117.

economia local, da liberdade de circulação e na da defesa militar⁸²⁴, a existência de boas estradas e pontes foram uma questão deveras sensível para D. Francisco Gomes que, quando D. João ordenou que, para meio de transporte dos párocos, fossem substituídas as cavalgadas por jumentos, o Bispo ameaçou demitir-se das suas funções, caso mantivesse-se tal disposição⁸²⁵.

As advertências que abrem o texto das *Instruções* são um verdadeiro programa da acção Avelariana: o serviço em prol do bem público, a rentabilização e boa gestão dos recursos particulares e públicos, e, não menos importante, a ligação entre o belo e o útil:

Primeiramente devemos todos persuadir-nos, que as boas Estradas servem muito para o bem Público; e por isso todos os Povos civilizados sempre cuidaram, e hoje cuidam, com grande eficácia neste ponto.

Em segundo lugar deve haver sumo cuidado em que as Estradas se façam de modo, que permaneçam, para não se perder o trabalho e despesa.

Em terceiro lugar se deve atender a que uma Estrada é uma espécie de edifício; e deve ter fundamento sólido, paredes bem construídas, pavimento livre de obstáculos; e também admite sua formosura e ornato: e com especialidade lhe dá beleza o ser direita, quanto for possível.

O texto sobre a construção e manutenção das vias de comunicação constitui um renovado apelo à cidadania, como entendemos das frases finais:

⁸²⁴ Em 1804, D. Francisco Gomes do Avelar declarou ter já visitado o Bispado cinco vezes, três em visita ordinária, duas em visita extraordinária e acompanhava de perto as obras que promovia, espalhadas por toda a região (v. *Anexo n.º 12: Ofício de D. Francisco Gomes do Avelar ao conde Vila Verde*). Em 1808, em virtude de assumir as funções de Governador interino das Armas sentiu pessoalmente as limitações das frágeis vias de comunicação existentes, pois não se limitou a uma prática meramente burocrático-administrativa, como nos deu testemunho João Coelho de Carvalho: «Como, porém, não havia neste reino patente superior a quem fosse encarregado o seu governo, foi o Ex.mo Sr. D. Francisco Gomes encarregado pela regência do comando de todo ele, militar e civil, em que mostrou a sua actividade, mandando proceder na defesa do Guadiana, onde se restabeleceram as fortalezas demolidas e se fabricaram baterias novas em toda a linha, de maneira que se fazia respeitável ao inimigo e admirável aos nacionais, que confiaram tudo ao incansável zelo e vigilância do mesmo Senhor, que, continuamente, visitava por si a linha de defesa, do que deu provas cabais na ocasião que os franceses, invadindo as Andaluzias, chegaram a Ayamonte, onde se não demoraram uma noite. Então chamou ele ao ponto do Guadiana as ordenanças, reunindo ali acima de cinco mil fuzileiros, que sustentou alguns meses com incómodo seu e prejuízo da sua fazenda, sendo preciso fazer uma colecta para os calçar como se fez.» In CARVALHO – *Invasão francesa no Algarve*. 1902, p. 196-197.

⁸²⁵ «Mandou Vossa Alteza Real tirar aos párocos da diocese do suplicante as cavalgadas, concedendo-se-lhes apenas jumentos para levarem o Santo Sacramento aos seus paroquianos; e isto **por montes escarpados e inacessíveis e passarem ainda de noite ribeiras no rigor do inverno**; há paróquias na diocese do suplicante de 10 léguas de extensão, e de serra. Como é possível que possam os párocos satisfazer as suas obrigações por aquele modo, gastando dias em ir e voltar para as suas Igrejas? Muitos morrerão sem sacramentos e os párocos vão largar suas Igrejas, e tudo fica ao desamparo. O suplicante, pois, requer e pede providencias e se por impossível não for deferida a sua petição por certo será obrigado a demitir-se também por se ver sem meios de apascentar o seu rebanho, que não pode ver perecer à míngua por uns tais motivos.» [Carta] 15 de Outubro de 1811, Palácio. [Ms.] 1811. Acessível ANTT, fundo Ministério do Reino, mç. 596, cx 697.

E em tudo se deve atender ao bem Publico, que igualmente toca e utiliza a cada hum dos particulares; e cuja atenção dá a conhecer os Povos civilizados, e quaes são os verdadeiros Cidadãos, e sinceros Amantes da Patria. (p. VI-VII)⁸²⁶.

Estranhar-se-á umas *Instrucções* de carácter técnico redigidas por mão de Bispo. Mas D. Francisco Gomes do Avelar não era um leigo nestas matérias. Para além do conhecimento de “experiência feito”⁸²⁷, os seus conhecimentos e interesses nas áreas da Matemática, Geometria e Architectura podem ser comprovados pelos diversos volumes em língua italiana dedicados a estas matérias, que compuseram a sua biblioteca⁸²⁸.

Depois deste folheto, apenas chegaram até nós mais duas publicações impressas de D. Francisco Gomes: uma de 1810 (11.) solicitando aos fiéis esmolos para auxílio no resgate dos cativos em Argel e a outra, datada de Abril de 1811 (14.), mês no qual se dá a retirada definitiva das tropas francesas, e que terá coincido, muito provavelmente, com a partida de D. José María Guerrero para a sua pátria. Nesta folha, o Bispo do Algarve exortou aos louvores de agradecimento e à reforma dos costumes, atendendo aos divinos beneficios manifestados para com o povo algarvio, fechando, assim, um ciclo da história.

⁸²⁶ ALVES – *A opinião pública em Portugal...* 2000, p. 19: «Uma civilização e uma revolução do corpo, que passa obrigatoriamente pela liberdade do sujeito, não pode ser desligada de uma revolução topográfica, das pontes e das estradas, das vias de comunicação, transportes. Na transição do século XVIII para o século XIX toma-se consciência em Portugal da necessidade de conhecer a realidade do país, assiste-se a um processo singular de civilização dos corpos e o “mapa” de Portugal torna-se uma ferramenta indispensável». Creio que José Augusto dos Santos Alves não conhece o texto de D. Francisco Gomes do Avelar, mas este bem poderia ter sido a fonte das suas palavras. Na verdade, o Algarve, desde 1772 encontrou-se envolvido activamente nessa “necessidade de conhecer a realidade do país”, iniciando um processo longo de integração económica e cultural na nação e que foi precipitado aquando do movimento restaurador. D. Francisco Gomes do Avelar não esteve desacompanhado: entre 1772 e 1808 registou-se na região uma intensa actividade de levantamentos topográficos, relatórios, estatísticas, projectos de construção e de obras em curso, realizados sobretudo por engenheiros militares, que visavam esse conhecimento e unidade.

⁸²⁷ «Ajudei algumas obras e até mandei fazer uma ponte de madeira, e a tenho por vezes reparado, a qual tem sido muito útil ao público; como também outra em Aljezur, e muitas fizera, se as forças chegassem (...).» In AVELAR, Francisco Gomes do – [Carta] 2.8.1804, Faro [a] conde de Vila Verde. [Ms.]. 1804. Acessível em ANTT, fundo Ministério do Reino, mc. 596, cx. 697 (V. Anexo n.º 12: *Oficio de D. Francisco Gomes do Avelar ao conde Vila Verde*).

⁸²⁸ Não existe o inventário dos seus papéis e livros, de que sobrevivem apenas fragmentos. Na biografia composta por Francisco Xavier Ataíde Oliveira, percebe-se que a tarefa foi entregue a pessoa errada: «Depois de eleitos para o inventário dos papéis os dois ex-ministros do bispo extinto – o cônego reitor Joaquim Xavier e o chantre João José de Matos, foi este preterido e encarregado d’aquela inspecção o cônego Valinho. Quem diria que havia de ser o esquadrihedor dos segredos do prelado defunto um cônego, o seu maior inimigo, que nunca lhe assistiu em pontifical e fugia da sua presença?!...» Testemunho de João Coelho de Carvalho, à época director do Seminário, citado por OLIVEIRA – *Biografia...* 1902, p. 249-250.

Localizámos nas licenças de transporte de livros uma encomenda de livros italianos, preparada pelo architecto Francisco Xavier Fabri, dirigida de Lisboa a D. Francisco Gomes do Avelar, a 25.8.1807, composta por 25 títulos, distribuídos por 34 tomos, dedicados a temas de architectura e engenharia civil. V. Anexo n.º 49: *Relação dos livros remetidos por Francisco Xavier Fabri a D. Francisco Gomes do Avelar*.

Como podemos observar na lista que compusemos, o poder instituído no Algarve não foi o único a contribuir para a produção tipográfica da oficina de D. José María Guerrero. Esta imprensa revelou-se, na verdade, um meio fulcral para as vitórias alcançadas de um e do outro lado da fronteira. Com a chegada do rei José a Sevilha em Fevereiro de 1810, a Junta que proclamara o rei D. Fernando VII seu legítimo monarca, viu-se obrigada a retirar para Ayamonte, onde foi também atacada a 6 de Março. Do lado de cá da fronteira, o bispo D. Francisco Gomes do Avelar coligou todos os recursos à sua disposição para garantir a intransponibilidade do Guadiana, testando a eficácia das baterias que mandara antes reedificar:

Em 8 de Fevereiro estabelecera o prelado o seu quartel general em Vila Real de Santo António e, quando na noite de 6 de Março, já em Tavira, recebeu aviso de que uma Divisão de Exército de Soult se dirigia para Ayamonte, fez transportar para as baterias da fronteira todas as munições disponíveis nos depósitos de Faro, conduzidas a Vila Real pelo tenente António Pedro Buys, o qual ficou ali à testa da bateria do Pinheiro.⁸²⁹

A falta de condições de segurança levou a Junta a refugiar-se temporariamente em Faro. A 15 de Maio de 1810, a *Gazeta de Lisboa* anunciava:

Noticias transmitidas de Faro, em data de 8 de Maio,

Chegou á Junta de *Sevilha*, aqui refugiada, a noticia da divisão, que fez *Napoleão* de toda a *Hespanha* pelo seus Generaes, conferindo-lhes o governo civil e militar nas Provincias que occupão, e determinando-lhes que sustentem seus Exercitos á custa dos Póvos; estranhando muito o grande aumento da divida Pública, feito pelo irmão *José*, de modo que a *Hespanha* já não pertence a este ultimo, mas está dividida. (...) Aqui (*em Faro*) estáo demoradas as recrutadas (*quintos*) dos Póvos livres, e os dispersos, que todos fazem 1.500 homens.

Pela descrição reproduzida por D. José Ibañez (12.) sobre o estado de ânimo da população e das frágeis condições militares que defendiam a Junta de Sevilha, percebe-se a origem do prudente «avanço à rectaguarda» que a trouxe a Faro.

A 30 do mês já a Junta havia regressado a Ayamonte. Nessa data expediu uma carta ao Marechal D. Francisco de Copons y Navia, onde reconhecia que a falta de um prelo no local deixava a Junta numa posição desfavorável face às investidas do inimigo. Desde Fevereiro que, aquando da chegada do rei José a Sevilha, se editava a *Gazeta de Sevilla*, não existindo até então nenhum outro meio de contra-informação: «siéndole sensible que la falta de Ymprenta no permita extenderlas en crecido número [as suas proclamações]»⁸³⁰.

⁸²⁹ IRIA – *Op. cit.*, p. 201.

⁸³⁰ Real Academia de la Historia, Colección de Manuscritos del General Copons y Navia. Cota 9/6966. *Apud* SALDAÑA FERNÁNDEZ, José – «La prensa en el Suroeste Peninsular durante la Guerra de la Independencia: la *Gazeta de Ayamonte* como vehículo de expresión de la Junta Suprema de Sevilla». In CANTOS CASENAVE, Marieta, ed. – *Redes y espacios de opinión pública: XII Encuentros de la Ilus-*

Ficamos a saber que se diligenciou uma imprensa em Cádiz, mas a sua transferência para Ayamonte foi gorada. Foi novamente em Faro que a Junta experimentou protecção e cooperação, encontrando aqui o meio seguro para imprimir os seus proclamas e fundar um meio de comunicação que permitisse inflamar o amor à pátria e o ódio ao inimigo:

No habiendo surtido efecto las eficaces instancias de esta Junta para que se le remitiese de Cádiz una Ymprenta, ha practicado las necesarias diligencias en Faro para poder imprimir allí los papeles que combengan, y en efecto se ha conseguido que en dicha ciudad se presten a imprimir una o dos Gazetas semanales (...)⁸³¹

Era deste modo que a Junta de Sevilha lançava mão de um poderoso instrumento de que a Junta de Governo de Faro se havia munido em 1808. Aquela tinha também agora ao seu dispor uma imprensa, um tipógrafo e circulação livre entre Ayamonte e a cidade de Faro, o que lhe permitia imprimir com relativa segurança todos os seus papéis e uma ou duas gazetas semanais, como se lê nas cartas. Estava aberto, portanto, o caminho para uma margem alargada da multiplicação de notícias, como bem evidenciou José Saldaña Fernández:

Las propias autoridades, de uno y outro bando, entendieron plenamente la importancia que cobraban las publicaciones periódicas dentro del marco general de ruptura abierto tras el levantamiento de mayo de 1808. De esta manera, como repuesta a un conflicto con formas de combate que iban más allá del enfrentamiento militar, las facciones enfrentadas entablaron una lucha en el plano ideológico, en el que la difusión de ideas y noticias con carácter propagandístico cobraría un especial protagonismo. En este contexto de ruptura y enfrentamiento total surgiría en Ayamonte la primera publicación periódica de la actual provincia de Huelva.⁸³²

«La primera publicación periódica de la actual provincia de Huelva» foi, portanto, impressa em terras portuguesas. Intitulou-se *Gazeta de Ayamonte* e visou fazer frente à *Gazeta de Sevilla*, publicada pelo governo francês. Imprimiu-se entre 18 de Julho de 1810 e 13 de Março de 1811 em Faro, embora a data da sua suspensão não seja ainda definitiva, tendo em consideração a falta de colecções completas. Saía às terças-feiras e era composta por 8 a 12 páginas, in-4.º. Até Dezembro de 1810, dizia-se impressa na «Imprenta del Gobierno», mas, a partir do n.º 23, datado de 19/XII/1810, passou a identificar o impressor: «por D. José María Guerrero Impresor del Gobierno»⁸³³.

tración al Romanticismo 1750-1850 Cádiz, América y Europa ante la Modernidad. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2006, p. 187, nota 13.

⁸³¹ Real Academia de la Historia, Colección de Manuscritos del General Copons y Navia. Cota 9/6967, *apud* SALDAÑA FERNÁNDEZ – *Op. cit.*, p. 188, nota 15.

⁸³² SALDAÑA FERNÁNDEZ – *Op. cit.*, p. 186.

⁸³³ *Id.*, p. 189, nota 24) alerta para o facto de a identificação do impressor poder ter sido feita em números anteriores, tendo em consideração que não lhe foi possível localizar os números 18-22.

Na carta há pouco referida, a Junta afirmava ao Marechal Copons Y Navia a disponibilidade de Faro para a impressão de todos os seus papéis e gazetas. De entre o que aí se imprimiu chegaram até nós a *Gazeta de Ayamonte* e o diário de guerra do já referido Marechal, a cargo do engenheiro José Ibañez, editado em 1811. Ambos foram impressos na oficina de D. José María, ambos são textos de propaganda e, sobretudo o segundo, de enaltecimento ao espírito de resistência e de patriotismo, representado por D. Francisco de Copons y Navia. Também nesse ano, de autor desconhecido, mas descrito como «un sacerdote amante de su nacion», deu à estampa um outro folheto, de carácter nacionalista, intitulado *Verdad en toda su luz y espejo muy terso y brillante com cuja claridade y auxilio podra España ocurrir a sus males y vencer a sus enemigos infaliblemente* (n.º 13).

Ao dispor quer do Governo do Algarve, quer da Junta Suprema de Sevilha, a tipografia de D. José María Guerrero serviu de plataforma editorial comum a Portugal e Espanha na luta pela restauração da independência. O impressor foi, por conseguinte, um actor decisivo na consolidação das vitórias alcançadas, porque nos seus prelos os textos puderam obter a forma que os governos restauradores investiram simbolicamente como a forma da legitimidade e da verdade informativa. A vitória foi, portanto, dupla mas interdependente: liberdade e impresso⁸³⁴.

Esta abordagem que articulou o contexto e as condições de produção, circulação e recepção dos textos dados à estampa na oficina tipográfica de D. José María Guerrero permite colocar em relevo três aspectos pertinentes no âmbito particular da história do

⁸³⁴ A vitória do impresso não foi, contudo, definitiva; a tensão entre este e outros veículos de comunicação continuou doravante, como a seguir exemplificamos. O período da Patuleia (1846-1847) voltou a dar protagonismo à palavra escrita impressa. Os dois prelos da tipografia do Governo Civil foram sequestrados e postos sob a alçada dos homens do pronunciamento (ADF, Fundo do Governo Civil, lv. 465, officio n.º 84). Nela, foi impresso o *Popular: Jornal do Algarve*, estruturalmente semelhante à *Chronica do Algarve* (1833), embora de ideologia oposta. Os correios foram controlados, violados e roubados e não tardou que, localmente, começassem a ser impressos os primeiros papéis do pronunciamento, protagonistas de uma tensão entre o que fixar e o que divulgar, ou, para ser mais precisa, o que «publicar». A 10 de Outubro de 1842, foi posta a circular uma proclamação, convidando os «habitantes da província a juntarem-se para ir salvar a Soberana e pô-la em liberdade e sustentar a Carta Constitucional como também o Decreto de 10 e Fevereiro de 1842»; contudo, como lembra Lázaro Doglioni, paralelamente: «os conjurados espalharam por toda a parte que a rainha era traidora e que devia ser lançada fora do reino», in DOGLIONI – *Op. cit.*, p. 67. Fica clara a concorrência, à época entre a folha impressa, fixando o discurso oficial, e a oralidade, incontrolável, sediciosa, destacando-se o papel dos vozeiros, a quem o povo iletrado acorria na procura da notícia fresca. Sobre o papel dos «noticieiros» na transição de um sistema marcado predominantemente pela oralidade para o domínio da civilização do impresso e a sua importância no desenvolvimento da opinião pública em Portugal, v. ALVES – *A opinião pública em Portugal...* 2000, p. 45-49.

livro e da leitura e, de forma mais geral, no âmbito da história da cultura contemporânea.

A primeira diz respeito à escala geográfica que o impresso, em qualquer espaço – central ou periférico – mobiliza. Fará sentido pensar em termos de imprensa local? O que se verificou neste caso contesta as delimitações espaciais locais, seja em termos da natureza da produção, seja dos agentes envolvidos, ou seja dos recursos mobilizados. Ficou demonstrado existir intensa mobilidade de pessoas, recursos e textos entre as duas nações, sendo certo, embora, que as particularidades históricas e geográficas o favoreceram. A especificidade da produção periférica é, neste caso, a da mobilidade, enquadrada numa dinâmica local de acção autónoma que não aguarda a iniciativa mobilizadora ou integradora exterior e desenha a sua própria cartografia de interacções.

Ao acompanhar a produção impressa deste prelo periférico, outra questão se impôs. Assistimos aí ao fabricar de uma consciência simultaneamente individual e colectiva que transformou súbditos em cidadãos e em «cidadóas» (n.º 3). Cada um é investido de inédito papel político e social e integrado numa totalidade afectiva que deu pelos nomes da «Religião, do Direito do Nosso amavel Soberano, da Patria, e da Liberdade» (n.º 6), pelas quais apenas «ou morrer ou vencer». Integração, cidadania e identidade nacional são, pois, conceitos germinais que polvilham cada um destes papéis efémeros e que através deles se disseminam⁸³⁵.

Finalmente, o terceiro aspecto a reter subjaz a cada um dos anteriores. Referimo-nos ao papel principal investido no impresso, guindado a agente histórico, integrando e interferindo no desencadear dos acontecimentos político-sociais. História e imprensa tornaram-se, neste momento, indestrinçáveis, estabelecendo uma imbricada relação entre processo político, opinião pública e cultura tipográfica.

V.4.b Evolução da capacidade editorial regional

A integração no circuito da comunicação impressa, a partir de estruturas locais e sedentarizadas representa um indício seguro do alargamento e da capacidade de influência da esfera da cultura letrada. A implantação das oficinas tipográficas não constituiu, numa primeira fase, concorrência aos principais centros de produção editorial, mas permitiu integrar e reelaborar o espaço público nacional, através do discurso impresso.

⁸³⁵ Acerca do conceito de «nação» aqui subjacente e a sua evolução em Portugal, v. MATOS, Sérgio Campos – «Nação». *Ler História*. N.º 55, 2008, p. 111-124.

Dos mundos da leitura impressa, passamos, agora, ao registo que a escrita esculpe como leitura do mundo, pois, além do contributo para a formação de leitores, a imprensa local propiciou, conjuntamente com as estruturas escolares, a formação de escritores⁸³⁶.

Não obstante o facto de a oficina de D. José Maria Guerrero ter estado entre as primeiras que se instalaram na periferia (Faro, 1808-1811) e as suas produções terem integrado activamente o curso dos acontecimentos, não reuniu condições para uma actividade estável. O ritmo da expansão da actividade no Algarve foi tímida até finais da década de 60 (v. *Quadro V.11 Evolução do número de tipografias no Algarve: 1808-1910*), embora desde as décadas de 1830 e 1840 houvesse oficinas a laborar na capital do distrito de forma ininterrupta (Governo Civil, Paz Furtado e Lamy). O alargamento a outros concelhos fez-se progressivamente a partir da década de 1860, ocorrendo nos concelhos mais povoados e comercialmente mais activos⁸³⁷. A inexistência de tipografias nas zonas semi-rurais ou rurais era suprida pela figura do correspondente de tipografia, como pode demonstrar-se pelo anúncio que se segue, feito a partir de São Brás de Alportel:

Manoel Martins Domingues [...] (Vulgo Loja Nova) Com estabelecimento de fazendas de lã, linho, seda, algodão, quinquilharias, mercearias, tabacos, chapéus e leitões de ferro [...]. Encarrega-se de despachos de mercadorias pelo caminho-de-ferro para todas as estações do paiz, e de qualquer encomenda typographica.⁸³⁸

Este desenvolvimento acompanhou um conjunto de condições favoráveis à dinâmica da imprensa. O ambiente de paz político-social alcançado na década de 50 e o plano Fontista de modernização do país começou lentamente a produzir os seus efeitos na província. A vida comercial do Algarve, sustentada na generalidade pela produção agrícola e pelas pescas, sempre dependeu da facilidade de transporte, sendo a via marítima o meio privilegiado até ao final do século, continuando, mesmo depois da chegada da via férrea, a concorrer activamente com ela. A densificação, a regularidade e a segurança da rede dos serviços de correio contribuíram igualmente para o desenvolvimento de uma actividade, que dependia da remessa do material vindo de Lisboa, nomeadamente de papel, e da existência de uma boa rede de correios a nível regional que permitisse a interacção regular com os clientes e uma distribuição eficaz

⁸³⁶ A noção de escritor aqui utilizada é a do indivíduo que, independentemente do valor cultural e estético do que produz, faz uso público da escrita e que, no período histórico em apreço, assumiu a designação de «escritor público», ou seja, aquele que publica, intervindo e estruturando o espaço público. Referimo-nos, portanto, a uma instância autoral empírica.

⁸³⁷ cf. *Anexo n.º 50: Implantação da tipografia no Algarve, 1808-1910*.

⁸³⁸ *Almanach de S. Braz d'Alportel (Algarve) para o anno de 1893*. [em linha] Lisboa: Typographia do Recreio, 1892. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/938043-almana-sba-1893/>

das publicações. Cumulativamente, a lei de 17 de Maio de 1866, abolindo as restrições impostas à imprensa periódica, foi igualmente favorável à expansão da actividade tipográfica, que, até ao final da década de 50, apenas se tinha manifestado na capital administrativa do distrito com maior incidência⁸³⁹, em Tavira⁸⁴⁰ e em Lagos⁸⁴¹.

Os números apresentados no *Quadro V.11 Evolução do número de tipografias no Algarve: 1808-1910* ocultam experiências tipográficas de curta duração que funcionaram entre os intervalos considerados, como se pode ver em pormenor no *Anexo n.º 50: Implantação da tipografia no Algarve, 1808-1910*.

No total, entre 1808 e 1910, funcionaram 48 oficinas tipográficas, estando devidamente identificados, entre proprietários de oficinas, tipógrafos e aprendizes, um total de 86 indivíduos. É um universo reduzido, mas com alcance social. Até à década de 1870, a actividade caracterizou-se pela exiguidade estrutural, confirmando o panorama traçado pelo levantamento de João José de Sousa Telles. Eram pequenas unidades de produção, compostas por um ou dois artistas não qualificados, prelos usados e tipo gasto. A tipografia do Governo Civil é disso exemplo. Fornecida pela Imprensa Nacional, a degradação do seu estado de conservação limitava a produção exigida pelos serviços, como reiteradamente expôs o governador civil e aqui se exemplifica:

Sendo de maior import.^a e utilidade ao Serviço Público, e á prompta expedição dos diferentes objectos desta Secret.^a que grande numero de papeis precisos sejam convenientemente impressos, mormente depois da nova organização das Repartições da Fazenda, tornando-se este obejcto tão mister e proficuo, que já tem sido m.tas vezes recommendado em Portaria do Tribunal do Thesouro Publico: cumpre ponderar a V.

⁸³⁹ Até esta data, funcionaram em Faro as seguintes imprensas: a tipografia de D. José Maria Guerrero (1808-1811); a tipografia ao serviço das tropas liberais (1833), dirigida pelo compositor de profissão, Manuel António Ferreira Portugal, praça do batalhão de voluntários da rainha, vindo dos Açores, ilha Terceira, onde também prestou serviço na primeira imprensa açoriana usada para expediente da junta governativa provisória (v. PINHEIRO, José Joaquim – «Introdução da Imprensa nos Açores». *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada: Tip. do Arquivo dos Açores, 1886, p. 485-93. Vol. VIII); a tipografia do Governo Civil, adquirida em 1834 (v. *Livro da Correspondência com o Ministério do Reino*. [Ms.]. 1834-1835). Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 327A, fls. 5v.-6f.); a tipografia da Secretaria da Divisão Militar (1845) (v. *Livro da Correspondência com o Ministério do Reino*. [Ms.]. 1842-1848. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 465, ofício n.º 104); a tipografia Lamy e a tipografia Paz Furtado, ambas de iniciativa privada e instaladas na década de 40, que terão substituído a tipografia do Governo Civil, praticamente arruinada pelos revoltosos da Patuleia, que a usaram para imprimir papéis diversos e o jornal *O Popular: Jornal do Algarve*.

⁸⁴⁰ Desconhece-se a data de instalação da tipografia em Tavira, sendo certa a sua existência em data anterior a 1834, ano em que foi arrolada na «Relação dos bens móveis do extinto Convento do Carmo de Tavira», no seguimento do decreto de 30 de Maio de 1834 (acessível em ADF, fundo da Fazenda do Reino, mç. 146). Destinada a obras de índole religiosa, a sua existência comprova o dinamismo da acção dos Carmelitas Descalços, presentes no Algarve desde 1745.

⁸⁴¹ Trata-se da oficina de António Xavier Baptista Xula, instalada na rua de Santa Maria, n.º 131, para a qual só dispomos de provas do seu funcionamento no ano de 1840.

Ex.^a q.e um único prelo que existe nesta Secr.^a se acha tão damnificado e cheio de defeito (q.^c já trouxe da Imprensa Nacional) que se torna impossivel imprimir nelle qualq.r papel por insignificante que seja, rogando por isso a VEx.^a haja de expedir as suas ordens a fim de que elle seja com a possivel brevidade trocado por um outro em bom uso e capaz de servir, o que sem duvida se tornará uma aquisição importante e proficua ao bom regimen e andam.to doso negocios desta Repart.am.⁸⁴²

As expectativas do governador civil foram, no entanto, goradas, tendo de recorrer em alternativa ao empréstimo do prelo existente na Secretaria da 1.^a Divisão Militar «muito pequeno e insignificante»⁸⁴³. O seu sequestro na revolta de Outubro de 1846 para edição do jornal *O Popular* infringiu-lhe mais estragos. Apesar de ter sido devolvido e reintegrado nos serviços da Secretaria do Governo Civil, o prelo não satisfazia a procura, como se atesta na clareza dos argumentos expostos na resposta a um pedido de impressão que a seguir transcrevemos:

Ao General

Ill.mo e Ex.mo Snr. = Em resposta ao officio de V. Ex.^a de 11 do corrente, relativo à impressão de um Escripto sobre o Monte Pio do Exército; tenho a honra de dizer a V. Ex.^a que o prelo que foi entregue a este Governo Civil pela Secretaria da Guerra de nada tem servido de por pequeno e incompleto, que o tipo que com ele se recebeu foi tão pouco, tão baralhado e tão gasto, que nunca serviu, que as pequenas obras de impressão, como Editais, conhecimentos, recibos que aqui se têm feito, o tem sido com um outro prelo dado pelo Ministério do Reino a este Governo Civil, que o tipo que com este prelo foi dado se acha estragado e com muitas faltas, porque no tempo da revolta o desencaminharam, que neste Governo Civil não há um compositor habilitado para aprontar impressão de escritos de mais vulto do que aqueles de que acima se faz menção, e quando mesmo se não desse tudo quanto deixo ponderado, não valeria a pena do grande trabalho da composição, a tiragem de 20 exemplares; pelo que devolvo o escrito que V. Ex.^a me remeteu.⁸⁴⁴

No domínio da experiência particular, as condições não divergiam do retrato aqui traçado. Sobre a Tipografia Lacobrigense (1864?-1873?), José Teixeira Simões, redactor do *Echo do Algarve* (09/09/1868 – 23/05/1869?) deixou registado este testemunho:

O *Echo do Algarve* tem um só e único redactor, que acumula as funções de administrador, revisor, e até já compôs como tipógrafo!

É impresso numa tipografia, que foi fundada por um cavalheiro, que ainda até então, não havia visto uma imprensa! O jornal é composto por dois tipógrafos, inventados pelo seu redactor e instruídos pelo dono da tipografia, - um alfaiate e um carpinteiro, e mais dois rapazes aprendizes já destes, não tendo aqueles, de sua vida, visto se quer um tipo!

Dos impressores não falamos; foram recrutados pelo mesmo sistema.⁸⁴⁵

⁸⁴² ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Oficio] n.º 315, 9.11.1844, *Faro [a] Ministério do Reino*. [Ms.] 1844. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 465.

⁸⁴³ ALGARVE. Governo Civil; ABOIM, Marçal Henriques de Azevedo e Silva Lobo de – [Oficio] n.º 104, 26.4.1845 [a] *Ministério do Reino*. [Ms.] 1845. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 465.

⁸⁴⁴ ALGARVE. Governo Civil; COUCEIRO, António Maria – [Oficio] n.º 2, 12.1.1850, *Faro [a] Gene-ral*. [Ms.] 1850. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 496.

⁸⁴⁵ *Echo do Algarve*. Lagos, n.º 33, 18/04/1869.

A introdução da especialização tipográfica ocorreu na década de 1870, através do investimento particular do médico Augusto Feio Soares de Azevedo (Coimbra, 1838 – Lisboa, 1907). Augusto Azevedo adquiriu tipografia própria e contratou, em Lisboa, dois tipógrafos profissionais para compor e imprimir, em Lagos, o jornal *Gazeta do Algarve* (1.1.1873-25.12.1877) de que foi fundador. Reuniu condições para assegurar a longevidade do periódico e introduziu na região dois mestres da arte, Jaime Quirino Chaves (n. Lisboa, 1848; f. Olhão, 1921) e Francisco Soares Franco Ferreira Lisboa (Lisboa, 18--? – Paris, 19--?), que protagonizaram mudanças ao nível do aperfeiçoamento da impressão, da edição e da formação local de tipógrafos, tornando as oficinas que inauguraram, ou por onde passaram, verdadeiras escolas da arte tipográfica. A sua acção repercutiu-se na actividade editorial regional até à década de 1920.

Enquanto instrumentos de poder e de contra-poder as tipografias abriram, encerraram, foram deslocadas, arrendadas ou vendidas consoante as necessidades de intervenção pública dos seus proprietários, situação que se manteve até à ancoragem da actividade na vida industrial e comercial.

Numa perspectiva diacrónica, podemos falar de duas fases na história contemporânea do impresso neste espaço infranacional. Numa primeira fase, as oficinas resultaram de circunstâncias e interesses muito específicos, como os de cariz religioso (Tavira, tipografia da ordem dos Carmelitas Descalços), político (invasões francesas e guerra civil) ou administrativo (civil e militar), não se alterando, portanto, o perfil da mão que escreve, quando comparado com o Antigo Regime (Religião, Estado e Administração). Não obstante, as iniciativas, mais ou menos fragmentárias, demonstraram uma amplitude social estimável, como vimos, em particular, nos capítulos IV, V.1 e V.4.a.

Concebido esse espaço cultural, a diversificação dos objectos impressos, a diversificação do perfil dos proprietários das oficinas, a diversificação do perfil das mãos que escrevem e a variação do perfil daqueles que usam o impresso vincou-se a partir da década de 1860, momento em que podemos falar de uma segunda fase da cultura impressa, onde é claro o desejo socialmente partilhado de participar e interferir no mundo organizado pelo discursividade textual. Neste processo de maturação do impresso, o periodismo, género em que assentou principalmente a função editorial na província, desempenhou um efeito catalizador sobre a produção e a promoção literárias,

quer pela sua natureza plural, quer pelo seu apelo à escrita pública não profissionalizada.

CAPÍTULO VI O ALGARVE LITERÁRIO

O leitor está sempre pronto a tornar-se um escritor.

Walter Benjamin⁸⁴⁶

Ao deslocar o foco da análise do universo de leitores para o universo de escritores, encontramos na imprensa periódica um interessante campo de ensaios, atenta a vo-lubilidade da linha que relaciona os dois universos. Neste último capítulo, abordamos, na primeira secção, a dinâmica de crescimento da imprensa periódica e as suas repercussões socioculturais, principalmente, no que às práticas de escrita diz respeito. Na segunda parte do capítulo, restringimo-nos ao estudo da trajectória individual de um leitor-escritor. Adoptamos uma perspectiva dialéctica, por forma a possibilitar o confronto entre os contextos específicos de formação e acesso a bens culturais, até então delineados, com o percurso individual de alguém que, na segunda metade de Oitocen-tos, construiu uma carreira dedicada às letras a partir da periferia. Trata-se de José Joa-quim Nunes (Vila Nova de Portimão, 4.12.1859-Lisboa, 20.7.1932), reconhecido pelo seu contributo nos domínios da filologia e do ensino. Globalmente, pretendemos testar as possibilidades e os limites do universo literário contemporâneo.

VI.1 Periodismo provincial

VI.1.a A expansão da imprensa periódica

Entre 1833 e 1910 surgiram no e para o Algarve cento e três periódicos⁸⁴⁷, vinte e quatro dos quais estiveram na origem da instalação de uma nova tipografia na região. Considerados comumente como objectos caracterizados pela efemeridade, destaca-se neste caso o equilíbrio entre a produção de curta duração (até um ano: um total de 44 periódicos) e de média e longa duração (superior a um ano: um total de 48 periódicos),

⁸⁴⁶ «A obra de arte na Era da sua reprodutibilidade técnica». In *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2012 [1955], p. 80.

⁸⁴⁷ A contagem fez-se com recurso ao trabalho de MESQUITA, José Carlos Vilhena – *História da imprensa do Algarve*. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 1988-1989. 2 vols. Acrescentámos às entradas daquele repertório as seguintes: o jornal *O Algarviense*, o *Almanach Economico para 1877* e o *Almanach dos Artistas-1877*. O primeiro editou-se em Lisboa, nos anos de 1863 e 1864, mas constituiu um projecto jornalístico destinado à região, à semelhança do que aconteceu com *O Reino do Algarve* (Lisboa, 1864) que consta naquele repertório; o *Almanach Economico para 1877* foi uma iniciativa editorial dos tipógrafos Jaime Quirino Chaves e António Cândido de Mira Escalço Vieira, impresso na Tipografia Portimonense, Rua Diogo Tomé, onde era impresso o *Correio do Meio-Dia* de Luís Mascarenhas; o *Almanach dos Artistas* foi editado em 1876 como publicação do *Jornal dos Artistas* (Portimão, 1875-77) e imprimiu-se na Typographia da *Liberdade*, rua do Postigo Fumeiro, Portimão. Excluiu-se do cálculo os números únicos e os periódicos cuja efectiva existência não foi possível comprovar. Para os cálculos referentes à longevidade, periodicidade e quadros editoriais que se seguem, o universo da análise é de 92 periódicos, por termos determinado a exclusão dos almanaques e dos periódicos cuja informação em algum dos itens, longevidade e periodicidade, não foi possível identificar.

como pode comprovar-se pelo *Quadro VI.1 Longevidade dos periódicos provinciais: 1833-1910*.

No que diz respeito à periodicidade, os jornais instauraram predominantemente o ritmo semanal à comunicação (*Quadro VI.2 Periodicidade dos periódicos provinciais: 1833-1910*).

A tendência geral de crescimento observou-se a partir dos anos de 1860, sendo, na década de 1870, que se confirmou o alastramento da febre periodística, intensificando-se e dispersando-se por novas cidades e vilas. Da década de 1860 para a de 1870, quase triplicaram as publicações criadas (de 5 para 14) e, num período inferior a 10 anos, mais do que triplicou o número de jornais em circulação por ano (3 em 1869; 10 em 1877; v. *Quadro VI.3 Densidade de jornais em circulação por ano: 1833-1910*) valores que, no entender de José Manuel Tengarrinha, integraram a região na «tendência geral do País quanto ao movimento jornalístico»⁸⁴⁸, o que se pode comprovar no *Gráfico VI.1 Evolução da criação de periódicos por decénios (1800-1900)*.

As repercussões destes números na vida sociocultural coetânea poder-se-á exprimir melhor trazendo à colação as tiragens dos jornais, que permitem uma resposta aproximada à questão: quantos eram, afinal, os que liam? Esta é, na verdade, uma informação raramente fornecida, pelo que os dados obtidos apresentam um carácter sugestivo, ainda que frágil.

O Algarviense (5.4.1863-18.12.1864), dirigido por J.[osé] I. B.[orges] Romeira Pacheco⁸⁴⁹ publicitou nos primeiros meses de edição (Abril-Agosto) os nomes, a localidade e, por vezes, a ocupação profissional dos seus assinantes. Foi, assim, possível identificar 384 assinantes residentes no Algarve e 63 fora da região, como demonstramos no *Quadro VI.4 Distribuição geográfica dos assinantes do jornal d' O Algarviense (1863-1864)* e na *Figura VI.1 Distribuição geográfica dos assinantes d' O*

⁸⁴⁸ In TENGARRINHA, José – «O movimento jornalístico no Algarve: das origens ao final da década de 80 do século XX». In MARQUES, Maria da Graça Maia, (coord.) – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa: Fernando Mão de Ferro / Edições Colibri, 1999, p. 593.

⁸⁴⁹ Teve periodicidade semanal no primeiro semestre (domingos), depois bi-semanal (quartas e sábados) e a duração de vinte meses (5.4.1863-18.12.1864), publicando-se um total de 126 números. Foi impresso na Typographia Universal, rua dos Calafates, 110, Lisboa (a partir de 1 de Janeiro de 1865, a casa impressora do *Diário de Notícias*), em bom papel e com uma apresentação gráfica agradável, dividindo as diversas secções por título. O semanário correu no primeiro mês em formato 270x392mm, passando um mês depois para os 540mm (à semelhança do formato do *Diário*) de 4 páginas, com texto distribuído por 4 colunas de 70mm e uma superfície redactorial total média de 617683mm. Foi seu proprietário e redactor principal J.[osé] I. B.[orges] Romeira Pacheco.

Algarviense (1863-1864). Esta cartografia atesta a dispersão de leitores pelo espaço urbano, rural, litoral e interior.

No que concerne à caracterização do espaço social da leitura, a informação é mais limitada, mas esta é uma das situações em que a não informação tem valor positivo de análise (v. *Quadro VI.5 Distribuição dos assinantes do jornal O Algarviense por actividade profissional*). O número de assinantes com actividade profissional não declarada é o mais expressivo deste conjunto, ultrapassando o número dos notáveis e socialmente distinguidos pelas suas ocupações profissionais, cuja alusão no jornal substituiu, em alguns casos, a identificação nominal. Neste particular, a não informação realça a extensão da massa anónima de leitores, que extravasou amplamente o círculo letrado de cada localidade.

Todavia, não temos dados exactos sobre as tiragens d' *O Algarviense*. Esses dados só nos são oferecidos na década de 1870 por alguns periódicos. Em 1875, o *Jornal dos Artistas* (Portimão, 1875-1877) declarava imprimir 3600 exemplares; em 1880, o *Grátis* (Faro, 1880) dava à estampa 1000 exemplares, o *Jornal de Annuncios* (Faro, 1880) imprimia 800 exemplares, e, em Tavira, o *Jornal de Annuncios*, que se publicou entre 1883-1900, tirava ordinariamente 2000 exemplares semanais e 2500 em situações extraordinárias.

Tomemos, como média plausível, os 1500 exemplares por jornal. Consideremos o ano de 1878 em que circularam simultaneamente 8 periódicos (v. *Quadro VI.3 Densidade de jornais em circulação por ano: 1833-1910*) e obtemos um total de 12,000 exemplares a serem distribuídos. Se considerarmos que cada exemplar atingia em média 5 leitores⁸⁵⁰, alcançamos um público-leitor (leitor, auditor, espectador) de 60,000 pessoas, o que representa 30% da população total da região (199142) e o dobro da população alfabetizada, que nesse ano ascendeu a 28544 pessoas.

⁸⁵⁰ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 1989, p. 150 aponta cautelosamente para que, em 1830, um exemplar atingisse entre 15 a 20 pessoas, reduzindo a audiência para «um índice médio mínimo de 4 a 5 leitores por exemplar», quando se refere à década de 70.

VI.1.b Periodismo e práticas de escrita

A palavra falada é uma grande alavanca, mas a palavra escrita é a mais excelsa das alavancas dos poderes humanos.

Jornal dos Artistas. Portimão, n.º 3, 25.11.1875.

Não raras vezes, a imprensa periódica, pela fragilidade do suporte e pelo seu carácter quotidiano, trava uma batalha desigual com o livro, produzido para durar além da espuma dos dias. Os argumentos apresentados neste trabalho, no capítulo IV.2.a, problematizam esta aceção, ao demonstrarem o protagonismo histórico, social e cultural que o Periódico, grafado com maiúscula, alcançou na vida portuguesa, nomeadamente em espaço periférico, comprovando uma realidade que, de diferentes prismas, outros autores têm evidenciado⁸⁵¹. A valorização do género periodístico ao longo de Oitocentos é claro quando se percebe que passou a ocupar um lugar amplamente privilegiado no consumo e na produção literárias, determinando as regras da enunciação escrita, como, literariamente, o poeta Cesário Verde expressou: «O obstáculo estimula, torna-nos perversos; / Agora sinto-me eu cheio de raivas frias, / Por causa dum jornal me rejeitar, há dias, / Um folhetim de versos.»⁸⁵². Não obstante, à valorização do periódico não correspondeu, como também observámos, a desvalorização ou a substituição do livro, parecendo-nos mais útil considerar as relações de complementaridade e de permeabilidade entre ambos, do que as hierarquias.

Na periferia, onde a produção e a circulação do livro canónico foi mais exígua, o periodismo assumiu o paradigma da cultura impressa, com relevante impacto na organização social e nas práticas de leitura e de escrita, cuja distinção se tornou cada vez mais diluída, como demonstraremos com os exemplos do jornal *O Algarviense* (Lisboa, 5.4.1863-18.12.1864) e do *Jornal dos Artistas* (Vila Nova de Portimão, 11.11.1875-20.9.1877).

Ponderar a edição periódica na periferia exige que tenhamos presente a parcimónia dos recursos, aludida nas secções V.3 e V.4.b. A instalação de uma oficina,

⁸⁵¹ A título de exemplo, cf. ALVES, José Augusto dos Santos – *Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Lisboa: mediaXXI, 2013; CORDEIRO, Carlos e SILVA, Susana Serpa, coord. – *A história da imprensa e a imprensa na história: o contributo dos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009; FERREIRA, João Pedro Rosa – *O jornalismo na emigração: ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992; NUNES, Maria de Fátima – *Imprensa periódica científica (1772-1852)*. Lisboa: Estar Editora, Lda., 2001; RODRIGUES, Ernesto – *Mágico folhetim: literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

⁸⁵² «Contrariedades». In VERDE, Cesário e SERRÃO, Joel, pref., org. e notas – *Obras Completas de Cesário Verde*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1999, p. 108.

a edição de um periódico não foi, em caso algum, um acto fortuito ou um mero entretenimento. Fazê-lo implicou um pesado investimento financeiro, acesso a vias e meios de comunicação céleres, elevado sentido de responsabilidade cívica, civil e criminal e a vontade declarada de agir, de mobilizar e de transformar, como provam o maior número de publicações de natureza ideológica, algumas das quais órgãos oficiais de partidos políticos, que caracterizam o período. Implicou ainda a cumplicidade de uma malha densa de leitores que viabilizasse e coadjuvasse cada projecto, quer assumindo a leitura regular através da subscrição das assinaturas, quer agenciando o jornal nos seus principais pontos de distribuição, quer participando regularmente com correspondências locais, garantindo a produção contínua de noticiário e a representatividade regional dos escritos, ecoando nos horizontes de expectativa dos leitores das diferentes geografias e interesses culturais. A publicação dos periódicos exigiu, pois, a organização de comunidades de leitura e de escrita, capazes de alimentar permanentemente o fluxo da comunicação escrita. Condições essenciais que explicam o desabafo de Domingos Leonardo Vieira, no primeiro aniversário do *Jornal dos Artistas*: «o penoso encargo de jornalista é mil vezes mais difícil de desempenhar nestes pequenos centros do que nos grandes centros de população»⁸⁵³. A dimensão colectiva do periódico⁸⁵⁴ é, simultaneamente, a sua força e a sua fraqueza. Tomemo-la em consideração, partindo do seu contexto a montante.

Sendo os quadros editoriais dos periódicos caracterizados pela multiplicidade de agentes – proprietários, redactores, editores, secretários – as responsabilidades assumidas raramente foram também em regime de exclusividade. Nas equipas editoriais identificadas na imprensa periódica produzida entre 1833-1910 no Algarve, contabilizámos cento e quarenta e dois indivíduos, quatro empresas, uma associação e um centro político, alguns dos quais intervenientes em diferentes iniciativas jornalísticas⁸⁵⁵. Deste conjunto de indivíduos, obtivemos notícia da ocupação profissional de oitenta e oito, como se sistematiza no *Quadro VI.6 Distribuição das ocupações profissionais que integraram os quadros editoriais do periodismo algarvio*

⁸⁵³ *Jornal dos Artistas*. Portimão, n.º 55, 9.11.1876, p. 2.

⁸⁵⁴ Acerca da natureza colectiva que caracteriza o periódico, v. VAILLANT, Alain – «Invention littéraire et culture médiatique au XIX^e siècle». In MOLLIER, Jean-Yves, SIRINELLI, Jean-François e VALLOTTON, François (dir.) – *Culture de mass et culture médiatique en Europe et dans les Amériques, 1860-1910*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009, p. 16.

⁸⁵⁵ Apesar das normas legais exigirem a identificação do proprietário, ou director, e do editor (cf. decretos-lei n.º 270 de 15.11.1837; 253 de 24.10.1840; 144 de 17.5.1866 e n.º 76 de 29/3/1890), nem sempre tais exigências foram cumpridas.

(1833-1910). Os resultados revelam a complementaridade entre uma actividade profissional principal (funcionalismo, comércio, profissões liberais) e a intervenção pública na imprensa, podendo, na verdade, tal aliança contribuir para potenciar a eficácia enunciativa da escrita periódica.

A complementaridade caracterizou também a ligação com o público-leitor implícito, implicado, solicitado e atraído pelo periódico, como bem testemunha a proposta que Emílio Galvão, advogado na cidade de Silves, dirigiu ao redactor principal da *Gazeta do Algarve*:

Vejo com suma satisfação, que além dos relevantísimos serviços que prestas à humanidade, pugnando pela conservação da vida dos teus semelhantes, **te dedicas** de modo muito louvável **a implantar** nesta mimosa província do Algarve, **pela imprensa**, cujo órgão local é a tua bem elaborada *Gazeta do Algarve*, **a instrução, desenvolvimento e progresso, que é hoje o desideratum de todas as localidades, que pretendem merecer alguma consideração no mappa político da nação a que pertencem. A missão é pesada, e a amizade que te consagro, não consente que leves sobre os ombros tão pesada cruz sem o auxílio de quem te é verdadeiramente afeiçoado e ofereço-te o meu: acceitas?** Obtendo resposta afirmativa, serei o teu Cireneu, seguirei o caminho que seguides e partilharei dos teus sacrifícios e da tua glória!

Não te ocultarei, meu Soares, que me sobra tanto em desejos, quanto em falta de recursos, pois que estando ainda há pouco tempo nesta província, pequeno conhecimento tenho dela na verdade, para que os meus escritos versem sobre matéria íntima e peculiar aos diversos ramos e necessidades particulares da mesma; mas **ninguém deixará por certo de convir, em que a instrução do povo é o primeiro bem de uma nação, e aqui porei eu principalmente a minha mira procurando na variedades das ciências, das belas artes, e das instituições úteis os elementos necessários para a confecção dos meus escritos, que subordinarei à epigrafe geral de *Miscelânea de conhecimentos úteis*.** Sei, que tenho de arrostar com esse terrível phantasma, que é incansável a perseguir a todos aquelles, que lançam os seus escriptos á arêna da publicidade, denominado *censura publica*, porem os principios, em que vivo, não me levão ao terror, que ella me poderia causar, porque aceito a censura justa, e repillo a injusta [...].

Não é, acredita, meu Soares, a estulta vaidade que me leva a inserir o meu nome nas páginas do teu illustre jornal, **como escritor público**, mas sim o muito respeito e consideração que te dedico e que me levam a auxiliar-te em tão árdua empresa.⁸⁵⁶

Com efeito, Emílio Galvão passou a assegurar regularmente a coluna dedicada aos «conhecimentos úteis». Mas não só de colaboração proveniente de grupos profissionalmente ilustrados se fez a realidade redactorial do universo periodístico, como atestam as secções da correspondência, que não são, nas quatro páginas dos periódicos, um espaço editorial desprezível. Tomemos como exemplo o jornal *O Algarviense* (5.4.1863-18.12.1864), cuja particularidade se traduz no facto de ter sido o primeiro a dirigir-se e a representar o público-leitor no Algarve, ainda que editado e impresso em Lisboa, o que representa, de resto, um bom indicador do crescimento do número de leitores na periferia e da eficácia que, na década de 1860, a rede de comunicações obteve.

⁸⁵⁶ Subls. meus. *Gazeta do Algarve*. Lagos, n.º 24, 11.6.1873, p. 2.

O jornal reivindicou à esfera pública um lugar inédito, o da defesa e representação de uma região que, até então, não tinha voz própria no espaço público português, visando criar um canal público que sustentasse as interações regulares e recíprocas entre o Algarve e Lisboa, sede do governo central, como explicou o redactor:

Não tendo o Algarve sido representado na imprensa, por jornal algum, que, com especialidade, tenha defendido os seus interesses, e assiduamente pugnado pelos melhoramentos de que tanto carece, é por isso que tomamos a deliberação d'este tão espinhoso, quanto difficil encargo.⁸⁵⁷

Para levar a bom porto esta empresa, o director da publicação, estando em Lisboa, assumiu o papel de mediador, contando com uma massa estável de leitores e de escritores-correspondentes, que cumpriram o papel de interlocutores na província. O seu peso na edição do periódico comprova-se através do *Quadro VI.7 Resumo da distribuição relativa de conteúdos n' O Algarviense (5.4.1863-18.12.1864)*, onde fica evidenciado que a secção da correspondência ocupou, em termos médios de distribuição relativa de conteúdos, o terceiro lugar no compósito editorial, sendo estruturante, como pudemos asseverar através da análise número a número. Nessa análise mais fina, comprovou-se a presença em todos os números do jornal, contabilizando trezentas e uma (301) correspondências, oriundas, com mais intensidade, de zonas urbanas, mas também de zonas semi-rurais e rurais, tais como Alte no concelho de Loulé, Azinhal no concelho de Castro Marim, ou Odeceixe no concelho de Aljezur, como se observa no *Quadro VI.8 Distribuição geográfica das correspondências d' O Algarviense (5.4.1863-18.12.1864)* e *Figura VI.2 Distribuição geográfica das correspondências d' O Algarviense (5.4.1863-18.12.1864)*.

A adesão dos leitores à escrita foi significativa, desenhando uma geografia mental que diluiu as distâncias e conferiu identidade ao periódico. Esta identidade não teve, porém, uma matriz exclusivamente provincial, como evidenciou a análise quantitativa à natureza geográfica de cada secção de conteúdos, sistematizada no *Quadro VI.9 Resumo da análise quantitativa (média) por escalas ao jornal O Algarviense*. Os resultados alcançados e que, pela mesma metodologia, podem ser experimentados em outros títulos, produzem argumentos capazes de rever, ou precisar, os conceitos de imprensa local / regional/ nacional. Com efeito, o que pode observar-se é uma orgânica fragmentária e compósita de conteúdos, que escapa a etiquetas reductoras.

⁸⁵⁷ *O Algarviense*. Lisboa, n.º 1, 5.4.1863, p. 1.

No universo dos escritores-correspondentes, encontram-se cento e sessenta e dois (162) indivíduos identificados, embora alguns apenas por iniciais, e os restantes cento e trinta e nove (139) aparecem como «um correspondente», ou sob referências análogas. Entre os identificados, reconhecemos nomes de funcionários da administração local, militares, professores, eclesiásticos, comerciantes e proprietários. Sendo certo que a imprensa foi frequentemente animada pelo escol letrado e politicamente empenhado e reflectiu, nessa medida, a sua visão da sociedade, a dimensão integradora do periodismo trouxe à arena vozes e mãos, por norma, afastados da escrita pública, fazendo emergir novos perfis de autoria, que o anonimato ou o uso das iniciais denunciavam.

O caso do *Jornal dos Artistas* (11.11.1875-20.9.1877)⁸⁵⁸ é, sob este ponto de vista, paradigmático. O jornal foi fundado com o fim específico de organizar e emancipar as classes laboriosas, promovendo a sua instrução e a catequização democrática. Domingos Leonardo Vieira, junior, e Gomes Leal, redactores principais, assumiram a pertença à classe e, em seu nome, levaram por diante um jornal que pretendeu ser construído para e pelos artistas, como pode ler-se no seguinte excerto:

É uma grande glória para o Algarve, uma das maiores glórias de que ele se pode ufanar, que sendo um província onde há pouco passou, cheia de devastações a fome, seja nela mesma onde se encontrassem bastantes elementos de vida, de coragem e de dedicação para que os artistas coligando-se tratassem de criar esta outra enorme força do seculo XIX que se chama um jornal – e um jornal protestando pelos seus grandes e desconhecidos direitos.

[...]

A palavra falada é uma grande alavanca, mas a palavra escrita é a mais excelsa das alavancas dos poderes humanos.

É por ela que o homem perpetua as suas criações, a sua história, os seus costumes, as suas religiões, e mais que tudo as suas lutas.

N'um jornal pois, criado como este para um fim tão eminentemente civilizador e necessário poderá o artista vir trazer como a um tribunal os seus justos agravos contra as autoridades constituídas que não souberem a sua missão, prolongar a órbita dos seus conhecimentos, ensinar a soletrar a seus filhos e encontrar o civilizador credo do evangelho social.

O fim d'um jornal é como o da luz – iluminar. Iluminar por baixo a sociedade é a primeira missão d'um jornal que se cria com um fim útil; d'aí a profunda e elevada missão de todo o artista, havendo de contribuir com o seu desprezo para o aniquilamento, ou pelo menos desprestígio, de tanto jornal inútil que como as rãs só sabem grasnarem e revolverem-se no lodo, propagando subversões, fanatismos e velharias teocráticas e políticas.⁸⁵⁹

O jornal alcançou uma importante mobilização social ao longo da região, instruindo e auxiliando a classe artística em diversas iniciativas associativas, que promoveu

⁸⁵⁸ Publicou-se em Portimão, entre 11.11.1875 e 20.9.1877, sob a direcção de Domingos Leonardo Vieira Junior. O jornal era composto por 4 páginas, em formato de 45cm, e teve uma tiragem regular de 3500 exemplares, sendo impresso na Tipografia do *Correio do Meio-Dia*. Incluiu no primeiro ano de publicação, com regularidade mensal, uma gravura retrato na 1.ª página e a respectiva biografia.

⁸⁵⁹ Subls. meus. *Jornal dos Artistas*. Portimão, n.º 3, 25.11.1875, p. 1.

em todos os números, como meio de estabelecer a afirmação lícita e digna do operário e de conquistar os seus direitos. Assumindo a dimensão actuante da imprensa⁸⁶⁰, o jornal interferiu quer na organização social, quer nas práticas culturais coetâneas, fomentando, a participação no espaço público dos que longamente se mantiveram excluídos do palco da publicidade.

A invulgaridade de escrever para o público compreende-se pelos exórdios dos que responderam ao apelo do *Jornal dos Artistas*. Nesses textos, afloram com frequência as fórmulas retóricas que expressam a «incapacidade» ou a dificuldade do escrevente, como demonstram os exemplos seguintes:

[...] entre todos o mais humilde e menos digno, abalancei-me a redigir como pude as poucas e rudes linhas que seguem e cuja publicação solicito nas colunas do seu muito lido jornal se por ventura vv. as acharem dignas de ver a luz.

A pouca proficiência e nula perfeição com que são escritas desculpá-las-ão vv. e os benévolos leitores que bem podem medir pelo desuso para nós geral nas lides da pena, quanto me custaria este mesmo trabalho.⁸⁶¹

Sr. redactor, pela primeira vez na minha vida, lanço mão da pena para traçar algumas linhas a fim de serem publicadas em papéis públicos [...].⁸⁶²

Com efeito, não consideramos tratar-se da prosa de quem revela reduzida proficiência no domínio da escrita, como a estratégia utilizada da *captatio benevolentiae* contestaria. Ainda assim, o discurso é o de quem se assume enquanto novo sujeito da escrita pública, cuja identidade social esteve afastada do acesso à autoria, levando aquele que escreve a posicionar-se no quadro de referência tradicional.

A imprensa penetrava a psicologia do indivíduo, reposicionando-o social e culturalmente.

Com um carácter cada vez mais universalizante e interligado, terá este meio cultural proporcionado, por outro lado, uma vida intelectual continuamente estimulante e o acesso aos núcleos e circuitos da cultura erudita? A secção seguinte procura responder a esta interrogação.

⁸⁶⁰ No n.º 18, de 10.3.1876, lê-se: «É preciso que compreendamos que uma das missões mais altas da sociedade é o sacerdocio da imprensa, a ella deve a humanidade a maior parte dos beneficios e regalias de que goza.» No n.º seguinte, a ideia é retomada: «A imprensa é o vastissimo campo da luta do crer e do pensar de todos os homens: ahi se dão as primeiras batalhas, batalhas incruentes, que são como o prologo de outras, muitas vezes, tremendas mas fatais, e que o sangue alaga a terra, até que a vitória coroa o vencedor pela ideia nova. [...]

Quando dizemos imprensa, abrangemos sempre o jornal e o livro.»

⁸⁶¹ *Jornal dos Artistas*. Portimão, n.º 13, 3.2.1876, p. 3.

⁸⁶² *Id.*, n.º 16, 24.2.1876, p. 3.

VI.2 Autoria no circuito da cultura erudita: a trajetória de José Joaquim Nunes

José Joaquim Nunes nasceu em Vila Nova de Portimão a 4 de Dezembro de 1859, filho de uma família de fracos recursos socioeconómicos. Edificou todo o seu trajecto fora do quadro institucional legitimador da prática científica, o que não impediu que granjeasse o reconhecimento académico-científico, à margem do processo de institucionalização do Saber que coetaneamente se edificou. Atendendo aos pontos de partida e ao de chegada deste intelectual⁸⁶³, que escapou à normatividade socioinstitucional, interessou-nos clarificar o processo, ou seja, os mecanismos, os recursos e as estratégias que José Joaquim Nunes mobilizou a partir da periferia, onde escasseavam os recursos da cultura erudita – bibliotecas, arquivos, espaços de estudo, ambiente intelectual estimulante –, mas onde viveu e trabalhou até 1912.

Para esta análise, socorremo-nos de fontes de natureza biográfica, que integram as suas produções impressas (jornais e livros), a bibliografia passiva e ao seu processo enquanto académico, depositado no arquivo da Academia das Ciências de Lisboa, privilegiando, no caso das produções da sua autoria, os elementos paratextuais que apontam para a existência de relações intelectuais e metodologias de trabalho. As limitações deste tipo de fontes colocam-se na medida em que constituem geralmente listas de produções bibliográficas e de funções, dispostas cronologicamente, originando a «ilusão biográfica»⁸⁶⁴ de um percurso evolutivo ascendente. Ao abordar as trajetórias de vida dos intelectuais que se formaram e obtiveram reconhecimento vivendo na periferia, estes discursos tornam-se ainda mais ilusórios, atendendo à fraca espessura

⁸⁶³ Foi-nos de grande utilidade epistemológica o estudo de Maria de Lourdes Lima dos Santos dedicado à temática do intelectual: SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. Sobre o mesmo tema, v. RAMOS, Rui – «A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)». [em linha]. *Análise Social*. Vol. XXVII, 1992, p. 483-528.

Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122305425608cDG4ay1Vx87IJ0.pdf>.

⁸⁶⁴ O controlo das fontes de natureza biográfica é abordado por Pierre Bourdieu em «Ilusão biográfica», onde alerta para a «criação artificial de sentido» e sublinha a inadequação de uma análise sequencial determinada pela retórica biográfica: «Tentar compreender uma vida como uma série única e bastando-se a si mesma de acontecimentos sucessivos sem outro nexo além do da associação a um “sujeito” cuja constância não é sem dúvida senão a de um nome próprio é mais ou menos tão absurdo como tentar dar conta de um trajecto no metropolitano sem se levar em conta a estrutura da rede, quer dizer, a matriz das relações objectivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos definem-se como outras tantas colocações e deslocações no espaço social, quer dizer, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos levando de uma posição a outra (de um editor a outro, de uma revista a outra, de um bispado a outro, etc.) define-se, segundo toda a evidência, na relação objectiva entre o sentido no momento considerado dessas posições no interior de um espaço orientado.» In BOURDIEU, Pierre – *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 58-59.

institucional que a caracteriza, como se lê, por exemplo, neste excerto autobiográfico de José Joaquim Nunes: «por maior, porém, que fosse o meu empenho em acertar, tive de lutar com a grande desvantagem de quem vive num recanto da província, longe dos grandes centros e portanto do convívio de pessoas e livros»⁸⁶⁵ e que mais empolam a trajetória «heróica» do protagonista da narrativa biográfica.

Para contrabalançar este efeito, privilegiámos fontes de natureza diversa, que permitiram potenciar as possibilidades de interpretação. Referimo-nos ao acervo epistolográfico trocado entre José Joaquim Nunes e José Leite de Vasconcelos, depositado na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia. Trata-se de um acervo composto por 150 espécies enviadas por José Joaquim Nunes ao longo de cerca de 30 anos de relação epistolar (1892-1920?)⁸⁶⁶, que nos coloca perante o indivíduo no seu fluir histórico, «em posição e em relação, na acção e na interacção»⁸⁶⁷.

O contacto com este *corpus* e a exploração dos assuntos aí abordados levou-me a formular a hipótese, que a seguir examino, de considerar a correspondência como uma instituição – não oficial, mas formal – da educação e afirmação literárias no circuito da cultura erudita, a par, ou porventura a montante, da institucionalização oficial dos saberes que caracteriza o último quartel de Oitocentos.

VI.2.a Em torno do género epistolar

A correspondência foi um espaço de sociabilidade privilegiado, alcançando uma fortuna notável ao longo dos tempos, como assinalou José Inácio Roquete⁸⁶⁸: «Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar»⁸⁶⁹. Encerrada entre as rígidas fórmulas de abertura e de fecho, a flexibilidade, a hibridez e a reciprocidade são traços distintivos deste género narrativo. Acessível tanto ao literato, quanto ao homem comum, arriscamos a afirmar que a carta é um género para todos, onde incluem-se os analfabetos, que não sabendo escrever as ditam e não sabendo ler as escutam. Esta abrangência justifica a consideração do género epistolar

⁸⁶⁵ *Crestomatia arcaica: excertos de Literatura Portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI.3.*^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943 [1906], p. x.

⁸⁶⁶ V. Anexo n.º 51 *Cronologia das cartas enviadas por José Joaquim Nunes (1849-1932) a José Leite de Vasconcelos (1848-1941); tipo, locais de envio e de destino (1892-1920)*.

⁸⁶⁷ ROCHE, Daniel – «Para a história dos consumos culturais». In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François, dir. – *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998 [1997], p. 48.

⁸⁶⁸ ROQUETE, J.-I. [José Inácio] – *Código do bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIXº século*. Nova edição corrigida e consideravelmente aumentada. Paris: Vª J. P. Aillaud, Guillard e C.^a, 1875 [1845].

⁸⁶⁹ *Id.* p. 208.

como fonte «eminentemente globalizada e globalizadora»⁸⁷⁰, capaz de aproximar e relacionar diferentes pessoas, culturas e povos, de encurtar distâncias e de quebrar isolamentos (físicos ou intelectuais). Nesta perspectiva, a carta não é vista como mero instrumento, *medium*, mas também e, principalmente, como fonte de cultura⁸⁷¹.

Com longa e larga tradição ao nível das relações sociais, económicas, políticas e culturais, são plurais os ângulos de análise que incidem sobre a epistolografia. Em Portugal, os estudos costumam advertir para a escassez de bibliografia teórica e crítica, mas essa é uma posição que tem vindo a ser invertida nos tempos mais recentes. As abordagens nas vertentes literária⁸⁷², linguística⁸⁷³, histórico-cultural⁸⁷⁴ e interdisciplinar⁸⁷⁵

⁸⁷⁰ CRUZ, Duarte Ivo e CORTEZ, Marília Martins – «Internacionalização e modernização dos correios 1850-2008». In CONFRARIA, João, coord. – *As comunicações na Idade Contemporânea: tempos digitais*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2008, p. 342.

⁸⁷¹ Afirmam CRUZ e CORTEZ – *Op. cit.*, p. 343: «E isto envolve, a montante, um exercício de escrita e uma concretização de relacionamento, que são em si mesmos actos de cultura, quantas vezes de literatura, dramática ou não: e por isso, o correio, outra vez se dirá, constitui simultaneamente um poderosíssimo factor de criação e de divulgação cultural – através de textos, através de imagens, e outra coisa não é o selo senão uma imagem, mais ou menos artística...».

Em «Eu ainda sou vivo. Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar», Rita Marquilhas precisa: «Adoptando então uma perspectiva dos textos enquanto discursos que participam do processo de construção da respectiva cultura, deverá ser substituída a pergunta formulada acima, i.e., como era a cultura reflectida na carta? por esta outra: por que meios a carta se constituiu em discurso?», in MARQUILHAS, Rita – «Eu ainda sou vivo. Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar». *Estudos de Linguística Galega*. [em linha] 1. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2009, p. 58. [Consult. 10 Mar. 2014]. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305626315010>.

⁸⁷² Cumpre destacar no campo literário: ROCHA, Andrée – *A Epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985 [1964]. SIMÕES, Maria João – *Correspondências: Eça e Fradique: análise de estratégias epistolográficas*. 1987. Dissertação de mestrado em Literatura Comparada, apresentada à FLUC. ALMEIDA, Maria Teresa Alves Sousa – *Para uma estilística da carta: La Nouvelle Héloïse*. 1988. Tese de doutoramento apresentada à UNL. ALMEIDA, Maria Teresa Sousa (org.) – *Correspondências*. Lisboa: Edições Colibri, n.º 1, 1998. ANASTÁCIO, Vanda (org.) e FLOR, João de Almeida et al. (anot.) – *Cartas de Lília a Tirse (1771-1777)*. Lisboa: Edições Colibri e Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2007. JORGE, Teresa Margarida dos Anjos Reis – *Alexandre Herculano nos seus papéis: estudo e edição da correspondência autógrafa*. 2009. Tese de doutoramento em Estudos Portugueses, especialidade de Crítica Textual, apresentada à FCSH-UNL. CRISTO, Ana Teresa Fernandes Peixinho de – *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010. SENA-LINO, Pedro – «Cartas Corridas». In *Géneros Literários: Continuidades e Rupturas, da Antiguidade aos Nossos Dias*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, 2010, p. 73-81.

⁸⁷³ Sob o escopo da análise linguística, veja-se: SEARA, Isabel Roboredo – *Da Epístola à Mensagem Electrónica: Metamorfoses das Rotinas Verbais*. 2008. Tese de doutoramento em Linguística, apresentada à Universidade Aberta. Rita Marquilhas tem produzido vários artigos sobre a produção epistolar de gente comum, partindo da análise linguística, enriquecidos por contributos oriundos de outras áreas disciplinares. Consulte-se: MARQUILHAS, Rita – «Una gran sala com la puerta abierta: cartas imaginarias desde la cárcel de la Inquisición (Portugal, siglo XVII)». In CASTILLHO GÓMEZ, Antonio e SIERRA BLAS, Verónica, eds. – *Letras bajo sospecha: escritura y lectura en centros de internamiento*. [em linha] Gijón (Astúrias): Ediciones TREA, 2005, p. 43-75. [Consult. 21 Mar. 2014]. Disponível em http://www.clul.ul.pt/files/rita_marquilhas/Una_gran_sala-Final.pdf. *Id.* – «Eu ainda sou vivo. Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar». *Estudos de Linguística Galega*. [em linha]. 1, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, Jan.-Dez./2009, p. 47-65. [Consult. 23 Set. 2014]. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305626315010>.

comprovam o renovado interesse pelo género. Ao nível internacional, os contributos são mais numerosos e variados, com destaque para a produção francesa e americana que exercem forte influência sobre os estudos nacionais, os quais, partindo de bases teóricas distintas, permitem afinar noções e instrumentos de trabalho⁸⁷⁶. No quadro da história cultural, a correspondência pessoal poderá contribuir para melhor compreender os modos de circulação e apropriação de textos e referências literárias, reconstituir redes de sociabilidade intelectual, acompanhar o progresso da actividade intelectual de um leitor em particular e a sua formação enquanto autor.

O *corpus* em análise não tem estatuto literário e estabelece uma «forma de comunicação e de troca» que liga «num projecto comum, duas instâncias (destinador e destinatário) postulando-se o conceito de reciprocidade»⁸⁷⁷. Esta definição enquadra-se no modelo de comunicação transaccional que propõe: «a comunicação em termos de transacção, de troca, de acção e reacção, desempenhando cada intervenção de um locutor o papel de estímulo.»⁸⁷⁸. Na prática, este enquadramento conceptual coloca a tónica sobre a dialogia, a permuta, o «pôr em comum» de que fala Andréa Rocha⁸⁷⁹, trazendo à

⁸⁷⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz, coord. – *As Comunicações na Idade Média*. (S.l.) [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002. NETO, Margarida Sobral, coord. – *As Comunicações na Idade Moderna*. (S.l.) [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005. CONFRARIA, João coord. – *As comunicações na Idade Contemporânea: tempos digitais*. (s.l.) [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2008. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, ALMEIDA, Teresa Sousa de e ANASTÁCIO, Vanda, orient. – *Correspondências: usos da carta no Século XVIII*. Lisboa: Edições Colibri / Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005. LISBOA, João Luís e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis – «A cultura escrita nos espaços privados. Os usos da correspondência». In MATTOSO, José, dir., e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da Vida Privada em Portugal*. (S.l.) [Lisboa]: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 366-394.

⁸⁷⁵ A abordagem interdisciplinar é defendida, por exemplo, por Rita Marquilhas (MARQUILHAS – «Eu ainda sou vivo...». 2009) que coordena três projectos de edição e estudo de cartas, designados por CARDS – Cartas Desconhecidas (edição electrónica de cartas produzidas pelo homem comum, depositadas nos arquivos judiciais, anteriores a 1900), FLY 1900-1974 (projecto que visa a recolha, edição electrónica e o estudo interdisciplinar de cartas privadas, produzidas ao longo do século XX por autores dos vários estratos sociais) e o projecto P.S. – *Post Scriptum*, que é uma ampliação dos dois primeiros, visando a constituição de um «Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna» [em linha] Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/pt/investigacao/462-post-scriptum-home>.

⁸⁷⁶ Uma síntese bibliográfica pode ler-se em MAGNAM, André – «Correspondance». In DELON, Michel dir. – *Dictionnaire Européen des Lumières*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, pp. 270-274.

⁸⁷⁷ In SEARA, Isabel Roboreo – *Da epístola à mensagem electrónica: metamorfoses das rotinas verbais*. 2006, p. 29-30. Tese de doutoramento em Linguística apresentada à Universidade Aberta.

⁸⁷⁸ O fundador deste modelo foi Éric Berne (Québec, 1910 – Califórnia, 1970), cujos fundamentos seguimos em SEARA – *Op. cit.*, p. 200-202.

Ao comparar a correspondência de gente letrada com a de gente comum, Rita Marquilhas distinguuiu o carácter *transaccional* do *interaccional*, considerando este último como próprio de epistológrafos recentemente alfabetizados. V. MARQUILHAS – «Una gran sala con la puerta abierta...». 2005.

⁸⁷⁹ In ROCHA, Andréa – *A Epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985 [1964], p. 13: «A carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante. Compartilhado por todos os homens, quer sejam ou não escritores, corresponde a uma necessidade profunda do ser humano. *Communicare* não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda «pôr em comum», «comungar». Escreve-se, pois, ou para não estar só, ou para não deixar só. Lição de fraternidade, em que as palavras

análise os dois interlocutores envolvidos, segundo um código implícito de gratidão e de reciprocidade⁸⁸⁰, que não dispensa nenhum dos interlocutores independentemente da existência dos testemunhos ou dos distintos posicionamentos socioculturais dos intervenientes. Assim considerados, poder-se-á determinar: 1) o teor efectivo da relação; 2) a natureza do vínculo estabelecido; 3) a funcionalidade; 4) a evolução da relação em função da própria história dos epistológrafos; 5) os valores e as ideias com que agem e se relacionam; 6) o significado e a utilidade que os intervenientes atribuem às suas relações.

VI.2.b José Joaquim Nunes e José Leite de Vasconcelos: o *corpus* epistolar

O epistolário de José Leite de Vasconcelos (7.7.1858-17.1.1941) encontra-se depositado no Museu Nacional de Arqueologia e compreende o conjunto epistolográfico que lhe foi remetido por 3690 correspondentes, num total de 24170 espécies. O número conhecido de cartas que lhe saíram do punho é, no entanto, consideravelmente mais reduzido⁸⁸¹. Apesar de ser exíguo o número de documentos editados⁸⁸², o espólio está

substituem os actos ou os gestos, vale no plano afectivo como no plano espiritual, e participa, embrionária ou pujantemente, do mecanismo íntimo da literatura – dádiva generosa e apelo desesperado, ao mesmo tempo.»

⁸⁸⁰ Os estudos antropológicos têm relevado a importância da troca na vida económica e social, quer das sociedades arcaicas quer das contemporâneas, acentuando o carácter obrigatório que, na verdade, a dádiva impõe. V. a este respeito o trabalho fundamental de MAUSS, Marcel – *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, Lda., 2013 [1950].

⁸⁸¹ Existem, certamente, em muitos espólios familiares, cartas remetidas por José Leite de Vasconcelos. A sua localização e identificação dependem da disponibilidade dos proprietários, pelo que daremos conta e socorremo-nos apenas dos núcleos já editados. A saber: *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia) 1879-1899*. Anotações de Mário Cardozo. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento / Instituto de Alta Cultura e Junta de Província do Minho, 1958; BRANCO, Fernando-Castelo – *Correspondência de Leite de Vasconcelos com o Abade Sousa Maia*. Separata do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal, vol. XXVI, fascs. 1-2, 1963; *Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires (Folclore, Filologia, Etnografia e Arqueologia) (1882-1913)*. Prefácio e notas de Eurico Gama. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1964. *Cartas de Leite de Vasconcelos ao bibliófilo António José Torres de Carvalho (1913-1935)*. Introdução e notas de Eurico Gama. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. XXVIII, 1966; RAMOS, Maria Ana – «Palavras entre filólogos: uma carta de Leite de Vasconcelos a Carolina Michaëlis». In *Estudos Portugueses: homenagem a Luciana Stegagno Picchio*. Lisboa: Difel, 1991. p. 143-158.

⁸⁸² Conhecemos na presente data as seguintes edições: CARDOSO, João Luís – *Correspondência anotada de David Lopes a José Leite de Vasconcelos*. Separata de *Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90.º aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2004, p. 451-504. CASTRO, Ivo e VIEIRA, Yara Frateschi – «Ideias e opiniões seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português». *Floema*. [em linha]. Ano V, n.º 5, 2009, p. 83-102. [Consult. 17 Mar. 2014]. Disponível em: <http://zip.net/bpr8RG>. CARDOSO, João Luís – «José Leite de Vasconcelos, pré-historiador: sua projecção internacional». In *150 anos do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos: actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2009, p. 83-180. Inclui a edição das epístolas de 8 correspondentes estrangeiros. SERRAS, Martinha e CARNEIRO, André – «Entre o centro e a periferia: a relação epistolar de J. Leite de Vasconcelos e Manuel Mattos Silva». *O Arqueólogo Português*. [em linha]. Lisboa: série V, 1, 2011, p. 267-300. [Consult. 27 Fev. 2014]. Disponível em: <http://zip.net/bmr6kM>.

acessível ao público, devidamente organizado e inventariado⁸⁸³. A edição integral do conjunto epistolográfico não deixa, por isso, de ser uma necessidade e um serviço de inestimável utilidade para a história da cultura portuguesa contemporânea.

O acervo caracteriza-se por uma enorme variedade autoral e temática, por rica distribuição geográfica dos correspondentes, distribuídos pelo continente, ilhas, vários países da Europa e da América. Do Algarve, comunicaram-se com José Leite de Vasconcelos 94 correspondentes (2,54%), num total provisório de 462⁸⁸⁴ espécies (1,91%)⁸⁸⁵, no período compreendido entre 1892 e 1941, data do seu falecimento. De entre os mais assíduos e duradouros epistológrafos, encontra-se José Joaquim Nunes (Vila Nova de Portimão, 4.12.1859 – Lisboa, 20.7.1932), que foi, segundo os dados fornecidos pelo *Epistolário*, o primeiro correspondente de José Leite de Vasconcelos na região.

As poucas edições trazidas a lume sublinham a importância da correspondência para traçar o perfil do «Mestre», das instituições e das áreas a que ligou o seu nome, muito concretamente os seus métodos de trabalho, a evolução da sua obra, o modo como através da correspondência recolheu informações e objectos, ou o modo como o seu trabalho foi reconhecido no meio científico de além-fronteiras, deixando à meia-luz os seus interlocutores, vistos mais como suportes do que como actores interessados nestas trocas epistolares⁸⁸⁶. Como esclarecemos acima, trataremos a correspondência na sua dimensão dialógica, isto é, considerando o investimento de ambos os interlocutores na comunicação epistolar.

A relação epistolar entre José Joaquim Nunes (1859-1932) e José Leite de Vasconcelos (1858-1941) iniciou-se com grande probabilidade no ano de 1892, data mais recuada dos documentos inventariados. O conjunto de documentos que suporta esta relação é composto por 152 espécies, enviadas a partir de Lagos, Santarém, Beja e Lisboa,

⁸⁸³ RAPOSO, Luís, dir., e COITO, Livia Cristina, coord. – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Suplemento n.º 1 de *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999.

⁸⁸⁴ Fez-se a contabilidade recorrendo à listagem de todas as espécies, cujo local de proveniência foi uma localidade do Algarve, o que significa que não foram contabilizadas as espécies que, pertencendo a correspondentes do Algarve, foram remetidas de outras regiões. Três destas cartas foram atribuídas, com reservas, à cidade de Faro, daí que se tivesse optado por sinalizá-las com ponto de interrogação.

⁸⁸⁵ As cartas foram enviadas de várias partes da região, a saber: Albufeira, 2; Alcoutim, 24; Algoz, 3; Cacela, 5; Caldas de Monchique, 2; Castro Marim, 15; Faro, 130; Lagoa, 2; Lagos, 105; Loulé, 34; Luz 1; Mexilhoeira Grande, 4; Monchique, 32; Olhão, 12; Portimão, 29; Praia da Rocha, 2; Santa Bárbara de Nexe, 1; São Bartolomeu de Messines, 1; São Brás de Alportel, 4; Silves, 37; Tavira, 15; Vila Real de Santo António, 2.

⁸⁸⁶ É exemplo recente SERRAS e CARNEIRO – *Op. cit.*

entre 26.12.1892 e 25.7.1920, estando 129 datadas e 23 sem data. Destas, é possível atribuir datação aproximada a 16, como podemos confirmar no *Anexo n.º 51: Cronologia das cartas enviadas por José Joaquim Nunes a José Leite de Vasconcelos*⁸⁸⁷.

Embora as cartas escritas por José Leite de Vasconcelos não estejam localizadas, não sendo possível convocá-las para o mesmo nível de análise, consideramos possível decifrar algum do seu conteúdo narrativo, atendendo a que, enquanto destinatário, é figura omnipresente da escrita de José Joaquim Nunes⁸⁸⁸. Por outro lado, teremos em atenção a correspondência editada⁸⁸⁹, quando se observem similitudes entre os assuntos tratados que permitam uma melhor compreensão do contexto epistolográfico.

VI.2.c O posicionamento dos agentes no campo intelectual

Quando José Joaquim Nunes iniciou a troca epistolar com José Leite de Vasconcelos contava trinta e três anos de idade, apenas menos um que o seu correspondente. Não obstante a proximidade das idades, as suas posições no campo intelectual português eram desiguais.

De entre as razões para a assimetria pode, desde logo, alegar-se os diferentes percursos escolares. José Leite de Vasconcelos cursou Ciências Naturais na Academia Politécnica do Porto (1879-1881) e realizou o curso de Medicina-Cirúrgica (1881-1886). José Joaquim Nunes fez o percurso permitido pelo anteriormente caracterizado contexto de formação literária. Realizou uma alfabetização informal⁸⁹⁰, concluindo a instrução primária por intervenção posterior do escrivão da Câmara Municipal, Aires António de Azevedo. Sob a sua protecção, ingressou no Seminário de São José como aluno gratuito, onde concluiu os estudos secundários e o curso teológico, com vista à carreira eclesiástica.

⁸⁸⁷ Cada carta está identificada por uma cota. De modo a servir a lógica interna deste trabalho, organizámos o conjunto por ordem cronológica, atribuindo-lhe uma numeração sequencial. Assim, cada referência será feita com base nessa numeração, seguida pela respectiva cota.

⁸⁸⁸ V. *Anexo n.º 52: Cartas de José Joaquim Nunes a José Leite de Vasconcelos (1892-1920)*.

⁸⁸⁹ Auxiliamo-nos quer das edições da correspondência da autoria de José Leite de Vasconcelos, quer dos epistológrafos que com ele se cartearam.

⁸⁹⁰ V. CANDEIAS, António – «Alfabetização e escola em Portugal na transição de século: dados e perspectivas». *Oficina do CES*. [em linha] Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1998, n.º 105, p. 1. [Consult. 28 Mai. 2013]. Disponível em: www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2509. *Id.* – «Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português». In CORREIA José Alberto, CORTEZÃO, Luísa e STOER, Stephen org. – *A transnacionalização da educação: da crise da educação à «educação» da crise*. Porto: Editorial Afrontamento, 2001, pp. 23-89.

No domínio da produção intelectual, José Leite de Vasconcelos contava com numerosa bibliografia⁸⁹¹, dirigia a conceituada *Revista Lusitana* desde 1887, exercia o cargo de conservador da Biblioteca Nacional (1888-1911) e estava em vésperas de ver concretizada a criação do Museu Etnológico Português (20/12/1893) (actual Museu Nacional de Arqueologia José Leite de Vasconcelos), peça fundamental para o seu vasto plano científico de «conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português»⁸⁹². Por seu lado, José Joaquim Nunes experimentara a carreira das letras como tradutor, tendo traduzido do francês a *História da Beata Margarida Maria ou Origem da devoção ao coração de Jesus*, que surgiu no mercado com revisão do Padre Senna Freitas, por ser o tradutor um desconhecido no campo literário⁸⁹³. Colaborava na imprensa regional e em alguns periódicos de Lisboa; fora um dos fundadores do jornal *O Lacobrigense* (1891) e publicara as suas primícias literárias no livro *Contos ao Lar*⁸⁹⁴ (1888), sob pseudónimo Júlio Ventura, reunindo uma colectânea de contos que publicara previamente em folhetins na imprensa. Apesar de apresentar um capital cultural menor no que concerne à formação escolar e à produção literária, José Joaquim Nunes era uma personalidade actuante no circuito letrado da província, sendo reconhecido pelo seu desempenho nos domínios do ensino⁸⁹⁵, da imprensa e da capelania militar.

⁸⁹¹ A lista completa da bibliografia Leiteana pode consultar-se em CEPEDA, Isabel Vilarés – «Bibliografia de José Leite de Vasconcelos». In *José Leite de Vasconcelos: livro do centenário (1858-1968)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960, p. 139-265.

⁸⁹² In VASCONCELOS, J. Leite de – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915, p. 91.

⁸⁹³ BOUGAUD, Padre – *Historia da Beata Margarida Maria ou Origem da Devoção ao Coração de Jesus*. Tradução de José Joaquim Nunes, revista pelo Padre Senna Freitas. 2.^a edição. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores, 1879.

⁸⁹⁴ O livro reuniu alguns dos contos entretanto publicados nos jornais, destinados à leitura popular, com um fundo recreativo-moral: VENTURA, Júlio, *Contos ao lar*. Lisboa: Livraria Zeferino, 1888.

⁸⁹⁵ José Joaquim Nunes desempenhou sempre em simultâneo as funções de pároco e de professor. Foi ordenado em 1882, sendo seguidamente nomeado coadjutor nas paróquias de Estoi, Martinlongo, Castro Marim (1884-1885) e, por fim, pároco encomendado de Alferce (1886-1889?). Em 1889 (carta 16376), foi provido capelão do regimento de infantaria do Ultramar e transitou, a seu pedido, para o exército de terra, sendo colocado no regimento de infantaria 15, aquartelado em Lagos. Em 1901, o regimento foi transferido para Tomar e José Joaquim Nunes pediu para ser colocado em Santarém, no regimento de Caçadores n.º 7, onde permaneceu 3 anos, transferindo-se no início de 1904 para o Regimento de Infantaria 17, em Beja, onde terminou a carreira eclesiástica, com a implantação da República. Embora não seja referido o exercício de funções como professor do ensino primário, José Joaquim Nunes participou nas Conferências Pedagógicas realizadas em Faro, nos dias 3, 4 e 7 de Outubro de 1884, na qualidade de professor do concelho de Castro Marim, nas quais foi relator da comissão encarregada pela elaboração do programa de Moral e Doutrina Cristã, comissão essa composta, para além do relator, por um presidente, a professora Maria Vitória Claudina Pinto (concelho de Alcoutim), e por um secretário, o professor António do Nascimento Teixeira (concelho de Tavira). A omissão a este facto na sua biografia pode dever-se ao facto de José Joaquim Nunes ter assegurado o exercício das funções sem o recurso a concurso, substituindo o professor daquela cadeira, Ernesto Ribeiro Mendes, que falecera pouco tempo antes. Sobre este assunto v. *Livro Lançamento das Actas das Conferências Pedagógicas, do ensino primário*. [Ms.]. 1884. Acessível em ADF, AHMF, A/1-1.

Não obstante o desequilíbrio assinalado, houve no contexto social de origem alguns paralelismos. José Leite de Vasconcelos descendeu de família fidalga, mas, à data do nascimento, a situação financeira da família era melindrosa. O esforço, a aplicação individual e o autodidactismo fizeram parte da sua formação inicial⁸⁹⁶, tendo de abdicar dos estudos em nome do sustento da família. Aos 17 anos era empregado da administração do concelho de Mondim da Beira e o seu ordenado constituía o principal rendimento da casa. Por intermédio de um tio, António Leite, conseguiu trabalho no Porto como amanuense do Liceu, permitindo-lhe retomar os estudos. José Joaquim Nunes, por seu lado, nasceu no seio de uma família pobre, começando a trabalhar como ajudante do escrivão da Câmara Municipal por volta dos 12 anos de idade. Foi este o mediador e o protector da vida escolar de José Joaquim Nunes, oferecendo-lhe a possibilidade de concluir o ensino primário, seguidamente o secundário e o curso teológico, horizonte-limite dos estudos provinciais⁸⁹⁷. A austeridade pautou a formação inicial dos dois epistológrafos e tornou-os gestores exigentes dos recursos disponíveis.

VI.2.d O pacto pedagógico⁸⁹⁸

Não foi possível determinar quem fez o primeiro contacto, mas conhecem-se o contexto e os objectivos das ligações epistológraficas de José Leite de Vasconcelos. A propósito da edição da *Revista Lusitana*, fundada em 1887, Leite de Vasconcelos quis reunir colaboradores das várias regiões para coligir materiais, estudá-los e divulgá-los, seguindo a metodologia e os critérios que o autor já apontara em trabalhos anteriores⁸⁹⁹. Em carta ao elvense António Tomás Pires expôs o seu plano e questionou-o:

⁸⁹⁶ GUERREIRO, Manuel Viegas – «Notas para uma biografia do Doutor José Leite de Vasconcelos». In *José Leite de Vasconcelos: livro do centenário (1858-1968)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960, p. 113: «Aprendeu por si uns nadas de inglês e italiano, em gramáticas velhas da livraria do tio António Leite, do qual traçou expressiva biografia e publicou um retrato nas citadas *Memórias* a pp. 298-311.

No tempo que se seguiu ao exame de instrução primária frequentou regularmente a biblioteca do tio, na qual travou entusiástico conhecimento com os nossos autores clássicos. Leu igualmente Herculano, Garrett, Castilho, Mendes Leal, João de Lemos, Soares de Passos, em livros que lhe emprestava José de Nápoles, de uma boa e rica família de Sarzedo [...].»

⁸⁹⁷ NUNES – «Posfácio à 5.ª edição». In *Crestomatia Arcaica*, 5.ª ed., p. 456.

⁸⁹⁸ Apropriamo-nos do conceito de LEJEUNE, Philippe – «Le pacte autobiographique». *Poétique*. 14, 1973, pp. 137-162, como forma de valorizar a natureza do compromisso que se estabelece entre os sujeitos da escrita epistológrafica.

⁸⁹⁹ O conhecimento do local como condição fundamental para a história nacional foi defendida reiteradamente por José Leite de Vasconcelos, como em *Lingoas Raianas de Tras-os-Montes: succintas notas philologicas*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1886, p. 10: «Se em Portugal se compreendesse que, sem o conhecimento minucioso das provincias, se torna verdadeiramente impossivel escrever uma historia completa do nosso país, já há muito se haverião disposto as cousas para um estudo no sentido em que eu dirigi o meu neste caso. Que consciencia tem de si uma nacionalidade que ignora os seus fastos, e despreza quasi sempre os materiaes que os deverião constituir?»

Eu talvez até adopte o systema de, quando puder ser, distribuir as tradições populares em secções segundo as provincias; assim o amigo fica naturalmente com as Tradições populares do Alentejo em que pode incluir cantigas, romances, contos, superstições, adivinhas, adagios, etc.. **Não poderá arranjar por ahi alguém que se ocupe do Algarve? Algarvio era melhor.** (Carta de 15.9.1886, p. 78).

Este *modus operandi* permitiu a José Leite de Vasconcelos ter acesso a fontes locais, orais ou escritas, e formar uma comunidade de estudiosos locais que desenvolveu o estudo das tradições portuguesas, muitos dos quais colaboraram quer na *Revista Lusitana* quer n' *O Archeologo*, enquanto colectores e editores.

A iniciativa do contacto não é neste contexto relevante, pois a manutenção da troca epistolar só se decide pela aquiescência do destinatário, que, estando obrigado ao dever de resposta pela ética que a própria correspondência impõe, reserva-se a liberdade de escolher o interlocutor. A primeira carta datada assenta o dia de 26 de Dezembro de 1892 e é a partir dela que podemos determinar a natureza do vínculo estabelecido e traçar a evolução da ligação entre os correspondentes. Trata-se de uma resposta directa a questões e pedidos de José Leite Vasconcelos, na qual José Joaquim Nunes demonstra empenho em colaborar e em fornecer os dados requeridos. Depois de expor os resultados obtidos pelo estabelecimento de novos contactos a nível local⁹⁰⁰ e pelas recolhas de literatura tradicional, que nesta data lhe envia, aparentemente com carácter gratuito, José Joaquim Nunes enuncia o que espera alcançar através desta relação epistolar: «Cá irei respingando o que puder, pois não só isso **me instrue** como sobretudo **tenho o maximo praser em ser lhe agradável.**»⁹⁰¹.

As cartas seguintes, ao longo de 1893, relatam a aquisição de uma pedra com caracteres ibéricos, localizada em Bensafrim (concelho de Lagos), sobre a qual José Leite de Vasconcelos demonstrou muito interesse⁹⁰². Neste período, José Joaquim Nunes des-

⁹⁰⁰ Ao estabelecimento de uma linha de contacto entre José Leite de Vasconcelos e um correspondente numa outra parte do país, correspondeu a criação de novas redes de comunicação locais, que criaram o ambiente favorável a este tipo de pesquisas, difundindo o interesse por tais matérias. A questão de difundir e de sensibilizar o maior número de pessoas possível para o valor das tradições é declarada, por exemplo, na abertura do *Anuario para o estudo das Tradições Populares Portuguesas*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.^a - Editores, 1882, p. III, o autor declara: «Com tal publicação teem-se em vista dois fins: reunir alguns materiaes do nosso folklore e **propagar no paiz o gosto por estes estudos**». (subls. meus).

Na carta agora em análise (n.º 1; 16981; 26.12.1892), diz José Joaquim Nunes: «Quanto às informações que me pede acerca da pedra, **escrevi ao meu amigo P.^e Gloria e aqui vae a resposta.**» (subls. meus); e noutra volta a referir: «tratei de colher cantigas, rimances, contos etc populares e **n'esse fito escrevi já a alguns amigos.**» (Subls. meus. N.º 7; 16368; 19.11.1893).

⁹⁰¹ Subls. meus. N.º 1; 16981; 26.12.1892.

⁹⁰² A aquisição da pedra deu lugar ao seguinte comentário trocado com o correspondente Francisco Martins Sarmiento: «Aproveito a ocasião para lhe dar uma novidade arqueológica: obtive, por compra no Algarve, uma pedra com uma inscrição, nos chamados caracteres ibéricos. Está inteira, e deve ser sepul-

locou-se ao local, negociou preços com o proprietário (n.º 2; 16362; 25.6.1893), adquiriu-a, preparou-a para a viagem, avaliou o melhor meio de conduzi-la até Lisboa (n.º 3; 16364; 15.7.1893), e, por fim, fê-la embarcar no iate Rodrigues & C.^a (n.º 5; 16366; 20.10.1893), saldando imediatamente todas as despesas relativas à aquisição. Não foi apenas a pedra que José Joaquim Nunes adquiriu. Através da acção zelosa, o epistológrafo deu provas de amizade e de confiança, mostrando até onde poderia chegar o seu desejo de «ser agradável». Deste modo, Nunes obteve valia transaccional de índole material e simbólica (a pedra e a confiança), concedendo-lhe espaço para expressar de forma inequívoca um dos significados que atribuiu às suas relações sociais, como pode concluir-se do seguinte excerto:

Agora um pedido que V. Ex.^a desculpará. Como em tempo disse a V.^a Ex.^a **desejo ir para Lisboa no intento de estudar e lecionar; espero, pois dever-lhe a finesa** de, se tiver **algum amigo nas condições de me proteger, intervir com elle para me alcançar a minha transferênci**a para qualquer dos corpos da capital ou mesmo para o Collegio Militar. **Eu não tenho ninguém e por isso vou lançar da mão de todos os conhecidos e amigos que se me deparão.** Já aqui fallei n'isso ao Dr. Schindler, não sei se elle já se esqueceu.

Desculpe V.^a Ex.^a **esta minha liberdade e mande para o que lhe possa prestar [...]**⁹⁰³.

Trata-se de um duplo pedido de mediação e de protecção para aceder a recursos de que não dispunha⁹⁰⁴. A forma directa como o faz deve ser compreendida enquanto discurso produzido no âmbito de uma relação sustentada pelo princípio do mútuo auxí-

cral. Creio que foi uma belíssima aquisição. Aqui a tenho na Biblioteca, mas é minha *amicorum*.» Carta n.º 47, 21/11/1893.

⁹⁰³ Subls. meus. N.º 5; 16366; 20.10.1893.

⁹⁰⁴ Entenda-se por recursos os meios materiais, sociais e económicos, necessários à aprendizagem e à investigação erudita, como o acesso a fontes literárias, a bibliotecas, a arquivos, livrarias, a um ambiente social propício ao desenvolvimento dessas actividades. José Leite de Vasconcelos, por exemplo, aquando do término do seu curso na Escola Médico-Cirúrgica, teve a oferta do seu amigo António Tomás Pires para exercer o Partido Médico na freguesia de Santa Eulália, no concelho de Elvas, que à data estava disponível. Fez um questionário extenso sobre as condições da terra, advertindo o amigo: «Em fim o amigo dar-me-ha as informações como amigo meu, e não como amigo das terras; eu confio na sua imparcialidade. **O amigo sabe que eu tenho um certo n.º de planos litterarios que realisar, e que para elles eu estava melhor, no centro, Lisboa ou Porto,** segundo a minha tenção; (...)» In *Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires (Folclore, Filologia, Etnografia e Arqueologia) (1882-1913)*. Prefácio e notas de Eurico Gama. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1964, p. 74. Carta datada de Porto, 18.8.1886. Dias depois, asseverava continuar a reflectir, referindo-se novamente à importância das condições de trabalho: «Continúo a pensar sobre o caso; todavia dir-lhe-ei que já estive mais resolvido a ir do que estou agora. Eu é certo que ia estudar bem essa provincia, e isso era uma das principaes razões que levava, porque eu já regeitei outros partidos; **mas, por um lado vou-me separar d'este movimento em que ando mettido, e que é a Vida do meu espirito (eu ahi continuava a estudar, é certo, mas faltão-me muitos elementos que aqui tenho, como as bibliotecas publicas e particulares, e as fontes constantes de informação de todo ou quasi todo o reino)** (...)», in *Id.*, p. 76, carta datada de Porto, 28.8.1886. Contava-se aí também as livrarias, que JLV chega a dar como morada em alternativa à residência: «Eu agora mudo de casa, mas não sei ainda o número; **será melhor escrever-me para a Livraria Portuense de Lopes & C.^a, R. do Almada, 119-123, Porto,** - a avisar-me, **porque eu vou áquella livraria quasi todos os dias; [...]**». In *Id.*, p. 78, carta de S. Tomé de Covelas, 15.9.1886.

lio, que se comprova através das cartas seguintes (n.os 6 e 7; 16367 e 16368; 5.11.1893 e 19.11.1893, respectivamente). Nestes documentos regista-se que José Leite de Vasconcelos tomou o pedido em consideração e empenhou-se activamente, embora sem alcançar a celeridade que José Joaquim Nunes desejara. Adiado o propósito que só se concretizaria em 1912, mas com provas de ambas as partes de partilha e de mútua cooperação, a correspondência do final desse ano assume uma função específica, que poderemos designar como função pedagógica. As cartas enviadas entre 1893 e 1894 apresentam argumentos que autorizam esta linha de leitura.

José Joaquim Nunes continua, «no intento de ser-lhe agradável» (n.º 7; 16368; 19.11.1893), a recolher «cantigas, rimances, contos etc populares» de acordo com o método apontado por José Leite de Vasconcelos; mas, perante a impossibilidade de se transferir para a capital, como era o seu desejo, reformulou as premissas da relação, propondo ao seu interlocutor um compromisso **de ensino-aprendizagem**, direccionado para aquela que constituía a sua área de eleição, a filologia. Na carta de 19 de Novembro de 1893, podemos ler:

Á vista d'ella [versão de romance tradicional], o meu caro mestre me dirá como hei de proceder [...]. Indicar-me-ha também o processo a seguir para aproveitar estas cantigas no estudo philologico. **Olhe que tem aqui um dicipulo obediente, que nada sabe, mas que tem desejo sincero de aprender alguma coisa.**⁹⁰⁵

As cartas seguintes, assim como a *Revista Lusitana*, confirmam a aquiescência de José Leite de Vasconcelos. Na carta de 7 de Março de 1894, o «mestre» cumpriu os seus deveres, corrigindo, anotando, dirigindo a aprendizagem e as leituras do discípulo:

Em vista do conselho de V.^a Ex.^a já mandei vir o Guia de Conversação Alemão, agora espero me indique uma Grammatica ou Methodo mais proprio para o estudo.

Mil veses obrigado **pelas suas anotações e emendas**. As obras que tratão do assumpto conhecia-as eu, mas só **apontei aquellas que os meus parcos haveres me permittiram adquirir ou cuja lingua comprehendia.**⁹⁰⁶

As condições deficitárias não impediram José Joaquim Nunes de aplicar-se com afinco ao estudo:

Agora vou pedir-lhe um favor. Como não tenho este anno alumno nenhum **pen-sei em dedicar-me ao portugûes antigo de que pouco ou nada sei**. Para isso **tenho aqui apenas a Antologia do Braga com alguns excerpts**, mas sem glossario, nem coisa nenhuma. Veja o meu bom amigo **se me pode emprestar por alguns dias algum dos Cancioneiros, ou algum exemplar do Amadis ou Demanda do Santo Graal**; era

⁹⁰⁵ Subls. meus. N.º 7; 16368; 19.11.1893.

⁹⁰⁶ Subls. meus. N.º 8; 16369; 7.3.1894.

favor que me fasia. Não mandei ainda vir o Cancioneiro de Lavy por estar á espera do da D. Carolina Michaelis e **escassez um pouco o dinheiro**; já pedi o Kórtring e tenho o 1º vol. do Grundriss do Gröber.

Se me sentir com forças talvez me abalance a uma Chrestomatia da litteratura portuguesa até 1520 com resumos do Amadis e S.to Graal.

Para isso já mandei vir a *Chrestomatie du moyen age* do L. Paris.

Cá estou vendo se mando para a *R. Lusitana* uns apontamentos acerca da falla d'aqui.

Desculpe-me, meu caro a.mo por quem é e **veja se pode auxiliar um pouco quem deseja trabalhar, mas lucha com falta de materiaes.**⁹⁰⁷

As cartas evidenciam tanto os limitados recursos quanto a ambição em que me-drava o trabalho intelectual do aprendiz. A relação epistolar reveste-se, neste sentido, com as características de um espaço privilegiado para a circulação de bens, simbólicos e materiais, que cria vínculos de solidariedade intelectual e a partir do qual é possível aceder a novos recursos, como realça na carta de Lagos, a 25 de Março de 1901:

Agradeço-lhe as notas e rogo-lhe, como discipulo em extremo admirador do mestre, lhe adicione quantas puder, por ocasião da revisão, pois que assim lucro bastante, augmentando os meus fracos conhecimentos. Cá vou fazendo o que posso neste meio assaz mesquinho.⁹⁰⁸

Ou nesta outra onde a dupla condição da correspondência é retomada:

Dê-me um conselho. Como lhe disse em tempos, lembrei-me de fazer uma Chrestomathia do nosso português antigo. Nesse sentido mandei vir da Allemanha os dois Cancioneiros – da Vaticana e Brancuti – e já extrahi dalli, especialmente da Vaticana, uma boa collecção de poesias, que me parece estão bem interpretadas: queria porem dar umas amostras das differentes composições, mas receio seguir o T. Braga⁽¹⁾, por ter pouca ou nenhuma confiança na sua nomenclatura. O Lang tem alguma coisa, mas pouca, a meu ver: **poderia indicar-me onde poderei, sem receio de errar, achar coisa que [↑me] elucidasse a tal respeito? E na parte prosa – porque o livro devia conter os dois generos – que auctores me poderião servir?** Talvez a *Demanda do S. Graal*, o *Livro das Linhagens*, *Ineditos de Boaventura* e os da *Academia* me fornecessem materia: pois não? **O pior é que nada disto tenho e comprar não posso: ainda se me pagassem o trabalho! Mas nem pensar nisso é bom.** Abriria o livro com uma grammatica resumida da lingoa do tempo, como numa *Chrestomathia* de G. Paris e Lannphis, edição de Machette. **Se levar a ideia por diante, conto desde já com a sua ajuda.** (1) *Anthologia portuguesa*, 1876.⁹⁰⁹

Contudo, a estreia de José Joaquim Nunes na *Revista Lusitana*⁹¹⁰, produto do autodidactismo e da relação com o «mestre», traz à reflexão um aspecto relevante para a correspondência enquanto meio de acesso ao mundo do Saber, isto é, a actualização científica.

⁹⁰⁷ Subls. meus. N.º 31; 16392; 10.11.1900.

⁹⁰⁸ Subls. meus. N.º 33; 16394; 25.3.1901.

⁹⁰⁹ Subls. meus. N.º 36; 16397; 10.11.1901.

⁹¹⁰ «Phonetica historica portuguesa», *Revista Lusitana: Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, vol. III, n.ºs 3-4, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C.ª Sucessores de Clavel & C.ª (Porto, Typographia A.F. Vasconcellos, Sá Noronha, 51), 1895, p. 251-307.

O trabalho foi dado à estampa com uma nota explicativa do editor, na qual reconhecia publicamente, por um lado, o mérito do novo colaborador e a necessidade de acolhê-lo num ambiente estimulante; e, por outro lado, advertia para a desactualização bibliográfica do artigo, justificando a sua intervenção no texto:

Ainda que o artigo que ora se publica na *Revista Lusitana* não se pôde dizer propriamente que adeante ao sr. [Jules] Cornu, que é o ultimo em data, e o mais completo, dos que ate hoje têm sahido a lume, todavia não hesito em o publicar; antes o público com muito gôsto, não so porque elle revela no auctor, o Sr. José Joaquim Nunes, estudo methodico dos phenomenos da nossa lingua, acompanhado de rara vocação para esta ordem de assumptos, vocação que convem animar e desenvolver, - mas também porque o trabalho do Sr. Cornu e todos os outros são inacessiveis ou desconhecidos á maioria do público, vindo pois o artigo do sr. Nunes a ser como novo para essa maioria. – Como o Sr. Nunes não conhecia ainda o trabalho do Sr. Cornu, faço adeante algumas referências a elle; junto além d’isso várias notas minhas, porém poucas, a fim de não tirar ao artigo o character que o seu auctor lhe quis dar. – J. L. V.

Sublinhe-se que o trabalho do autor estava sustentado nos recentes estudos de Adolfo Coelho, Arsène Darmesteter, Gaston Paris, José Leite de Vasconcelos e, de acordo com o autor: «mais que todos de Bourcier, cujo livrinho *Précis de Phonétique Française* foi o nosso guia [...]», todos considerados como autoridades na matéria tratada.

Estas notas públicas de José Leite de Vasconcelos levantam dúvidas quanto ao verdadeiro alcance que a correspondência, enquanto meio de orientação pedagógica, pôde ter produzido. Se a correspondência permitiu estabelecer vínculos de amizade e de solidariedade intelectual assente num pacto pedagógico, até que ponto foi determinante para o acesso aos conhecimentos mais recentes, promovendo, ou dificultando, a actualização bibliográfica?

VI.2.e Circulação do Saber e actualização científica

A actualização científica foi, como sabemos, um ponto de honra para a erudição positivista. Conhecer os mais recentes avanços da ciência, analisá-los, compará-los, incorporá-los, difundí-los fez parte da atitude dominante de finais de Oitocentos, que conseguiu conciliar os intuítos de uma investigação nacionalista com a perspectiva e o método comparativos. O gosto pelo inédito e o desejo de avançar dependiam necessariamente dessa actualização. Esta orientação materializou-se num crescente número de publicações de cariz bibliográfico, na criação de secções específicas de bibliografia e de recensão literário-científica, visando satisfazer os mais ávidos por novidades e conhecimentos.

De acordo com as palavras de José Leite de Vasconcelos, a actualização científica era tão fundamental quanto restrita («porque o trabalho do Sr. Cornu e todos os outros são inacessíveis ou desconhecidos á maioria do público»). A restrição não é colocada ao nível da dispersão geográfica, embora estejam sobejamente documentados os lamentos de quem vive na província face à falta de boas bibliotecas, livrarias, museus, etc.: «O que faz a gente estar numa terra sem elementos. [...] O que lhe invejo é a possibilidade de poder estudar e ter os meios de o fazer», desabafava, por exemplo, José Joaquim Nunes⁹¹¹. O problema era extensível à «maioria do público». Sendo José Leite de Vasconcelos conservador da Biblioteca Nacional e director do Museu Etnológico Português poder-se-á estabelecer uma relação directa entre a facilidade de acesso e de uso dos recursos destas instituições oficiais e a actualização científica a que aludia? Não o subestimamos, mas a correspondência analisada abre canais de circulação, onde os limites, as fronteiras do acesso e a utilização do conhecimento se esbatem e flexibilizam para além das paredes destas casas do Saber.

Um dos requisitos para a actualização científica consistia no domínio de várias línguas. A sua aprendizagem era feita em regime autodidacta atendendo a que, à excepção do francês, raras eram as escolas a proporcionar esta aprendizagem. Orlando Ribeiro lembrou que assim mesmo havia José Leite de Vasconcelos aprendido o alemão:

Fez então o propósito de iniciar-se na língua alemã, que havia de abrir-lhe tão amplas perspectivas. Muniu-se de gramática e de dicionário e resolveu começar no dia seguinte àquele em que fizesse o último exame de preparatórios médicos. Mas, liberto da prova de manhã, principiou na tarde desse mesmo dia...⁹¹²

O «mestre» não deixou depois de recomendar aos seus correspondentes a quem orientava pesquisas e estudos que lhe seguissem o exemplo, advertindo que dessa aprendizagem dependia o acesso a informações de outro modo inalcançáveis.

Nas cartas editadas que escreveu ao elvense António Tomás Pires, podemos ler:

E o inglês? Atire-se a o inglês. Olhe que em poucos meses de *aplicação seguida e diaria* aprende o sufficiente para com a ajuda do dicc. poder ler prosa. E convem-lhe porque há em inglês alguns trabalhos do Lang (o A. da Mythologia, que o meu am.º lá teve); ha uma boa tradução dos Contos allemães do Grimm (segundo vi numa critica, pois não os tenho); ha a tradução da *Myth. Germanica* do mesmo auctor; há os contos do Pedrosa (não há d'elle collec. Port.), e há m.tos outros trabalhos cuja leitura lhe aproveita. O am.º é ainda mt.º novo. E ahi de certo acha quem que lhe dê alg. noções sobre pronúncia (que não é mais importante para o seu caso), etc.⁹¹³

⁹¹¹ N.º 33; 16394; 25.3.1901.

⁹¹² In RIBEIRO, Orlando – «Vida e obras de Leite Vasconcelos». In *Livro do Centenário (1858-1958) de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960 [1942], p. 68.

⁹¹³ In VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires...* 1964, p. 124-125, carta datada de Jun./1890.

No que diz respeito a José Joaquim Nunes, José Leite de Vasconcelos terá considerado mais urgente o estudo do alemão e só depois o do inglês, como se percebe pelas várias cartas nas quais o epistológrafo algarvio relata os avanços na aprendizagem e os pedidos de orientação bibliográfica. Na carta de 7 de Março de 1894, informa o «mestre»: «Em vista do conselho de V.^a Ex.^a já mandei vir o *Guia de Conversação Alemão*, agora espero que me indique uma Grammatica ou Methodo mais proprio para o estudo»⁹¹⁴. Em 1898, dedicava-se ao estudo simultâneo do alemão e do inglês, como podemos ler:

Cá vou com o allemão e inglês ás voltas e já entrei pelo Cornu dentro, se bem que agora o pús temporariamente de parte, com o fim de obter em versões mais faceis, copia de palavras que me habilitem a penetrar mais facilmente no intrincado filologo. **Conhece este livro = Précis de grammaire comparée de l'anglais et de l'allemand rapporté a leur commune origine et rapprochés des langues classiques** de Henry? **Se o tivesse ahi, muito me obsequiava, prestando-mo por alguns dias, a ver se merecia a pena manda-lo buscar**. Para mais facilidade no estudo e aproveitamento **queria um livro que me mostrasse ao lado palavra inglesa a allemã**. [...] Talvez o meu amigo saiba de algum livro que satisfaça o meu desejo.⁹¹⁵

Entregue a si, ao seu ritmo e tempo individuais, a correspondência com José Leite de Vasconcelos permitiu ampliar os horizontes intelectuais encontrando nela o espaço de aprendizagem e de acesso a materiais e informações que os seus «poucos livros»⁹¹⁶ e a vida em «uma terra sem elementos»⁹¹⁷ dificilmente faria suspeitar. A 17 de Maio de 1899, insistiu no pedido de indicações bibliográficas:

Rogo-lhe a fineza de me indicar algum livro em inglez sobre philologia que eu deva ler para me instruir e cultivar a lingua; assim como os que deva adquirir em allemão sobre o mesmo assumpto. Seria bom que me dissesse os preços e editor.⁹¹⁸

A aprendizagem perseverante das línguas⁹¹⁹ foi de facto vantajosa para José Joaquim Nunes. Em 1909, vivendo na cidade de Beja, foi professor liceal de inglês⁹²⁰ e colaborador na prestigiada publicação *Romanische Jahresbericht*, dirigida pelos professores Karl Vollmöller e Richard Otto, informando o público alemão sobre a actualidade

⁹¹⁴ N.º 8; 16369; 7.3.1894.

⁹¹⁵ Subls. meus. N.º 23; 16384; 18.10.1898.

⁹¹⁶ N.º 8; 16369; 7.3.1894.

⁹¹⁷ N.º 33; 16394; 25.3.1901.

⁹¹⁸ Subls. meus. N.º 26; 16387; 17.5.1899.

José Leite de Vasconcelos foi várias vezes intermediário entre os estudiosos-correspondentes e os livreiros. De José Joaquim Nunes podem ler-se pedidos concretos nas seguintes missivas: n.º 13 (16374, 27/06/1895); n.º 14 (16375; 6.8.1895); n.º 33 (16394; 25.3.1901); n.º 73 (16436; 27.12.1907); n.º 91 (16455; 27.12.1907).

⁹¹⁹ Os avanços e recuos da aprendizagem, os pedidos de apoio e de orientação são objecto reiterado da conversa epistolar. Para além dos exemplos citados, versam sobre este assunto as cartas: n.º 27 (16388; 21.10.1899), n.º 28 (16389; 28.11.1899) e n.º 29 (16390; 21.12.1899).

⁹²⁰ V. carta n.º 85 (16449; 27.6.1909).

no domínio da língua e da literatura portuguesas⁹²¹. Para esta colaboração foi igualmente determinante de José Leite de Vasconcelos, que não só intermediou⁹²², como, à distância, dispensava conselhos e orientações⁹²³.

VI.2.f Autores, bibliotecas e mercado editorial

Se o domínio das línguas estrangeiras foi requisito fundamental para o desenvolvimento e aperfeiçoamento literário de José Joaquim Nunes, não bastou. Ter acesso a boas bibliotecas, a um mercado do livro que providenciasse as novidades no campo filológico ou aos próprios autores, trocando com eles os trabalhos saídos dos prelos eram outras tantas vias para alcançar a actualização científica, sobretudo quando passou a estar encarregue de redigir artigos bibliográficos. Não seria difícil a quem tinha o nome reconhecido alcançar estes recursos, mobilizar simpatias, alcançar a publicação de tiragem reduzida pensada para o círculo restrito de eruditos. Outro panorama era o que se colocava a quem apenas tinha estatuto de «principiante».

Para acentuar a função da correspondência como instituição de formação literária, convocamos o exemplo do próprio «mestre» na fase concreta da sua formação, para clarificar a importância deste meio de comunicação ao nível de uma estrutura privilegiada de acesso e de circulação do conhecimento, relacionando autores, mercado editorial e espaços de leitura.

Para tanto, abriremos o espectro de análise aos textos epistolares trocados entre José Leite de Vasconcelos e Francisco Martins Sarmiento (1879-1899), personalidade que foi muito influente na formação intelectual de José Leite de Vasconcelos⁹²⁴. Deixamos, assim, por momentos, a troca de correspondência com José Joaquim Nunes em

⁹²¹ Versam este assunto as cartas de Beja: n.º 83 (16446; 16.1.1909); n.º 84 (16447; 21.2.1909); n.º 85 (16449; 27.6.1909); n.º 87 (16451; 10.10.1909) e n.º 92 (16456; 17.4.1910).

⁹²² «Como da Allemanha ainda nada me disseram não sei se aceitaram a sua proposta e portanto se devo ou não tratar do artigo em questão.» Carta n.º 83 (16446; 16.1.1909).

⁹²³ «Da Allemanha já me escreveram e fiquei de, até á futura primavera, arranjar o artigo sobre lingua e literatura portuguesa referente ao anno de 1908. Obsequieia-me indicando-me o (†) saido sobre estes assuntos, que depois tratarei de adquirir as respectivas obras.» Carta n.º 85 (16449; 27.6.1909).

«Como as aulas vão abrir brevemente, não terei tempo de ir ahí antes das ferias do Natal e por isso venho rogar-lhe a fineza de me dar as indicações que em tempo me prometeu sobre os livros cuja critica tenho de fazer para o lahrés berichl, pois preciso de ir lendo as respectivas obras e para isso requisita-los; tenha, pois, paciencia e, como mais competente, sirva-me de guia.» Carta n.º 87 (16451; 10.10.1909).

⁹²⁴ Cf. COITO, Lúvia Cristina, CARDOSO, João Luís e MARTINS, Ana Cristina – *José Leite de Vasconcelos: fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Editorial Verbo, 2008.

suspensão, para detalharmos essa endereçada ao arqueólogo vimaranense entre 1879 e 1889⁹²⁵.

A análise daquele autor centra-se na influência que o arqueólogo vimaranense teve sobre a actividade arqueológica de Leite de Vasconcelos; o nosso fio condutor, por outro lado, será o da própria relação epistolar, inquirindo-a quanto ao vínculo estabelecido e às funcionalidades assumidas. Esta incursão pretende confirmar se as questões colocadas a José Joaquim Nunes no domínio da sua formação e actualização foram meramente idiossincráticas, ou se foram mais abrangentes.

As descrições de um percurso sólido, de contorno linear, que se lêem em textos como os de Manuel Viegas Guerreiro (1960) ou de Orlando Ribeiro (1960) sobre o «mestre» José Leite de Vasconcelos, não clarificam o modo como o trilhou. Orlando Ribeiro, por exemplo, a propósito d' *O Dialecto Mirandês*⁹²⁶ observou:

Aos 25 anos o nosso autor era lido e apreciado na sua terra e fora dela. Em menos de oito anos o bisonho estudante da Ucanha percorrera a estrada que o levou à consagração entre os eruditos. Daí por diante o seu destino está traçado e, por um constante e implacável esforço de vontade, toda a vida se lhe submete: o seu mundo serão os livros, o povo, as coisas velhas, a linguagem; os seus mestres e guias serão os homens de Ciência, de que em breve se tornará um dos pares, até que, à força de viver, de investigar e de meditar, passará acima de muitos do seu ramo e será, na sua terra, o maior de todos.⁹²⁷

Estes oito anos a que o autor alude correspondem ao período em que José Leite de Vasconcelos se transferiu de Ucanha para o Porto, onde, com alguns constrangimentos económicos, se formou em Medicina-Cirúrgica. O reconhecimento, porém, surgiu no âmbito de um estudo de filologia que José Leite de Vasconcelos desenvolvera nos seus escassos tempos livres, como chegou a lamentar: «O que eu queria era tempo para estudar estas antigualhas, - que tantas temos. Infelizmente só quando eu acabar o meu curso terei tempo. Preciso de esperar 7 anos como Jacob em casa de Labão.»⁹²⁸. Toda a sua carreira, aliás, funda-se no cruzamento entre a filologia, a arqueologia e a etnogra-

⁹²⁵ Baseamo-nos em: VASCONCELOS, José Leite de – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia) 1879-1899. Publicação comemorativa do centenário do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos, com anotações de Mário Cardozo*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento / Instituto de Alta Cultura e Junta de Província do Minho, 1958.

⁹²⁶ Primeiro trabalho produzido por José Leite de Vasconcelos no âmbito da filologia, com o qual obteve imediato reconhecimento internacional, conquistando o prémio da Sociedade das Línguas Românicas de França: *O dialecto mirandês: contribuição para o estudo da dialectologia romanica no dominio glottológico hispano-lusitano*. Porto, 1882.

⁹²⁷ RIBEIRO – «Vida e obras de Leite Vasconcellos». 1960, p. 71.

⁹²⁸ VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento...* 1958, p. 25.

fia, em detrimento da sua formação académica, a qual, como notou Hernâni Cidade, não deixou de contribuir para o rigor daqueles estudos⁹²⁹.

As datas em consideração (1879-1889) justificam-se pelo facto de a primeira corresponder à data em que o autor abandonou definitivamente a carreira como médico-cirurgião, assumindo profissionalmente o que até então era apenas do domínio das suas paixões intelectuais e instalou-se em Lisboa, ocupando o cargo de conservador da Biblioteca Nacional.

A amizade epistolar com Francisco Martins Sarmiento iniciou-se em Fevereiro de 1879, existindo, entre eles uma clara distinção literária, como lembrou Leite de Vasconcelos: «A mim prendeu-me imediatamente o modo lhanco como me recebeu, **tendo ele então já firmados os seus créditos de erudito, e sendo eu nas Letras mero principiante**». Esta distinção não impediu que entre ambos se estabelecesse um vínculo de amizade e de cumplicidade. Nas trinta e duas cartas trocadas no período em análise (1879-1889), destacam-se como áreas de interesses comuns e centrais, ao nível da troca de informações, a arqueologia, as tradições populares e a filologia. A este respeito são contínuas as provas de permutas entre ambos, traduzidas materialmente em envio de informações, de bibliografia (livros, revistas, folhetos), de desenhos ou de fotografias que serviam os trabalhos específicos de cada um dos epistológrafos e nos conduzem através das suas actividades e trajectórias.

⁹²⁹ Em 1958, Hernâni Cidade notou a complementaridade: «Estudante de Medicina, **é o conhecimento da linguagem que acima de tudo lhe tenta a curiosidade e sobre ela elabora a tese final do curso – A evolução da linguagem**. Essa tentação não é ocasional nem de superfície: poucas devia ter de tal natureza quem de tão sério modo, com tão aguda observação, registava o que pudesse integrar-se no mundo das suas curiosidades. É de tal seriedade que o leva a fixar os fenómenos em termos de deles poder induzir as leis que os regem, e **para isso lhe não seria inútil certa prática de estudante de ciências...**» [«Ad Majorem Scientiae Gloriam», *Diário da Manhã*, Lisboa, 7.7.1958, *apud* COITO, Lúcia Cristina, CARDOSO, João Luís e MARTINS, Ana Cristina – *José Leite de Vasconcelos: Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Editorial Verbo, 2008, p. 53. No *Livro do Centenário (1858-1958)* retoma mais longamente a importância do curso de medicina nos estudos linguísticos de JLV: «Sobre assuntos de linguística elaborou a sua tese de Medicina. Preparava-a ou nela pensava, ao mesmo tempo que esboçava a gramática de mirandês, que ia aprendendo com um estudante mirandês da Academia Politécnica do Porto. E não pensemos que esta transferência dos estudos das patologias e terapêuticas para os estudos glóticos ou filológicos, da sua mais absorvente aplicação, fizesse de estudante de Medicina um destes frequentadores de aulas em permanente ausência de espírito, por muito assídua que seja a presença do corpo.

Não. Na sua tese de formatura em Medicina – *A Evolução da Linguagem* – o surto filológico ergue-se já alto, mas de sólida base de estudos médicos. Além do estudo do aparelho fonador e das próprias condições e determinantes fiso-psicológicas da linguagem e suas perturbações patológicas há curiosas observações das relações entre a extensão da frase e o tempo do movimento respiratório e há a compendiação de todas as formas de patologia da linguagem, com algumas das quais procura penetrar no mistério da origem deste instrumento de comunicação.» In CIDADE, Hernâni – «Leite de Vasconcelos». In *José Leite de Vasconcelos: Livro do Centenário (1858-1968)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960, p. 37.

Um dos aspectos evidenciados na troca epistolar diz respeito às bibliotecas particulares. Através da correspondência, as bibliotecas de cada um passaram a integrar o domínio das permutas, tornando-se um instrumento partilhado de trabalho.

Na carta de 17 de Janeiro de 1880, José Leite de Vasconcelos pediu ao seu correspondente que cotejasse informações em livros que possuía («[envio] o incluso conto que há poucos momentos copiei e que nem ainda pude passar a limpo, **para V. Ex.^a ter a bondade de me dizer com que título ele vem no Ad. Coelho** e se o dele difere muito do meu.», subls. meus, p. 16) e nessa mesma carta é evidente a reciprocidade dos empréstimos bibliográficos, que beneficiavam a economia particular, a aprendizagem, a actualização de conhecimentos e, não menos importante, colmatavam a escassez editorial de determinados géneros e línguas no mercado editorial português, como também se lê:

Os *Povos Balsenses* mando-os amanhã a V. Ex.^a, porque estavam emprestados e eu não me lembrava.

No n.º da *Révue Celtique* que eu trouxe e em breve devolverei a V. Ex.^a é que vêm bastantes adivinhas iguais às nossas. Vou mandar vir as *Devinettes populaires de la France*, de Eugène Rolland. – V. Ex.^a deve ter recebido o resto dos livros que aí se dignou emprestar-me. Assim que vier **alguma coisa que V. Ex.^a veja me pode interessar, em algumas das Revistas de V. Ex.^a, eu muito desejava vê-las**, já que V. Ex.^a me dá essa faculdade, **principalmente na inglesa**, porque era ao mesmo tempo **um meio de não esquecer o pouco inglês que eu sei, - e aqui há falha, e muita, de livros ingleses.** (subls. meus)⁹³⁰.

A correspondência mostra-se como um meio eficaz para difundir os conhecimentos actuais e especializados, de difícil acesso em bibliotecas públicas ou no mercado editorial⁹³¹. Se ainda assim se pode contra-argumentar, afirmando que o empréstimo era apenas um meio de gestão financeira favorável a um jovem em dificuldades, invocaremos outro exemplo já do período em que José Leite de Vasconcelos estava instalado em Lisboa, desempenhando funções como conservador da principal biblioteca do país (1889), e ainda assim indagava a F. Martins Sarmiento:

V. Ex.^a não terá à mão estes dois folhetos?: *Esquisse de la religion des Gaulois* de H. Gaidoz, e a *Gargantua* pelo mesmo. **Se mos pudesse emprestar muito me obsequiava. Cá**

⁹³⁰ Subls meus. VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento...* 1958, p. 16. Carta n.º 2, Porto, S. Victor, n.º 25, 17.1.1880.

⁹³¹ Na apresentação da bibliografia consultada para a elaboração do seu trabalho *O Dialecto Mirandez: Contribuição para o Estudo da Dialectologia Romanica no Domínio Glottológico Hispano-Lusitano*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.^a – Editores, 1882, pp. 11-12, o autor dá conta da importância das permutas científicas, agradecendo publicamente a Carolina Michaëlis o empréstimo: «agradeço o obsequio que me fez emprestando-me este livro e o citado estudo de Gessner [os títulos a que se refere são *Coleccion de poesias en dialecto asturiano*, Oviedo, 1839 e a GESSNER, *Das Altleonesische, - ein Beitrag zur Kenntniss des Altspanischen*, Berlin, 1867]; e a J. Cornu e a Milá y Fontanals as ofertas respectivamente de: «Études de phonologie espagnole et portugaise», *Romania*, t. IX; *Estudios de lengua catalana*, Barcelona, 1875.

em Lisboa ninguém os tem, e eles estão esgotados há muito. Até já os mandei pedir para a Alemanha, por os ter visto num catálogo, mas não fui a tempo. Para não haver extravio, seria bom virem registados.

Eu ainda cá tenho de V. Ex.^a o Liebrecht⁹³²; depois restituo tudo.⁹³³

A actualização, especificamente nas áreas científicas cultivadas por José Leite de Vasconcelos, não passava pelo acervo da biblioteca pública. Anos mais tarde, voltou a confirmá-lo ao revelar a um outro seu assíduo correspondente, António Tomás Pires, as despesas que tinha para «estar ao corrente da sciencia»:

E em livros por anno não gasto mt.^o menos de 100.000 rs., **apesar de ter a B. N.al às minhas ordens. Mas gósto de estar ao corrente da sciencia**, e como não tenho filhos, não ólho a despesas sempre que as posso fazer.⁹³⁴

A flexibilidade que o correio lhe proporcionava constituiu outra vantagem face às instituições oficiais de leitura que o rodeavam; embora mais próximas que o seu correspondente, não eram, por isso, mais acessíveis:

Por estes dias devolvo os livros que V. Ex.^a se dignou mandar-me hoje; a outra *Revue Celtique*, essa ainda a demoro alguns dias, salvo se V. Ex.^a a quiser primeiro. A respeito da *Revue Archéologique* muito a estimarei bem como uma tradução de Strabão do G.[ustavo] Pereira que V. Ex.^a o ano passado me quis mostrar, mas que não achou. **Eu não tenho o Strab.[ão] e de todas as vezes que preciso dele tenho de ir à Biblioteca, aonde raras vezes posso ir.** (subls. meus).⁹³⁵

As duas revistas citadas, a *Revue Celtique* e a *Revue Archéologique*, eram órgãos de referência na Europa culta, que não estavam à venda no mercado livreiro nacional, sendo distribuídas mediante assinatura. Tal constrangimento não impediu, como se atesta, a circulação e a adaptação das suas propostas teórico-metodológicas à realidade nacional. Entusiasta, desde que se mudara para o Porto, pelo «grande movimento científico do século»⁹³⁶ enformado pela filosofia positivista⁹³⁷, Leite de Vasconcelos encontrou nestas leituras o antídoto para uma linha de investigação de carácter nacionalista, enveredando para um exercício de investigação que continuamente contemplou a metodolo-

⁹³² Nota 179, de Cardozo: Felix Liebrecht, *Zur Volkskunde. Alte und neue Aufsätze*, Heibronn, 1879.

⁹³³ Subls meus. VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento...* 1958, p. 13-105. Carta n.º 30, Lisboa, 18.5.1889.

⁹³⁴ In VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires...* 1964, p. 293-294, carta 252, Lisboa, 6.1.1910.

⁹³⁵ In VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento...* 1958, p. 17-22, carta n.º 3, [Porto, 1880].

⁹³⁶ *Tradições Populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.^a – Editores, 1882, p. XI.

⁹³⁷ A este propósito, lembramos a importância de Teófilo Braga, designadamente com o texto *Traços Gerais da Filosofia Positiva*, e as revistas que co-dirigiu, com forte impacto sobre a juventude do tempo, como órgãos de divulgação do paradigma positivista: *O Positivismo* (1879-1882), *Era Nova* (1880-1881) e *Revista de Estudos Livres* (1883-1887).

gia comparativa, uma prática que beneficiou simultaneamente a «veneração pátria»⁹³⁸ e o avanço da ciência⁹³⁹.

Participar em semelhante rede de relações socio-intelectuais constituiu garante de obter recursos bibliográficos de acesso restrito, na medida em que as bibliotecas e os arquivos particulares eram colocados solidariamente à disposição dos membros desta rede. Outro exemplo, colhido na correspondência dirigida a António Tomás Pires, comprova-o:

P.S. – Sempre que precise de alg. cousa que eu tenha, ou esteja na m.^a mão (livros, etc.), mande com toda a franqueza, porque em cousa que dependa de mim está sempre servido. O livro ital. vae logo amanhã; peço me accuse a recepção num postal. (Carta 57, Lisboa, 19.5.1889, p. 101)

A circulação por empréstimo ou troca assume particular relevância na capacidade individual de desenvolver trabalho a partir de um estado da arte actualizado. Nos casos que vimos tratando é claro o uso recorrente desta estratégia, quer para alargar a rede de relações literárias quer para a reforçar, sendo construída uma intensa dinâmica de circulação de textos e de informação. Não obstante, a participação neste sistema de permutas importou ter o que trocar. Tornemos à epistolografia Vasconcelos-Sarmiento.

Apesar do ritmo de trocas manter-se regular, os textos evidenciam o rápido crescimento intelectual de José Leite de Vasconcelos com impacto na relação epistolar estabelecida com o arqueólogo. O ano de 1882 marcou esta mudança, que se regista a dois níveis: na descontinuidade do envio prévio de textos para análise, remetendo-os após publicação e na substituição de Francisco Martins Sarmiento, como intermediário do acesso a publicações científicas internacionais tais como a *Romania* (Paris, dirigida por Paul Meyer e Gaston Paris) ou a *Révue des Langues Romanes* (Montpellier, Paris), pela subscrição directa.

Neste ano o autor trouxe a lume um conjunto significativo de trabalhos que lhe proporcionaram consensual reconhecimento científico. São desta data os seguintes: *Ditados Topicos de Portugal*; *As Maias (Costumes Populares Portuguezes)*: *Carta ao illustre folklorista hispanhol, o snr. D. F. Rodriguez Marin*, que consistiu na publicação de uma carta pessoal que José Leite de Vasconcelos tornou pública, atendendo ao inte-

⁹³⁸ *Tradições Populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.^a – Editores, 1882, p. X.

⁹³⁹ Em carta editada a outro seu correspondente, o elvense António Tomás Pires, afirma neste sentido: «O trabalho de comparação é difficil, porque tenho poucos dados relativamente ao que deve haver. A m.^a ideia era publicar o folheto para o enviar aos especialistas e com elle obter informações estrangeiras. Eu gósto muito d'este estudo; de mais a mais está quasi virgem, e convida.». In VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires...* 1964, p. 97-99, carta n.º 56, 2.4.1889.

resse das informações enviadas para os estudos portugueses⁹⁴⁰; *O Dialecto Mirandez: Contribuição para o Estudo da Dialectologia Romanica no Dominio Glottologico Hispano-Lusitano*, estudo que marcou a sua estreia no âmbito da filologia, dedicado a Adolfo Coelho «Professor do Curso Superior de Letras, introductor da Sciencia da Linguagem em Portugal» e que obteve imediato reconhecimento nacional e internacional, com a conquista do prémio da Sociedade das Línguas Românicas de França⁹⁴¹; e, por fim, a edição da «Bibliotheca Ethnographica Portuguesas».

Nesta «Bibliotheca» incluiu dois títulos: o volume *Tradições Populares de Portugal* (volume único) e o *Anuario para o Estudo das Tradições Populares Portuguezas*, ambos editados pela Livraria Portuense de Clavel & C.^a – Editores. No primeiro, José Leite de Vasconcelos legitimou o estudo científico das tradições populares, as suas fontes e o seu método de trabalho, lamentando, por fim, a resistência com que, apesar do espírito da época, tais trabalhos eram recebidos⁹⁴². Ao *Anuario*, publicação original em Portugal, cabia: «reunir alguns materiaes do nosso folklore, e propagar no paiz o gosto por estes estudos» (p. III). Mas, o seu modelo editorial baseava-se em publicações estrangeiras como o *Armana Prouvença*, ou o *Almanach des Traditions Populaires*, que funcionaram como órgãos agregadores e impulsionadores da dimensão transnacional: «lien entre les personnes du monde entier qui s’occupent de la science des traditions populaires» (p. IV).

⁹⁴⁰ Abre deste modo o texto: «*Meu caro amigo*: – Respondendo á sua carta de 7 do corrente, aqui lhe deixo reunidos os factos que conheço, ou, pelo menos, os que agora me occorrem, a respeito dos costumes portuguezes das *Maias*.», *As Maias (Costumes Populares Portuguezes): Carta ao illustre folklorista hispanhol, o snr. D. F. Rodriguez Marin*, Barcellos, 1882.

⁹⁴¹ A propósito deste trabalho, Orlando Ribeiro observou: «Aos 25 anos o nosso autor era lido e apreciado na sua terra e fora dela. Em menos de oito anos o bisonho estudante da Ucanha percorrerá a estrada que o levou à consagração entre os eruditos. Daí por diante o seu destino está traçado e, por um constante e implacável esforço de vontade, toda a vida se lhe submete: o seu mundo serão os livros, o povo, as coisas velhas, a linguagem; os seus mestres e guias serão os homens de Ciência, de que me breve se tornará um dos pares, até que, à força de viver, de investigar e de meditar, passará acima de muitos do seu ramo e será, na sua terra, o maior de todos.» In RIBEIRO, Orlando – «Vida e obras de Leite Vasconcellos». 1960, p. 71.

⁹⁴² *Tradições Populares de Portugal*, Porto, Livraria Portuense de Clavel & C.^a – Editores, 1882, p. XVI:

«Se, ao reunir esses fragmentos soltos da alma do nosso povo, muitas vezes me chamaram doido, por suporem frívolo o que a mim me parecia ouro; se houve mesmo no Norte do paiz um jornal democratico que se recusou a publicar-me alguns factos do Folk-lore pelos julgar ridiculos, quando a obrigação d’elle, como folha do povo, era amar o que pertencia ao povo, e combater a ignorancia, mostrando a importancia de taes factos; se, enfim, algumas cancelas intellectuaes e physicas tive de dispender, - devo, porém, confessar que nunca senti maior prazer na minha vida, do que quando, no meio dos trabalhos agrícolas, á fogueira do lar das aldeias, nas romarias alegres da igreja, - nas montanhas, nos campos e á beira-mar, - eu apanhei da bocca dos aldeões, simplorios e bons, tudo isso que aqui coordeno, e que, á proporção que me ia apparecendo, me ia annunciando um mundo novo e cheio de revelações extraordinarias e desconhecidas.

Ao menos esse prazer, e o de ser util á minha patria e á sciencia, hão-de compensar de sóbra as zombarias dos insensatos!»

Nestas publicações, José Leite de Vasconcelos propunha-se divulgar conhecimentos, partilhar metodologias para multiplicar o trabalho produzido em Portugal, criando simultaneamente um ambiente social e intelectual favorável ao desenvolvimento das ciências da cultura. São prova desta vocação actuante as páginas finais do *Anuario* (69-96), divididas pelas secções «Bibliographia», «Periodicos» e «Chronica». Na primeira secção, encontram-se extensas recensões críticas a obras nacionais e estrangeiras, que, além de comentarem a obra em questão, alargam-se a considerações sobre a história de cada um dos géneros (p.e. «*Romanceiro – choix de vieux chants portugais*», pp. 69-82) e servem de estímulo à multiplicação de colectores das tradições locais, pelo reconhecimento do mérito do seu trabalho (p.e. «*Cantos populares do Alemtejo*», pp. 83-85). A segunda secção, «Periodicos» dá a conhecer aos leitores as publicações periódicas mais representativas destes estudos, com destaque para artigos de interesse para Portugal: *Revista de ethnologia e de glottologia*, Adolpho Coelho (dir.), Lisboa, 1881; *El folklore andaluz*, Sevilla, 1882; *Romania*, Paris, 1882; *Revue des langues romanes*, Montpellier e Paris, 1882; *Revue Celtique*, H. Gaidoz (dir.), Paris, 1882; *Archivio per lo studio delle trad. popolari*, G. Pitre e S. S. Marinso (dir.), 1882. Por fim, o espaço da «Chronica» destinava-se a sentir o pulso ao movimento intelectual do momento, apresentando bibliografia acabada de sair dos prelos, exposições, trabalhos em curso ou meros planos e ambições literárias.

Com estes títulos e com a sua colaboração regular na imprensa periódica, José Leite de Vasconcelos reunia um capital intelectual que lhe permitia ampliar e diversificar o espectro das suas relações intelectuais. Desse movimento dá-nos conta a carta enviada a Francisco Martins Sarmiento, onde contou:

O Conde Puymaigre a quem eu tinha feito uma crítica na *Rev. da Soc. de Instr.* [do Porto, a 1 de Abril de 1882, «*Romanceiro Português*»] escreveu-me agradecendo-a e enviando-me um *Romanceiro* [*choix de vieux chants portugais, traduits et annotés*, Paris, 1880]. Também agora tenho relações muito íntimas com alguns folcloristas de Andaluza.⁹⁴³

Na carta seguinte, de 3 de Dezembro de 1882, revela a amplitude dos contactos científicos internacionais, passando de leitor atento a interlocutor dos directores dos vários órgãos de imprensa, os quais representavam, à época, o paradigma científico nas áreas a que se dedicava. De forma pragmática, sem laivo de deslumbramento, foi como José Leite de Vasconcelos encarou estas ligações epistolares, como pode aduzir-se deste

⁹⁴³ Subls meus. In VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento...* 1958, p. 48-50, carta n.º 11, Porto, [1882].

excerto: «Tenho recebido cartas e folhetos dos principais glotólogos e folcloristas: Koehler, Liebrecht, G. Paris, H. Schuchardt, E. Monaci, J. Cornu, etc. **Assim poupo algum dinheiro na compra de livros, porque troco.**»⁹⁴⁴

O conhecimento assume um papel simbólico, ao permitir estabelecer um primeiro contacto e a afinidade necessária com o destinatário, sendo simultaneamente a moeda de troca destas transacções. Através da correspondência, os autores encetam relações, viabilizam a circulação da informação e promovem a partilha e transferência dos conhecimentos, que não fica refém de limitações geográficas. A reciprocidade é o valor que funda e mantém o vigor desta rede de sociabilidade intelectual, como se lê em outro texto epistolar de José Leite de Vasconcelos, a propósito da aquisição da *Mélusine*:

Este 2.º vol. e os seguintes também os **recebo gratuitos, a troco dos meus artigos**, como me propôs o Gaidoz. Estimo bem, **porque o dinheiro não chega para tantos jornais e livros como a gente precisa.** (subls. meus)⁹⁴⁵.

Noutra passagem da correspondência com Francisco Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos pondera a realização de futuros trabalhos, onde se desenham horizontes assentes em relações nacionais e internacionais de que desfruta e nos meios que elas oferecem:

Lá mais para diante **hei-de estudar algumas coisas de um dialecto céltico moderno, para penetrar no Zeuss**, tanto mais que **há os trabalhos do Jubainville, e eu estou em relações muito activas com o H.[enri] Gaidoz**⁹⁴⁶, que também é folclorista. **Assim preparado**, o que porém por vezes é um sonho, **quero-me aventurar à onomatologia antiga**, se outro, mais bem preparado, me não precede, o que estimaria muito. V. Ex.^a **possui algum trabalho sobre onomatologia? Tenho ideias de aí ter**

⁹⁴⁴ Subls. meus. *Id.*, p. 51-52, carta n.º 12, Porto, 3.12.1882. Mário Cardozo faz uma nota muito elucidativa a respeito das individualidades citadas, que julgo pertinente reproduzir para esclarecer o significado desta rede de relações: «Vê-se que Leite de Vasconcelos, ainda estudante, então apenas com 24 anos de idade, já mantinha estreitas relações intelectuais e científicas com muitos dos principais filólogos desse tempo, tais como Ernesto Monaci, italiano, falecido em 1919, prof. da Fac. de Letras e reitor da Universidade de Roma, que tão notáveis estudos deixou sobre a época trovadoresca de Espanha e Portugal e foi sócio da nossa Academia das Ciências. Pelos seus trabalhos, especialmente com a publicação integral, em 1875, do *Cancioneiro da Vaticana*, em 1880, dos inéditos do *Cancioneiro Colocci Brancuti*, tornou-se um verdadeiro benemérito das Letras portuguesas. Gaston Paris, erudito e notabilíssimo filólogo francês, Prof. do Colégio de França, falecido em 1903, o qual na sua *Histoire Poétique de Charlesmagne*, publicada em 1865, destacou a influência portuguesa nas gestas carolíngias francesas, e publicou também um trabalho sobre a Língua Portuguesa. Os filólogos alemães Schuchardt, falecido em 1927, e Julius Cornu, que por várias vezes visitou Portugal e, entre as suas numerosas publicações, deixou um notável estudo sobre *Die portugiesische Sprache*. E tantos outros homens de Ciência, da segunda metade do séc. XIX, que, ao estabelecerem contacto com o nosso País, tiveram ocasião de reconhecer os altos méritos do jovem estudioso que então era L. de V.»

⁹⁴⁵ VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento...* 1958, p. 76-78, carta n.º 21, [Lisboa, finais de 1886, inícios de 1887].

⁹⁴⁶ Henri Gaidoz enviara a José Leite de Vasconcelos um retrato, como prova de amizade e consideração: «O H. Gaidoz mandou-me o retrato. Eu no Natal levei-o para o mostrar a V. Ex.^a; como porém não cheguei a ir aí, leva-lo-ei para outra vez: óculos, barbado, olhar penetrante, aspecto carregado. Em todo o caso ele é muito afável na sua correspondência comigo.», p. 71.

visto uns *Irish names*. Será bom? Talvez lá para fins de Junho tenha de o pedir a V. Ex.^a ⁹⁴⁷

O «comércio epistolar»⁹⁴⁸ apresenta-se, então, não só como uma via suplementar de acesso: as suas características transformaram-no numa via transinstitucional e transnacional de acesso aberto (dentro das condições que vimos descrevendo) a pessoas e a recursos, determinante tanto para a capacidade de formação e actualização de conhecimentos, quanto para a criação e inserção nos circuitos intelectuais eruditos.

VI.2.g Autores em correspondência: coesão e mobilidade

Sendo comuns os lamentos de quem vive na província devido à falta de recursos, não são inéditos os de quem, vivendo na capital, se queixa da falta de bons homens e de um ambiente intelectual desafiante. A dialogia epistolar foi também espaço de sociabilidade e de coesão intelectuais, com repercussões concretas no domínio público e na mobilidade, não só física de pessoas e de bens, como também social e académica.

No que diz respeito ao isolamento intelectual em pleno centro de cultura, colhe-se na correspondência de José Leite de Vasconcelos a Tomás Pires, o seguinte desabafo:

Aqui o meio em Lisboa é muito fraco; eu vivo isolado do barulho, e só convivo com meia duzia, ou pouco mais, de pessoas que me cá quadram. A imprensa é uma miséria; só sabe fazer troça do que é sério, e dizer banalidades. **Dos litteratos nem fallemos.** (subls. meus)⁹⁴⁹

Leite replicava aos lamentos de António Tomás Pires, que se queixava da incompreensão local sobre o seu trabalho, empenhando-se simultaneamente na imprensa, como solicitado por Pires, por legitimar o trabalho do seu correspondente:

Meu caro am.^o

Não cáia em queimar a sua preciosa collecção; se tal fizesse, creia que havia de ter remorsos toda a vida. Eu tambem fui muito apepinado durante o meu curso da Academia e os meus primeiros amuos da Eschola, mas despresei sempre todos os insultos, e marchei para a frente, conscio de que ia bem. Mal de nós, se fossemos a fazer caso das vozes dos burros!⁹⁵⁰

⁹⁴⁷ Subls. meus. In VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento...* 1958, p. 68-71, carta n.º 18 [Porto, Fev., 1884].

⁹⁴⁸ A expressão «comércio epistolar» era usada no período em causa, como comprovam os manuais de José Inácio Roquete, *Código do Bom Tom e Código Epistolar*, datados respectivamente de 1845 e 1846, com várias reedições ao longo do século, parecendo-nos muito apropriada ao princípio que aqui defendemos da correspondência enquanto espaço social de troca.

⁹⁴⁹ In VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires...* 1964, p. 97-99, carta n.º 56, 2.4.1889.

⁹⁵⁰ Nota 174, de Eurico Gama: «Tomás Pires sentia-se desgostoso por se ver incompreendido por muitos dos seus conterrâneos, mas lá estavam Leite de Vasconcellos, Adolfo Coelho, Teófilo Braga e outros para o animarem a ir por diante.

Em 4 de Setembro de 1887, *O Elvense*, em seu n.º 688 publicara uma local intitulada Poesia Popular, que começava assim: «Aos que zombam do trabalho a que, há 5 anos, se dá o nosso prezado amigo e colaborador António Tomás Pires, recolhendo os *cantos populares* desta provincia – cantos que já atin-

Eu já tencionava fallar no proximo n.º da *Rev. Lus.* acerca das poesias populares colhidas por si; mas posso tambem mandar-lhe breve para *O Elvense* um ou mais folhetins sobre o assumpto, se o amigo quiser⁹⁵¹. A minha pena é não possuir eu auctoridade bastante para me impor aos seus detractores. Se o Ad. Coelho não andasse tão adoentado, como anda, eu pedia-lhe que dissesse tambem alguma cousa, mas agora elle escreve muito pouco. [...] Repito: não faça caso nenhum; quando o am.º puder reimprimir em boa ordem toda a sua vasta collecção, acredite que tem deixado á posteridade um livro de um alto valor ethnographico. Assim como está, tem já muito merecimento; mas é accessivel a poucos. Conforte-se com ser já conhecido o seu nome por muitos dos especialistas da Europa que o citam com confiança, como ainda há pouco o fez o *Archivio* do Pitré.⁹⁵²

Na epistolografia com José Joaquim Nunes o sentimento de afastamento, inicialmente focado nas questões materiais, é ao longo do tempo reelaborado, transferindo-se da questão ligada aos recursos para a do meio intelectual. A sensação partilhada de marginalidade intelectual fortalecia os laços de solidariedade entre o escol:

Então os nossos sabios não me admittiram o livro? Já o esperava, porque a ninguém pedi. Provavelmente não o entenderam, pois cá pelos nossos liceus lavra grande ignorancia sobre o assunto. Em compensação os competentes de cá e de fóra apreciaram-no. Ora vá lá um individuo trabalhar num meio destes! Só por muitas dedicação pela sciencia, como o meu bom a.mo faz, e fechando os olhos aos pataratas.⁹⁵³

Nesta altura (1907), José Joaquim Nunes era professor do liceu de Beja, estando reunidas em breve as condições para que pudesse rumar para perto do «mestre». No início de 1911, Nunes requereu directamente a sua intervenção para ser nomeado para a Comissão da Reforma Ortográfica em organização:

Vi ontem no *Noticias* nomeada uma comissão para tratar da ortografia; entre os individuos que della fazem parte lá figura o meu amigo, mas, a par do seu nome, vi os d'Adolfo e do Candido, donde conjecturo que não foi consultado. Caso não aceite, venho pedir-lhe o obsequio de me indicar para o substituir.⁹⁵⁴

José Joaquim Nunes mudou-se nesse ano para Lisboa, como era seu intento. A partir daí, passaram a prevalecer os bilhetes-postais, marcando encontros, normalmente,

gem na sua colecção o número de 4.200 e de que estão publicados 2.608... oferecemos a seguinte deliberação, em tempo tomada pelo Ministro da Instrução Pública em França, cujo art. 1 rezava da forma que segue: «Publicar-se-á, sob a vigilância do Ministro da Instrução Pública, um Resumo geral das poesias populares da França, etc...»

⁹⁵¹ Nota 175, de Eurico Gama: «O Dr. Leite de Vasconcellos publicou no *Elvense*, n.os 725 e 726, de 12 e 15 de Janeiro de 1888, em folhetim, um excelente e laudatório artigo sob o titulo *Cantigas Populares*, no qual depois de se referir ao valor das tradições populares, elogia amplamente a obra de Tomás Pires, não só com palavras suas, mas também de Pitré, Prof. Stanislao Prato e Adolfo Coelho, reduzindo a zero os que pretendiam denegrir o insano e utilissimo trabalho do laborioso folclorista elvense. *Os amigos são para as ocasiões* – empregando um rifão popular, tão do gosto de Leite de Vasconcellos.»

⁹⁵² VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires...* 1964, p. 91-92, carta 51, Cadaval, 11.12.1887.

⁹⁵³ Carta n.º 67 (16430; 28.7.1907).

⁹⁵⁴ Carta n.º 99 (16463; 29.1.1911). É conhecida a querela travada entre José Leite de Vasconcelos e Cândido de Figueiredo por conta da apreciação crítica que Leite Vasconcelos fez a *Lições práticas de linguagem portuguesa*, Lisboa, 1891. Sucederam-se vários artigos de ambos, sendo o último *O golpe de misericórdia*, Lisboa, 1892, de Cândido Figueiredo, que Leite declarou não ter lido. Cf. VASCONCELOS – *Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires...* 1964, nota 328 da responsabilidade de Eurico Gama.

na Livraria Teixeira (Clássica Editora), onde conversavam, trocavam manuscritos e discutiam pessoalmente o que até então era travado quase exclusivamente pela correspondência. José Joaquim Nunes tinha chegado onde desejava: estava entre aqueles a quem de longe se habituara a admirar e tinha à sua disposição todas as vantagens do meio que, durante a maior parte da sua vida, tinham sido uma miragem. Mas construíra, através da correspondência e do estudo, sólidas relações intelectuais que o trouxeram a Lisboa numa posição cultural favorecida. O espírito de solidariedade e de gratidão que acompanhou o percurso de quem, em situações não raro inóspitas, ia desenvolvendo o seu trabalho, manifestar-se-ia também nesta nova fase, estando pronto a legitimar, através das instituições científicas oficiais, todo um itinerário de conhecimento produzido à margem.

Das cartas endereçadas de Lisboa, é oportuno salientar a que data de 17 de Outubro de 1914, em vésperas de ser nomeado professor da Faculdade de Letras, que dá a medida da dinâmica impressa pela participação em determinadas redes de relações sociais, com reflexos no posicionamento do candidato. Leia-se o seguinte excerto:

Agradeço m.to reconhecido o seu interesse na minha colocação na Faculdade. Em harmonia com a sua indicação procurei o José M.^a Roiz., David Lopes e Adolfo Coelho e a todos achei na melhor disposição de apoiarem a minha nomeação, só não estive com o Q. Velloso que anda por Espanha, procura-lo hei no Curso na proxima semana, pois no Ministerio disseram-me que teve licença de dois meses e portanto não aparecerá por lá; no Curso informaram-me que deve regressar hoje e que na proxima segunda feira ou terça haverá conselho; os exames devem começar tambem por essa ocasião, as aulas é provavel que não funcionem antes de novembro. Disse-me tambem o D. Lopes que o candidato requerera adiamento de provas, sob o fundamento de que, fazendo o meu amigo parte do juri, a elle não podia ainda comparecer. Do Ramos soube que ainda estava fora, com esse conto plenamente, pois ainda não ha muito, ao encontrarmo-nos no Colegio Militar em julho, me disse que fazia todo o empenho em que para lá fosse, mas, se quiser escreverlhe, elle mora na Rua de Penha de França, n.º 22-1.º D. Silva Telles é que me passou indagar a morada, como porem, os exames começam na proxima semana é de crer que já cá esteja e portanto escrevendo-lhe para a Faculdade, a carta lhe irá ter ás mãos.⁹⁵⁵

Com efeito, o período que o filólogo viveu em Lisboa coincidiu com a cumulativa consagração oficial do seu percurso intelectual: a 24 de Abril de 1913 foi nomeado sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, com parecer de Pedro de Azevedo (13.2.1913), conformado por Francisco Teixeira Queiroz, Henrique Lopes de Mendonça e José Leite de Vasconcellos⁹⁵⁶. Em 1914, ocupou o lugar de professor na Faculdade de Letras de Lisboa. Em 1917, a Faculdade de Letras conferiu-lhe o grau de Doutor em Filologia Clássica. Em 1929, foi eleito director da Faculdade, cargo que de-

⁹⁵⁵ Carta n.º 119 (16484; 17.10.1914).

⁹⁵⁶ Arquivo Histórico da Academia das Ciências de Lisboa, processo do académico José Joaquim Nunes.

sempenhou por pouco tempo por ter atingindo o limite de idade, estipulado por lei. No mesmo ano foi distinguido pela Universidade de Toulouse com o grau de Doutor *Honoris Causa*.

Na verdade, estes títulos cristalizaram o mérito científico de José Joaquim Nunes e corresponderam ao rosto institucional de uma rede, ou melhor será dizer de uma comunidade, aparentemente informal, mas dotada de princípios éticos, tais como o dever de reciprocidade e de gratidão, de cooperação, de trabalho e de amizade, disposta a prover os seus membros de qualquer auxílio necessário à concretização dos seus objetivos científicos. À semelhança da República das Letras, não há nesta comunidade do Saber fronteiras geográficas, sociais ou institucionais, apenas o desejo transversal de servir a ciência⁹⁵⁷.

Na nossa perspectiva, este exemplo conduz a um descentramento do eixo oficial de espaços consagrados à formação e à produção do Saber na contemporaneidade, tanto na dimensão geográfica, quanto na dimensão institucional e sociológica, validando a reflexão integradora e sem hierarquias sobre a pluralidade de vias que, nos domínios popular e erudito, ergueram o padrão da cultura literária portuguesa oitocentista.

⁹⁵⁷ Concordamos, assim, com a visão de Peter Burke que entende a «República das Letras» ou «Comunidade do Saber» como um fenómeno que alcança os nossos dias («República Digital das Letras»), embora distinguindo períodos históricos. V. a este propósito BURKE, Peter – «A República das Letras Europeia, 1500-2000». *Estudos Avançados* [em linha]. São Paulo, v. 25, n. 72, p. 277-288, jan. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10586/12328>.

CONCLUSÕES

O estudo sobre as condições históricas e sociais de expansão da cultura impressa ao universo periférico conduziu a uma matização do relevo conferido à capacidade de produção local, como ficou evidenciado ao longo da primeira parte da tese. O interesse heurístico foi, assim, primeiramente, o de averiguar o modo como a elite letrada se relacionou com a cultura impressa e de que mecanismos se socorreu para criar a necessidade social do impresso, num contexto em que tal forma de cultura era minoritária, restrita e não integrava, geralmente, a socialização e as manifestações culturais comuns. Ao considerar este universo tipográfico, a partir da circulação dos objectos e das interconexões que eles propõem, privilegiámos os contextos de prescrição, de comércio e de uso implícito ou explícito dos textos.

Nesta mediação, os agentes letrados, dispersos pelo território em diferentes domínios socioprofissionais, desempenharam um papel inequívoco na ordenação e naturalização da cultura impressa, como revelou o estudo dos contextos de leitura, da formação de leitores (mais ou menos proficientes), das disponibilidades de leitura e dos próprios textos impressos, que nos remetem para leitores concretos. Apesar da diversidade dos domínios de intervenção e da sua eficácia, na globalidade, detectou-se uma interpretação comumente partilhada pela elite, relativa à valorização e vulgarização do conhecimento através do impresso, perspectivado como o meio mais adequado à transmissão, à uniformização, à estabilização e à configuração de conhecimentos, ritos e práticas.

Não raro, a elite participou do sistema de poder central, sendo representante ou estando ao serviço desse poder na periferia. Mas, ao contrário do imaginado, verificou-se um esforço real de criação e adequação dos objectos e das práticas às diferentes comunidades de leitores, conduzindo ao seu enraizamento. O centro, personificado, por exemplo, pela estruturação da rede oficial de ensino, exerceu um papel crucial do ponto de vista da legitimação da cultura tipográfica, ao defini-la como matriz identitária do ensino elementar. Esta integração teve, no entanto, um carácter instável devido às limitações humanas e materiais de concretização. Coube à iniciativa individual, fragmentária e descontínua, o encontrar soluções contextuais de apropriação cultural, que reconfiguraram tanto os horizontes intelectuais mais eruditos, quanto os mais comuns e silenciosos.

O alargamento dos que passaram a integrar a esfera da cultura literária não é, como vimos, estável, contínuo e igualitário. Dependeu frequentemente de acções parti-

culares, tais como a distribuição gratuita de livros, a constituição de bibliotecas para diferentes comunidades de leitores, o estabelecimento de cursos especializados, ou de organizações formais de sociabilidade, que tiveram na cultura escrita uma das suas razões de existir. A interrupção ou adormecimento destes fenómenos não deve, porém, iludir a sua força cultural coetânea, não raro, retomada e vulgarizada mais tarde.

Com efeito, verificou-se um lato espaço de liberdade e autonomia nas iniciativas levadas a cabo, facto que não foi alheio às dificuldades estruturais das instituições governamentais, sem capacidade material de intervenção, para além da aquiescência. Neste domínio, o fenómeno associativo foi pedra angular até do próprio regime político liberal. Emanado da vontade pessoal de um conjunto de indivíduos, a proliferação de associações, das mais variadas naturezas, denota a capacidade criativa, mobilizadora e interveniente dos cidadãos que estão afastados da esfera e das estruturas centrais, enviando esforços e estratégias que visaram colmatar o reduzido índice de oferta cultural pública. A apropriação da cultura literária, como razão de existir de um número largo de sociedades, evidenciou uma real mudança de paradigma. Paralelamente ao modelo assente em redutos de conhecimento e de informação, conduzidos por figuras tutelares e normalizadoras do acesso ao escrito, que permaneceu, emergiu uma nova realidade conceptual em que a cultura tipográfica integrou a espessura histórica e, nessa medida, adquiriu um estatuto «universal», actuante e mobilizador.

O amplo movimento associativo de natureza cultural, entre os quais se contam as sociedades de instrução, de recreio, de música e de teatro, desempenhou um papel crucial na dessacralização e reelaboração culturais, socializando e instruindo. As associações foram espaços privilegiados para a proliferação e disponibilização de textos impressos, em diferentes universos geográficos e sociais, transformando o impresso num bem cultural de fácil alcance e de uso diário.

O contributo do movimento associativo popular é exemplarmente veiculado pelo ofício que, a 17 de Novembro de 1910, as associações de classe dos carpinteiros, cordoeiros, corticeiros, pedreiros e tecelões dirigiram à Câmara Municipal de Faro, apelando à «abertura ao público da biblioteca municipal e indicando, à falta de empregado para a mesma biblioteca, o Sr. Romano da Silva Tulio.»⁹⁵⁸. Nesta petição estava em causa o acesso universal ao património bibliográfico público e uma expressa vontade de aceder ao conhecimento, que teve na luta contra o preconceito social um caminho ainda mais

⁹⁵⁸ *Apud* ROSA – «História da Biblioteca Municipal de Faro». 1969, p. 103.

árduo. Apoiadas pelas estruturas associativas, onde tinham acesso a instrução e a leituras elementares, as classes laboriosas apropriaram-se da cultura escrita como instrumento de autoformação e de recreio, considerando o livro e a leitura um bem útil e quotidiano. Comprovadamente, o livro já não era um símbolo distintivo do escol e o requerimento revelou o desejo de quebrar as fronteiras entre a formação elementar e o acesso a uma realidade literária mais complexa, tal como os ideólogos do tempo – políticos, pedagogos, jornalistas, escritores – defendiam de modo veemente. Foi o momento do encontro entre os planos elitistas de instrução popular e as trajectórias efectivamente traçadas pelas classes laboriosas, que irromperam nos domínios intelectuais da cultura erudita a reivindicar a sua legítima integração.

Colectivas ou individuais, o desenvolvimento de estratégias particulares tendentes à participação e à criação culturais revelaram-se uma constante nos diversos casos explorados. O exemplo de José Joaquim Nunes é sintomático desta realidade, constituindo a partilha e a troca de recursos intelectuais mecanismos de superação dos constrangimentos estruturais, que, à partida, poderiam limitar a formação, a actualização e o reconhecimento literários. Na verdade, este caso permite reconsiderar a importância que é geralmente atribuída aos núcleos consagrados de produção e de validação do conhecimento, trazendo à colação a importância dos mecanismos formais e informais de comunicação e de troca para a manutenção das comunidades de conhecimento.

É interessante notar na correspondência, os deslocamentos que afectam o conceito de marginalidade e que tomamos como mote para rever o conceito de «natureza periférica» da cultura literária que é produzida, disponibilizada e utilizada na periferia.

Nitidamente, existe uma escala periférica, na qual as instituições e os recursos da cultura literária, disponibilizados pelo Estado, tiveram reduzíssima expressão. Verificámos, porém, que esta circunstância não originou nem um espaço cultural desfasado face à centralidade cultural, nem um território culturalmente deserto, como tantas vezes é estimado, quando se sobrevaloriza o domínio das instâncias estatais.

Os horizontes intelectuais traçados pelas colecções bibliográficas analisadas; a actualização, a disseminação de conhecimentos e de práticas científicas em contexto local, mas em circulação no universo europeu; a proliferação e a variedade de contextos sociais em que a leitura irrompeu, conduzindo a movimentos de organização e de sociabilidade, moldadas pela cultura tipográfica; a dinâmica geomental que a imprensa, nomeadamente a periódica, pôs em conexão, interlingando pessoas, ideias e textos, segun-

do normas discursivo-tipográficas comumente partilhadas, são argumentos que, em nosso entender, justificam o parecer de que o impresso proporcionou um efeito de sincronia e de sintonização culturais na sociedade portuguesa oitocentista. Contudo, não podemos ignorar que tal repercussão se limitou à fecunda marginalidade daqueles que, ao longo deste período, integraram o «reyno das letras».

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Fontes Manuscritas

I.1 Arquivo Distrital de Faro

Fundo Arquivo Histórico Municipal de Faro /Décima Circunscrição Escolar de Faro

A/1-1 e A/1-2: *Lançamento das actas das Conferências Pedagógicas. 1884.*

C/5: *Projecto do Programa das Conferências Pedagógicas 1885.*

C/2, C/3, C/4 e C/5: *Relatórios e propostas dos professores.*

Fundo Fazenda do Reino

Mç. 146: *Livrarias conventuais do distrito de Faro / relações e catálogos: 1835-1839.*

Lv. 505: *Inventário dos livros e mais documentos do Archivo dos Proprios Nacionaes.*

Fundo Governo Civil:

Cx 131, mç 2: *Mapas de vencimentos dos empregados de saúde do Distrito de Faro (1852-1926).*

Cx 131, mç 5: *Preço médio dos salários dos trabalhadores em cada um dos meses do ano de 1879.*

Cx 297, mç 2: *Mapas com relação de médicos e farmacêuticos (1862).*

Cx 77, mç 3: *Documentos relativos à instrução primária 1879-81; 1908.*

Cx 94, mç 45: *Registo de documentos relativos à instrução primária (1844-1921).*

Lv. 127: *Livro de correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores. 3.1.1856-15/10/1858.*

Lv. 127: *Livro de correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores. 3.1.1856-15/10/1858.*

Lv. 150: *Livro de correspondência com diversas repartições. 24.8.1883-31/12/1886.*

Lv. 15A e lv. 16A: *Livros de registo de recibos notados à classe de prestação a religiosos (1835-1842).*

Lv. 172: *Livros de registo de vencimentos de professores. 1856-1859.*

Lv. 175: *Livro de correspondência com a 1.ª Repartição do Reino. 1.1.1849-31.12.1853.*

Lv. 199A: *Livro da correspondência com os Ministros. 1836-1837.*

Lv. 201A: *Livro de correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores. 19.10.1858-28.12.1861.*

Lv. 202A: *Livro de correspondência com Repartições Superiores. 30.6.1857-13.10.1863.*

Lv. 234A, 156A, 373A, 297A: *Registo de Estatutos de diversos Estabelecimentos de Piedade e Beneficência.*

Lv. 242: *Compromissos de confrarias 1698-1830.*

Lv. 284A: *Livro dos officios da correspondência avulsa. 1837.*

- Lv. 327A: *Livro da correspondência com o Ministério do Reino*. 6.6.1834-31.10.1835.
- Lv. 355A: *Livro de correspondência com os Ministérios*. 4.1.1838-4.7.1839.
- Lv. 373: *Livro de correspondência com Repartições Superiores*. 4.1.1850-17.6.1857.
- Lv. 393: *Livro da Correspondência com o Governo, Ministérios da Guerra, Eclesiásticos e Justiça e Estrangeiros*. 27.7.1839-29.12.1854.
- Lv. 419: *Livro de registo de correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores – 1.ª Rep.* 2.1.1862-9.9.1865.
- Lv. 421: *Livro de registo de correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores – 2.ª Rep.* 8.1.1867-24.5.1872.
- Lv. 422: *Livro de correspondência com as Repartições Superiores*. 14.10.1863-31.12.1869).
- Lv. 449: *Livro da correspondência com o Ministério do Reino*. 15.1.1849-29.12.1849.
- Lv. 465: *Livro da correspondência com o Ministério do Reino*. 8.11.1842-30.12.1848.
- Lv. 492: *Registo das confirmações dos Agentes Consulares deste Distrito (1835-1909)*
- Lv. 496: *Livro da correspondência avulsa*. 1.1.1849-31/12/1853.
- Lv. 517: *Livro de registo de correspondência dirigida a Repartições Superiores*. 30.9.1869-30.12.1869.

I.2 Arquivo Histórico de Viana do Castelo

Fundo Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo

PT/ADVCT/JTJVCT/CV/024/1: Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo/Justificações de idoneidade (periódicos) 1855/1855. Requerimento de João Augusto Teixeira (tipógrafo).

I.3 Arquivo Histórico da Academia de Ciências de Lisboa

Processo do académico José Joaquim Nunes.

I.4 Arquivo Histórico da Diocese do Algarve

Livros de registo de chancelaria (1841-1846).

Livros de registo da Câmara Eclesiástica (1841-1846).

Livros de registo de correspondência (1767-1884).

Livro de registo do catálogo da biblioteca (s.d.).

Pasta D. Francisco Gomes do Avelar.

I.5 Arquivo Histórico Militar

Fundo Assuntos Militares Gerais

AHM/DIV/3/7/243: MENEZES, Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Menezes – [*Parecer*] [s.d.].

AHM/DIV/3/7/551: [REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 15, TAVIRA] - [Petição] 7.6.1822, Tavira. [Ms.] 1822.

AHM/DIV/3/7/551: VASCONCELOS, brigadeiro José de Sande – [Requerimento] 14.3.1807, Tavira. [Ms.]. 1807.

PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/04: VASCONCELOS, José de Sande – *Estatutos da aula militar do Regimento de Tavira*. [Ms.]. 1796. 4 fl.

PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/06: VASCONCELOS, José de Sande – *Por Ordem D’Il.^{mo}, E Ex.^{mo} S.^r Inspector General Mappa dos allumnos da Aula militar do regim.to de Tavira de que hé Lente o Brigadr.^o Jozé de Sande Vas.^{cos}*. [1796?]. 1 fl. color.; 32 x 21 cm. Inclui: *Mapa D’Alumnos aprovados na Aula Real do Regimento de Tavira...* [1796?]. 1 fl. color; 36 x 23 cm. PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/06.

PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/17; PT/AHM/DIV/3/05/05/27/18: FRAGOSO, Caetano Ignacio – *Entrega de sala para estabelecimento duma aula de primeiras letras do Regimento de artilharia n.º 2 no edificio denominado Hospital Velho*. 31.1.1817.

PT/AHM/DIV/3/05/05/05/28/64 – *Relação Nominal dos Professores das Escolas Militares, e Candidatos da Escola Normal; em 15 de Janeiro de 1823*.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/01 – *Projecto da escola militar para um corpo de artilharia para o Regimento do Algarve*.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/01: *Projecto de uma escola para o serviço do corpo de Artilharia destinado ao Algarve*.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/04: *Aviso de 14 de Janeiro de 1794*, expedido pela secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, aos Lentes das aulas Militares do Reino do Algarve, e confirmado pelo de 31 de Abril de 1795, expedido ao Coronel de Infantaria de Lagos. Documentos anexos a VASCONCELOS – *Estatutos da aula militar do Regimento de Tavira*.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/17 – FRAGOSO, Caetano Ignacio – *Entrega de sala para estabelecimento duma aula de primeiras letras do Regimento de artilharia n.º 2 no edificio denominado Hospital Velho*. 31.1.1817.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/18 – MELLO, João Chrysostomo – *Número de alunos das escolas militares Março e Abril de 1817 pelo Director*. 1817.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/2 – *Escala Geral do Progresso das Escolas Militares no mez de Novembro de 1817*.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/20 – *Mapa demonstrativo do credito das Escolas Particulares do Exército, pela afluência d’Alunos Paisanos des do 1.º Agosto de 1817, até 31 d’Agosto de 1818*. 1818.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/22 - *Escala Geral do progresso das Escolas Militares no Mez de Novembro de 1817*.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/28 - *Escala Geral do Progresso das Escolas Militares no mês de Setembro de 1818*.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/32 - *Escala Geral do Progresso das Escolas Militares no mês de Janeiro de 1822*.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/34 - *Escala Geral do Progresso das Escolas Militares no mês de Abril a Dezembro de 1819*.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/46 - Mapa dos Progressos das Escolas Militares de Primeiras Letras em todo o anno de 1820, e da distribuição dos seus Discipulos pelas diferentes Classes e Ordens d'instrução no último de Dezembro de 1820.

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/52 – *Mapa do Numero dos Alumnos da Escola de Ler, escrever, e Contar, do Regimento de Infantaria N.º14 em Dezembro de 1821.*

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/53 – *Mapa do Numero dos Alumnos da Escola de Ler, escrever, e Contar, do Regimento de Artilheria N.º 2 em Dezembro de 1821.*

PT/AHM/DIV/3/05/05/27/54 – *Relação dos Mestres, e Ajudantes, e Aspirantes das Escolas Militares, referida ao mês de Novembro de 1822.*

PT/AHM/DIV/3/05/05/28/63 – *Mapa do Numero dos Alumnos da Escola de Ler, escrever, e Contar, do Regimento de Infantaria N.º14 durante o 2.º Semestre do anno de 1822.*

PT/AHM/DIV/3/05/05/28/65 – *Mapa do Numero dos Alumnos da Escola de Ler, escrever, e Contar, do Regimento de Artilheria N.º 2 em Dezembro de 1822.*

PT/AHM/DIV/3/20/01/45: RÊGO, Romão José do – *Planta do acrescemtamento que se fês, ás Cazas de Rezidência dos Sr.es Generais deste Reino do Algarve.* [planta ms., color.] Tavira, 7, Agosto, 1769.

PT/AHM/DIV/3/26/17934/20: [Aquarelas; Engenheiros militares].

PT/AHM/DIV/3/26/17934/7: [Aquarelas; Engenheiros militares].

PT/AHM/DIV/3/26/17934: [Aquarelas; Engenheiros militares].

PT/AHM/DIV/3/26-18684-5-261: [Aquarelas; Engenheiros militares].

PT-AHM-DIV-3-20-1-85 e PT-AHM-DIV-3-20-1-92: VASCONCELOS, José de Sande e COUTINHO, Baltazar de Azevedo – *Planta do Quartel da Atalaia de Tavira.* [planta ms., color.] Tavira, 1799.

Processos individuais:

AHM/DIV/3/7/1891: Francisco Imídio

AHM/DIV/3/7/309: José Francisco

AHM/DIV/3/7/459: José Nunes da Costa Cardoso

AHM/DIV/3/7/54: Domingos António de Castro

PT/AHM/DIV/3/7/1855: Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira

PT/AHM/DIV/3/7/1918: António José da Franca Horta

PT/AHM/DIV/3/7/2035: Jacinto Alexandre Travassos

PT/AHM/DIV/3/7/243: João Stuart

PT/AHM/DIV/3/7/252; /341; /550; /560; /636: José Francisco de Castro:

PT/AHM/DIV/3/7/38/530: Baltazar de Azevedo Coutinho

PT/AHM/DIV/3/7/551: José de Sande Vasconcelos

PT/AHM/DIV/3/7/666: António José Vaz Velho

PT/AHM/DIV/3/7/667: António Pedro de Brito (Villa Lobos)

PT/AHM/DIV/3/7/76: Francisco Xavier dos Reis

I.6 Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes, Vila Real de Santo António, Portugal

Documento 37: *Estatutos e regimento interno da Sociedade Patriotica de Villa Real de Santo Antonio*. 1835.

I.7 Arquivo Municipal de Lagos

Fundo Arquivo Histórico

CML-14: *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lagos (1869 a 1874)*.

CML-15: *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lagos (1874 a 1879)*.

Lv. 264: *Criação da Biblioteca «Luís de Camões». Registo de Factos*. 1880.

Lv. 267: *Biblioteca «Luis de Camões». Inaug. catálogo de obras*. 1880 a 1881.

I.8 Arquivo Municipal de Loulé

Fundo Câmara Municipal:

PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/cd 002: *Registo de documentos relativos à Sisa, 1849-1850*.

PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/ed003, cx. 199: *Registo de documentos relativos à Sisa, 1850-1851*.

PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/03/mç001: *Registo de documentos relativos ao recenseamento eleitoral: Rellação dos 40 contribuintes mais collectados do Concelho de Loulé*. 1852-1855.

PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv002 a Lv0091: *Recenseamento Eleitoral*. 1834-1847.

PT/AMLLE7AC7CMLLE7C7B7017LV 005: *Registo de documentos relativos aos funcionários da Câmara Municipal de Loulé, 1835-1969*.

Fundo Sociedade Agrícola do concelho de Loulé:

PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/FI001: 1849.

PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/mç003: 1852.

PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/mç003: *Dez proprietários que pagam no dito concelho mais quota de décima de prédios urbanos*. 1855.

Fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé:

PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/01/Lv001: *Livro das actas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1835-1848*.

PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/02/Lv001: *Livro de Receita e despesa da Sociedade, 1837-1844*.

PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/03/mç001 e mç002: *Registos relativos às receitas e despesas*.

I.9 Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo Arquivo das Congregações

Mç.9, mct. 7: Bispo do Algarve (1777-1837). Associação Protectora de Meninas Pobres da Vila de Lagoa.

Fundo Conde de Linhares

Mç 17/1: [*Requerimento*] de José de Sande Vasconcelos.

Fundo Conselho de Guerra:

Mç. 145, decreto de 19.8.1789; decretos n.º 115-158; 159.

Mç. 149, decreto n.º 118.

Fundo Desembargo do Paço, Corte, Estremadura e Ilhas (Secretaria das Comarcas / Secretaria da Revisão dos Livros)

Mç. 870: António Camilo Pereira.

Mç. 871: António José Vaz Velho, Hermógenes António da Conceição Ribeiro.

Fundo Ministério do Reino

D.G.I. Pública Ensino Mútuo, mç 3707: *Correspondência relativa a ensino mútuo (1838-1842): escola de ensino mútuo em Faro.*

Lv. 1526: *Registo de correspondência expedida ao Governo Civil de Faro (3.9.1835-10.5.1844).*

Lv. 1528: *Registo de correspondência expedida ao Governo Civil de Faro (14.5.1844-28.6.1863).*

Mç 4225: *Ensino Particular: autos de concurso para mestre de disciplina. Processos de exame. Títulos de capacidade, 1851-1856.*

Mç. 2043, letra R-S: *Estatutos da Sociedade Philanthropica Tavirense, 1835.*

Mç. 245: *Processo Doutor António Luiz de Macedo e Brito filho, opositor às cadeiras da Faculdade de Cânones, Comendador da Ordem de Cristo, Cónego Presbiterado da Sé de Faro e Deputado Ordinário do Santo Ofício da Inquisição de Évora.*

Mç. 3665: *Biblioteca Popular de Monchique, 1877.*

Mç. 3671: *Biblioteca Popular Camões, 1880.*

Mç. 3825: *Mapas de instrução secundária, 1836-1837.*

Mç. 3826: *Mapas de instrução secundária 1838.*

Mç. 3827: *Mapas de instrução secundária 1839.*

Mç. 3865: *Correspondência relativa de diversos liceus: Faro (1840-1860).*

Mç. 4091: *Inspecção às escolas primárias. 1863.*

Mç. 4103: *Mapas escolares de 1866*. 1866.

Mç. 4224: *Ensino Particular: autos de concurso para mestre de disciplina. Processos de exame. Títulos de capacidade*, 1849-1850.

Mç. 4226: *Ensino Particular: autos de concurso para mestre de disciplina. Processos de exame. Títulos de capacidade*, 1857-1859.

Mç. 4344, 4345, 4346, 4347, 4348, 4349, 4350: *Processos de provimento dos professores de instrução primária (séculos XVIII-XIX)*

Mç. 5098: *Mapas de instrução secundária*, 1836.

Mç. 596, cx 697: *Correspondência diversa sobre negócios eclesiásticos: informações de arcebispados, bispados e cabidos: bispo do Algarve, arcebispo do Algarve (1751-1811)*.

Proc. s/desig. de entrada 1 a 5, n.º 4, mç. 3661: *Estatutos da Sociedade Centro União, Lagos*, 1874.

Fundo Real Mesa Censória:

Cx. 147: *Livros retidos nas Alfândegas*.

Cx. 152: *Requerimentos para obtenção de licença de saída de livros*.

Fundo Viscondes de Vila Nova de Cerveira:

Cx. 41, n.º 7: *Escritura de ajuste, amigável composição e obrigação entre o Bispo do Algarve, par do reino, ministro e secretário de estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça com a Marquesa de Ponte de Lima, como tutora de seus filhos, sobre o testamento do bispo, Inquisidor Geral, D. José Maria*. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4347783>.

Fundo Correspondência diversa sobre negócios eclesiásticos:

Mç 596, cx 697: *Bispo do Algarve, arcebispo do Algarve (1751-1811)*.

I.10 Arquivo do Seminário de São José de Faro, Faro, Portugal.

Livro Obrigacoes do Porteiro do Seminario e do Pedagogo. S.d.

Livro Regras do Seminario Episcopal do Algarve. 1797.

I.11 Biblioteca António Rosa Mendes da Universidade do Algarve.

Fundo Sociedade do Teatro Lethes:

Cx. 12: *[Catalogo de impressos]*. S.d.

Cx. 12: *Cathalogo alfabetico dos Dramas, Comedias e Farças pertencentes ao dito theatro e dos seus authores*. S.d.

Cx. 12: *Encomendas para o Theatro Lethes*.

Cx. 12: *Livro Índice dos autores de Comedias, dramas e farças da bibliotheca theatral do Theatro Lethes* [remissivo].

Cx. 12: *Relação de peças e musicas emprestadas aos socios da Sociedade Teatral de Faro*. S.d.

Cx. 14: *Lista dos espectáculos realizados no Theatro Lethes desde a sua inauguração*. 1845-1864.

Cx. 16: *Documentação diversa: receitas e despesas*. 1849-1850.

Cx. 5: *Livro do Registo da Correspondência*. 11.3.1849-4.6.1856.

Cx. 7: *Actas das Sessões da Direcção Teatral*. 1845-1846.

Cx. 7: *Livro das Actas da Assembléa Geral*. Set. 1849-Jun. 1856.

Cx. 7: *Livro das actas da direcção*. 5.10.1846-14.10.1856.

Cxs. 8, 9, 23, 25, 32, 33, 34, 35, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 56: *Peças de teatro manuscritas pertencentes à Sociedade*.

I.12 Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

Documentos Avulsos, 54-IV-33 (n.º 1) a 54-V-27 (n.º 3 HHH): 54-V-22 [*Cartas de D. Francisco Gomes do Avelar*]. 1791-1802.

Documentos Avulsos, 54-VI-13 (n.º 47) a 54-VII-1 (n.º 49d): 54-VI-52 [*Cartas de D. Francisco Gomes do Avelar*]. 1787-1801.

Documentos Avulsos, 54-XI-29 (n.º 223) a 54-XI-43 (n.º 16): 54-XI-35, n.º 32: *Carta de D. Francisco [Gomes do Avelar]*. 1789.

I.13 Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia

Legado Leite de Vasconcelos: Manuscritos de terceiros: Teixeira de Aragão

Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondente n.º n.º 2447: José Joaquim Nunes

I.14 Biblioteca Nacional de Portugal

Arquivo Histórico

B/AH-9 (BN/AC/INC/DLEC/05/cx03-03): *Correspondência para a CADLEC, 1835-1841*.

BN/AH-22 (BN/AC/INC/DLEC/18/Cx05-03): *Relações de conventos extintos e de livros e quadros recebidos [1834]-1841*.

BN/AH-10 (BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04): *Copiador de ofícios expedidos 1836-1843 (p. 167-168; 235-256)*.

Cartografia

COELHO, Guilherme – *Projecto de edificio destinado p[ar]a hospital militar da praça de Lagos / desenhado por Guilherme Coelho, capp[it]am d' artelharia, e lente de mathematicas na praça de Lagos; copiado pel cor[on]el Jozé de Sande de Vasc[oncel]os ; mandado tirar por ordem e direcção C. de Val de Reys, g[overnad]or e*

cap[it]am g[e]n[er]al do [ei]no d' Alg[arv]e, pa[ra] ser presente ao Principe N. S.. [Ms.]. 1 planta color.; 58x116 cm. Disponível em: <http://purl.pt/24772> .

MARDEL, José Carlos – *2º Plano do edeficio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro.* [em linha] [Escala não determinada]. [S.l. : s.n.] [177?]. 1 documento: ms., color.; 52 x 37 cm. Disponível em: http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-19A-27/4046_II-2-19A-27.jpg

VASCONCELOS, José de Sande – [Planta do plano inferior e alçado do Hospital Militar de Tavira]. [Ms.]. 1795. 95x60 cm. Disponível em: <http://purl.pt/22455>.

VASCONCELOS, José de Sande – [Planta do plano superior e alçado do Hospital Militar de Tavira]. [Ms.]. 1795. 90,3x46 cm. Disponível em: <http://purl.pt/22455>.

VASCONCELOS, José de Sande – *Configuração geografica do Reyno do Algarve dividido em comarcas e subdividido por termos: Mappa geral dadifferentes objectos e notas do Re[y]no daAlg[arve] / executado pelo ten[en]te Coronel Engenh[eir]o Joze da Sande de Vas[conce]llos; mandado fazer e dirigido pelo Conde de Vale de Reys, Governador e Capitão General do dito.* [1788?] 1 mapa: manuscrito, color.; 267x215 cm. Apresenta legenda sobre a divisão das comarcas e, na margem inferior, 19 quadros de dados estatísticos, económicos e sociais. Disponível em: <http://purl.pt/24776>.

VASCONCELOS, José de Sande – *Mappa rezumido da entrada [em Tavira] que o ill.mo e ex.mo senhor conde de Val de Reys mandou fazer a ill.ma pessoa do ex.mo er.mo senhor D. Joze Maria Bispo deste Reyno.* [Ms.]. [c. 1787-1788]. 1 mapa ms. color.; 57,50x90,50 cm. Disponível em: <http://purl.pt/17252>.

VASCONCELOS, José de Sande – *Projecto para o hospital militar de Tavira por ordem do Il.mo e Ex.mo S.r Conde de Val de Reys, G.or e Cap.am G.al do R.no D.º Alg.e e &c &c &c.* [planta, ms., color.]. S.l. [Tavira]: 1795. Disponível em: <http://purl.pt/22455>.

VASCONCELOS, José Sande de – *Mappa geral de diferentes objectos, e noticias do Reyno do Algarve: feito no tempo do conde de Val de Reys, Governador e Capitão-General do dito Reyno.* [em linha] [Ms.]. 1788. Acessível na BNP, Lisboa, Portugal. F. 8036. Disponível em: <http://purl.pt/23924>.

Códices:

Arte do mineiro de M.º Geuss; dedicada ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Conde de Val de Reys por Guilherme Coelho Ferreira Ajudante do Regimento de Artilharia do Reyno do Algarve 1789. [Ms.]. 1789. [12] f., 257 p., [3] f., [4] f. il. desdobr. Cód. 13370.

Escritores da Congregação do Oratório. Cód. 489.

Memorias relativas ao Reino do Algarve. Notas de diversos. Originaes do sec. XVIII. I vol. 46 fls. Cód. 224.

Miscellanea historico-politica e litteraria. Registo de Papeis Curiosos, concernentes á Historia Antiga e Moderna. Cód. 8058 (F2870), fl. 155v.

Miscellanea. Papeis varios («Algarve. Bispo Ignacio de Santa Theresa»). Cód. 1527

SOUSA, D. Manoel Caetano de – *Historia Ecclesiastica do Reyno do Algarve, 1703. Apontamentos autographos para esta obra.* I vol., 107 fls. Cód. 17

Manuscritos avulsos

Mss. 213, n.º 33: *Escrituras de obrigação entre a Congregação do Oratório e várias pessoas que pretendiam entrar (1777-1789)*.

Mss. 225, n.ºs 50, 64, 140, 228, 229: [*Correspondência relativa a livrarias conventuais do distrito de Faro, 1835-1841*].

Mss., cx 34, doc. 3-4, mç. 2, n.º 74-81: *D. Francisco Gomes do Avelar*.

I.15 Instituto Geográfico Português

CA396: VASCONCELLOS, José de Sande – *Planta da cidade de Tavira / copiada de huma planta feita e desenhada pelo brigadeiro Jozé de Sande Vasconcelos no Real, e Geral Depozito das Cartas Marítimas*. - Escala [ca. 1:2 000], 400 palmos = [4,8 cm]. [S.l.]: Real e Geral Depozito das Cartas Marítimas. 1800. 1 planta: manuscrito, color.; 54 x 63 cm.

II. Fontes Impressas

II.1 Monografias

A

[AVELAR, D. Francisco Gomes do, trad.] – *Caminho do ceo ou meditações sobre as maximas eternas e sagrados mysterios da Paixão de N. Senhor Jesus Christo para cada dia do mez, com a pratica da oração mental e orações devotas para a confissão e communhão. Traduzido do italiano e impressas de mandado do Ill.mo e Exc.mo Senhor Bispo do Algarve, com huma sua Pastoral aos seus diocesanos*. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1795.

_____ – *Plano para dar systema regular ao moderno espirito phylosophico ou instrucções anedoticas de um livre pensador. Traduzido do Italiano*. S.l. [Lisboa]: na Ofic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1784.

ALGARVE. Diocese, Bispo, 1671-1679 (Francisco Barreto II) – *Advertencias aos parochos, e sacerdotes do Bispado do Algarve...* Lisboa: na officina de Joam Galram, 1676.

ALGARVE. Diocese, BARRETO, D. Francisco – *Constituiçãoens synodaes do Bispado do Algarve novamente feytas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frãcisco Barreto segundo deste nome, Bispo do Reyno do Algarve e do Conselho e Sua Alteza, publicadas em a synodo diecesana, que celebrou em a See da cidade de Faro em vinte dous de Janeyro de mil seiscentos, e setenta e tres*. Évora, na Impressão da Universidade, 1674.

ALGARVE. Diocese, CASTRO, D. João de Melo e – *Constituiçãoens do bispado do Algarve*. [Em linha]. Lisboa: Em casa de Germão galhar [sic], 1554. Acessível na BNP, Lisboa, Portugal. Res 119 A. Disponível em: <http://purl.pt/14796>.

ANDRADE, António Alberto Banha de – *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981-1984. 2 Vol.

ANDRADE, José Viegas de – *Cópia do Suplemento (...) ao Memorial Económico, e Político sobre a Agricultura, Comércio, e Pescarias do Reino do Algarve*. IRIA, Alberto, ed. – «O Algarve Económico na Época do Marquês de Pombal». *Indústria Portuguesa*, 1947-1948 [1774].

AVELAR, D. Francisco Gomes do – [*Pastorais e exortações*]. Faro: Imprensa de D. José Maria Guerrero, 1808-1811.

_____ – *Instrução para a enxertia dos zambujeiros*. Lisboa: Impressão Régia, 1813.

_____ – *Instruções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas*. Faro: D. José Maria Guerrero, 1809.

_____ – *S. Vicente Levita e Martyr, patrono especial do Bispado do Algarve*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1795.

B

BALBI, Adrien – *Essai Statistique Sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres États de l'Europe et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*. Ed. facsimilada com «Palavras Prévias» de Joaquim Romero Magalhães. Coimbra (l.i.): IN-CM e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004 [1822].

BARROS, João de – *Grammatica da lingua portuguesa*. [Em linha]. Olyssipone: Loduicum Rotorigiũ, Typographum, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/12148>.

_____ – *Gramática da língua portuguesa; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971 [1540].

BEIRES, José de – *Relatorio apresentado á Junta Geral do districto de Faro na sessão ordinaria de 1874 pelo Conselheiro Governador Civil José de Beires com documentos e mappas illustrativos resoluções e consultas da Junta Geral*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1874, 238 p.

BENALCANFOR, Visconde de – *Leituras de Verão. Com um prefácio por Julio Cesar Machado*. Rio de Janeiro: Livraria Contemporanea de Faro & Lino - Editora, Rua do Ouvidor, 74, 1883.

BEZOUT, Étienne – *Curso de Mathematicas*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1786.

_____ – *Elementos de Arithmetica*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1805.

BLUTEAU, D. Rafael e SILVA, Antonio Moraes – *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)*. [Em linha]. Lisboa: na Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789. Disponível em: <http://zip.net/bfr5r1>.

BONNET, Charles – *Memória sobre o reino do Algarve: descrição geográfica e geológica*. Introdução de José Carlos Vilhena Mesquita e tradução, actualização e notas de Maria Armanda T. Ramalho Viegas. Faro: Secretaria de Estado da Cultura, 1990 [1850].

BRABO, Francisco António Dias – «José de Sande Vasconcelos: engenheiro militar e cartógrafo no Algarve nos finais do século XVIII». *Stilus: revista de cultura algarvia*. Faro: AJEA Edições, n.º 6-7, 2004, pp. 145-176.

BRANCO, Fernando-Castelo – *Correspondência de Leite de Vasconcelos com o Abade Sousa Maia*. Separata do *Boletim Cultural*. Porto: Câmara Municipal, vol. XXVI, fascs. 1-2, 1963.

BRANCO, Manuel Bernardes – *Diccionario Português-Latino*. 4.^a ed. Rev. corrig. e aument. com muitos vocábulos novos por José Joaquim Nunes. Lisboa, Livraria Ferreira, 1909.

BOUGAUD, Padre – *Historia da Beata Margarida Maria ou Origem da Devoção ao Coração de Jesus*. Tradução de José Joaquim Nunes, revista pelo Padre Senna Freitas. 2.^a edição. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores, 1879.

BUCHOTE, Nicholas – *Les regles du dessin et du lavis, pour les plans particuliers des ouvrages & bâtiments, & pour leurs coupes, profils, élévations & façades, tant de l'Architecture militaire que civile*. Paris: Didot fils, Jombert jeune, Libraires, 1754.

BUESCU, Maria Leonor – *Um documento da reforma pombalina do ensino*. Separata da *Euphrosyne*. Nova série, 9. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, 1979.

C

CARDOSO, João Luís – «José Leite de Vasconcelos, pré-historiador: sua projecção internacional». In *150 anos do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos: actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2009, p. 83-180.

CARDOSO, João Luís – *Correspondência anotada de David Lopes a José Leite de Vasconcelos*. Separata de *Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90.º aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2004, p. 451-504.

CARVALHO, João Coelho de – *Invasão Francesa no Algarve*. Manuscrito editado por OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*. Porto: Typographia Universal, 1902, p. 175-198.

CASTRO, D. João de Melo e – *Doctrina d'principios e fundame[n]tos d'christa[n]dade*. [Em linha]. [Lisboa?: Germão Galharde, entre 1549-1553]. Acessível na BNP, Lisboa. Portugal. Res 692 P. e disponível em: <http://purl.pt/23137>.

CASTRO, Ivo e VIEIRA, Yara Frateschi – «Ideias e opiniões seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português». *Floema*. [Em linha]. Ano V, n.º 5, 2009, p. 83-102. [Consult. 17 Mar. 2014]. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/view/487>.

Catecismo ou breve explicação da doutrina christã, para o uso das escolas da Congregação do Oratorio. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1782.

Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1900.

COELHO, F. Adolpho – *Para a história da instrução popular*. [em linha]. [Lisboa: s.n., 1895], 84 p. Sep. de *Revista de Educação e Ensino*. Disponível em: <http://purl.pt/24604>.

COSTA, D. António – *A instrução nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

COSTA, D. António – *Auroras da instrução pela iniciativa particular*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.

COSTA, D. António – *Historia da instrução popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

COSTA, D. António – *Necessidade de um Ministério de Instrução Pública*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

COSTA, D. António da – «Artes Liberaes». In *Estatística do districto administrativo de Leiria*. Leiria: Typ. Leiriense, 1855, p. 97.

COSTIGAN, Arthur William [pseud. de Diogo Ferrier] – *Cartas sobre a sociedade e costumes de Portugal, 1778-1779*. Trad., pref. e notas de Augusto Reis Machado. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 7-59. 2 Vols.

D

D' ANTONI, Alessandro – *Architectura Militar*. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1790-1796. 6 vols.

Diario de las operaciones de la division del condado de Niebla que mandó el mariscal de campo Francisco de Copons y Navia, desde el dia 14 de abril de 1810, que tomó el mando, hasta el 24 de Enero de 1811, que pasó este general al 5º ejército / por José Ibañez, ingeniero voluntario encargado en el diario de dicha division, Impreso en Faro por D. Jose Maria Guerrero, 1811.

DOGLIONI, Lázaro – *Memórias sobre a Aclamação do Infante D. Miguel em Faro*. Edição e estudo introdutório de José Manuel Vilhena Mesquita. Faro: Delegação Regional do Sul da S.E.C., 1991.

Duas descrições do Algarve do século XVI [Corografia do reino do Algarve (1577) / Frei João de S. José e História do Algarve (circa 1600) / Henrique Fernandes Serrão]. Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Sá da Costa, 1983.

E

Estatística de Portugal: População no 1.º de Janeiro de 1878. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1878

F

FARINHA, Bento José de Sousa – «Prantos da Mocidade Portuguesa». *Revista de Educação e Ensino Publicação Mensal Illustrada*. Alexandre José Sarsfield, dir. Leça da Palmeira: Bibliotheca de Obras Uteis e Illustradas, 1893.

Folhas volantes da Guerra Civil no Algarve. 1833. Miscelânea. Coleção particular de Luís Guerreiro.

FORTES, Manoel de Azevedo – *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados...* Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729.

FREITAS, Bernardino José de Senna – *Collecção de memorias e documentos para a historia do Algarve*. Faro: Typ. de Francisco Samuel da Paz Furtado, 1846.

G

GARRETT, Almeida – «Introdução». In *Romanceiro*. Organização, fixação de textos, prefácio e notas de Maria Helena da Costa Dias [et al.]. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1983 [1843].

GASCON, José António Guerreiro – *Subsídios para a monografia de Monchique*. Faro: Algarve em Foco Editora, 1993.

GIÃO, Manuel – «As aulas de Anatomia e Cirurgia dos Hospitais Militares». Separata da *Imprensa Médica*, Ano XI e Ano XII, s.l., 19--., p. 1-28.

GIÃO, Manuel – «Os Hospitais Reais Militares do Algarve». Separata da *Revista Portuguesa de Medicina Militar*. Vol. 1, n.º 2, 1953, p. 240-255.

GOMES, Manuel Teixeira – *Carnaval Literário* (2.ª Parte de Miscelânea). 3.ª ed. Prefácio de Urbano Tavares Rodrigues e notas de Urbano Tavares Rodrigues, Helena Carvalhão Buescu e Vítor Wladimiro Ferreira. Lisboa: Bertrand Editora / Instituto Português do Livro, 1993.

GOODOLPHIM, Costa – *A associação: história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Com pref. e notas de César Oliveira. Lisboa: Seara Nova, 1974 [1876].

H

HENRIQUES, Helena Castanheira, OLIVEIRA, Cristina Teles de e MAGALHÃES, Fernando – «O contributo do ensino militar na escolarização matemática». [Em linha]. Comunicação apresentada ao XIII CIAEM-IACME, Recife, 2011. [Consult. 4.10.2012]. Disponível em: http://www.cimm.ucr.ac.cr/ocs/index.php/xiii_ciaem/xiii_ciaem/paper/view/1906/1236.

HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. Organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Editorial Presença, 1982. Vol. I.

I

IGREJA CATOLICA. Concílio de Trento, 1545-1563 – *O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez dedica e consagra, aos... Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend*. [Em linha]. Lisboa: na Off. de Francisco Luiz Ameno, 1781. 2 vol. Disponível em: <http://purl.pt/360>.

Instrucção de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras para o uso das escolas da Congregação do Oratorio na Casa de N. Senhora das Necessidades. Ordenado pela mesma Congregação. [Em linha]. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1780. Disponível em: <http://purl.pt/6418>.

Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, Ordenadas, e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor, Para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios. Lisboa: Na Offic. de Miguel Rodrigues, 1759. In BUESCU, Maria Leonor – *Um documento da reforma pombalina do ensino*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, 1979, p. 234. Sep. de *Euphrosyne*, nova série, 9.

Instrucções geraes em forma de catecismo nas quaes se explicão em compendio pela Sagrada Escritura, e Tradição a historia, e os dogmas da religião. A moral crhistã, os sacramentos, as orações, as cerimoniaes, e os usos da igreja. Impressas por ordem do senhor Carlos Joaquim Colbert Bispo de Montpellier. Com dous catecismos abbrevia-

dos... Traduzidas na Lingua Portugueza Para o Uso do Bispado de Coimbra. - Lisboa: Regia Off. Typografica 1770.

Instruções geraes em fôrma de catecismo nas ques se explicão em compendio pela Sagrada Escritura, e Tradição a Historia, e os Dogmas da Religião a Moral Christã, os Sacramentos, as Orações as ceremonias, e os usos da Igreja impressas por ordem do Senhor Carlos Joaquim Colbert, Bispo de Montpellier com dous catecismo abbreviados para o exercicio dos meninos. Primeira Parte. Traduzidas na lingua portugueza para o uso do Bispado de Faro. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

Instruções para a forma dos exames dos mestres de primeiras letras. Coimbra, 1801.

L

LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005 [1801].

LIPPE, Conde Reinante de Schaumbourg – *Direcções que ham de servir para os senhores coroneis, tenentes-coroneis e majores... os grandes movimentos de tropas.* Trad. de D. Joaquim de Noronha. Lisboa: Secretaria de Estado, 1767.

_____ – *Memoria sobre os exercicios de meditação militar para se remeter aos senhores Generaes, e Governadores de provincias, a fim de se distribuir aos Senhores Chéffes dos Regimentos dos Exercitos de S. Magestade.* Lisboa: Na offic. de João Antonio da Silva, 1782.

_____ – *Novo methodo para dispor um Corpo de Infantaria, de sorte que possa combater com a Cavallaria em Campanha raza...* Lisboa: Secretaria de Estado, 1767.

_____ – *Regulamento para o exercicio e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestde Fidelissima, feito por ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza o Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General.* Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1794, p. 4. Disponível em: <http://www.exercito.pt/sites/BiblEx/Noticias/Documents/Infanteria.pdf>.

LOBATO, António José dos Reis – *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memória sobre a Agricultura do Algarve e melhoramento que pode ter». *Anais do Município de Faro.* Faro, Município de Faro, n.º 24, 1994 [1812].

LOBO, Francisco Alexandre – *Annaes das Sciencias e Lettras publicados debaixo dos auspicios da Academia Real das Sciencias.* Lisboa: Typographia da mesma Academia, 1858

_____ – *Obras.* Lisboa: Typ. Jose Baptista Morando, 1848. Vol. 2.

LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve.* Prefácio de Isabel Nobre Vargues. Reprodução facsimilada da edição de 1841. Faro: Algarve em Foco Editora, [S.d.] imp. 1988 [1841]. 2 vol.

_____ – *Memorias ecclesiasticas para a Historia do Bispado do Algarve.* Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1848

M

MAGALHÃES – *O Algarve económico: 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1993.

MARADO – «O processo de formação da rede monástico-conventual do Algarve (1189-1834)». *Promontoria: revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. N.º 9. Faro: Universidade do Algarve. 2011, p. 1-21.

MELLO, Francisco Eleutherio de Faria e – *Memoria sobre a vida de D. Francisco Fernandes Lobo, Bispo de Vizeu*. Lisboa: Typ. José Baptista Morando, 1844.

MELLO, José Maria Mascarenhas – «Memórias de Emigração (1828-1834)». Estudo, actualização, transcrição e notas por Iva Delgado. *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, vol. XVIII, 1988, p. 215-290.

MELO, João Crisóstomo do Couto e – *Relatório dos progressos das Escolas Militares de primeiras lêtras no decurso do anno de 1820 (o quarto do seo estabelecimento) feito pelo Diretor das mêsmas Escolas, o Capitão do Real Córpo d'Ingenheiros João Crisóstomo do Couto e Melo, na sessão pública celebrada em 15 d'Outubro de 1821*. Acessível em AHM, Lisboa, Portugal. PT/AHM/DIV/3/05/05/05/27/48.

MONFORTE, Fr. Manoel de – *Chronica da Provincia da Piedade, Primeira Capucha de toda a Ordem, e Regular Observancia de nosso Serafico Padre S. Francisco*. Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes, 1696.

MONTEVERDE, Emílio Aquiles – *Manual Encyclopedico para uso das escolas d'instrucção primaria por... Aprovado pelo Conselho Geral d'Instrucção Publica*. Nova edição revista e melhorada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, 704p.

_____ – *Methodo Facillimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo possível. Aprovado pelo Conselho Superior de instrucção publica*. 5.ª ed. revista e augmentada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851, 144 p.

_____ – *Mimo á infancia ou manual de Historia Sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas tanto em Portugal como o Brasil por Emilio Achilles Monteverde. Ornado de 100 lindas estampas, representando os principaes successos referidos no Velho e no Novo Testamento*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, 256 [98] p.

MOREIRA, Henrique – *Os Combatentes: romance de costumes algarvios época 1828 a 1834*. 2.ª ed. Porto: Empreza Litteraria e Jornalistica Ferreira de Brito, 1884-1885. 3 vols.

O Manuscrito de João da Rosa. 2.ª ed. act. e anotada. Olhão: Câmara Municipal, 2008.

N

NUNES, José Joaquim – «A lenda do coração comido» e «Bibliografia. Livros. *Introduccion al latin vulgar*, de C. H. Grandgent – por J. J. Nunes / *La negacion en español antiguo com referencias a otros idiomas*, de E. L. Llorens – por J. J. Nunes». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1930, vol. XXVIII, n.ºs 1-4, p. 5-15, 300-301.

_____ – «A propósito da naturalidade dos trovadores galego-portugueses». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. J. Leite de

Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1925-1927, vol. XXVI, n.^{os} 1-4 p. 165-171.

_____ – «Bibliographia. Livros» e «Textos Antigos Portugueses. IV. Vida de Tarsis – Vida de uma monja / Morte de S. Jeronimo. V. Uma amostra do Livro de Josep ab Arimatia». *Revista Lusitana: Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Publicada pelo Museu Ethnologico Português e composta e impressa na Imprensa Nacional de Lisboa, 1908, vol. XI, n.^{os} 1 e 2 (p. 1-180), 3 e 4 (p. 181-358), p. 179-180 (n.^{os} 1 e 2), 210-222, 223-237.

_____ – «Cantigas de Martim Codax, presumido jogral do século XIII». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1931, vol. XXIX, n.^{os} 1-4, p. 5-32.

_____ – «Chronica. Sociedade internacional de dialectologia romanica». *Revista Lusitana: Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa, Publicação do Museu Ethnologico Português / Imprensa Nacional, 1910, vol. 13^o, n.^{os} 1 e 2 (1-148), 3 e 4 (149-442), p. 144-145.

_____ – «Contribuição para um dicionario da lingua portuguesa arcaica», «Miscelanea / Cajon ou ocajon?», «Bibliografia / Aushwahi altportugiesischer Lieder, von S. Pellegrini. Halle / Saale 1928. Max Nimeyer». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira 1928-1929, vol. XXVII, n.^{os} 1-4, p. 5-79, 300-303, 319-323.

_____ – «Dialectos Algarvios». *Revista Lusitana: Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1902, vol. VII, n.^o 1, p. 33-55, 104-125, 244-264.

_____ – «Notas filológicas» e «Necrologia. Julio Moreira». *Revista Lusitana: Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira & C.^{ta}, 1911, vol. 14^o, n.^{os} 1-4, p. 62-78 e 323-325.

_____ – «Observação aos “Textos antigos portugueses”» e «As cantigas parallelísticas em Gil Vicente». *Revista Lusitana: Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Publicação do Museu Ethnologico Português / Imprensa Nacional, 1909, vol. 12^o, n.^{os} 1 e 2 (1-148), 3 e 4 (149-334) p. 142-143, 241-267.

_____ – «Os nomes de baptismo. Sua origem e significação». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1933, vol. XXXI, n.^{os} 1-4, p. 5-79. Artigo póstumo, acompanhado de nota de J. Leite de Vasconcelos.

_____ – «Os nomes de baptismo. Sua origem e significação (continuação do vol. XXXI, págs. 5-79)». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira 1934, vol. XXXII, n.^{os} 1-4, p. 56-160.

_____ – «Os nomes de baptismo. Sua origem e significação (continuação do vol. XXXII, págs. 56-160)». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1935, vol. XXXIII, n.^{os} 1-4, p. 5-72.

_____ – «Os nomes de baptismo. Sua origem e significação (continuação do vol. XXXIII, págs. 5-72)». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1936, vol. XXXIV, n.^{os} 1-4, p. 105-164.

_____ – «Os nomes de baptismo. Sua origem e significação (continuação do vol. XXXIV, págs. 105-164)». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1937, vol. XXXV, n.^{os} 1-4, p. 5-37.

_____ – «Phonetica historica portuguesa». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, red. Porto: Livraria Portuense de Lopes & C.^a Sucessores de Clavel & C.^a, 1895, vol. III, n.^{os} 3-4, p. 251-307.

_____ – «Subsídios para o romanceiro português (tradição popular do Algarve)». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, red. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1900-1901, vol. VI, p. 151-188.

_____ – «Textos antigos portugueses. Começa-se a vyda do duque Antiocho que depoyz ffoi abbade» e «Miscelanea. Um falso vocabulo». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filologicos e etnologicos relativos a Portugal*, J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1916, vol. XIX, n.^{os} 1-4 p. 63-75 e 335.

_____ – «Textos antigos portugueses. Historia de Dom Rodrigo, último rei godo». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filologicos e etnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, vol. XXII, n.^{os} 1-4 p. 138-169.

_____ – «Textos Antigos Portugueses. I. A visão de Tundalo ou O Cavalleiro Tungullo». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1903-1904, vol. VIII, n.^o 1, p. 239-262.

_____ – «Textos Antigos Portugueses. II. Testamento da Infanta D. Leonor Affonso» e «Bibliographia. Livros: *Die Sprache des Königs Denis*, de Gassner e *Obras de Gil Vicente*, edição de Mendes dos Remedios». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Publicação do Museu Ethnologico Português / Imprensa Nacional, 1906, vol. IX, n.^{os} 1 e 2 p. 135-138 e 336-348.

_____ – «Textos Antigos Portugueses. III. Vida de Santa Pelagia». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Publicada pelo Museu Ethnologico Português e composta e impressa na Imprensa Nacional de Lisboa, 1907-1908, vol. X, n.^{os} 1 e 2, 3 e 4, n.^{os} 3-4, p. 177-190.

_____ – «Textos antigos portugueses. Regra de S. Bento». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filologicos e etnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira. 1918, vol. XXI, n.^{os} 1-2, p. 89-145.

_____ – «Textos antigos portugueses. Vyda de Sancta Maria egiciaca e do sancto homem Zozimas». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filologicos e etnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1917, vol. XX, n.^{os} 1-4 p. 183-208.

_____ – «Textos antigos portugueses: (continuação – vol. XV p. 177). Glossario [pp. 1-12]. Observações literarias e filológicas [12-40]». *Revista Lusitana: Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1913, vol. XVI, n.^{os} 1-2 (1-179) 3-4 (181-352), p. 1-40.

_____ – «Textos antigos portugueses: Cousas notaveis e milagres de Santo Antonio de Lisboa» e «Miscellanea: I – Rogerio Bacon». *Revista Lusitana: Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. J. Leite de Vasconcelos, dir. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1912, vol. 15^o, n.^{os} 1 - 4 (1-372), p. 177-235 e 173.

_____ – «Textos antigos portugueses». *Revista Lusitana: Arquivo de estudos filologicos e etnologicos relativos a Portugal*. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1923-1925, vol. XXV, n.^{os} 1-4, p. 231-250.

_____ – *Compêndio de gramática histórica portuguesa (Fonetica-Morfologia)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira, 1919.

_____ – *Convergentes e divergentes*. Separata do *Boletim da 2.^a Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*. Vol. X. Lisboa, 1917.

_____ – *Crestomatia arcaica: excertos de Literatura Portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI*. 3.^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943 [1906].

_____ – *Crónica da ordem dos frades menores, ms. do sec. XV, agora publicado inteiramente pela primeira vez, e acompanhando de introdução, anotações, glossario, e indice onomastico*. Coimbra: Academia das Sciencias de Lisboa, 1918. 2 vols. Inclui o parecer da Academia das Ciências redigido por José Leite de Vasconcelos.

_____ – *Digressões lexicológicas*, Lisboa, A. M. Teixeira, 1928.

O

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde – *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*. Porto: Typographia Universal, 1902.

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde – *Memórias para a história eclesiástica do bispado do Algarve* (continuação). Porto: Livraria Figueirinhas, 1908.

P

Plano dos estudos para a Congregação dos Religiosos de S. Paulo Primeiro Eremita nos reinos de Portugal, e Algarves ordenado segundo o methodo dos novissimos estatutos da Universidade de Coimbra. Lisboa : na Regia Officina Typografica, 1775

Plano dos estudos para os Religiosos Observantes de S. Francisco da Província dos Algarves. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1769.

População: Censo no 1.º de Janeiro 1864. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868. Disponível em:

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1864

Primeira parte das Constituições dos Carmelitas Descalços da Congregação de Portugal com a Regra Primitiva da Ordem, e com o Capitulo ultimo das mesmas Constituições, em que se contém as Leis Geraes da Congregação. Traduzida na Lingua Portuguesa para uso dos irmãos leigos. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1817.

R

RAMOS, Maria Ana – «Palavras entre filólogos: uma carta de Leite de Vasconcellos a Carolina Michaëlis». In *Estudos Portugueses: homenagem a Luciana Stegagno Picchio*. Lisboa: Difel, 1991. p. 143-158.

RAPOSO, Luís, dir., e COITO, Livia Cristina, coord. – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Suplemento n.º 1 de *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999.

Relatório sobre o Censo da População no 1.º de Dezembro de 1890. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1890.

ROCHA, Manuel João Paulo – *Monografia: as forças militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela liberdade*. Porto: Typographia Universal, 1909, p. 175. Edição facsimilada com o título *Monografia de Lagos*. Faro: Algarve em Foco Editora, 1991.

ROQUETE, J.-I. [José Inácio] – *Código do bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIXº século*. Nova edição corrigida e consideravelmente aumentada. Paris: Vª J. P. Aillaud, Guillard e C.ª, 1875 [1845].

_____ – *Código Epistolar ou Regras e Advertencias para escrever com elegancia toda a sorte de cartas acompanhadas e modelos sobre todos os assumptos extrahidos dos melhores escriptores antigos e modernos, nacionaes e estrangeiros; offerecido á mocidade portugueza e brazileira*. Paris: Casa de J.-P. Aillaud, 1846.

RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

S

SÁ, António Francisco Moreira de – *Compendio de Historia Nacional para uso dos alumnos que frequentam as aulas de instrucção primaria coordenado segundo o systema de ensino usado nas aulas da Allemanha e nas de Bruxellas*. 2.ª edição aprovada pelo Conselho Geral de Instrução Pública. Lisboa: Typographia das Horas Românticas, 1876, 60 p.

SALDAÑA FERNÁNDEZ, José – «La prensa en el Suroeste Peninsular durante la Guerra de la Independencia: la *Gazeta de Ayamonte* como vehículo de expresión de la Junta Suprema de Sevilla». In CANTOS CASENAVE, Marieta, ed. – *Redes y espacios de opinión pública: XII Encuentros de la Ilustración al Romanticismo 1750-1850 Cádiz, América y Europa ante la Modernidad*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2006, p. 185-206.

SALGADO, Frei Vicente – *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1786.

SANCHES, A.[ntónio] N.[unes] Ribeiro – *Cartas sobre a educação da mocidade*. Nova edição revista e prefaciada por Maximiano Lemos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922 [1760].

SANCHO, Emanuel Andrade C. – «Inventário do Casal do Ilustríssimo Senhor Fernando José de Seabra Netto». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, vol. XXVI.

SILVA, Innocencio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1914. Obra continuada e ampliada por Brito Aranha, J. J. Gomes de Brito.

SOUSA, Fernando Alberto Pereira de – *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. [Em linha]. Porto, 1979. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/10839/2/N566TD01PFERNANDOSOUSA000068919.pdf>

Synopse ou indices chronologico e alfabetico da legislação relativa á instrucção primaria. Coimbra, 1848.

Synopse ou indices chronologico e alfabetico da legislação relativa á instrucção superior. Coimbra: Universidade Coimbra, 1849.

V

VALDEZ, Luís Travassos – *Memoria ácerca das imprensa do Governo, obras subsidiadas pelo Estado, Bibliothecas, Archivos, Boletins das Provincias Ultramarinas Periodicos e Livros publicados no Ultramar, Bibliographia Ultramarina*. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1880.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito – *Notícias Históricas de Tavira: 1242-1840*. Prefácio, verificação do texto, notas, apêndice e índice ideográfico por Arnaldo Casimiro Anica. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 1999 [1937].

VASCONCELOS, José Leite de – *Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires (Folclore, Filologia, Etnografia e Arqueologia) (1882-1913)*. Prefácio e notas de Eurico Gama. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1964.

_____ – *Cartas de Leite de Vasconcelos ao bibliófilo António José Torres de Carvalho (1913-1935)*. Introdução e notas de Eurico Gama. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. XXVIII, 1966.

_____ – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia) 1879-1899*. Anotações de Mário Cardozo. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento / Instituto de Alta Cultura e Junta de Província do Minho, 1958.

_____ – *O Dialecto Mirandez: Contribuição para o Estudo da Dialectologia Romanica no Dominio Glottologico Hispano-Lusitano*, Porto, Livraria Portuense de Clavel & C.^a – Editores, 1882.

_____ – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915.

_____ – *Lingoas Raianas de Tras-os-Montes: succintas notas philologicas*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1886.

_____ – *As Maias (Costumes Populares Portuguezes): Carta ao illustre folklorista hispanhol, o snr. D. F. Rodriguez Marin*, Barcellos, 1882

_____ – *Portugal Pre-Historico. Bibliotheca do Povo e das Escolas. N.º 106*. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Romanticas, 1885.

_____ – *Tradições Populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.^a – Editores, 1882.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estacio da – *Antiguidades monumentaes do Algarve: tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886-1891.

VENTURA, Duarte – *Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das Escolas em 10 lições progressivas do mais facil ao mais difficil. Ilustrado*. Paris: V.^a J. P. Aillaud, Guillard e C.^a. Livreiros de suas Magestades O Imperador do Brasil e el Rei de Portugal, [s.d.].

VENTURA, Júlio, *Contos ao lar*. Lisboa: Livraria Zeferino, 1888.

VERDE, Cesário – *Obra Completa de Cesário Verde*. Prefácio, organização e notas de Joel Serrão. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1999.

[VERNEY, Luís António] – *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal...* Nápoles: Genaro e Vincenzo Muzio, 1746. 2 Vol.

VIANNA, Antonio Carvalho Ribeiro – *Resumo da Historia de Portugal extrahido de varios autores*. Silves: Typ. da Defesa do Povo, 1879.

_____ – *Resumo da Historia de Portugal extrahido de varios autores*. 2.^a edição revista e aumentada. Silves: Typ. da Defesa do Povo, 1880.

II.2 Publicações periódicas

O Académico Fareense. Costa Macedo, red. Faro: Typographia de Eduardo Serafim 1.1.1877-1.7.1877.

O Algarve Ilustrado. Tavares Bello, ed. 1.6.1880-15.2.1881. Faro: Typographia Minerva.

O Algarve. Luiz Mascarenhas, red. Portimão: Typographia Lealdade, 21.9.1879-9.11.1879[?].

O Algarviense. J. I. B. Romeira Pacheco, ed. Lisboa: Typographia Universal, n.º 1 (5.4.1863) – n.º 126 (18.12.1864).

Almanach de S. Braz d'Alportel (Algarve) para o anno de 1893. [em linha] Lisboa: Typographia do Recreio, 1892. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/938043-almana-sba-1893/>

Almanach do Algarve Ilustrado para 1904. Francisco Marques da Luz e José Ribeiro Castanho, ed. Vila Nova de Portimão: Typographia Minerva [Famalicão], [S.d.].

Almanach dos Artistas. Domingos Leonardo Vieira, ed. Portimão: Typographia da Liberdade, 1876.

Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Lisboa: na Imprensa Nacional, n.º 1 (Mai.-1822) – n.º 11 (Ago.-1854).

Anuario commercial de Portugal Ilhas e Ultramar. Lisboa: [S.n.], 1901-1920.

Anuario para o estudo das Tradições Populares Portuguesas. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.^a - Editores, 1882.

Anuario portuguez s científico, litterario e artistico por João José de Sousa Telles 1863. Lisboa: Typographia Universal, 1864.

Archivo Popular: semanário pitoresco. Lisboa: Typ. de A. J. C. da Cruz, v. 1, n.º 1 (1.4.1837) – v. 7, n.º 52 (30.12.1843).

Arquivo dos Açores. [Em linha]. Ponta Delgada: Tip. do *Arquivo dos Açores*, 1886-1887, vol. VIII, p. 485-556 e vol. XIX, p. 38-49. [Consult. 21 Jul. 2014]. Disponível em: <http://arquivodigital.uac.pt/yii/arquivodigital/index.php?r=site/page&view=aa>

O Artilheiro. Porto: Imprensa do Gandra e Filhos, n.º 1 (22.8.1835) – n.º 154 (14.7.1837).

As Alvoradas do Sul. Costa Macedo, red. Faro: Typographia d' *O Commercio do Sul*, 18.7.1877-29.8.1877.

O Bejense. António Ignacio de Souza Porto, resp. Beja: Typ. de António Ignacio de Souza Porto. 3.4.1860-4.9.1897.

Boletim da Junta de Província do Algarve: centenários 1140 – 1640 – 1940. Faro: [s.n.], 1940.

Chronica do Algarve. Manuel António Ferreira Portugal, ed. Faro: Imprensa do Governo, 15.7.1833-20.7.1833.

O Commercio do Sul. Francisco Augusto da Silveira d'Almeida Vilhena, ed. Faro: Typographia d' *O Commercio do Sul*, 9.8.1876-24.3.1878.

O Correio. Lisboa: n.º 1 (3.12.1836) – n.º 94 (23.12.1837).

Correio do Meio-Dia. Luiz Mascarenhas, red. Portimão: Typographia Portimonense 24.5.1874-13.1.1878.

Correio do Meio-dia: Semanário Político, Industrial e Noticioso do Algarve

A Defesa do Povo. Silves: Typographia da *Defesa do Povo*, 15.9.1878-5.12.1880.

Diário do Algarve. Antonio Joaquim Correa Junior, red. Lagos: Typographia de António Joaquim Correia Junior. 1873 [5.1.1873?-15.2.1873?].

Diário do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 1 (1.1.1835) – n.º 256 (31.10.1859).

Diário do Povo. Lisboa: Typ. de José Baptista Morando, n.º 1 (13.11.1835) – n.º 122 (18.4.1836).

O Director. Lisboa: Typ. Transmontana, n.º 1 (2.1.1838) – n.º 825 (24.12.1840).

O Districto de Faro. António Bernardo da Cruz, ed. Faro: Typographia Paz Furtado, 6.4.1876-1.5.1913. Disponível em: <http://purl.pt/24293>

Echo do Algarve. José Teixeira Simões e António Correa, red. Lagos: Typographia Labrigense [6].9.1868-23.5.1869[?].

Era nova: revista do movimento contemporaneo. Propr. Antonio Furtado; dir. Theophilo Braga e Teixeira Bastos. A. 1, n.º 1 (jul. 1880) – n.º 12 (set. 1881). Lisboa: Escriptorio da *Era nova*, 1880-1881.

O Examinador. Lisboa: Typographia do Examinador, n.º 1 (13.2.1837) – n.º 119 (14.7.1837).

Folhinha Constitucional civil e politica, para uso dos Reinos de Portugal e Algarve, e Ilhas Adjacentes, principalmente para a Cidade de Lisboa em o anno e 1838, 2 depois do Bissexto. Lisboa: na Imprensa de Alcobia, 1837.

Galeria das Ordens Religiosas e Militares, desde a mais remota antiguidade até nossos dias. Adornada com mutas estampas. Porto, Typographia na Rua Formosa, n.º 94, 1843.

Gazeta de Ayamonte. [Faro: D. José María Guerrero]: En la Imprenta del Gobierno, 18/07/1810-13/03/1811,

Gazeta de Lisboa. 1798 (15.Nov.); 1815; 1818.

Gazeta do Algarve. Augusto Feio Soares de Azevedo e Pedro Tello, red. Lagos: Typographia da *Gazeta do Algarve*, 1.1.1873-25.12.1877.

O Grátis. Tavares Bello e Lisboa, ed. Faro: Typographia Minerva, 12.11.1879-1.2.1880?

O Herald. José Maria dos Santos, dir. Tavira: Typographia Burocatica, 3.1.1901-25.2.1912.

O Independente: jornal político, litterario, e commercial. Lisboa: na Typ. de A. S. Coelho, n.º 1 (20.1.1836) – n.º 207 (4.11.1836).

A Independência. Joaquim João Serpa, red. Portimão: Typographia da *Independência*, 8.2.1880-7.5.1882.

O Industrial Civilizador: Jornal de Agricultura, Indústria, Economia Política e Miscelâneas. Lisboa: na Imprensa de C.A.S. Carvalho, n.º 1 (1835) – n.º 11 (1836).

Jornal comico do Algarve. N.º 1. Os Dous Pastores. Drama em três actos. Traduzido e imitado de M. Gessner por... – Faro: Secretaria do Governo Civil, 1852.

Jornal comico do Algarve: a roza de Tavira. Comedia em um acto. Imitação de M. de Moratin por... A acção é em Tavira. Anno de 1840. – Faro: Secretaria do Governo Civil, [s.d.].

Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras. Lisboa: Typ. de J. B. Morando, n.º 1 (Abr.-1836) – n.º 5 (Ago.-1836).

Jornal de Annuncios Tavira

Jornal de Annuncios. Antonio Manuel Henriques, ed. Faro: Typographia do *Jornal de Annuncios*, 28.1.1880-4.2.1880[?]

Jornal de Anuncios. João Daniel Gil Pessoa, dir. Tavira: Typographia Burocatica. 1.2.188-27.12.1900.

Jornal de Coimbra. Coimbra. Vol. IX, 1816, n.º XLVII.

Jornal dos Artistas

Jornal dos Artistas. Domingos Leonardo Vieira, red. Portimão: Typographia do

O Lacobrigense. José Joaquim Nunes, ed. Lagos: Typographia Lacobrigense, 1891.

Liberdade. Portimão: Typographia da *Liberdade*, 18.10.1874-29.7.1877.

O Mensageiro: jornal da tarde e as provincias. Lisboa: Typ. Transmontana, n.º 1 (17.12.1838) – n.º 47 (12.4.1839).

A Minerva ou Jornal de Ilustração Amena e Proveitosa. Lisboa: na Imprensa Imparcial, n.º 1 (Mai.-1836) – n.º 2 (Jun.-1836).

O Movimento: periódico semanal. Lisboa: Sebastião José Carlos, n.º 1 (1835) – n.º 44 (1836).

O Município. Domingos Leonardo Vieira, red. Portimão: Typographia Portimonense, 4.8.1873-10.5.1874; 17.3.1878-21.7.1878.

Museu Pitoresco: jornal d'instrucção e recreio. Lisboa: na Impressão de Galhardo e Irmaos, v. 1, n.º 1 (Mai.-1840) – v. 2, n.º 21 (1843).

O Nacional. Lisboa: A.C. Dias, n.º 1 (3.11.1834 – n.º 2229 (30.12.1842).

Notícias do Algarve: folha popular. A. A. Lobo de Miranda e Joaquim João Serpa, red. Lagos: Typographia União, 23.1.1878-31.3.1883.

O Panorama: Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Alexandre Herculano, dir.. Lisboa: na Imprensa Da Sociedade Propagadora os Conhecimentos Uteis, n.º 1 (6.5.1837) – s.5, a.3, n.º 52 (1868).

O Popular: Jornal do Algarve. Faro: Secretaria do Governo Civil, 12.3.1847-18.6.1847.

O Porto Franco. Lisboa: na Typographia de R. D. Costa, n.º 1 (2.8.1836) – n.º 38 (8.11.1836).

O positivismo: revista de philosophia. Dir. de Theophilo Braga. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz, 1878-1882, V. 1(1878)-v. 4(1882).

O Progresso do Algarve. Luiz de Mascarenhas, red. Faro: Typographia do *Progresso do Algarve*, 8.12.1880-23.6.1889.

O Recreio: jornal das famílias. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 1 (Jan. 1835) – n.º 12 (Dez. 1842).

O Reino do Algarve. Luiz Damasio Ferreira Carneiro, ed. Lisboa: Typographia Universal, 10.7.1864-26.8.1864.

O Tempo. Lisboa: Typ. de Eugenio Augusto, n.º 1 (4.3.1835) – n.º 459 (24.8.1839),

Periódico dos Pobres. Lisboa: na Impressão de João Nunes Esteves, n.º 1 (30.9.1826) – n.º 72 (31.3.1848).

Povo Algarvio: Semanário Regionalista. Tavira (27.5.1934-3-5.1975).

O Estandarte. Lisboa: M.[anuel] A.[ntonio] F.[erreira] Portugal, n.º 1 (2.8.1847) – n.º 1147 (22.11.1847).

A Restauração. Lisboa: Typ. de M.[anuel] A.[ntónio] F.[erreira] Portugal, n.º 1, 25.5.1842.

A Revista. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 36 (2.7.1834) – n.º 594 (4.11.1836).

Revista de estudos livres. Dir. Theophilo Braga, Teixeira Bastos. A. 1, n.º 1 (Fev. 1883) – v. 4, n.º 1/2 (1886). Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1883-1886.

Revista lusitana: archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal. J. Leite de Vasconcellos, red. [Em linha]. Porto: Livraria Portuense, vol. I (1887)-XXXV (1937). Disponível em: <http://purl.pt/198>.

Revista Universal Lisbonense. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, T. 1, n.º 1 (1.10.1841) – a. 13, n.º 35 (1859). Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm>.

A Revolução de Setembro. [Em linha]. Lisboa: ed. resp. J. F. S. Castro (Typ. J. B. da A. Gouveia), n.º 1 (22.6.1840) – a. 60, n.º 15031 (20.1.1901). 38 cm. 4p. a 2 cols. (passa a 4 cols.). Disponível em: <http://purl.pt/14345>.

A Verdade. Lisboa, 1866-1867.

A voz do operário: jornal das classes laboriosas. Porto, 4.6.1853-31.12.1853.

II.3 Legislação

Collecção dos decretos, resoluções e ordens das Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa desde a sua installação em 26 de Janeiro de 1821. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.

[Leis de ensino]: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/legislacao/seculo-xix/>

[Leis de Imprensa]: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/>

Portugal. Collecção das leys, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado del-rey fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor. [Em linha]. (Jan.1750-Dez.1815), Abr. 1777-Dez. 1788, fls. 92-99. T. 5. Disponível em: http://bdigital.sib.uc.pt/bduc/Biblioteca_Digital_UFCD/digicult/UCFD-A-5-7-TOMO-1_10/UCFD-A-5-7-TOMO-1_10_item2/index.html.

SILVA, António Delgado da – *Collecção da legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações.* [Em linha]. 1750-1801. 4 vol. [Consult. 2 Jan. 2015]. Disponível em: http://www2.fesh.unl.pt/ceh/p_up_ferr_fontes_prim_ordenacoes.html

III. Bibliografia

III.1 Estudos

A

AA.VV. – *Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749): cartografia, cultura e urbanismo*, Porto: GEDES, 2006.

AA.VV. – *Primeiro centenário de D. Francisco Gomes do Avelar bispo do Algarve: 16 de dezembro de 1816-16 de dezembro de 1916.* Faro: Typ. União, 1916.

ABREU, Márcia – «Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros». In BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia, orgs. – *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.* São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 41-65.

ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, orgs. – *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas.* Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2005.

ABREU, Márcia e SILVA, Ana Cláudia Suriani da, ed. – *The cultural revolution of the 19th century: theatre, the book-trade and reading in the transatlantic world.* Londres: I. B. Tauris Publishers, 2015.

ABREU, Márcia, org. – *Leitura, história e história da leitura.* Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

ADÃO, Áurea – «Os primeiros anos de ensino liceal: realidades, necessidades». In FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino, org. – *Para a história do ensino liceal em Portugal: actas dos colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895).* Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 1-16.

_____ – *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses: organização administrativa e pedagógica (1836-1860): contribuição monográfica.* Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciências, 1982.

_____ – *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ALBUQUERQUE, Luís – *Notas para a história do ensino em Portugal*. Coimbra: [S.n.], 1960.

_____ – «Origem da profissão de engenheiro em Portugal». In *Para a História da Ciência em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973 [1967], p. 143-166.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. Lisboa: Civilização, 1970.

ALMEIDA, Maria Teresa Alves Sousa – *Para uma estilística da carta: La Nouvelle Héloïse*. 1988. Tese de doutoramento apresentada à UNL. Acessível em BNP, Lisboa, Portugal.

ALMEIDA, Maria Teresa Sousa, org. – *Correspondências*. Lisboa: Edições Colibri, n.º 1, 1998.

ALVES, Francisco Manuel – «Jornais e publicações periódicas do distrito de Bragança». In *Memórias Arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Tip. Guedes, 1909-1947, p. 688-698. Vol. VII.

ALVES, José Augusto dos Santos – «Os livreiros Rolland na feira de S. João em Évora: um rol de 1792». *Revista Portuguesa de História do Livro*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 2000-2001, ano IV, n.º 7, p. 9-23.

_____ – *Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Lisboa: mediaXXI, 2013.

_____ – *A opinião pública em Portugal (1780-1820)*. 2.ª ed. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Editora, 2000.

_____ – *O poder da comunicação: a história dos media, dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*. Cruz Quebrada: Casa das Letras; Editorial Notícias, 2005.

ALVES, José Augusto dos Santos, coord. – *De Gutenberg ao Terceiro Milénio: Congresso Internacional de Comunicação. Actas*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2001.

ALVES, Luís Alberto Marques – *Subsídios para a história da imprensa em Portugal*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1983.

ANASTÁCIO, Vanda (org.) e FLOR, João de Almeida *et al.* (anot.) – *Cartas de Lília a Tirse (1771-1777)*. Lisboa: Edições Colibri e Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2007.

ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Estudo introdutório de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70, 2012 [1983].

ANDRADE, António Alberto Banha de – «Breve história da pedagogia dos Oratorianos em Portugal». *Colóquio: Revista de Artes e Letras*. [em linha] N.º 31, Dez./1964. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 64-67. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/al/sirius.exe/artigo?897>.

ANDRADE, António Alberto Banha de – *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981-1984. 2 Vol.

_____ – *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Saraiva-Livres Editores, 1978.

_____ – *Arquivos Municipais*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1975, p. 143-184. Sep. *Actas do Colóquio: Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*.

_____ – *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

_____ – *Vernei e a cultura do seu Tempo*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1966.

_____ – *Vernei e a projecção da sua obra*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

ANICA, Arnaldo Casimiro – *Tavira e o seu termo: memorando histórico*. Tavira: Câmara Municipal, 1993; 2001. 2 Vol.

ANSELMO, Artur – «Geografia da proto-imprensa cristã em Portugal». In *Colóquio sobre o Livro Antigo, Lisboa, 1988, V Centenário do Livro Impresso em Portugal 1487-1987: actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, p. 33-37.

_____ – *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

_____ – *Ler é maçada, estudar é nada*. Lisboa: Guimarães Editores, 2008.

_____ – *Livros e mentalidades*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.

_____ – *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

_____ – *Técnicas de pesquisa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1988. 1.º Vol.

ANTUNES, José – «Ensino. Época Mediaval». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 110-118. Vol. C-I.

ARAGÃO, Maximiano Pereira da Fonseca de – «Primeiros typographos, primeiros prelos e primeiras machinas rotativas de impressão em Vizeu no presente seculo». In *A Imprensa no Distrito de Vizeu. Fragmento Histórico*. 2.ª ed. Viseu: Tipografia Popular d' A Liberdade, 1900.

ARANHA, Brito – *Factos e homens do meu tempo: memórias de um jornalista*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1908. T. III.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – «As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais». In MATTOSO, José, dir. e TORRAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, coord. – *História de Portugal: o Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 21-40. Vol. V.

ARAÚJO, Renata Malcher de – «Engenharia militar e urbanismo». In MOREIRA, Rafael, dir. – *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa, p. 255-272.

ASSIS, Sargento-Ajudante José Luís – «A *Revista Militar* (1850-1910): Difusão de Ciência e Técnica em Portugal». *Revista Militar*. Lisboa: Empresa da *Revista Militar*, 2006. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=34>.

ATHAYDE, A. P. de Bettencourt – *As bibliotecas populares e moveis em Portugal*. Ponta Delgada: Of. Artes Gráficas, 1919.

_____ – *O problema das bibliotecas em Portugal e o nosso projecto relativo a nomeações e promoções dos funcionários das bibliotecas e arquivos*. Lisboa: Tipografia Mendonça, 1914.

_____ – *Qual deve ser o catálogo da biblioteca móvel? A biblioteca há 50 annos e a moderna concepção da biblioteca nacional*. Lisboa: [s.n.], 1915.

AUGÉ, Marc – *Não-Lugares: introdução a uma Antropologia da sobremodernidade*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2012 [1992].

AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. 4 vols.

AZEVEDO, Pedro de – «Parecer acerca da Candidatura do Dr. José Joaquim Nunes a sócio correspondente». *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*. Coimbra, vol. VII, fasc. n.º 1, 1914, p. 31-34.

B

BAÊNA, Visconde Sanches de – *Famílias nobres do Algarve*. Lisboa: A Liberal, 1900.

BAPTISTA, Abel Barros – «‘Vem de longe a marca do suporte material’: Uma entrevista com João Luís Lisboa». *MATLIT: Revista do Programa de Doutoramento em Materialidades da Literatura*. [Em linha]. Centro de Literatura Portuguesa, Vol. 2, n.º 1, 2014, p. 159-164. Disponível em http://dx.doi.org/10.14195/2182-8830_2-1_8.

BAPTISTA, José Alberto – *Lagos, o republicanismo e a administração municipal 1908-1914*. Lagos: Câmara Municipal, 2010.

BARATA, J. Oliveira – «Dramática (Literatura)». In BUESCU, Helena Carvalhão, coord. – *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 139-151.

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 439-450 e 412-438. Vol. 3.

BARATA, Paulo J. S. – «Roubos, extravios e descaminhos nas livrarias conventuais portuguesas após a extinção das ordens religiosas: um quadro impressionante». *Lusitania Sacra: revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2.ª série, n.º 16, 2004, p. 319-343.

_____ – *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

BARBIER, Frédéric – *Histoire du livre*. Paris: Armand Colin, 2000.

_____ – *L'empire du livre: le livre imprimé et la construction de l'Allemagne contemporaine, 1815-1914*. Paris: Éditions du Cerf, 1995.

BARBOSA, David Sampaio Dias – «Clero regular». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 355-358. Vol. A-C.

BARROSO, João – *Os liceus: organização pedagógica e administrativa (1836-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. 2 Vol.

BELO, André – *As gazetas e os livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

BELO, André – *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BENJAMIM, Walter – *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2012 [1955].

BERNARDO, Maria Ana – *Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX: o Círculo Eborense*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

BESSONE, Tania e NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das – *Impressores, Livreiros, Livros e Conceitos: circuito de circulação de ideias - Brasil, Portugal e França ao longo de oitocentos*. Comunicação apresentada na Escola de São Paulo de Estudos Avançados sobre a globalização da cultura no século XIX. Ago./2012. [Consult. 8.4.2014]. Disponível em: <http://www.espea.iel.unicamp.br/index.php?lang=pt-br>.

BÖDEKER, Hans Erich – *Histoires du livre: nouvelles orientations*. Paris: Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine / Maison des Sciences de l'Homme, 1995.

BORGES, Tenente-Coronel João Jorge Botelho Vieira e CANAS, Capitão-Tenente António José Duarte Costa – «Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal». [Em linha]. *Revista Militar*. Lisboa: Empresa da *Revista Militar*, 2006. [Consult. 9.8.2013]. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=128>.

BOTREL, Jean-François – «Entre imprimé et oralité: l'essor de la culture de masse en Espagne (1833-1936)». In MOLLIER, Jean-Yves, SIRINELLI, Jean-François e VALLOTON, François, dir. – *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques 1860-1940*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009, p. 143-156.

_____ – «Los nuevos coleccionistas en la España del siglo XIX.» In *El libro antiguo español. VI. De libros, librerías, imprentas y lectores*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002, p. 53-65.

_____ – *La construcción de una nueva cultura del libro y del impreso en el siglo XIX* [em linha]. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel Cervantes, 2007, p. 8. [Consult. 17 Fev. 2014]. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc571s8>.

_____ – *Libros, prensa y lectura en la España del siglo XIX*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

BOTTO, J. M. Pereira - «Um benemérito da archeologia, D. Francisco Gomes d'Avellar. O Instituto: revista científica e literária. Coimbra: Instituto de Coimbra. 1896, vol. 43, p. 516-517.

BOURDIEU, Pierre – *As regras da arte: génese e estrutura do campo literário*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1996 [1992].

_____ – *O poder simbólico*. 2.^a ed. revista e actualizada com introdução de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos, Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70.

_____ – *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BOUREAU, Alain – «Adorações e devorações franciscanas: interesses e utilizações dos opúsculos hagiográficos». In CHARTIER, Roger, coord. – *As utilizações do objecto impresso*. Lisboa: Difel, 1998, p. 27-83.

BRAGA, Teófilo – *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*. Porto: Silva Teixeira, 1884.

_____ – *História do teatro em Portugal*. Porto: Imprensa Portuguesa Editora, 1870.

_____ – *Traços geraes de philosophia positiva: comprovados pelas descobertas scientificas modernas*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1877.

BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia, orgs. – *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BRITO, Salustiano Lopes de – *Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro, 1998.

BRITO-SEMEDO, Manuel – *A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877-1975*. Praia: Instituto da Biblioteca e do Livro, 2006.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira – «Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (sécs. XVI-XIX)». [Em linha]. *Revista Navigator on-line*. [Consul. 4.5.2013]. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig14/dossie/N14_dossie1.pdf.

BUESCU, Helena Carvalhão, coord. – *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Caminho, S.A., 1997.

BURKE, Peter – «A República das Letras Europeia, 1500-2000». *Estudos Avançados* [em linha]. São Paulo, v. 25, n. 72, p. 277-288, jan. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10586/12328>.

_____ – *Historia Social del conocimiento. Vol. II. De la Enciclopedia a la Wikipedia*. Barcelona: PAIDÓS, 2012.

_____ – *O mundo como teatro: estudos de Antropologia Histórica*. Trad. de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, Difusão Editorial, Lda., 1992.

_____ – *Sociologia e História*. Trad. de Fátima Martins. Porto: Edições Afrontamento, 1990 [1980].

BUSINO, Giovanni – «Elite». In GIL, Fernando, coord.-resp. – *Enciclopédia Einaudi: Sociedade-Civilização*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 245-270. Vol. 38.

C

CABRAL, Maria Luísa – *A Real Biblioteca e os seus criadores em Lisboa: 1755-1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.

_____ – *Até Roma: uma viagem com devoção, longa e árdua. Diário de Frei Joaquim de S. José em 1750*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.

CABRAL, Maria Luísa, coord. – *As bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade, 1800-1850: os seus intérpretes e as suas colecções / Colóquio*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.

CABRITA, Aurélio Nuno – *A Proclamação da República no Algarve*. Olhão: Gente Singular Editora, 2010.

CABRITA, P.º José – *História breve do Seminário Episcopal de São José de Faro*. Faro: Seminário de São José de Faro, 1985.

_____ – *O Bispo Santo: D. Francisco Gomes de Avelar*. Faro: Tip. União, 1940.

CAEIRO, Francisco da Gama – *Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX*. Separata do *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*. Vol. 35, 1980, p. 139-168.

CALLIXTO, Carlos Pereira – «Apontamentos para a história das fortificações do reino do Algarve: O mapa das fortificações do Algarve desenhado por José de Sande Vasconcelos». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, p. 295-337. Vol. XII.

CAMPOS, Ernesto de Souza – *História da Universidade de São Paulo*. 2.^a ed. [ed. facsimilada]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – «Espólios das extintas livrarias religiosas nas colecções da Biblioteca Nacional de Portugal: um (re)encontro». In MEDEIROS, Filipa [et al.], coords. – *Acervos Patrimoniais: novas perspetivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2012, p. 59-76.

_____ – *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*. Vale de Cambra: Caleidoscópico, 2015.

CANAVARRO, Pedro [et al.] – *Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora. Vol. I. 1768-1800*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975. Vol. 1.

CANAVEIRA, Rui – *História das artes gráficas. Volume II. A Revolução Industrial e a indústria gráfica*. (S.l.) [Porto]: Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel, 1996. Vol. 2.

CANDEIAS, António – «Alfabetização e escola em Portugal na transição de século: dados e perspectivas». *Oficina do CES*. [em linha] Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1998, n.º 105, p. 1. [Consult. 28 Mai. 2013]. Disponível em: www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2509.

_____ – «Modernidade e cultura escrita nos séculos XIX e XX em Portugal: população, economia, legitimação política e educação». In CANDEIAS, António, coord. – *Modernidade, educação e estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Educa, 2005, p. 53-113.

_____ – «Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português». In CORREIA, José Alberto, CORTESÃO, Luísa e STOER, Stephen, org. – *A transnacionalização da Educação: da crise da Educação à «Educação» da Crise*. Porto: Editorial Afrontamento, 2001, p. 23-89.

_____ – «Ritmos e formas de acesso à cultura escrita das populações portuguesas nos séculos XIX e XX: dados e dúvidas». In DELGADO-MARTINS, Maria Raquel, RAMALHO Glória e COSTA, Armanda, org. – *Literacia e Sociedade: contribuições pluridisciplinares*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

CANDEIAS, António, dir. e coord., PAZ, Ana Luísa e ROCHA, Fátima Santana – *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CANIATO, Benilde Justo – «Macau, história e cultura». In GARMES, Hélder, org. – *Oriente, Engenho e Arte: imprensa e literatura em língua portuguesa em Goa, Macau e Timor Leste*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 115-136.

CARDOSO, Arnaldo Pinto – *A presença portuguesa em Roma*. Lisboa: Livros Quetzal, S.A., 2001.

CARDOSO, Eloy – «O jornalismo em Castelo Branco». In *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco: Câmara Municipal, 1964, p. 35-52; 40-60.

CARVALHO, Alfredo de – «Catálogo da Biblioteca Municipal do Liceu de Faro». In *Bibliotecas regionais*. Leiria: Biblioteca Erudita de Leiria, 1941, p. 49-80.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de – *Algumas Horas na Minha Livraria*. Coimbra: Imp. Académica, 1910.

CARVALHO, João Carlos, coord. – *Viajantes, escritores e poetas: retratos do Algarve*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Estudos Linguísticos e Literários-UALG, 2009.

CARVALHO, Joaquim Martins de – «Dois prélos históricos». *O Conimbricense: jornal politico, instructivo e commercial*. Coimbra: Imprensa de E.[lvira] Trovão, n.º 4303, 24.11.1888.

_____ – «A Imprensa em Coimbra 1531-1868». In *Apontamentos para a história contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

_____ – «A imprensa periódica em Portalegre». *O Conimbricense: jornal politico, instructivo e commercial*. Coimbra: Imprensa de E. Trovão, n.º 3930, 21.04; n.º 3932, 28.04. 1885.

_____ – «A imprensa periódica em Santarém». *O Conimbricense: jornal politico, instructivo e commercial*. Coimbra: Imprensa de E.[lvira] Trovão, n.º 3437, 13.07. 1880.

_____ – *Apontamentos para a história contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

CARVALHO, José Adriano de Freitas dir. – *Bibliografia Cronológica da Literatura de Espiritualidade em Portugal: 1501-1700*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Instituto de Cultura Portuguesa, 1988.

_____ – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória: I Inventário da livraria de Santo António de Caminha*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998.

_____ – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória: II Inventário da livraria de Santo António de Ponte de Lima*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2002.

CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASTILLO DE LUCAS, Antonio – «Notas para un estudio sobre el epistolario, Leite de Vasconcelos com Rodriguez Marín [D. Francisco Rodriguez Marín, 1855-1943]». Separata das *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos «Dr. José Leite de Vasconcelos - Vol. I*. Porto, 1959.

CASTRO, Aníbal de – «Epistolografia». In BERNARDES, José Augusto Cardoso [et al.] – *Biblos: Enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa / São Paulo: Editorial Verbo, 1997, cols. 327-333. Vol. 2.

CASTRO, Francisco Pedro Lyon de – «A memória dos livros para além dos livros». *Cultura: revista de história e teoria das ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2013, vol. 31, p. 339-345.

CASTRO, Inês de Ornellas e ANASTÁCIO, Vanda, coord. – *Géneros literários: continuidades e rupturas, da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, 2010.

CASTRO, Ivo – «Metodologia do aparato genético». In SIMÕES, Manuel G, CASTRO, Ivo e CORREIA, João David Pinto, org. – *Memória dos afectos: homenagem da Cultura Portuguesa a Giuseppe Tavani*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 69-80.

CASTRO, Ivo de e RAMOS, Maria Ana – *Estratégia e tática da transcrição*. Separata de *Critique Textuelle Portugaise: actes du Colloque, Paris, 20-24 octobre 1981*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1986.

CASTRO, Ivo e VIEIRA, Yara Frateschi – «Ideias e opiniões seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português». *Floema*. 2009, Ano V, n.º 5, p. 83-102. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/viewFile/487/529>.

CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger, dir. – *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2011 [1997].

CEPEDA, Isabel Vilares – «Bibliografia de José Leite de Vasconcelos». In *José Leite de Vasconcelos: livro do centenário (1858-1968)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960, p. 139-265.

CEPEDA, Isabel Vilares – «Uma “Cartinha” em língua portuguesa desconhecida dos bibliógrafos.» In *Colóquio sobre o Livro Antigo, 1988, V Centenário do Livro Impresso em Portugal 1487-1987: actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, p. 79-92.

CERQUEIRA, Eduardo – *O Centenário do Campeão do Vouga: notas de recordação do primeiro jornal Aveirense*. Separata do vol. XVIII do *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Oficinas gráficas da Coimbra Editora, Lda., 1952.

CHARTIER, Roger – «A ‘Nova’ História Cultural Existe?». *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura / Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 9-22.

_____ – «As práticas da escrita». In ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges, dir., e CHARTIER, Roger, dir. vol. 3 – *História da vida privada: do Renascimento ao Século das Luzes*. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 113-161. Vol. 3.

_____ – *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

_____ – *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2.ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 [2007].

_____ – *A ordem dos livros*. Lisboa: Veja, 1997.

_____ – *Lectures et lecteurs d’Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987 [1982].

CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel – «O livro uma mudança de perspectiva». In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, dir. – *Fazer História, 3, novos objectos*. Lisboa: Bertrand, 1987 [1974].

CHARTIER, Roger, coord. – *As utilizações do objecto impresso (séculos XV-XIX)*. Tradução de Ida Boavida. Lisboa: Difel, 1998 [1984].

CHARTIER, Roger, dir. – *Histoires de la lecture: un bilan de recherches. Actes du colloque tenu à Paris les 29 et 30 janvier 1993*. Paris: IMEC / Maison des sciences de l’Homme, 1995.

_____ – *La correspondance: les usages de la lettre au XIX^e siècle*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1991.

CIDADE, Hernâni – «Leite de Vasconcelos». In *José Leite de Vasconcellos: Livro do Centenário (1858-1968)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960, p. 37-43.

CLEMENTE, Manuel – «Seminários (diocesanos, do continente e ilhas adjacentes)». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. vol. P-V, p. 220-225

COELHO, José Maria Latino – *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814*. 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916 [1874].

COELHO, Maria Helena da Cruz, coord. – *As Comunicações na Idade Média*. (S.l.) [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002. NETO, Margarida Sobral, coord. – *As Comunicações na Idade Moderna*. (S.l.) [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

COITO, Livia Cristina, CARDOSO, João Luís e MARTINS, Ana Cristina – *José Leite de Vasconcelos: fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Editorial Verbo, 2008.

CONFRARIA, João coord. – *As comunicações na Idade Contemporânea: tempos digitais*. (s.l.) [Lisboa]: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2008.

CORDEIRO, Carlos e SILVA, Susana Serpa, coord. – *A história da imprensa e a imprensa na história: o contributo dos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009.

CORREIA, José Eduardo Horta – «O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro, vol. XXVI, 1996, p. 85-117.

_____ – *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: FAUP Publicações, 1997

CRISTINO, Luciano – «A biblioteca Mariana dos Oratorianos de Lisboa (século XVIII)». *De Cultu Mariano Saeculis XVII-XVIII*. Romae: Pontificia Academia Mariana Internationalis, 1988, vol. VII, p. 111-128.

CRISTO, Ana Teresa Fernandes Peixinho de – *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010.

CRISTÓVÃO, Francisco da Silva – «Catequese e Catecismos». In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 302-310. Vol. A-C.

_____ – «“O Cathecismo Pequeno” de D. Diogo Ortiz Vilhegas». HVMANITAS. [Em linha]. Vol. L. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos; Universidade de Coimbra, p. 687-700. Disponível em:

www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/.../38.2_Cristovao.pdf.

CRUZ, Duarte Ivo e CORTEZ, Marília Martins – «Internacionalização e modernização dos correios 1850-2008». In CONFRARIA, João, coord. – *As comunicações na Idade Contemporânea: tempos digitais*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2008.

CRUZ, Visconde do Porto da – *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira. II volume, 2.º período - 1820-1910*. [Em linha]. Funchal: Câmara Municipal.

[S.d.] [Consult. 5.10.2014]. Disponível em:
http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Historia_Litvol_II.pdf

CUNHA, Alfredo da – «Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa». *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*. Lisboa: 4, 1941.

CUNHA, João Teles e – *A memória à luz da história ou a biblioteca do Bispo do Algarve revisitada*. Faro: Universidade do Algarve, 2007.

CURTO, Diogo Ramada – *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

CURTO, Diogo Ramada, coord. – *Bibliografia da história do livro em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

CURTO, Diogo Ramada *et al.* – *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

D

DANTAS, Júlio – «Quadro Sinóptico das bibliotecas, arquivos e cartórios existentes no país (com exceção das cidades de Lisboa e Porto)». *Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.^a série, n.º 158, 10.7.1919.

DARNTON, Robert – *Gens de lettres, gens du livre*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1992.

_____ – *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. [em linha] Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Disponível em: <http://groups.google.com/group/digitalsource>.

DE CERTEAU, Michel – «A operação histórica». In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre – *Fazer História. 1. Novos Problemas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, p. 17-58.

_____ – *L'invention du quotidien 1. arts de faire*. Paris: Éditions Gallimard, 1990 [1980].

_____ – *La culture au pluriel (nouvelle édition établie et présentée par Luce Giard)*. Paris: Éditions du Seuil, 1993 [1974].

DIAS, João José Alves – «Nova forma da transmissão do “Verbo” - a Imprensa». In SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. e DIAS; João José Alves, coord. – *Nova História de Portugal: Portugal, do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 489-504.

DIAS, José Sebastião da Silva – *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Campo das Letras, 2006 [1952].

DOMINGOS, Manuela D. – «Os catálogos de livreiros como fontes da História do Livro: o caso dos Reycend». *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, Jan.-Jun./1989, S.2, n.º 1.

_____ – «Mercado livreiro no século XVIII: mecanismos e agentes». *Barata*. Lisboa, n.º 35, Ago.-Set.-Out./1995.

_____ – «Para a História da Biblioteca da Real Mesa Censória». *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, S. 2, vol. 7 (1).

_____ – «Para a história da biblioteca da Real Mesa Censória». *Revista da Biblioteca Nacional*. S. 2, vol. 7 (1). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, p. 137-158.

_____ – *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância; Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985.

_____ – *Livros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000

DOMINGOS, Manuela D., coord. – *Estudos sobre a história do livro e da leitura em Portugal: 1995-2000*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

DUARTE, Afonso da Cunha – *Igreja e Instituições Religiosas*. São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2005.

_____ – *Terras de Alportel II*. São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2008.

DUARTE, Luiz Fagundes – «Crítica textual e linguística histórica». In SIMÕES, Manuel G., CASTRO, Ivo e CORREIA, João David Pinto, org. – *Memória dos afectos: homenagem da Cultura Portuguesa a Giuseppe Tavani*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 137-155.

E

ELIOT, T. S. – *Notas para uma definição de cultura*. Trad. de Ernesto Sampaio. Lisboa: Edições Século XXI, Lda., 196.

ESTÉBANEZ CALDERÓN, Demetrio – *Diccionario de términos literarios*. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 1996.

ESTEVES, Rosa – «Gabinetes de leitura em Portugal no século XIX (1815-1853)». *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 1, 1984, p. 213-235.

F

FARIA, José Joaquim Sottomaior – «A instrução pública em 1875. Os livros, os autores, os currículos e os conteúdos pedagógicos». In FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino, org. – *Para a história do ensino liceal em Portugal: actas dos colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 131-203.

FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça – *Catálogo de Reservados da Biblioteca do Seminário de São José de Faro*. 1997. Acessível na Biblioteca do Seminário de São José de Faro, Faro, Portugal.

FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça – *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2008.

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean – *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000 [1958].

FERNANDES, Gabriel – *O Jornalismo em Macau*. Extraído do *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, n.º 5, 8.ª série, Lisboa, 19--., p. 1-10.

FERNANDES, Rogério – «Génese e consolidação do sistema educativo nacional (1820-1910)». In Proença, Maria Cândida, coord. – *O sistema de ensino em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 23-46.

_____ – *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992 [1978].

_____ – *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Porto: Porto Editora, 1994.

FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino, org. – *Para a história do ensino liceal em Portugal: actas dos colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga: Universidade do Minho, 1999.

FERREIRA, Alberto – *Estudos de cultura portuguesa (século XIX)*. Lisboa: Moraes Editores, 1979.

FERREIRA, Carlos da Veiga – «É assim que se faz a História». *Cultura: revista de história e teoria das ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2013, vol. 31, p. 332-334.

FERREIRA, João Pedro Rosa – *O jornalismo na emigração: ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

FERREIRA, Márcia Rosa dos Reis – *Cultura e Sociabilidades em Macau nos finais de Oitocentos: O Eco Macaense (1893-1899)*. Porto, 2006. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto. [Consult. 1.10.2014] Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/25639/2/tesemestculturaesociabilidades000103700.pdf>

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *Rebeldes e Insubmissos: resistências populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

FIGUEIREDO, Cândido – *As escolas rurais*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.

FIGUEIREDO, Fernando Augusto de – *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*. Porto, 2004. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FISH, Stanley Eugene – *Is There a text in this class?: The authority of interpretive communities*. Londres: Harvard University Press Cambridge, 1980, p. 1-17, 303-355.

FONSECA, Cap.-m.-g. Henrique Alexandre – «A Intendência de Marinha de Faro: subsídios para a sua história». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, Vol. XIX, 1989, p. 93-115.

FONSECA, Fernando Taveira – «Ensino. II Época Moderna». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores 2000, p. 118-123. Vol. C-I.

FOUCAULT, Michel – *A arqueologia do saber*. Introdução de António Fernando Cascais. Lisboa: Edições 70, 2014 [1969].

_____ – *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. [S.l.]: Relógio D'Água Editores, 1997 [1971].

FRANCO, José Eduardo, dir. – *Dicionário histórico das ordens e instituições religiosas afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010.

FRANCO, Mário Lyster – «Subsídios para a iconografia do grande bispo D. Francisco Gomes do Avelar. *Bazar* [suplemento literário do diário]: *A Voz*. Lisboa, n.^{os} 45-48, Mar./1940.

_____ – *Algarviana: subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*. Faro: Câmara Municipal, 1982, vol. I.

FREITAS, Eduardo de – *Para uma sociologia do livro e da leitura. Bibliografia portuguesa de livros (nova versão revista e atualizada)*. [Em linha]. Theca Libraria, 2008. [Consult. 25.8.2015]. Disponível em: <http://www.box.net/shared/hbrin7xmek> .

FURTADO, José Afonso – *Os Livros e as Leituras: novas ecologias da informação*. Lisboa: Livros e Leituras, 2000.

G

GAMA, Ângela Maria Barcelos da – «Livreiros, editores e impressores em Coimbra em Lisboa no séc. XVIII». *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, ano 13, n.º 49-52, 1967.

GARMES, Hélder – «Origem e estabelecimento da imprensa e da literatura em Goa». In GARMES, Hélder, org. – *Oriente, Engenho e Arte: imprensa e literatura em língua portuguesa em Goa, Macau e Timor Leste*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 15-86.

GENETTE, Gérard – «Les titres». In *Seuils*, Paris, Collection Poétique Seuil, 1987.

GERALDES, Sofia – «As gentes do livro na Guerra Peninsular». In XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL [em linha]. Porto, 13 de Novembro de 2009. [Consult. a 20.3.2013]. Disponível em: http://web.letras.up.p/aphes29/data/11th/SofiaGerlades_Texto.pdf.

GIÃO, Manuel – «As aulas de Anatomia e Cirurgia dos Hospitais Militares». *Imprensa Médica*. Ano XI: 267, 280, 326, 344, 368; Ano XII: 13, 19--.

GIÃO, Manuel – «Os hospitais reais militares do Algarve: notas para a sua história». *Revista Portuguesa de Medicina Militar*. Lisboa: vol. 1, n.º 2, 1953, p. 241-255.

GINZBURG, Carlo – *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Lisboa: Difel, 1991.

GIURGEVICH, Luana e LEITÃO, Henrique – «O livro científico nas bibliotecas monástico-conventuais: tentativa de uma caracterização à escala nacional». In SALDANHA, Sandra Costa, coord. ed. – *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III encontro nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 170-183.

GOLDGAR, Anne – *Impolite learning: conduct and community in the Republic of Letters, 1680-1750*. Great Britain: Yale University Press.

GOMES, Joaquim Ferreira – *Estudos para a história da educação no século XIX*. 2.ª ed. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996.

_____ – *Novos estudos de história e de pedagogia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.

GOMES, Josué Pinharanda – «Inventário da imprensa Regional». In *Dicionário de escritores do distrito da Guarda: contribuição para o inventário dos homens de letras, incluindo o inventário da imprensa regional*. Braga: Pax, 1969.

GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela – *Levantamento arqueológico-bibliográfico do Algarve*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

GOMES, Neto – *Governo Civil de Faro: 175 anos de História*. Faro: Governo Civil de Faro, 2009.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

GRUPO INTERDISCIPLINAR DO LIVRO E DA LEITURA – «350 títulos para a história do livro e da leitura em Portugal». *Cultura*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa. II s., vol. IX, 1997, p. 314-335.

GUEDES, Fernando – *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 1987.

GUEDES, Lívio da Costa – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massaii (1621)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar. 1988. 2 Vols.

GUERREIRO, Manuel Viegas – «Notas para uma biografia do Doutor José Leite de Vasconcelos». In *José Leite de Vasconcelos: livro do centenário (1858-1968)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960.

H

HABERMAS, Jürgen – *A transformação estrutural da esfera pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

HESPANHA, António Manuel – «Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime». *Ler História*. Miriam Halpern Pereira, dir. N.º 8. Lisboa: Edições Salamandra, Lda., 1986, p. 35-60.

HOHLFELDT, Antonio – «Imprensa das colónias de expressão portuguesa: primeira aproximação». 8.º *Congresso Lusocom*. Lisboa: Universidade Lusófona., 2009, p. 1681-1693. [Consult. 10.9.2014]. Disponível em: <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/57/33>.

_____ – «Síntese histórica da imprensa Indo-portuguesa». Comunicação apresentada ao I CONFIBERCOM, 2011. [Consult. 10.9.2014]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/artigos-jornal-alcar/Sintese%20historia%20da%20imprensa%20Indo-portuguesa.pdf>

HOMEM, António Pedro Barbas – *O espírito das instituições: um estudo de História do Estado*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2006.

HOUAISS, António e VILLAR, Mauro de Salles – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2005.

I

INFANTES, Víctor – «La mirada en la escritura: una historia de la lectura y del lector». *Bulletin Hispanique*. [S.l.; S.n.]. T. 100, n.º 2, 1998, p. 333-341.

_____ – «Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas». *Bulletin Hispanique*. [em linha] T. 99, n.º 1, 1997, pp. 281-292. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1997_num_99_1_4939.

INFANTES, Víctor, LOPEZ, François e BOTREL, Jean-François, dir. – *Historia de la edición y de la lectura en España: 1472-1914*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003.

IRIA, Alberto – «Os Arquivos municipais do Algarve e a Academia Real da História Portuguesa (1729-1732): subsídios para a historiografia local». [Em linha]. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa: 2.ª série; n.ºs 17 (1943-1945), p. 175-190; 19 (1947), p. 117-149. Disponível em: <http://purl.pt/258/1/>

_____ – *Do Algarve ao Brasil no caíque de pesca «Bom Sucesso» em 1808: um episódio à margem da guerra peninsular*. [S.l.: s.n.]. 1936 (Lisboa: Escola Tipográfica das Oficinas de S. José).

_____ – *A invasão de Junot no Algarve: subsídios para a história da guerra peninsular – 1808-1814*. Reprodução fac-similada da edição de 1941. Amadora: Livro Aberto, Editores Livreiros Lda., 2004 [1941].

J

JOÃO, Maria Isabel – «Região, nação e historiografia local: o caso dos Açores». In *Historiografias e Memórias (séculos XIX-XXI)*. Lisboa: Centro de História da FLUL / Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, 2012, p. 75-94.

JOHNS, Adrian – *Nature of the Book: Print and Knowledge in the Making*. [Em linha]. University of Chicago Press, p. 29-30. [Consult. 17.2.2015]. Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10292358?ppg=24>.

JOLLY, Claude, dir. – *Histoire des bibliothèques françaises: Les bibliothèques sous l'Ancien Régime 1530-1789*. Paris: Promodis, Éditions du Cercle de la Librairie. Vol. 2.

JORGE, Teresa Margarida dos Anjos Reis – *Alexandre Herculano nos seus papéis: estudo e edição da correspondência autógrafa*. 2009. Tese de doutoramento em Estudos Portugueses, especialidade de Crítica Textual, apresentada à FCSH-UNL.

JÚDICE, Nuno, selecção e pref. – *Poesia futurista portuguesa. Faro: 1916-1917*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

JULLIARD, Jacques e WINOCK, Michel – «Introduction». In *Dictionnaire des intellectuels français: les personnes, les lieux, les moments*. Paris: Éditions du Seuil, 1996, p. 11-17.

JÜSTEN, Helga Maria – *Incunábulos e post-incunábulos portugueses (ca. 1488-1518). (Em redor do material tipográfico dos impressos portugueses)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional: Portugal (1810-1913)*. Lisboa: Veja, 1988-1999. 2 Vols.

L

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina – *A formação da leitura no Brasil*. São Paul: Editora Ática, 1999.

_____ – *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 2002

LAMEIRA, Francisco – *Faro: a arte na história da cidade*. Faro: Câmara Municipal, 1999.

_____ – *A Talha no Algarve durante o Antigo Regime*. Faro: Câmara Municipal, 2000.

LEJEUNE, Philippe – «Le pacte autobiographique». *Poétique*. 14, 1973, pp. 137-162.

LISBOA, João Luís – «Almanaques». In BIBLIOTECA NACIONAL – *Os sucessores de Zacuto: o almanaque na Biblioteca Nacional do século XV ao XXI*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002, p. 11-23.

_____ – «From publishing to the publisher: Portugal and the changes in the world of print in the 19th century». In ABREU, Márcia e SILVA, Ana Cláudia Suriani da, ed. –

The cultural revolution of the 19th century: theatre, the book-trade and reading in the transatlantic world. Londres: I. B. Tauris Publishers, 2015, p. 69-86.

_____ – «Sobre a investigação actual em história do livro e da leitura». *Leituras: revista da Biblioteca Nacional.* Lisboa: Biblioteca Nacional. S. 3, n.º 1, Abr.-Out./1997, p. 105-112.

_____ – *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura, 1992.

_____ – *A leitura nos debates da história cultural.* Separata da *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989.

LISBOA, João Luís e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis – «A cultura escrita nos espaços privados. Os usos da correspondência». In MATTOSO, José, dir., e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. – *História da Vida Privada em Portugal.* (S.l.) [Lisboa]: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 366-394.

LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve.* Prefácio de Isabel Nobre Vargues. Reprodução facsimilada da edição de 1841. Faro: Algarve em Foco Editora, [S.d.] imp. 1988 [1841]. 2 vol.

_____ – *Memórias para a história eclesiástica do Bispado do Algarve.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1848.

LOUREIRO, José Pinto – «Livreiros e livrarias de Coimbra do séc. XVI ao séc. XX». *Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra.* 1954, p. 69-171.

M

MACHADO, J. T. Montalvão – *No II Centenário da Instrução Primária: 1772-1972.* Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1972.

MACHADO, Luiz Saavedra – «Necrologia, Dr. José Joaquim Nunes». *Revista Lusitana.* Vol. XXX, Lisboa, 1931, p. 313-319.

MADAHIL, António Gomes da Rocha – «Primícias da arte tipográfica em Coimbra». *O Instituto.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1942, Vol. 100, p. 850-899.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – «Algarve, Diocese do». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 44-50. Vol. A-C.

_____ – «O Algarve económico nos séculos XVII e XVIII: a pressão das economias-mundo holandesa e inglesa». In MARQUES, Maria da Graça Maia, coord. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história.* Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 249-262.

_____ – «Os ingleses no Algarve nos séculos XVII e XVIII». *Anais do Município de Faro.* Faro: Câmara Municipal, vol. XIX, 1989, p. 31-39.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve económico: 1600-1773.* Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1993.

MAGALHÃES, Justino Pereira de – *Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII-XIX).* Educa-Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010, 644 p.

_____ – *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho-Instituto de Educação, 1994.

MAGNAM, André – «Correspondance». In DELON, Michel dir. – *Dictionnaire Européen des Lumières*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, pp. 270-274.

MALAGUIAS, Manuel Martinho da Costa (2009), «Tipografia no exército: os prelos de D. Miguel. Sinopse histórica». [Em linha]. *Revista Militar*. [Consult. 26.9.2012]. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=492>.

MARADO, Catarina Almeida – «Do sagrado ao profano: o processo de atribuição de novos usos às extintas casas regulares do Algarve». *Promontoria: revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve, n.º 7, 8. 2010, p. 289-307.

_____ – «O “destino” dos antigos espaços conventuais da cidade». *Monumentos*. Lisboa: DGEMN, n.º 24, 2006, p. 32-41.

_____ – «O processo de formação da rede monástico-conventual do Algarve (1189-1834)». *Promontoria: revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. Faro, Universidade do Algarve, n.º 9, 2011, p. 1-21.

_____ – *Antigos Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

_____ – *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. 2007. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad de Sevilla.

MARQUES, A. H. Oliveira – *História da maçonaria em Portugal: política e maçonaria*. Lisboa: Editorial Presença, 1996-1997. 2 vols.

MARQUES, A. H. Oliveira e DIAS, João José Alves – *História da maçonaria em Portugal. Volume I: das origens ao triunfo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

MARQUES, Fernando Pereira – *Exército e sociedade em Portugal: no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*. Lisboa: Publicações Alfa, S.A., 1989.

MARQUES, João Alberto de Carvalho – «Subsídios para a história da cultura na cidade de Faro: inventários (em 1836) das livrarias dos extintos conventos». *Anais do Município de Faro 1989*. Vol. XIX. Faro: Câmara Municipal, p. 233-273.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador – «Disponibilidades culturais médias em Palmela na 2.ª metade do século XVII - dados para a sua determinação». *Ler História*. N.º 15. Lisboa: Editorial Teorema, Lda., 1989, p. 43-54.

_____ – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: [s.n.] [Coimbra Editora, Lda.], 1963.

MARQUES, Maria da Graça Maia, coord. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

MARQUILHAS, Rita – «Eu ainda sou vivo. Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar». *Estudos de Lingüística Galega*. [em linha] 1. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2009, p. 58. [Consult. 10 Mar. 2014]. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305626315010>.

_____ – «Filologia oitocentista e crítica textual». In Fernanda Mota Alves *et al.*, orgs., *Filologia, Memória e Esquecimento*. Lisboa: Humus, 2010, p. 355-367. [Consult. 21 Mar. 2014]. Disponível em: http://www.clul.ul.pt/files/rita_marquilhas/MarquilhasMemoriaEsquecimento.pdf.

_____ – «Una gran sala com la puerta abierta: cartas imaginarias desde la cárcel de la Inquisición (Portugal, siglo XVII)». In CASTILLO GÓMEZ, Antonio e SIERRA BLAS, Verónica, eds. – *Letras bajo sospecha: escritura y lectura en centros de internamiento*. [em linha] Gijón (Astúrias): Ediciones TREA, 2005, p. 43-75. [Consult. 21 Mar. 2014]. Disponível em: http://www.clul.ul.pt/files/rita_marquilhas/Una_gran_sala-Final.pdf.

_____ – *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa: 2000.

MARREIROS, Glória Maria e SANCHO, Emanuel Andrade C. – *Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das Invasões Francesas*. São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2004.

MARROCOS, Francisco José dos Santos – «Memória sobre o actual estado dos estudos menores em o Reino de Portugal, principalmente na cidade de Lisboa». *Revista de Educação e Ensino: publicação mensal ilustrada*. Dir. Alexandre José Sarsfield. Leça da Palmeira: Bibliotheca de Obras Uteis e Ilustradas. Vol. VIII, 1892 [1799].

MARTIN, Henri-Jean e CHARTIER, Roger – *Histoire de l'édition française: le livre triomphant*. Paris: Promodis, 1984. Vol. 2.

_____ – *Histoire de l'édition française: les temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle Époque*. Paris: Fayard/Promodis, 1990. Vol. 3.

MARTINS, António Coimbra – «Luzes». In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984, p. 86-106. Vol. IV.

MARTINS, Isabel Oliveira – «Mark Twain: receção em Portugal». *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. N.º 1048, 1-14 de Dezembro de 2010.

MARTINS, Isabel Oliveira e DUARTE, Maria de Deus – «Mark Twain em Portugal: periódicos e edições em livro». In BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, org. – *Mark Twain em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; CEAUL- Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010, p. 9-22.

MARTINS, José António de Jesus – *Elementos para a história do clube artístico lacobrigense (1872-1992)*. Lagos: Clube Artístico Lacobrigense, 1993.

MARTINS, José do Carmo Correia – *Ao encontro de Bernardo de Passos: ensaio biográfico*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal, 2014.

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MASCARENHA, J. Fernandes – «Uma figura nacional: D. Francisco Gomes do Avelar e a sua obra». *O Instituto: revista científica e literária*. Bairro de Sousa Pinto, red. Coimbra: [s.l.] [Gráfica de Coimbra (l.i.)]. 1939, vol. 94.º, p. 404-410.

MASSEAU, Didier – «République des lettres». In DELON, Michel, dir. – *Dictionnaire Européen des Lumières*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, p. 928-932.

MATOS, Ana Cardoso – «Os Agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX». [Em linha]. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Número extraordinario dedicado al II Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio), 69. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2000. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-29.htm>.

MATOS, Manuel Cadafaz de – «A tipografia quinhentista de expressão cultural portuguesa no Oriente veículo de propagação dos ideais humanistas». In *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos, Congresso Internacional, Coimbra, 9-12 de Outubro de 1991*. [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, p. 153-171. [Consult. 4.10.2014]. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas43-44/09_Cadafaz_Matos.pdf

MATOS, Manuel Cadafaz de e RODRIGUES, Manuel Augusto (estudos introdutórios) – *Pentateuco: reprodução fac-similada do mais antigo livro impresso em Portugal (Faro, Junho de 1487)*. Faro: Governo Civil de Faro, 1991, p. I-LXX.

MATOS, Sérgio Campos – «Nação». *Ler História*. N.º 55, 2008, p. 111-124.

_____ – *Historiografia e memória nacional do Portugal do séc. XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

_____ – *Política de educação e instrução popular no Portugal oitocentista*. Separata da *CLIO - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 85-107.

MATTOSO, José – «Panorâmica da história beneditina portuguesa durante a Idade Média». In *Obras completas: Portugal Medieval, novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 193-202. Vol. 8.

_____ – *A escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MATTOSO, José (dir.) e TORRALBA, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, coord. – *História de Portugal: o Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 5.

MAUSS, Marcel – *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, Lda., 2013 [1950].

MCKENZIE, D. F. – *La bibliographie et la sociologie des textes*. (S.l.): Éditions du Cercle de la Librairie, 1991.

MEDEIROS, Nuno – «Acções prescritivas e estratégicas: a edição como espaço social». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 85, Junho 2009, p. 131-146.

_____ – *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

MEIRELES, Maria Adelaide – «A actividade livreira no Porto no séc. XVIII (contribuição para o seu estudo)». *Revista de história*. Porto, vol. IV, 1981.

MEIRINHOS, José Francisco – «Editores, livros e leitores em Portugal no século XVI. A colecção de impressos Portugueses da BPMP». In *Tipografia Portuguesa do século XVI nas colecções da BPMP: catálogo*. Separata. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2006.

MELO, Daniel – «Apresentação dos depoimentos: As editoras portuguesas e o seu património em debate: intróito problematizante às intervenções dos 2.º e 3.º encontros». Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2013, vol. 31, p. 321-332.

_____ – «Estado e sociedade civil em Portugal: leitura pública, educação popular e política cultural (1870-1950)». In PITA, António Pedro e TRINDADE, Luís, coords. – *Transformações estruturais do campo cultural português, 1900-1950*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, 2009, p. 135-161.

_____ – «O património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão». *Cultura: revista de história e teoria das ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2012, vol. 30, p. 173-190.

_____ – *A leitura pública na I República*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, Lda., 2010.

_____ – *A leitura pública no Portugal Contemporâneo (1927-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais, 2004.

MELO, Daniel (org.), PEREIRA, José Pacheco, FONSECA, João Corregedor e RIBEIRO, José Antunes – «“As editoras e o seu património em debate”: introdução problematizante e testemunhos». *Cultura: revista de história e teoria das ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2012, vol. 30, p. 191-203.

MENDES, António Rosa – *Cultura e Política no Algarve Setecentista: Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789)*. Olhão: Gente Singular Editora, Lda., 2007.

_____ – *Faro: Roteiros Republicanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010.

_____ – *Olhão fez-se a si próprio*. Olhão: Gente Singular Editora, 2009.

MENDES, António Rosa, coord. [et al.] – *Vila Real de Santo António e o urbanismo iluminista*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal, 2010.

MENDES, António Rosa, coord., PIRES, Osvaldo e PIRES, Pedro – *Castro Marim: baluarte defensivo do Algarve*. Castro Marim: Câmara Municipal, 2010.

MENDES, António Rosa, resp. – *Actas do Congresso Histórico Olhão, o Algarve & Portugal no Tempo das Invasões Francesas. 14, 15, 16 Novembro 2008*. Olhão: Município de Olhão, 2011.

MENDONÇA, Artur Barracosa – «A produção de livros numa região periférica: o Algarve nas primeiras décadas do século XX». In PITA, António Pedro e TRINDADE, Luís, coords. – *Transformações estruturais do campo cultural português*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. CEIS20, 2009, p. 163-181.

_____ – «[A propaganda republicana no Algarve até 1910](#)». In [Catálogo da Exposição «O Algarve do Reino à Região – Mendes Cabeçadas e a I República no Algarve»](#). Loulé: Câmara Municipal, 2010.

_____ – «A Republicanização do Algarve (1876 – 1910)». *barlavento - Jornal de Informação Regional do Algarve*. [em linha]. 5.10.2010. Disponível em: <http://goo.gl/VGxV3u>.

MESQUITA, José Carlos Vilhena – «Chronica do Algarve: Terá sido o primeiro jornal algarvio?». In AA.VV. – *3.º Congresso sobre o Algarve. Textos das Comunicações*. [S.n.]: Racal Clube, 1984, p. 295-307. Vol. 1.

_____ – *História da Imprensa do Algarve*. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 1988. 2 vols.

_____ – *História do Teatro Lethes*. 2.^a ed. Faro: AJEA Edições, 2002.

MESQUITA, Laura Maria Silveira – *Braga e a cultura portuguesa nos finais da Época Moderna: a biblioteca dos Oratorianos*. Porto: [s.n.], 1993. Dissertação de mestrado em História Moderna, apresentada à UP. Acessível na BNP, Lisboa, Portugal.

MICHON, Jacques e MOLLIER, Jean-Yves, dir. – *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Paris: L'Harmattan / Les Presses de l'Université Laval, 2001.

MOLLIER, Jean-Yves, SIRINELLI, Jean-François e VALLOTON, François, dir. – *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques 1860-1940*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – «A representação do reino: a debilidade dos corpos intermédios e o inexistente regional». In CÉSAR, Oliveira – *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 101-119.

_____ – «A sociedade local e os seus protagonistas», «O central, o local e o inexistente regional». In OLIVEIRA, César, dir. – *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 29-77, 79-120.

_____ – «Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime». [Em linha]. *Análise Social*. 1997, Vol. XXXII, n.º 141, p. 335-368. Disponível em: <file:///C:/Users/w8/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/LDHX7Q5E/1221841114L2pRA2hp0Wl44RL7.pdf>

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, ALMEIDA, Teresa Sousa de e ANASTÁCIO, Vanda, orient. – *Correspondências: usos da carta no Século XVIII*. Lisboa: Edições Colibri / Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005.

MURTA, [José] Guerreiro – *Evocações*. Lisboa: Ed. de autor, 1970.

N

NEIVA, Adélio de A. Torres – «Vida Religiosa». In AZEVEDO, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 341-344. Vol. P-V.

NETO, Margarida Sobral, coord. – *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

NETO, Teodomiro – «Biblioteca Municipal de Faro: cem anos de leituras». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, 2003, p. 12-37.

NEVES, Fernando Paulouro – «A tipografia e a editora do Jornal do Fundão – elementos para a memória de um tempo». *Cultura: revista de história e teoria das ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus, 2013, vol. 31, p. 334-338.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá – «Professor Doutor José Joaquim Nunes». *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 1942, t. VIII, 2.^a série, n.º 1-2, p. 3-5.

NÓVOA, António – *Les temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e-XX^e siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. 2 Vol.

NÓVOA, António e RUIZ BERRIO, J., eds. – *A história da educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*. [S.l.] [Lisboa]: Soc. Port. de Ciências da Educação, 1993.

NUNES, Maria de Fátima – «O fenómeno da difusão da leitura». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo (1851-1910)*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990, p. 263-270. Vol. 2.

_____ – «A imprensa especializada na 2.^a metade do século XIX em Portugal». [em linha]. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 797-804. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/>.

_____ – «O publicismo e a difusão dos conhecimentos úteis»; «A leitura política, económica e mundana». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo (1820-1851)*. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1990, p. 319-328; 329-336. Vol. 1.

_____ – *Imprensa periódica científica (1772-1852)*. Lisboa: Estar Editora, Lda., 2001.

O

OLIVEIRA, A. Lopes de – *Imprensa Vianense*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1996.

OLIVEIRA, César, dir. – *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

OLIVEIRA, Luís Filipe – «Algarve». In MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte – *Portugal: o sabor da terra, um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010 [1998], p. 644.

P

PAILHÈS, Jean-Louis – «En marge des bibliothèques: l'apparition des cabinets de lecture». In JOLLY, Claude, dir. – *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques sous l'Ancien Régime: 1530-1789*. Paris: Promodis - Éditions du Cercle de la Librairie, 1988, p. 421-425. Vol. 2.

PALMA, Luís – «A Sociedade do Gabinete de Leitura e a vida política e cultural de Loulé no 2.º quartel do século XIX». *Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*. N.º 2, 1993, p. 133-153.

PALMA, Patrícia de Jesus – «Novos dados para a história do Futurismo em Portugal». In LOPES, Teresa Rita, org. – *Modernista: Antologia de artigos da revista Modernista*, com colaboração de Ana Rita Palmeirim e Maria João Serrado. Lisboa: IEMO – Grupo Interdisciplinar de Estudos Pessoaanos e Modernistas do Centro de História da Cultura da FCSH-UNL, 2013, p. 113-126.

_____ – «The brazilian book market in Portugal in the second half of the nineteenth century and the paradigm change in luso-brazilian cultural relations». In SILVA, Ana Cláudia Suriani da e VASCONCELOS, Sandra Guardini (eds.) – *Books and Periodicals in Brazil 1768-1930: a Transatlantic Perspective*. Studies in Hispanic and Lusophone Cultures, 9, London: Modern Humanities Research Association and Maney Publishing / Legenda, 2014, p. 215-229.

_____ – «Tipografia Cácia: a propósito dos Cadernos e fascículos que aí se imprimiram». *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura, 2011, n.º 28, p. 125-142.

_____ – *A produção literária impressa no Algarve durante os séculos XIX e XX*. Lisboa, 2008. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PARENT-LARDEUR, Françoise – *Lire a Paris au temps de Balzac: Les cabinets de lecture à Paris, 1815-1830*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1981.

PAULA, Glória de Santana – *Lagos (1745-1792): Dinâmicas económicas e elites do poder*. Lisboa: Estar, 2001.

PEIXOTO, Jorge – «Para a Sociologia do fenómeno literário: Gabinetes de Leitura nos começos do século XIX». *O Comércio do Porto*, 24 de Out./1967.

_____ – *História do livro impresso em Portugal*. Separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, anos X-XII, n.ºs 37-48. Coimbra: Tip. da «Atlântida», 1967.

_____ – *Para a história do comércio do livro em Portugal: leilões em Coimbra no século XIX*. Separata do *Arquivo Coimbrão*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda., vol. XXV, 1970.

_____ – *Para a história do livro em Portugal: Sociedade tradutora e encarregada do melhoramento da arte de imprimir e de encadernar*. Lisboa, 1821. Separata da *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, t. XIV, 1970.

PEREIRA, Daniela Nunes – «Celebrações barrocas na Cartografia de José de Sande Vasconcelos» – In *Memórias del 5o Simpósio Ibero-Americano de Historia de la Cartografía (5SIAHC)*. *Dibujar y pintar el mundo: Arte, cartografía y política*. Bogotá, Colombia: Universidad de los Andes (no prelo).

PEREIRA, José Esteves – «As ideias do século». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo (1820-1851)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 273-302. Vol. 1.

PEREIRA, José Fernandes – «O Palácio da Ajuda». In PEREIRA, Paulo, dir. – *História da Arte Portuguesa: do Barroco à Contemporaneidade*. 3.ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 1999 [1996], p. 190-193.

PEREIRA, José Pacheco – «A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870)». [Em linha]. *Análise Social*. 1981, vol. XVII (65), p. 135-151. Disponível em: www.analisesocial.ics.ul.pt

PINHEIRO, José Joaquim – «Introdução da Imprensa nos Açores». Arquivo dos Açores. [Em linha] Ponta Delgada: Tip. do *Arquivo dos Açores*, 1886, Vol. VIII. p. 485-493. [Consult. 10.4.2013]. Disponível em: <http://arquivodigital.uac.pt/yii/arquivodigital/index.php?r=site/page&view=aal&id=vol08>

PIRES, Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida – *O surto das ideias republicanas no algarve (1876-1910) através da imprensa*. Faro, 2012, p. 26-54. Dissertação de mestrado em História do Algarve, apresentada à FCHS-UALG. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/3484>.

PIRES, Paulo – *Estudos sobre a I República em S. Brás e Faro*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal, 2010.

PIROTO, João Maria de Vasconcelos, AFONSO, Aniceto e SERRÃO, José Vicente, coord. – *Conhecimento e definição do território: os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Direcção dos Serviços de Engenharia, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e Arquivo Histórico Militar, 2003.

PIWNIK, Marie-Hélène – «Lectures des élites portugaises au XVIII^e siècle d'après les annonces de librairie». In FRANÇA, José-Augusto, dir. – *Histoire du Portugal. Histoire Européenne. Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai. 1986*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1987, p. 163-173.

_____ – «Para um estudo sistemático das práticas de leitura no século XVIII em Portugal». In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, coord. – *Congresso Internacional Portugal no Séc. XVIII de D. João V à Revolução Francesa*. Lisboa: Universitária Editora, 1991, p. 175-179.

POIRRIER, Philippe – *Les enjeux de l'histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

POLICARPO, Fernando – *O Real Colégio Militar: contributos para o estudo do seu modelo de ensino e formação (1802-1837)*. 2006, p. 60-68. Dissertação de mestrado em Didáctica da História, apresentada à FLUL.

PORTELA, Manuel – *O comércio da literatura: mercado & representação*. Lisboa: Antígona, 2003.

Portugal Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico... [Em linha]. Lisboa: João Romano Torres – editor, 1908, vol. IV. Disponível em: <http://zip.net/bkr5Vk>

PRISTA, Luís e ALBINO, Cristina – *Filólogos portugueses entre 1868 e 1943: catálogo da exposição organizada para o XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa: Colibri / Associação Portuguesa de Linguística, 1996.

PROENÇA, Maria Cândida – «As cartas de adesão ao movimento liberal (1820/1823)». In COSTA, Fernando Marques, DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, org. – *Do Antigo Regime ao Liberalismo – 1750-1850*. Lisboa: Veja, 1989, p. 131-141.

PROENÇA, Raul – *Polémicas*. Organização, prefácio e cronologia de Daniel Pires. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988

R

RAFAEL, Gina Guedes e SANTOS, Manuela – *Jornais e Revistas Portuguesas do Séc. XIX*. Pref. de José Manuel Tengarrinha. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. 2 vols.

RAMOS, António Manuel Monteiro – *Os catecismos portugueses: notas de história: os catecismos mais utilizados na catequese portuguesa de 1561 a 1953 e um estudo crítico dos catecismos da infância e adolescência de 1953 a 1993*. Águeda (l.i.): Paulinas, 1998.

RAMOS, José Augusto – «Bíblia (edições)». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 211-214. Vol. A-C.

RAMOS, Luís de Oliveira – «Iluminismo». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 414-419. Vol. C-I.

RAMOS, Luís. A. de Oliveira – «Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII: casos portugueses.» *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1973-1974, n.ºs 4, 5, p. 329-338.

_____ – *Da Ilustração ao Liberalismo (Temas Históricos)*. Porto: Lello & Irmãos-Editores, 1979.

RAMOS, Rui – «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal Contemporâneo». *Análise Social* [em linha]. Vol. XXIV (103-104). Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1988, p. 1067-1145. [Consult. 19 Abr. 2013]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>

_____ – «A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)». [Em linha]. *Análise Social*. Vol. XXVII, 1992, p. 483-528. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054256O8cDG4ay1Vx87IJ0.pdf>.

RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 7.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

REBELLO, Luiz Francisco – «O triunfo do teatro». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo (1820-1851)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 343-348. Vol. 1.

REBELO, Carlos Alberto – *A difusão da leitura pública*. Porto: Campo das Letras, 2002.

REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990-1992. 6 vols.

REIS, Carlos – *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários*. 2.ª ed. Coimbra: Almedina, 2001.

REIS, Carlos Vieira – *História da Medicina Militar Portuguesa*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 2004. 2 Vol.

REIS, Jaime, MÓNICA, Maria Filomena e SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos coord. – *O Século XIX em Portugal: comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979)*. Lisboa: Editorial Presença / Gabinete de Investigações Sociais.

REVEL, Jacques – *A invenção da sociedade*. Trad. de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, Difusão Editorial, Lda., 1990 [1989].

RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871-1889.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *Livros e leitura no século XIX*. Separata da *Revista de História das Ideias*. Vol. 20. Coimbra: Faculdade de Letras, 1999, p. 187-227.

RIBEIRO, Orlando – «Portugal e o Algarve: singularidade de um nome de província». *Boletim de Filologia*. Lisboa, n.º 2-3, 1953, p. 330-339.

_____ – «Vida e obras de Leite Vasconcellos». In *Livro do Centenário (1858-1958) de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960 [1942], p. 65-100.

RICHTER, Nöe – *La lecture & ses institutions, 1700-1918*. [S.l.]: Éditions Plein Chant et Université du Maine, 1987.

RICOEUR, Paul – «Variaciones de escala». In *La Memoria, la Historia, el Olvido*. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2010 [2003].

RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François – *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1998 [1997].

ROCHA, André – *A Epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985 [1964].

ROCHE, Daniel – «Para a história dos consumos culturais». In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François, dir. – *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998 [1997].

_____ – *Les Républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIII^e siècle*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1988.

RODRIGUES, Ana Maria S.A., ENES, Fernanda e AZEVEDO, Carlos A. Moreira de – «Clero secular». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 358-381. Vol. A-C.

RODRIGUES, Ernesto – *Cultura literária oitocentista*. Porto: Lello Editores, 1999.

_____ – *Mágico folhetim: literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

RODRIGUES, Henrique – «Extinção das ordens religiosas e dinâmicas sócio-culturais: frades residentes no Alto-Minho no século XIX». *Lusitania Sacra: revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*. Lisboa: Centro de Estudos de História Eclesiástica, 2004, 2.^a s. n.º 16, p. 13-42.

RODRIGUES, Joaquim M. Vieira – *Da Escola «Pedro Nunes» à «Tomás Cabreira» (1888-1974)*. Faro: Escola Secundária Tomás Cabreira, 2003.

RODRÍGUEZ PARADA, Concepción – «Los catálogos e inventarios en la historia del libro y de las bibliotecas». *BID: Textos universitaris de biblioteconomia i documentació*. Universitat de Barcelona: Facultat de Biblioteconomia i Documentació, Jun./2007, n.º 18. [Consult. 6.3.2013]. Disponível em: <http://www.ub.edu/bid/18rodri4.htm>

ROSA, José António Pinheiro e – «História da Biblioteca Municipal de Faro». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, 1969, p. 97-118.

_____ – *Crónicas, viagens e outras engrenagens*. Prefácio de José Pedro Machado. Faro: ed. de autor, 1992.

S

SABÓIA, João – «Fontes documentais para a história da religião em Portugal: o caso do Algarve». [em linha]. In *Religiosidad y costumbres en Iberoamérica: actas del primer encuentro Internacional celebrado en Almonte-El Rocio de 1999*. Huelva: Universidad de Huelva, 2000, p. 197-220. Disponível em <http://pt.calameo.com/books/0000167783b9d364b0706>

SALDAÑA FERNÁNDEZ, José – «La prensa en el Suroeste Peninsular durante la Guerra de la Independencia: la *Gazeta de Ayamonte* como vehículo de expresión de la Junta

Suprema de Sevilla». In CANTOS CASENAVE, Marieta, ed. – *Redes y espacios de opinión pública: XII Encuentros de la Ilustración al Romanticismo 1750-1850 Cádiz, América y Europa ante la Modernidad*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2006, p. 185-206.

SALDANHA, Sandra Costa – «A biblioteca do Convento de Mafra, ideais estéticos e construção: do modelo joanino ao pragmatismo das Luzes». In CABRAL, Maria Luísa, coord. – *As bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade, 1800-1850: os seus intérpretes e as suas colecções / Colóquio*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, p. 13-21.

_____ – «O paradigma estético da biblioteca joanina: bibliotecas conventuais setecentistas». In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III encontro nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013.

SALDANHA, Sandra Costa, coord. ed. – *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do I Encontro Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2011.

_____ – *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III Encontro Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013.

SALES, P.^o Ernesto Augusto Pereira – *O Conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1936.

SANTOS, Eugénio – *O Oratório no Norte de Portugal: contributo para o estudo da história religiosa e social*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

SANTOS, Eugénio Francisco dos – «Oratorianos». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 328-334. Vol. J-P.

SANTOS, Luís Filipe – *Faro: um olhar sobre o passado recente (segunda metade do século XIX)*. Faro: Câmara Municipal de Faro, 1997.

_____ – *Os acessos a Faro e aos concelhos limitrofes na segunda metade do séc. XIX*. Faro: Câmara Municipal, 1995.

SANTOS, Marco Sousa – «Faro, os 200 anos do arco da vila (1812-2012)». *JAmagazine* (parte integrante do *Jornal do Algarve*). N.º 2883, 28.6.2012.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – «A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX». [Em linha]. *Análise Social*, 1992, vol. XXVII (116-117), p. 539-546. Disponível em: www.analisesocial.ics.ul.pt

_____ – «Sociabilidade, comunicação e aprendizagem». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo (1820-1851)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 365-388. Vol. I.

_____ – *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

_____ – *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa: Editorial Presença; Instituto de Ciências Sociais, 1983.

SARAIVA, António José – *O que é a cultura*. Lisboa: Gradiva, 2003.

SARMENTO, Clara, coord. – *Entre Margens e Centros: textos e práticas das novas interculturais*. Porto: Edições Afrontamento, 2013.

- SEARA, Isabel Roboredo – *Da Epístola à Mensagem Electrónica: Metamorfoses das Rotinas Verbais*. 2008. Tese de doutoramento em Linguística, apresentada à Universidade Aberta.
- SENA-LINO, Pedro – «Cartas Corridas». In *Géneros Literários: Continuidades e Rupturas, da Antiguidade aos Nossos Dias*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, 2010, p. 73-81.
- SERPA, Maria João – *Alguns elementos para o estudo do Dr. José Joaquim Nunes, sua vida, labor literário e científico*. Lisboa, 1943. Dissertação de licenciatura em Filologia Românica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SERRÃO, Joel – *Temas de Cultura portuguesa*. [S.l.]: Livros Horizonte, 1983.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira, dir. – *Portugal: da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, vol. XI, 1991.
- SERRAS, Martinha e CARNEIRO, André – «Entre o centro e a periferia: a relação epistolar de J. Leite de Vasconcellos e Manuel Mattos Silva». *O Arqueólogo Português*. [em linha]. Lisboa: série V, 1, 2011, p. 267-300. [Consult. 27 Fev. 2014]. Disponível em: <http://zip.net/bmr6kM>.
- SHILS, Edward – *Centro e Periferia*. Tradução de José Hartuig de Freitas. Lisboa: Difel, 1992 [1974].
- SILVA, Ana Cristina Nogueira – *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1998.
- SILVA, António Martins – «A Desamortização». In MATTOSO, José (dir.) e TORRAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, coord. – *História de Portugal: o Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 291-305. Vol. 5.
- _____ – «Extinção das Ordens Religiosas». In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 233-236. Vol. C-I.
- SILVA, Cor. Inf. Nuno Pereira da, coord. e pref. – *O Algarve e as Invasões Francesas*. [s.l.] [Tavira]: Regimento de Infantaria n.º 1, 2010.
- SILVA, J. Martins e – «Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911». [Em linha]. *RFML*. Série III, n.º 7 (5), 2002, p. 237-249. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/985>.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e – *Teoria da Literatura*. 8ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2000.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – *Território e poder: nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia, 1997.
- SIMÕES, João Miguel – *Contributo para o Estudo do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Lagos, policopiado apresentado à OZ – diagnóstico, levantamento e controlo de qualidade em estruturas e fundações, Lda e à Câmara Municipal de Lagos*. 2004. [Consult. 5.2.2015]. Disponível em: https://www.academia.edu/1787675/Contributo_para_o_Estudo_do_Convento_de_Nossa_Senhora_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_de_Lagos.

SIMÕES, Maria João – *Correspondências: Eça e Fradique: análise de estratégias epistolográficas*. 1987. Dissertação de mestrado em Literatura Comparada, apresentada à FLUC. Acessível em BNP, Lisboa, Portugal.

SIRINELLI, Jean-François – «As elites culturais». In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François, dir. – *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1998, p. 259-280.

SOUSA, Tenente-Coronel Pedro Marquês de – «As Escolas Regimentais do Exército e o esforço de alfabetização em Portugal nos séculos XIX e XX». [em linha]. *Revista Militar*. Lisboa: Empresa da *Revista Militar*, 2010. [Consult. 7.8.2013]. Disponível: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=498>.

STEINER, George – *No Castelo do Barba Azul: algumas notas para a redefinição da cultura*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1992 [1971].

STONE, Lawrence – «Prosopografia». [Em linha]. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, Jun./2011, v. 19, n.º 39, p. 115-137. [Consult. 14.10.2013] Disponível em: www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf

T

TARDE, Gabriel – *A opinião e a multidão*. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda., 1991 [1901].

TENGARRINHA, José – «O movimento jornalístico no Algarve: das origens ao final da década de 80 do século XX». In MARQUES, Maria da Graça Maia, (coord.) – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: elementos para a sua história*. Lisboa: Fernando Mão de Ferro / Edições Colibri, 1999.

_____ – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.^a ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

TOMÁS, Paula Cristina Carvalho – *A imagem política dos arquivos e das bibliotecas nos debates parlamentares e na legislação (1820-1974)*. Lisboa, 2006, p. 63-85. Dissertação de mestrado em Ciências Documentais, apresentada ao Departamento de Ciências Documentais da UAL. Acessível na BNP, Lisboa, Portugal.

TORGAL, Luís Reis – «História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional». *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n.º 9, 1987, p. 843-867.

V

VAILLANT, Alain – «Invention littéraire et culture médiatique au XIX^e siècle». In MOLLIER, Jean-Yves, SIRINELLI, Jean-François e VALLOTON, François (dir.) – *Culture de mass et culture médiatique en Europe et dans les Amériques, 1860-1910*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

VARRY, Dominique, dir. – *Histoire des bibliothèques françaises: Les bibliothèques de la Révolution et du XIX^e siècle, 1789-1914*. Paris: Promodis, Éditions du Cercle de la Librairie, 1991. Vol. 3.

VASCONCELOS, Ana Isabel P. Teixeira de – *O drama histórico português no século XIX (1836-56)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005.

VASCONCELOS, José Leite de – «Crónica». *Revista Lusitana*. Lisboa, XVII, p. 351.

VAUCHEZ, André – «O santo». In GOFF, Jacques le – *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 211-232.

VAZ, Adérito Fernandes – *As navegações dos olhanenses em caíques e a 1.ª invasão francesa em 1808, no contexto regional e nacional*. Olhão: Elos Clube de Olhão, 2008.

_____ – *Olhão da Restauração no tempo e a 1.ª invasão francesa em 1808, no contexto regional e nacional*. Olhão: Elos Clube de Olhão, 2009. Vol. 2.

VAZ, Francisco A. Lourenço e CALIXTO, José António, coord. – *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2006.

VAZ, Francisco António Lourenço – «A biblioteca do Convento de Jesus (1755-1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo». In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III encontro nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013.

_____ – «A ideia da biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo». In MEDEIROS, Filipa [et al.], coords. – *Acervos Patrimoniais: novas perspetivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2012, p. 77-96.

VAZ, Francisco António Lourenço, coord. – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

VELOSO, frei José Mariano da Conceição – *O Fazendeiro do Brasil...* Lisboa: Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1800. T. II.

VENTURA, António – «A Cultura: os militares na sociedade portuguesa (séculos XVIII e XIX)». In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 430-438. Vol. 3.

VENTURA, António, coord. – *O Algarve visto pelos estrangeiros: séculos XII a XIX*. Lisboa: Lex Editora, 2005.

VIDIGAL, Luís – *Câmara, Nobreza e Povo: Poder e Sociedade em Vila Nova de Portimão (1755-1834)*. Portimão: Câmara Municipal, 1993.

VIEIRA, General Guilherme de Sousa Belchior – «O ensino da Matemática nas aulas de Artilharia e Academias Militares». *Revista Militar*. Lisboa, n.º 9, Set./1993, p. 785-812.

VILHENA, Maria da Conceição – «Para a história da imprensa nos Açores». In *Colóquio sobre o Livro Antigo, Lisboa, 1988, V Centenário do Livro Impresso em Portugal 1487-1987: actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, p. 207-214.

VINÃO FRAGO, Antonio – «Un campo abierto, en expansión e interdisciplinar: la historia de la alfabetización». In *A história da educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*. [S.l.] (Lisboa): Soc. Port. de Ciências da Educação, 1993, p. 85-100.

W

WARMOES, Isabelle – «La Rationalisation de la production cartographique à grande échelle au temps de Vauban». *CFC*. [Em linha] N.º 195, Mar./2008, p. 58. [Consult. em 4.10.2012]. Disponível em: <http://www.lecfc.fr/new/articles/195-article-6.pdf>.

WEINHOLTZ – Justino de Bivar – *O Dr. Leite de Vasconcelos e o Algarve. Conferência proferida por Justino de Bivar Weinholtz, no Centro Cultural do Algarve, na noite*

de 17 de Maio de 1946. [dactil]. 1946. [Em linha]. [Consult. a 8.1.2012] Acessível em http://issuu.com/rogeriod/docs/leite_de_vasconcelos.

WILHELM, Eberhard Axel (int. e trad.) – «O Algarve há 140 anos: a viagem do botânico alemão Heinrich Moritz Wilkomm». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, vol. XVIII, 1988.

_____ – «Representantes Consulares dos Países Baixos no Algarve». *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal, vol. XIX, p. 183-231, 1989.

III.2 Bases de dados

Biblioteca Nacional de Espanha: <http://www.bne.es/>

Biblioteca Nacional de Portugal: <http://www.bnportugal.pt/>

Câmara Municipal de Faro, Fundo Antigo da Biblioteca Municipal de Faro António Ramos Rosa: <http://biblioteca.cm-faro.pt/docbweb/psqbol.asp>

<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/index.php?cd=0&lang=pt>

IBIS. Base de datos del patrimonio bibliográfico de Patrimonio Nacional: <http://realbiblioteca.patrimonionacional.es/cgi-bin/koha/opac-main.pl>

Portal das bibliotecas eclesiais portuguesas: www.cesareia.pt

Portal das Bibliotecas escolares:

<http://catalogos.rbe.mec.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bibliopac/bin/bibliopac.xic&db=DB805548&lang=P&start=cfg2-drealg>

Portal do projecto de cooperação internacional *Circulação transatlântica dos impressos: a globalização a cultura no século XIX (1789-1914)*. Coord. de Márcia Abreu, Márcia e Jean-Yves Mollier.

Portal do projecto *Romano Torres: um arquivo histórico representativo da edição contemporânea*. Coord. de Daniel Melo. <http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/>.

Portal Europeana collections: <http://www.europeana.eu/portal/>

Repositório Digital da História da Educação: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/>

LISTA DE FIGURAS

Figura II.1 MARDEL, José Carlos – <i>2.º Plano do edeficio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro</i>	[1p.] 30/31
Figura II.2 Distribuição geográfica das aulas de Gramática Latina em admissível funcionamento antes do alvará de 28.6.1759.....	[1p.] 34/35
Figura II.3 Distribuição geográfica das aulas de Gramática Latina licenciadas em 1760, conforme alvará de 28.6.1759.....	[1p.] 34/55
Figura II.4 Distribuição geográfica das aulas de Gramática Latina licenciadas e em funcionamento em Fev. 1772, conforme alvará de 28.6.1759.....	[1p.] 36/37
Figura II.5 Distribuição geográfica oficial da rede escolar no Algarve em 1773.....	[1p.] 40/41
Figura II.6 Distribuição geográfica da rede escolar pública no Algarve em 1779.....	[1p.] 42/43
Figura II.7 Distribuição geográfica da rede escolar pública em funcionamento no Algarve em 1788.....	[1p.] 42/43
Figura II.8 Distribuição geográfica da rede escolar pública no Algarve em 1829.....	[1p.] 56/57
Figura II.9 CASTRO, D. João de Melo e – <i>Doctrina d' principios e fundamētos d' christãdade</i>	[1p.] 72/73
Figura II.10 Frontispício das <i>Instrucções geraes em forma de catecismo</i>	[1p.] 72/73
Figura II.11 Frontispício do <i>Catecismo</i>	[1p.] 72/73
Figura II.12 Folha de rosto, quadros e gravura alusiva a tipografia.....	[1p.] 88/89
Figura II.13 Capa da 1.ª edição de <i>Resumo da história de Portugal</i>	[1p.] 90/91
Figura II.14 Capa da 2.ª edição, revista e aumentada, de <i>Resumo da história de Portugal</i>	[1p.] 90/91
Figura III.1 Distribuição geográfica de instituições religiosas em 1787.....	[1p.] 106/107
Figura III.2 Rede geográfica de bibliotecas religiosas no Algarve existentes à data do decreto de 30.5.1834.....	[1p.] 110/111

Figura III.3 VASCONCELOS, José de Sande – <i>Mappa rezumido da entrada [em Tavira]</i>	[1p.] 136/137
Figura III.4 Pormenor do <i>Mappa</i>	[1p.] 136/137
Figura III.5 Diferentes marcas de posse presentes em espécies do fundo antigo da Biblioteca Municipal de Faro António Ramos Rosa.....	[1p.] 144/145
Figura III.6 Marcas de posse de D. José Maria de Melo	[1p.] 144/145
Figura III.7 Aspecto das salas onde se encontra a Biblioteca do Seminário de São José de Faro.....	[1p.] 158/159
Figura III.8 Rosto apresentando três marcas de posse.....	[1p.] 158/159
Figura III.9 Engenheiros militares em trabalho de campo.....	[1p.] 166/167
Figura III.10 Rostos dos manuais seguidos na Aula Militar do Regimento de Infantaria de Tavira.....	[1p.] 174/175
Figura III.11 Materiais de uso nas aulas de desenho, conforme o manual <i>Les règles du dessin et du lavis</i> , seguido na Aula Militar de Tavira.....	[1p.] 174/175
Figura III.12 Mapa de avaliação dos alunos da escola militar de Tavira.....	[1p.] 174/175
Figura III.13 Projecto de edifício destinado p[ar]a hospital militar da praça de Lagos.....	[1p.] 174/175
Figura IV.1 Recibos das assinaturas dos Periódicos subscritos pela SGLLLE, relativos ao ano de 1847.....	[1p.] 228/229
Figura IV.2 <i>Jornal comico do Algarve</i> . N.º 1.....	[1p.] 236/237
Figura IV.3 <i>Jornal comico do Algarve: a roza de Tavira</i>	[1p.] 236/237
Figura IV.4 Distribuição geográfica dos teatros particulares existentes no Algarve em 1860.....	[1p.] 238/239
Figura IV.5 Aspecto do Catálogo Alfabético de Dramas, Comédias e Farças, pertencentes ao dito Theatro, e seus Aucthores.....	[1p.] 240/241
Figura IV.6 Exemplar manuscrito da Biblioteca Teatral.....	[1p.] 240/241
Figura IV.7 Exemplar impresso da Biblioteca Teatral.....	[1p.] 240/241

Figura IV.8 Folha com a relação de peças e músicas emprestadas aos sócios.....	[1p.] 240/241
Figura IV.9 Capa de livro pertencente à biblioteca da Cooperativa de Instrução e Recreio Popular, de Loulé, com a respectiva marca de posse.....	[1p.] 246/247
Figura IV.10 Aspecto de <i>Poems by Henry Abbey</i>	[1p.] 258/259
Figura V.1 Distribuição geográfica dos agentes autorizados d' <i>O Algarviense</i> (5.4.1863-18.12.1864).....	[1p.] 274/275
Figura V.2 Anúncio do comerciante Francisco Ignacio Luís Zuzarte contemplando livros missa com diferentes encadernações.....	[1p.] 278/279
Figura V.3 Anúncio do comerciante João Manuel Rodrigues de Passos, contemplando livros escolares.....	[1p.] 278/279
Figura V.4 O livro no jornal, publicação de um romance nas páginas 3 e 4 do jornal.....	[1p.] 280/281
Figura V.5 Anúncio à venda de impressos variados nas instalações da tipografia.....	[1p.] 280/281
Figura V.6 Distribuição geográfica da indústria tipográfica portuguesa em 1863.....	[1p.] 289/289
Figura V.7 Distribuição geográfica da produção editorial portuguesa em 1863.....	[1p.] 290/291
Figura V.8 <i>Chronica do Algarve</i> . Faro, n.º 3, 20/VII/1833.....	[1p.] 292/293
Figura V.9: <i>Boletim</i> [1fl] impresso em 1833.....	[1p.] 292/293
Figura V.10: Folha impressa em 1833.....	[1p.] 292/293
Figura V.11 Pé de imprensa do folheto Representação ou carta enviada pela Camara desta Cidade de Faro ao Rio de Janeiro.....	[1p.] 298/299
Figura V.12 Pé de imprensa da Pastoral de congratulação pela expulsão dos Franceses (14.9.1808).....	[1p.] 300/301
Figura V.13 Gravuras que ilustram as <i>Instruções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas</i>	[1p.] 302/303

Figura VI.1 Distribuição geográfica dos assinantes d' *O Algarviense* (1863-1864).....[1p.] 318/319

Figura VI.2 Distribuição geográfica das correspondências d' *O Algarviense* (5.4.1863-18.12.1864).....[1p.] 324/325

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I.1: Estrutura socioprofissional no Algarve, em 1788.....[1p.] 24/25

Gráfico II.1 Evolução das escolas militares a nível nacional, em n.^{os} absolutos (Nov./1817 a Jan./1822).....[1p.] 52/53

Gráfico II.2 Número total de alunos das escolas militares do Algarve.....[1p.] 52/53

Gráfico II.3 Média da frequência às aulas da Arma de Infantaria, onde se inclui Lagos e Tavira.....[1p.] 54/55

Gráfico II.4 Média de frequência às aulas da Arma de Artilharia, onde se inclui a de Faro.....[1p.] 54/55

Gráfico III.1 Distribuição da frequência relativa de temáticas da biblioteca do Regimento de Infantaria de Lagos (1807).....[1p.] 182/183

Gráfico IV.1 Evolução cronológica do número de sessões realizadas anualmente na SGLLLE com registo em acta.....[1p.] 222/223

Gráfico IV.2 Distribuição da frequência relativa das actividades profissionais dos sócios fundadores da SGLLLE.....[1p.] 222/223

Gráfico IV.3 Evolução cronológica do número de admissões de sócios à SGLLLE.....[1p.] 222/223

Gráfico IV.4 Distribuição da frequência relativa das actividades profissionais dos sócios admitidos em data posterior à fundação da SGLLLE (1836-1848).....[1p.] 222/223

Gráfico IV.5 Evolução cronológica do número de admissões de sócios da Sociedade do Teatro Lethes.....[1p.] 238/239

Gráfico IV.6 Número de espectáculos teatrais realizados entre 1846-1864..[1p.] 240/241

Gráfico IV.7 Frequência relativa de sociedades aprovadas entre 1864 e 1910, segundo as respectivas tipologias.....[1p.] 244/245

Gráfico VI.1 Evolução da criação de periódicos por decénios (1800-1900).[1p.] 316/317

LISTA DE QUADROS

Quadro I.1: População do Algarve por concelhos, por ordem decrescente em 1772 (fogos) e 1787 (população absoluta).....	[1p.] 22/23
Quadro I.2: Embarcações e população mareante existentes no Algarve em 1787, por ordem alfabética das localidades portuárias.....	[1p.] 22/23
Quadro I.3: Movimento de cabotagem em 1855.....	[1p.] 24/25
Quadro I.4 Pormenorização dos estatutos socioprofissionais existentes no Algarve em 1787.....	[3p.] 24/25
Quadro II.1: Perfil profissional dos candidatos a professores credenciados no Algarve em 1760, na sequência do alvará de 28.6.1759.....	[2p.] 32/33
Quadro II.2: Frequência escolar das Aulas de Gramática Latina existentes no Algarve em 1760.....	[1p.] 34/35
Quadro II.3: Cadeiras atribuídas ao Algarve em 1772 e 1773.....	[1p.] 40/41
Quadro II.4 Relação do número de cadeiras por número de fogos em 1772....	[1p.] 40/41
Quadro II.5 Número de mestres de <i>Ler, escrever e contar</i> em exercício entre 1772 e 1794 a nível nacional.....	[1p.] 42/43
Quadro II.6 Distribuição de aulas públicas por entidades, segundo resolução régia de 16.8.1779.....	[1p.] 42/43
Quadro II.7 Cadeiras e respectivos Professores destinados ao Algarve, 1779..	[1p.] 42/43
Quadro II.8 Número de cadeiras atribuídas ao Algarve em 1773 e 1779 e em funcionamento em 1788.....	[1p.] 42/43
Quadro II.9 Cadeiras em exercício e respectiva frequência, em 1788.....	[1p.] 42/43
Quadro II.10 Processos de provimentos dos mestres régios para o Algarve (1801-1836).....	[1p.] 48/49
Quadro II.11 Última profissão dos candidatos a mestres régios: Algarve, 1801-1836.....	[1p.] 48/49

Quadro II.12 Qualificações médias dos candidatos a mestres régios (1801-1836).....	[1p.] 48/49
Quadro II.13 Qualificações médias da candidata a mestra régia para a cadeira de ensino feminino criada em Lagos.....	[1p.] 48/49
Quadro II.14 Escolas regimentais de primeiras letras no Algarve e respectivos mestres.....	[1p.] 52/53
Quadro II.15 Frequência média das aulas regimentais no Algarve: militares e civis (Nov./1817-Jan./1822).....	[1p.] 52/53
Quadro II.16 Distribuição numérica de alunos por matérias nas escolas regimentais (1817-1822).....	[1p.] 54/55
Quadro II.17 Evolução da rede pública de ensino entre 1759 e 1831.....	[1p.] 56/57
Quadro II.18 Rede escolar pública e respectiva frequência em 1830.....	[1p.] 56/57
Quadro II.19 Evolução da rede pública de ensino entre 1831 e 1910.....	[1p.] 80/81
Quadro II.20 Qualificações médias dos candidatos a mestres régios (1836-1844).....	[1p.] 80/81
Quadro II.21 Qualificações médias dos candidatos a mestres régios (1844-1861).....	[1p.] 82/83
Quadro II.22 Distribuição das habilitações literárias dos professores do ensino primário em 1863.....	[1p.] 82/83
Quadro II.23 Volumes que compõem as bibliotecas dos professores de instrução primária e respectivas habilitações, em 1866.....	[1p.] 84/85
Quadro II.24 Distribuição dos alunos segundo a actividade profissional dos pais, em 1866.....	[1p.] 84/85
Quadro II.25 Distribuição de alunos por classes, em 1866.....	[1p.] 84/85
Quadro II.26 Relação das escolas que declararam existência de biblioteca escolar, dicionário de português e Quadros de leitura.....	[1p.] 88/89
Quadro II.27 Obras utilizadas pelos alunos em contexto de aula, em 1866.....	[1p.] 88/89
Quadro II.28 Distribuição temática de manuais segundo o n.º de alunos utilizadores, em 1866.....	[2p.] 88/89

Quadro II.29 Distribuição do n.º de páginas por área disciplinar do <i>Manual Encyclopedico</i> , 1865.....	[1p.] 90/91
Quadro II.30 Distribuição das cadeiras de ensino secundário no Algarve, em 1845.....	[1p.] 92/93
Quadro II.31 Relação das disciplinas e professores fundadores do Liceu Nacional de Faro.....	[1p.] 92/93
Quadro III.1 Evolução da rede monástico-conventual no Algarve.....	[1p.] 106/107
Quadro III.2 Relação dos conventos do Algarve com livrarias, número de livros e valor, em 1835.....	[2p.] 110/111
Quadro III.3 Relação do número de volumes existentes nas livrarias dos Conventos do Algarve, 1835.....	[1p.] 110/111
Quadro III.4 Dimensão das bibliotecas religiosas no Algarve.....	[1p.] 110/111
Quadro III.5 Número de conventos com livraria, existentes em 1834 (por distrito), a que se junta os do distrito de Faro.....	[1p.] 110/111
Quadro III.6 Número de livros conventuais existentes <i>ca</i> 1834 (por distrito), a que se juntam os do distrito de Faro.....	[1p.] 110/111
Quadro III.7 Distribuição do n.º de livros por casas religiosas.....	[1p.] 110/111
Quadro III.8 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição cronológica face ao n.º total de tomos.....	[1p.] 118/119
Quadro III.9 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição temática face ao n.º total de tomos.....	[1p.] 118/119
Quadro III.10 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição das línguas de leitura por classes temáticas.....	[1p.] 118/119
Quadro III.11 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição por formatos face ao n.º total de tomos.....	[1p.] 118/119
Quadro III.12 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição de tomos por país de edição.....	[1p.] 118/119
Quadro III.13 Biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos – distribuição de tomos por estado de conservação.....	[1p.] 118/119

Quadro III.14 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – distribuição temática face ao n.º total de tomos.....	[1p.] 124/125
Quadro III.15 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – distribuição das línguas de leitura por classes temáticas.....	[1p.] 124/125
Quadro III.16 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – Distribuição de tomos por país de edição.....	[1p.] 124/125
Quadro III.17 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – Distribuição cronológica de tomos.....	[1p.] 124/125
Quadro III.18 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – distribuição de tomos por formatos.....	[1p.] 124/125
Quadro III.19 Biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços – distribuição de tomos por estado de conservação.....	[1p.] 124/125
Quadro III.20 Distribuição das temáticas dos livros doados por D. José Maria de Melo.....	[1p.] 146/147
Quadro III.21 Línguas de leitura dos livros doados por D. José Maria de Melo.....	[1p.] 146/147
Quadro III.22 Distribuição por datas de edição dos livros doados por D. José Maria de Melo.....	[1p.] 146/147
Quadro III.23 Distribuição de alunos pelas cadeiras ministradas no seminário de São Brás de Alportel (1850-1854).....	[1p.] 158/159
Quadro III.24 Composição da biblioteca militar idealizada pelo Conde de Schaumbourg-Lippe.....	[1p.] 164/165
Quadro III.25 Plano de estudos da aula militar do Regimento de Infantaria de Tavira.....	[1p.] 172/173
Quadro III.26 Horário Lectivo da Aula Militar de Tavira.....	[1p.] 172/173
Quadro III.27 Plantas executadas no âmbito da aula militar de Tavira.....	[2p.] 176/177
Quadro III.28 <i>Curriculum</i> provável da Aula de Cirurgia do Hospital Militar de Tavira, com base no plano curricular da semelhante Aula de Almeida.....	[1p.] 178/179

Quadro III.29 Número de livros, formatos e línguas de leitura da biblioteca do cirurgião-mor António Camilo Pereira (1806).....	[1p.] 178/179
Quadro III.30 Classificação da biblioteca do Regimento de Infantaria de Lagos (1807).....	[1p.] 182/183
Quadro IV.1 Lista de publicações impressas da autoria de D. Francisco Gomes do Avelar (1789-1816).....	[3p.] 186/187
Quadro IV.2 Sociedades em funcionamento entre 1816 e 1828 no Algarve.....	[1p.] 200/201
Quadro IV.3 Sociedades fundadas entre 1834 e 1853 no Algarve.....	[1p.] 202/203
Quadro IV.4 Evolução cronológica do n.º de primeiras assinaturas de Periódicos, distinguindo-se o tipo de subscritor.....	[1p.] 228/229
Quadro IV.5 Periodicidade dos Periódicos recebidos na SGLLLE.....	[1p.] 228/229
Quadro IV.6 Intervalo temporal entre o surgimento de Periódicos após a fundação da SGLLLE e respectiva assinatura.....	[1p.] 228/229
Quadro IV.7 Identidade dos Periódicos assinados pela SGLLLE.....	[1p.] 228/229
Quadro IV.8 Sociedades culturais em funcionamento entre 1822 e 1853 no Algarve.....	[2p.] 234/235
Quadro IV.9 Distribuição geográfica dos teatros particulares existentes no Algarve em 1860.....	[2p.] 236/237
Quadro IV.10 Géneros e subgéneros dramáticos presentes na Biblioteca Teatral da Sociedade do Teatro Lethes.....	[1p.] 240/241
Quadro IV.11 Distribuição das versões textuais presentes na biblioteca teatral.....	[1p.] 240/241
Quadro IV.12 Distribuição temática da biblioteca de impressos.....	[1p.] 242/243
Quadro IV.13 Distribuição de títulos por país de edição do catálogo de impressos.....	[1p.] 242/243
Quadro IV.14 Distribuição de títulos por língua de edição do catálogo de impressos.....	[1p.] 242/243

Quadro IV.15 Distribuição tipológica das sociedades que se submeteram a aprovação oficial entre 1864-1910.....	[1p.] 244/245
Quadro IV.16 Distribuição geográfica das sociedades de instrução e recreio oficializadas entre 1864-1910 e número das que previram a fundação de gabinete de leitura ou biblioteca.....	[1p.] 245/246
Quadro IV.17 Valores das quotas cobradas pelas Sociedades que previram o estabelecimento de gabinetes de leitura e, ou bibliotecas.....	[1p.] 244/245
Quadro IV.18 Identificação dos doadores da Biblioteca Popular de Monchique.....	[1p.] 250/251
Quadro IV.19 Origem e quantidade do fundo bibliográfico da Biblioteca Popular Camões de Lagos.....	[1p.] 256/257
Quadro IV.20 Distribuição das ofertas bibliográficas por data de edição....	[1p.] 256/257
Quadro IV.21 Distribuição temática dos livros oferecidos à Biblioteca Popular Camões de Lagos.....	[1p.] 256/257
Quadro IV.21 Distribuição temática das ofertas estatais para a constituição inicial dos fundos bibliotecários de Estremoz e Lagos.....	[1p.] 256/257
Quadro IV.22 Distribuição temática das ofertas estatais para a constituição inicial dos fundos bibliotecários de Estremoz e Lagos.....	[1p.] 256/257
Quadro V.1 Distribuição profissional dos indivíduos que pediram licença de transporte de livros e respectivas quantidades de livros transportados, 1769-1828.....	[1p.] 270/271
Quadro V.2 Distribuição geográfica e profissional dos agentes autorizados d' O Algarviense (1863-1864).....	[1p.] 274/275
Quadro V.3 O <i>Correio do Meio-Dia</i> e o comércio livreiro.....	[3p.] 276/277
Quadro V.4 Evolução cronológica das casas de venda de livros, 1863-1883.....	[3p.] 278/279
Quadro V.5 Cronologia da implantação tipográfica no século XIX.....	[3p.] 284/285
Quadro V.6 Distribuição geográfica da indústria tipográfica portuguesa em 1863.....	[1p.] 288/289
Quadro V.7 Distribuição de prelos por material de fabrico.....	[1p.] 288/289

Quadro V.8 Força motriz das tipografias informantes (101).....	[1p.] 288/289
Quadro V.9 Produção editorial portuguesa.....	[1p.] 288/289
Quadro V.10 Lista provisória de publicações impressas por D. José María Guerrero.....	[4p.] 298/299
Quadro V.11 Evolução do número de tipografias no Algarve: 1808-1910...	[1p.] 310/311
Quadro VI.1 Longevidade dos periódicos provinciais: 1833-1910.....	[1p.] 316/317
Quadro VI.2 Periodicidade dos periódicos provinciais: 1833-1910.....	[1p.] 316/317
Quadro VI.3 Densidade de jornais em circulação por ano: 1833-1910.....	[1p.] 316/317
Quadro VI.4 Distribuição geográfica dos assinantes do jornal d' <i>O Algarviense</i> (1863-1864).....	[2p.] 316/317
Quadro VI.5 Distribuição dos assinantes do jornal <i>O Algarviense</i> por actividade profissional.....	[1p.] 316/317
Quadro VI.6 Distribuição das ocupações profissionais que integraram os quadros editoriais do periodismo algarvio (1833-1910).....	[1p.] 320/321
Quadro VI.7 Resumo da distribuição relativa de conteúdos n' <i>O Algarviense</i> (5.4.1863-18.12.1864).....	[1p.] 322/323
Quadro VI.8 Distribuição geográfica das correspondências d' <i>O Algarviense</i> (5.4.1863-18.12.1864).....	[1p.] 322/323
Quadro VI.9 Resumo da análise quantitativa (média) por escalas ao jornal <i>O Algarviense</i>	[1p.] 322/323

LISTA DE ANEXOS – VOLUME II

Designação	N.º de páginas
Anexo n.º 1: Qualificações dos candidatos a mestres régios, 1801-1836	6
Anexo n.º 2: Reorganização da rede de cadeiras régias, 1830	1
Anexo n.º 3: Comportamento dos professores de ensino primário e secundário do distrito de Faro, durante a revolta de Outubro de 1846	4
Anexo n.º 4: Qualificações dos candidatos a mestres régios, 1836-1844	1
Anexo n.º 5: Qualificações dos candidatos a mestres régios, 1844-1861	1
Anexo n.º 6: Auto da instalação definitiva do Liceu Nacional de Faro	1
Anexo n.º 7: Catálogos das bibliotecas conventuais – descrição documental (I), ilustrações (II) e correspondência sobre o envio (III) e estado de conservação (IV)	17
Anexo n.º 8: Catálogo da biblioteca do Convento de Santo António dos Capuchos, em Faro	65
Anexo n.º 9: Catálogo da biblioteca do Hospício dos Carmelitas Descalços, em Faro	45
Anexo n.º 10: Escritura de ajuste entre o Bispo do Algarve e a Marquesa de Ponte de Lima, sobre o testamento do bispo, inquisidor-geral D. José Maria de Melo	11
Anexo n.º 11: Espécies pertencentes ao fundo antigo da BMFARR com marca de posse de D. José Maria de Melo	4
Anexo n.º 12: Ofício de D. Francisco Gomes do Avelar ao conde Vila Verde	3
Anexo n.º 13: Estatutos do Seminário Episcopal do Algarve, 1797	9
Anexo n.º 14: Estatutos da aula militar do Regimento de Infantaria de Tavira	5
Anexo n.º 15: Relação dos livros do cirurgião António Camilo Pereira, 1806	3
Anexo n.º 16: Relação dos livros do capitão do Regimento de Infantaria 2, João Stuart, 1807	2
Anexo n.º 17: Quadro provável da Loja Filantropia de Lagos, com o n.º 2600 do Grande Oriente Lusitano, em 1823	3
Anexo n.º 18: Quadro conhecido da Loja Fraternidade de Faro, obediente ao Grande Oriente Lusitano, em 21.3.1822	2

Anexo n.º 19: Quadro conhecido da Sociedade Filarmónica de Faro, em 30.9.1828	3
Anexo n.º 20: Quadro conhecido da Sociedade Patriótica de Faro, em 30.9.1828	1
Anexo n.º 21: Estatutos da Sociedade Filantrópica Tavirense, 1835	5
Anexo n.º 22: Sociedade Patriótica de Vila Real de Santo António, 22.11.1835	5
Anexo n.º 23: Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1836	4
Anexo n.º 24: Sócios eleitos para a Junta Directiva da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé	1
Anexo n.º 25: Vencimentos auferidos por diversas categorias profissionais no período 1846-1868	1
Anexo n.º 26: Quadro dos sócios fundadores da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 29.12.1835	1
Anexo n.º 27: Quadro dos sócios admitidos em data posterior à fundação da SGLLLE, 1836 a 1848	1
Anexo n.º 28: Quadro dos Periódicos assinados pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé	4
Anexo n.º 29: Quadro dos autores e respectivo número de obras presentes na Biblioteca Teatral da Sociedade do Teatro Lethes	5
Anexo n.º 30: Catálogo de impressos do Teatro Lethes	54
Anexo n.º 31: Sociedades formalizadas através de registo no Governo Civil de Faro, 1864-1910	9
Anexo n.º 32: Estatutos da Sociedade Centro União, Lagos, 1876	12
Anexo n.º 33: Estatutos da Sociedade Grémio Tavirense, Tavira, 1876	6
Anexo n.º 34: Estatutos do Instituto Arqueológico do Algarve, 1883	7
Anexo n.º 35: Estatutos da Cooperativa de Instrução e Recreio Popular, Loulé, 1891	9
Anexo n.º 36: Estatutos do Ginásio Club de Faro, 1898	14
Anexo n.º 37: Estatutos do Club Tavirense, 1900	5
Anexo n.º 38: Estatutos da Sociedade Artística Salvador Gomes Vilarinho, Silves, 1901	8
Anexo n.º 39: Estatutos da Sociedade Recreativa Monchiquense, Monchique,	

1902	6
Anexo n.º 40: Estatutos da Associação Democrática de Vila Real de Santo António, 1902	5
Anexo n.º 41: Estatutos do Grémio Familiar Monchiquense, 1902	8
Anexo n.º 42: Estatutos do Grémio Familiar de Portimão, 1902	7
Anexo n.º 43: Estatutos da Sociedade Recreativa Olhanense, 1902	11
Anexo n.º 44: Estatutos do Club Agrícola Lagoense, 1902	7
Anexo n.º 45: Estatutos do Club de Tavira, 1903	6
Anexo n.º 46: Correspondência relativa à constituição da Biblioteca Popular de Monchique, 1877	3
Anexo n.º 47: Documentos relativos à criação da Biblioteca Popular Camões, 1880	15
Anexo n.º 48: Catálogo da Biblioteca Popular Camões, 1880	20
Anexo n.º 49: Relação dos livros remetidos por Francisco Xavier Fabri a D. Francisco Gomes do Avelar, 1807	1
Anexo n.º 50: Implantação da tipografia no Algarve, 1808-1910	23
Anexo n.º 51: Cronologia das cartas enviadas por José Joaquim Nunes (1849-1932) a José Leite de Vasconcelos (1848-1941); tipo, locais de envio e de destino (1892-1920)	4
Anexo n.º 52: Transcrição das cartas de José Joaquim Nunes a José Leite de Vasconcelos (1892-1920)	78